



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

JOSÉ SOBREIRO FILHO

**O MOVIMENTO EM PEDAÇOS E OS PEDAÇOS EM
MOVIMENTO: DA OCUPAÇÃO DO PONTAL DO
PARANAPANEMA À DISSENSÃO NOS MOVIMENTOS
SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES**

Presidente Prudente, Agosto de 2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O MOVIMENTO EM PEDAÇOS E OS PEDAÇOS EM
MOVIMENTO: DA OCUPAÇÃO DO PONTAL DO
PARANAPANEMA À DISSENSÃO NOS MOVIMENTOS
SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES**

JOSÉ SOBREIRO FILHO

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de
concentração: Produção do Espaço Geográfico;
Linha de pesquisa: Estudos Rurais e Movimentos
Sociais - para obtenção do Título de Mestre em
Geografia

Presidente Prudente, Agosto de 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

S661m Sobreiro Filho, José.
O movimento em pedaços e os pedaços em movimentos : da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses / José Sobreiro Filho. - Presidente Prudente : [s.n], 2013
546 f.

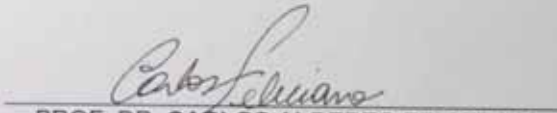
Orientador: Bernardo Mançano Fernandes
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Movimento socioterritorial. 2. Pontal do Paranapanema (SP). 3. Dissensão. I. Fernandes, Bernardo Mançano. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

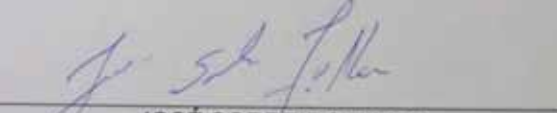


BANCA EXAMINADORA


PROF. DR. BERNARDO MANÇANO FERNANDES
ORIENTADOR


PROF. DR. CARLOS ALBERTO FELICIANO
(UNESP/FCT)


PROF. DR. NELSON RODRIGO PEDON
(UNESP/OURINHOS)


JOSÉ SOBREIRO FILHO

Presidente Prudente (SP), 10 de setembro de 2013.

RESULTADO: 

Para os meus verdadeiros heróis:

Os movimentos socioterritoriais camponeses!

Para meus amigos e professores do MST!

Minha mãe Adelina Amorim Sobreiro!

Em memória ao homem brilhante que foi meu pai José Sobreiro!

E, por fim, dedico também este trabalho para eu mesmo!

AGRADECIMENTOS

Ninguém cresce sozinho! Portanto, entendo e faço daqui o meu território de manifestação de gratidão desta construção pessoal e desta dissertação que também é coletiva. Assim como todos, sou as partes, os pedaços, os sentimentos, os momentos, as "sujidades", os sedimentos, os conflitos e as contradições do mundo e das pessoas que me cercam ou cercaram. Não prometo fama, mas também não poderia deixar tudo isso e, sobretudo, esses seres que me cercaram e os que ainda me cercam seguir suas vidas no anonimato. Assim, garanto, aos que a memória lembrou, ao menos o nome aqui.

Saí da escola pública e entrei na universidade com dezessete anos. Um mundo muito diferente emergiu a minha frente. Fui o último colocado da lista de espera a entrar no curso de geografia de 2007 e por isso perdi quase um mês de aula. A princípio, era tudo muito novo e nada parecia ser muito fácil. Em meio a tantos alunos que simbolizavam compreender todas as aulas, durante as primeiras eu tampouco entendia a maioria das palavras que os professores usavam. Os textos em português das aulas pareciam mandarim e nos em espanhol eu cassava as raras palavras que entendia e o resto ia pelo *feeling* ou, como dizem academicamente, pelo método hipotético-dedutivo. Entendi muita coisa errada, mas errar nesse momento foi mais importante que acertar. Havia um professor que fazia tudo ser tão fácil e, mesmo com vergonha de parecer ser o único que nada entendia em uma sala em que todos pareciam entender tudo, eu comecei a fazer questões. Duas aulas mais tarde, ainda perguntando muito e entendendo um pouco mais, esse professor me convidou a entrar em seu grupo de pesquisa. Neste momento deixei de ser *office-boy* para me dedicar exclusivamente aos estudos. Esse professor me deu todas as chances que eu precisava, me ensinou e estimulou a estudar. Tenho imensa gratidão ao Professor Bernardo Mançano Fernandes.

O que seria de nós sem o campo? E o que seria da minha pesquisa sem os trabalhadores, militantes, lideranças e camponeses dos movimentos socioterritoriais camponeses do Pontal do Paranapanema? Agradeço a todos! Do MST, em especial, àqueles que foram grandes professores para mim, sendo eles: Valmir; Fátima; Cledson; Ricardo; Marisa; Cido Maia; Bio; Laércio; Branca; Loro; Zelitro; Valdir; Mineiro; Regiane. Às lideranças do MAST e MTST que me receberam e propiciaram momentos muito importantes para este trabalho, sendo eles Miltão, Neide e Antonio. Agradeço ao Rodrigo e Zé Rainha do MST da Base.

Primeiramente peço desculpas para os meus familiares pelos momentos de ausência e correria. Vocês foram Fundamentais na minha formação. Para minha Mãe, a guerreira, eu deixo registrado todo o meu amor, carinho e agradecimento por tudo que fez por mim. Hoje entendo que me deixar aprender com os tombos da vida foi um diferencial. Apesar de parecer cruel para alguns, hoje eu aprovo e entendo a pedagogia do "*É bom você se f... para aprender*". Caio você foi essencial em minha formação. O homem pode evoluir, as formas de comunicação avançar e surgir novas formas linguísticas, mas a gratidão que tenho por ti jamais caberá ou poderá ser transposta em nenhuma delas. Ao caríssimo Sr. Dr. Vinicius Amorim Sobreiro, economista, engenheiro e professor. Agradeço pelas cobranças, pelos conflitos, incentivos e por saber que posso contar contigo para tudo e a qualquer momento. Vamos continuar sempre pelejando, mas resolvendo tudo com um sorvete ou uma pizza para cada no final. Assim, aos meus irmãos fica a mensagem "*Tu pueblo es mi pueblo y mi casa es tu casa*". A senhorita Thalita Peluso Fortes também foi fantástica em todo esse período de pesquisa. Pode acreditar que o - estar ao lado - e a sua compreensão contou muito e foi o diferencial. Você foi muito parceira, carinhosa e cuidadosa. Às vezes finjo que não meço algumas coisas só para bancar o durão, mas no fundo eu meço pelo menos um quarto delas! Posso dizer que já é quase uma geógrafa hoje! Obrigado! Agradeço também a todos da família Peluso-Fortes! Fica também um grande beijo para a pato-branquense Fernanda P. Sobreiro e para dona Talita minhas digníssimas cunhadas!

Alguns professores da Unesp FCT devem ser lembrados nesse momento, pois muito contribuíram em minha formação. Em especial Prof. Thomaz por sua grande dedicação e capacidade de instigar os alunos, Professora Carminha pelas aulas fantásticas e por nos mostrar que é possível ser um intelectual completo, Professor Eliseu por me fazer criar interesse e amor por método e filosofia, Professor Everaldo Melazzo pela sua didática e fazer economia ser algo muito interessante, Professor Tato por ter despertado a vontade de fazermos uma revolução diferente a cada aula, Professor João Osvaldo pela Dedicação e por nos ensinar o que é ser Geógrafo, Margarete pela didática e Ricardo pelo diálogo com os alunos. Esses são Professores com P maiúsculo! Não vou dizer nomes, mas também não posso deixar de agradecer alguns péssimos professores que tive, pois eles contribuíram, sobretudo, me norteando sobre o que eu não queria ser. Também agradeço a alguns dos professores da escola pública em que estudei pelas aulas não só referentes à matéria, mas também de mágica visto os poucos recursos e a precarização na escola pública do estado de São Paulo.

Agradeço a todos que passaram pelo NERA e hoje me possibilitaram um ambiente de trabalho muito bom e também grandes contribuições para a minha pesquisa. São muitos nomes para citar e por isso prefiro agradecer a TODOS os Nerianos e todas as Neretes. Contudo, destaco os nomes de alguns, tais como: Diego; Anna; Matuzalem; Anderson; Tom; Estevan; Janaina, Israel; Nívea; Lara, Hellen, Ananda, Elienai, Liz, etc.

A todos os amigos de pós-graduação. Especialmente os amigos de turma e discussões Baiano, Cirso, Fernando Heck, Núbia, Dourado, Tom, Djoni, Catão, Raquel, Juninho, Marioto, Aline (gaucha), etc. Fica registrado também um agradecimento especial para o Guilherme Whitacker um grande amigo e parceiro de trabalho que fiz. Nossas horas de conversas e a "*tomação de café*" muito acrescentaram na minha formação. Aos funcionários da pós-graduação fica o meu obrigado! Especialmente para a Cinthia que tanto nos auxilia.

Agradeço o companheiro Fred da gestão da AGB de 2011/13 pela sua intensa parceria em diversos trabalhos. Aos companheiros da Gestão atual (Todos). Aos companheiros dos grupos de pesquisa: CEGET; GAIA; GADIS e GASPPER.

Meu período de intercâmbio na Universidad Nacional de Córdoba na Argentina foi um experiência única. Os responsáveis por ter sido uma grande experiência foram: Luis Felipe Rincón; David Vasques; Mariana Romano; Hernan; Omar Arach; Gabriel Liceaga; Daniel Martins; e Valentin. Especialmente agradeço ao professor Luis Daniel Hocsman e a companheira Diana Itzu Gutierrez Luna. Agradeço também aos companheiros do MNCI, MOCASE e UST de Mendoza, especialmente Angel, Diego Monton, Facundo e Afonso. Ao amigo Tiago Cubas fica também os meus sinceros agradecimentos pela parceria e cumplicidade. Lembrar dos bons momentos compartilhados e saber que hoje mais um amigo "*da uma alegria de viver*", mas enfim, acho que "*a gente merece*" ter passado por essa grande experiência.

Muitos foram meu colegas na universidade. Contudo, nem todos amigos. Alguns merecem ser lembrados aqui. Amilcar, conhecido como Dr. Amilcar, tem meu respeito e admiração, sobretudo, por sua coragem e amizade leal. Apesar de ser palmeirense meu companheiro Messias Cardoso, o Messi, também foi um grande companheiro na ousadia dos nossos trabalhos de graduação. Natália Nunes foi minha amiga dos primeiros trabalhos e anos na universidade. Ximenes, Maurício Toma, Cajú e Sidney foram também grandes companheiros de graduação.

Jamais poderia esquecer de lembrar do meu Grande Amigo Marcelo Custódio Pereira, o Shinobera da Bahia. Esse cara é F...! Jamais vou esquecer das nossas conversas cafélósóficas até altas horas da madrugada e as piadas infames. Ao Vinicius Moura Mendonça (Poke), que apesar desse nome de latifundiário, é um cara fantástico e muito parceiro! Saibam que é uma honra ter vocês como amigos e eu nunca esquecerei de nossas viagens!

Agradeço aos meus literalmente grandes amigos da amada banda BSA - Butequeiros S.A.. Gabriel, Alexandre, Pedrão e Primo são meus amigos de copos, conselhos e momentos de descontração. Nossas tardes de sábado conversando e tocando foram fundamentais para mim! Além da descontração, vou continuar defendendo que o buteco é um espaço de socialização política! Não vou agradecer muito e ficar valorizando demais para não perder a fama de mal. Camie, Marily, Erikinha e Alyne também registro meu obrigado para vocês.

Ao se tratar do professor Dr. Carlos Alberto Feliciano elogio não é nenhuma novidade, mas também não posso deixar de destacar que muito contribuiu para este trabalho. Muito obrigado professor Cacárlos! Alguns amigos devem ser lembrados também: Leandro Nieves por além de outras coisas tanto me emprestar espaço na sua carteirinha da biblioteca e ser paciente com os meus atrasos; Anderson Antonio por ter aberto caminho para o NERA e para a universidade; Prof. Nécio pela parceria, sinceridade e boas conversas; Prof. Clifford pelos ensinamentos durante as pesquisas na condição de coorientador em 2008; Girardi pelas instruções e parceria; Prof. Nelson Pedon pela participação na banca de qualificação; Antonio Bernardes pelas conversas Hegelianas em meio à pesquisa de Geografia do Role; Nat Turri pelas rodadas de pão de queijo e conversas nos momentos "de bobeira"; Carlos Rocha por me ensinar tanto de fotografia; Creidi, minha panela elétrica, por me ajudar a perder o paladar e emagrecer um pouco; aos funcionários da Unesp; obrigado ao campesinato por produzir a minha alimentação diária, sobretudo o cafézinho do dia-a-dia; e ao meu amado Corinthians que me enche de alegria sempre.

Agradeço ao pessoal do casadinho de Sergipe que me recebeu muito bem! Especialmente o prof. Eraldo, Layane, Rayane, Tereza, Anderson, Marleide, o grande Reuel e sua companheira Alana. O prof. Hunaldo também foi fantástico nesse período por me amparar com instruções e moradia. Obrigado a todos! Neste sentido, agradeço também ao Rodrigo Simão. Passar alguns dias com ele e manter diálogo constante foi

uma experiência antropológica que mudou minha vida. Aposto que Darwin, se estivesse vivo, estaria me invejando. Obrigado meu Amigo Simão!

Agradeço à FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo por ter me dado condições financeiras de viabilizar este trabalho. Este apoio foi fundamental.

Guardo todos os tipos de agradecimentos divinos às minhas reflexões e momentos de intimidade e retribuo-os em minhas atitudes diárias, acho que o proceder vale mais que um eternizar por culpa e medo. Enfim, obrigado a eu mesmo! E, não há de quê.

APOIO INSTITUCIONAL

Agradeço à FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo financiamento da pesquisa durante o mestrado. A bolsa foi fundamental para manter dedicação exclusiva.

Agradeço à CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa no início do mestrado.

Agradeço à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de mestrado sanduíche.

Agradeço à UNESP/FCT, especialmente os funcionários, pelo auxílio e qualidade do ensino.

Agradeço à UNC - Universidad Nacional de Córdoba por ter me acolhido durante o intercâmbio.

Agradeço ao CIECS - Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad e ao CEA - Centro de Estudios Avanzados por ter me acolhido durante o período de estudo.

Agradeço à UFS - Universidade Federal de Sergipe por ter me acolhido durante o período de intercâmbio nacional.

"A liberdade é um pássaro voando com gaiola e tudo..."

Falcão

"A teoria sem a prática de nada vale; a prática sem a teoria é cega."

Lênin

RESUMO

Este trabalho analisa, sob o enfoque geográfico, o processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema, a formação e dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses, propõe uma reflexão sobre o conceito de movimento socioterritorial e a construção de uma tipologia de movimentos socioterritoriais. O ponto de partida é o protomovimento de ocupação do Vale do Paranapanema. Assim, destacamos os principais sujeitos e processos referentes à grilagem, ocupação e povoação das terras, fluxos migratórios, devastação ambiental e estabelecimento da agropecuária na região. Compreender este processo sob o enfoque têmporo-espacial possibilitou a identificar as bases históricas e materiais do conflito, ou seja, assimilar quais são as raízes das contradições da atualidade e que confluíram para o processo de insurreições políticas organizadas e a formação de movimentos socioterritoriais camponeses. Assim, remontamos também à origem, formação e a história da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses do Pontal do Paranapanema. Além do resgate histórico, realizamos uma análise sobre a conjuntura política do momento em que surgiram as primeiras dissensões e os desdobramentos territoriais atuais deste processo para luta pela terra da região. Por fim, embasado na atualidade e na análise histórica sobre as diferentes posturas político-ideológicas oriundas do processo de dissensão propomos uma tipologia de movimentos socioterritoriais e uma reflexão sobre a potencialidade do uso do conceito movimento socioterritorial para a análise geográfica.

Palavras-Chaves: Movimento Socioterritorial; Dissensão; Conflito; MST; MAST; MST da Base; Pontal do Paranapanema

RESUMEN

This work examines the process of land occupation in the Pontal do Paranapanema using a geographic focus to explore the types of training and sources of dissension among the peasants who make up the region's socio-territorial movements. We critically reflect on the concept of socio-territorial movements, and based on this examination, construct a typology for the concept. The proto-movement of land occupation in the Paranapanema Valley serves as a referential starting point for this investigation, in which the main subjects of study and the processes related to land grabbing/theft, land occupation, settlement, migration, environmental devastation and the establishment of agriculture in the region will be highlighted. Understanding these processes from a temporo-spatial standpoint allows us to identify the historical and material bases of the conflict in the region – that is, to assimilate the roots of the present contradictions which ultimately lead to the process of organized political uprisings and the formation of peasant socio-territorial movements. Through this, we are able to reassemble and re-examine the origin, formation and history of the struggle of peasant socioterritorial movements in the Pontal. Building on this in-depth historical review, we conduct an analysis of the political situation which gave rise to the first waves of dissension within/among socioterritorial movements and elucidate the consequences of this process for current territorial struggles for land in the region. Finally, based on current and historical analysis of the different political and ideological stances arising from the process of dissension and the typology of socio-territorial movements constructed and proposed in this work, we reflect on the potential use of the concept of socioterritorial movement for geographic analysis.

Palabras-clave: Socioterritorial movements, Dissension, Conflict; MST; MAST; MST da Base; Pontal do Paranapanema

SUMÁRIO DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 - Áreas de intersecção	50
Organograma 2 – Familiares de José Theodoro de Souza, adquirentes e moradores	88
Organograma 3 – Principais datas envolvendo a ocupação, legitimação e comercialização das terras do Paranapanema	99
Organograma 4 – Posse das Terras do Paranapanema	100
Organograma 5 – Estrutura do MST no Pontal do Paranapanema	215
Organograma 6 - Movimentos que compuseram a formação do MAST	292
Organograma 7 - Estrutura do MTST	336

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1 – Planta do Rio Paranapanema 1886	74
Figura 2 – Localização dos principais povoados e terras do Paranapanema	111
Figura 3 – Localização do trecho da Ferrovia da Alta Sorocabana - SP	117
Figura 4 – Pontal do Paranapanema – Origem dos principais imigrantes	126
Figura 5 – Área em hectares de algodão no Pontal do Paranapanema 1990-2010	163
Figura 6 – Área em hectares de amendoim no Pontal do Paranapanema 1990-2010	164
Figura 7 – Área em hectares de arroz no Pontal do Paranapanema 1990-2010	165
Figura 8 – Área em hectares de café no Pontal do Paranapanema 1990-2010	166
Figura 9 – Área em hectares de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema 1990-2010	167
Figura 10 – Área em hectares de feijão no Pontal do Paranapanema 1990-2010	168
Figura 11 – Área em hectares de mamona no Pontal do Paranapanema 1990-2010	169
Figura 12 – Área em hectares de mandioca no Pontal do Paranapanema 1990-2010	170
Figura 13 – Área em hectares de milho no Pontal do Paranapanema 1990-2010	171
Figura 14 – Área em hectares de soja no Pontal do Paranapanema 1990-2010	172
Figura 15 – Pontal do Paranapanema – Área das principais culturas em hectares - 2010	173

Figura 16 – Pontal do Paranapanema – Pecuária – 1975-2010 Número de galos, galinhas, frangos, frangas e pintos	176
Figura 17 – Pontal do Paranapanema – Pecuária – 1975-2010 - Número de cabeças de gado	177
Figura 18 – Pontal do Paranapanema – População – 1940-2010 População Urbana e Rural	181
Figura 19 – Pontal do Paranapanema – Espacialização da Luta pela Terra: A evolução espaço-temporal da ocorrência de ocupações de terra realizadas pelo MST – 1990-2011	228
Figura 20 – MST – Espacialização da luta pela terra no Pontal do Paranapanema – 1990-2011 (parte 1/2): Municípios com ocupações de terras	229
Figura 21 – MST – Espacialização da luta pela terra no Pontal do Paranapanema – 1990-2011 (parte 2/2): Municípios com ocupações de terras	230
Figura 22 - Pontal do Paranapanema - Ocupações conjuntas do MAST 1990 - 2011	315
Figura 23 - Pontal do Paranapanema - MAST - 1998-2009 - Ocupações de terras	316
Figura 24 - Pontal do Paranapanema - Ocupações realizadas pelo MAST - Movimento dos Agricultores Sem Terra - 1998-2002	317
Figura 25 - Pontal do Paranapanema - MAST 2002-2009 - Ocupações conjuntas	318
Figura 26 - Carteira de identificação do MTST (Frente e verso)	334
Figura 27 - Pontal do Paranapanema - Ocupações conjuntas do MTST - 2008-2011	338
Figura 28 - MTST - 2008-2011 - Ocupações de terras conjuntas	339
Figura 29 - Imagem do acampamento Lagoinha	345
Figura 30 - MST da Base - 1998 - 2009 - Ocupações de terras	388
Figura 31 - MST da Base - 1998 - 2009 - Ocupações de terras	389
Figura 32 - Localização do acampamento Alcídia do MST da Base	391
Figura 33 - Pontal do Paranapanema - Ocupações conjuntas do MST da Base - 1990-2011	399
Figura 34 - Acampamento Dorcelina Forlador	416
Figura 35 - Localização do acampamento Irmã Gorete no município Marabá	434

Paulista	
Figura 36 - Bandeiras	449
Figura 37 - Revista Veja de 18 de junho de 2003	451
Figura 38 - Localização do acampamento permanente	461
Figura 39 - Localização do acampamento fantasma	464
Figura 40 - Camiseta de evento organizado pelo Eixo do MST da Base	508
Figura 41 - Dissensões, reagrupamentos e articulações/alianças dos Mov. Socioterritoriais do Pontal do Paranapanema	510
Figura 42 - Organização dos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema	516
Figura 43 - Carteira de cadastro da Vila dos Ribeirinhos	530
Figura 44 - Termo VDR e MTST	531

SUMÁRIO DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pontal do Paranapanema – Área em hectares de cana-de-açúcar e soja - 1990-2010	155
Gráfico 2 – Pontal do Paranapanema – Área em hectares das principais culturas alimentícias - 1990-2010	158
Gráfico 3 – Pontal do Paranapanema – Área em hectares de arroz e feijão - 1990-2010	158
Gráfico 4 – Pontal do Paranapanema – Área em hectares de produção de algodão, amendoim e mamona - 1990-2010	160
Gráfico 5 – Pontal do Paranapanema – Área em hectares das principais culturas - 1990-2010	161
Gráfico 6 – Pontal do Paranapanema – Área em hectares ocupada pelas principais culturas (2010)	162
Gráfico 7 – Pontal do Paranapanema – Pecuária – 1974-2010 – Número de aves e de cabeças de gado	174
Gráfico 8 – Pontal do Paranapanema – População - 1940-2010	180
Gráfico 9 – Pontal do Paranapanema – Número de imóveis - 1992, 1998, 2003, 2010 e 2011	184
Gráfico 10 – Pontal do Paranapanema – Número de imóveis - 1992, 1998,	184

2003, 2010 e 2011

Gráfico 11 – Pontal do Paranapanema – Área em hectares média dos pequenos, médios e grandes imóveis - 1992, 1998, 2003, 2010 e 2011 188

Gráfico 12 – Pontal do Paranapanema – Área em hectares média dos pequenos imóveis - 1992, 1998, 2003, 2010 e 2011 188

Gráfico 13 – Pontal do Paranapanema – Ocupações realizadas pelo MST 1990-2011 233

Gráfico 14 – Pontal do Paranapanema – Ocupações realizadas pelos principais movimentos da região 1990-2011 249

Gráfico 15 - Brasil - Número de Ocupações - 1988-2011 286

Gráfico 16 - Brasil - Assentamentos Rurais - 1985-2011 - Número de Assentamentos Criados 287

Gráfico 17 - Brasil - Ocupações de terras realizadas pelo MST 288

Gráfico 18 - Brasil e Pontal do Paranapanema - Ocupações realizadas pelo MST 288

Gráfico 19 - Pontal do Paranapanema - Número de Assentamentos Rurais - Áreas obtidas - 1985-2011 289

Gráfico 20 - Pontal do Paranapanema - Ocupações do MAST e do MST - 1990-2011 304

Gráfico 21 - Brasil e Pontal do Paranapanema - Ocupações do MAST - 1988-2011 305

Gráfico 22 - MST da Base - Ocupações - 2008-2011 452

Gráfico 23 - Pontal do Paranapanema - Ocupações realizadas pelo MST, MAST, MST da Base e MTST - 1988-2011 501

SUMÁRIO DE QUADROS

Quadro 1 – Pontal do Paranapanema – Data de elevação à categoria de Município	120
Quadro 2 – Município de Teodoro Sampaio: Serrarias ativas no ano de 1972	137
Quadro 3 – Ocupação das áreas produtivas da região	141
Quadro 4 – Transporte de Café pela E.F.S. (Estação de Presidente Prudente)	147
Quadro 5 – Produção de Café – 1947-1968	148
Quadro 6 – Pontal do Paranapanema – Área das principais culturas da região 1990-2010	159
Quadro 7 – Pontal do Paranapanema – Quantidade produzida pelas principais culturas da região 1990-2010	159
Quadro 8 – Pontal do Paranapanema – Pecuária – 1974-1989	175
Quadro 9 – Pontal do Paranapanema – Pecuária – 1990-2005	175
Quadro 10 – Pontal do Paranapanema – Pecuária – 2006-2010	175
Quadro 11 – Ocupações na fazenda São Bento - 1992-1994	218
Quadro 12 – Pontal do Paranapanema – Fazendas ocupadas pelo MST - 1990-1994	220
Quadro 13 – Pontal do Paranapanema – Fazendas ocupadas pelo MST - 1995-1998	225
Quadro 14 – Pontal do Paranapanema – Principais notícias de conflitos - 1995-1998	235
Quadro 15 – Pontal do Paranapanema – Ocupações de terras na fazenda Santa Rita – 1996 e 1997	246
Quadro 16 – Pontal do Paranapanema – Ocupações realizadas pelo MBUQT/ABUQT	251
Quadro 17 - Pontos da cartas de princípios destacados na reunião de fundação do MAST	307
Quadro 18 - Ocupações de terras conjuntas com participação do MTST - 2009-2011	340
Quadro 19 - Principais notícia relacionadas à saída de José Rainha Junior do MST	369
Quadro 20 - Principais notícias sobre a prisão de José Rainha Junior - 2003	370
Quadro 21 - Principais notícias após a saída de José Rainha Junior da prisão em	373

2003

Quadro 22 - Notícias sobre as ações do MST da Base durante o Carnaval Vermelho - 2007	375
Quadro 23 - Notícias sobre o projeto do biodiesel organizado por José Rainha Junior - 2007	376
Quadro 24 - Notícias sobre as atuações do MST da Base e aliados durante o Carnaval Vermelho de 2010	380
Quadro 25 - Principais notícias sobre as atuações do MST da Base durante o Abril Vermelho de 2011	383
Quadro 26 - Ocupações realizadas pelo MST da Base - 2008 - 2011	385
Quadro 27 - Ocupações na Fazenda São Domingos realizadas pelo MST - 1995-2011	417
Quadro 28 - Notícias sobre conflitos na fazenda São Domingos - 1995-2011	419
Quadro 29 - Pontal do Paranapanema - Ocupações realizadas no Abril Vermelho de 2011	473
Quadro 30 - A relação entre ocupações de terras, fazendas ocupadas e a criação de assentamentos rurais — 1988-2008	488

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1 – Reservas florestais do Pontal do Paranapanema	131
Tabela 2 – Relação de mata e pastos	137
Tabela 3 – Produtores (1970)	150
Tabela 4 – Pontal do Paranapanema – Área da produção em hectares por cultura dos anos de 1990 e 2010	160
Tabela 5 – População do Pontal do Paranapanema por município – 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2010	179
Tabela 6 – Pontal do Paranapanema – Crescimento Populacional – 1940-1970	180
Tabela 7 – Pontal do Paranapanema – Crescimento Populacional – 1980-2010	180
Tabela 8 – Pontal do Paranapanema – Mudanças da Estrutura Fundiária por Classes de Área de 1992, 1998, 2003, 2010 e 2011	185
Tabela 9 – Pontal do Paranapanema – Mudanças da Estrutura Fundiária por Municípios de 1992, 1998, 2003, 2010 e 2011	189

Tabela 10 – Pontal do Paranapanema – Realização de ocupações de terra por movimento socioterritorial – 1990-2011	253

Tabela 11 – Pontal do Paranapanema - Ocupações Conjuntas	254

SUMÁRIO DE FOTOS

Foto 1 - Rua do acampamento Lagoinha com poste de energia ao fundo	349
Foto 2 - Acampamento Lagoinha - Barraco de madeira cercado	350
Foto 3 - Acampamento Lagoinha - Barraco cercado e com portão	350
Foto 4 - Acampamento Lagoinha - Portão fechado com cadeado	350
Foto 5 - Acampamento Lagoinha - Produção no acampamento	352
Foto 6 - Acampamento Lagoinha - Horta de acampado	352
Foto 7 - Acampamento Lagoinha - Produção no acampamento	353
Foto 8 - Acampamento Lagoinha - Coordenadora realizando o cadastro dos acampados para a solicitação de cesta básica	357
Foto 9 - Assembleia do acampamento Lagoinha para o cadastro dos acampados	358
Foto 10 - MST da Base - Acampamento Alcídia	392
Foto 11 - MST da Base - Acampamento Alcídia - Horta	393
Foto 12 - Acampamento Dorcelina Forlador.	421
Foto 13 - Horta do acampamento Dorcelina Forlador.	422
Foto 14 - Segurança do acampamento Dorcelina Forlador.	424
Foto 15 - Placa de atenção localizada metros antes do acampamento Dorcelina Forlador.	425
Foto 16 - Início da ocupação da Faz. São Domingos	428
Foto 17 - Construção dos barracos na ocupação da Faz. São Domingos.	429
Foto 18 - Integrantes hasteando a bandeira do MST na ocupação da Faz. São Domingos.	430
Foto 19 - Guarita da ocupação da Faz. São Domingos.	431
Foto 20 - Acampamento Irmã Gorete - Perspectiva 1.	435
Foto 21 - Acampamento Irmã Gorete - Perspectiva 2.	435
Foto 22 - Acampamento Irmã Gorete - Trabalhadores acampados voltando da roça de melancia do japonês	438
Foto 23 - Fazenda Nazaré - Perspectiva 1.	439
Foto 24 - Fazenda Nazaré - Perspectiva 2.	440
Foto 25 - Ocupação da fazenda Nazaré - Construção dos barracos	442

Foto 26 - Ocupação da fazenda Nazaré - Mulheres fazenda almoço	443
Foto 27 - Organização dos pertences e utensílios no barraco	443
Foto 28 - Ocupação da fazenda Nazaré - Guarita da ocupação	444
Foto 29 - Ocupação da fazenda Nazaré - Transporte de fogão	444
Foto 30 - Ocupação da fazenda Nazaré - Acampados cuidando da segurança da ocupação	445
Foto 31 - Acampamento Dorcelina Forlador.	447
Foto 32 - Acampamento Irmã Gorete	447
Foto 33 - Acampamento Alcídia.	448
Foto 34 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Eptácio	461
Foto 35 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Eptácio	462
Foto 36 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Eptácio	462
Foto 37 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Eptácio	463
Foto 38 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Eptácio	463
Foto 39 - Acampamento fantasma do MAST - Pres. Eptácio	465
Foto 40 - Acampamento fantasma do MAST - Pres. Eptácio	465
Foto 41 - Acampamento fantasma do MAST - Pres. Eptácio	466
Foto 42 - Acampamento fantasma do MAST - Pres. Eptácio	466
Foto 43 - Acampamento Alcídia - MST da Base.	472
Foto 44 - Ocupação do MST da Base - Fazenda Timburí.	474

LISTA DE SIGLAS

ABUQT - Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
ARST – Associação Renovação dos Sem Terra
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CIECS - Centro de Investigaciones sobre Sociedad y Cultura
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOCAMP - Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal Ltda.
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTV - Centro Terra Viva
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra
DER – Departamento de Estrada e Rodagem
FAAAFOP - Federação das Associações dos Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEPESA - Ferrovia Paulista S.A.
FERAESP - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de São Paulo
FETRAF – Federação da Agricultura Familiar
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
FSP - Folha de São Paulo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMP - Impacial
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP - Instituto de Terra de São Paulo
JB – Jornal do Brasil
JT – Jornal dos Trabalhadores

MAST - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MBUQT - Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra
MCST - Movimento dos Carentes Sem Terra
MCST – Movimento dos Carentes Sem Terra
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLT - Movimento de Luta Pela Terra
MNF – Movimento Sem Terra Nova Força
MPRA - Movimento Popular Pela Reforma Agrária
MPT – Movimento Pacífico Pela Terra
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTB - Movimento Terra Brasil
MTB – Movimento Terra Brasil
MTB – Movimento Terra Brasil
MTRSTB - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros
MTRSTB – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros
MTST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.
MTSTCB - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Central do Brasil
MTSTCB – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Central do Brasil
MTV – Movimento Terra Vida
MUB – Movimento Unidos Brasil
MUST – Movimento Unidos dos Sem Terra
N.I. - Não Informado
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OAN - Ouvidoria Agrária Nacional
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
OECs - Organizações Estaduais de Cooperativas
OESP - O Estado de São Paulo
ON - Oeste Notícias
ONG - Organização Não Governamental
PAM - Produção Agrícola Municipal
PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário

PCB – Partido Comunista do Brasil

PM - Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PQA - Paradigma da Questão Agrária

Proálcool - Programa Nacional do Álcool

PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PRP – Partido Republicano Progressista

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

SDS - Social Democracia Sindical

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SNCR – Sistema Nacional de Cadastros Rurais

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UDR – União Democrática Ruralista

UNC - Universidad Nacional de Córdoba

UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal do Paranapanema

UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista

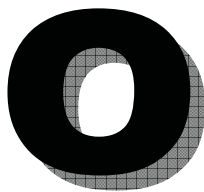
VDR - Vila dos Ribeirinhos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
<i>CAPÍTULO 1 - CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL</i>	33
<i>CAPÍTULO 2 - A OCUPAÇÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA</i>	47
2.1 O protomovimento de ocupação das terras do Paranapanema.....	48
2.2 A frente pioneira no oeste do estado de São Paulo.....	52
2.3 As primeiras expedições e o conflito com os povos indígenas e posseiros	60
2.4 A ocupação das terras do Paranapanema	75
2.4.1 Primeiro e segundo período: povoamento e ocupação das terras do Paranapanema	106
2.4.2 Terceiro período: permuta, imigração e estrada de ferro Alta Sorocabana	113
2.4.3 Quarto período: estabelecimento da agricultura e pecuária na região	130
2.4.4 Quinto período: a produção agropecuária atual no Pontal do Paranapanema (1990-2010)	154
<i>CAPÍTULO 3 - A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA</i>	190
3.1 Da luta na terra da Liga Camponesa de Santo Anastácio à Gleba Santa Rita	193
3.2 A luta pela terra no Pontal do Paranapanema e os princípios da formação do MST	196
3.3 O surgimento e os primeiros passos do MST no Pontal do Paranapanema: a espacialização e o desenvolvimento da luta pela terra.....	205
3.4 Do desenvolvimento da luta do MST ao surgimento das dissensões.	221
3.5 O surgimento das dissensões	248
<i>CAPÍTULO 4 - ORIGEM, FORMAÇÃO, POSTURA POLÍTICO-IDEOLÓGICA, ESTRUTURA E ATUALIDADE DO MAST, MTST E MST DA BASE NO PONTAL DO PARANAPANEMA</i>	255
4.1 Dissensões e as posturas político-ideológicas	257
4.2 A formação do MAST e do MTST no Pontal do Paranapanema	274
4.3 O MTST -Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.....	329
4.4 Acampamento do MTST na atualidade	344
4.5 A formação do MST da Base.....	360
4.6 Acampamento do MST da Base na atualidade	390
4.7 Acampamentos do MST na atualidade	415
4.8 Demais elementos nos acampamentos e ocupações	446

<i>CAPÍTULO 5 - CONFLITUALIDADE, UM OLHAR CRÍTICO SOBRE AS DISSENSÕES E A TIPOLOGIA DE MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA</i>	481
5.1 Conflitualidade, território e ocupações de terra como sinônimo de desenvolvimento territorial	482
5.2 As dissensões no Pontal do Paranapanema: um olhar crítico	500
5.3 Tipologia de movimentos socioterritoriais	513
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	532
<i>REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO</i>	537

INTRODUÇÃO



objetivo principal desta dissertação é compreender as bases históricas e materiais do conflito que compõe a história e atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema dando especial destaque para os movimentos socioterritoriais camponeses. Este questionamento, pela sua complexidade, demandou, como pontos imprescindíveis à pesquisa, não somente uma discussão e o exercício de teorização sobre os novos processos referentes aos movimentos socioterritoriais camponeses da atualidade, mas também uma leitura histórica mais detalhada. Três desafios foram postos, sendo eles: realizar uma diferenciação entre os conceitos de movimento social e movimento socioterritorial e apresentar uma contribuição para a construção do conceito de movimento socioterritorial destacando suas potencialidades para a análise geográfica; compreender e organizar as informações dispersas sobre a ocupação e legitimidade das terras do Pontal do Paranapanema; e compreender os novos processos referentes aos movimentos socioterritoriais camponeses, sobretudo, para identificar suas respectivas posturas político-ideológicas e, conseqüentemente, contribuir para a construção de uma tipologia de movimentos socioterritoriais.

No primeiro desafio, apresentamos uma leitura conceitual sobre movimento socioterritorial com a finalidade contribuir para a sua construção e consolidação. Para tanto, tendo o espaço como ponto de partida e o território como elemento essente ao conceito, visando destacando as diferenças referentes à abordagem geográfica e sociológica tentando apresentar as limitações e potencialidades dos conceitos de movimento social e movimento socioterritorial. Tal curso perpassou pelas contribuições dos principais autores da geografia até apresentarmos também posicionamentos próprios sobre o conceito como um produto das construções e análises realizadas durante a elaboração da pesquisa cuja principal finalidade e contribuição foi contribuir para sua reflexão e reconhecer o potencial do enfoque espacial e territorial.

O segundo desafio foi organizar os pedaços deste quebra-cabeça que foi a história da ocupação do Pontal do Paranapanema. Reunimos obras de autores que se preocuparam e dedicaram tanto em estudos panorâmicos quanto mais específicos e colocamo-los para dialogar com a finalidade de sanar algumas dúvidas e confusões. Como ponto de partida traçamos uma mirada que pudesse mostrar como ocorreu o movimento histórico da ocupação da região do Pontal do Paranapanema pontuando

claramente os principais períodos que compreendem a sua trajetória de ocupação. Discutir os principais personagens e fatores nos permitiu também mapear e identificar os períodos e processos que nos prova que a história do Pontal do Paranapanema não se resume à condição de um processo de ocupação pacífico, regular e similar a muitos outros do Brasil. Pelo contrário, foi um processo de ocupação embotado de ilegalidades, expropriação, exploração, concentração de terra, acumulação de capital, violência, avanço da monocultura, devastação ambiental, interesses políticos, etc., e, portanto, singular.

Neste sentido, a perspectiva histórico-geográfica além de ser reforçada é também vista como fundamental para identificarmos as raízes do conflito, ou seja, compreender através do olhar histórico-geográfico nos possibilitou compreender quais as bases históricas e materiais dos conflitos que emergiram a luta pela terra no Pontal do Paranapanema e identifica-las como produto tanto de uma conjuntura estrutural do capitalismo quanto das especificidades regionais do processo de ocupação. Muitos dos agentes que foram determinantes na conformação atmosfera conflituosa alavancada tem suas origens no processo histórico.

O terceiro desafio foi realizar um processo minucioso de análise sobre os movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema. Compreender as primeiras experiências foi um importante passo, sobretudo, para identificarmos as origens da luta pela terra na região. Posterior às primeiras experiências, a formação do MST foi um grande marco na luta pela terra na região. Suas ações na região, além de contribuir significativamente para a criação e consolidação de formas de se fazer a luta pela terra, também sinalizou e mostrou as possibilidades de mudanças e combate ao grilo e às múltiplas formas de concentração, expropriação, etc.

A dissensão também surgiu como um importante elemento a ser compreendido, sobretudo, pelos seus desdobramentos socioespaciais e socioterritoriais. A criação de outros movimentos implicou não somente na dissensão em alguns movimentos socioterritoriais e a criação de uma oposição intraclasse através da cooptação, mas também em novas formas de se pensar-interagir-lutar-produzir pelo território. Estas formas, embasadas em distintas posturas político-ideológicas, confluiu para a formação de uma tipologia de movimentos socioterritoriais.

É fundamental destacar que, apesar de ter assumidos diferentes faces, a disputa territorial sempre foi ponto importante na história da ocupação do Pontal do Paranapanema. A lógica capitalista prostrou-se como a face dominante desta

disputa/destruição e, como elemento essente de sua natureza, promoveu o "desenvolvimento" para a ampliação e consolidação de seus pilares, sobretudo, no latifúndio e no agronegócio. Além da grilagem, devastação ambiental, etc., a face mais perversa deste processo foi a violência realizada, a princípio e com grande requinte de crueldade, contra os indígenas e mais tarde contra os sem-terra reforçando o conjunto de contradições e o caráter desumano do capital. Vale destacar que ambos lutaram contra a concentração. Contudo, o primeiro lutou e foi massacrado porque visava resistir à territorialização do homem branco e consequentemente do capital, enquanto o segundo sofrera por cobrar com legitimidade a dívida histórica do ilegal processo de ocupação da região e também as contradições da sociedade do capital.

A construção do título visou abarcar os diferentes processos aqui analisados. Diante da diversidade, da influência histórica e do caráter dinâmico da luta pela terra, a construção metafórica do título visou contemplar os principais elementos que compreendem esta pesquisa, sendo estes: a periodização histórica da ocupação do Pontal do Paranapanema; a classe trabalhadora e o campesinato despedaçado; a dissensão nos movimentos socioterritoriais da região; e as diferentes formas de luta pela terra a partir da constituição dos movimentos dissidentes.

Com a finalidade de melhor organizar este conjunto de reflexões e análises organizamos a dissertação em quatro capítulos complementares. No primeiro capítulo realizamos uma discussão sobre o conceito de movimento socioterritorial distinguindo-o do conceito de movimento social e destacando-o como importante ferramenta para análise geográfica. No segundo capítulo organizamos a história da ocupação do Pontal do Paranapanema dando especial destaque para o protomovimento de ocupação das terras do Vale do Paranapanema. No terceiro capítulo nos atemos à origem da luta pela terra, dando destaque à formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na região. Também realizamos os principais apontamentos do processo de dissensão na luta pela terra. No quarto capítulo apresentamos uma discussão sobre ideologia e política, a formação, organização e estrutura dos movimentos dissidentes e sua atualidade na região do Pontal do Paranapanema focando no MAST, MTST e no MST da Base. E, por fim, no quarto capítulo fechamos a discussão apresentando uma tipologia de movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa preocupação em buscar as origens da luta pela terra destacando a ocupação do Pontal do Paranapanema e a formação dos movimentos socioterritoriais camponeses da região está relacionado à opção em se embasar no método materialismo histórico-geográfico de Soja (1993) e Harvey (2006). Deste modo, realizamos uma leitura espacial com embasamento histórico com a finalidade de poder mostrar o que há por traz da realidade atual e o que justificou a formação e conjuntura atual dos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema. Remontar às origens foi fundamental para identificar alguns processos que a princípio nos parecia obscuro e também identificar sujeitos, contradições e fragilidades.

O primeiro passo para a realização da pesquisa foi o levantamento bibliográfico para que pudéssemos identificar não somente as contribuições das produções existentes mas também as lacunas e, portanto, se arriscar a uma possível contribuição. Assim, realizamos um levantamento bibliográfico das obras que envolvessem temas centrais em nosso trabalho. Foi realizado um levantamento das obras referentes à área de estudo, neste sentido procuramos sobre: Pontal do Paranapanema; Oeste Paulista; Alta Sorocabana; Alta Paulista; e os trinta e dois municípios que compõem a região. Alguns professores que foram grandes estudiosos da região também tiveram suas obras consultadas.

Buscamos o referencial bibliográfico sobre movimentos sociais e socioterritoriais. Algumas obras muito contribuíram para entendermos a formação do MST e as origens da luta pela terra no Brasil, São Paulo e na região. Quanto à discussão teórica em alguns momentos tivemos que recorrer à compra de livros, fato que foi viabilizado pelas parcelas da bolsa e muito contribuiu para a ampliação de uma biblioteca pessoal sobre a temática. Neste sentido, além de obras referente às temáticas também buscamos avançar na consulta e leitura de alguns clássicos e também da Geografia. Além de ambas as fontes, também consultamos acervos de demais pesquisadores e documentos oficiais on-line.

Três foram os bancos de dados que fizemos uso em nossa pesquisa, sendo eles: DATALUTA; DATALUTA Jornal; e SIDRA. O DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra também foi uma fonte importante, Fizemos uso das categorias de ocupações de terras, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais, estrutura

José Sobreiro Filho

fundiária de maneira intensa no sentido de dar mais solidez à pesquisa e conseguir informações que pudessem respaldar nossas ponderações e permitir novas reflexões. O DATALUTA Jornal também foi uma importante fonte pois pudemos acompanhar os reflexos, avanços e retrocessos da luta pela terra, dos movimentos, das lideranças, do conflito, da violência, etc. na mídia e também identificar como a informação é disseminada, interpretada, distorcida, etc. No SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática nos permitiu informações muito importantes sobre as principais culturas da região, o avanço da pecuária e censo populacional. As informações foram representadas em forma de quadro, tabelas, gráficos e figuras, sendo os primeiros no *software Word 7* e as figuras foram realizadas em alguns casos mesclando o *Philcarto 6.5* com o *Corel Draw X6* e em outros somente o uso da última ferramenta.

A Cartografia Geográfica Crítica de Girardi (2008) foi nossa principal influência para a elaboração dos produtos cartográficos. Assim, nos empenhamos nas elaborações cartográficas não somente com a finalidade de apontar a localização da ocorrência dos fenômenos, mas também para deixar mais clara a visualização dos fenômenos e processos ocorridos no Pontal do Paranapanema. Dentre uma ampla gama de possibilidades optamos por fazer uso de mapas acumulativos/períodos e mapas de fluxos e mapas utilizando o *Philcarto 6.5* com o *Corel Draw X6*. O uso das cores correspondeu a padrões internacionais de cores e nos casos mais próximos das atuações dos movimentos socioterritoriais o uso da cor vermelha se destaca, sobretudo, pelo seu caráter ideológico.

Um dos pilares da nossa pesquisa foi a realização de trabalhos de campo. As visitas, passagens, participação de atividades extrapolaram a ordem de quarenta. Contudo, realizamos dez trabalhos de campo com um cronograma mais fechado e uma metodologia de campo já estabelecida. Dentre uma ampla gama de atividades, participamos de:

- Ocupações de terras;
- Visitas em fazendas e áreas ocupadas;
- Visitas na Coocamp - Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal Ltda.;
- Visita na usina de produção de etanol “Nova conquista do Pontal, do grupo Odebrecht, no município de Mirante do Paranapanema;
- Encontro Regional do MST;

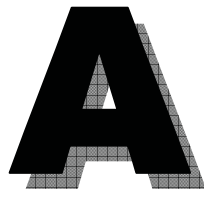
- Encontro Estadual do MST;
- Visitas nos acampamentos dos MST, MTST/MAST e MST da Base;

Visto que uma das partes mais importantes do nosso trabalho não contavam como referencial bibliográfica o trabalho de campo foi compreendido como importante instrumento que poderia viabilizar respostas e sanar muitas das dúvidas que tínhamos. Durante os campos realizamos entrevistas abertas, mas orientadas por roteiros flexíveis. Em muitos casos as entrevistas eram coletivas, mas nem todos gostavam de falar ou preferiam se preservar. Nos ativemos também em realizar entrevistas e buscar diálogo tanto com acampados, coordenadores quanto com as principais lideranças¹. Outra metodologia que acompanhou os trabalhos de campo e muito nos serviu nos momentos de reflexões e apresentação sobre atualidade da luta pela terra na região foi o diário de campo.

Por fim, uma de nossas preocupações durante a realização do trabalho de campo era obtenção de informações em grande quantidade e em boa qualidade. Para tanto, foi investidos momentos de estudo sobre fotometria e também manejo de câmera profissional de fotografia e também na compra de equipamento propício para a boa captura de imagens. Para tanto, utilizamos uma câmera Nikon D5000 para poder registrar fotos com boa qualidade e se dedicou no tratamento das imagens com os *software Corel Photo Paint X6 e Photoshop CS6*.

¹ Tivemos um problema em entrevistar José Rainha recentemente devido ao fato de ter ficado preso durante grande parte da pesquisa. No entanto, tínhamos realizado uma entrevista com a liderança em tempo anterior.

***CAPÍTULO 1 - CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO
CONCEITO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL***



o tratar o tema de movimento socioterritorial nos atentamos, sobretudo, para o seu potencial explicativo, pois pensamos e nos atemos para que a construção conceitual não se prendesse ou reduzisse à uma mera e nova roupagem gramatical e até mesmo a uma abstração, mas que viesse a se tratar de um instrumento analítico engendrado dentro da Geografia visando possibilitar uma leitura que corroborará e subsidiará o olhar multidimensional sob o espaço e a conflitualidade contida, produzida no e pelo território. Neste sentido, destacam-se não somente as ações sociais coletivas, mas também o espaço e território como essência de determinados movimentos.

Os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial não nascem da vontade própria, mas do juízo e das demandas da própria Geografia e, conseqüentemente, seu uso, aceitação e construção tem sido comentado e operado pela academia. Obviamente que realizar uma discussão geográfica e, portanto, socioterritorial sobre movimentos com a finalidade de realizar uma construção conceitual é adentrar no inédito, mas que ao mesmo tempo também causa estranhamento, rejeição e demais riscos que a ousadia e o ineditismo podem causar. Martin (1997), Fernandes (2005) e Pedon (2009) foram os pioneiros desta discussão. Neste mesmo sentido, No entanto, lançamos-mão deste desafio e dedicação às intimidades dos processo geográficos criados pelos movimentos porque compreendemos e que a discriminação, distinção e uma independência teórica é necessária e também sadia, sobretudo, para o amadurecimento e avanço da Geografia, ou seja, criamos uma nova interpretação que possibilite contribuir na compreensão da interrelação entre sujeitos e territórios, que é o socioterritorial. Diferentemente da Sociologia que tem diferentes referencias tais como a ação social coletiva, comportamento coletivo, etc., a leitura geográfica tem na perspectiva socioespacial e socioterritorial o seu ponto de partida.

Neste sentido, afirmamos que o olhar e a produção da Geografia sobre os movimentos podem atribuir predicados que a Sociologia não se preocupa e objetiva. Estes sentidos podem ser atribuídos, sobretudo, com o olhar pelo espaço e, portanto, decompor a nuclear relação geográfica homem-espaço para levar em análise desde os elementos mais simples até os mais complexo. Deste modo, para a Geografia, tendo como referência sua base etimológica, as substâncias e elementos que a realidade oferece, transborda o conceito de movimento social e demanda uma construção conceitual independente. Ou seja, a linguagem geográfica não cabe nesta roupagem, por

isso muitas vezes faz-se uma análise reduzida, pois nesse sentido ao utilizar o conceito de movimento social poderíamos além de ignorar a dimensão espacial, como ocorre em alguns casos, também sinalizar realizar uma leitura sociológica que não realizaremos. Neste mesmo sentido, adentramos também a noção de que o "*ente é dito de várias formas*" pontuada por Aristóteles (2010, p. 24-5), fato que contribuiria munindo de mais afirmações, argumentos e complexificando não só pelo acréscimo do olhar ontológico, mas também pela sua relação no olhar categórico e, neste contexto, de uma construção conceitual geográfica. Vale ressaltar que de maneira simples e objetiva, a Geografia tem uma visão, relação, interação, reflexão e teorização com os movimentos diferenciada da Sociologia e que, portanto, produzem qualidades e resultados distintos.

Assim, realizaremos uma decomposição do conceito de movimento socioterritorial visando chegar à sua composição no sentido mais específico, onde o território tanto como trunfo quanto como essência é elemento vital e central. Contudo, realizamos aqui quase uma odisseia, que apesar de ter nos consumido tempo significativo também foi importante para pontuar elementos estruturantes desta proposição conceitual e, portanto, combater o universo de confusões estabelecidas sobre ele. Por se tratar de uma construção que visa contribuir para a formação do conceito de movimento socioterritorial é fundamental deixar claro que não ignoraremos a Sociologia². Pelo contrário, visamos realizar uma reflexão no sentido de considerar a estrutura que compreende a Geografia para então poder, de fato, realizar uma leitura geográfica sobre os movimentos socioterritoriais. Nesse sentido, a discriminação ou distinção conceitual além de necessária é também sadia, sobretudo, porque a significação conceitual construída e proposta pela Geografia representa um sinal de amadurecimento pois se atenta a elementos relegados a segundo plano pela Sociologia, tal como espaço e território. Para podermos pontuar claramente o conceito de movimento socioterritorial devemos a princípio distinguir com maior precisão o conceito de movimento social para então poder entender sua composicionalidade conceitual.

Todavia, antes de tomarmos como ponto de partida tal distinção vamos nos atentar à acepção do que seria um objeto geográfico. Obviamente que cabem algumas

² Apesar de ausente nas análises, sobretudo referente a movimentos. A concepção de alguns poucos sociólogos pontua a relevância do espaço na compreensão da sociedade tal como podemos encontrar em Durkheim quando o mesmo aponta que a sociedade não poder ser analisada separadamente da organização espacial, ou seja, os objetos são determinantes na composição da sociedade (Ver Durkheim, ano, segundo prefácio, p. XX).

dificuldades porque, de acordo com Santos " *De um ponto de vista epistemológico, as mesmas coisas seriam, de um lado, objetos sociais e, do outro, objetos geográficos* (2008, p. 77). Neste sentido, Pierre George aponta também que a Geografia é compreendida como uma ciência que "...*ultrapassa o âmbito das demais ciências humanas, inclusive a sociologia, definindo-se como pesquisa de todas as correlações e causalidades relativas à situação atual e às vitalidades dessas coletividades*" (1969, p. 12) (Grifo nosso). Tal circunstância deve-se ao fato de que a Geografia e a Sociologia compartilham uma mesma estrutura epistemológica. No entanto, mesmo compartilhando da mesma estrutura epistemológica existem diferenças claras entre ambas as ciências que nos permite identificar e mapear tais distinções.

Pierre George (1969), em sua obra "*Sociologia e Geografia*" aponta elementos fundamentais que são estruturantes nesta distinção, sendo eles: o campo; os métodos; e os conceitos. Mesmo com as atenções voltadas para estes pontos que nos guiam na distinção ainda ressona uma confusão devida às intersecções e o diálogo de ambas as ciências. Entretanto, retomando os elementos que as distinguem e estruturam juntamente aos objetivos de cada ciência tais diferenças ficam ainda mais claras:

Se o objeto da sociologia é a composição e o comportamento de grupo, há coincidências com o interesse geográfico na medida em que uma contribuição é dada para a caracterização de um grupo que o estudo geográfico pode projetar no espaço e por isso mesmo "cartografar" (GEORGE, 1969, p. 21)

Ou seja, ao mesmo tempo em que ambas as ciências estão interseccionadas também ocorre de a Geografia ter como resultado de sua análise outros produtos e reflexões. Neste mesmo sentido, além da intersecção e também por conta desta, a dicotomia Geografia Humana-Geografia Física é claramente combatida ao mesmo tempo em que reforça a relação homem-espaço como objeto da Geografia, sobretudo, por conta de a Geografia reforçar análise do estudo do fenômeno social no espaço trabalhando com ambos em um mesmo patamar e de maneira recíproca, indissociável e também dialética. Assim, pode-se afirmar que a Geografia, com sua famosa alcunha de "ciência de síntese", consubstancia aspectos físicos e humanos como forma de aproximação da compreensão da totalidade, sendo de seu interesse ambas dimensões da realidade:

Os objetos que interessam à Geografia não são apenas objetos móveis, mas também imóveis, tal uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Esses objetos geográficos são do

domínio tanto do que se chama a Geografia Física como do domínio do que se chama a Geografia Humana e através da história desses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa Geografia Física e essa Geografia Humana se encontram (SANTOS, 2008. p. 72).

A distinção dos métodos e metodologias específicas de cada ciência é ponto fundamental porque implica em visões distintas de um mesmo objeto, tal como o método sociológico (DURKHEIM, 2002) e o método geográfico (SANTOS, 1985). Nesse sentido, Santos (2008) afirma:

A questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista. Este não é um dado em si, um dado *a priori*, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída. Escrevendo nos anos 40, Le Lannou provocou um escândalo, ao dizer que a geografia era um ponto de vista, expressão, aliás, mais precisa que a ideia de uma geografia como “estado de espírito”, levantada por H. Baulig (1948). Parafraseando o que B. Stiegler (1994, p. 44) escreveu, a propósito da linguística, “aqui é o ponto de vista que cria o objeto”. (SANTOS, 2008. p. 77)

Os conceitos também são extremamente relevantes porque expressam níveis diferenciados de abstração e, conseqüentemente, influem nas análises de modo decisivo porque nos permite compreender a realidade de maneira distinta. Ou seja, cada um dos conceitos me permite abstrair da realidade compreensões diferentes, tais como o território pressupõe relações de poder, redes estão relacionadas a fixos e fluxos, espaço, paisagem, ambiente, etc. Em síntese, podemos observar que são múltiplas as determinações, possibilidades e instrumentos de análises que estão entrelaçados em cada uma das ciências, neste caso a Geografia, e ainda mais complexa se torna quando atribuímos a intencionalidade.

Assim, torna-se clara a concepção de que ambas as ciências, apesar de compartilharem a mesma estrutura epistemológica, tem por essência objetivos diferentes devido às particularidades de cada ciência. Em termos claros, enquanto a Sociologia se atenta principalmente ao estudo do fenômeno ou fato social de maneira verticalizada, a Geografia se atém à compreender a relação homem-espaço de modo mais horizontalizado, ou seja, enquanto a Sociologia privilegia o estudo do fato social e relações, a Geografia se atém com o estudo da recíproca relação homem-espaço em sua totalidade (SANTOS, 1985). Desta maneira, se tomarmos como referência tanto a contribuição de George (1969) quanto de Santos (1985, 2008) somadas às nossas

reflexões observaremos que a discussão conceitual de movimento socioterritorial ganha sentido e importância, sobretudo, porque a Geografia, como ciência, apresenta potencial completo para avançar em relação aos processos geográficos tal como critica Fernandes:

Os sociólogos, na contribuição do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos (FERNANDES, 2005, p. 30).

Para a Geografia esta lacuna e potencial expansivo e evolutivo além de permitir um avanço conceitual também suscita uma contribuição fidedigna à ciência geográfica e original visto que "*Mesmo quando esses movimentos tem uma nítida dimensão espacial, raramente são considerados de um ponto de vista verdadeiramente geográfico.*" (MARTIN, 1997, p. 26) e que as manifestações espaciais e territoriais quase sempre são relegadas a segundo plano pela Sociologia ou não são consideradas nas análises. Deste modo, a compreensão e definição do conceito de movimento social é fundamental para mostrar e fundamentarmos tanto as diferenças quanto a necessidade da construção conceitual da Geografia além das lacunas e secundarizações perante à dimensão espacial.

No entanto, há um problema neste caso. Observa-se que movimento social é um conceito de difícil definição e comparação conforme aponta (MELUCCI, 1989). Podemos notar esta dificuldade ao tomarmos como referência as obras "*Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*" e "*Novas Teorias dos Movimentos Sociais*" de Gohn (2011; 2009), pois em ambas as obras, a autora perpassa por diferentes teorias, paradigmas, escolas e vertentes deixando claras as diferenças entre elas e o modo de compreenderem e analisarem os movimentos sociais, fato que implica em uma certa dificuldade de ter um conceito um pouco mais fechado e conciso de forma que desse conta de todas as correntes, pois a própria aceção - movimento social - tem diferenças significativas em cada uma dessas correntes, paradigmas e teorias. Neste mesmo sentido podemos encontrar diferentes formas de interpretação e conceituação de movimento social, tal como o de Melucci (1989):

Os movimentos são *sistemas de ação* que operam num *campo sistêmico* de possibilidades e limites. (p. 52)

O que é empiricamente chamado de "movimento social" é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais. (p. 56)

Nos apontamentos de Melucci (1989) encontramos a definição conceitual de movimento social como um sistema de ação. Remontando a contribuição de Santos (2008), observaremos que a própria definição geográfica de espaço é *“formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.”* (p. 63). Identificamos o encontro da visão sociológica, focando no sistema de ações, e a visão geográfica interdisciplinar e horizontalizada trabalhando o sistema de ações e o sistema de objetos.

Quanto ao que seria um movimento social, Gohn também aponta:

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e acessórias - que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.

Os movimentos sociais propriamente ditos, criados e desenvolvidos a partir da sociedade civil, têm nos direitos a fonte de inspiração para a construção de sua identidade. Podem ser direitos individuais ou coletivos. (GOHN, 2009, p. 14)

Contudo, mesmo com vasto referencial e grande quantidade de autores que contribuíram para a discussão ainda é forte e nítida a dificuldade em se ter um conceito comum ou aproximado e aceito pela maioria dos intelectuais. Todavia, Gohn (2009, p. 21) aponta que o denominador comum *“é analisá-los no bojo da problemática da ação social coletiva”*. Neste sentido, conforme notamos Melucci (1989), Gohn (2009; 2011) e também Bobbio, Matteucci e Pasquino (1997), destaca-se também que há elementos reincidentes ao menos na maioria das teorias, paradigmas, escolas, vertentes, e autores, tais como: ação social; ação coletiva; coletividade; conflito; solidariedade; significados plurais; sistema de ações; etc. Além destes elementos comuns, destaca-se que na visão sociológica os movimentos são compreendidos como fenômenos, sobretudo históricos neste caso:

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta e, períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas

básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre (GOHN, 1997, p. 20).

Além da concepção de ser um fenômeno e do forte caráter histórico destaca-se a relação sujeito-sujeito. No entanto, apesar de apontar intentos de transformação, conflito, relações sociais, etc., a dimensão espacial e/ou a relação homem-espaco se ausenta dos apontamentos. A ausência da discussão espacial/territorial e, portanto, deste como um elemento não somente estruturante mas também decisivo na luta e motivo de existência e essência de alguns movimentos é outro aspecto fundamental na visão sociológica:

Acreditamos que um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica outros igualmente carentes, excluídos ou sem direitos, reconhecimentos ou pertencimentos. Um movimento social não assume ou “veste” uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, gênero ou uma idade. Este ato configura uma política de identidade e não uma identidade de política. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. (GOHN, 2010, p. 31-2).

Visto tal circunstância, reforçamos a relevância, o sentido e necessidade de contribuir na construção e consolidação do conceito movimento socioterritorial. Nada obstante, é fundamental destacar e retomar os apontamentos realizados anteriormente de que a Geografia respeita e se vale das enormes contribuições da produção sociológica, mas entende que pelas limitações referentes à dimensão espacial torna-se não somente interessante, mas também necessário avançar nesse sentido. Contudo, é necessário diferenciar o modo de ver e analisar as relações dos movimentos socioterritoriais/socioespaciais tanto com o espaço geográfico, em suas múltiplas dimensões (Política, Social, Cultural, Ambiental, Econômica, etc.), quanto com a sociedade de modo que considere-as em sua naturalidade dialética e indissociável. Deste modo, pode-se cumprir com os objetivos da ciência geográfica realizando uma leitura ou estudo socioespacial/socioterritorial e não uma mera reprodução superficial sobre fenômenos ou fatos sociais. Assim, conforme aponta a contribuição de Pedon (2009) rumo à construção do conceito de movimento socioterritorial não são objetos distintos, mas sim perspectivas diferentes:

O movimento social e movimento socioterritorial constituem um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se mobiliza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses. Fernandes (2000) assevera que não se trata da existência de dois tipos de movimentos distintos: movimentos socioterritoriais e movimentos sociais. Desta forma, *não existem um e outro. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica* (FERNANDES, 2008). Ao nosso ver, o autor ressalta que sua proposta é marcadamente epistemológica, ou seja, reside no campo do desenvolvimento de formulações, teorias e conceitos, destinados a realizar uma leitura geográfica da dinâmica social encetada pela luta de classes. (PEDON, 2009, p. 228)

Tanto Pedon (2009) quanto Fernandes (2005) destacam a necessidade de uma construção autêntica e autônoma que além de fazer jus à estrutura epistemológica da ciência geográfica também possibilite legitimar a análise geográfica através de uma construção conceitual *geograficizada* e que venha a mudar de orientada para orientadora:

A proposta conceitual que busca firmar os movimentos no campo da leitura geográfica, redefinindo-os a partir do conceito de movimento socioterritorial, constitui um momento do desenvolvimento da geografia. Nesse processo de evolução, a geografia amplia sua “bagagem” e inverte sua posição no campo da pesquisa social. De orientada, busca assumir a função de orientadora. (PEDON, 2009, p. 228)

Outro ponto fundamental que está relacionado tanto ao uso do conceito de movimento social quanto à construção conceitual geográfica é a importação e uso de alguns termos e conceitos de outras ciências, tal como aponta Santos (2008):

A. Giddens, num texto assassino (1984, 1987, PP. 433-434), criva os geógrafos de sarcasmo, ao reclamar que a sociologia teria muito a ganhar com a contribuição teórica vinda da geografia: os conceitos geográficos poderiam ajudar os sociólogos a incorporar em suas análises a realidade do espaço. Para Giddens, a falta de apetite dos geógrafos viria de fato de que estes se contentariam em acolher e utilizar a produção teórica dos sociólogos, responsável por avanços teóricos na geografia. Trata-se, na realidade, de um equívoco, conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são *flashes* isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações.

Uma definição consistente do espaço geográfico não pode ser encontrada nas metáforas provindas de outras disciplinas. Nem os conceitos de espaço que essas disciplinas estabelecem podem passar, automaticamente, para a disciplina geográfica. Mesmo as ideias seminais de Einstein, como a da relatividade e a equivalência entre o campo e o espaço, necessitam de adequação, para se tornarem operacionais em geografia. É a geografia que cabe elaborar os seus

próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulações de outros campos. (SANTOS, 2008. p. 87).

Apesar de grandes contribuições também é possível que ao importar e/ou usar alguns conceitos ou termos de vindos de outras ciências importar limitações crônicas e que, portanto, não somente culmine em uma visão insustentável quanto também parcelaria (leia-se diminuta). Embora Santos (2008) aponte que Giddens tenha sarcasticamente feito uma crítica à condição dos geógrafos, na atualidade denota-se o crescente uso do conceito de território pelos sociólogos e também a confusão feita por muitos destes. Ou seja, cresceu não somente o uso do conceito de território na Sociologia, mas também a visão sociológica sobre o conceito de território. Contudo, esta visão da Sociologia sobre o território, em sua maioria, limita-o a uma concepção meramente sociológica onde a leitura fundamental é a relação homem-sociedade e, portanto, o secundariza ou o sinonimiza com o conceito de espaço, tal como realiza o sociólogo Schneider (2005), chegando inclusive a ponto de usá-lo somente como pano de fundo ou termo para designar espaço de conflito ou de identidade. Tanto adequações quanto criações/construções são fundamentais nestes casos, ou seja, visto que há contribuições de diversas ciências é fundamental realizar tanto uma compreensão mais profunda quanto também adequações para evitar equívocos, sobretudo, em questões conceituais. Chamamos a atenção para tal circunstância porque via de regra tal visão fragmentária e até mesmo confusamente percebida pode contribuir para a realização de uma leitura errônea, incompleta e no caso de movimentos socioespaciais/socioterritoriais fragmentária e unidimensional. Neste sentido, podemos afirmar também que da mesma maneira o importar desatento e desconhecido das estrutura da Sociologia como ciência é recíproca pela Geografia.

A atenção que insistimos em dar para a necessidade de uma construção conceitual está relacionada também à leitura multidimensional do território, visto que nos permitirá diferenciar de maneira mais clara tanto a abordagem sociológica, com significativa horizontalização na dimensão social, quanto na geográfica, que por ser uma ciência de síntese tenta se aproximar mais da totalidade e tem como característica a interdisciplinaridade e, portanto, a multidimensionalidade. Neste contexto, conforme apontamos anteriormente e reforça Fernandes (2005), pode ocorrer uma compreensão confusa do território sob o enfoque unidimensional:

A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é

uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial”. (FERNANDES 2005, pg. 28)

Também é recorrente a utilização do conceito de território como sinônimo à uma ideia extremamente simplificada de espaço ou então vistos somente sob a luz da dimensão social e econômica. Obviamente que a maioria deste erros devem-se à uma visão fragmentada da realidade e também à uma errônea totalização da dimensão espacial devido à intencionalidade do pesquisador:

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma *intencionalidade*, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completivos do espaço geográfico. (FERNANDES 2005, pg. 27)

Ademais das confusões e diferenças epistemológicas que tanto contribuem em nosso exercício de reflexão e definição, retomamos à abordagem geográfica de um determinado objeto para então podemos destacar e pontuar o que seria um movimento socioterritorial. Neste contexto, a contribuição de Pedon (2009) caminha no mesmo sentido da ponderação de Santos (2008) quanto à ideia de uma abordagem geográfica e de um tratamento geograficizado do objeto, sobretudo, a partir de formulações, revisões e construções conceituais que deem conta do todo e também das partes:

Não cremos, pois, que seja indispensável continuar buscando a definição de um objeto com existência separada, isto é, uma existência geográfica, um objeto geográfico em si. A partir do entendimento que tivermos do que deve ser objeto da disciplina geográfica, ficamos em condições de tratar, *geograficamente*, os objetos encontrados. Mas esta proposição restará tautológica, se não buscarmos as categorias analíticas que permitam rever o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento. Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação. Pensamos que nossa proposta atual de considerar o espaço geográfico como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações pode ajudar esse projeto. (SANTOS, 2008. p. 77)

Além das ponderações de Pedon (2009) e Santos (2008) destaca-se a necessidade de uma matriz conceitual que permita à Geografia avançar na análise e compreensão não somente da relação homem-sociedade ou sujeito-sujeito, Homem-Sociedade-Estado-Capital, etc., como reforça a Sociologia, mas passar para um âmbito

mais próximo da ciência geográfica em que além da compreensão homem-sociedade, Estado, etc. também enfoque a dimensão espacial no sentido de ter não somente o espaço como categoria geográfica e filosófica, mas também como ponto de partida para se entender o universo de relações que compreendem a realidade. Tão fundamental este sentido são os demais elemento e fatores que compõe, dinamizam e complexificam estas relações, tais como: poder e território; rede; paisagem; etc. Somados aos vários pontos apresentados até o momento a concepção multidimensional do espaço também é um elemento fundamental por destacar o aspecto composicional:

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade (FERNANDES 2005, p. 26).

Neste sentido, assim como a Sociologia, a Geografia também consegue definir denominadores comuns que nos permitem identificá-los claramente. No entanto, diferentemente da Sociologia onde não há um conceito geral ou comum sobre movimento social, a Geografia, justamente por ter em vista não somente as relações sociais mas também o espaço e território como essência e trunfo para sua definição e existência consegue, mesmo que de forma multiescalar, apresentar o movimento socioterritorial como um conceito, *a priori*, mais definido, sobretudo, do ponto de vista dos denominadores comuns, tal como podemos notar em Fernandes:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais

para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios. (FERNANDES, 2005, p. 31)

Não somente o tratamento com a dimensão espacial mas também o reconhecimento de sua importância tanto na influência das relações quanto em sua própria construção/produção e reprodução socioespacial/territorial também é elemento relevante nesta construção conceitual geográfica:

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. (FERNANDES, 2005, p. 31)

Visto tal circunstância e contribuição teórica reafirmamos aqui que de acordo com Martin (1997) Fernandes (2005) e Pedon (2009) o movimento socioterritorial é aquele que tem o território não somente como um trunfo, mas também como elemento e substrato essencial para sua existência. Sendo assim, suas ações, a grosso modo, confluem para a conquista, manutenção, defesa e desenvolvimento de determinado território, tal como uma casa, terreno, assentamento, etc., conforme podemos notar em Pedon:

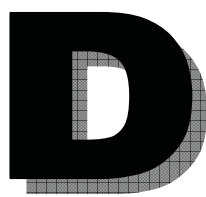
No que se refere aos movimentos socioterritoriais rurais, tem-se a luta pela terra como condição de acesso ao espaço da produção dos meios de existência, e a luta na terra como forma mais ampla de manutenção ou melhoramento dessas condições. Quando projetadas sobre o espaço, as ações intencionais o transforma em território, uma vez que ele passa a constituir espaço problematizado e disputado por diferentes grupos sociais. (PEDON, 2009. p. 190)

É fundamental destacar que não existem - movimentos -, independente de suas ações sociais coletivas, sem espaço, pois todos os movimentos estão relacionados ao espaço, seja pela forma de interpretá-lo, de lutar por ele, de o produzir, de contesta-lo ou as relações que ele é palco, etc. Ou seja, mesmo que os movimentos não o reconheça ou destaque em suas lutas de maneira clara e objetiva, a própria existência dos movimentos e de uma luta pressupõe a ideia de espaço e as relações e ações sociais coletivas, tão logo, denunciam, por conseguinte, sua relação socioespacial. É importante esclarecer que todos os movimentos produzem espaços e relações socioespaciais. Tal circunstância também justifica o conceito de movimentos socioespaciais (FERNANDES, 2005).

Visto tais elementos e circunstâncias reafirmamos não somente a importância, mas também a necessidade de uma análise geográfica sobre movimentos tal como realiza Fernandes (2005) e Pedon (2009). Mas que, de fato, estejam amparadas e fazendo jus ao campo, método e conceitos próprios da Geografia de modo que os próprios geógrafos também evitem secundarizações e a reprodução de estudos sociológicos mais simplificados, afeiçoando uma pseudo-geografia que não vai além dos elementos circunscritos até então e/ou desatenta às especificidades de cada ciência³.

³Milton Santos (1978) chama a atenção para a lenta evolução da geografia devido ao peso das velhas ideias. Este apego se reflete como involução na medida em que se demonstra cada vez menos capaz de explicar a realidade sob o enfoque geográfico (Ver p. 83-4 “Por uma nova geografia”).

CAPÍTULO 2 - A OCUPAÇÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA



iferentemente de muitos autores e por se tratar de um trabalho cujo principal objetivo é realizar uma leitura sobre movimentos socioterritoriais na região do Pontal do Paranapanema damos início neste capítulo apresentando que o processo de ocupação das terras do Vale do Paranapanema foi realizado por um conjunto de pessoas organizadas cuja estrutura se aproximou da organização de um movimento socioterritorial. Deste modo não veremos somente um capítulo que remonta a história da região, mas também de uma organização que denominamos de protomovimento de ocupação das terras do Vale do Paranapanema e cuja essência esteve diretamente atrelada a conquista do território. Desta forma, primeiramente, apresentamos a nossa compreensão sobre o que denominamos como protomovimento e em seguida remontamos o processo histórico destacando-o em alguns momentos. Em seguida destacamos os processos de ocupação e povoamento das terras, migração, devastação ambiental, desenvolvimento das culturas agropecuárias, distorções na estrutura fundiária, etc.

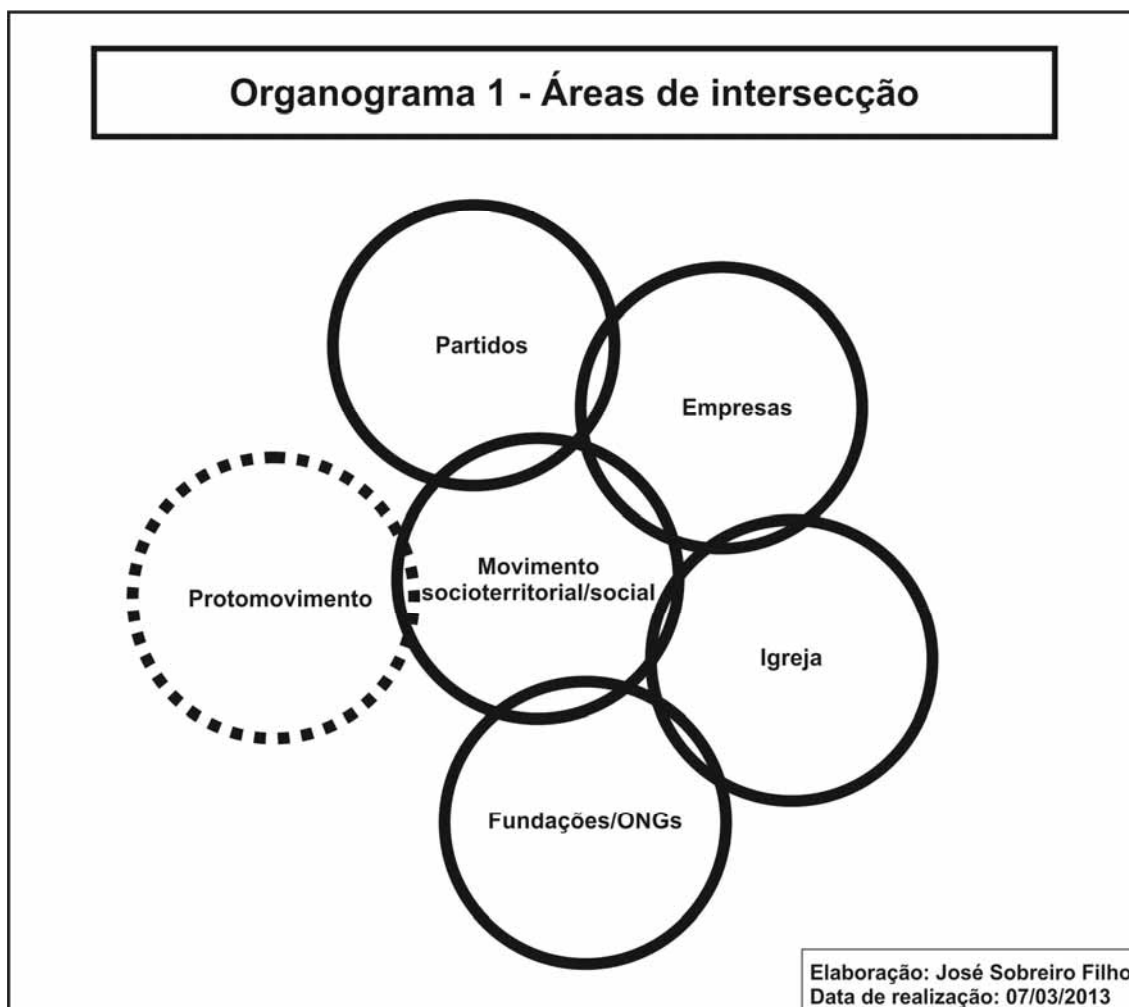
2.1 O protomovimento de ocupação das terras do Paranapanema

Nossa primeira questão, ao começar a analisar a ocupação das terras do Vale do Paranapanema é - o processo de ocupação iniciado por José Theodoro de Souza e depois e posteriormente potencializado pelos demais conterrâneos foi um movimento assim como o MST e demais movimentos da década de 90? -. Conforme observaremos em todo o histórico de ocupação, a estrutura organizacional do grupo de José Theodoro de Souza foi mais simples que as insurgentes em 1990 e claramente não chegou a assumir a forma e se reconhecer como um movimento socioterritorial. Contudo, mesmo que simples, houvera estrutura organizacional, identidade, interesses comuns, objetivavam transformações, e também, mesmo que não declarado como um movimento, havia um espírito de corpo, personagens que lideraram, etc. É com base em tais elementos que afirmamos que não houve um movimento socioterritorial, mas que por conta dos indícios e elementos desenvolvidos ainda que de forma primária houve um protomovimento socioterritorial de ocupação das terras do Vale do Paranapanema.

De maneira clara, entendemos o protomovimento é uma forma de organização social que antecede o movimentos socioespacial-socioterritorial. Todo protomovimento

pode vir a ser um movimento ou não, assim como todo movimento pode resistir/manter, se institucionalizar ou acabar. Contudo, o diferencial do que denominamos de um protomovimento é a estrutura social mais simples e a presença de alguns elementos essenciais para a conformação de um movimento socioterritorial mas em condição ainda embrionária. De fato, em um protomovimento muitos objetivos, significados e sentidos que caracterizam um movimento socioterritorial ainda é latente. Tal circunstância pode ser notada ao analisarmos e compararmos o protomovimento socioterritorial ocupação das terras do Paranapanema com o MST, ou seja, veremos objetivamente a condição e os elementos embrionários que caracterizam um protomovimento no primeiro caso e no segundo um movimento socioterritorial mais definido e consolidado.

Quanto ao potencial de um protomovimento em se tornar um movimento socioterritorial definimos este processo através do que chamamos de áreas de intersecção. As áreas de intersecção são espaços de contato em que as estruturas e relações se aproximam e podem potencializar uma transformação, o vir-a-ser em movimento socioterritorial no caso de um protomovimento, ou também podem, sobretudo no caso das relações, exemplificar a proximidade, origem, diálogo e até um certa dependência com determinadas formas de organização social, tal como tem os movimentos que se originaram como braços ou dentro de partidos, ONGs, Igrejas, empresas, etc. Entretanto, este processo tem muitas outras faces, por exemplo, um protomovimento pode vir-a-ser uma ONG ou partido antes de se tornar movimento socioterritorial. Tentamos aqui fazer uso de uma representação que pudesse exemplificar o caso do protomovimento socioterritorial de ocupação das terras do Vale do Paranapanema (organograma 1), ou seja, este processo se encaixa nitidamente à organização iniciada por José Theodoro de Souza, mas se esbarra em alguns dos demais sujeitos/personalidades que mais tarde emergiram tal como o Cel. Manoel Goulart visto que realizara transformações a partir de uma estrutura empresarial.



Alguns destes ensejos nos levam a crer que além de podermos compreender o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema através da análise de organizações e ações socioterritoriais também é fundamental destacar sua importância no processo. Neste sentido, entendemos que além da luta pela terra realizada a partir de 1990, o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema também tivera alguns elementos que nos levam a interpretá-lo e identificar a atuação do que denominamos como um protomovimento ou quase-movimento (GOHN, 2011). Além de nossa abordagem sobre protomovimento encontramos também em Gohn (2011) a ideia de quase-movimento que soa muito semelhante.

Não muito diferente de outros movimentos, podemos dizer que o proto ou quase-movimento de ocupação das terras do Vale do Paranapanema desejavam grandes transformações culturais e sociais. Contudo, tais transformações socioterritoriais tiveram feições, sobretudo, desumanas e ilegais, tais como: extermínio dos indígenas e de sua cultura; grilagem de terras; desmatamento; destruição da fauna; imposição da

cultura do homem branco; comercialização e ocupação das terras; etc. José Theodoro de Souza foi o personagem que deu início ao processo e, portanto, a principal liderança e referência do proto ou quase movimento. Contudo, assim como em todos os movimentos, apesar de iniciado por José Theodoro de Souza, mais tarde foram surgindo demais personagens que dinamizaram o processo de ocupação, tais como: João da Silva Oliveira, Francisco de Paula Moraes, José Antonio Gouveia ou Antonio José Gouveia, João Evangelista de Lima, José Rodrigues Tucunduva, etc.

É fundamental destacar que nossa compreensão da ocupação das terras do Paranapanema como um proto ou quase movimento tem a sua base na organização de um grupo de colonizadores liderado por José Theodoro de Souza. Além das primeiras inserções no Pontal com um grupo/proto-movimento destacamos também a dinamização do processo na povoação e ocupação das terras do Paranapanema. Destaca-se que desde a primeira inserção até ocupação e povoamento houvera o "*esprit de corps*" (GOHN, 2011). Todavia, com a intensificação do processo de ocupação, este "*esprit de corps*" foi se perdendo e então emergindo vários personagens com interesses específicos vinculados a uma ordem empresarial, tais como Manoel Pereira Goulart, Francisco de Paula Goulart, José Soares Marcondes, Antonio Sandoval Neto, etc. Contudo, o surgimento destes personagens tivera o caráter empresarial e, portanto, implicara em uma dinâmica diferente. Consequência disso é que muitos outros grilos também foram surgindo dentro do grande grilo da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, abertura de muitas outras fazendas, etc. Em síntese, conforme veremos adiante, pode-se afirmar que este proto ou quase-movimento foi um movimento socioterritorial pela grilagem, ocupação e comercialização das terras do Paranapanema, diferentemente da postura do MST mais tarde que surge para fazer o processo contrário.

2.2 A frente pioneira no oeste do estado de São Paulo

Analizada, compreendida e minuciosamente descrita por Pierre Monbeig em sua obra *“Pioneiros e fazendeiros de São Paulo”* (1984) a frente pioneira foi o processo que encenou a marcha do capitalismo rumo ao oeste do estado de São Paulo na incorporação de novos espaços e sujeitos na lógica sociometabólica do capitalismo (MESZAROS, 2002). Impulsionado pelas necessidades de expansão e ambições do modo capitalista de produção, o processo alavancou a ocupação e as forças produtivas rumo ao Oeste do estado de São Paulo, extraindo e produzindo uma quantidade significativa de matéria-prima que o tornou motor de uma nova dinâmica na economia brasileira.

Monbeig (1984)⁴, apresenta que a franja, frente, marcha ou vaga pioneira aconteceu em três etapas. A primeira etapa abarca o período de 1900-1905 e o autor discorre sobre a conjuntura da produção do café⁵, a vinda, alocação e localização dos imigrantes, a construção e utilização das estradas de ferro no estado de São Paulo e a formação de uma nova paisagem devido ao avanço da frente pioneira e às relações criadas. A segunda etapa durou até 1929, com especial destaque para este ano, visto ser um marco devido à mudança de conjuntura no cenário econômico, sobretudo pela crise do café como consequência da crise mundial, em que o autor evidencia a situação recessiva do café no estado de São Paulo e a queda dos rendimentos, as migrações internas e a vinda dos imigrantes, a evolução das estradas de ferro, das rodovias e dos caminhões que se tornavam cada vez mais presentes nas zonas pioneiras. Na terceira etapa, Monbeig analisa o processo pós década de 20 até a década de 40 ressaltando os planos de colonização, o processo de desbravamento das florestas, o avanço e desenvolvimento das diferentes culturas na frente pioneira, problemas sanitários enfrentados pelos colonizadores e o surgimento de cidades e patrimônios como expressão da consolidação da frente pioneira no oeste do estado de São Paulo.

De fato, esse processo incessante e intenso que avançou oeste à dentro foi um divisor de águas na história e, sobremaneira, na economia do estado de São Paulo, não somente por inflá-la, movimentá-la e enriquecê-la, mas também por incorporar novos espaços e sujeitos na máquina produtiva. Deste modo, no transcorrer da sua

⁴ A obra de Monbeig refere-se ao Oeste do estado de São Paulo e Norte/Noroeste do estado do Paraná, no entanto focamos a análise do Estado de São Paulo por ser o principal objetivo deste trabalho.

⁵ O café foi inserido no país no começo do século XVIII. Décadas depois, o café começou a se expandir no Rio de Janeiro, capital do país naquele período, e alcançou uma porção muito significativa de terras, sobretudo no Estado de São Paulo chegando a ser o produto responsável pela maior parte das exportações assim como a borracha, algodão, açúcar e cacau. (FURTADO, 2000; PRADO JR., 1970).

consolidação, muitos outros processos se somaram e incorporaram a intensa marcha do capitalismo rumo ao oeste de São Paulo.

Como expressão destas revelações conformava-se uma nova dinâmica de ocupação e produção que em determinados momentos era mais acelerada e em outros momentos um pouco mais morosa, sendo até custosa pela lentidão, no estado de São Paulo:

Desde que tomou pé nos planaltos ocidentais, prosseguiu a vaga pioneira em sua marcha infatigável, sacudida pelas crises econômicas, acelerada às vezes pelo jogo das circunstâncias políticas mundiais. Incessantemente engrossada por elementos novos, a multidão dos plantadores e dos pioneiros não cessou de progredir, mais ou menos depressa, mas sem fatigar-se. Testemunhavam avanços sucessivos as cidades, que se sucedem contos de um rosário, ao longo das ferrovias. Por toda parte, traz a paisagem a marca dessa ofensiva contínua, nos restos de florestas que subsistem, sobre os solos talados por essa cultura devastadora. Cada fase acarretou algo de novo, que não desapareceu com a progressão. História bem curta, mas que cumpre conhecer, seguindo os episódios da marcha pioneira, para compreender como elaborou o seu mundo, tal como hoje se nos apresenta. (MONBEIG, 1984, p. 125)

Logo no início, o estado de São Paulo, centro da economia do país, passava por momentos de aumento de demanda de matéria-prima (MONBEIG, 1984, p. 21) tanto para consumo interno quanto para exportação, visto que o Brasil ganhava projeção internacional na exportação do café e objetivava alcançar patamares ainda mais elevados. Para tanto, fazia-se necessário a incorporação de novas áreas e sujeitos para movimentar o processo produtivo. A abertura de frentes pioneiras ou frentes agrícolas⁶ foi a solução adotada para suprir a demanda de produção e consumo do mercado mundial, “fortalecer” a economia nacional e satisfazer, em partes, as necessidades do capitalismo. Além disso, os custos do processo não eram elevados, pois a terra sempre foi elemento abundante no país e, logo que planejada e iniciada a expansão cafeeira, o problema da mão de obra foi superado com a migração subsidiada pelo governo brasileiro (FURTADO, 2000, p. 130). Neste sentido, segundo Prado Jr. (1970) a administração do estado de São Paulo investiu significativamente e centrou suas forças na imigração para suprir a demanda das fazendas de café e criar condições extremamente favoráveis para a expansão cafeeira, fazendo dele “*um sistema que pode se considerar perfeito e completo*” (p. 226).

⁶Foi utilizada como sinônimo de frentes pioneiras em determinados momentos, mas em outros destacando o caráter produtivo e não somente de ocupação e domínio territorial.

Assim, a conjuntura era propícia para o desenvolvimento da frente pioneira no estado de São Paulo, com abundância de terras no oeste e mão de obra para suprir a produção (PRADO JR., 1970, p. 226-7). Tais circunstâncias se davam visto a importância da frente pioneira para a economia do estado de São Paulo e a intensidade de sua influência. Neste sentido, Monbeig é enfático ao exprimir “*recebe, da existência das zonas novas, seu impulso mais forte*” (1984, p. 21). De fato, as novas zonas tornaram-se o combustível que alimentava a expansão e o crescimento do estado de São Paulo e a Marcha para o oeste verteu-se em um processo essencial para tal.

Esse processo aos poucos se expandia pelo estado tomando grandes proporções e feições benéficas para o estado nacional, estadual e a conjuntura capitalista, a tal grau que, apesar de ser o cerne do processo, não se restringia ao estado de São Paulo. De acordo com Monbeig “*a “marcha para o Oeste” é essencialmente paulista e continua a sê-lo, mesmo ao penetrar territórios de outros Estados...*” (1984, p. 23) visto que esse processo estava intrinsecamente atrelado à centralidade econômica exercida por São Paulo e à circulação/transporte oferecido pelo Porto de Santos, além do que, de acordo como o autor, a maioria dos homens que promoveram o processo foi oriundos do próprio estado de São Paulo. No mesmo sentido, a contribuição de Armando Pereira Antonio (1984) também reforça a concepção de que as frentes pioneiras ou a Marcha para o Oeste e das novas áreas integradas serem parte do avanço do modo capitalista de produção que passou a incorporar espaços ainda não utilizados para plantio, sobretudo, de café:

A ocupação efetiva do extremo sudoeste paulista, está intimamente relacionada com a expansão da estrutura capitalista do momento – 1ª. E 2ª décadas do século XX, - ou seja, preocupada em aumentar e dominar “novas áreas” que passam a ser revalorizadas com o plantio do café. (ANTONIO, 1984, p. 46)

Assim, a frente pioneira frigia o “novo espaço” sob a perspectiva da integração às relações capitalistas de produção e, naquele contexto, o café foi a cultura de maior expressão no país. A cultura do café se espacializava/territorializava estado de São Paulo à dentro e, para tanto, era fundamental dotar de infraestrutura e povoar as novas áreas tanto para possibilitar as vias de circulação e mão de obra, quanto criar novos mercados de consumo e assegurar a soberania territorial anteriormente ameaçada pela invasão paraguaia. Em termos mais claros, esse processo se vertia e ganhava concretude aos olhos ou na vida cotidiana a cada empreitada iniciada para abertura das fazendas, nas corriqueiras e “pressagiosas” propagandas das companhias de colonização, na

migração sentido ao oeste, a cada quilômetro que as estradas de ferro avançavam, a cada atraque de navio com colonos imigrantes que trabalhariam nas culturas de café ou tentariam realizar o sonho de ter sua propriedade, nos milhares de hectares de florestas desmatados para transformação de pastos e plantações de café, etc.

Enfim, o processo de abertura de novas áreas e integração ao mercado estava apinhado de desdobramentos com expressões socioespaciais muito claras e vívidas. Monbeig (1984), em uma descrição muitíssimo rica em detalhes sobre uma viagem rumo ao oeste paulista, se atenta aos aspectos conjunturais importantes e que caracterizavam o processo de ocupação do Oeste do estado de São Paulo e de abertura de novas áreas, ou seja, a frente pioneira e evidencia alguns elementos que compunham o quadro circunstancial cotidiano:

Mesmo que fechasse os olhos à paisagem, o viajante não escaparia à impressão de nova zona: seus companheiros se comprazem em citar cifras prestigiosas, que testemunham o surto das cidades atravessadas, a evocar o heroico nascimento delas, ou a narrar os bons negócios que nelas se fizeram, os golpes de especulação bem sucedidos. Noutros vagões, outros viajantes, em andrajos, carregando pobre trouxas e arrastando crianças de olhos fundos, contemplam, atemorizados, essas paisagens estranhas; vêm da Bahia, de Pernambuco, ou do Ceará, atraídos pela lendária fama da região pioneira paulista. Ouvia-se falar português, mas com zeticismo do japonês ou o sotaque do alemão. (MONBEIG, 1984, p. 22)

Estabelecia e se fortalecia, aos poucos, um processo de ocupação que rumava para o oeste do estado de São Paulo. Era um processo moroso, que aos poucos vencias as barreiras e integrava mais terras ao oeste. A posse e qualidade da terra eram atrativos naquela conjuntura de expansão da agricultura. Mas as dificuldades de acesso e circulação também eram grandes. Foi justamente neste sentido que a frente pioneira rumou, para tomar conhecimentos das terras, desbravando-as, apropriando-as a preços baixos ou sem custo algum e integrando-as ao sistema produtivo capitalista, que se expandia, ainda com mais voracidade.

As potencialidades do oeste de São Paulo atraíam os olhos dos governantes, investidores e fazendeiros, que ao tomar conhecimento das características da região, despertavam interesse em desbravar o sertão ocidental:

O governo da Província do Paraná cuidara de implantar uma estrada em direção dos rios Paranapanema e Paraná, para atrair o comércio de Mato Grosso. Os ingleses tinham pensado e construir uma ferrovia na mesma direção, e um dos engenheiros, Bigg Withers, deixou interessante descrição da região; em 1874, lá não encontrou senão caboclos completamente perdidos, tão à margem do movimento de

colonização de Curitiba, quanto seus irmãos paulistas de Campos Novos e Rio Preto o podiam estar do povoamento econômico de Limeira e São Carlos.

Assim, em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas audazes. O sertão ocidental escapava completamente à economia da Província. No entanto, os fazendeiros não o ignoravam inteiramente. Começavam eles a ter contato com esses domínios um pouco misteriosos, que envolviam narrativas legendárias dos bandeirantes. (MONBEIG, 1984, p. 22)

Dentre uma ampla diversidade de interesses quanto às terras do oeste do estado de São Paulo o que se destacava era, por incentivos do capital monopolista, a posse da terra, subordinada à lógica de produção capitalista, e a incorporação destas novas áreas à produção, cuja finalidade era o consumo interno e a exportação (TEIXEIRA, 1979, p. 130), ou seja, esta aconteceu de fato por interesse do capital. Afinal, seria a própria marcha, incorporando novos espaços em sua lógica sociometabólica⁷, que revitalizaria a conjuntura econômica de crise, ou seja, seria uma possível resolução do problema.

Assim, visto que a frente pioneira se comportou conforme os interesses do capitalismo, sua lógica de expansão não seria guiada de maneira diferente das experiências até então conhecidas. Foi realizada, em vários momentos, fazendo uso das mais perversas e vorazes estratégias para garantir a sua permanência e expansão e tendo desdobramentos problemáticos por seus custos, sobretudo, culturais, sociais e ambientais⁸. Monbeig, fazendo alusão a uma guerra, descreve como se dava a agressividade do processo:

É tentando ampliar as comparações militares: os pioneiros são como exércitos que partem para o assalto e as derrubadas são campos de batalha. Uma zona pioneira, como uma zona de guerra, conhece problemas de abastecimento, tem seus serviços de intendência e sua retaguarda e, nesse combate supõe uma estratégia e estrategistas que, providos de mapas, possam localizar as posições ocupadas pelas tropas, acompanhar sua marcha e modifica-la, se necessário. (MONBEIG, 1984, p. 165)

Todavia, naquele período, tinha-se uma noção diferenciada do processo. Alguns daqueles que o compunham como agentes sociais tinham uma concepção romântica e heroica de que *“Perpetua uma tradição aquela que “abre” uma fazenda e sua ação direta suscita vocações”* (MONBEIG, 1984, p. 122) e um sentimento de contribuição

⁷ Sobre o metabolismo sociometabólico ver Meszaros (2002)

⁸ Tais como o intenso processo de desmatamento e exaurimento do solo (MONBEIG, 1984, p. 75) e o extermínio dos indígenas, como demonstraremos mais adiante.

para país “*Mas também a sensação de criar, o sentimento de manter uma tradição e o contribuir para engrandecer o seu país*” (MONBEIG, 1984, p. 122). Criou-se nesse período uma concepção de grandiosidade e fascínio no ato de abrir fazendas e se incorporar às zonas pioneiras (MONBEIG, 1984, p. 122). Contudo, neste processo, uma das suas faces mais perversas foi a devastação ambiental. As florestas foram rapidamente dizimadas, restando apenas algumas pequenas porções que resistiram com muito custo e o solo, em muitos casos, foi rapidamente esgotado devido ao uso intenso e sem cuidados ambientais. Com o solo fatigado, tão logo, os pioneiros partiam para outras terras a fim de abrir novas fazendas e o preço das terras fatigadas caía muito. (MONBEIG, 1984, p. 122).

Para alguns, a frente pioneira significava um mundo de oportunidades. No entanto, os frutos eram incertos, mas ainda assim haviam muitas chances e muitos se arriscavam:

Lançar-se na abertura de uma fazenda nova, equivalia a arriscar a sorte, liquidar um negócio proveitoso, porém obscuro, para empreender outro novo. Contando com o valor da terra e com as probabilidades do mercado, correspondia a uma audaz especulação. Muitos o experimentaram; esqueciam-se os que se malograram, pensando-se só nos sucessos de que toda a gente falava: o modelo invejado era o do “bandeirante de hoje”, o grande homem de tal ou qual zona, celebrado pela pequena imprensa local e que conquistou fortuna e prestígio político. Por que não nos ocorreriam esses golpes de sorte? (MONBEIG, 1984, p. 123)

No entanto, a frente pioneira não pode ser entendida somente pela abertura das fazendas. De acordo com Monbeig (1984, p. 166), a frente pioneira deve ser compreendida através do tripé: aspecto da produção, da mão de obra⁹ e transportes. Vale destacar que cada um destes elementos que formam o tripé devem ser considerados conjuntamente e não como parte única e dissociada das demais. Desta forma fica a compreensão de que um serviu de base/suporte para o outro. Assim, o quadro relacional destes três aspectos para se entender a frente pioneira, a grosso modo, seguia a seguinte lógica: a produção demandava mão de obra e transporte; a mão de obra, para alcançar a frente pioneira e trabalhar na produção, demandava transporte e só para lá migrava se houvesse postos de trabalho criados pela produção; e o transporte, em sua maioria, foi criado para facilitar o acesso à frente pioneira, a circulação da produção e viabilizar o alcance da mão de obra às áreas de produção. Nesta tríade fica

⁹ É importante relevar a grande contribuição da mão de obra imigrante, visto que em média a população era de 10% a 15% da população de cada município. (ANTONIO, 1984, p.70)

clara a inter-relação dos aspectos e indissociabilidade dos mesmos para se compreender a frente pioneira.

Mas, efetivamente, podemos vislumbrar a contribuição da leitura de Monbeig (1984) ao observamos o transcorrer do desenvolvimento da frente pioneira e, sobretudo, o desenvolvimento da agropecuária. O exemplo mais ilustrativo do processo foi a espacialização da cultura do café rumo ao oeste paulista, sobretudo. Conforme vemos em Teixeira (1979) a chegada do café no oeste foi responsável por criar uma nova dinâmica de ocupação, colonização e estabeleciam a produção:

O café valorizou e povoou as terras “descobertas” pelos povoadores mineiros. Esta segunda colonização foi feita de modo original, pois além dos proprietários das zonas cafeeiras mais antigas, que abriam novas fazendas aproveitando a boa situação do café, veio o negociante de terras para adquirir glebas com as quais pudesse especular com os que chegassem depois. Ambos utilizaram recursos legítimos e ilegítimos para obter terras e daí os “grilos”. (TEIXEIRA, 1979, p. 61)

Além do aumento da comercialização da posse da terra, do impulso na colonização, da produção e da demanda de mão de obra que o café alavancou, desenvolveram-se também as vias de transporte, sobretudo a ferrovia visto que havia uma significativa debilidade muito grande no acesso e transporte para a porção oeste do estado. O transporte era visto como parte fundamental do processo de ocupação e incorporação das novas áreas, pois possibilitava, além do acesso, a integração com as demais regiões produtoras e o escoamento tanto da matéria-prima extraída através do desmatamento quanto da produção da região e demais próximas. Afinal, de nada valia haver produção sem poder escoá-la. Como consequência do desenvolvimento dos transportes, outros desdobramentos foram loteamentos, núcleos urbanos, rodovias, ferrovias, etc., como parte de uma nova dinâmica alavancada pelo processo.

Antonio (1984) apresenta, com base em Petrone (1956), uma síntese do processo que ocorria no oeste paulista. Nesta destaca-se o movimento pioneiro como causador da ocupação do oeste paulista e criador de uma nova dinâmica na região, tendo como elementos basilares a produção, mão de obra e transporte:

PETRONE (1956:60), sintetiza muito bem o processo e o movimento do pioneirismo responsável pela efetiva ocupação do Oeste Paulista: “(...) a marcha do povoamento do Estado e São Paulo fez-se em direção do Oeste, quase sempre possibilitada pela cultura cafeeira, frequentemente orientada pelas ferrovias e completada pela imigração. São as frentes pioneiras, com suas cidades cogumelos, com as pontas de trilhos e as bocas de sertão, com suas derrubadas, serrarias e cafezais, com seu rápido desenvolvimento econômico, com seus grilos

de terras, suas fortunas e sua instabilidade”. (ANTONIO, 1984, p.64, Grifo nosso)

Segundo Prado Jr. (1970. P. 227), as condições do Oeste de São Paulo atraiu para a região os maiores esforços e recursos do país para a produção de café e, portanto, fez dela grande produtora e exportadora:

Em suma, a concorrência das terras virgens do oeste de São Paulo, com seus magníficos solos, sua topografia regular que proporciona boas facilidades para o transporte, e com seu clima a que o trabalhador europeu se adaptou fácil e admiravelmente, desviou para ela os melhores esforços e recursos do país; e lá se concentrou a maior e melhor parcela da lavoura cafeeira do Brasil; mais da metade do número total de seus cafeeiros, com uma produção que ultrapassa 60% da produção global do país. É sobretudo com esta considerável parcela paulista que o Brasil contará para colocar-se tão esplendidamente, como vimos acima, no comércio internacional do café. (PRADO JR., 1970, p. 227)

Ainda sobre a expansão da cafeicultura, mesmo que Furtado (2000) esteja focando na produção e comercialização, vemos o tripé produção/mão de obra/transporte de maneira muito clara em sua leitura ao referenciar a vanguarda que trabalhava planejando, organizando e arquitetando os avanços da cafeicultura:

A economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa de gestação aos interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. A proximidade da capital do país constituía, evidentemente, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. (FURTADO, 2000, p. 120)

Além da incorporação das terras, da migração e imigração, do impacto econômico, da dotação de infraestrutura viária, etc. surgiram muitos outros desdobramentos. Dentre os vários, destacam-se o loteamento como um sistema de vendas mais dinâmico de comercialização das terras, e o surgimento de núcleos urbanos. Os loteamentos eram realizados em sua grande maioria por companhias de colonização de toda ordem, conforme detalharemos na região do Paranapanema. A comercialização das terras, predominantemente pequenas propriedades, realizadas a prazo e quase sempre os compradores oriundos das zonas velhas e imigrantes

(TEIXEIRA, 1979, p. 61). Os compradores das antigas zonas, em sua maioria, compunham um grupo de migrantes que compravam terras a preços baixos com o intuito de nela trabalhar e gozar de possibilidades que muito provavelmente, não teriam nas zonas velhas. Os imigrantes que compravam terra comumente compunham uma colônia ou grupo menor de imigrantes que vieram para a região pelo intermédio de uma companhia de colonização e dos incentivos do governo brasileiro com a finalidade de realizar o sonho de ser proprietário¹⁰, e tinham, em alguns casos, como capital inicial os recursos que traziam de seus países originários ou economias adquiridas ao trabalharem em fazendas no país.

Deste quadro, tão complexo que foi a frente pioneira, que surgiram muitos núcleos urbanos e pequenos povoados. Em sua maioria iniciados em áreas não muito conhecidas e com pouca infraestrutura, mas que eram acessíveis através das poucas e precárias vias de circulação como as boiadeiras, rodovias e ferrovias (ANTONIO, 1984, p. 60). O processo foi marcado por cidades que surgiam em estações ou pequenas paradas no transcorrer da linha férrea, colônias ou áreas comerciais onde muitos desbravadores e expedicionários paravam para organizar as atividades, repousarem e reabastecerem.

Mais adiante discorreremos com detalhes acerca do processo de ocupação e povoamento das terras do Paranapanema visto que o mesmo foi impactado e integrado ao processo. Ademais, destacaremos o extermínio indígena causado pelos avanços da frente pioneira como parte de sua face perversa e a problemática gerada pela posse da terra e impactos socioambientais.

2.3 As primeiras expedições e o conflito com os povos indígenas e posseiros

No estado de São Paulo, a agricultura capitalista se expandia cada vez mais. A cafeicultura, principal responsável pela expansão, crescia significativamente e, conseqüentemente, também sua demanda por terras. No entanto, para que se pudesse expandir, as terras deveriam estar de acordo com os padrões mínimos de produção e deter condições para circulação. As terras do oeste do estado de São Paulo tinham várias denominações, mas todas as alcunhas expressavam o desconhecimento sobre elas.

¹⁰ Além dos brasileiros, o imigrante era um candidato em potencial a um lote de terras. Com os recursos que trouxera ou com o que amealhasse trabalhando nas fazendas dirigia-se para o “sertão”, a fim de realizar o sonho de ser um proprietário. (TEIXEIRA, 1979, p. 61)

Pierre Monbeig (1984) destaca que além de não estarem integradas à economia do estado era uma região pouco conhecida, habitadas por índios e conhecida como planalto ocidental (p.64), sertão e sertão ocidental:

Assim, em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas audazes. O sertão ocidental escapava completamente à economia da Província. (MONBEIG, 1984, p. 22. Grifo nosso)

Vasques (1973) refere-se à comum concepção de “terras habitadas por índios” ou “Sertão Desconhecido” e destaca o pouco conhecimento da região e as dificuldades em se conhecê-la:

Terras habitadas por índios ou “Sertão Desconhecido” eram os dizeres mais comuns nas antigas Cartas Corográficas de duzentos anos atrás. Muito mais da metade do atual Estado de S. Paulo era totalmente ignorada. Havia somente algumas descrições feitas por leigos, viajores que por motivos econômicos ou por ordens militares, se embrenhavam por aqueles desconhecidos sertões, parecendo mil males e enterrando, a cada passo, seus companheiros, vítimas de índios, acidentes e febres desconhecidas. (VASQUES, 1973, p. 1. Grifo nosso)

Abreu (1979) nos traz outra alcunha sobre a mesma região como “Vale do Paranapanema” ou “Sertão do Paranapanema”:

Esta parte sudoeste do Estado de São Paulo era chamada, no século XIX e princípios deste, de Vale do Paranapanema ou Sertão do Paranapanema. Ia desde Sorocaba e Botucatu até o rio Paraná, abrangendo a bacia do rio Paranapanema. Bem antes das expedições científicas do Serviço Geográfico e Geológico esse território foi visitado pelas “entradas” com finalidade de aprisionar índios aí existentes (ABREU 1979, p. 860 Grifo nosso).

Porém, independente da alcunha, todas se referiam às mesmas delimitações, ou seja, havia limites em comum. No oeste o limite era o rio Paraná e ao sul o rio Paranapanema¹¹. O desconhecimento sobre as terras nesse período e o fato de serem habitadas por índios aparece repetidamente em várias obras e relatórios. Como exemplo do desconhecimento e a existência dos indígenas “ferozes”, Teixeira (1979) faz referência a uma das cartas geográficas do Império que cuja legenda “*TERRENOS DESCONHECIDOS, HABITADOS POR SELVAGENS FERUZES*” (p. 15). Diante de tamanho desconhecimento e da conjuntura de expansão do capitalismo e sua demanda por terra, sobretudo para expansão da cafeicultura, é que se inserem as ações da CGG –

¹¹ “Seu nome na língua tupi, significa *rio ruim*, ou *água ruim*, talvez referindo-se à pesca de peixes”. (LEITE, 1998, p. 23)

Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo chefiada por Orville A. Derby.

No entanto, devemos chamar a atenção para o fato de que antes da criação da Comissão Geográfica e Geológica houve um primeiro contato com a população indígena da região. Este primeiro contato com as terras e a população indígena da região foi estabelecido pioneiramente pelo protomovimento liderado por José Theodoro de Souza. Portanto, pelos registros que tivemos acesso, identificamos que foram dois os momentos e as formas de acesso e contato com os indígenas e as terras da região, com focos e objetivos diferenciados. No entanto, em ambos os momentos a violência e o conflito encontravam-se presentes.

Assim, em um primeiro momento ocorreu o contato por terra estabelecido por Jose Theodoro de Souza e familiares, sobretudo João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes, e seus conterrâneos mineiros, cujo objetivo era obter as terras através do grilo, ocupá-las e comercializá-las. Este contato destaca-se como a primeira ação deste proto ou quase-movimento socioterritorial rumo às terras do Paranapanema. O segundo contato, cujo acesso foi realizado predominantemente por via fluvial, foi pela Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo que tinha como principal objetivo, além de outras informações, conhecer o potencial de navegabilidade dos rios Itapetininga e Paranapanema.

Os contatos contribuíram muito também para se conhecer sobre os indígenas. De acordo com Antonio (1984, p. 46) e Abreu (1972, p. 15) os índios que ali habitavam *“pertenciam ao grupo dos Guarani, também designados Caingúá ou Caiuá, Tupiniquim, Xavante e Caigang, estes últimos também chamados de Coroados, a partir do século XVIII”*. Muito pouco se sabia sobre eles, eram arredios demais e, portanto, quase não tinham contato com o homem branco. As duas experiências de contato mais intensas foram as reduções jesuíticas de Loreto e Santo Inácio (LEITE, 1972, p. 50). No entanto, não contribuíram muito para obter-se informações e estabelecer uma relação respeitosa e harmoniosa.

Segundo Vaques quase não se sentia a presença dos indígenas:

Quanto aos indígenas, não se vê diretamente mas, a presença é sentida indiretamente pelas canoas encontradas às margens, amarradas a varas fincadas, as veredas estreitas que conduzem para dentro da mata e a movimentos ao longe de um remador e se esconder ou fugir apressadamente. (1973, p. 8)

Com o passar do tempo, alguns dos que restaram vivos acabavam por fugir para as barrancas do Paranapanema ou até se internarem nas terras do Mato Grosso¹² como única forma de evitar o contato com o homem branco, que lhes representavam uma séria ameaça (LEITE, 1972, p. 50). No entanto, nem todos os indígenas recuavam. Ocorreram muitos conflitos, tanto da parte dos homens brancos quanto da parte dos indígenas que atacavam as fazendas que eram constituídas em suas terras:

Premido pela fome, pois a área de caça diminuía a cada ano, e não podendo competir com as armas dos brancos, o índio, na verdade, tornava-se cada vez mais arredio e em constante fuga para o Mato Grosso. Não obstante serem célebres os ataques que opôs ao pioneiro e às fazendas dos arredores de Campos Novos, Conceição de Monte Alegre e São Mateus, ao findar-se o século XIX, tratavam-se de assaltos já sem preparo, acanhados, sem os traiçoeiros ardis de seus antepassados.

<<Obrigados a fugir sempre diante do colono invasor>> o silvícola, não teve condições para competir com este, como ainda ocorre em nossos dias nas áreas de povoamento do norte matogrossense e com os Estados do Norte do País. Em 1890, já Teodoro Sampaio reconhecia a sua fuga constante das frentes pioneiras. (LEITE, 1972, p. 42)

Os conflitos iniciaram-se a partir dos primeiros contatos que os homens brancos ditos “civilizados” tiveram com os indígenas, como abordaremos adiante.

O conflito com os indígenas

Além da grilagem uma característica do proto ou quase-movimento socioterritorial foi a “limpeza territorial”. Neste sentido, além da derrubada da floresta, conforme apresentaremos mais adiante, o extermínio indígena foi fundamental para o protomovimento de grilagem e ocupação das terras do Paranapanema. A princípio é importante destacar que o conflito e a violência com os indígenas tem grande semelhança com o que mais tarde viria a acontecer com os sem terra. A força do latifúndio se expressou tanto na violência e agressividade contra os indígenas quanto no rechaço às investidas dos movimentos sem-terra. O conflito contra os indígenas e sem-terras são, na realidade, tanto faces da disputa territorial em dois momentos distintos quanto também reações diferentes contra o latifúndio e latifundiários, pois enquanto os indígenas lutaram para permanecer, os sem-terra lutaram tanto para resistir na luta

¹² “salvo uns poucos que, jangadas e pirogas, cruzaram o rio Paraná, ocultando-se nas florestas e cerrados mato-grossenses. (Leite, 1998, p. 33-4)”

quanto avançar ofensivamente contra o latifúndio atacando seu território. O produto deste histórico foi de um lado a expulsão e até mesmo ao extermínio dos indígenas e do outro lado algumas conquistas dos sem-terra. No entanto, os sem-terras também não passaram ilesos perante a violência e os bramidos dos latifundiários no Pontal do Paranapanema, pois em sua história houveram perdas, feridos, ameaças e desistência, conforme apontaremos no capítulo 2.

O conflito com os indígenas inicia-se logo no primeiro contato, sobretudo, por José Theodoro de Souza, figurado como um grande herói desbravador das terras desconhecidas do oeste, e seus familiares, que contribuíram significativamente para a ocupação da região. As terras do oeste da até então Província de São Paulo, inclusive as terras do Paranapanema, faziam parte de uma porção ambicionada pelo capitalismo. No entanto, haviam ali populações que não estavam inclusas na lógica metabólica do capital e, portanto, para que não freasse sua expansão deveriam ser integrados, expropriados ou exterminados. Neste contexto, a marcha pioneira, com seu amplo processo produtivo e sua acelerada ocupação territorial, avançou sobre as terras e acarretou um intenso processo de extermínio dos indígenas na porção do Vale do Paranapanema.

Visto que os indígenas encontravam-se fora do processo de expansão do capitalismo, os mesmos, em sua maioria, eram vistos como entraves para o crescimento e desenvolvimento da nação, ou seja, os índios eram tidos como inimigos do progresso e, portanto, para o homem branco deveriam então ser exterminados. Fundamentar a ideia dos indígenas como ferozes, violentos, selvagens¹³ e que representavam uma ameaça aos colonos servia como uma forma de ganhar legitimidade à ideia e “necessidade” do extermínio dos indígenas para ocupação da região. O custo social e cultural deste processo não interessava naquele momento e mal ou pouco se destacava a violência e crueldade do homem branco e o fato de que este foi o grande invasor das terras e exterminador dos indígenas. Criava-se uma concepção desumana apinhada de preconceito para fundamentar a ideia de que a frente pioneira era sinônimo de progresso e que os “não-civilizados” representavam uma ameaça ao progresso, portanto deveriam ser exterminados, ou seja, no custo do progresso estava embutido a destruição do território indígena, a extinção dos mesmos, sua cultura, etc., de tal maneira que tudo

¹³ Esta concepção encontra-se em diversas obras sobre o processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema.

parecia ser normal e totalmente permissível em nome da ocupação territorial do oeste de São Paulo.

Em geral, os conflitos com os indígenas ocorreram tanto na realização das expedições quanto depois de parte do território já ocupado. Como elemento fundamental para a consolidação das fazendas e estabelecimento do “desenvolvimento” da região, o processo entendido como “limpeza do território” foi iniciado desde a sua ocupação. Os povos indígenas eram vistos como estranhos, inimigos e que deveriam ser aniquilados para que então pudesse, sem impedimentos, se desenvolver a região. É importante ressaltar que essa história tem mais de um lado. Dentre eles destacam-se dois, um em que o homem branco se prostra como vítima dos ataques dos indígenas e, portanto, era obrigado a atacá-lo, e outro em que os indígenas foram as reais vítimas da invasão realizada pelo homem branco e o atacava para defender seu território. No entanto, independente da ordem dos fatos ou de um enredo constituído por “vilões e mocinhos”, indubitavelmente, foram os indígenas os que mais sofreram e somaram o maior número de perdas.

Ao longo do processo de ocupação acarretado, sobretudo, pela frente pioneira, os índios eram relegados cada vez mais para as áreas longínquas e ainda pouco povoadas, como as bordas dos rios Paraná e Paranapanema. No entanto, como muitas vezes, devida a opressão do processo de ocupação *“não restara outra opção aos ‘caigangues’ senão atacar, vez por outra, ao pôr-do-sol, ou ao amanhecer, as palhoças instaladas fortuitamente no seio da floresta”* (LEITE, 1981, p.43). Em contrapartida aos ataques dos indígenas e às ameaças para os interesses do homem branco, era preciso realizar a “limpeza do território”, ou seja, exterminar a população indígena. Formadas por bandos de jagunço, foram organizadas as “dadas” para realizar o extermínio indígena:

Porém o revide do colonizador branco era terrível. Era contratar bandos de jagunços armados, cujo objetivo era limpar o território e exterminar o “bugre ateu”. Houve expedições, na época chamadas “dadas”, unicamente para liquidar os índios. (LEITE, 1981, p.43).

E quanto à necessidade das terras:

Os novos pioneiros contudo precisavam daquelas terras. E quanto mais melhor. A ninguém permitiam embarçar de leve seus planos. Expedições foram organizadas com o fito exclusivo de eliminar os silvícolas dos vales dos rios do Peixe e Paranapanema. Nesse mister, destacou-se o Cel. Sanches de Figueiredo, o terror dos coroados nos

fins do século passado e início deste. Suas <<dadas>> (*)¹⁴ eram contratadas pelos interessados nos terrenos, para varrer os imprudentes <<caigangs>>(**)¹⁵ que tinham seus ranchos, em geral, armados ao longo dos ribeirões afluentes do Peixe, nos campos sujos. (LEITE, 1972, p. 42)

As dadas eram apinhadas pelo que havia de mais sangrento e desumano. A crueldade foi uma das características mais notáveis nos ataques realizados pelos homens brancos¹⁶. Teixeira (1979, p. 34-5) destaca a brutalidade e crueldade das investidas dos homens branco. Houveram também muitos conflitos com os indígenas durante o período de construção das estradas de ferro. Mombeig (1984, p. 131) destaca que nas nascentes dos rios do Peixe e Feio a hostilidade era intensa e implicou em problemas na construção da estrada de ferro do município de Bauru a Mato Grosso. O conflito foi tão intenso que era necessário organizar grupos militares para proteger os trabalhadores que construíam a estrada. No entanto, o período de construção desta estrada (1880 e 1900) marca o declínio dos indígenas, visto as matanças e doenças que se espalhavam ao terem contato com os brancos (MONBEIG, 1984, p. 131-2).

Em geral, a maioria dos contatos entre os homens brancos e os indígenas foram sangrentos e conflituosos¹⁷. Dentre as várias tribos que viviam na região, de acordo com Monbeig (1984, p. 130), os Xavantes se destacavam em ter uma relação pacífica com o homem branco e até mesmo em trabalhar lado-a-lado. Todavia, os Xavantes eram exceção. Por fim, os demais índio que não fugiram para o estado do Paraná ou para o estado do Mato Grosso, terminaram por serem exterminados ao longo dos anos devido à superioridade numérica dos colonizadores (MONBEIG, 1984, p. 132). Todo esse processo, de acordo com Teixeira (1979, p. 17), fez partir das margens do rio Paranapanema mais de 12.000 indígenas e, apesar de a região ter sido ocupada por indígenas, quase nada restou de sua cultura na população regional (LEITE, 1972, p. 51).

¹⁴ Nome pela qual eram chamadas as expedições que tinham o objetivo exclusivo de abrir picadões e eliminar o índio.

¹⁵ Os mesmos coroados.

¹⁶ Destaca-se nas dadas o papel do bugreiro, como caçadores de índios que se deslocam para o sertão a fim de empreender uma dada. (MONBEIG, 1984, p. 131)

¹⁷ (MONBEIG, 1984, p. 120)

O primeiro contato: José Theodoro de Souza

O primeiro contato com os indígenas das terras do Vale do Paranapanema foi estabelecido por Jose Theodoro de Souza. O expedicionário juntamente a um grupo de homens da família e alguns acompanhantes se arriscou a "desbravar" as terras do Paranapanema para "legitimar" e reconhecer as "terras desconhecidas" como sua posse. Foi no transcorrer da ocupação que ocorreu os primeiros contatos com os indígenas. É fundamental destacar que José Theodoro de Souza foi a principal liderança e, portanto, quem guiou e mobilizou o protomovimento de ocupação das terras do Vale do Paranapanema.

A primeira investida nas terras do Paranapanema foi feita com muito cuidado para que não se caísse em armadilhas ou emboscadas dos indígenas. De acordo com Cobra (1923, p. 18-21), tanto na ida quanto na volta o grupo de Jose Theodoro de Souza passou imune aos dos ataques indígenas. No entanto, apesar de não haver contato com os indígenas durante a expedição de reconhecimento das terras, foi no processo de povoamento e ocupação que de fato ocorreu contatos mais intensos e até mesmo sangrentos com os indígenas.

No grupo que realizou o povoamento primário, além das perturbações relacionadas aos problemas com a posse e legitimidade das terras, era constante o receio e medo de que nas matas que os cercavam houvessem índios que a todo tempo cercavam seus passos e mantinham-se a espreita das ações do homem branco colonizador. O primeiro contato foi estabelecido com os índios Coroados. Estes eram conhecidos como "*índios de índole pacífica*" (COBRA, 1923, p. 46). Entretanto, a boa relação foi pouco duradoura. Visto os hábitos culturais serem muito diferentes criavam-se algumas animosidades que acarretou em mortes e outros tipos de violência. Cobra (1923, p. 46-7) aponta que devido ao hábito mexerem nos pertences das casas dos colonizadores e de apanharem os bens dos colonizadores e levarem para o mato terminou por gerar conflitos:

É bem de ver o encommodo que causa a continuação das visitas. Tornaram-se importunos e, deixando-se que elles ajam livremente, carregam tudo para o matto, ficando *limpas* de todo as casas em que entrarem. É preciso muita vigilância e mesmo usar de energia para os conter dentro de certa linha.

Contra isso, porém, se revoltam e, de pacíficos que dantes se mostravam, outra vez que se apresentam, vêm dispostos para o ataque. Foi assim com os nossos sertanejos.

Um dia, a uma reprimenda, acompanhada de castigo corporal, applicado aos importunos, por serem muito mexedores no trem de cozinha, nos mantimentos e nas armas dos mineiros, ele se levantaram e, passado algum tempo, atacaram os companheiros de Theodoro tanto no rio <<Taquaral>> como no <<Santa Rosa>> os quaes se viram obrigados a combater em defesa da vida.

O sangue correu, molhando aquella terra, pela primeira vez. (COBRA, 1923, p. 47)

Deste modo, estabeleceu-se uma situação conflituosa entre os brancos colonizadores, em sua maioria mineiros, e os indígenas. Mais adiante destaca Cobra *“Nasceu o ódio e, com este a ideia de vingança de parte a parte”*, deste sentimento fermentaram-se muitos outros conflitos (1923, p. 48). Os povoados da região temiam cada vez mais a presença e os ataques dos indígenas, sobretudo pela habilidade que tinham de trafegar pelas matas e conhecimento da natureza. Para se defender os povoados contavam com algumas sentinelas durante a noite e o dia, e com a ajuda também de cães, tão odiados pelos índios visto sua habilidade olfativa contribuir para identificar a proximidade dos indígenas. Segundo Cobra (1923, p. 136), os pioneiros que ali chegaram agiram mais no intuito de se defender do que atacar. Somente mais tarde, com o avançar do povoamento que foram realizadas as “dadas” na região. Apesar de muitos terem se dedicado às dadas, foram o Coronel Francisco Sanches de Figueiredo e o “proprietário” João da Silva os que conquistaram fama pelas investidas para exterminar os indígenas no Paranapanema (COBRA, 1923, p. 64). Na região, as dadas tinham como objetivo limpar o território exterminando ou empurrando os indígenas para outras terras, predominantemente para o Mato Grosso e Paraná, para que pudesse desenvolver ali os interesses dos colonizadores.

As “dadas” contavam com a experiência de um personagem fundamental para exterminar os indígenas. O capitão, visto larga experiência, tinha conhecimento sobre os silvícolas e, portanto, suas estratégias de combate, rastreamento, tortura, etc. Cobra (1923, p. 139- 7) apresenta detalhes e o relato de uma “dada” realizada nas terras do Paranapanema em que ocorreu o ataque aos indígenas depois de uma madrugada festiva. Dentre os trechos que descrevem e relatam a operação, destaca-se demasiado grau de crueldade, violência e desumanidade:

É alta madrugada. Dentro dos ranchos todos dormem. O chefe distribue seus homens em redor; manda preparar as armas, e esperar até que haja luz. Ao raiar do dia grita: upa! upa! upa! algumas vezes. Os que estão dentro despertam, saem em grupos e à medida que se apresentam, vão cahindo, feridos mortalmente, a tiros.

Em seguida, os sitiantes penetram nas habitações e encontrando-se com as índias, a umas aprisionam, a outras matam, bem como aos indiozinhos, aos quaes – conta-se – que chegavam a levantar-se do chão ou da cama, atiral-os para o ar e espetal-os em ponta de faca; outras vezes tomal-os pelos pés e dar com as suas cabecinhas nos paus, partindo-as. Às índias grávidas, rasgavam-lhes o ventre e depois de finda a carnificina, amontoavam os cadáveres sobre os quaes lançavam fogo bem como aos ranchos. A estes, variando de tática, de quando em vez, nem sempre punham fogo; deixavam-nos de pé e deitavam substancias venenosas nos utensílios de cozinha e nos alimentos ali guardados, para que fosse victimado no comer algum que porventura sobrevivesse. (COBRA, 1923, p. 143)

Todavia, os indígenas também não ficavam atrás quanto à crueldade e violência empregada em seus ataques aos colonizadores. Foram vários os ataques e todos envolviam mortes, mutilações, destruição e furtos. Encontramos em Teixeira (1979) detalhes acerca dos ataques dos indígenas que evidenciam o requinte de crueldade aplicado pelos indígenas:

A posse de terra fazia-se à custa de muita luta e mortes. Os coroados, consagrados pela sua ferocidade, não perdiam oportunidade para atacar, levando as armas, instrumentos de trabalho e tudo mais que achavam nas rústicas moradas. Ofereciam resistência aos que consideravam intrusos em suas terras. A crônica registra vários conflitos sangrentos. Teodoro Sampaio, conta que de um fazendeiro estabelecido no Taquaral, município de Campos Novos do Paranapanema, ouviu a narrativa de atos pavorosos cometidos pelos índios. Em 1884, os índios assaltaram a fazenda de José de Paiva, em São Mateus, mataram dois escravos que trabalhavam nas plantações e roubaram toda a ferramenta. De José Theodoro de Souza, estabelecido no Rio Capivara, mataram de uma vez treze pessoas entre homens, mulheres e crianças. Os cadáveres foram achados despidos e mutilados de um modo horroroso, estando uma mulher espetada em uma estaca aguda que lhes vinha sair ao pescoço e as crianças com os crânios despedaçados. Além das pessoas, foram encontrados mortos os cavalos e os bois do carro. Roubaram ferramentas, roupas, arrancaram as ferragens do carro, as ferraduras dos animais e as guarnições metálicas dos arreios. De José Vieira, também morador no Capivara, em 1882, os índios amarram seis pessoas: uma senhora grávida, um homem, dois meninos e duas meninas. Lançaram fogo à casa e esquartejaram os cadáveres cujas partes os porcos devoraram. Além das mortes, os índios infringiam também outros danos, destruindo plantações, furtando o gado, incendiando as fazendas, atacando os trabalhadores nas plantações ou promovendo emboscadas nas estradas, deixando o sertanejo em constante estado de sobressalto. (TEIXEIRA, 1979, p. 33-4)

Cobra (1923) também destaca o caso dos Vieiras e a atmosfera beligerante em que a situação se encontrava “*De tanto combater esse inimigo, por tal forma as armas manejavam, que era commum ver-se uma mocinha da família empunhando a carabina,*

apontal-a à cabeça de um pássaro, arrancando-a com uma bala.” (p. 76). Nada obstante, depois dos primeiros conflitos, a região passou a ser palco de um “fogo cruzado” de violência e crueldade que seguiu gerações. Muitos são os relatos dos conflitos, dos receios, da insegurança e as passagens que ilustram a atmosfera beligerante em que viviam. No entanto, fato é que toda essa atmosfera belicosa e a repetição do conflito conseguiu exterminar e expulsar a população indígena da região do Vale do Paranapanema. Muito pouco restou de sua cultura na atualidade. Hoje, pela região, restou apenas alguns nomes de cidades, fazendas, rios e outros cursos d’água com nomes tupis.

O segundo contato: Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo

De acordo com Newerla (2000, p. 26) a Comissão foi criada em abril de 1886 e atuou no estado até 1931, cumprindo a importante missão de reconhecimento, mapeamento e estudos para contribuir com as áreas de História Natural e Geografia. O investimento na criação da Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo abarcava um conjunto de interesses, dentre eles: contribuir para a ciência e formação de profissionais qualificados; contribuir para o patrimônio público; verificar as reais possibilidades de colonização e ocupação da área; e, o mais notável naquele período de expansão capitalista, sobretudo cafeeira, era de contribuir com informações precisas para dar segurança aos investimentos e empreendimentos da esfera privada.

No bojo desta conjuntura, prevalecia uma indubitável concepção de que a comissão contribuiria para o progresso da nação, do Estado e da ciência. Portanto, foram realizados trabalhos da comissão nos principais rios desconhecidos do oeste do estado de São Paulo, dentre eles: Rio Feio, Rio do Peixe, Tietê, Paraná e Paranapanema. Em meio a um conjunto de justificativas para a criação da comissão, os interesses da expansão capitalista é que tinha maior influência e, portanto, pesavam como justificativa maior para a criação da comissão. As intenções de expansão do café para o oeste de São Paulo, conforme Newerla (2000, p. 28), foi a cultura que mais contribuiu para justificar a criação da comissão.

Visando conhecer as terras do Vale do Paranapanema houve a expedição do rio Itapetininga e Paranapanema. Esta compunha um conjunto de expedições para conhecimento da porção desconhecida do estado de São Paulo cuja perspectiva era de

conhecer as condições de navegabilidade do rio para que se pudesse realizar o acesso para a colonização e, sobretudo, o escoamento da produção. A atenção dada aos rios e suas condições de navegabilidade justificava-se à possibilidade de comunicação com as regiões mais distantes. Assim, no intuito de integrar ao processo produtivo as regiões longínquas, haviam-se planos de, ao saberem do potencial de navegação dos rios, realizar uma integração entre as vias férreas e as vias fluviais de maneira que se complementassem (FIGUEIROA, 2008, p. 765).

No entanto, além desta expedição, ocorreu também em período próximo as investigações realizadas pela Comissão de Medição do Vale do Paranapanema sobre a legitimidade das “propriedades” no Vale do Paranapanema (SILVA, 2008, p. 225-6). Ambas faziam parte de um processo investigações que serviriam de substrato para se vislumbrar as reais possibilidades e riscos de realização de investimentos e empreendimentos na região. Ou seja, conhecer a região tanto do ponto de vista dos aspectos legais quanto sobre as condições de navegabilidade dos rios contribuiria para calcular os reais riscos, custos, ganhos da produção em áreas mais distantes da capital e avaliar os benefícios dos investimentos.

Comissão de exploração do Rio Itapetininga e Paranapanema

Várias foram as comissões de exploração das terras desconhecidas do oeste de São Paulo. Todavia, neste trabalho damos especial destaque à Comissão de exploração do Rio Itapetininga e Paranapanema por ter ocorrido em um dos dois rios que delimitam e alcunham o Pontal do Paranapanema e por ter contribuído com informações mais precisas, facilitando a ocupação das terras.

A comissão foi criada em no dia 7 de abril de 1886, tendo sua partida rumo ao Paranapanema no dia 11 do mesmo mês. A comissão tinha como principal objetivo, sobretudo, colher informações mais precisas sobre a navegabilidade dos rios (Sampaio, 1889, p. 5; Vasques 1973, p. 8). Mas também colheram informações acerca da capacidade agrícola da região, sobre o povoamento, comércio, vias de comunicação e seus problemas com os centros administrativos e informações sobre as tribos indígenas¹⁸ (SAMPAIO, 1889).

¹⁸ Além do relatório também foi organizado um vocabulário com cerca de 400 palavras da língua Cayuá (SAMPAIO, 1889, introdução).

A expedição iniciou-se com 11 homens, dentre eles os mais experientes eram três: o Engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio, o engenheiro civil João Frederico Washington de Aguiar, ajudante no serviço de topografia, e o engenheiro de minas Francisco de Paula Oliveira, encarregado do reconhecimento geológico do vale do Paranapanema. A primeira parte da expedição consistiu-se em chegar até o rio Itapetininga. Quase todo o trajeto foi feito através da linha férrea. Depois de chegar às proximidades do rio Itapetininga esperaram a confecção dos batelões para que pudessem seguir a expedição. Com a confecção dos dois batelões e a compra de algumas canoas, no dia 14 de maio de 1886, iniciaram a navegação do rio Itapetininga (SAMPAIO, 1889, p. 1). Mais adiante, no dia 26 de maio, adentraram as águas do rio Paranapanema onde se concentraram a maior parte dos trabalhos. O relatório sobre os estudos efetuados nos rios Itapetininga e Paranapanema escrito pelo engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio apresenta algumas impressões que os expedicionários tinham sobre a região desconhecida e alguns dos sentimentos e problemas que afetavam a comissão no início dos trabalhos:

O trabalho fatigante e áspero dos últimos dias dava já motivo para algumas queixas e a não pequeno desanimo. Dos perigos tão phantasticamente narrados em Itapetininga já começavam a apparecer as primeiras provas. A região quasi deserta, uma solidão completa onde a matta virgem com os seus rumores mysteriosos domina por toda a parte, e uns tantos receios fundados na perspectiva de uma viagem perigosa e incerta geravam a nostalgia e talvez arrependimentos bem sinceros. Ao desanimo e arrependimento bem podiam seguir-se deserções e não seria em sítios tão pouco habitados que havíamos de preencher as nossa fileiras rareadas. (SAMPAIO, 1889, p. 1)

Repetidamente aparece o baixo povoamento e o sentimento de tristeza causado pelo vazio populacional, que consequentemente, caracterizava a região como deserta (SAMPAIO, 1889). Vale destacar que as terras eram vistas como desertas, sobretudo, pelo fato de não haverem populações ditas civilizadas, ou seja, esta concepção não contempla a fertilidade da terra e as populações indígenas que ali habitavam, sendo de maneira clara a expressão do preconceito existente naquele período. Em Porto do Bom Sucesso, a comissão fez uma parada para poder comprar mantimentos e seguir em viagem. A comissão era recebida em alguns povoados com simpatias e festas. Na Villa de São Sebastião o grupo incorporou mais alguns membros que conheciam a região crescendo para 18 o número de integrantes (SAMPAIO, 1889, p.2). Em alguns momentos, devido aos obstáculos naturais como cachoeiras e quedas d'água, era

necessário interromper o trajeto pelo curso dos rios e carregar as embarcações por terra. Como mencionamos anteriormente, além das precisas informações sobre o curso dos rios havia também alguns apontamentos sobre os demais aspectos da região:

População escassíssima, quasi nenhuma cultura á beira-rio, toda a falta de recursos, maus caminhos, um deserto emfim, eis o que se divisa nas proximidades do rio. Entretanto a fertilidade das terras é cada vez mais evidente, o solo variado e coberto de floresta virgem, sítios aprazíveis e com as melhores proporções para vastos estabelecimentos agrícolas, todos os dons de uma natureza prodiga e ainda quase totalmente intacta. (SAMPAIO, 1889, p. 2)

Como não se enquadravam na concepção de civilizados¹⁹, os indígenas representavam perigo e hostilidade. Temiam-se os ataques dos indígenas durante todo o trajeto. Devido à grande preocupação e visando evitar tais incidentes o grupo se articulou montando um esquema revezado de segurança em que ao menos um companheiro, juntamente a um cão, guardava a noite do grupo:

A nossa viagem todavia se effectuou sem incidente nem peripécias. Adoptado um regimen severo e methodico para todo o pessoal, sucediam-se os dias sem outra novidade além das que provinham das próprias condições de navegabilidade do rio. Ao cahir da tarde, no sítio mais abrigado escolhia-se o lugar para o acampamento, derribava-se o matto, e assentavam-se as barracas de modo a deixar um largo terreiro, onde á noite se accendia grandes fogueiras, de que todos se acercavam comentando os incidentes do dia. Além dos cães de sentinela, um homem em cada noite velava pela segurança de todos. Rações regularmente distribuídas, alimentação abundante e sã, boa ordem, bom regimen durante o trabalho, eis quanto fazíamos para garantir o sucesso da expedição, que seguia a sua derrota pausadamente. (SAMPAIO, 1889, p.2)

Ao longo da expedição a preocupação justificava-se cada vez mais, visto que quanto mais se afastavam das áreas ocupadas pelas populações “civilizadas” mais era notável a presença das populações indígenas:

Por toda parte se nota signal da presença do índio que nos espreita, mas que nunca apparece. As estreitas e compridas canôas atadas a pequenas varas á margem do rio, a vereda mysteriosa que vem ter á agua e se embrenha pela matta sombria, as armadilhas e laços no alto da barranca para a caça abundante e esquiva, uma pequena canôa tripolada que desponta ao longe, no fim do estirão, e que subitamente desaparece, tudo nos diz que estamos em pleno domínio dos selvícolas. (p. 3)

¹⁹ Ressona o termo “civilizado”. Na realidade, não ia além de um termo que legitimasse uma compreensão de “civilizado” como sinônimo de preconceito cultural e que, legitimasse, o extermínio dos povos indígenas. Contraditoriamente os “civilizados” fizeram o do seu “processo de ocupação do homem branco/civilizado” uma verdadeira barbárie. Destaca Figueiroa (2008, p. 764) que em alguns casos o progresso material acompanha a concepção de civilização.

Apesar das preocupações, a expedição do Itapetininga e do Paranapanema não tiveram muitos problemas com os indígenas. Beirando ao fim da expedição os maiores problemas foram: a falta de abrigo e de repouso; a falta quase total de alimentos; e o aparecimento das enfermidades (SAMPAIO, 1889, p. 3). O fim da expedição por via fluvial ocorreu na fazenda Anhumas no dia 22 de agosto e depois de alguns dias de caminhada pela mata alcançaram a estrada²⁰ que dava acesso de Campos Novos para a barra do Tibagy (SAMPAIO, 1889, p. 3). No dia 22 de setembro, em Botucatu, a Comissão de Exploração do rio Itapetininga e Paranapanema pegou o trem para regressar para o município de São Paulo. Assim, pondo fim a expedição que durou 4 meses e 5 dias. Como produto dos trabalhos realizados pela expedição foi apresentado, no ano de 1889, o relatório da expedição escrito por Theodoro Fernandes Sampaio para a Assembleia da Província de São Paulo.

As muitas produções cartográficas realizadas sobre o trajeto feito pela comissão são partes integrantes do relatório e trazem informações detalhadas vistas as inúmeras dificuldades enfrentadas e as limitações técnicas. Abaixo temos uma representação síntese que traz informações cartográficas sobre o trajeto²¹ realizado pela comissão expedicionária.



Figura 1 – Planta do Rio Paranapanema 1886.

Fonte: Sampaio, 1889.

²⁰ “conhecida como estrada do João da Silva,...” (SAMPAIO, 1886, p. 3). João da Silva foi um dos maiores proprietários de terras da região do Pontal do Paranapanema.

²¹ No transcorrer da expedição, Theodoro ia referenciando sua trajetória pelo nome dos proprietários das terras como, por exemplo, “propriedade do Dr. Jaguaribe” (SAMPAIO, 1889, p. 3)

2.4 A ocupação das terras do Paranapanema

Neste subcapítulo apresentamos uma leitura sobre o histórico de ocupação e povoação das terras do Paranapanema. Interpretar e compreender sua história, apinhada de problemas quanto a posse e legitimidade, é de fundamental importância para entendermos a realidade e a causa dos conflitos e problemas sociais de sua atualidade. Apesar do referencial bibliográfico consultado ainda são vários os momentos de ausência de informações, divergências e confusões quanto ao seu histórico. Esta situação deve-se em grande parte ao fato de que os principais posseiros terem sido verdadeiros artistas, arquitetos e conseguiram arrumar várias brechas e meios para se burlar e “superar” as “limitações” legislativas, além dos poucos registros de sua história.

Portanto, tentamos aqui nos aproximar o máximo de todo o processo de desbravamento, registro das terras, surgimento dos grilos, povoamento e apresentar informações mais precisas e facilitar o entendimento do leitor sobre esta trama emaranhada. Neste capítulo, nos dedicamos também fazendo uma leitura detalhada das referências bibliográficas levantadas e nos atentados às confusões, incoerências e vazios existentes na história da ocupação das terras do Paranapanema.

Destaca-se, neste momento, a história e trajetória do pioneiro José Theodoro de Souza que foi o homem que abriu as portas para a ocupação e movimento o processo de povoação das terras do Paranapanema, sendo a principal liderança do proto ou quase-movimento de ocupação das terras do Paranapanema. Sua trajetória se assemelha à música caipira denomina “Terra Bruta” da dupla de música sertaneja Jacó e Jacozinho que demonstra o processo de ocupação das terras, a coragem de se encarar a terra bruta, a resistência das investidas dos indígenas, o primeiro povoado, a defesa armada da posse, sua morte sem muitas riquezas, a fama que conquistara e as possibilidades que criou para os futuros povoadores. Enfim, abstrusa é a definição que mais representa a complexidade da história da ocupação e povoação das terras do Paranapanema.

José Theodoro de Souza rumo às terras do Paranapanema

A origem da ocupação pelos homens brancos e do questionamento sobre a legalidade das terras do Paranapanema está atrelada essencialmente à figura de José Theodoro de Souza. Mineiro, natural do município de Pouso Alegre, no sul de Minas

Gerais, José Theodoro foi o personagem central em uma das tramas mais emaranhadas acerca da legitimidade da posse da terra no país. A obra pioneira que faz referência a José Theodoro de Souza²² e sua ligação à região do Paranapanema denomina-se *“Em um recanto do sertão paulista”* de autoria de Amador Nogueira Cobra. Esta obra traz um conjunto de informações muito ricas para entendermos o contexto da ocupação da região e o proceder de José Theodoro de Souza em sua empreitada para tornar-se “proprietário” das terras. No entanto, esta obra também destaca brechas que nos remetem a questões importantes e fundamentais na história da região. O exemplo mais notório disso pode ser contemplado em uma nota de rodapé muitíssimo interessante que faz referência às informações sobre a vida de José Theodoro de Souza *“Não temos deste povoador intrépido nenhum dado biográfico além desses que em seguida vamos dar, pois que pertenceu a família obscura, embora honrada, das que não guardam tradições, senão de modo vago e impreciso”* (COBRA, 1923, p. 7). Amador Nogueira Cobra foi Advogado e proprietário de terras no Pontal. Morou em Campos Novos do Paranapanema e teve vínculos diretos com o Coronel Manoel Pereira Goulart. Consta em Abreu *“Quando se estabeleceu o condomínio sobre o imóvel Montalvão, o advogado de transação do Dr. Amador Nogueira Cobra que recebeu como honorários, uma porção de terras de 10.000 alqueires, em frente do lugar onde depois surgiu a estação de Presidente Prudente da Estrada de Ferro Sorocabana. Foi uma parte desses 10.000 alqueires que se iniciou a colonização do Coronel José Soares Marcondes”* (1972, p. 69).

Ademais, no restante da obra são poucas, breves e superficiais as informações sobre José Theodoro. Em outras obras que referenciam José Theodoro de Souza também não há nenhuma informação que vá além das já destacadas e pontuadas por Cobra (1923). Outros dois autores que se destacam, mas que tem como referência a obra já citada de Cobra (1923), temos Abreu (1972) e Leite (1998), pois vão um pouco mais além nas informações. É relevante também a falta de informações precisas que fundamentem as ações e até mesmo a existência de José Theodoro de Souza. Nas poucas passagens que ilustram sua trajetória Cobra (1923) nos apresenta alguns aspectos que contribuem para começarmos a entender os motivos que o trouxeram para

²²Nas obras pesquisadas não há consenso sobre o nome. Em algumas encontramos José Theodoro de Souza como em Cobra (1923) e Teixeira (1979), em outras encontra-se como José Teodoro de Souza como Leite (1978) e Monbeig (1984), e em outras encontra-se o uso indistinto dos dois nomes como em Antonio (1984).

o oeste de São Paulo e como procedeu no desbravamento e também quanto à “legitimidade” das terras do Vale do Paranapanema.

Nas palavras de Amador Nogueira Cobra, a história se inicia quando o intrépido desbravador resolve se aventurar rumo ao oeste da província de São Paulo a fim de tomá-las por ocupação primária:

Lá no século dezenove a pouco mais do meio de seu decorrer quando, no município de Pouso Alegre, ao sul da Província de Minas, obscuro lavrador, de nome José Theodoro de Souza, teve ideia de se aventurar até a região do Pontal do Paranapanema, à procura de terras de cultura, afim de tomá-las por ocupação originária. Homem do campo, não sabia ler nem escrever, mas era dotado de inteligência, e, sobretudo, de uma constituição physica excelente. Acostumado ao sol, à chuva, ao vento e ao frio, que ainda mais erijam os organismos de si robustos, suportava, facilmente, longas caminhadas embora muita vez, se achasse desprovido de apetrechos necessários. Para ele tanto era passar a noite sob um tecto qualquer, como ao relento, em pleno descampado ou no meio da matta, à beira da estrada, reclinado sobre baixeiros dos arreios de seu animal de sella, cobrindo-se com o ponche. (COBRA, 1923, p. 7-8)

O perfil de José Theodoro de Souza se encaixava no contexto da região como personagem de um romance. Na obra de Cobra (1923) são várias as passagens que evidenciam a ação de José Theodoro como um ato de coragem. Era visto como um grande personagem e portanto foi chamado pelo autor de “*nosso heroe do Paranapanema*” (p. 33). Assim, José Theodoro de Souza foi tido como um homem valente e “desapegado”, que se arriscou a conhecer a região, e que mesmo diante das inúmeras dificuldades e do “desconhecido”, que tanto era frisado nas representações cartográficas ou nos relatos das expedições, seguiu adiante tentando realizar o desejoso intento de conquistar uma posse de terra para além da vila de Botucatu²³.

Sua trajetória se inicia tendo como ponto de partida sua saída de seu município de origem denominado Pouso Alegre no Sul da Província de Minas Gerais. De Pouso Alegre – MG, José Theodoro rumou para a província de São Paulo em direção a Mogi Mirim e depois para Botucatu (COBRA, 1923, p. 9). Conta também o autor, de uma maneira assaz romântica, que José Theodoro assim que chegou à cidade de Botucatu foi se apresentar a um compatriota capitão da Guarda Nacional de muita influência na vila. Sua apresentação perante o conterrâneo tinha objetivos claros de criar simpatia e fortalecer vínculos que, possivelmente, facilitariam a concretização de seu objetivo rumo às terras do Pontal do Paranapanema. Foi este conterrâneo denominado Tito de

²³ Naquele período Botucatu era a última vila da Província de São Paulo.

Mello um importante apoio que instruiu José Theodoro de Souza em suas empreitadas rumo ao sertão paulista (COBRA, 1923, p. 9).

Mais adiante, Cobra (1923) especificando o encontro de José Theodoro de Souza com o seu conterrâneo Tito de Mello evidencia a real intenção e as instruções passadas para auferir a “legitimação” das “suas” terras sem transgredir a lei de terras:

Em 1850, como vimos, foi promulgada a lei de 601 e, em janeiro de 1854, o seu regulamento encerrando, definitivamente, a longa série de apropriações de terras devolutas. Ante as suas disposições o pretendente Theodoro incorreria em penalidades se realizasse o que intentava e o acto que praticasse seria nullo de pleno direito.

Em Botucatú, porém, teve ensejo de encontrar-se com o conterrâneo Tito de Mello, homem inteligente, entendido em leis, que o acolheu e lhe deu parecer no sentido de poder fazer a posse e registra-la, sem que, para tanto, fosse preciso sair da lei. Aconselhou que partisse e avançasse até onde seu arrojo e coragem suportassem.

E ele partiu. (COBRA, 1923, p. 16)

Tendo algumas referência e as instruções de Tito de Mello, José Theodoro seguiu sua empreitada rumo ao oeste da Província de São Paulo com mais segurança e planejamento. Adiante de Botucatu, localizada no centro do estado de São Paulo, a viagem rumo às terras desconhecidas da região do Paranapanema seria ainda mais dificultosa pela falta de ocupação, vias de acesso e segurança. O acesso por meio dos rios e os campos abertos eram as principais opções dos desbravadores da época. Cobra (1923) evidencia a falta de ocupação adiante de Botucatu, sendo esta apenas realizada pelos indígenas:

Algumas legoas adiante de Botucatú atingia vertentes do rio Pardo, afluente do Paranapanema. Passou pelos campos que ficam do lado de Lenções, e por S. Domingos, localidade esta que foi a sede do districto de Paz de igual nome, creado em 1854 o qual grangeou celebridade na região.

Continuando na avançada, sempre pelos campos, chegou ao rio Turvo, no lugar em que surgiu, mais tarde, a villa de S. Pedro. Ahi terminavam as posses já tomadas por outros que precederam ao mineiro. Para deante, **não havia viva alma, além dos filhos das florestas**. (COBRA, 1923, p. 17. Grifo nosso)

As possibilidades de acesso eram reduzidas. Havia apenas duas, sendo a primeira ir até as barrancas do rio Paranapanema e seguir seu curso e a segunda, que era considerada mais segura pela não exposição aos ataques dos índios, era continuar pelos campos e tentar atravessar as densas matas. Denota-se que a empreitada de José Theodoro de Souza foi demasiadamente custosa e penosa, sobretudo, por optar o acesso à região embrenhando-se pelas matas e pelos campos e não pela via fluvial, visto que

acampar nas margens e nas áreas desacampadas do Paranapanema era arriscado. Essa estratégia foi adotada no sentido de não ser notado pelos indígenas que habitavam a região ou não representar ameaças como descreviam os relatos de Cobra (1923, p. 17), as expedições anteriores e as cartas cartográficas.

No transcorrer da expedição José Theodoro de Souza passou a pensar e realizar um reconhecimento preliminar com intuito de colher dados que lhe permitisse descrever as divisas com mais segurança. A conjuntura agrária da época e as leis referentes à regulamentação das posses ameaçavam os interesses de José Theodoro de Souza, visto que suas tentativas de legitimação se realizavam em período referente à Lei de Terras nº 601, onde haveria uma diferenciação entre as propriedades do Estado e as propriedades particulares com posse legítima registrada e reconhecida pelo Estado, e que, a qualquer instante, poderia ser delegada uma comissão para regularização e fiscalização das posses e títulos da terra, fato que obstaculizaria os planos do mineiro desbravador. Nestas circunstâncias, correr contra o tempo foi fundamental para José Theodoro, visto que a demora de suas ações e possíveis atuações fiscais do Estado poderiam impedir seus ensejos.

Assim, pressionado pelo tempo e circunstancialmente inibido pelos índios, José Theodoro alavancou sua jornada rumo aos campos e florestas do Vale do Paranapanema. Destarte, iniciou suas primeiras apropriações, como apresenta Cobra:

A sua primeira entrada foi no <<Alambary>> e no <<S. João>>, dois ribeirões onde se apropriou das três seguintes sortes de terras:

- 1) <<Principia no lado de cima divisando com Messias José de Andrade e pelo alto com quem direito for até encontrar com terras de Manoel Alves dos Reis e pelo espigão abaixo com o mesmo Alves até o rio pelo veio do rio acima até encontrar o princípio desta divisa.>>
- 2) <<Principiando na barranca do rio S. João e seguindo por um espigão divisando com Matheus Leite de Moraes e rodeando as vertentes de um braço do S. João>> até encontrar com terras de Francisco de Souza Ramos, até o veio do rio S. João e por este acima até onde principia e finda esta divisa.>>
- 3) <<Principiando esta divisa no barranco do rio S. João defronte de um pau de cabiúna aonde faz ponto de divisa com Francisco de Souza Ramos até encontrar com terras de João Vicente de Souza daqui seguindo por um espigão dividindo com o mesmo Souza até encontrar com terras de Manoel Joaquim da Cunha até a barranca do rio S. João e por este acima até encontrar com terras de Anastacio José Feliciano, divisado com José Antonio Diniz até encontrar com terras de Francisco de Souza Ramos onde fez principio e finda esta divisa.>> (COBRA, 1923, p. 18-9)

Denota-se que as descrições de José Theodoro Souza estão embotadas de referências de posses de terras, atreladas aos donos, e elementos que compõem a paisagem natural, tais como rios, espigões, etc. Estes referenciais são utilizados para definir os limites das propriedades e, para tanto, destacam algumas das clivagens existentes anteriormente à chegada de José Theodoro. Estas referências ficam mais claras para o entendimento ao verificarmos que as três sortes de terras descritas acima tem seus limites demarcados com base em terras de outros proprietários e em aspectos físicos da paisagem²⁴.

Segundo Leite (1972, p. 53) o termo de posse não foi assinado por José Theodoro de Souza, por este ser analfabeto. Suas transações eram feitas sempre tendo intermediário de procuradores. Neste contexto, destaca-se o seu cunhado João da Silva Oliveira²⁵, o único membro da família que sabia ler, escrever e, portanto, tomava parte das escrituras representando-o:

João da Silva Oliveira, cunhado do sertanejo era, da família, o único que sabia ler e escrever; teve junto àquella o logar de *secretario* é mais o de procurador com amplos poderes para alienar terras. Por um escrúpulo de ordem jurídica ou por espirito de associação as escripturas de venda continham a outorga de todos: de Theodoro e da mulher, dos filhos e dos genros, não obstante os últimos não terem participados juridicamente, do acto de apropriação e não estarem seus nomes, por isso mesmo, mencionados no instrumento de registro. (COBRA, 1923, p. 27)

Cobra destaca também que “*Ouvimos dizer que o mineiro não pretendia se apoderar de áreas outras; sua ambição não ia além daquelas, a principio.*” (1923, p. 19). No entanto, suas ações tomaram novos rumos e, então, arriscou-se a ficar com área maior do que as já conhecidas. Esta decisão se fundamentava no fato de que o período de realização do registro estava se findando e, tão breve, fechar-se-iam as portas que oportunamente possibilitavam adquirir a posse das terras do Paranapanema. Afinal, logo as terras retornariam para o Estado como terras devolutas e, então, não sairiam de suas mãos tão fáceis, sobretudo, por estarem sob a guarda do poder judiciário como previa a Lei de Terras de 1850.

²⁴ Apesar de analfabeto, José Theodoro se atentou minuciosamente aos detalhes que comporiam os documentos das posses.

²⁵ João da Silva, assim como José Theodoro de Souza, também foi considerado um herói na região e morreu pobre (COBRA, 1923, p. 64-5). Segundo consta em Cobra (1923, p. 130), João da Silva fora proprietário das terras que incluíam o morro do Diabo e o encontro das águas dos rios Paraná e Paranapanema.

Diante do curto período que tinha para registro das terras e sabido das dificuldades a enfrentar no desbravamento da região foi que Theodoro reuniu o seu grupo e se internou nos campos e matas da região, avançando pelas terras do Paranapanema com a finalidade de colher informações suficientes para a comprovação de sua “posse”. Nesta empreitada, aos poucos, tomava conhecimento de novas áreas, nascentes, afluentes, cabeceiras, etc. A hidrografia da região se constituía em um importante referencial para José Theodoro poder “legitimar”, acessar e referenciar os interiores da região:

Tendo reunido uma pequena caravana, afim de poder continuar a rota que levá-la até ali, onde encontrou os últimos moradores, internou-se na região que propriamente constitui objeto desta notícia histórica, avançando para o desconhecido, desde o Turvo até o ribeirão a que deu o nome de <<Capim>>, das margens deste foi ter à barranca de outro que denominou <<da Jacutinga>>; atravessou-o e, pouco adiante, alcançou as cabeceiras do córrego da <<Barraca>>, pequeno afluente de um rio que, logo apoz, avistou e baptizou de <<Rio Novo>>, cuja denominação denota não ter sido antes assinalado por outrem. O seu pequeno afluente <<Barraca>> assim se chamou, porque em suas cabeceiras esteve abarracada a gente de Theodoro. (COBRA, 1923, p. 19-0)

De acordo com Cobra (p. 20), a topografia era favorável e agradava o grupo expedicionário. De fato, mediante das condições topográfica, José Theodoro de Souza tinha condições de avançar significativamente adentro. Cobra (1923) destaca duas passagens interessantes acerca da investida e do intento de avançar ainda mais léguas adentro das terras da região e do momento de retornar para realizar o registro:

Bem podia retroceder. Seis leguas havia contado até ahi. Não era pequeno o <<pedaço de chão>> que ficára átraz, com o qual estaria bem aquinhoado.

Mas assim não aconteceu.

Abandonando a margem esquerda do rio, poz-se, de novo, a caminho e, subindo pela encosta do espigão da margem direita, depois de vencidas algumas leguas, chegou aos campos onde correm os ribeirões do <<Veado>> e do <<Taquaral>>, de cuja reunião mais abaixo, se forma o rio <<Pary>>, que contraverte com o <<Novo>>. (COBRA, 1923, p. 20)

E também:

Dez leguas deixara atraz de si a caravana. O trato de campos e de mattos que vencera na caminhada, bastava para uma grande posse e parece que assim pensava o sertanejo. Era tempo de voltar, o que fez, atravessando os mesmos córregos, ribeirões e rios, que transpuzera quando entrou. (COBRA, 1923, p. 21)

Em todo o trajeto percorrido pela expedição nada lhes aconteceu. Passaram imunes aos ataques dos ditos “selvagens”²⁶. Conforme Cobra *“Chegou incólume, guiado apenas pelos cursos d’água e pelo gyro do sol, companheiro e amigo do sertanejo nas jornadas, aclarando-lhe a vereda escura na matta e indicando os pontos cardeais aos que não sabem ler na bussola.”* (p. 21). No regresso descansaram no Turvo e, em seguida, rumaram para Botucatu visando finalizar o processo por meio da obtenção do registro com o vigário na paróquia de acordo com os ditames vigentes.

Contudo, o prazo para registro das terras já tinha se findado conforme a lei nº 601 de 1850. Deste modo, era expressamente proibida a ocupação das terras, que em período posterior à vigoração da lei seriam terras devolutas e só poderiam ser ocupadas a partir da comercialização²⁷ e, portanto, os documentos apresentados por José Theodoro de Souza seriam nulos²⁸.

Esta foi uma situação crucial na história do Vale do Paranapanema. José Theodoro encontrava-se diante de um entrave decisivo para legitimar a sua “posse”, conforme descreve Cobra (1923),

O artigo 91 do regulamento mandou que todos os possuidores de terras, qualquer que fosse o título, o registrassem dentro dos prazos concedidos; sendo de dois anos o primeiro; um anno, o segundo, e seis mezes, o ultimo; o segundo e o terceiro, em prorrogação. Contando-se de 1854, findava em 1856 o 1º prazo. Mas isto era para os que tivessem titulo de domínio anterior à data do decreto. Ora o de José Theodoro não estava naquelas condições, como dissemos, pois que ele chegara ao Paranapanema depois de 1850 e, por isso, a lei não considerava legitimo seu acto de ocupação. (COBRA, 1923, p. 22-3)

No entanto, dada a situação e a ameaça aos interesses, José Theodoro encontrou uma saída paliativa para “burlar” as limitações da lei:

Para se sair do embaraço, declarou perante o vigário de Botucatú que sua posse se realizara em 1847, três anos, portanto antes de 1850 e nove, antes de 1856.

Com um salto desses, dado para tras, o interessado incluía seu nome entre os posseiros, cujos direitos a lei assegurava, não para lhe atribuir domínio, mas um começo, com que poderia recorrer ao processo de legitimação, segundo o parecer que, provavelmente, lhe dera em Botucatú, seu amigo e protector, a que nos referimos. (COBRA, 1923, p. 23)

²⁶ Cobra (1923, p. 21) destaca também que o fato de passarem ilesos por todo o trajeto refere-se a não terem iniciado o processo de ocupação da região através da construção de casas, etc.

²⁷ Ver artigo 1º da lei nº 601 de setembro de 1850.

²⁸ O artigo 2º da lei nº 601 de setembro de 1850, prevê a ação de despejo, perda das benfeitorias, pena de prisão e multa para as áreas ocupadas ou ações danosas contra as terras devolutas.

A influência e instruções de seu conterrâneo Tito de Mello foi fundamental neste momento. Todavia, apesar da estratégia de declarar as terras em prazo anterior à vigência da lei nº 601 e do Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854²⁹, o governo negou a sanção da posse devido a ultrapassar a “*tolerância legal*” (COBRA, 1923, p. 24), visto a grandeza da propriedade descrita no registro. Pierre Monbeig (1984, p. 134), também destaca a trajetória de Theodoro na região e a grandeza da sua propriedade “*que media 60 quilômetros de frente por 150 de fundo*”.

Contudo, mediante as travagens impostas pela lei e a sua estratégia infrutífera, José Theodoro lançou mão de outra manobra tática. Objetivando conseguir uma legitimação favorável à “sua posse” centrou suas forças para registrar as três posses apresentadas e as terras do Pontal diretamente no pároco, conforme apresenta Cobra (1923):

Não obstante resolveu lançar a cartada (arriscar, como diz o vulgo) e apresentar ao parócho, não só a *posse* dos três tratos já descriptos, como a do que é objeto principal da nossa narrativa, e o fez nos seguintes termos:

<<Sou senhor de umas terras de cultura no lugar denominado Rio Turvo, ditricto desta Villa de Botucatu e suas divisas são as seguintes: <<Principiando esta divisa no barranco do Rio Turvo, barra do Correguinho da Porteira, divisando com os herdeiros e meeira de José Alves de Lima, e cercando as vertentes com quem direito for até encontrar terras de José da Cunha de tal até o espigão que divide as vertentes do Paranapanema, pelo espigão fora com quem direito for até cair no mesmo barranco do Paranapanema, por este abaixo até frontear a barra do rio Tibagy, e daqui cercando as vertentes desta agua que se acha dentro deste circulo até encontrar-se com terras de Francisco de Souza Ramos, daqui descendo até o barranco de São João, por ele abaixo até sua barra no Turvo, por este acima até encontrar com a barra do <<Correguinho da Porteira>> donde foi principio e finda esta divisa. Cujas terras assim divisadas e confrontadas as possuo por posses mansas e pacíficas que fiz no anno de 1847 e nelas tenho morada habitual até o presente.

Por José Theodoro de Souza, Francisco das Chagas Motta. Apresentado aos 31 de Maio de 1856. Vigário Modesto Marques Teixeira.>> (COBRA, 1923, p. 24)

Esta estratégia de José Theodoro rumou no sentido de burlar a lei nº 601 e o respectivo regulamento de 30 de janeiro de 1854. O decreto nº 1.318 regulamentava a Lei de terras e, por isso, constituía-se como uma barreira para a legitimação da “posse” de Theodoro. O artigo 24 definia as posses passíveis à legitimação:

Art. 24. Estão sujeitos á legitimação:

§ 1º As posses, que se acharem em poder do primeiro occupante, não tendo outro titulo senão a sua occupação.

²⁹ O Decreto nº 1.318 de janeiro de 1854 regulamentava a Lei. nº 601.

§ 2º As que, posto se achem em poder de segundo occupante, não tiverem sido por este adquiridas por titulo legitimo.

§ 3º As que, achando-se em poder do primeiro occupante até a data da publicação do presente Regulamento, tiverem sido alienadas contra a prohibição do Art. 11 da Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850. (BRASIL, DECRETO n. 1.318)

José Theodoro encontrava-se em acordo com partes das exigências do artigo 24. Mas o seu maior problema quanto à legitimação estava nos artigos 91 e 92, que se referiam ao registro das terras possuídas:

Art. 91. Todos os possuidores de terras, qualquer que seja o titulo de sua propriedade, ou possessão, são obrigados a fazer registrar as terras, que possuirem, dentro dos prazos marcados pelo presente Regulamento, os quaes se começarão a contar, na Côrte, e Provincia do Rio de Janeiro, da data fixada pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, e nas Provincias, da fixada pelo respectivo Presidente.

Art. 92. Os prazos serão 1º, 2º e 3º: o 1º de dois annos, o 2º de hum anno, e o 3º de seis mezes. (BRASIL, DECRETO n. 1.318)

Ambos os artigos foram entraves para José Theodoro de Souza. A legitimação da posse de “suas terras” esbarrava nestas exigências e, portanto, dali em diante não conseguia ir além. Contudo, foi com base no mesmo decreto e nos contatos políticos estabelecidos com Tito de Mello de Botucatu que surge uma alternativa para se realizar a “legitimação” da posse.

O mesmo decreto definia que os vigários eram os encarregados de receber e registrar em suas paróquias as declarações para o registro das terras e a instruírem os *freguezes* conforme os artigos 97, 98 e 99:

Art. 97. Os Vigarios de cada huma das Freguezias do Imperio são os encarregados de receber as declarações para o registro das terras, e os incumbidos de proceder á esse registro dentro de suas Freguezias, fazendo-o por si, ou por escreventes, que poderão nomear, e ter sob sua responsabilidade.

Art. 98. Os Vigarios, logo que for marcada a data do primeiro prazo, de que trata o Art. 91, instruirão a seus freguezes da obrigação, em que estão, de fazerem registrar as terras, que possuirem, declarando-lhes o prazo, em que o devem fazer, as penas em que incorrem, e dando-lhes todas as explicações, que julgarem necessarias para o bom cumprimento da referida obrigação.

Art. 99. Estas instrucções serão dadas nas Missas conventuaes, publicadas por todos os meios, que parecerem necessarios para o conhecimento dos respectivos freguezes. (BRASIL, DECRETO n. 1.318)

Assim, José Theodoro de Souza opta por tentar legitimar a posse das terras na paróquia de Botucatu e, de acordo com Teixeira (1979), Antonio (1984) e Abreu (1972)

se aproveita das disposições do regulamento da lei, sobretudo dos artigos 91 e 92 que estipulavam prazos³⁰, para iniciar o processo de legitimação das posses onde, para fins de resolver os problemas com as limitações da Lei, declarava moradia desde 1847 no documento de registro *“Cujas terras assim divisadas e confrontadas as possuo por posses mansas e pacíficas que fiz no anno de 1847 e nelas tenho morada habitual até o presente”* (COBRA, 1923, p. 24).

A declaração de morada foi uma peça central para se compreender o desenvolvimento do processo³¹. Segundo Cobra (1923, p. 25), Theodoro tinha escopo terras mais além das já conquistadas *“tinha intenção de levar as divisas extremas e de fundo de sua quarta posse, somente até o rio Pary, com todas as vertentes”*. No entanto, em Botucatu, convenceram-no a desistir deste projeto. “Burlando a lei”, José Theodoro de Souza³², julgando-se possuidor das terras, visava atrair pessoas para ajudar a ocupar a região e, portanto, adotou uma postura “solidária” para realizar tal intento (COBRA, 1923, p. 25). Entretanto atrair pessoas para uma ocupação efetiva da região não era uma das tarefas mais fáceis de realizar, pois as dificuldades eram grandes e por falta de infraestrutura as condições de ocupação, moradia e vida eram acentuadamente precárias, repletas de perigos e privações. No entanto, apesar de lento, ocorreu o processo de ocupação da região.

Obviamente que o processo de ocupação da região e a dita “solidariedade” abundante de José Theodoro estavam embotadas de interesses. A ocupação da região tinha finalidades claras de legitimação das posses visto que naquele momento a ocupação da região contribuiria muito para o processo de reconhecimento da “posse” e possíveis problemas com a justiça, pois a ocupação muniria José Theodoro de Souza de mais argumentos e possíveis “provas” de ser a área ocupada em período anterior a 1854. Assim, diante de mais uma desafiante empreitada nas terras do Vale do Paranapanema, José Theodoro se dedicou com afinco visando ir além das possibilidades e concretizar os intentos de povoação e comercialização das terras que tivera, também, desde o início de sua trajetória rumo ao oeste do estado de São Paulo para obter uma “posse”. Falaremos mais adiante da ocupação da região.

³⁰ Os prazos estavam relacionados também à decisão do Presidente de cada Província do Império. De acordo com Teixeira (1979, p. 22) e Abreu (1972, p. 18-9) em São Paulo a data estipulada foi 1854.

³¹ A opção tomada por José Theodoro resolvia como uma medida paliativa para se obter o “registro” da posse. No entanto, como explicaremos mais adiante o documento foi contestado em outros momentos por estar repleto de irregularidades e falsidades.

³² Leite (1972, p. 52) refere-se a José Teodoro de Souza como *“dono de todas as terras do sudoeste bandeirante”*.

Sobre a vida de José Theodoro de Souza e familiares

Sobre José Theodoro de Souza há informações de que ele permaneceu em sua residência no Turvo até o fim de seus dias. Cobra (1923) é a referência que apresenta mais informações sobre a vida de Theodoro. Segundo o autor foi em São Pedro do Turvo que José Theodoro de Souza passou a maior parte de sua vida e que veio a falecer:

Chegamos assim ao mez de abril do anno de 1875. Nesse mez e nesse anno, no povoado de S. Pedro do Turvo faleceu José Theodoro de Souza, passado já dos setenta anos.

Pensará, talvez, o leitor que o senhor que fora, do maior latifúndio conhecido em São Paulo, naquelles tempos, legou para seus filhos avultada fortuna.

Assim não aconteceu. A terra de que se apossara, quasi toda foi vendida. O pouco que ficou valia quase nada. Já no inventario que se procedeu por falecimento de sua primeira mulher, Francisca Leite da Silva, não houve quinhões para ninguém: foi negativo.

Por sua morte deixou viúva a segunda mulher – Anna Luiz de Jesus – a qual não fez inventario. Esteve casado com esta pouco tempo e o filho único que desse casal ficou, nasceu depois da morte de seu pae. Attingindo a maioridade, induziram-no a tomar conta da herança que desconhecia e, em seguida, alienou dando origem esse acto a uma conten da a que linhas antes, nos referimos e de eu nos ocuparemos mais adeante. (COBRA, 1923, p. 57)

Sobre seu sepultamento, conta Cobra destacando-o como um celebre personagem e sobre a falta de informações sobre o seu enterro e quanto à localização de seu túmulo:

Foi sepultado no cemitério de S. Pedro do Turvo. O leito desejará saber, provavelmente, com que honras desceu à ultima morada o homem que desbravou sertões paulistas e como, pelos anos em fora, foi cultivada sua memória.

De como foi o enterramento – pobre ou pomposo – nada sabemos. Mas se o leitor, um dia, pretender visitar o cemitério daquela localidade e nelle procurar a seputura de Theodoro, não encontrará – é anonyma – e talvez não encontre na Villa alguém que lha indique.

Seus descendentes, mais próximos, não existem. Viveram obscuramente e do mesmo modo desapareceram. Dos parentes – João da Silva, Francisco de Paula Moraes e do filho José Luiz – também há muito falecidos – ainda teremos que falar e, bem assim, de Antonio de Paula Rodrigues (Antonio Ouvires) e de Antonio Alves Nantes. Este, ao lado de João da Silva e de Francisco de Paula Moraes, tornou-se figura lendária, cujo nome inda hoje se pronuncia com respeito na terra sertaneja. (COBRA, 1923, p. 58)

Sobre sua família têm-se pouquíssimas informações. Mesmo Cobra (1923), que realizastes levantamento acerca de Theodoro em período próximo aos fatos e, portanto,

com mais facilidades de informações precisas, não obtivera muitas informações sobre a família de José Theodoro. Neste ponto, o historiador Prado (2009), apresenta informações que complementam as de Cobra (1923), conforme o organograma 2 que apresentamos abaixo:

No entanto, sobre os familiares, apenas em nota de rodapé, Cobra (1923), destaca que conhecera José Luiz³³, o filho do segundo casamento de José Theodoro de Souza:

Conhecemos José Luiz. Estava muito pobre. Quando nos foi apresentado, disse: - Eu sou fio do Zé Theodoro, seu dotô! -. No estado em, que o encontramos, no momento não era conveniente entabolar conversa: achava-se muito alegre e como a quem está assim tudo se afigura côr de rosa, bem se vê que não podíamos colher dele coisa que prestasse para satisfazer a nossa curiosidade. Nunca mais o vimos. Anos depois soubemos que faleceu prematuramente... (COBRA, 1923, p. 26)

Por fim, destaca-se que José Theodoro de Souza não tivera uma vida de riqueza. Apesar de ter sido um dos mais valentes desbravadores e grande “proprietário” de terras, não gozou intensamente dos luxos e nem obtivera o status que a grande maioria dos proprietários de terras daquele período tinha. Sua família também não herdara um império de riquezas e muito menos tivera uma vida embotada de abastanças, pois muitas foram as vendas, doações e grilos que contribuíram esfacelando a posse de José Theodoro. No entanto, José Theodoro de Souza tivera uma trajetória ímpar dentre os que se aventuraram a desbravar as terras desconhecidas no Brasil.

A permuta das fazendas: de José Antonio Gouveia a Manoel Pereira Goulart

No emaranhado processo de ocupação e legitimação das posses das terras do Paranapanema José Antonio Gouveia é outro sujeito tão importante quanto José Theodoro de Souza. A importância de José Antonio Gouveia³⁴ se justifica por este ter feito processo semelhante a José Theodoro de Souza e ter permutado as terras com o mesmo (LEITE, 1998, p. 29). Ou seja, são ambos protagonistas de uma trama intrincada e relacionadas que ainda hoje gera problemas.

A história de José Antonio Gouveia na região do Paranapanema está atrelada à formação da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. É fundamental salientar a história de Gouveia e da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio porque é a história de um dos grilos mais complexos do país. De acordo com Leite (1998, p. 38) a região atualmente conhecida como Pontal do Paranapanema é parte integrante da antiga Fazenda Pirapó-Santo

³³ José Luiz de Souza atingiu a maior 1897 (COBRA, 1923, p. 162).

³⁴ Encontra-se nas bibliografias consultadas muitas variações do nome de José Antonio Gouveia, tais como: José Antonio Gouvea; Antonio José Gouvea; José Antonio Gouveia; e Antonio José Gouveia.

Anastácio. Sua origem esta centrada na figura do personagem Antonio José Gouvea que segundo Vasques (1973), em Maio de 1956, declarou-se beneficiário da posse:

Mas, aos 14 de maio de 1856, Frei Pacífico de Monte Falco, vigário da paróquia de São João Batista do Rio Verde, hoje Itaporanga, fez um registro de posse de terra, sendo beneficiário e declarante o Sr. José Antonio Gouvêa, que afirmou possuir, desde 1848, uma fazenda abrangendo “duas águas” a saber: “Pirapó” e “Santo Anastácio”. (VASQUES, 1973. p. 10)

No entanto, apesar de ser realizada a declaração e o registro paroquial pelo Frei Pacífico de Monte Falco o registro da posse ocorreu em período posterior à promulgação da Lei de Terra nº 601 e do decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854 que o regulamentava. Visto as prováveis problemáticas com a legitimação das terras, Gouveia utilizou-se da mesma estratégia adotada por José Theodoro de Souza. De acordo com Leite (1998, p. 38) declarou morada nas terras desde 1848, ou seja, alegou habitar nas terras em período anterior à publicação e promulgação da referida lei.

Posteriormente, no dia 11 de abril de 1861, conforme Vasques (1973, p. 10) a posse da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio é transferida a Joaquim Alves de Lima e a escritura da transferência foi lavrada no município de Pirassununga – SP. Leite (1998, p. 39) afirma que a fazenda foi vendida de Gouvea para Joaquim Alves de Lima que logo faleceu deixando as terras como herança. Assim, João Evangelista de Lima, filho de Joaquim Alves de Lima, assumiu a posse das terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. De acordo com Cobra (1923, p. 45) Joaquim Alves de Lima viera para a região do Paranapanema acompanhando os familiares e alguns estranhos que compuseram o primeiro o grupo que chegara com o intuito de povoar as terras³⁵.

Segundo Leite (1998, p. 39), João Evangelista de Lima foi o primeiro a tentar legitimar a posse das terras:

Segundo consta, este último personagem foi o primeiro da cadeia a tentar legitimar sua posse, o que ocorreu em 1886. Porém o fez com tamanha inabilidade e com “tantas nulidades na parte jurídica quantos os erros da parte técnica” que Prudente de Moraes, governador de São Paulo na época, após ouvir o juiz comissário das comarcas de Lençóis e Botucatu, em longo parecer, concluiu por considerar “imprestável e nula a medição”. Era 22 de setembro de 1890. (LEITE, 1998, p. 39-1)

De fato, a tentativa de legitimar a posse das terras por vias legais em 1886 foi obtida com insucesso. Neste momento, a história da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio se cruza com a história de fazenda denominada Água-Pehy, Água-Pehy Peixe, Rio do

³⁵ Joaquim Alves de Lima também é referenciado na obra de cobra (1923, p. 62) como dono de um cafezal.

Peixe e Boa Esperança do Aguapehy. Esta última, também tinha sérios problemas quanto à legitimidade da posse e, portanto, tentava-se realizar a legitimação da posse para acelerar-se o processo de venda das terras e especulação fundiária (LEITE, 1998, p. 42).

Leite (1998) descreve bem a situação da Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy e suas respectivas características:

A Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy traz sua origem em posse de José Teodoro de Souza, cujo registro Paroquial obtivera do vigário Modesto Marques Teixeira na Vila de Botucatu, lavrado no mesmo mês e ano em que ocorreu a posse de Gouveia. Segundo as divisas constantes do termo de posse, era mais extensa ainda que a Pirapó-Santo Anastácio, pois tinha origem nas barrancas do rio Turvo cujas nascentes estão nos municípios de Agudos e Bauru. Eram milhares de alqueires cobertos com matas e cerrados, com fronteiras bastante imprecisas, onde, contudo, Teodoro declarava “[...] cujas terras assim divisadas e confrontadas as possuo por posses mansas e pacíficas que fiz no ano de 1847 e nelas tenho morada habitual até o presente [...]”. (LEITE, 1998, p. 39)

O autor também destaca que a Fazenda Boa Esperança do Aguapehy teve ocupação primária com Francisco de Paula Moraes (LEITE, 1998, p. 41). No entanto, era uma parcela destacada da posse de José Theodoro de Souza. Cobra (1923, p. 70) sobressai que Francisco de Paula Moraes ou Chico de Paula, como era conhecido, foi pessoalmente a São Paulo tentar com o imperador obter a legitimação da posse, mas não obtivera sucesso. Logo mais, com a morte de Francisco de Paula Moraes que foi assassinado em uma briga sem importância na freguesia de São José do Rio Novo por um italiano de nome Francisco Caputo (COBRA, 1923, p. 71), o coronel José Rodrigues Tucunduva requereu à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário a legitimação das terras em 1902. No entanto, quase todos os documentos apresentados foram descartados por serem considerados imprestáveis, cabendo ressalva somente para aqueles que se referiam ao curso superior do rio do Peixe (LEITE, 1998, p. 41-42).

Contudo, neste emaranhado de sucessões e tentativas de legitimações há outro personagem, fundamental para a história das terras do rio do Peixe, que dá uma nova direção para o processo. De acordo com Leite:

Talvez mais complexa porque, dezesseis anos antes, o agrimensor Manuel Pereira Goulart solicitara a legitimação dessas terras dizendo-se “Senhor e possuidor de uma fazenda denominada Água Pehy e Boa Esperança que obtivera de posse em 1850, onde tinha cultura de café, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, árvores frutíferas e pasto onde residia com sua mulher e filhos”. (LEITE, 1998, p. 41-2)

Apesar desta tentativa, o processo estava repleto de erros e com documentos e informações falsas, que consequentemente levaram a província de São Paulo a não reconhecer como legítima a posses das terras. Ademais, a mando do Visconde de Parnaíba os autos foram apreendidos e remetidos ao juiz da comarca de Lençóis (LEITE, 1998, p. 42). Não houve solução neste caso e, portanto, não foi dada continuidade nas tentativas de legitimação para esse processo.

Contudo, mesmo diante das complicações e entraves legais para obter o registro legítimo das terras, um novo fato importante acontece e muda os rumos de ambas as fazendas. Previsto o resultado negativo das tentativas de legitimação das posses³⁶, enquanto tentavam obter sucesso e tramitavam as tentativas de legitimação das posses das terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio e Boa Esperança do Aguapehy, Manoel Goulart e João Evangelista de Lima tentam uma nova estratégia. De acordo com Leite (1998, p. 42), no dia 11 de janeiro de 1890 em Santa Cruz do Rio Pardo, Manuel Pereira Goulart e João Evangelista de Lima permutam as fazendas³⁷. Assim, Manuel Pereira Goulart adquire a gleba da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio que era de posse de João Evangelista de Lima. De acordo com Vasques (1973, p. 10), a escritura transcrita em Lençóis³⁸, no dia 2 de janeiro de 1891³⁹.

No dia 14 de setembro de 1892, a escritura foi ratificada pelos herdeiros de Joaquim Alves de Lima nas notas no 1º Tabelião de Campos Novos do Paranapanema⁴⁰ (VASQUES, 1973, p. 10). Segundo Leite (1998, p. 42), a ratificação foi feita pelos irmãos e cunhado de João Evangelista de Lima. Deste modo, a permuta se “concluiria” sendo, dali em diante, Manoel Pereira Goulart “dono” da gleba Pirapó-Santo Anastácio e João Evangelista Alves de Lima, filho de Joaquim Alves de Lima, “dono” da gleba Fazenda Boa Esperança do Aguapeí.

Apesar da permuta ser realizada e endossada pelos familiares de João Evangelista, Manoel Goulart necessitava do reconhecimento do Estado para seguir

³⁶ Observa-se que, embora os requerimentos de legitimação de João Evangelista de Lima, da gleba Pirapó-Santo Anastácio e de Manuel Pereira Goulart, da Boa Esperança do Aguapeí, tivessem dado entrada ao juiz comissário de Campos Novos do Paranapanema, em meados do ano de 1886, o primeiro fora julgado imprestável já na República (1980) e o segundo nos estertores do Império, em 1889. (LEITE, 1998, p. 42)

³⁷ Notas do Tabelionato José Manuel de Almeida. (LEITE, 1998, p. 42)

³⁸ Santa Cruz do Rio Pardo fazia parte da comarca de Lençóis (VASQUES, 1973, p. 10).

³⁹ Destaca Leite (1998, p. 42) “*Não havendo dúvida de eu ninguém pode permutar algo que não lhe pertença*”.

⁴⁰ Atualmente é a cidade de Assis – SP.

adiante com os seus planos de comercialização das terras. Assim, Goulart lança mão de uma estratégia diferente. Segundo Leite:

Para tanto, encaminhou petição ao Ministério da Agricultura, no Governo Provisório, solicitando permissão para localizar colonos estrangeiros na Pirapó-Santo Anastácio, obtendo um despacho favorável que, à certa altura do parecer, autorizava a localização de “imigrantes em sua fazenda” (1998, p. 42-3)⁴¹.

Com o parecer, datado no dia 21 de fevereiro de 1891, do Ministério da Agricultura favorável a alocação de colonos estrangeiros nas terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, Manoel Pereira Goulart intensificou o processo de doação, troca e comercialização das terras. Juntamente a esse processo intensificou-se a vinda de migrantes para a região, visto que muitos a consideravam ainda como terra devoluta. Consequência deste processo é que surgiram centenas de grilos dentro da Pirapó-Santo Anastácio, ou seja, ocorreu um processo de criação do grilo dentro do grilo⁴². Esse processo também foi acompanhado de uma quantidade imensa de conflitos tanto entre o homem branco contra o indígena quanto entre os próprios homens brancos pela posse da terra.

No entanto, mesmo “sendo” o “proprietário” da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, Manoel Pereira Goulart, ciente dos problemas com a legitimação da posse da terra, registra, no dia 31 de março de 1902, suas terras no Registro Especial de Terras. No processo anexaram a certidão do Registro Paroquial de 1856, a escritura de 1861, as de 1890 e a de 1892. Esta estratégia era fundamental para que pudesse avançar na “legitimação” e iniciar o processo de comercialização e ocupação das terras, sobretudo para corroborar a “legitimidade” da propriedade.

Havia sério problema de imprecisão nos limites que definiam a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Leite (1998, p. 38) releva “*a gleba apresentava perímetro indeciso, dado o evidente desconhecimento do território*”, e, tendo como referência os rios, destaca essa indefinição quanto a saber quais os reais limites e tamanho da Gleba Pirapó-Santo Anastácio:

Pela descrição das divisas, o rio Pirapó deve ser o atual ribeirão Pirapozinho, que tem sua origem no mesmo espigão onde nasce o Santo Anastácio, nas proximidades de Presidente Prudente. No entanto, uma planta da fazenda, quando já em mãos da Companhia

⁴¹ A nota de rodapé nº 39 da página 43 de Leite (1998) contém a declaração do Ministério.

⁴² O tamanho da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio contribuiu para que surgissem dentro de si grilos de todos os tamanhos. Como exemplo do surgimento de grilos dentro deste grande grilo há a Fazenda Ribeirão Grande e Antas e a Gleba Caiuá-Veado, ambas com mais de 12.000 hectares. (LEITE, 1998, p. 45)

dos Fazendeiros de São Paulo (após 1908) traz um tal rio Pirapó, afluente do rio Paraná, pouco ao norte da confluência do Paranapanema, o que pode induzir-nos ao raciocínio de que a gleba se circunscreve apenas às águas dos dois rios, e com limites, a leste, bem mais reduzidos. (LEITE, 1998, p. 39)

Vasques (1973, p. 13) também apresenta um problema quanto ao rio Pirapó:

Analisando-se a carta da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio encontramos, para complicar a declaração inicial de José Antonio de Gouvêa em 1856, dois rios com o mesmo nome – Pirapó : um, afluente do Paraná, desaguando entre a ilha da Onça e o arquipélago dos Guaranis; o outro, afluente do Paranapanema em sua margem esquerda. Ainda: mais na carta de 1875 há outro (um terceiro) rio Pirapó. Deste modo temos três rios com o mesmo nome. (p. 12)

Essas referências implicam diretamente nas possíveis interpretações da posição da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio com maior precisão. Neste sentido, Vasques (1973) expõe quatro possíveis interpretações:

- 1) a referida gleba bordejava somente o rio Paraná, incluindo as áreas das bacias hidrográficas do rio Santo Anastácio e do rio Pirapó e mais a área entre as duas bacias;
- 2) a área estava compreendida entre a foz do Pirapó, afluente do rio Paranapanema, englobando tudo desde este ponto, até a bacia do rio Santo Anastácio;
- 3) a área iria somente da foz do Pirapó (afluente do Paraná), até a foz do rio Santo Anastácio, incluindo as terras intermediárias, ficando os referidos rios como limites naturais e,
- 4) da foz do Pirapó (afluente do Paranapanema) até a foz do rio Santo Anastácio, em linha reta. (VASQUES, 1973, p. 13)

Leite (1998) também destaca algumas incoerências referentes à localização dos rios que delimitavam as propriedades e que distinguiram de carta para carta:

Pela descrição das divisas, o rio Pirapó deve ser o atual ribeirão Pirapozinho, que tem sua origem no mesmo espigão onde nasce o Santo Anastácio, nas proximidades de Presidente Prudente. No entanto, uma planta da fazenda, quando já em mãos da Companhia dos Fazendeiros de São Paulo (após 1908) traz um tal rio Pirapó, afluente do rio Paraná, pouco ao norte da confluência do Paranapanema, o que pode induzir-nos ao raciocínio de que a gleba se circunscreve apenas às águas dos dois rios, e com limites, a leste, bem mais reduzidos. (LEITE, 1998, p. 39)

Havia incoerências de toda ordem nos documentos. Leite (1998, p. 41) destaca também um erro grosseiro no documento de João Evangelista de Lima ao referenciar que o rio Paranapanema cruzava o rio Paraná e continuava adentrando a Província do Mato Grosso. Esse e vários outros erros, em sua maioria, foram encontrados durante

algumas comissões investigativas do Estado que foram direcionadas para as terras do Paranapanema a fim de pesquisar a problemática da legitimidade da posse das terras e ajuntar provas documentais.

Segundo Cobra (1923, p. 90), foi no início de 1880 que começaram a aparecer as primeiras comissões para realizar a discriminação das terras de domínio público das posses legítimas. De acordo com Silva (2008, p. 225-6), o Estado sabendo da existência de terras devolutas no Vale do Paranapanema e da intenção de vários intrusos em se apossar das terras cria a comissão de medição do Vale do Paranapanema na década 1880, sendo o chefe da comissão o engenheiro José Ribeiro da Silva. Esta mesma comissão foi suspensa em 1889, recriada em julho e extinta em novembro do mesmo ano. A comissão tirou o sossego dos posseiros da região. Os funcionários tinham o papel de vistoriar a legitimidade das “propriedades”. Deste modo, examinavam os títulos dos antigos moradores e davam o parecer de acordo com o merecimento ou não conforme destaca Teixeira *“Havia nesse sistema larga margem para arbítrio na apreciação de cada caso e os legitimantes, por isso mesmo, ficavam à mercê do funcionário encarregado do serviço, sobretudo no ponto referente à cultura efetiva e morada habitual”* (1979, p. 55-6).

De acordo com Cobra (1923, p. 90), a maioria dos documentos que se tinham servia apenas para comprovar a ocupação, culturas e morada habitual. Mas não cumpriam para fundamentar a legitimidade da posse, fato que tirava o sossego dos moradores. Ocorreu, algumas vezes, dos comissários recolherem os documentos e se retirarem para São Paulo a fim de declará-lo legítimo ou não. No entanto, visto as diversas substituições ocorridas e cessações das comissões, estes papéis nunca mais retornavam para os respectivos “proprietários”. No caso do Vale do Paranapanema, apesar de muitas investigações a mando da Província, os papéis não impactaram o suficientemente para frear o processo de comercialização, permuta e ocupação da região. A história desta comissão do Vale do Paranapanema se resumiu em centenas de documentos que foram enviados para a capital e, devido às várias dissoluções da comissão nunca mais retornaram para as terras do Paranapanema, sendo arquivados os documentos e muito pouco aproveitado. Segundo Cobra (1923, p. 92) *“Durante dez anos – de 1880 a 1890, - meia tonelada de papeis saiu do Paranapanema e não mais voltou”*.

Apesar das ameaças aos interesses dos ocupantes e “proprietários promovida pela comissão de medição a história das negociações das terras continuou”. De acordo

com Vasques (1973, p. 11), no dia 05 de outubro de 1908, o “proprietário” da Pirapó-Santo Anastácio Manuel Pereira Goulart⁴³ vende dois terços da fazenda “*com um mínimo de 100.000 alqueires*” à Companhia dos Fazendeiros de São Paulo e aos seus herdeiros restavam cerca de 90.000 alqueires (Leite, 1998 p. 50). No período da comercialização das terras Manoel Pereira Goulart já se encontrava doente e hospitalizado, falecendo um ano mais tarde no dia 14 de março de 1909 em São Paulo.

A compra, dos dois terços, feita pela Companhia dos Fazendeiros de São Paulo na realidade não passava de uma estratégia para que a companhia pudesse avançar nos seus interesses na cidade de São Paulo. Deste modo, foi uma investida que não tinha como foco a ocupação e desenvolvimento na região, mas utiliza-la como para obtenção de empréstimos. Este intento se concretizou em 1910 quando a Companhia dos Fazendeiros do estado de São Paulo conseguiu empréstimo de 2.000.000 francos-ouro com os bancos franceses. Como garantia foi utilizado os dois terços de terras comprada de Manoel Pereira Goulart⁴⁴. Assim, a Companhia dos Fazendeiros do estado de São Paulo estava impedida de comercializar as terras.

No entanto, segundo Leite (1998, p. 50-1), em 1927 foi decretada a falência da Companhia dos Fazendeiros do estado de São Paulo quando o controle acionário estava em poder da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio⁴⁵. No dia 09 de janeiro de 1928, Alfredo Marcondes Cabral, conhecido como Coronel Marcondes Cabral, adquire a “Massa Falida” da Companhia dos Fazendeiros de São Paulo. Vasques apresenta que os direitos de Cel. Marcondes assim foram descritos:

“Todos os direitos e ações sobre quaisquer sobras ou remanescentes da propriedade territorial denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, por ventura existentes e que não foram ou não puderam ser arrecadados por estarem detidos em poder de terceiros intrusos”. (Vasques, 1973 p. 11)

Enquanto isso, segundo Leite (1998, p. 51-2), os herdeiros de Manuel Pereira Goulart, sobretudo Francisco de Paula Goulart, seguiam vendendo e retalhando a posse que lhes restara da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. As vendas impactavam fazendo movimentar e crescer a cidade de Presidente Prudente e, aos poucos, a região do Paranapanema era ocupado por posseiros, novos “proprietários” e grileiros.

⁴³ Segundo Leite (1998, p. 50) até este momento Manoel Pereira Goulart já tinha negociado cerca de 70.000 hectares com numerosos compradores.

⁴⁴ Segundo Leite (1998, p. 50) “A escritura de empréstimos foi lavrada no Consulado Brasileiro de Paris a 4 de março de 1911, depois ratificada em notas do 2º Tabelião da Capital, sendo a Fazenda do Estado de São Paulo fiadora na transação.”

⁴⁵ O gerente da Companhia era o Coronel José Soares Marcondes.

Quanto aos outros dois terços, a comercialização das terras seguiu adiante. Posteriormente, no dia 31 de dezembro de 1935, Marcondes Cabral transferiu seus dois terços da antiga Fazenda Pirapó-Santo Anastácio a Heitor Xavier Pereira da Cunha e a Homero de Barros Viegas⁴⁶ (LEITE, 1998, p. 52). No ano seguinte, com a constituição da Companhia Imobiliária e Agrícola Sulamericana a companhia adquiriu a “propriedade” de Heitor e Homero no dia 10 de setembro. A documentação foi assinada pelos vendedores Heitor e Homero, e por Alfredo Marcondes Cabral e José Castilho Cabral, presidente e gerente da companhia Sulamericana⁴⁷.

A companhia teve papel fundamental para acelerar o processo de comercialização das terras. O desmatamento também avançou significativamente neste período. Todavia, surgem maiores problemas para a ocupação das terras do Paranapanema quando, em outubro de 1941, o interventor federal no estado de São Paulo criou, com o Decreto nº 12.279, a Reserva Florestal do 1º e 2º perímetro do município de Presidente Venceslau. Logo em seguida cria-se também outra reserva florestal ao lado da anterior. A criação das reservas impactou inibindo, em partes, o desmatamento, a ocupação, o povoamento e comercialização das terras da região. Contudo, o maior problema para os “proprietários” da época era que a reserva florestal criada incluía o município de Teodoro Sampaio em sua totalidade e neste caso os posseiros seriam desalojados pelo Estado. Este fato criou uma *guerra judiciária* e, por isso, o Estado passou a realizar pesquisas consultando os documentos originais e encontra-se uma diversidade grande de descobertas (VASQUES, 1973, p. 12)⁴⁸.

Dentre as descobertas, como já apresentamos anteriormente, muitas foram sobre os problemas de descrição e localização dos cursos dos rios e demais referências que delimitavam a propriedade. Mas, outras descobertas que se referiam à legitimidade da posse da terra foram fundamentais para a atuação do Estado na criação das reservas florestais, guinando assim a história da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Essas investigações apresentaram resultados que contrariaram a legitimidade da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio com base em diversas provas:

⁴⁶ A obra de Vasques (1973, p. 11) refere esta transação a Heitor da Cunha e Horácio de Barros Correa Viegas.

⁴⁷ Há uma nota de rodapé em Leite (1998, p. 52) muitíssimo curiosa sobre ambas grandes comercializações realizadas envolvendo Marcondes Cabral: “*José Castilho Cabral fora o gerente da Companhia dos Fazendeiros de São Paulo que liquidara essas mesmas terras em 1928 e o coronel Marcondes Cabral, o comprador.*”

⁴⁸ Na década de 1930 destaca-se também a figura do advogado João Carlos Fairbanks que defendia os interesses dos possuidores de títulos de posse ou de domínio na região (LEITE, 1998, p. 47-8)

O Estado, visando dar cumprimento aos Decretos criadores das reservas, começou as investigações por intermédio do Departamento Jurídico da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário chegando a conclusões que provam ser:

“nula e falsa a documentação do imóvel conhecido por Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, constituindo um grande “grilo” da Alta Sorocabana, irmão xifópago do “grilo” Boa Esperança do Aguapeí, existente na Alta Paulista”.

Em que se baseou o Estado para tal conclusão?

A – Perícia Gráfica realizada nos livros do Registro Paroquial de São João Batista do Rio Verde provou que a letra e a firma do Frei Pacífico de Monte Falco são falsificadas e esta foi reconhecida por abono, 30 anos após o seu falecimento, isto em 1893;

B – Nos assentamentos de posse não consta o nome de Antonio José de Gouvêa e sim dona Ana Joaquina de Souza.

C – Tanto José Antônio de Gouvêa como Antônio José de Gouvêa são figuras inexistentes, decisão proferida pelo juiz da Primeira instância, Alcides Ferrari, desembargador aposentado e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 1957;

D – Além da falsidade na origem dos títulos, a venda a Joaquim Alves de Lima não foi legal pois, para a obtenção do domínio sobre o imóvel, as formalidades legais da época exigiam o reconhecimento das firmas e a prova do pagamento da sisa, por ocasião da aquisição. Esta só foi paga em 1887, 26 anos após, “por João Evangelista de Lima, mentor e criador do “grilo” e seu comparsa Manoel Pereira Goulart, quando Joaquim Alves de Lima, progenitor do primeiro, já havia falecido”.

E – O inventário de Joaquim Alves de Lima e sua mulher não faz referência ao imóvel Pirapó-Santo Anastácio.

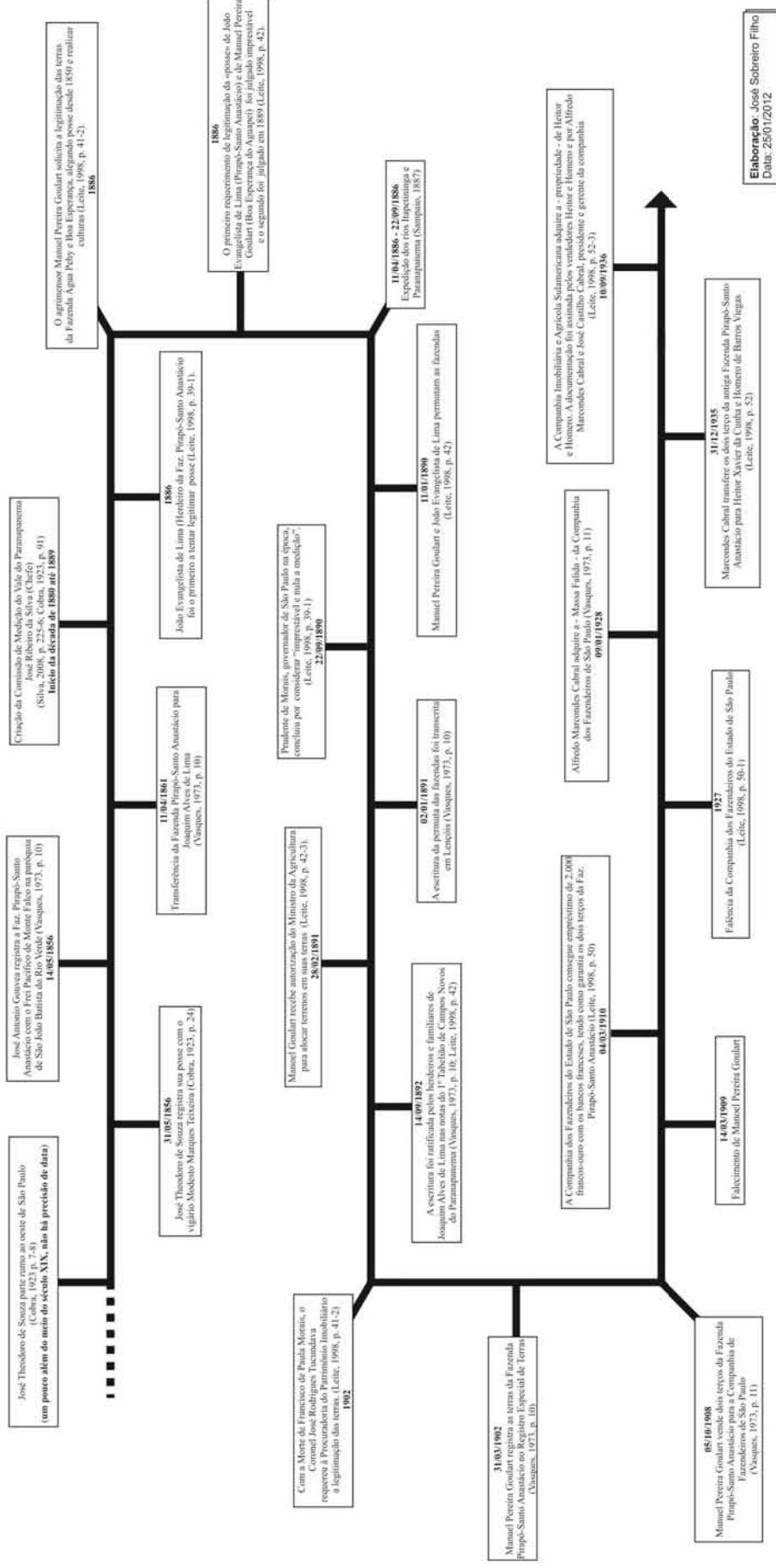
F – João Evangelista de Lima mandou medir as terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio em 03 de maio de 1886 para efeito do Decreto de 30 de janeiro de 1854 e, o engenheiro José Ribeiro da Silva Pirajá provou que esta medição, durando apenas 30 (trinta) dias, “foi fantástica em face às absurdas falhas técnicas”. Em seguida o Governador Prudente de Moraes julgou imprecisa e nula a medição.

G – Pelas mesmas razões e medição da Fazenda Boa Esperança do Aguapeí foi também julgada imprecisa e nula. (VASQUES, 1973, p. 13-4)

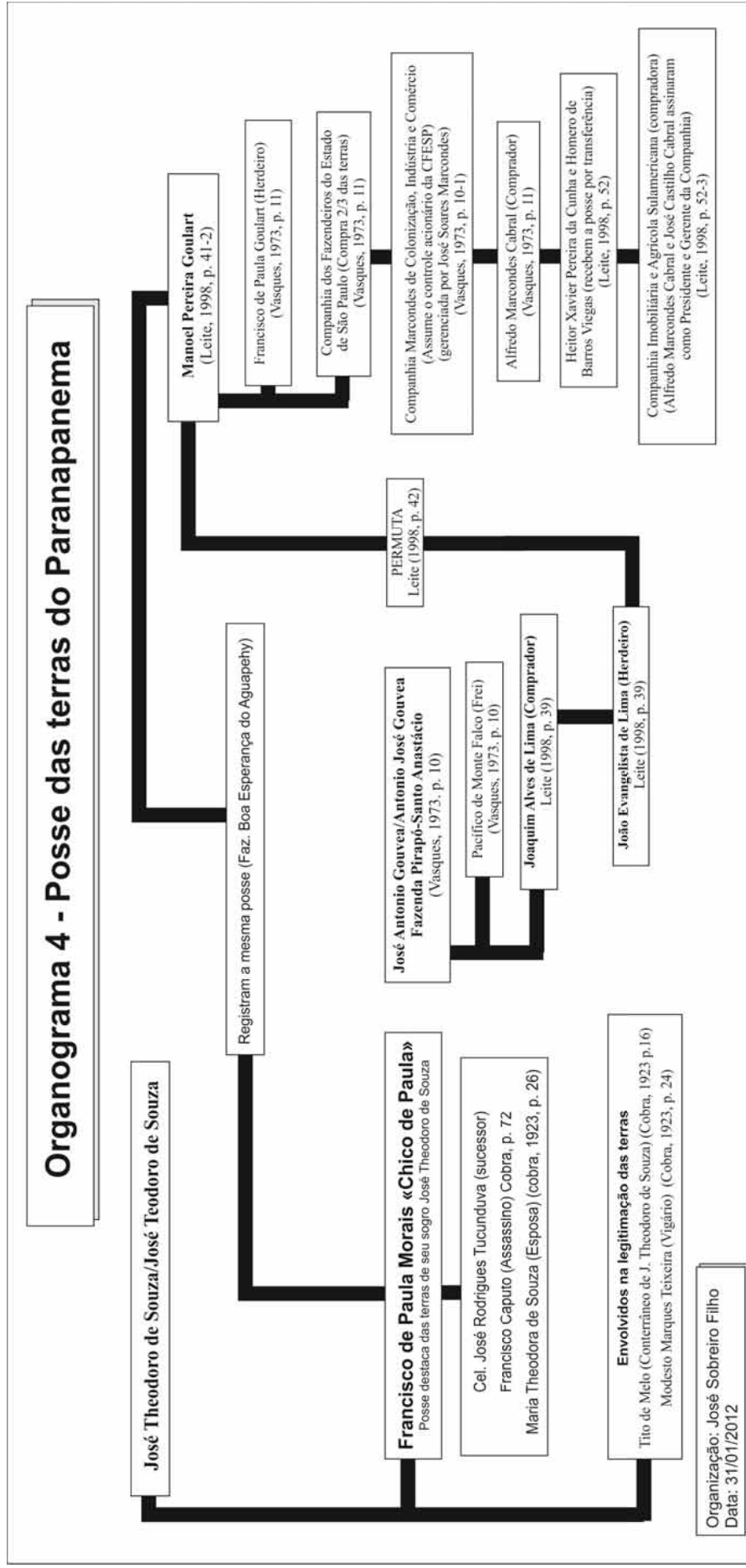
Esta situação deixou ainda mais complicada a situação da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. O Estado, através de um conjunto de provas, reconhecendo como nula e falsa a documentação da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio passaria então a fazer valer os decretos das reservas florestais. Essa mudança criou uma grande problemática na época.

Todo esse processo de mudança da posse das terras, compras, etc. podem ser visto com mais clareza nos organogramas 3 e 4. Mais adiante detalharemos um pouco mais sobre o processo de ocupação e povoação da região.

Organograma 3 - Principais datas envolvendo a ocupação, legitimação e comercialização das terras do Paranapanema



Elaboração: José Sobreiro Filho
Data: 25/01/2012



O grilo nas terras do Paranapanema

O “grilo” foi uma prática muito conhecida e amplamente difundida nas terras do Pontal do Paranapanema⁴⁹. Sua prática tinha como finalidade a obtenção/apropriação indevida de terras públicas para fins privados e comercialização com base na falsificação dos documentos por meios coercitivos⁵⁰. Sobre a definição do termo grilo há muitas versões por todo o país. Contudo, na região, as definições mais comuns são três: a primeira está relacionada ao fato de que os documentos ficavam guardados em caixas velhas ou lugares onde os insetos, grilos, também habitavam e pelo fato de que ambos ficavam bem guardados e ocultos; a segunda é por conta de que os grileiros se assemelhavam à esperteza, agilidade e habilidade de fuga do inseto que mesmo quando pego arrumava um jeito de escapar; e a terceira, mais conhecida, é por conta de os grilos serem trancados em gavetas juntamente aos documentos para que os insetos causassem intencionalmente o amarelamento dos papéis, corrosões e algumas manchas decorrentes da liberação dos dejetos e demais substâncias de insetos

Na maioria dos casos, a falsificação dos documentos de propriedade envolvia elevado grau de requinte e, portanto, era embotada de detalhes cujo objetivo era de aproximar o máximo possível da legitimidade e do convencimento. Para tanto, muitas eram as estratégias empreendidas. Estas iam desde a escolha e o envelhecimento dos papéis até a linguagem rústica a ser empregada. Cobra apresenta um trecho interessante:

O papel era escolhido com cuidado, bem como a tinta e estampilha; deviam ser coevos da data que o documento se lançava, a qual retroagia a ponto de coincidir com os tempos dos posseiros e, mais precisamente, com o período decorrido de 1856 a 1864. Não podia ultrapassar daqui, porquanto, dessa data em que deante, levava-se à transcrição o título de domínio. Não era fácil, antes quase impossível, obter-se antidata nos livros do cartório de hypothecas e seus anexos, ainda mesmo sendo cúmplice o official.

O material necessário, é bem de ver, devia ter apparencia do mesmo que se usava nos tempos idos que fingia: papel azul claro, sem pauta, commum no fôro e nos cartórios; estampilhas com a effigie do Imperador D. Pedro II, quando inda moço, emissões antigas com grande empenho procuradas, bem como o talão de siza, a custo, a princípio, encontrados. (COBRA, 1923, p. 101)

⁴⁹ De acordo com (MONBEIG, 1984, p. 145), o grilo e as práticas dos grileiros foram muito conhecidas nas frentes pioneiras.

⁵⁰ Monbeig (1984, p. 143) destaca que na linguagem popular o grileiro era conhecido como um falsificador de títulos de propriedade, que tinha muita importância em áreas pioneiras pela dificuldade de se encontrar o ocupante primário e saber se sua ocupação foi legítima.

Destacam-se que havia grande preocupação em estar de acordo com as exigências e idênticos aos documentos legítimos. Portanto, os grileiros se atentavam minuciosamente aos detalhes⁵¹. Além das questões judiciais havia também outras práticas importantes que eram utilizadas para que o documento adquirisse feição semelhante aos que foram obtidos legalmente. Portanto, deixá-lo “velho” era importante! Além dos grilos utilizados para causar o envelhecimento dos papéis era comum também deixar os documentos nos girais expostos sobre a fumaça dos fogões a lenha para que fumaça lhe desse o tom esfumado (LEITE, 1972, p. 57), manchados de gordura (LEITE, 1998, p. 44) e, também, salpicados com sangue (COBRA, 1923, p. 106). Não faltava aos grileiros criatividade e meios para se burlar os documentos de posses e os entraves das leis.

Para dar condições para a realização das falsificações constituiu-se um sistema complexo de falsificação das posses. Os grileiros estavam articulados com escrivães, cartórios, tabeliões, juízes, agrimensores, chefes de polícia, promotores, jagunços, soldados, e, alguns, tinham representantes no cenário político, por meio da prática do suborno (COBRA, 1923, p. 104; LEITE, 1998, p.16; MONBEIG, 1984, p. 143). Em alguns casos, como destaca Monbeig (1984, p. 144-5), o assassinato era uma solução para os problemas surgidos. Em síntese, esta estrutura lhes permitia proximidade às condições legais. Assim, muitos grilos surgiam na região, inclusive em regiões que já tinham sido considerados ocupados. Cobra (1923, p. 101) faz referência a uma escritura de venda de uma parcela das terras de José Theodoro de Souza:

Dizemos nós abaixo assignados, eu José Theodoro de Souza e minha mulher Francisca Leite da Silva que ente os mais bens que somos senhores e possuidores livres e desembaraçados de qualquer ônus e bem assim uma sorte de terras nas paragens do Paranapanema divisada pela maneira seguinte: principiando na barranca do rio Paranapanema abaixo divisando com Francisco Antonio de Figueiredo, subindo pelo espigão mestre e aguas vertentes do rio Pary até divisar com terras de Antonio Pereira Alvim e de Joaquim José Raposo ou terras denominadas Barreiro a divisar com Apolinario da Costa Fragoso, a procura do espigão que divide as duas aguas denominadas P. de A. e P. e por seguimento a linha divisória que vae à barranca do rio Paranapanema e descendo por este até onde teve princípio esta demarcação. As quaes terras assim divisadas e demarcadas possuímos por occupação primaria e vendemos de nossa livre vontade ao Senhor P. A. C. pelo preço e quantia de 190\$000 que recebemos e damos quitação. Pedimos a justiça do Império das a esta escritura particular força de escriptura publica. O comprador fica

⁵¹ Cobra (1923, p. 101-2) conta o caso de um funcionário que do cartório que tinha as formulas com os símbolos imperiais em branco guardadas e as comercializava para os que tinham interesse em “fazer o documento”.

obrigado a pagar <<os direitos nacional>>. Por não sabermos escrever assigna a nosso rogo L. J. T. (COBRA, 1923, p. 102-3)

Neste caso, sabido que José Theodoro de Souza e sua família eram analfabetos, cabendo exceção a João da Silva, acontecia de alguns compradores imitarem suas assinaturas, como medida de “*circunstancia providencial*” visto que os vendedores “*não estavam bem versados*” (COBRA, 1923, p. 103), ou seja, visto que o documento outorgado não precisava da assinatura do comprador, somente do vendedor, ocorria na região de aproveitadores falsificarem as assinaturas tirando vantagem do fato de Theodoro e sua família serem analfabetos. A estrutura corruptiva criada e articulada pelos grileiros atacou vorazmente a “propriedade” de José Theodoro de Souza. Tantos eram os grileiros nesta região que muitos terminavam por entrar em conflito disputando as mesmas áreas e acarretando em assassinatos, conforme descreve Teixeira:

Verificadas quais as terras não “legitimadas”, os grileiros falsificavam um título de compra de José Theodoro de Souza, por exemplo, e registravam-no em cartório com a conivência do escrivão. Com o título de compra falsificado e com a certidão de registro apossavam-se da terra e iniciavam nela a cultura e a criação ou vendiam. Estas falsificações eram quase perfeitas. Arranjavam-se papéis antigos, selos com efígie de D. Pedro II e pediam para que assinassem o rogo, por exemplo, de José Theodoro de Souza e sua mulher. Chegavam a por o papel para amarelar com a fumaça, em cima do fogão. Para simularem longo uso da terra, ficavam pés de café já bem velhos, construíam casas mal acabadas que dessem a impressão de antiguidade, com móveis sujos e estragados. Arrumavam testemunhas “profissionais”, antigos moradores, que atestavam terem o interessado comprado a água do legítimo proprietário e se apossado dela há muitos anos. Havia também conflitos entre os grileiros que disputavam, às vezes, a mesma área. Na disputa judicial valia tudo; a compra do juiz, dos agrimensores e dos funcionários de cartórios. Em desespero de causa, recorriam alguns até ao assassinato. Se conseguiam a “legitimação” da terras, os grileiros tratavam logo de vende-las, especulando com a valorização trazida pelo café. Muitas pessoas que compraram seus pequenos sítios em boa fé foram posteriormente, envolvidos em intrincadas demandas de terras. (TEIXEIRA, 1979, p. 56-7)

Em alguns casos estes conflitos tomavam grandes proporções. De acordo com Leite (1998, p. 44) era muito comum na área da Fazenda Pirapo-Santo Anastácio grupos de jagunços que expulsavam pequenos posseiros, sendo que estes para se defender “*tornar-se-ia, com carabina em punho, o defensor extremo da [sua] cobiçada gleba*”. A alcunha dada a este tipo de jagunço, cujo objetivo era de expulsar os outros grileiros e portadores de documentações falsas, era quebra-milho. Como fruto desta conjuntura conflituosa resultavam muitas mortes, como destaca Leite “*Não eram raros os*

cadáveres vistos boiando em águas dos riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias traiçoeiras em picadões recém-abertos” (1998, pg. 53).

Enfim, essa situação de falsificação e violência foi muito comum em todo o país. Tanto foi, que até no universo da música sertaneja houveram muitas composições que ilustraram a luta e disputa por um pedaço de chão e a corrupção existente. Duas músicas ilustram bem a problemática existente neste período: a primeira é da dupla Jacó e Jacozinho chamada “Ladrão de Terra” que conta a história do pequeno proprietário que é incorporado indevidamente pelo grande e resolve se defender pelas armas visto que as vias jurídicas encontravam-se concatenadas com o grande proprietário; e a segunda música é “O mineiro e o italiano” da dupla Tião Carreiro e Pardinho que descreve a luta de um mineiro em se conseguir o documento de legitimidade das terras e uma estratégia adotada para se conseguir o reconhecimento da posse da terra.

Povoamento e comercialização das terras da região

Conforme apontamos anteriormente, José Theodoro de Souza foi uma figura central na história da região. Sua importância deu-se por suas ações pioneiras que contribuíram fundamentalmente desbravando a região e abrindo-a para ocupação. Do mesmo modo, o povoamento e ocupação da região são processos que estão atrelados essencialmente à imagem, com destaque, de José Theodoro de Souza e de seus familiares. Este complexo processo se anuncia e inicia devido à necessidade de efetivar a legitimação da posse da terra para venda, pois mesmo com o documento de “posse” ainda cabiam questionamentos e aos intentos de comercialização das terras.

Fato é que as terras do Paranapanema foram ocupadas por José Theodoro de Souza com a principal finalidade de serem vendidas ou obter-se, delas, algum tipo de ganho através, sobretudo, da comercialização ou da troca. No entanto, com sérios entraves acerca da legitimação da posse havia-se então um problema jurídico a ser superado. Sabido desta situação obstaculosa, José Theodoro de Souza optou por não se preocupar em providenciar a legitimação das suas terras e, portanto, deixá-la para seus futuros “proprietários” esse problema como legado (LEITE, 1998, p. 39-1). Assim, a estratégia para calar os vultos acerca do caráter questionável da posse das terras e garantir os seus “direitos” foi a própria ocupação e o povoamento.

Naquele momento, de ocupação primária, José Theodoro de Souza visou se dedicar, sobretudo, à comercialização e ocupação da região. Portanto, precisado de legitimação para cumprir seus planos de comercializá-las, Theodoro passou a centrar suas forças em uma próxima etapa tão desafiadora quanto a primeira. Depois da expedição para desbravamento da região e “registro” das posses, seu novo desafio foi trazer pessoas para ocupar “suas” terras e desenvolver atividades nelas⁵². Este processo tinha uma importância grandiosa nos planos de Theodoro, pois a vinda de pessoas atrairia compradores para a região, dotaria de infraestrutura e promoveria a especulação fundiária tão almejada por ele na época. A ocupação e povoamento das terras do Paranapanema para ele poder-se-ia converter em cifras e cumprir as expectativas que tivera quando tomara partida rumo ao sertão desconhecido do estado de São Paulo.

Destarte, iniciou-se o processo de ocupação e povoamento. Visando compreendê-lo melhor e distinguir os elementos que impulsionaram e criaram novas dinâmicas organizamo-los em quatro períodos: o primeiro que é marcado, em sua grande maioria, pela vinda dos familiares de José Theodoro e seus companheiros e conterrâneos; o segundo período que é marcado pela povoação de mineiros, sobretudo, devido à baixa aurífera e a guerra do Paraguai; o terceiro que é marcado pela vinda de imigrantes, expansão da cafeicultura, criação da estrada boiadeira e da estrada de ferro; e o quinto período é marcado pelas diversas culturas estabelecidas na região e o crescimento dos núcleos urbanos. É importante destacar que um período está diretamente relacionado ao outro e que, portanto, um gestado dentro do outro, assim compondo um quadro maior.

⁵² De acordo com Leite (1972, p. 52) “*Em sua posse Teodoro estabeleceu as bases de três cidades: São Pedro do Turvo, São José dos Campos Novos do Paranapanema e Nossa Senhora da Conceição de Monte Alegre.*”

2.4.1 Primeiro e segundo período: povoamento e ocupação das terras do Paranapanema

O primeiro período do povoamento das terras do Paranapanema marca de 1850 a 1860 com o povoamento iniciado por José Theodoro de Souza e familiares, dentre eles filhos, irmãos, esposa, cunhado, genro e alguns dos acompanhantes expedicionários:

Em Minas, além da mulher e filhos, acercaram-se de José Theodoro, o cunhado, os genros e os irmãos, primeiras pessoas que se dispuseram a acompanhá-lo, de mudança, para o Paranapanema. Francisca Leite da Silva chamou-se sua companheira, em primeiras núpcias; falecendo esta, já no sertão, casou-se com Anna Luiza de Jesus. Do primeiro consorcio nasceram: José Theodoro de Souza Junior (José Theodorinho)⁵³, a mulher de Francisco Sabino de Souza (Chico Sabino). Maria Theodora de Souza, casada com Francisco de Paula Moraes, era também da família, bem como a mulher de José Ignacio Pinto e a Josué Antonio Diniz. (COBRA, 1923, p. 26)

De fato, foi José Theodoro de Souza com sua família⁵⁴ e companheiros os primeiros que enfrentaram o complicado desafio de abrir as picadas e povoados no meio da mata e enfrentar os índios (LEITE, 1972, p. 53). Empenharam-se com afinco para criar as condições mínimas para que pudesse, então, estabelecer o processo migratório com a finalidade de corroborar a ocupação e comercialização das terras. Ao retornar a Minas Gerais, José Theodoro tinha expectativas de que seria mais fácil arregimentar seus contrerrôneos para acompanhá-lo a povoar “suas” terras no Paranapanema⁵⁵. Coincidentemente este processo se desenrolava ao mesmo tempo em que estourava a guerra do Paraguai. A guerra do Paraguai teve implicações diretas no processo de ocupação do Pontal do Paranapanema por dois motivos principais: o primeiro refere-se à necessidade de ocupação do oeste do país para assegurar a soberania territorial brasileira; e o segundo foi que devido ao recrutamento que ocorria em todo o país arregimentando voluntários para lutar na guerra, processo que levou muitos homens a se internar no sertão paulista refugiando-se do grito de guerra.

Iniciada em dezembro de 1864, a guerra do Paraguai, considerada o maior conflito bélico da América do Sul, envolveu os países aliados Argentina, Brasil e Uruguai em oposição ao Paraguai com duração de seis anos, custos materiais altíssimos

⁵³ De acordo com Cobra (1923, p. 98) José Theodorinho morreu vítima dos índios da região.

⁵⁴ É importante destacar que nem todos familiares de José Theodoro migraram para o Pontal com o grupo primitivo como, por exemplo Bernardino José de Souza, mas vieram logo no início (COBRA, 1923, p. 26-7).

⁵⁵ José Theodoro de Souza realizou muitas viagens para Minas Gerais com o objetivo de arregimentar povoadores.

e centenas de milhares de mortes, sobretudo, para o Paraguai (VERSEN, 1976, p. 13). O conflito principiou-se com a invasão paraguaia na província brasileira do Mato Grosso em 1863, no entanto somente foi iniciada em 13 de dezembro de 1964 com a declaração de guerra (VERSEN, 1976, p. 74)⁵⁶:

A guerra, embotada de rivalidades entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai em busca de uma “hegemonia” na América do Sul, foi motivada por divergências quanto aos limites fronteiriços, acesso aos rios platinos e a disputa de poder entre as nações. Principiada por Solano Lopez, a guerra era tida como uma via para elevar o Paraguai a um patamar político superior e torná-lo referência na América do Sul, visto que, naquele contexto, apresentava-se como uma nação bem estabelecida e com condições concretas de se tornar a nação mais desenvolvida do Cone Sul⁵⁷. De acordo com Versen (1972, p. 52), todos os paraguaios sabiam ler, escrever, contar e, apesar de não estudarem e de não aprenderem Geografia, conheciam o país. Deste modo, Solano López, Presidente do Paraguai e principal personagem da guerra, passou a organizar estrategicamente o país visando dar início às primeiras investidas. Encetou as condições de guerra e as animosidades cortando as relações diplomáticas, vigiando as regiões fronteiriças, comprando consideráveis materiais bélicos da Inglaterra e elevando e disciplinando o efetivo do exército (VERSEN, 1976, p. 51-4).

Aos poucos as ações de Solano López tomavam mais condições para dar início à guerra. O alvo e ponto de desejo do Paraguai era o Mato Grosso. Como integrante do exercito paraguaio, Versen apresenta o alvo de Solano Lopez com descrição precisa sobre os objetivos do presidente e as circunstâncias da província:

O ponto de mira era Mato Grosso, província do Brasil muito vasta e prodigamente aquinhoadada pelo Criador. Com área de 1.200.000 km², ela não conta senão 15.000 habitantes civilizados e cerca de 80.000 índios. Parece talhada pela natureza para alargamento territorial do Estado do Paraguai, não se achando menos isolada do eu ele por sua situação geográfica nas cabeceiras do Rio Paraguai. Lopez não anelava aquisição de terras infectadas pelo vírus da revolução, nem tampouco lhe convinha anexar litoral marítimo, onde o contato dos

⁵⁶ Vasta é a lista de referência das obras de brasileiros sobre a Guerra do Paraguai. Versen foi um herói da guerra pela unificação do Estado Alemão e que, na Guerra do Paraguai, lutou ao lado das tropas de Solano Lopez.

⁵⁷ *De alto valor foi a herança que coube a Don Francisco Solano Lopez: país florescente, fazenda pública desafogada de ônus, população obediente e dedicada. a segurança de vida e de propriedade assim como a inabalável tranquilidade pública formavam brilhante contraste com os atos de abominável selvageria, que as revoluções reiteravam nas Repúblicas espanholas. Sob esta administração autocrática o povo caminhava regadamente na senda do progresso, e ao mesmo tempo a raça guarani patenteava completa aptidão para a vida civilizada. Sem grande esforço podia-se então calcular a época em que, se não fora a trágica terminação da guerra, o Paraguai, por seu adiantamento lento e seguro, havia de alcançar a primazia entre a nações sul-americanas.* (VERSEN, 1976, p. 52)

povos estranhos poderia perverter a forma de governo do país. Circunstancias propícias ofereciam-lhe o descalabro político da Banda Oriental, mas chegou cedo demais o momento crítico da intervenção. Entretanto, se era seu propósito tirar vantagem de tais circunstancias, então devia assumir iniciativa enérgica. (VERSEN, 1976, p. 54)

Nesta conjuntura explode a Guerra do Paraguai com a invasão paraguaia às terras do Mato Grosso e, posteriormente, a declaração de guerra feita pelo Paraguai. Por todo o país inicia-se a arregimentação de homens para lutar na guerra e defender os interesses da nação. É neste contexto que a história da Guerra do Paraguai se cruza com a ocupação das terras do Paranapanema. Diante da necessidade de manter a soberania alimentar emerge por todo o país o resgate pelo fogo do “amor pátrio” e a necessidade de defender os interesses do país, incorporando-se aos exércitos e marchando rumo à guerra. Estourava-se em diversos lugares legiões de voluntários almejando honrar a integridade brasileira. Com base nas cartas do visconde de Taunay releve Cobra (1923) que muitos foram voluntários e que os mineiros formavam um grupo de voluntários disciplinados e incansáveis.

No entanto, a voluntariedade, o patriotismo e a bravura para lutar em uma guerra não foi unanimidade entre os mineiros. Muitos fugiram do serviço militar e ao ouvirem o chamado para a guerra se ausentaram, mas como destaca Cobra (1923) muitos destes homens foram bravos nos sertões do Paranapanema. Como, na época, Minas Gerais era uma província bastante povoada em relação às outras e situava-se próxima a capital, os agentes do governo recrutavam muitos mineiros, sobretudo no sul de Minas para lutar na guerra. Esse processo de arregimentação ocorreu concomitantemente à fama das terras do Paranapanema que se espalhava pelo sul de Minas⁵⁸. Muitos homens e suas famílias⁵⁹ encontraram nos sertões do Paranapanema uma possibilidade de se refugiarem do recrutamento da guerra e, portanto, para lá se aventuravam. Conta Cobra (1923) que as famílias proviam de várias cidades:

Procediam de Pouso Alegre, Caldas, Caracol, Machado, Cabo Verde, Alfenas, Carmo da Escaramuça. Campestre, Botelhos, S. Joaquim da Serra Negra, Carmo do Pouso Alto, Christina, S. João do Jaguarý, Itajubá, Cambuy, S. José do Paraizo, Ouro Fino, S. Gonçalo do Sapucahy, Passos, Villa Nova de Rezende e Jacuhy. (COBRA, 1923, p. 44)

Depois da vinda dos familiares de José Theodoro de Souza, a migração mineira e a intensificação da venda das terras marcou o segundo período (1960 a 1880) de

⁵⁸ Esse processo contribuiu para os interesses de José Theodoro de Souza.

⁵⁹ Muitos vinham para acompanhar os filhos, netos e maridos que fugiam do serviço militar.

ocupação e povoamento das terras do Vale do Paranapanema (TEIXEIRA, 1979, p. 25). Esses migrantes incorporavam o primeiro grupo de povoadores que alavancariam a ocupação da região juntamente aos familiares de José Theodoro de Souza. Monbeig (1984, p. 134) e Teixeira (1979, p. 29-0), também destacam que a guerra teve influência na ocupação, pois engrossava com significativo contingente o número de fugitivos, fazendo crescer a população da região.

Além de José Theodoro de Souza, destacava-se João da Silva e Francisco de Paula Moraes como outros dois povoadores da porção de terras que compreendia entre os vales do Paranapanema e o Rio Santo Anastácio (TEIXEIRA, 1979, p.21). No entanto, dentre os três, José Theodoro de Souza, por ser o pioneiro, tivera maior notoriedade na região por diversos motivos. De acordo com Monbeig (1984, p. 134) *“Cumpre dizer que José Teodoro cedia de modo muito liberal as parcelas do seu pequeno reino”*. Além da generosidade para aqueles que se arriscavam a povoar suas terras, José Theodoro de Souza utilizava as terras “obtidas” em várias trocas, algumas até inusitadas. Cobra (1923, p. 33) conta uma história muitíssimo curiosa e interessante sobre a troca de uma porção de terras por um escravo com grande aptidão musical que José Theodoro realizou em uma de suas noites de festa:

O caso veio ao encontro dos desejos de Theodoro. Estando ele em Minas assistiu, certa vez, a cateretê em que um preto, appellidado de <<Carioca>>, escravo do dono da casa onde se dançou, tocou viola admiravelmente, durante toda a noite, sem se fatigar, imprimindo vida e animação ao divertimento. José Theodoro, entusiasmou-se com a habilidade do violeiro, e deliberou comprá-lo. Como não possuía dinheiro na ocasião, propoz dar o ribeirão da <<Borda do Campo>> em troca do escravo com o instrumento, o que foi aceito. Na escriptura não declarou que dava terra a troco de gente: vendedor e comprador ajustaram o preço de cada um dos objetos, figurando o escravo como dinheiro recebido. E o <<Carioca>> jamais desmentiu a fama que conquistara. (COBRA, 1923, p. 34)

Além da sua curiosa troca de terras pelo escravo Carioca, também realizou outros tipos de trocas de porções de terras pelas mais inesperadas e diversas coisas, dada a carência que vivia:

O nosso heroe de Paranapanema, homem alegre e fogalção, apreciava muito o cateretê e com esse divertimento dispendeu boa parte do dinheiro que nas vendas apurou. Nestas muita vez, não recebia em troca da terra senão um burro arreado ou saccas de sal, espingardas, ponches, facas aparelhadas, muito do gosto dos sertanejos. (COBRA, 1923, p. 58)

No entanto, apesar da grande quantidade de terras que possuíam não era sinônimo de riqueza. Isto porque a região ainda estava pouco habitada e, além de não estarem sendo utilizadas na agropecuária ou outros fins produtivos, ainda não sofria intenso processo especulativo. Era comum faltar-lhes elementos essenciais para a vida na região, tais como remédios e, às vezes, sal e pólvora (TEIXEIRA, 1979, p. 35). Monbeig tem uma passagem interessante que retrata bem a realidade de pobreza dos “proprietários” e as limitações da região:

Não correspondiam tais manifições à real pobreza desses *land-lords*. Continuavam eles a levar uma vida simples, em pobres cabanas. Um deles que, segundo a lenda, possuía 500.000 alqueires no rio Feio, deixou como herança, algumas caçarolas, meia dúzia de talheres e uma luneta em mau estado! É que a terra ainda não estava valorizada; faltavam-lhe homens, faltavam-lhe estradas e estava por demais afastada dos centros urbanos. (MONBEIG, 1984, p. 134-5)

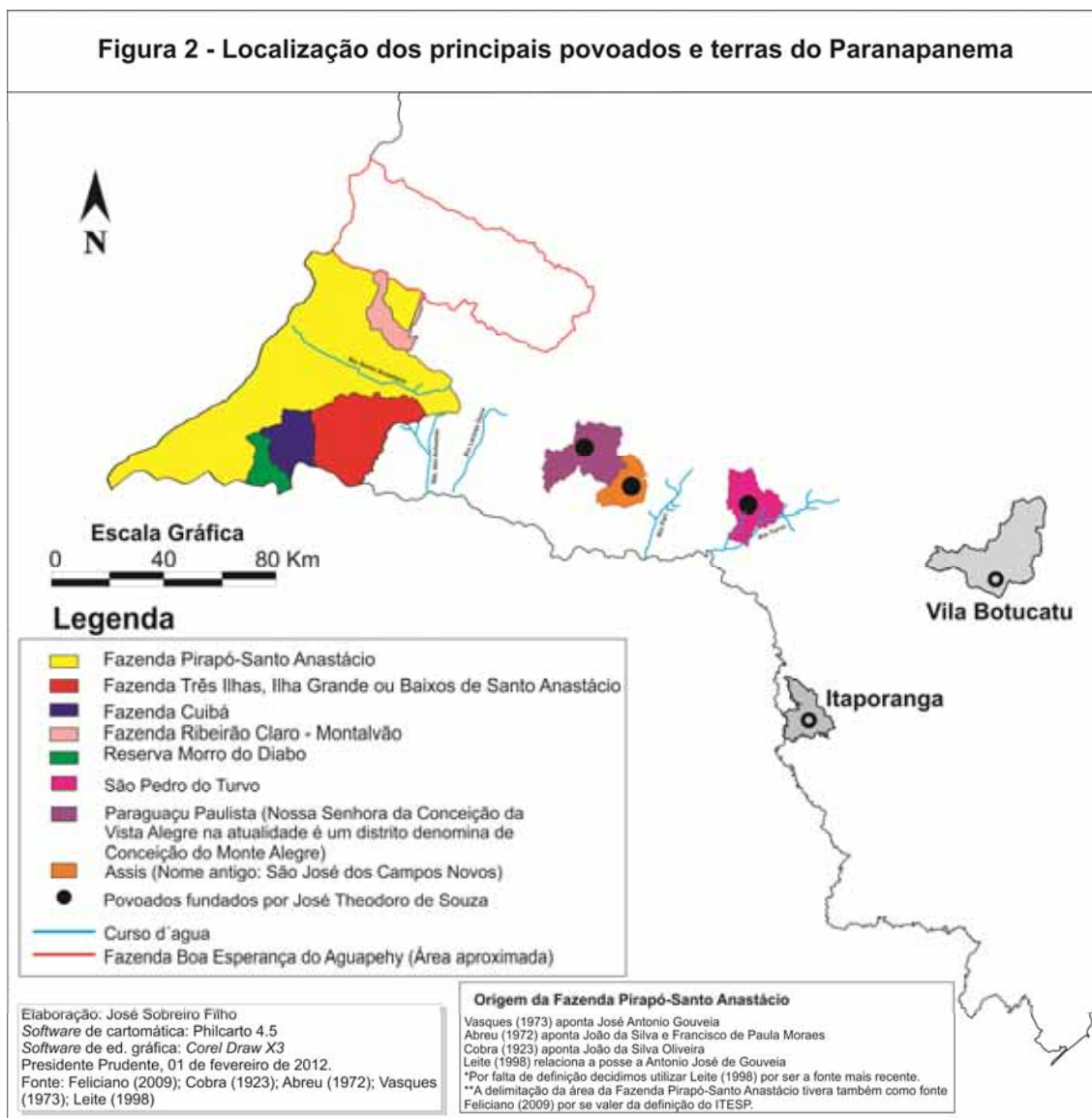
Apesar das limitações referentes à localização das terras e falta de infraestrutura, José Theodoro de Souza seguiu tentando povoar a região. Segundo Cobra (1923, p. 28) José Theodoro marcou a margem esquerda do rio Turvo e doou para fundação do primeiro povoado que, a princípio, chamava-se de São José do Rio Novo e depois mudou de nome para São José dos Campos Novos do Paranapanema⁶⁰. Ao trazer seus conterrâneos foi dividindo sua gleba e vendendo as aguadas mais próximas do Rio Turvo. A estratégia de concentra-los próximos ao Turvo foi adotada com a finalidade de não haver muita distância entre os primeiros ocupantes da região, possibilitar a formação de núcleos urbanos atrativos para futuros ocupantes e localizar-se próximos a água. De acordo com Abreu (1972, p. 20) e Teixeira (1979, p. 26-7):

Trazendo os conterrâneos, José Theodoro de Souza foi alienando as sortes de terra m que dividiu sua gleba. Seu critério foi começar vendendo as terras próximas do Rio Turvo e depois as que viessem mais além, progressivamente, de maneira eu não ficassem grandes espaços livres ilhando os moradores. Eram vendidas, as “aguadas”, as terras compreendidas entre duas linhas de morros, correspondendo a uma pequena bacia hidrográfica. A água era o elemento indispensável a toda propriedade. Pagavam-se, no entanto, preços ínfimos por um córrego, por um ribeirão. (ABREU, 1972, p. 20; TEIXEIRA, 1979, p. 26-7)⁶¹

Além de São José dos Campos Novos, José Theodoro de Souza e seu irmão fundaram também São Pedro do Turvo e Nossa Senhora da Conceição da Vista Alegre a fim de atrair povoamento (MONBEIG, 1984, p. 135) (ver figura 2).

⁶⁰ Atualmente é o município de Assis.

⁶¹ Esta citação consta em ambas as obras sem nenhuma alteração.



Entretanto, mesmo com os preços acessíveis das terras, além dos parentes foram poucos os compradores. Tamanho o desinteresse e as dificuldades a se enfrentar que houveram casos de compras que não foram apossadas. Entretanto, durante toda a guerra do Paraguai⁶² e ao findar-se o fluxo migratório, continuou, porque boas notícias chegavam carregadas de satisfação aos que se arriscaram a povoar as terras (ABREU, 1972, p. 20; TEIXEIRA, 1979, p. 26-7).

Contudo, além da guerra do Paraguai, que incentivou muitos daqueles que não se dispunham a cumprir o serviço militar a desbravar as terras do Paranapanema, havia ainda vários fatores que surgiram no transcorrer do tempo e influenciaram para

⁶² A Guerra se findou, mas para o Paraguai a guerra tivera alto custo. Segundo Versen, 1976, p. 50 “Ao Paraguai esta guerra, se custou a hecatombe de 110.000 mulheres e meninas e de outros tantos homens, ao menos não custou dinheiro; mas, em resultado final, o país ficou inteiramente arruinado.”

consolidação e corroboração desta corrente migratória e processo de ocupação. As boas notícias daqueles mineiros que aventuraram a desbravar as terras do Paranapanema tonificavam a esperança daqueles que ainda não tinham ido, mas ansiavam se aventurar. O esgotamento das reservas auríferas dos vales dos rios Verde e Sapucaí em Minas Gerais tivera forte influência, motivando a intensificação do processo migratório (LEITE, 1972, p. 52; TEIXEIRA, 1979, p. 27). Outro motivo que teve muita influência na colonização mineira foi as grandes extensões de pastos naturais para execução do pastoreio⁶³, atividade tradicional (TEIXEIRA, 1979, p. 27).

Assim, a efetiva ocupação das terras do Vale do Paranapanema inicia-se, sobretudo, com a população mineira⁶⁴. A baixa aurífera (ANTONIO, 1984, p. 51), a guerra do Paraguai, as boas notícias⁶⁵ e as condições favoráveis para o pastoreio⁶⁶ eram fatores implicantes e muito convenientes para a migração mineira. No entanto, o segundo período (1860-1880) é marcado primeiramente com a década de 1870 em que pouco restava da posse de José Theodoro de Souza para ser comercializada⁶⁷ (TEIXEIRA, 1979, p.27) e, posteriormente, na década de 1880 com o aumento da vinda de famílias mineiras que se fixariam na região (TEIXEIRA, 1979, p.30). De acordo com Monbeig (1984, p. 135) o itinerário para as famílias que para lá migravam eram pistas utilizadas por cavaleiros e carros de boi. A grande maioria dos que chegavam das diversas regiões para povoar, ocupar e se aventurar pelas terras do Paranapanema se concentravam ou tomavam como primeira referência de estadia o povoado de Campos Novos, pois se localizava mais próximo das áreas ainda não conhecidas, das matas, dos indígenas e do cerrado (LEITE, 1972, p. 53).

Muitos dos que por ali passavam tomavam como ponto para abastecimento em suas expedições⁶⁸. Aos poucos São José dos Campos Novos e Nossa Senhora de

⁶³ *Matas de cultura e campos era o que se podia oferecer de mais atraente para os colonizadores que José Teodoro de Souza traria de Minas Gerais.* (ABREU, 1972, p. 19)

⁶⁴ Destaca Cobra (1923, p. 179) que muitos fugitivos e perseguidos pela polícia optavam por migrarem para a região.

⁶⁵ Leite destaca a fama que corria na região “*Foi justamente na feira de burros de Sorocaba que ouviram falar das inóspitas mas ricas terras do Paranapanema.*” (LEITE, 1972, p. 53)

⁶⁶ Sobre o espigão situado entre o Paranapanema e o rio do Peixe, Monbeig (1984) destaca “*Nele era relativamente fácil a circulação, e os homens, que não conheciam mais que uma agricultura muito limitada, sentiam-se ali à vontade. Seus cavalos, mulas e bois ficavam soltos na savana. Forneciam alguns carneiros a lã que as mulheres fiavam e teciam. O principal recurso era a criação de porcos, tradicional em Minas. Bastava semear milho nos campos desmoitados pelo fogo e neles deixar os animais em liberdade.*” (p. 135-6)

⁶⁷ De acordo com Teixeira a posse de Francisco de Paula Moraes estava quase inteira. (TEIXEIRA, 1979, p. 27)

⁶⁸ Dali saíram muitas expedições particulares e outras financiadas pelo governo do Estado. (LEITE, 1972, p. 53)

Conceição de Monte Alegre foi tomando importância, sobretudo, para aqueles que se arriscavam a conhecer as terras de José Theodoro e seus familiares. No entanto, ali também foram realizadas as mais estranhas negociações e, portanto, ganhara alcunha de “boca de sertão” (LEITE, 1972, p. 53). Entretanto, posteriormente foi perdendo espaço com o surgimento de novos municípios como Presidente Prudente, conforme apresentaremos mais adiante. Em síntese, a ocupação e a povoação nestes dois primeiros períodos foi mais lenta na região visto as dificuldades de acesso e os conflitos entre os mineiros e os indígenas. No entanto, posteriormente essa dinâmica muda devido ao surgimento de novos núcleos urbanos e à intensificação das atividades agropecuárias, sobretudo, expressa pela expansão da cafeicultura.

2.4.2 Terceiro período: permuta, imigração e estrada de ferro Alta Sorocabana

O terceiro período se inicia por volta de 1890 e segue até meados de 1929. O marco de início foi a permuta das Fazendas Pirapó-Santo Anastácio e Boa Esperança do Aguapehy feita entre Manoel Goulart e João Evangelista de Lima. Devido à realização da troca, com sua “legitimação” no cartório e da ratificação da transação feita pelos familiares de João Evangelista de Lima⁶⁹, foram incrementados vários outros elementos e sujeitos no transcorrer do processo de ocupação, sobretudo de venda das terras, e povoamento.

Como vimos anteriormente, os períodos precedentes foram assinalados pela vinda de familiares e uma porção de sul-mineiros que migraram devido à “boa fama” que tiveram as terras do Paranapanema em ambos os períodos. Já o momento porvindouro foi marcado pela intensificação do processo migratório, sobretudo, das regiões velhas e o enceto das imigrações, especialmente impulsionada depois por Manoel Goulart após a permuta das fazendas, tendo participação decisiva em toda a região. Pois, após a permuta que mudou a lógica e intensidade de todo o processo de ocupação, estes passaram a complexificar ainda mais a problemática referente à ilegitimidade da posse da terra e intensificar o processo de ocupação e povoamento da região visto as várias companhias de colonização, surgimentos de núcleos urbanos,

⁶⁹ Sobre João Evangelista de Lima, encontra-se também como João Evangelista Alves de Lima.

aumento e surgimento de demais vias de circulação, etc., que surgiram concomitantemente à sua intensificação.

Assim, a vinda de migrantes e imigrantes para a região foi intensificada depois da permuta visto que Manoel Pereira Goulart, “proprietário” da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio energizou o processo de comercialização das terras e a vinda de colonos. O advento dos imigrantes, além de criar outra dinâmica na região, fez parte de uma estratégia de tentativa de legitimação da posse da terra. Leite (1998) traz em nota de rodapé o trecho da petição de alocação de colonos enviada por Manoel Pereira Goulart ao Ministério da Agricultura em 1891. Conforme apontamos anteriormente, o parecer foi positivo e o trecho “*relativos ao contrato de Manuel Pereira Goulart, para a localização de imigrantes em sua fazenda no estado de São Paulo*” (LEITE, 1998, p. 43) foi utilizado por Manuel Goulart como respaldo para a legitimidade da terra.

Deste modo, iniciou-se um processo de alocação de imigrantes que encetou uma nova dinâmica de povoação na região. Em um quadro um pouco mais amplo sobre a região, mescla-se no terceiro período o processo migratório com forte incentivo do Estado, a atuação das companhias de colonização e dos agentes, o avanço da agricultura capitalista, o processo de desmatamento, diversos interesses políticos, a intensificação da comercialização da terra, o surgimento de grilos e conflitos⁷⁰ dentro do grilo Pirapó-Santo Anastácio e o processo de dotação de infraestrutura territorial sob área com sérias implicações jurídicas quanto à posse e legitimidade da terra.

A estrada boiadeira, a estrada de ferro e o surgimento das cidades

A estrada boiadeira teve papel fundamental para o desenvolvimento da região. Sua importância se deu por ser a primeira via que permitia o acesso de migrantes, o transporte do gado oriundo do estado do Mato Grosso e a circulação de mercadorias até a região, mas, sobretudo, da região para a capital do estado de São Paulo. Sua origem está diretamente atrelada ao processo de expansão do capitalismo frente ao oeste do estado de São Paulo e do estado de Mato Grosso até a capital de São Paulo.

Desde a realização das expedições da Comissão Geográfica e Geológica rumo aos rios Paranapanema, Paraná, Tietê, Peixe e Feio (Aguapeí) cunharam interesses em

⁷⁰ Quanto aos conflitos ver sobre a figura do “quebra-milho” (LEITE, 1998, p. 52)

expandir a produção e integrar as terras do Vale do Paranapanema ao resto da porção produtiva do Estado. Assim, a região que até aquele momento tinha poucos habitantes, passou a ser mais ambicionada pelos olhos do capital. No entanto, as vias de acesso eram demasiadamente restritas e morosas, fato que, com o reconhecimento da área, sobretudo, dos cursos fluviais, seria mais facilmente resolvido.

Conforme Leite (1972, p. 54) foi planejado um audacioso empreendimento de ligar Vacaria⁷¹ no estado do Mato Grosso, cruzando o rio Paraná, até a região de Campos Novos no estado de São Paulo cuja finalidade principal era o transporte da boiada. Com o aval de ambos os estados, a abertura da estrada boiadeira iniciou-se por ação do estado de São Paulo que contratou a Companhia Diederichsen & Tibiriçá⁷² e em 1905 já encontrava-se aberta ligando as pontas dos trilhos da Sorocabana (Cobra, 1923, p. 186; Leite, 1998, p. 33). A estrada boiadeira teve uma de suas bases em um rancho denominado Indiana⁷³, criado por volta de 1907, que logo passou a ocupar posição importante de entrepostos de Campos Novos e Porto Tibiriçá⁷⁴ (LEITE, 1972, p. 55; MONBEIG, 1984, p. 182-3)⁷⁵.

A criação da estrada teve significativo impacto na criação de mercados consumidores, sobretudo, no setor frigorífico. Sua criação foi, de fato, pensada e realizada com a finalidade de complementar e se articular com a estrada de ferro, que se encontrava a caminho da região. Estabelecida esta dinâmica, mesmo sabendo do processo de expansão do café, ficava claro que os rebanhos também tinham forte influencia sobre a região. Assim como a estrada boiadeira, a Estrada de Ferro Sorocabana teve significativa importância por impulsionar uma nova dinâmica na região. Sua criação, em todo o estado de São Paulo, acompanhou a expansão e foi gestado dentro da expansão cafeeira (GARCIA, 1992, p. 17), e na região da Alta Sorocabana não deixou de ser diferente (SANCHEZ, 1973, p. 23).

A estrada de ferro tinha se estacionado às margens do rio Paranapanema no município de Salto Grande por volta de 1910. No entanto, devido à expansão da cafeicultura e povoação da região, a linha férrea tomou novo impulso rumo às barrancas do rio Paraná. Os trilhos seguiam o curso do espigão visto a facilidade de penetração e de engenharia de estrada (ANTONIO, 1984, p. 64), o avanço da povoação e derrubada

⁷¹ Mais informações sobre o transporte de gado ver em Abreu, 1997, p. 37-59.

⁷² Esta antecedeu a Companhia de Viação São Paulo-Mato Grosso (LEITE, 1972, p. 54).

⁷³ Atualmente a cidade de Indiana.

⁷⁴ Atualmente no Município de Presidente Epitácio.

⁷⁵ Depois da criação desta, no transcorrer das décadas foram criadas várias outras estradas, sobretudo para o transporte das toras de madeira (VASQUES, 1973).

da mata⁷⁶. Em 1916 alcançou o município de Quatá, em 1920 o município de Presidente Prudente⁷⁷ e somente em 1922 que chegou até o município de Presidente Epitácio (MONBEIG, 1984, p. 197). De acordo com Leite (1972, p. 55-6) os municípios da região disputaram para serem cortados pela estrada de ferro, pois a estrada contribuiria significativamente para a circulação e povoação dos municípios.

O avanço dos trilhos foi fundamental para o desenvolvimento dos povoados na região (LEITE, 1998, p. 32), pois implicou em uma nova dinâmica de ocupação, povoação e relações de trabalho na região. Milhares de famílias migraram das zonas velhas rumo à região para trabalhar na produção cafeeira. Vieram migrantes de todas as características, tais como comerciantes, especuladores, foragidos, ocupantes, etc. (LEITE, 1998, p. 44). Dentre eles, muitos se tornaram produtores donos de propriedades que se dedicavam, sobretudo, ao café, à criação de gado e à derrubada da mata. Além da criação de gado da região, o transporte do gado proveniente do Mato Grosso atraiu para a região grande quantidade de frigoríficos como a Swift e King Ranch (TEIXEIRA, 1979, p. 73-4).

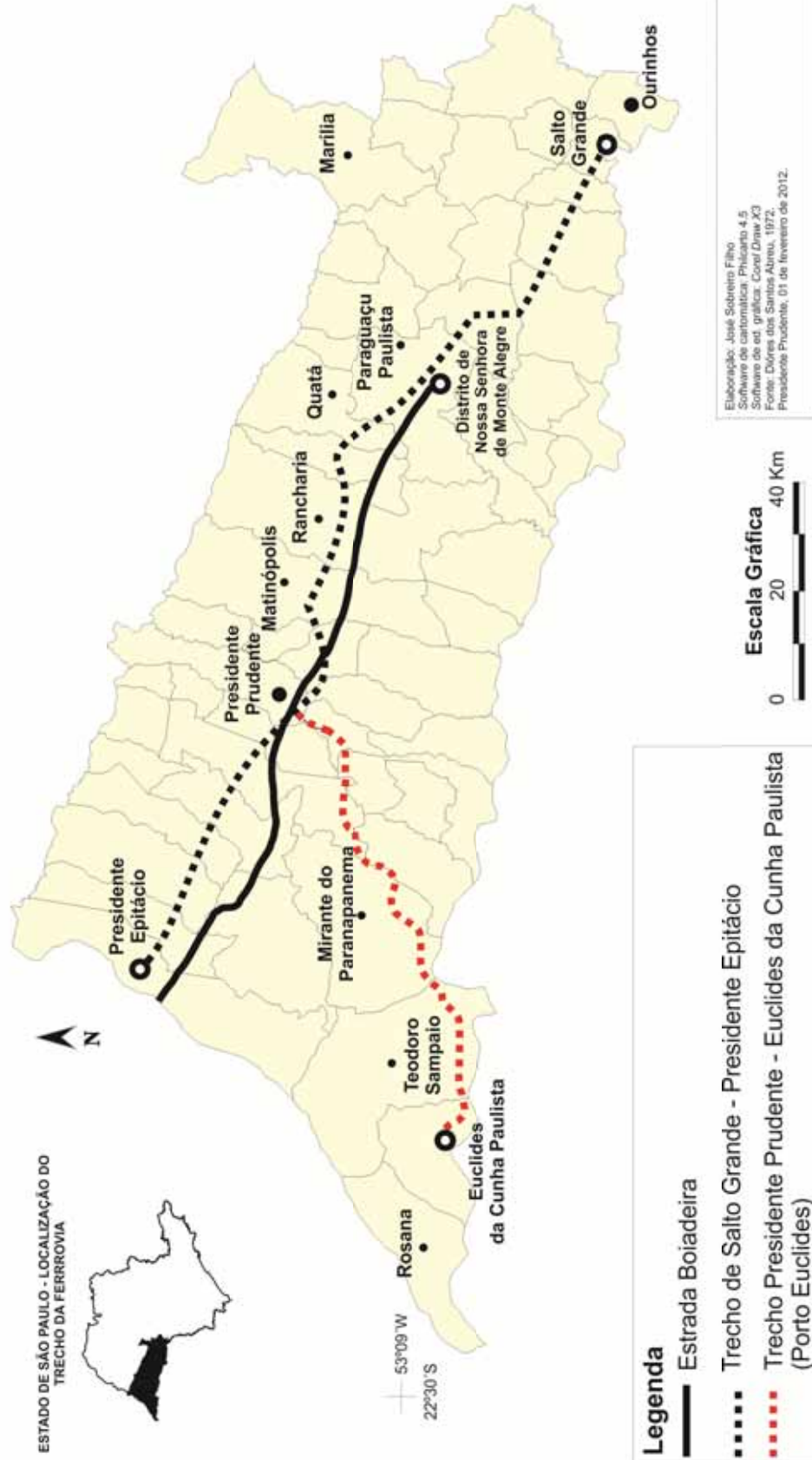
A Estrada de Ferro Sorocabana contava com o eixo principal que ligava Salto Grande até Presidente Epitácio e outro eixo secundário que saía de Presidente Prudente e chegava até Porto Euclides⁷⁸ (Ver figura 3), mas cujo objetivo era alcançar o município de Rosana para futuramente chegar a Dourados no Mato Grosso do Sul, denominado Ramal de Dourados (LEITE, 1972, p. 121).

⁷⁶ Segundo Leite (1972, p. 55-6) o trecho que ia de Botucatu a Presidente Epitácio demorou 33 anos para ser construído.

⁷⁷ Muitos foram beneficiados nesse período, sobretudo pelo avanço da cafeicultura e comercialização de terras, dentre eles destacam-se Francisco de Paula Goulart e Marcondes no município de Presidente Prudente (ABREU, 1982, p. 21).

⁷⁸ Atualmente localizado no Município de Euclides da Cunha Paulista. Antigamente fazia parte do município de Teodoro Sampaio.

Figura 3 - Localização do trecho da Ferrovia da Alta Sorocabana - SP



De um modo geral, a criação da estrada de ferro beneficiou a todos sanando a deficiência e problemática da escoação da produção com baixos custos (GARCIA, 1992, p.15). No entanto, destaca-se que os grandes proprietários de terras, os produtores, as empresas de colonização e os comerciantes foram os mais beneficiados pelo processo. De acordo com Abreu (1972, p. 38-42) e Antonio (1984, p. 66), além de responsável pela criação e crescimento de muitos núcleos urbanos a ferrovia foi uma porta de entrada para muitos comerciantes, compradores, abastecimento da região e para um transporte rápido, seguro e barato para a produção de café, visto as dificuldades de circulação da época.

Dentre uma grande variação de desdobramentos causados pela construção da Estrada de Ferro, destacaram-se a atração de migrantes e imigrantes que procuravam comprar terras para o cultivo do café e trabalho. Esta situação acarretou no surgimento de pequenos municípios, distritos e desenvolvimento dos municípios já estabelecidos até então (LEITE, 1998, p. 36). Em sua maioria, os municípios da região do Pontal do Paranapanema tiveram o seu surgimento atrelado e viabilizado pelo surgimento das vias de circulação, sendo as principais a estrada boiadeira e a estrada de ferro⁷⁹. No entanto, o principal elemento impulsionador e motivador do surgimento das cidades na região foi a necessidade de aporte para a produção agropecuária e exploração dos recursos naturais, ou seja, as cidades surgiram para dar suporte à exploração econômica da região (ABREU, 1972, p. 42).

Segundo Leite (1972, p. 55), o primeiro povoado nestas terras foi o de Indiana criado em 1907. Sua criação tivera a finalidade de ser um importante entreposto para a estrada boiadeira, visto que daria condições para que a circulação do gado tivesse total aporte durante o trajeto até os centros urbanos mais desenvolvimentos e área litorânea (LEITE, 1972, p. 153). Deste modo, tamanha foi a importância que o pequeno povoado de Indiana ganhara neste período que nele se estabeleceu a sede da Cia. de Viação São Paulo-Mato Grosso. No entanto, apesar do pequeno povoado ter se tornado município, não tivera muito significância nos anos posteriores, visto que não se preocupou com a fixação do colonizador e loteamento das terras (LEITE, 1972, p. 153).

A pecuária teve importância expressiva neste processo. Visto que foi criada significativa demanda de consumo de carne pelos países que compunham o quadro dos aliados na Primeira Guerra Mundial coube ao Brasil intensificar a produção para suprir

⁷⁹ Os demais foram surgindo no transcorrer do processo de ocupação e processos emancipatórios de alguns distritos que se tornaram municípios.

a demanda. Neste sentido, as novas áreas foram inseridas no processo⁸⁰. A região do Pontal do Paranapanema, sendo área de expansão da produção agropecuária e itinerário do transporte de gado proveniente da produção do Mato Grosso, foi incluída na produção nacional e incorporada na perspectiva de suprir a demanda do mercado mundial. Assim, com a dinâmica intensificada, novos e pequenos núcleos urbanos foram se formando e, para tanto, as vias de transporte ampliadas e melhoradas, sobretudo com a construção da ferrovia. Tanto a população urbana quanto rural tivera significativa parcela de importância neste processo.

Com a chegada da estrada de ferro a rede urbana foi se desenvolvendo no curso da linha férrea, ou seja, ao longo da linha alguns pequenos povoados foram tomando maiores formas e também surgindo demais povoados nas paradas e pequenas estações. Assim, aos poucos o oeste do estado de São Paulo ia se tornando mais acessível para o povoamento e os migrantes das diversas regiões do país e imigrantes de diversas partes do mundo. Aos poucos a região foi tomando novas feições e cada vez mais se heterogenizando. Muitos dos pequenos povoados tiveram boiadeiros, tropeiros, comerciantes, colonos, loteadores de terras, fazendeiros, coronéis, comerciantes, etc. como sujeitos importantes em seu processo de fundação. Monbeig (1984, p. 203-4) destaca que aos poucos mudou-se a dinâmica “*Outrora dizia-se “fulano abriu tal fazenda”, agora diz-se “fulano fundou tal cidade”.*”. Leite (1972, p. 58) destaca que pelo fato das numerosas fazendas e centenas de pequenas e médias propriedades que não eram mais autossuficientes criarem demandas que somente foram sanadas com o surgindo de várias cidades e pequenos núcleos urbanos.

Com o passar do tempo, dentre os vários pequenos povoados que foram surgindo aos poucos alguns foram tomando maior importância na região e sendo elevados à categoria de municípios, através de decretos de lei, conforme apresentamos no quadro 1:

⁸⁰ De acordo com Monbeig (1984, p. 182-3) o Brasil forneceu carnes em conserva e congeladas.

**Quadro 1 - Pontal do Paranapanema - Data de elevação à categoria de
Município**

Municípios	Data
Presidente Prudente	28/11/1921
Santo Anastácio	19/11/1925
Presidente Venceslau	02/09/1926
Presidente Bernardes	23/01/1935
Regente Feijó	28/06/1935
Rancharia	05/07/1935
Martinópolis	30/11/1938
Alfredo Marcondes	24/12/1948
Indiana	24/12/1948
Piquerobi	24/12/1948
Pirapozinho	24/12/1948
Presidente Epitácio	24/12/1948
Alvares Machado	30/11/1944
Iepê	30/11/1944
Anhumas	30/12/1953
Caiabu	30/11/1953
Caiuá	30/12/1953
Taciba	30/12/1953
Marabá Paulista	30/12/1953
Mirante do Paranapanema	30/12/1953
Sandovalina	31/12/1958
João Ramalho	18/02/1959
Santo Expedito	18/02/1959
Estrela do Norte	28/02/1964
Narandiba	28/02/1964
Tarabaí	28/02/1964
Teodoro Sampaio	28/02/1964
Euclides da Cunha Paulista	09/01/1990
Rosana	09/01/1990
Emilianópolis	30/12/1991
Nantes	27/12/1995
Ribeirão dos Índios	27/12/1995

Fonte: IBGE/cidadesat

Elaboração: José Sobreiro Filho

Presidente Prudente

Dentre as diversas cidades criadas, logo no início da ocupação da região, Presidente Prudente foi se diferenciando das demais por exercer influência visto que concentrava capitais e serviços. Ou seja, além da cidade sediar algumas das principais companhias de loteamento e processamento de matéria prima da região, também concentrava os serviços jurídicos, por ser a primeira comarca da região, e um comércio variado (LEITE, 1972, p. 58).

Sua fundação tinha como principal finalidade amparar e dar substrato ao intenso desenvolvimento da agropecuária na região, sobretudo, ao crescimento da cafeicultura (ABREU, 1982, p. 19). Desta maneira, Presidente Prudente foi, aos poucos, exercendo influência sobre a maioria das cidades da Alta Sorocabana, fato que contribuiu efetivamente para mudar a feição e dependência de sua zona rural (ABREU, 1982, p. 91) e também a estrutura política até então centralizada na imagem dos coronéis como os chefes políticos, visto que tinha uma estrutura agrária baseada no latifúndio (ABREU, 1982, p. 31-2).

Em sua gênese destacam-se, de acordo com Leite (1972) e Abreu (1982), dois personagens fundamentais para a sua formação, crescimento e pujança perante às demais cidades da região. O núcleo urbano, que inicialmente foi conhecido por alguns como “Patrimônio do Veado” e por outros como “Vila Goulart” tivera sua dinâmica de ocupação e povoação dinamizada pelos trilhos da Ferrovia Alta Sorocabana que atingiu o pequeno povoado em 1917 (LEITE, 1972, 119). Segundo Abreu (1982), a fundação da Vila Goulart iniciou-se nas terras do Coronel Goulart no dia 14 de setembro de 1917:

O Coronel Francisco de Paula Goulart era proprietário , juntamente com os irmãos por herança paterna, de um latifúndio – a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Em 1917, chegou ao local onde se ergueria uma das estações da Estrada de Ferro Sorocabana, a primeira localizada em suas terras; mandou locar o sítio de um núcleo urbano e ao lado, o de uma fazenda que pretendia abrir para plantar café. Assim, nasceu a Vila Goulart a 14 de setembro de 1917. Ao mesmo tempo que abria sua fazenda, Goulart ia vendendo terras do seu latifúndio aos interessados que chegavam, participantes da marcha do café. Além de lavradores, apareceram interessados em comprar lotes na Vila, a fim de explorarem o comércio. Com a inauguração do tráfego normal de trens em 196 de janeiro de 1919, foi chegando mais gente e aumentando o povoamento tanto rural como urbano. (ABREU, 1982, p. 21-2)

Acerca da configuração, organização espacial primária e da dinâmica estabelecida pela chegada dos trilhos⁸¹:

Era uma igreja de madeira, situada no mesmo lugar onde hoje se ergue a Catedral da cidade e umas poucas casas, também de tábuas, dispostas ao longo de quatro esboçadas avenidas. Poucas eram as cidades, na época, que tinham o privilégio de se tornarem ponta de trilhos e <<boca de sertão>>.

Construída a pequena estação pela ferrovia, esta toma o nome de <<Estação de Presidente Prudente>> e, em janeiro de 1919, inaugura-se o tráfego normal de trens.

Esta condição deu vida e movimento ao povoado. Multiplicaram-se os edifícios, sobressaindo-se o grande número de casas comerciais. Era, então, a Vila Goulart, o ponto mais avançado do Sudoeste Bandeirante. Local obrigatório de abastecimento dos sítios e fazendas recém abertos, dos viajantes, dos boiadeiros, dos colonos e dos trabalhadores da ferrovia. (LEITE, 1972, p. 119)

A Vila Goulart se caracterizou como centro de abastecimento e serviços por concentrar casas de comércio, escolas, farmácias, hospitais, serviços especializados, etc. Tais serviços e a terra economicamente acessível contribuíram atraindo pessoas para povoar e se fixar na cidade (ABREU, 1982, p. 23). No entanto, formou-se outra vila denominada “Vila Marcondes” muito próxima à Vila Goulart. O fundador foi o Coronel José Soares Marcondes, que apesar de não ser possuidor de terras na região era proprietário da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. Sua companhia realizou a venda de tratos de terras adquiridos de Manoel Pereira Goulart no trato de terras denominado Montalvão, latifúndio que divisava com a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio tendo como marco delimitador a linha férrea da Estrada de Ferro Sorocabana⁸². Segundo Abreu (1982, p. 23), a área de aproximadamente 4.700 alqueires foi dividida em vários lotes que variavam de 5 até 20 alqueires. Também, como parte de seu processo de retalhamento e comercialização das terras da área, realizou muitas propagandas destacando a fertilidade do solo no estado e no exterior para atrair imigrantes, fato que contribuiu para vender todos os lotes rapidamente.

A comercialização e parcelamento da área contribuiu para o crescimento da Vila Marcondes. Mais adiante, visto o crescimento tanto da Vila Marcondes quanto da Vila Goulart, ambas as vilas se fundiram e com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana e o estabelecimento da estação ferroviária as vilas, que pertenciam aos territórios dos Municípios de Campos Novos do Paranapanema e Conceição do Monte Alegre, passam

⁸¹ Os trilhos chegam ao pequeno povoado em 1917. No entanto, somente em 1944 que, já constituída como cidade, o município ganha uma nova estação ferroviária (ABREU, 1982, p. 138).

⁸² Abreu, 1982, p. 23

a ser denominadas como Presidente Prudente e conquista sua emancipação. Este processo contou, sobretudo, com a principal participação e atuação de Marcondes e Goulart (ABREU, 1982, p. 23-5). Segundo Abreu (1982), a atuação de Marcondes e Goulart tinha a seguinte feição:

A presença do Coronel Goulart, que residia no local, ele próprio lavrador, era um estímulo moral na ocupação incipiente do sertão. Seu prestígio de grande proprietário resolvia questões entre moradores, afugentava os valentões e os fora-da-lei que apareciam. Socorria nas doenças, atendia nas condições dramáticas de crimes de toda ordem, convocando as autoridades e apaziguando os ânimos. O Coronel Marcondes, embora ausente, pois residia em São Paulo, era representado pelo prestígio da Companhia Marcondes, sua empresa colonizadora, cujo armazém fornecia aos colonos e cujos prepostos os amparavam e atendiam. E quando de suas visitas, sua presença, ruidosa, sempre cercado de comitiva, infundia a confiança na vitória sobre aqueles dias duros do começo. Desta forma, a liderança de Goulart e Marcondes era incontestável. A política não poderia, portanto, estar em outras mãos; era decorrência natural do poder econômico, social e moral. (ABREU, 1982, p. 24-5)

No entanto, conforme mencionamos anteriormente, tanto o Coronel Francisco de Paula Goulart quanto Marcondes, foram dois personagens de fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento da cidade. Eram também grandes concorrentes e inimigos políticos. A disputa política estabelecida entre eles, em sua maioria, contribuiu para o crescimento do município de Presidente Prudente. Para se entender a origem da disputa devemos remontar até o período embrionário do município, ou seja quando ainda era denominado pelo nome de duas vilas principais, sendo elas: a Vila Marcondes e a Vila Goulart. A concorrência entre ambos converteu-se em vários benefícios para a cidade, para os colonos que se aventuravam e para os próprios, conforme destaca Leite:

Em Presidente Prudente, no entanto, Goulart e Marcondes cuidaram justamente da fixação do colono comprador de suas terras, oferecendo-lhe condições conforme já se viu. Outrossim, a rivalidade que fatalmente acabou surgindo entre a Vila Goulart e a Vila Marcondes tornou-se profundamente benéfica ao povoado. Cada uma delas procurava oferecer melhores serviços para atrair moradores. Essa concorrência acabou por oferecer datas, nas vilas, quase de graça, a quem desejasse montar uma padaria, uma farmácia ou um bar. Qualquer colono, das áreas cafeeiras mais antigas do Estado, com pequenas economias poderia adquirir as datas urbanas. Nesta fase, o povoado foi enriquecendo com a vinda de colonos de origem italiana e espanhola, alguns dos quais constituindo hoje poderosas fortunas da cidade. Os colonos japoneses somente viriam depois de instalado o município, procedentes principalmente das colônias a <<Bunka>>, em Paraguaçu Paulista, e da Fazenda Bastos, na Alta Paulista. (LEITE, 1972, p. 154)

Migração, colonização e imigração

A povoação da região foi realizada com diferentes dinâmicas. Anteriormente à construção da Estrada de Ferro Sorocabana a ocupação e povoação era constituída por colonizadores e aventureiros, sobretudo, oriundos de minas gerias. Com a construção da estrada de ferro, o perfil dos colonizadores mudou, passando a ser tipicamente: migrantes do nordeste, São Paulo e Minas Gerais, e também por imigrantes de diferentes partes do mundo (LEITE, 1972, p. 56).

Em termos de quantidades, os migrantes que constituíram a camada mais grossa e significativa dos colonizares e povoadores da região são oriundos, como já mencionamos anteriormente, do estado de Minas Gerais. Estes foram fundamentais, sobretudo, no processo pioneiro e posteriormente vieram a constituir a camada mais grossa da população juntamente aos seus descendentes. Logo em seguida à maioria mineira, tinham-se também baianos, pernambucanos, cearenses, alagoanos, sergipanos, mato-grossenses e demais regiões do próprio estado de São Paulo⁸³ (LEITE, 1972, p. 42). Estes foram os principais sujeitos que movimentavam as cidades e pequenos povoados da região. Outro sujeito importantíssimo e muito presente em todo o processo de ocupação e povoamento da região do Pontal do Paranapanema foi o imigrante.

De acordo com Teixeira (1979, p.71) a imigração complementou o avanço da estrada de ferro. Um processo se prostrava de acordo com o outro. O avanço da linha férrea articulava-se com a expansão da cafeicultura que por sua vez demandava mão de obra era complementada pelos processos migratórios. A vinda de imigrantes para o país deve-se, em sua maioria, à política antiescravista estabelecida no final do século XIX. No entanto, a mão de obra deveria ser substituída. Assim, o uso da mão de obra livre era uma opção para substituir e resolver o problema da mão de obra causada pelo fim da escravidão (MONBEIG, 1984, p. 102). Deste modo, foi fortemente incentivada a vinda de imigrantes para substituir a mão de obra dos ex-escravos.

O governo imperial teve participação fundamental neste processo como o principal incentivador. Destinou somas de dinheiro para o custo das passagens dos imigrantes (MONBEIG, 1984, p. 103). Estes, chegando ao país eram intermediados pelas companhias de colonização e agentes⁸⁴ que os direcionavam, comumente em grupo para que formasse uma colônia, para a área destinada. Depois de sua chegada e os

⁸³ Alguns dos migrantes provinham também das denominadas Zonas Velhas do Estado de São Paulo. (ANTONIO, 1984, p. 51)

⁸⁴ Em sua maioria contrerrâneos.

encaminhamentos tomados, ou seja, sabido o destino, o próximo passo era locomover o grupo para determinada região. No bojo deste processo imigratório havia outro sujeito de total importância para os imigrantes e que lhe serviam dando suporte. Os agentes de loteamento eram os responsáveis por intermediar os imigrantes e as companhias de colonização:

Procuravam os loteadores seus agentes de nacionalidade húngara, alemã, lituana e às vezes espanhola. Entravam esses agentes facilmente em contato com seus compatriotas recém-chegados e que tinham, naturalmente, o desejo de permanecer agrupados. Assim foi que se formaram colônias húngaras e alemãs do município de Presidente Venceslau, os agrupamentos espanhóis de Mirassol e Tanabi ou ainda a colônia portuguesa, açoriana mais precisamente de Borboleta, perto de Rio Preto. (MONBEIG, 1984, p. 161)

A Alta Sorocabana, visto que compunha parte do projeto de expansão da cafeicultura, recebeu ordem significativa de imigrantes⁸⁵. De acordo com Monbeig (1984, p. 194), a região recebeu 17.310 imigrantes que encontravam-se distribuídos desde Assis até Presidente Venceslau⁸⁶. No Pontal do Paranapanema, oriundos de diversos países do mundo (ver figura 4), os imigrantes concentraram-se em alguns municípios, como por exemplo: os espanhóis e russos em Santo Anastácio⁸⁷; os japoneses em Alvares Machado; os portugueses e alemães em Presidente Venceslau; e os italianos em Alfredo Marcondes⁸⁸.

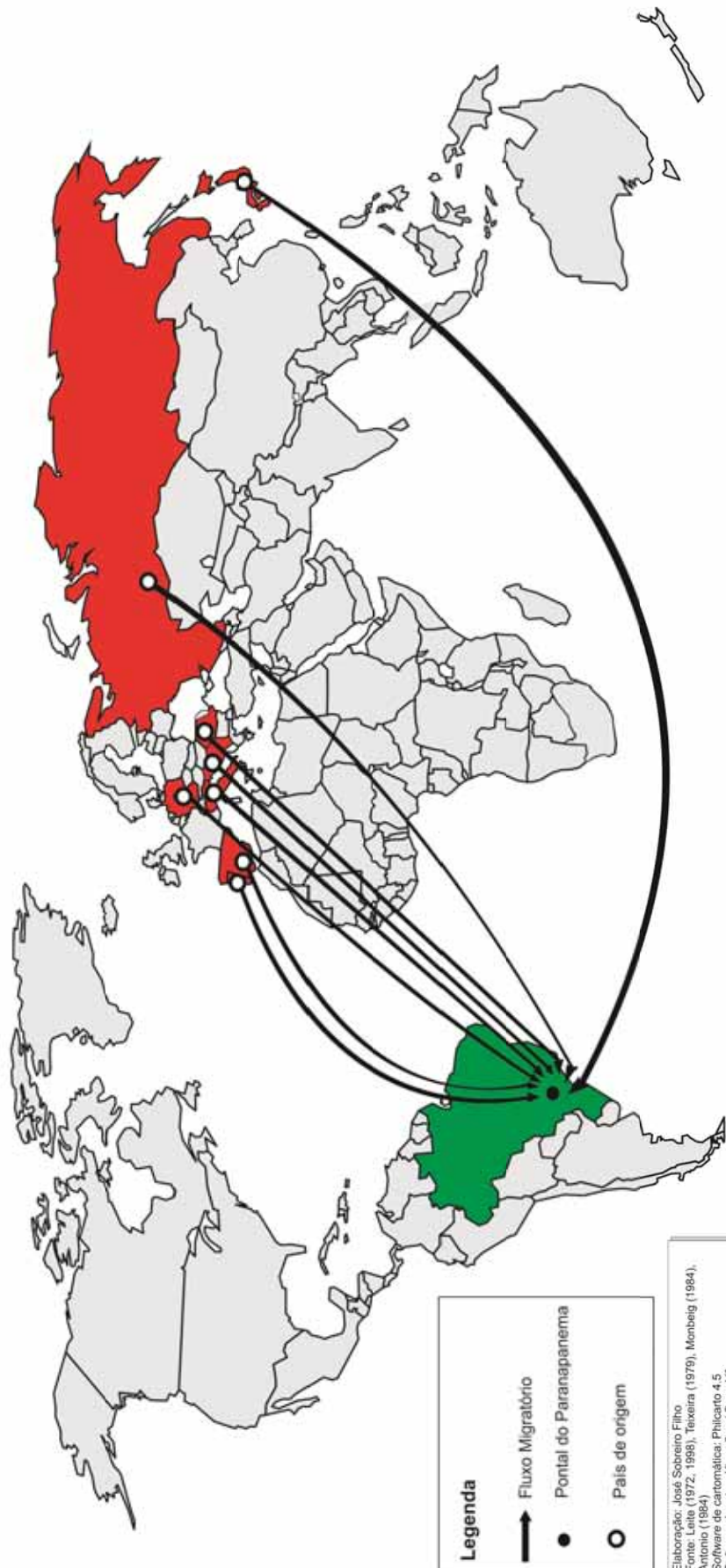
⁸⁵ No caso da Alta Sorocabana o trajeto e acesso à região fora realizado e facilitado pela estrada de ferro.

⁸⁶ De acordo com Antonio (1984, p. 60), vários dos imigrantes não tinham experiência com o trabalho no campo, eram artífices, operários, ferroviários, etc.

⁸⁷ Ver Antonio (1984, p.70)

⁸⁸ Ver (TEIXEIRA, 1979, p. 73-4)

Figura 4 - Pontal do Paranapanema - Origem dos principais imigrantes - 1891-1950



Muitas foram as companhias que surgiram com o fito de promover a colonização na região (MONBEIG, 1984, p. 238). Como fruto deste processo, no transcorrer dos anos foram surgindo muitas colônias por todos os municípios, pequenos povoados e área rural do Pontal do Paranapanema. Este processo provocou desdobramentos de diversas ordens na região. De acordo com Antonio (1984, p. 53), a vinda dos colonos surtiu significativo efeito no mercado imobiliário de modo que foi criado um sistema de vendas com a finalidade de comercializar pequenas parcelas de terras ao colonato. Assim, o colono que viera com o sonho de fazer riqueza como as do fazendeiro de café, visto que muitos que eram detentores de capital, terminavam tendo suas economias arremetidas à roda-viva do mercado capitalista. As feições mais nítidas deste processo eram vistas nos inúmeros retalhamentos de fazendas realizadas pelo sistema de loteamento até então estabelecido na região, cujo principal escopo era o comprador imigrante. Além de se criar um expressivo processo de valorização da terra engendrou-se um reservatório de mão de obra figurado nas pequenas propriedades criadas pelas companhias de colonização (ANTONIO, 1984, p. 20). Dentre as várias experiências que tiveram na região, destaca-se a da Colônia Aimoré no Município de Presidente Venceslau, como apresentaremos adiante.

Presidente Venceslau e a Colônia Aimoré

Dentre as diversas colônias que se estabeleceram na região, a “Colônia Aimoré” ou “Schwaben Kolonie”, localizada no município de Presidente Venceslau, foi a que mais se destacou. A área destinada para a criação da Schwaben Kolonie era de posse da Companhia Mendes Campos Filho e localizava-se dentro das fazendas Pederneiras, Aymoré e ingazeiro (ANTONIO, 1984, p.70). De acordo com Antonio (1984, p.71), a colônia alemã foi criada por um agenciador alemão denominado Keller e iniciado com propagandas, contendo descrições da área do município de Presidente Venceslau e as oportunidades possíveis⁸⁹, que correram em vários jornais alemães. Como fruto do processo propagandístico⁹⁰ a cooperativa de Keller e seus companheiros conseguiu

⁸⁹De acordo com Antonio (1984, p.79) fora no sul da Alemanha que Keller juntamente a seus amigos fundaram uma cooperativa com a finalidade de colonizar parte do oeste paulista.

⁹⁰ Em nota de rodapé, Antonio (1984, p.170) exemplifica a forma como era realizada a propaganda das terras “A terra é muito fértil, atestando-o os ótimos padrões, como sejam: Pau D’Alho, Figueira Branca, jangada, Ceboleiro, Cambará de lixa, etc., completamente plana.”.

arregimentar uma significativa ordem de pessoas que lhes possibilitaram dar início à criação da colônia no oeste paulista.

Segundo Antonio (1984, p.93), inicialmente a colônia tinha como objetivo a produção coletiva e centralização da produção e da comercialização. No entanto, a história não ocorreu bem assim. Os sujeitos que ditavam o processo tinham como principal objetivo o uso da mão de obra imigrante. Assim, os sonhos dos imigrantes, por serem diametralmente opostos aos interesses do processo foram relegados a um plano bem distante (ANTONIO, 1984, p. 98-9). De fato, a vinda dos imigrantes para a região era a chegada da mão de obra necessária para impulsionar ainda mais o processo de ocupação, povoamento e expansão do capitalismo. De acordo com Antonio (1984, p.79), no auge da colônia haviam aproximadamente 600 famílias, ou seja, número em torno de 1.600 a 1.800 pessoas. Seu núcleo principal, localizada entre Presidente Venceslau e no Campinal em Presidente Epitácio (7 km do núcleo urbano de Presidente Venceslau), foi um dos principais fornecedores de produtos agrícolas para o município (ANTONIO, 1984, p.101).

Aqueles imigrantes que chegavam ao destino final, ou seja, à colônia já não tinham mais as quantias e nem reservas de dinheiros de quando tomara por início a viagem, no entanto tinham uma propriedade para desbravar e dar início à produção (ANTONIO, 1984, p. 99) ⁹¹. Para dar início às atividades, ou seja, para a entrada na terra primeiramente foram construídos barracões com vários quartos, sendo que cabia um a cada família. Este barracão era utilizado enquanto os colonos iam abrindo os lotes, derrubando e queimando a mata para dar início à morada (ANTONIO, 1984, p. 104). Visto que, em sua maioria, eram alocados em áreas de mata fechada tinham como objetivo e maior preocupação criar meios e obter dinheiro para poder saldar sua dívida com a companhia colonizadora⁹². Na abertura da mata muitas eram as dificuldades enfrentadas pelos alemães, visto a falta de ferramentas e obsolescência das técnicas trazidas da Europa⁹³. Assim, os colonos, para que pudessem sobreviver, trabalhavam muito:

Mas, para chegar nesse estágio, foi necessário um sacrifício sub-humano, das 4 ou 5 horas da manhã, trabalhar sol a sol e só parar quando não havia mais a luz natural, era o lema do colono alemão. A

⁹¹ De acordo com Antonio (1984, p.180) o dinheiro levantado foi resultado da venda de bens como móveis, tais como ferramentas, móveis domésticos, rádios e bicicletas na Alemanha.

⁹² Muitos foram trabalhar abrindo picadas na mata, em cerrarias, na colheita ou na administração pública (ANTONIO, 1984, p. 100).

⁹³ (ANTONIO, 1984, p.123)

sobrecarga excedente, penosa também, recaía sobre a esposa e os filhos.

“Não era importante”, “nada interessava”, “o mundo que se danasse”, só uma coisa era o alvo do colono alemão: o trabalho, pois somente através deste, isto é, somente através de suas forças produtivas em excesso, é que seria possível realizar suas aspirações. (ANTONIO, 1984, p.133)

Seus anseios tinham como escopo alcançar o padrão de vida próximo ao do latifundiário cafeicultor. Em sua maioria os alemães não vieram com o intuito de trabalhar na cafeicultura, mas com objetivo de adquirir terras e produzir coletivamente (ANTONIO, 1984, p.129-0). Enfim, nem todos os colonos obtiveram sucesso e terminaram por retornar à Alemanha (ANTONIO, 1984, p.157). Esta problemática devia-se a uma estratégia de subordinação da produção, na qual as empresas e colonizadoras da região aproveitavam-se da condição dos imigrantes para subordiná-los ao mercado, que por sua vez era controlado por elas. Esta estratégia se diferenciava das anteriores pelo fato de que neste período o capitalismo já não necessitava mais subordinar o meio de produção (a terra), mas sim o mercado, ou seja, a produção em si (ANTONIO, 1984, p. 221).

No bojo deste processo as empresas de colonização foram as grandes causadoras e impulsionadoras do processo de ocupação, povoamento da região e também de subordinação da mão de obra camponesa ao capital. Foram elas também as principais responsáveis por intensificar ainda mais o processo de venda das terras, com problemas de legitimidade, e compor um quadro agrário ainda mais fragmentado, sobretudo, realizado pelo cisalhamento de grandes fazendas para a ocupação dos imigrantes. Assim, foram determinantes para atribuir uma nova feição ao processo. De modo que empenhada suas atividades figuravam-se mais sujeitos na região, como: o fazendeiro, o sitiante migrante, o sitiante imigrante ou colono, o arrendatário, o peão, o boia-fria, o boiadeiro, etc.⁹⁴. De um modo geral, contribuiu fortemente para a heterogeneizar a população que ali habitava.

Concomitantemente este processo de cisalhamento das fazendas surgiram também sujeitos que tinham como principal atividade negociar terras (ABREU, 1972, p. 36). A especulação também foi parte integrante deste processo (ANTONIO, 1984, p. 52; MONBEIG, 1984, p. 228). Estes processos, avançavam mais e mais a cada dia. O café se expandia, as imensas fazendas sendo divididas vendidas, as colônias aos poucos iam surgindo, os pequenos núcleos urbanos crescendo, as vias de transporte se

⁹⁴ (LEITE, 1972, p. 42)

estabelecendo, a região sendo povoada e, cada vez mais, se inserindo na lógica metabólica do capitalismo.

2.4.3 Quarto período: estabelecimento da agricultura e pecuária na região

O quarto período foi caracterizado pelo intenso desenvolvimento da agricultura e pecuária na região. As terras, diferentemente dos períodos anteriores em que se concentravam nas mãos de poucos, neste período já se encontra fragmentada em muitas propriedades e em processo integração ao mercado de produção de alimentos para a mesa, produtos para exportação e, sobretudo, referente à pecuária de gado bovino. Assim, por estar muito fragmentada torna-se muito difícil identificar a situação das terras, no entanto sua origem está embasa nos grilos e os problemas referentes à legitimidade da posse da terra persistem.

Visto que a compra das terras e a problemática quanto à sua legitimidade, em abril de 1932 a Secretaria da Agricultura do Estado comunica em nota oficial “ser perigosa a aquisição de terras na Alta Sorocabana”, sobretudo nas comarcas de Presidente Prudente e Santo Anastácio (LEITE, 1998, p. 47). Monbeig (1984) também destaca que as terras da Alta Sorocaba não tinham boa reputação e, portanto, os títulos de propriedades eram os mais duvidosos que das outras regiões do estado (MONBEIG, 1984, p. 203). Contudo, mesmo com os problemas referente à posse das terras e sua legitimidade a atuação e as estratégias do Estado não foram suficiente para barrar este processo, o desmatamento e o desenvolvimento da agricultura e pecuária em terras ilegais. Apresentamos a seguir alguns pontos referentes à continuidade da ocupação das terras, as disputas políticas travadas entre os coronéis e os ciclos de produção das principais culturas que movimentaram a economia da região.

Reservas ambientais e a devastação ambiental no Pontal do Paranapanema

A ocupação e o povoamento da região continuou caminhando em ritmo acelerado e a devastação ambiental acompanhou também este processo. Cada vez mais o Pontal do Paranapanema ia sendo envolvido e integrado às engrenagens do processo de produção capitalista. As feições mais claras deste processo foi a intensificação da pecuária e de culturas como o café, o algodão e o amendoim. No entanto, mesmo com o avanço da agropecuária e a ocupação da região, os problemas da legitimidade da terra ainda eram uma questão imprescindível para o Estado, sobretudo, porque o estabelecimento da estrutura produtiva tinha base terras ilegais e produziam problemas ambientais devastadores para região, sobremaneira, expressos na imagem do desmatamento e da caça, ou seja, atacando assim fauna e flora.

Visto tal conjuntura e condição da posse da terra, o Estado tomou como opção mudar suas ações e tomar medidas estratégicas no sentido da criação de reservas ambiental com o intuito de barrar o desmatamento e a disputa de terras promovida entre os grileiros. Assim, segundo Feliciano (2009, p. 244), como parte das tentativas de barrar o avanço da devastação da fauna e flora e responder às ações discriminatórias do 1º e 2º Perímetros de Presidente Venceslau, o Estado criou em 1941 o Parque Estadual do Pontal do Paranapanema e, em 06 de novembro de 1942, a Reserva Lagoa São Paulo e logo em seguida a Grande Reserva do Pontal do Paranapanema (ver tabela 1).

Tabela 1 – Reservas florestais do Pontal do Paranapanema

Reserva	Área (hectares)	Fundamento legal
Morro do Diabo	37.156 (original) 33.845 (atual)	Decreto Lei nº 12.279/91 Decreto Lei nº 25.342/86 (Parque Estadual)
Lagoa São Paulo	13.343 (original)	Decreto Lei nº 13.049/42
Grade Reserva	271.286 (original)	Decreto Lei nº 13.075/42
	Total: 321.785	

Fonte: Feliciano, 2009, p. 373.

De acordo com Feliciano (2009) essa medida teve como finalidade transferir o caráter devoluto das terras para a questão ambiental e tentar por meio desta barrar o avanço das negociações, grilagens e desmatamento. Ao tornar as áreas reservas ambientais tinha-se como finalidade evidenciar o caráter proibitório da venda de terras em área de reserva. Segundo Feliciano (2009, p. 245), naquela conjuntura surgiram

muitos esquemas e estratégias de corrupção, que incluía membros importantes do governo, visando burlar a estratégia do Estado:

O governador Adhemar de Barros possuía extrema ligação com o poder político na região, uma vez que quase todos os prefeitos se filiaram ao Partido Social Progressista. Em troca de apoio, durante a sua gestão, de 1947 a 1951, as áreas reservadas por lei foram invadidas e negociadas. (FELICIANO, 2009, p. 245)

Tal processo refletia a incompetência e benevolência do Estado em não barrar o desmatamento e regularizar a problemática da posse da terra (LEITE, 1998, p.16). Entretanto, apesar da tentativa de se frear os processos acerca da ilegitimidade da terra com o direcionamento para a questão ambiental ainda assim o Estado demonstrou-se incompetente, pois a devastação na região tivera proporção significativamente expressiva. Segundo Leite (1998, p. 27) calcula-se que devido às queimadas e desmatamento ocorrido em todo o período apenas 12,5% da vegetação primitiva restou e que muitas espécies da fauna também desaparecerem, sendo que apenas alguns poucos restaram na Reserva Florestal Morro do Diabo (LEITE, 1998, p. 28).

Quanto à devastação ambiental, desde o processo de ocupação da região estabeleceu-se um intenso processo de desmatamentos da mata nativa. Este processo, criado simultaneamente à abertura das fazendas no transcorrer dos anos foi ganhando maiores dimensões e aos poucos alterando a paisagem da região. Segundo Leite (1972, p. 62) nenhum dos produtos desaparecidos foi tão impactante na alteração da paisagem da região como a extração da madeira⁹⁵. Dentre os diversos fatores que influenciaram no processo de desmatamento durante o século XX a relevância econômica da extração de madeira foi significativa enquanto estabeleciam-se os cafezais na região, ou seja, enquanto a cultura cafeeira se estruturava, a comercialização da madeira na região foi a principal fonte de movimentação econômica, sobretudo, comercializando aos grandes centros.

A princípio, no processo de desmatamento, a caixa de fósforos e o machado foram as principais opções para a derrubada da mata, sobretudo o fogo visto que era uma forma rápida e completa de limpar a área (MONBEIG, 1984, p. 87). Segundo Vasques (1973, p. 15) mesmo com a existência de uma polícia especializada em fauna e flora, com esses instrumentos de derrubada da mata iniciou-se um dos maiores e mais rápidos processos de derrubada de todo o país. Levado a cabo pelos fazendeiros,

⁹⁵ A fauna também foi afetada, sobretudo na caça tanto para o consumo de carnes quanto para a comercialização da pele de algumas espécies (LEITE, 1998, p. 28-9).

tamanha era a dimensão do processo e uso da prática que o fogo chegava a ameaçar povoados, vilas da região e as reservas, como descreve Vasques:

No Município de Teodoro Sampaio, a Reserva Florestal da Serra do Diabo teve o fogo no seu interior, varrendo-a completamente, pelo menos por duas vezes, como tivemos oportunidade de verificar no local. Em linhas gerais, o quadro é semelhante ao do Pontal; os incêndios se alastram com grande rapidez devido ao vento, aos poucos acidentes da região, aos córregos bastante estreitos para impedir a passagem do fogo, quando há vento e, acima de tudo, devido ao material – o capim – altamente combustível, quando seco. Nem os aceiros abertos a trator foram capazes de reter o avanço do fogo. (VASQUES, 1973, p. 46)

Com a derrubada da mata em seguida semeava-se o capim para o gado de engorda oriundo do estado do Mato Grosso (VASQUES, 1973, p. 71). Outra opção muito utilizada nas inúmeras aberturas de novas fazendas foram as serrarias. Estas, além de realizar a limpeza da terra também comercializava a madeira para os municípios de São Paulo, Sorocaba e Santos para a construção civil, móveis, etc. (VASQUES, 1973, p. 94). E também fornecia os primeiros capitais para o plantio ou para ampliar as melhorias na propriedade ou pagar a mão de obra contratada para a derrubada. A madeira ali extraída inicialmente era escoada pelas inúmeras estradas⁹⁶ que foram sendo criadas no meio das matas e mais tarde passou a ser transportada pela ferrovia⁹⁷. A acentuação do processo ocorreu ainda com mais intensidade devido ao estabelecimento da Estrada de Ferro Sorocabana que por cortar os principais núcleos urbanos, entrepostos, e povoamentos, servia dando vazão à matéria-prima extraída rumo à capital São Paulo. Segundo Leite (1972, p. 62) poucas eram as composições de cargas que se diferenciavam de madeiras emparelhadas e troncos. Além disso, a madeira também foi a principal matéria das construções dos núcleos urbanos e pequenos povoados⁹⁸.

A derrubada da mata e o estabelecimento da pecuária foram processos que ocorreram simultaneamente. Sobre o uso da madeira e a logística montada acerca do processo de desmatamento Vasques (1973) apresenta detalhes:

⁹⁶ De acordo com Antonio (1984, p. 119) muitas das árvores eram de grande porte e constituíam-se como madeira de lei. Algumas destas “*exigiam quatro homens para abraça-las*” tamanha o diâmetro. A preocupação que se tinha era, em sua maioria, a abertura das ditas “estradas maestras” para que se pudesse realizar comportar o transito de vários caminhões que carregavam as toras.

⁹⁷ Mais marcante ainda era a situação no pátio da Estação de Ferro de “Perobal”, com suas esplanadas lotadas e com suas composições – mais de 30 vagões cada uma -, carregadas de madeira aparelhada, principalmente dormentes, saindo diariamente para os centros comerciais distantes. (ANTONIO, 1984, p.120)

⁹⁸ O processo de desmatamento contribuiu para a abertura de pequenas inúmeras estradas e estabelecimento de numerosas serrarias. (VASQUES, 1973)

Para a derrubada a mata inicialmente entram os trabalhadores fazendo a roçada do mato mais baixo – o andar inferior. Um ou dois meses depois esta vegetação está quase seca. É a hora de se atear fogo à floresta para que haja uma limpeza geral e seja facilitada a entrada de caminhões e homens, diminuindo também a quantidade de insetos e matando ou afugentando o resto dos animais perigosos. Então entram os homens das derrubadas com machado e traçadores (serra manual que 2 homens manejam). Tirando uma cunha na base do tronco, abrangendo mais da metade da área circular e do lado onde deve cair a árvore; no lado oposto fazem uma pequena incisão, o suficiente para anular a resistência da parte restante do tronco. Deste modo a árvore tomba do lado previsto, na maioria das vezes. Não tendo o traçador, o trabalhador usava somente o machado, o que dificultava muito o corte das madeiras e diminuía ritmo da derrubada. (VASQUES, 1973. P. 92)

E em seguida aponta:

As grandes perobeiras são derrubadas na mata pelas turmas de trabalhadores que aí residem e têm especificamente esta função. Ali, na mata, o tronco é medido e cortado em toras de acordo com pedidos e necessidades das serrarias, em volume, comprimento e qualidade: toras de 8 ou 10 metros para corte em vigas, “palanquetas” para cerca, madeira para dormentes, para vigas, tábuas, etc. O caminhão, especialmente adaptado para o transporte de toras (caminhão toreiro), entra pela picada até a área das derrubadas. A poder de cabos de aço e guinchos, movidos manualmente, a tora é rolada para cima dele sobre “ trilhos” de grossas vigas aparadas a machado. O cabo de aço as enlaça e os trabalhadores ajudam-nas a rolar com alavancas. Enlaçadas ainda pelos cabos, são transportadas e colocadas, depois de penosa e demorada viagem, por caminho rústico e com inúmeras curvas, na esplanada da serraria ou na barranca do rio Paraná, à espera de corte ou embarque bruto. (VASQUES, 1973. P. 77-8)

A importância em se derrubar a mata não se dava somente pela extração da madeira, mas também por deixar a propriedade mais segura e promover a valorização da terra. Conforme Vasques (1973, p. 99) “*O mais importante não era serrar a madeira e sim derrubar a árvore. Quanto mais troncos caídos, mais seguro estaria o patrimônio do fazendeiro.*”. Esta estratégia tinha como intuito limpar a terra para que se pudesse produzir e, portanto, dar feição de propriedade privada que não se incluísse na área de reserva e de legítima por estar produzindo. A valorização da terra desmatada era significativamente maior que área não desmata:

Considerando-se os preços das terras, em 1966, um alqueire de terra boa do Varjão, valia cerca de Cr\$250,00 a ... Cr\$ 300,00, encontrando-se facilmente os sítios para compra. Hoje, com o trato dispensado e o desmatamento – retirada de tocos pequenos, arações, etc., o preço é bastante alto, estimando-se em Cr 4.000,00 a Cr\$ 5.000,00 o alqueire, porém, não se encontrando com facilidade terra para comprar. (VASQUES, 1973. P. 154)

A derrubada da mata também contribuiu para a instalação de alguns núcleos urbanos, visto que demandava mão de obra e, portanto, constituía-se além de mercado consumidor no setor de construção civil⁹⁹, também como exercito de trabalhadores para a abertura das fazendas, conforme apresenta Vasques (1973) sobre os trabalhadores arregimentas para a derrubada:

Aqueles passavam a semana na mata, derrubando árvores e, nos fins de semana, se locomoviam para a “cidade”. Deste modo todos os fazendeiros das proximidades contavam com um manancial de mão de obra, desobrigando-se da parte residencial familiar. Na mata, um tosco rancho abrigava o trabalhador durante a noite. Em idêntico caso podemos colocar o povoado do Ponto Alegre. Estabelecido bem antes dos demais, logo depois de Planalto do Sul e situado no alto do espigão, teve como razão principal de sua instalação a necessidade de mão de obra para as grandes derrubadas das matas das glebas recém vendidas. (VASQUES, 1973. p. 80)

Segundo Monbeig (1984, p. 244) os primeiros sujeitos a trabalharem na derrubada da mata na região foram os alemães chegados no período entre 1920 - 1925. Destaca o autor que, foram eles que ensinaram o trabalho aos demais trabalhadores que se aventuravam no desmatamento e também se portavam melhor às dificuldades da vida e ao trabalho que os italianos e espanhóis que migraram para a região. Além do estabelecimento das pastagens voltadas para pecuária de gado de corte e sua engorda, o café também teve participação significativa na promoção do desmatamento da região. Deste modo, ocorreu uma significativa troca das matas pelo estabelecimento tanto da pecuária quanto da cafeicultura. Muitas foram as pequenas propriedades que surgiram criadas pelas companhias de colonização que traziam e alocavam o imigrante¹⁰⁰ e pela fragmentação das fazendas de terminavam por contribuir para o processo realizando o desmatamento e servido de mão de obra para realizá-lo e as glebas que mudavam de proprietários visto a periculosidade representada pela falta de legitimidade da posse da terra e o risco de estarem alocadas dentro de áreas de reserva florestal (VASQUES, 1973, p. 86).

Mesmo com o estabelecimento das reservas ambientais, segundo Vasques (1973, p. 91) a derrubada da mata e o estabelecimento dos pastos acontecia sem pressa nem atropelos, somente algumas vezes acontecia autuações da polícia florestal e

⁹⁹ Neste período a construção de casas de madeira era muito comum (LEITE, 1998, p. 27-8)

¹⁰⁰ Os imigrantes muitas vezes através do desmatamento, sobretudo, de madeira de lei como peroba e Jequitibás conseguiam saldar as dívidas da compra do lote com as Companhias de Colonização (ANTONIO, 1984, p.120).

judicialização do processo. Assim, a paisagem que até então era homogeneia, somente no transcorrer dos anos que ganhou novas feições. Repetidamente notavam-se nos horizontes os ditos “*rolos de fumaça*” e no ar a fuligem. A dimensão e as estratégias de realização das queimadas¹⁰¹ foram descritas por Vasques:

Os rolos de fumaça, no correr destes anos de 1956 a 1958, enchiam de linhas verticais os horizontes, pairando no ar uma quantidade enorme de fuligem. Os próprios fazendeiros se referem a este período como o de maiores incêndios, “jamais vistos no Pontal”. Tais queimadas eram iniciadas com o derramamento de tambores e mais tambores de gasolina, pouco podendo fazer a Polícia Florestal, pois enquanto atendiam a um incêndio, outros vinte se levantavam. Turmas e mais turmas de trabalhadores em derrubadas se espalhavam pela área recém-queimada e derrubavam tudo o que podiam. A separação em vários grupos de cortadores de árvores e a internação das matas eram os meios usados para desorientar a Polícia Florestal. Se aprendiam as ferramentas de um grupo de trabalhadores, vários outros prosseguiram o trabalho de derrubadas dali. (VASQUES, 1973. p. 92)

No entanto, apesar da problemática, habitavam duas concepções antagônicas na região. De um lado evidenciavam a relevância de se proteger as matas e do outro ansiavam o desenvolvimento econômico e a criação de uma ferrovia que cortaria as reservas florestais (VASQUES, 1973, p. 93). A mídia foi um dos espaços onde essa disputa de concepções ficou mais clara. Estabeleceu-se de um lado um grupo jornalístico que defendia a propriedade privada e que se apresentava como “Os Diários” e outro uma grande organização jornalística de São Paulo denominado “As folhas” (VASQUES, 1973, p. 18). Esta disputa iniciada em 1954 durou até 1959 e apesar de muitas críticas de uma luta ferrenha o desmatamento continuou seguindo o fluxo.

Mais adiante, com os avanços tecnológicos o processo de desmatamento foi ganhando novas técnicas como, por exemplo, o uso de desfolhadores químicos¹⁰² para agilizar o processo e poder então atear o fogo e a serra movida a gasolina que reduziu a necessidade do número trabalhadores para a derrubada da mata (VASQUES, 1973, p. 123). Essas novas técnicas incorporadas ao processo de desmatamento acelerou a abertura das fazendas e nestas as áreas com matas cada vez mais rápidas ia sendo diminuídas. Tamanho era o processo de desmatamento que nas fazendas muito pouco se restava das matas, conforme apresenta a tabela 2 retirada de Vasques (1973, p. 127):

¹⁰¹ Segundo Monbeig (1984, p. 243) o fogo se extinguia em dias.

¹⁰² Vasques, 1973. P. 116

Tabela 2 – Relação de mata e pastos

	<u>Mata</u>	<u>Pasto</u>
Fazenda Três Irmãos	5,5%	92,1%
Fazenda Mate Laranjeira	2,2%	94,6%
Fazenda São José	2,6%	94,8%
Média	3,43%	93,8%

Fonte: Vasques, 1973, p. 127.

De um modo geral, o desmatamento continuou avançando ao longo dos anos na região. Tão grande era a sua magnitude que no ano de 1972 no município de Teodoro Sampaio havia ainda 18 serrarias funcionando conforme apresenta o quadro 2:

Quadro 2 - Município de Teodoro Sampaio: Serrarias ativas no ano de 1972

1- Serraria tipo pica-pau em Rosana. A grande serraria inicial da Imobilizaria e Colonizadora Camargo Correa Ribeiro S.A., já desmontada e vendida em partes.
2- Serraria na fazenda Alcídia, de Agátipo Lemos.
3- Serraria Coimal de Décio Soares.
4- Serraria Ponte Branca – Ênio Pipino.
5- Serraria Santa Rita – Albano Guímaro.
6- Serraria Três Irmãos, Albano Guímaro (arrendada).
7- Serraria Água Sumida de Melão Nogueira.
8- Serraria Santo Antônio em Teodoro Sampaio.
9- Serraria Pica-pau Figueirense em Teodoro Sampaio.
Em Euclides da Cunha:
10 – Serraria São Pedro.
11 – Serraria São Lucas.
12 – Serraria São Judas Tadeu.
13 – Serraria de Estanislau Rebis.
14 – Serraria de Roberto Ferrari.
15 – Serraria Irmãos Cruz.
16 – Serraria de Orlando Rosiani.
17 – Serraria de Aparecido Venancio.
18 – Serraria Pica-pau Francisco Ferreira.

Fonte: Vasques, 1973, p. 129

Org: José Sobreiro Filho

Política

No contexto de surgimento de muitos povoados e crescimento de pequenos núcleos urbanos até a elevação destes à categoria de municípios surgiram muitas práticas políticas diferenciadas na região. Dentre as mais destacadas havia a presença do coronel¹⁰³, sujeito de grande prestígio que realizava as principais atividades políticas, mediações e representava a chefia local ocupando lugar de maior destaque no cenário político da região (ABREU, 1982, p. 11-3). Posteriormente, com a diminuição da importância do coronelismo e a expansão dos direitos democráticos, sobretudo do voto, ocorreu a emergência do populismo. O populismo baseava-se na intensa confiança que a massa tinha em determinada liderança e que, portanto, o via como a personificação do projeto do Estado. A confiança que a massa tinha sobre a liderança era a base da relação, portanto cabia também à liderança mantê-la e caso perdida resgatá-la para que fosse restabelecido o laço entre ambos (ABREU, 1982, p. 15).

Na região do Pontal do Paranapanema o coronelismo, que se prostrou ativo mais intensamente de 1917 até 1930, teve como principais representantes os Coronéis Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes (ABREU, 1982, p. 309). Ambos foram grandes proprietários de terras como mencionamos anteriormente. Segundo Abreu (1982, p. 32) estes coronéis tinham seu quadro político formado por pessoas que se vinculavam a eles por variados motivos, dentre eles destacavam-se: a compra de uma parcela de terras de algum dos coronéis; a localização da propriedade adquirida; empréstimo de dinheiro; parcelamento da compra das terras; concessão ou doação de terras; familiares; empregados; agregados, compadres; etc. Ambos os coronéis eram rivais e mesmo com algumas tentativas de união proposta por Júlio Prestes em 1927 a aliança não tivera bons frutos e terminando em 1930 visto que tinham interesses político-econômicos distintos e disputavam compradores de terras, ou seja, um crescia em detrimento do outro (ABREU, 1982, p. 44).

Aos poucos a configuração política foi sofrendo mudanças, sobretudo, demandadas pela própria organização jurídica e política pela qual o país estava passando. A atuação dos coronéis no cenário político cada vez mais era relegada ao segundo plano e os partidos políticos seguiam ganhando espaço. Contudo, a influência política dos coronéis Goulart e Marcondes continuou fortemente e mesmo mais

¹⁰³ Normalmente os coronéis eram grandes proprietários de terras ou pessoas com ensino superior (médicos, advogados, etc.) dotadas de grandes poderes políticos.

afastados continuavam a ordenar “de longe” no cenário político, ou seja, o afastamento de ambos não configurava em uma efetiva perda de influência e poder político¹⁰⁴. Além desta realidade aos poucos foi se compreendendo que o lento crescimento da cidade de Presidente Prudente¹⁰⁵ devia-se ao conflito de interesses entre os coronéis e, portanto, à sua estrutura política que era baseada no coronelismo como destaca Abreu “*A cidade só cresce à noite enquanto os coronéis dormem*” (1982, p. 51).

Assim, formaram-se partidos políticos que visavam contestar a beligerância e dominância criada pelo coronelismo na região. O Partido Democrático em Presidente Prudente foi fundado em sua maioria por profissionais liberais, comerciantes, proprietários rurais e membros da imprensa com a finalidade de se contestar o coronelismo vigente (ABREU, 1982, p. 56-0). No entanto, o coronelismo também se enraizou nos partidos políticos pelo PRP – Partido Republicano Progressista de Adhemar Pereira de Barros e utilizou-se muito “nomes de fachada” para poder continuar os mantenedores da ordem política da região. Como já mencionamos anteriormente a estratégia utilizada foi o populismo, ou seja, de fato o “afastamento” dos coronéis pela via formal não se configurou em mudanças reais da estrutura política, econômica e social (ABREU, 1982, p. 68).

Quanto à efetiva saída tanto de Goulart quanto de Marcondes da política Abreu (1982) apresenta:

Coronel Goulart, após a Revolução de 1930, abandonou a política, embora quando das relações recomendasse os candidatos perrepistas aos amigos, parentes, antigos correligionários, seus compradores de terra, pessoas que lhe deviam favores diversos, avalizando a liderança de Cerávol. Suas relações com o médico foram sempre as melhores possíveis, utilizando também seus serviços profissionais. Coronel Marcondes também abandonou a política por causa das dificuldades econômicas, desmantelamento das estruturas perrepistas em que se amparava (por exemplo, Júlio Prestes, seu compadre, ex-Presidente do Estado, Presidente da República eleito estava no exílio) e denúncias do governo municipal revolucionário sobre desmandos administrativos nos anos em que a Câmara Municipal prudentina esteve sob controle. Assim, as antigas dissensões entre goularistas e marcondistas cessaram pela ausência dos chefes e ambas as facções aproximaram-se do sucessor que demonstrou possibilidades de dirigir as hostes perrepistas ameaçadas pelos revolucionários. (ABREU, 1982, p. 127)

¹⁰⁴ Ver Abreu, 1982, p. 49

¹⁰⁵ Presidente Prudente era o município onde se concentravam as posses dos coronéis e atividades político-econômicas da região.

Nas décadas posteriores, Presidente Prudente passou por inúmeras mudanças político-administrativas, criação e divisão de partidos e sujeitos importantes foram surgindo e também perdendo espaço no transcorrer dos anos, dentre eles: Tito Livio Brasil, foi presidente do Partido Democrático em Presidente Prudente; Cerávolo, que foi prefeito de Presidente Prudente pelo PRP; Dr. João Carlos Fairbanks, foi deputado da Assembleia Constituinte; Dr. João Gonçalves Foz, que foi Prefeito de Pres. Prudente; Dr. Pedro Furquim, foi um político influente na cidade; Felício Tarabay, político que contribui na campanha adhemarista; Antonio Sandoval Neto, foi prefeito do município sucedendo Cerávolo; Dr. José Foz, foi vereador e presidente da Câmara Municipal entre 1949 até 1951); etc. No entanto, mesmo com a diversificação que aos poucos foi surgindo no cenário político, o município ainda continuou mantendo traços e resquícios de uma política coronelista, paternalista e viciada, ou seja, mesmo que com muitas mudanças e com uma política que já não podia contar somente com esses traços, a política municipal aos poucos ganhava novos contornos e estes contribuíam significativamente para o aumento da importância política e firmando-o como centro regional comercial, industrial, de serviços e atraindo a população. No entanto, é importante explicitar que 1930 foi um marco para as mudanças políticas na cidade e na região, pois Marcondes e Goulart deixaram a militância política¹⁰⁶ e, então, passam a surgir muitos outros políticos.

Agropecuária na região

O estabelecimento da agricultura e da pecuária no Pontal do Paranapanema se inicia com o processo de ocupação. Depois da chegada dos primeiros povoadores e da derrubada da mata para o estabelecimento das propriedades iniciaram-se as primeiras culturas na região. De fato, *a priori*, não tiveram tamanha pujança visto que a principal finalidade era a produção para autoconsumo e comercialização. No entanto, sua principal contribuição foi servir de substrato para a ocupação e povoamento da região e fortalecimento das demais culturas, além de dar um impulso à iniciação na circulação de capitais.

¹⁰⁶ (ABREU, 1982, p. 131)

Ao remontar o histórico agrícola da região é nítido que o café foi a principal cultura. Logo no início do século XX se constituiu como a base da economia regional juntamente com a produção pecuária de gado de corte. De acordo com Leite (1972, p. 22-30) a topografia simples e monótona, a qualidade do solo, o clima sem excessos pluviais e térmicos favoreceriam o estabelecimento da agricultura. Assim, com tantas vantagens naturais, no transcorrer do ano a agricultura e a pecuária aos poucos, proporcionada por um forte processo de desmatamento, foi substituindo as matas. No quadro 3 podemos ver como em questão de décadas o estabelecimento da pecuária e o refluxo da área de mata natural tivera significativa mudança.

Quadro 3 – Ocupação das áreas produtivas da região

Ano do Censo	Agricultura % da área	Pecuária % da área	Mata Natural % da área	Outras ult. % da área
1940	16,86	12,81	61,75	8,58
1950	25,95	30,81	33,11	10,03
1960	25,70	58,63	11,41	4,26
1970	23,20	68,30	8,50	-

Retirado de Souza & Toma, p. 106, 1975. Fonte dos dados: IBGE e INCRA

De acordo com o quadro torna-se evidente a predominância da pecuária na região. Além disso, também é relevante que a maior parte do percentual da área da agricultura era predominantemente destinada ao monocultivo e não para uma lavoura variada. Durante todas essas décadas a região passou por muitas mudanças e ciclos produtivos, sendo os principais: o café; o algodão; o amendoim; e a pecuária de gado bovino participando de todos eles. Estes ciclos emergiam e em alguns momentos coexistiram em todo o processo de estabelecimento e desenvolvimento da agricultura na região. No entanto, como destaca Sanchez (1973) não tivera maior importância que a pecuária e, portanto, lhe servia de subsidiária:

Finalmente, observamos que a agricultura regional, no período analisado, subsidiariamente é cultivada em relação a pecuária, apresentando em termos de área ocupada todos eles um decréscimo e uma estabilização final relativa, apesar do algodão e café apresentarem um rendimento tendencialmente ascendente. (SANCHEZ, 1973, p. 67-8)

De acordo com Souza & Toma (1975, p. 103) na década de 1970 pelo menos metade desta lavoura era realizada nas propriedades com mais de 100 hectares. Ainda segundo os autores até esta mesma década a pouca diversificação da lavoura é uma característica da maioria dos agricultores, sendo que as principais culturas eram o amendoim, milho, algodão e mamona, e também, secundariamente, a produção de

hortifrutigranjeiros, sobretudo por japoneses e descendentes (SOUZA & TOMA, p. 105-6, 1975). Este cenário evidencia como se prostrava a predominância da pecuária na região, a participação e imponente da grande propriedade visto que abrangia a produção de pecuária intensiva e metade da área destinada à lavoura, e a pequena participação das pequenas propriedades, mas sua significativa participação na lavoura com metade da área destinada à agricultura.

Souza & Toma (1975) destacam também que haviam muitas limitações tecnológicas e pouco domínio técnico na produção agrícola e que portanto o latifúndio se responsabilizava pela parte mais significativa da renda da região¹⁰⁷. Neste mesmo sentido, Sanchez (1973, p. 6) confirma também o baixo nível tecnológico; a decadência da rentabilidade agrícola; a expansão da pecuária; etc.

Pecuária

A pecuária de gado de corte foi o tipo de criação mais expressiva na região. Sua origem está relacionada aos primeiros povoadores. Os mineiros além de produzirem pequenas lavouras de arroz, feijão, milho, mandioca, batata, etc. para consumo próprio, também foram os pioneiros na criação e transformaram esta na sua principal atividade econômica (TEIXEIRA, 1979, p. 35). Assim, dentre as diversas fases econômicas que compuseram a história de ocupação do Pontal do Paranapanema e da Alta Sorocabana, a pecuária de gado de corte compreendeu a primeira, visto que a região estava diretamente ligada à engorda do gado bovino (LEITE, 1972, p. 103).

De acordo com Leite (1972, p. 60) a fase do pastoreio mais intenso durou até fins da primeira guerra mundial, sobretudo nas bordas da mata e do cerrado. No Pontal, como havíamos mencionado anteriormente, desde o princípio destacou-se a área da Fazenda Indiana¹⁰⁸, onde foi estabelecida a primeira grande boiada ou internada regional do sudoeste paulista¹⁰⁹. No entanto, apesar do surgimento e fortalecimento de culturas como o café, algodão, etc., a criação de gado e a expansão das ditas

¹⁰⁷ Tamanho era a falta de domínio técnico que segundo Leite (1972, p. 108) “As queimadas e a enxada ainda são rotineiras e predominam entre as técnicas agrícolas”.

¹⁰⁸ Como entreposto para a boiada oriunda de Vacaria no Mato Grosso, ali se estabeleceu um povoado e mais tarde o município de Indiana.

¹⁰⁹ Apesar de o café estar dominando em todo o Estado de São Paulo durante este período, na região se prostrava impraticável devido às deficiências das vias de circulação.

“invernadas” tiveram importância durante todo o processo de ocupação da região¹¹⁰. Sua expansão no transcorrer das décadas esteve atrelada às variações macroeconômicas e também às variações, ascensão e refluxo das demais culturas, sobretudo do café e do algodão. Leite (1972, p. 104) faz alguns apontamentos de fatores e elementos que influenciaram na expansão das invernadas:

Ao que tudo indica, as principais causas da expansão das invernadas foram:

- a) crise do café na década de 30, em cujas propriedades, quase de imediato, plantaram-se gramíneas forrageiras ou algodão;
- b) crise do algodão na década de 40;
- c) perda da fertilidade dos solos
- d) preços suficientes dos produtos agrícolas; ampliação dos mercados, principalmente pelo grande crescimento populacional dos dois maiores centros consumidores de carnes, Rio de Janeiro e São Paulo, tão distantes das zonas criadoras de Goiás, Mato Grosso e Triângulo Mineiro. (LEITE, 1972, p. 104)

Inicialmente, como já mencionado, a produção tinha como principal via de transporte para escoamento a estrada boiadeira. No entanto, mais adiante, com a chegada da Estrada de Ferro da Alta Sorocabana a ferrovia além de transportar a madeira, café e algodão, passou a realizar o transporte das primeiras boiadas de engorda da região. As boiadas transportadas tinham como destino os municípios de São Paulo, Sorocaba e Cotia, todos no estado de São Paulo (LEITE, 1972, p. 103). Depois da decadência do café e com uma estrutura de comercialização e circulação das mercadorias melhor estabelecidas, a produção de gado pôde “*expandir-se à vontade, em todas as direções.*” (LEITE, 1972, p. 103).

Como parte deste processo expansivo da pecuária algumas das propriedades antes dedicadas à produção de café, com o declínio da cultura, passou a se dedicar à pecuária, ou seja, as áreas deixadas pela cafeicultura que não foram utilizadas pela cotonicultura e juntamente a novas áreas, criadas pelo processo de desmatamento, foram incorporadas no processo produtivo da pecuária¹¹¹. Segundo Abreu (1982, p. 91), este processo de crescimento se deu devido ao crescimento da demanda de consumo regional e da capital do estado de São Paulo. Alguns dos reflexos do aumento da expansão da pecuária e da demanda criada na região foi o estabelecimento de frigoríficos na região

¹¹⁰ Além da expansão da criação de gado também houveram outras criações. Contudo, não tão relevantes para a região como a pecuária do gado de corte, como por exemplo a criação de suínos que além da carne também se utilizava a gordura para a alimentação (LEITE, 1972, p. 60)

¹¹¹ De acordo com Sanchez (1973, p. 159-0) o arrendamento também esteve presente na produção pecuária.

como, por exemplo, o Bourdon no município de Presidente Prudente e a busca de frigoríficos da região sul do país (TEIXEIRA, 1979, p. 189).

Na região a pecuária nunca cessou e até hoje continua forte e bem estabelecida. O café, o algodão, o amendoim e a soja foram culturas que tiveram a sua ápice na região, mas perderam importância, diferentemente a pecuária conseguiu se manter firme durante todos esses ciclos produtivos mencionados. Segundo Senna & Britto (1975, p. 110), a agricultura sempre ficou em segundo plano na produção rural, ou seja, o foco e a principal atividade econômica da região sempre foi a pecuária extensiva. Sanchez (1973, p.37), evidencia que em toda a sua trajetória a pecuária mesmo com aumentos e refluxos esteve presente e que foi a principal base para a sustentação econômica da região.

Café

Na região da Alta Sorocabana e no Pontal do Paranapanema o café foi a cultura pioneira e, portanto, um das mais importantes. Juntamente com a produção pecuária se estabeleceu constituiu a base econômica da região. De acordo com Monbeig (1984, p. 95) a vinda do café para a região acompanhou a progressão e espacialização da cultura que se iniciara na região montanhosa do estado do Rio de Janeiro e foi tomando expressividade no Vale do Paraíba e algumas cidades do estado de São Paulo.

Aos poucos, como parte de uma demanda nacional de produção de café, os denominados “planaltos ocidentais” ou “oeste paulista” foi sendo incorporado no processo produtivo. Tão expressivo foi o avanço da cultura rumo ao oeste do estado de São Paulo que segundo Monbeig “*À medida que as plantações se afastavam do litoral e que aumentava o volume da produção, o problema da distância apresentava-se cada vez mais seriamente.*” (1984, p. 98). No entanto, o estabelecimento e consolidação da cafeicultura também dotou o espaço de muita infraestrutura, sobretudo, viária.

O período produtivo de maior intensidade e euforia do café foi de 1920 até 1930¹¹², onde se caracterizou como “*elemento de penetração e ocupação efetiva do oeste paulista*” (SANCHEZ, 1973, p. 35). De acordo com Teixeira (1979, p. 61) para a região a cultura tivera significativa importância, pois “*O café valorizou e povoou as*

¹¹² Segundo (SENNA & BRITTO, 1975, p. 109) até 1930 o café alcançou altos índices na região.

terras “descobertas” pelos povoadores mineiros”. Muitos dos fazendeiros que eram proprietários de terras nas regiões antigas de produção aproveitaram o preço baixo e a falta de documentos e povoamento nas terras e a ascensão do café para adquirir¹¹³ e investir tanto na produção quanto na especulação das terras¹¹⁴. Outra parte da dinâmica de estabelecimento da cafeicultura na região estava relacionada também a propriedades menores, pois havia um sistema de comercialização de terras que realizava o parcelamento de grandes propriedades e as vendiam. O sucesso das vendas relacionava-se ao eufórico desejo de se tornar tão bem sucedido quanto os grandes produtores.

A vinda e estabelecimento da cafeicultura para a região implicou na criação de uma nova dinâmica direcionada para a produção agrícola. Como destaca Monbeig (1984), o estabelecimento da frente pioneira que rumava ao oeste incorporando a parcela de terras do Pontal do Paranapanema demandava mão de obra e vias de circulação. Fato que o período de ascensão do café foi marcado também pelo estabelecimento da estrada de ferro na região e a criação de demais infraestrutura viária. Destaca Sanchez (1973, p. 22-3) que o café se prostrou na região *“como elemento organizador do espaço”* na medida em que criava demandas e devido a elas o espaço era dotado de tal infraestrutura para dar substrato ao avanço da cultura.

Dentre os municípios produtores de café que compunham a área pioneira da Alta Sorocabana, Presidente Prudente se destacava e se distanciava largamente das demais posições no ranking de produção de café nas décadas de 30 e 40 com maior produtor¹¹⁵. Portanto, devido ao destaque e ao dinamismo ainda ligado ao café durante as duas décadas, foi o município que mais sofreu e teve sequelas devido à crise de 1929 (ABREU, 1982, p. 77-8). Neste período de crise o governo tomou como estratégia incentivar os produtores à produção de cafés finos e de qualidade muito superior para que conseguissem melhores preços no mercado internacional. No entanto, conforme apresenta Abreu (1982), a cafeicultura de Presidente Prudente não tinha mais condições de se recompor e o algodão resplandecia como uma alternativa para a crise:

Mas a cafeicultura prudentina estava ferida de morte e o golpe de misericórdia foi dado pelo algodão. Esta foi a cultura substitutiva do café. As pequenas propriedades encontravam inúmeras vantagens no algodão por exigir menor capital, menos mão de obra e produzir mais rapidamente que o café, por se tratar de cultura anual. O café, no

¹¹³ Ainda segundo Teixeira (1979, p. 61) utilizavam-se tanto de meios legais quanto de ilegais (grilos) para adquirir as terras.

¹¹⁴ Antonio (1984, p. 63-4) apresenta que a expansão cafeeira trouxe procura de terras para a região e as colocaram na mira dos fazendeiros.

¹¹⁵ Abreu, 1982, p. 79.

entanto, continuou a fazer parte da economia prudentina, mas foi perdendo expressão. (ABREU, 1982, p. 82)

Certamente a cafeicultura foi a cultura de maior significância para região e seu estabelecimento tivera influência no processo de ocupação da região até a década de 40. Seu descenso tivera como marco a crise de 1929 que acarretou em uma crise na cafeicultura em âmbito nacional. Segundo Ianni:

De fato, o valor das exportações brasileiras caíra de modo drástico. Em 1928, elas haviam alcançado mais de 97 milhões de libras esterlinas, ao passo que em 1935 atingiam o seu ponto mais baixo, com pouco mais de 33 milhões de libras esterlinas. Em suma, nesses anos o valor das exportações brasileiras caíra cerca de sessenta por cento.

É claro que a queda havida no preço do café fora da mesma ordem. Uma saca de café passou de 5 libras ouro, em 1928, para 1,91, no ano de 1931. Aliás, o preço da saca continuou a depreciar-se nos anos seguintes, chegando em 1940 a 0,85 da libra ouro. (IANNI, 2004, p.197)

E as consequências:

Como consequência, acumulavam-se os estoques do café. O governo e os cafeicultores se viram diante de quantidades crescentes de café acumulado e invendável. Mais uma vez, o sistema de mercado criava, dentro de si mesmo, uma diabólica montanha de mercadorias. A recessão econômica mundial atingia a cafeicultura numa fase de aumento da produção. Em consequência, adotava-se a decisão de queimar os excedentes. Assim, nos anos de 1931-33 queimaram-se mais de 25 milhões de sacas de café. Entretanto, o governo brasileiro pagava ao cafeicultor uma parte do valor do café destinado à queima. Tratava-se de uma parcela que variava com a qualidade do café, oscilando entre 15, 30 e 40 por cento do preço.

Esse foi um dos principais aspectos da orientação adotada pelo governo, para proteger o setor cafeeiro do colapso. Outro aspecto importante da política de defesa dos interesses econômicos e financeiros do setor foi a elevação da taxa cambial. Ao encarecer a moeda estrangeira, basicamente o dólar e a libra esterlina, o governo evitava que a renda dos cafeicultores, em moeda nacional, fosse reduzida na mesma proporção da queda havida nos preços das transações internacionais. É inegável que a manipulação da taxa cambial foi um recurso importante, para evitar que fosse abrupto e integral o impacto da crise econômica mundial sobre a cafeicultura.

Em consequência, as plantações não foram abandonadas, a não ser em escala reduzida. A verdade é que a produção cafeeira se manteve alta e mesmo crescente nos anos da depressão. Isto significa que o sistema econômico-social continuou a funcionar, evitando-se também a convulsão social em grandes proporções. (IANNI, 2004, p.197-8)

Contudo, apesar de ter sérias implicações na redução do número de pés de café, na produção, provocando o câmbio de culturas, etc., na região a cultura não se extinguiu, mas também nunca recuperou tamanha importância que tivera no período¹¹⁶:

Sofreu aí o café seu primeiro grande golpe , do qual nunca mais reabilitar-se-ia. E, a este golpe sofrido, juntar-se-iam outros: o empobrecimento dos recursos férteis dos solos; o povoamento rápido das terras roxas do Norte Novo do Paraná e o consequente início da forte produção cafeeira; o incentivo da administração estadual pela cultura algodoeira; o advento de lavouras para anteceder às necessidades da Guerra 1939/45 (menta, mamona, amendoim, etc.) e, finalmente, a preferência dos fazendeiros pela engorda do gado bovino para o corte. (LEITE, 1972, p. 71)

Segundo Monbeig (1984, p. 255) a crise de 1929 atingiu os fazendeiros produtores de café no momento em que planejavam ampliar a produção e também atingiu o plano dos colonizadores da região. O autor apresenta dados de que a região tivera umas das maiores reduções no número de pés de café, sendo que restara apenas 41% dos cafezais anteriores (MONBEIG, 1984, p. 259). Segundo Sanchez (1973, p. 67-8), parte do decréscimo do café está relacionado ao fato de que os antigos produtores optarem por mudar sua produção para a produção pecuária, para a cotonicultura na região e pelo forte crescimento da extração de madeira pela qual a região passava.

Nas décadas posteriores tiveram muitas mudanças no setor agrícola da região. Aos poucos foram se estabelecendo outras culturas como o algodão, amendoim, etc. e alguns núcleos urbanos se consolidando como centros econômicos e de serviços influentes. A cafeicultura continuou existindo e sua produção decaindo ano após ano, conforme os quadros 4 e 5.

Quadro 4 - Transporte de Café pela E.F.S. (Estação de Presidente Prudente)

Ano	Kg
1955	4.274.054
1956	378.347*
1957	3.093.085
1958	4.924.036
1959	5.988.795
1960	1.153.232
1961	1.876.797
1962	890.536
1963	842.791
1964	546.920

Fonte: Leite, 1972, p. 74 *(Ano de forte geada)

¹¹⁶ Conforme Leite (1972, p. 61), a crise na região também tivera motivos pedológicos.

Quadro 5 - Produção de Café 1947-1968

Safras	Produção
1947/1948	10.020.000 kg
1957/1958	4.110.000 kg
1967/1968	1.434.000 kg

Retirado de Leite 1972, p. 72

Fonte: Delegacia Agrícola de P. Prudente

Conforme apresenta Sanchez (1973, p. 53), entre 1951 e 1970, a região de Presidente Prudente teve uma forte redução na quantidade de pés plantados, sendo que ao todo foi reduzido cerca de 15.786.000 pés de café (86,2%). No entanto, na região de Presidente Venceslau tivera um aumento de cerca de 1.548.000 pés de café (32,9%). Enfim, mesmo com aumentos e refluxos pontuais em geral a região do Pontal do Paranapanema não conseguiu se recuperar da crise de 1929 e o café jamais retomou a pujança e importância econômica que tivera na década de 20. Aos poucos foi sendo substituída por outras culturas, sobretudo o algodão, o amendoim e a também a pecuária.

Algodão

A cotonicultura sucedeu cafeicultura na região. O algodão não surgiu necessariamente ao findar-se a cafeicultura, pois já era cultivado por muito proprietários, mas se fortaleceu na década de 30 com a recessão da mesma visto que depois da crise de 1929 muitos dos cafeicultores optaram em substituir o café pela cotonicultura e pela criação de gado bovino. Esta substituição se fortalecia, sobretudo, pelo fato de ser uma cultura de bons lucros e que atendia aos intentos da agenda produtiva do país no período (SANCHEZ, 1973, p. 36), além de não afetar o desenvolvimento da pecuária. Assim, a cotonicultura emerge na década de 30 como uma cultura de importância regional (SANCHEZ, 1973, p. 69). De acordo com Abreu:

Assim como no caso do café, a cultura algodoeira paulista teve condições favoráveis de desenvolvimento tanto na conjuntura nacional como da internacional. Outro fator, decorrente destes, foi a instalação de firmas estrangeiras no País, como a Anderson Clayton e Co. S/A, com a finalidade de comercializarem a produção nacional e que financiavam os plantadores e lhes prestavam assistência técnica. Ao

desânimo que tomou conta do cafeicultor, acrescentaram-se os entraves colocados pelo Governo Federal ao plantio do café. A economia paulista procurou no algodão um substituto para a rubiácea, na medida em que o produto nacional, coincidentemente, passou a ter boas oportunidades no mercado internacional. (ABREU, 1982, p. 84)

Assim, com incentivos governamentais, disponibilidade de terras e mão de obra, via de transporte estabelecida, serviços bancários, etc. a cotonicultura teve ambiente favorável para o seu estabelecimento na região¹¹⁷. Segundo Sanchez (1973, p. 35) o algodão começou a ser plantado em Presidente Prudente desde 1922-23, mas só ganhou representatividade na década de 30. Deste modo, na década de 30 temos um período de duas culturas importantes, sendo a cafeicultura em situação de refluxo e a cotonicultura em ascensão.

No entanto, nesta mesma década, aos poucos, a cotonicultura juntamente à cultura do amendoim¹¹⁸, pecuária e demais culturas de menor expressividade passam a substituir o espaço anteriormente ocupado pelo café. O período de ascensão da cotonicultura iniciado no começo da década de 30 e segue até por volta de 1940. Sua expansão fundamentava-se nas necessidades de se atender as demandas do mercado interno, visto a expansão do setor têxtil, e as exportações para a Alemanha e Japão (SANCHEZ, 1973, p. 35).

Quanto à valorização da produção algodoeira brasileira (TEIXEIRA, 1979, p.123), durante o período de ascensão tivera alguns aspectos do quadro conjuntural que favoreceu e criou boas oportunidades ao mercado que incentivou um dito “surto algodoeiro”¹¹⁹ na região:

Assim, segundo Dirceu Lino de Mattos, os Estados Unidos adotam uma política de valorização dos preços de seu algodão e a Inglaterra, em 1933, toma medidas protecionistas em relação a produção algodoeira de suas colônias, resultando um aumento da procura do algodão brasileiro, oferecido a preço inferior, por parte da Alemanha e Japão. (TEIXEIRA, 1979, p.123)

Assim, muitos dos cafeicultores e agricultores se arriscaram a plantar o algodão. De acordo com Leite (1972, p. 77), depois de estabelecida a lavoura do algodão na região, a cultura era encontrada a cultura em todos os municípios da região. O desenvolvimento da cultura trouxe muitos benefícios para a região:

Além de trazer extraordinária influência nas novas divisões de terras na Alta Sorocabana, o algodão motivou a instalação de poderosas

Ver em ¹¹⁷ Leite, 1972, p. 76

¹¹⁸ Sanchez, 1973, p. 37

¹¹⁹ Também sobre o surto algodoeiro em Monbeig (1984, p. 97)

indústrias de descaroçamento ou de moagem do grão em várias cidades. Geralmente, essas primeiras usinas eram estrangeiras, mormente norte-americanas. Já em 1937, instala-se a Anderson Clayton em Presidente Prudente, para onde se canalizava grande parte da produção regional. Tais instalações industriais se acentuaram sobretudo no período 1939/1945, coincidindo, portanto, com a II Guerra Mundial. Nesta fase, montam-se as usinas de: Martinópolis (1939); Santo Anastácio, Presidente Venceslau, Pirapózinho e Rancharia (1940); Paraguaçu Paulista (1941); Álvares Machado (1942); Regente Feijó (1944). Todas elas estrangeiras: a Anderson Clayton, a Cook & Cia. Algodoeira Wooley Dixon; Esteve & Irmãos; a Mc Fadden e Cia., Sanbra S/A, a Lotus S/A, etc.. (LEITE, 1972, p. 77)

De fato, a cultura algodoeira teve desdobramentos benéficos para o estabelecimento e desenvolvimento das atividades comerciais e industriais¹²⁰. Tal fato deve-se à forte ascensão da cultura na região. Tão grande a pujança e importância da cotonicultura durante a Segunda Guerra Mundial que a cultura foi denominada “ouro branco” (TEIXEIRA, 1979, p. 90). Destaca Sanchez (1973, p. 77) que juntamente ao surto algodoeiro o arrendamento também emergiu na região, sobretudo no final da década de 40, ou seja, o período de ascensão da cotonicultura. Podemos observar na tabela 3 a importância dos arrendatários que produziam na região do Pontal do Paranapanema:

Tabela 3 – Produtores (1970)

Sub-região	Proprietários	Arrendatários	Parceiros	Assalariados
Pres. Prudente	8.684	6.600	8.080	6.800
Pres. Venceslau	6.104	16.700	3.250	2.000
TOTAL	14.788	23.300	11.330	8.800

Retirado de: Sanchez & Mello, 1970, p. 38

Fonte: Relatórios das Casas da Agricultura

O arrendamento foi prática tão importante no período que cerca de 40% da produção tanto de algodão quanto de amendoim era produzida em terras arrendadas (SANCHEZ, 1973, p. 154). Um dos maiores problemas que a cultura sofreu durante o seu período na região foi a oscilação do rendimento, pois a cultura é sensivelmente influenciada pelos fatores climáticos e tivera diversos problemas com pragas¹²¹. Em todo o seu período de desenvolvimento e estabelecimento na região, a cotonicultura tivera forte influência na região e até mesmo alterou significativamente a paisagem

¹²⁰ Ver Abreu, 1982, p. 90

¹²¹ Ver Sanchez, 1973, p. 53

rural, além de promover o aquecimento do setor industrial na região. Também contribuiu para a fragmentação de grandes propriedades e ascensão de alguns pequenos produtores, além da elevação para a categoria de proprietário (TEIXEIRA, 1979, p. 90). Por fim, sobre a decadência da cultura do algodão e do direcionamento dado à produção de amendoim na região, Leite (1972, p. 78) apresenta alguns fatores significativamente relevantes:

Após atingir um auge de produção no fim da segunda guerra, por várias causas esta começa a decair, para depois elevar-se novamente, consolidando-se.

Além dos motivos já citados, outros podem ser enumerados como causadores da queda da produção como: a concorrência das fibras artificiais; aumento do preço do arrendamento das terras; grande desenvolvimento urbano e o conseqüente esvaziamento das áreas rurais, etc.

A repercussão motivada pela queda da produção algodoeira regional foi funesta para a indústria a ela ligada. A fim de evitar o desaparecimento dessas usinas da região, incentivou-se a cultura do amendoim. (LEITE, 1972, p. 78)

Amendoim

O amendoim foi uma cultura que se estabeleceu concomitantemente à cultura algodoeira¹²². No entanto, não tivera tamanha expressão durante o ápice algodoeira, assim tendo maior destaque somente no final da década de 40 com o refluxo da cotonicultura e o crescimento da demanda por oleaginosas¹²³. Segundo Teixeira (1979, p. 133), a cultura do amendoim desenvolveu-se aproveitando incentivos e a infraestrutura criada pelo algodão e pela cafeicultura, e se destacou também por ser menos exigente quanto à fertilidade do solo além de possibilitar uma colheita no período de seca e outra no das águas. Ainda segundo Teixeira (1979, p. 133-4) na década de 40 a cultura praticamente não existia na região. Nas décadas posteriores a produção foi aumentando e ganhando mais representatividade na economia regional, sendo que somente na década de 70, visto a queda da cotonicultura e com a mudança da maioria dos agricultores que produziam algodão para a produção de amendoim¹²⁴, que a produção da oleaginosa alcança um patamar mais elevado na região¹²⁵.

¹²² (SANCHEZ, 1973, p. 37)

¹²³ Ver Teixeira, 1979, p. 133

¹²⁴ Ver Sanchez (1973, p. 52)

¹²⁵ Segundo Leite (1972, p. 154-5), a produção de amendoim na região fez-se multiplicar a quantidade de usinas de moagem de sementes.

Segundo Sanchez (1973, p. 48), a cultura do amendoim na região contava com pouquíssimos recursos e com técnicas rudimentares. No entanto, o plantio da cultura foi muito fácil e conveniente para o agricultor, pois a cultura da oleaginosa teve fácil adaptação ao solo já desgastado, se adequou ao clima da região e não se demonstrou tão vulnerável quanto o algodão. Sanchez (1973) destaca as vantagens da oleaginosa e a mudança de opção dos produtores de algodão e café para a cultura do amendoim:

A cultura do amendoim, de custeio reduzido e pouco exigente em termos de solo tende a crescer até 1966/1967, quando cresce com relação a 1951, 823,05% em área, apresentando um rendimento catastrófico, por volta de 29,9 sacas/ha safra das águas e 21,2 sacas/ha na safra das secas. Esse crescimento de área se deve a falência de muitos lavradores cafeicultores e cotonicultores que se voltam para essa planta, relativamente fácil e pouco onerosa. Todavia o rendimento se faz decrescente devido ao pouco emprego de recursos técnicos e excessivo desgaste do solo e também ao pouco emprego da planta nas reformas de pastagens, ocorrendo uma certa estabilização da área. (SANCHEZ, 1973, p. 67-8)

Demais Culturas

Além do café, algodão e amendoim que foram as principais culturas da região, outras culturas também as acompanharam e aos poucos foram ganhando mais expressão, como: arroz, feijão, milho e batata inglesa. Segundo Leite (1972, p. 95) a produção de alimentos, sobretudo, o arroz, o feijão e o milho na região destacaram-se por produzir para o consumo da própria região e veio crescendo desde a década de 60. Teixeira (1979, p. 91) apresenta que nas décadas de 60 e 70, com o declínio das lavouras permanentes e o avanço das lavouras temporárias ocorre o avanço de outras culturas como a soja, trigo e cana-de-açúcar e a intensificação dos investimentos em maquinários.

Parte significativa destas culturas foi levada a cabo por uma grande parcela de imigrantes estabelecidos na região e algumas destas passaram de atividades de menor escala para atividade de comercialização, no entanto embotada de muita timidez e em pequena escala. A soja na região foi um exemplo de uma cultura que, apesar de pequena porção espacial ocupada, se expandiu rapidamente. Teixeira (1979, p. 153) apresenta que na década de 60 não havia sinais da presença da soja na região e na década seguinte a região emerge ocupando o terceiro lugar dentre as regiões com maior área produtora do estado de São Paulo (9.519 toneladas).

A produção de trigo, levada a cabo pelos colonos da região, era voltada para consumo próprio. Teixeira (1979, p. 149), destaca alguns fatores influenciaram no fato do cultivo do trigo não ter se expandido, como a dificuldades de comercialização e a falta de instrução técnica e apoio de agrônomos e especialistas em solos. Entretanto, essa foi a dificuldade que mais implicou e atacou muitas outras culturas. Tais dificuldades acometeram os planos de muitos produtores que optaram por investir nestas outras culturas. Teixeira (1979) apresenta exemplos de insucessos nestas experiências:

Daí a necessidade de transcrevermos exemplos de proprietários cujos propriedades na faixa de 50 a 200 há. Que até a cultura da soja e do trigo se dedicavam a pecuária e que influenciados pelo efeito de demonstração direcionaram suas propriedades para tais culturas.

“Assim, com 57 anos de idade e 42 de lavoura, fulano de tal, há apenas três anos era proprietário de 67 alqueires de terra, herança deixada pelos pais conservada por muitos anos, assegurando o sustento da família; em 1974 resolveu ser produtor de soja e trigo, endividou-se e como houve frustrações de safra foi obrigado a vender tudo para pagar o banco. Conta: “O que sobrou foi mixaria, suficiente apenas para comprar uma casa de madeira num bairro agrícola”. Hoje, fulano de tal, trabalha em lavouras alheias, como “boia-fria”...

“Com 53 anos de idade, ciclano, trabalha a terra desde criança. Era proprietário de uma área herdada dos pais, que até o ano passado garantia o sustento da família. Diz ele: “todo mundo estava ganhando dinheiro, então também entrei na soja”. Em 1977, porém, o Governo retirou o subsídio oferecido anteriormente para aquisição de adubo e outras facilidades de crédito, além de ter estabelecido o confisco cambial que reduziu o preço alcançado pela oleaginosa no mercado. “Isto, disse, marcou o início da difícil situação em que me encontro, aliás igual à de meus colegas, “pequenos” proprietários que um dia se aventuraram na cultura da soja”. (TEIXEIRA, 1979, p. 156)

Além das tentativas mal sucedidas com a soja e o trigo também houveram outras tentativas de novas culturas na região. Segundo Leite (1972, p. 61-6 e 93), a mamona, a laranja¹²⁶, a menta, o rami e a amoreira também foram culturas que vieram para a lavoura da região depois da Segunda Guerra Mundial. Algumas destas culturas tiveram destaque durante a Segunda Guerra Mundial substituindo a matéria-prima que os Estados Unidos da América comprava de algumas das nações que enfrentara na guerra, como, por exemplo, a menta¹²⁷ japonesa¹²⁸. Essas culturas também criaram infraestrutura para suprir suas respectivas demandas. Contudo, juntamente com o final

¹²⁶ A produção de laranja também tivera destaque, no entanto por causa do cancro cítrico os laranjais na região foram erradicados (LEITE, 1972, p. 61)

¹²⁷ Com a vinda da menta algumas indústrias de alambiques foram instaladas para a extração de óleo de mentol (LEITE, 1972, p. 154-5).

¹²⁸ Ver em Leite (1972, p. 67)

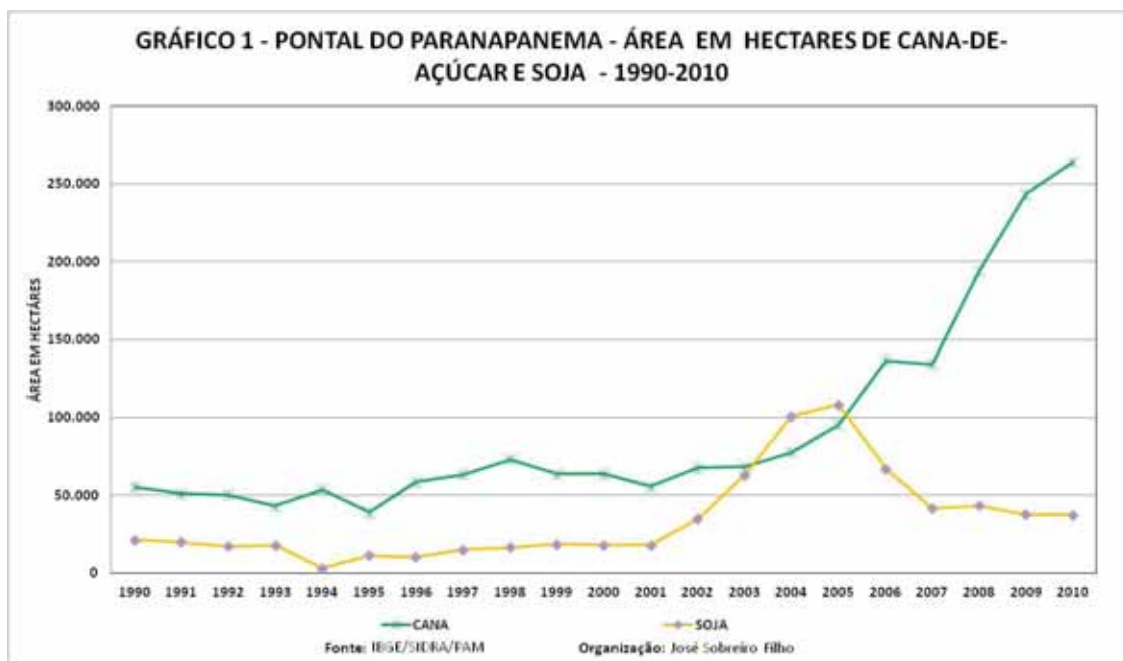
da Segunda Guerra Mundial termina a produção destas culturas e inicia-se então a fase de ascensão do amendoim, algodão, a extração da madeira e a pecuária. Ao longo dos anos a pecuária se tornou a principal atividade da região, somente tendo algumas mudanças a partir da década de 90, conforme apresentaremos a seguir.

2.4.4 Quinto período: a produção agropecuária atual no Pontal do Paranapanema (1990-2010)

Agropecuária atual

Ao longo dos anos o Pontal do Paranapanema passou a ter uma diversidade de culturas muito grande. Nas décadas de 90 e primeira década do século XXI as principais culturas foram a soja e cana-de-açúcar. Mesmo com a presença de algumas culturas mais marcantes, o desenvolvimento de culturas alimentícias tivera participação na porção espacial da região, como feijão, milho, mandioca, etc. Contudo, no transcorrer dos anos estas culturas aos poucos foram perdendo espaços enquanto o monocultivo cresceu na região.

O desenvolvimento da cultura da soja na região fez parte de um processo de expansão em nível nacional. Neste período, o governo destinou uma grande soma de capital para subsidiar a expansão da soja com a finalidade de dar conta da demanda de consumo da soja no mercado internacional. Deste modo, a soja, que já tinha uma presença um pouco mais tímida na região até a década de 90, conforme o gráfico 1, inicia um processo de expansão da área de produção a partir do ano de 2001. Sua expansão durou até o ano de 2005 visto que a cultura não se adaptou bem à região devido às dificuldades implicadas pelo fenômeno veranico. Com o decréscimo da cultura da soja na região a cultura canavieira passa a ganhar mais destaque e expandir suas porções territoriais, sobretudo, nas áreas anteriormente ocupadas pela soja (ver gráfico 1).



A origem da cultura canvieira no Pontal do Paranapanema remete à década de 70 devido à medida estabelecida pelo programa do governo federal através do Proálcool - Programa Nacional do Álcool. De acordo com Thomaz Junior (2002), o crescimento da cana no estado de São Paulo ocorreu em várias regiões do estado. Na região do Pontal do Paranapanema o programa visou desenvolver a monocultura da cana com a finalidade de integrar a região na corrente produtora cujo objetivo era de precaver o país da dependência do petróleo¹²⁹. Tal objetivo tinha sua base na ocorrência de crises petrolíferas que afetaram a economia mundial. No entanto, mesmo com a expansão da cultura em diversas regiões, o programa começou a ruir com a queda do preço do petróleo. Assim, logo no seu início a cana não tivera muito sucesso e sua área produtora persistiu com pouca significância em relação às demais culturas.

A cultura canvieira passou a ter mais importância na década de 90 e no século XXI quando a produção de energia começa a ganhar mais destaque e então emerge a imagem do agronegócio como um complexo agroindustrial extremamente articulado sofisticado que passa a modernizar a imagem do latifúndio atrasado e improdutivo. Sua expansão na região do Pontal do Paranapanema emergiu agregando aspectos de modernidade à produção e propagando seu estabelecimento à imagem sinonimizada ao “desenvolvimento”. Apesar de uma imagem modernizada e desenvolvimentista o agronegócio canvieiro não mudou as feições mais encarniçadas e

¹²⁹ Para tanto o país também passa a lançar frotas de carros movidas a Álcool.

desumanas do latifúndio. Pelo contrário, somente mudou a roupagem utilizada e intensificou ainda mais a questão agrária da região, ou seja, acirrou processos como desemprego, exclusão, concentração, desigualdade, expropriação, exploração, problemas trabalhistas, etc., Assim, tal conjuntura problemática continuou afetando a região, mas agora sobre a “moderníssima” e “vistosa” imagem “promotora do desenvolvimento” emergida pelo agronegócio na região.

É fundamental tomar como referência o desenvolvimento do agronegócio na região porque compõe parte das apostas governamentais que acreditavam que o desenvolvimento de uma monocultura, a concentração e a propriedade capitalista dariam conta de solucionar graves problemas sociais e o histórico de ocupação ilegal da região. O processo não se comportou diferentemente de seu histórico de desenvolvimento concentrado e contraditório, apenas, como uma estratégia tomada por uma pequena parcela de latifundiários que corroborou ainda mais os processos e a conflitualidade que compreende a questão agrária. Apesar de embotada de um discurso bem estruturado e amplamente apoiado pelo governo federal o agronegócio canavieiro não mudou as feições mais bárbaras causadas pelo desenvolvimento do capitalismo ao longo dos anos na região. Apenas engendrou mais problemas, complexificando a questão agrária e se prostrou como uma barreira para os movimentos socioterritoriais camponeses por se territorializar em áreas passíveis de reforma agrária, avançar no plantio de cana dentro dos assentamentos, assalariar assentados, etc. De fato, seria muito ou uma fábula esperar que a nova roupagem da concentração resolvesse solidariamente os problemas da sociedade e produzisse benesses a todos, pois é parte de sua natureza desenvolver-se com base na desigualdade e nas contradições.

Neste cenário, como já mencionado, a cultura canavieira, que já apresentava crescimento e relativas variações desde 2005 na região, passa a iniciar significativo processo de expansão da área de produção a partir de 2001. Seu estabelecimento na região seguiu a escala crescente (ver gráfico 1) e, devido à expansão das exportações de etanol, passou a soar como a “Salvação da Lavoura” (THOMAZ JUNIOR, 2007). Juntamente com a expansão da cultura canavieira na região estabeleceram-se várias destilarias e usinas de álcool na região. Atualmente há sete usinas na região: Destilaria Alcídia S/A no município de Teodoro Sampaio; Cocal Comércio e indústria Canaã Açúcar e Álcool no município de Narandiba; Atena – Tecnologia em energia Natural Ltda. no município de Martinópolis; Umoe Bioenergy S.A. no município de Sandovalina; Usina Alvorada do Oeste Ltda. no município de Santo Anastácio; Usina

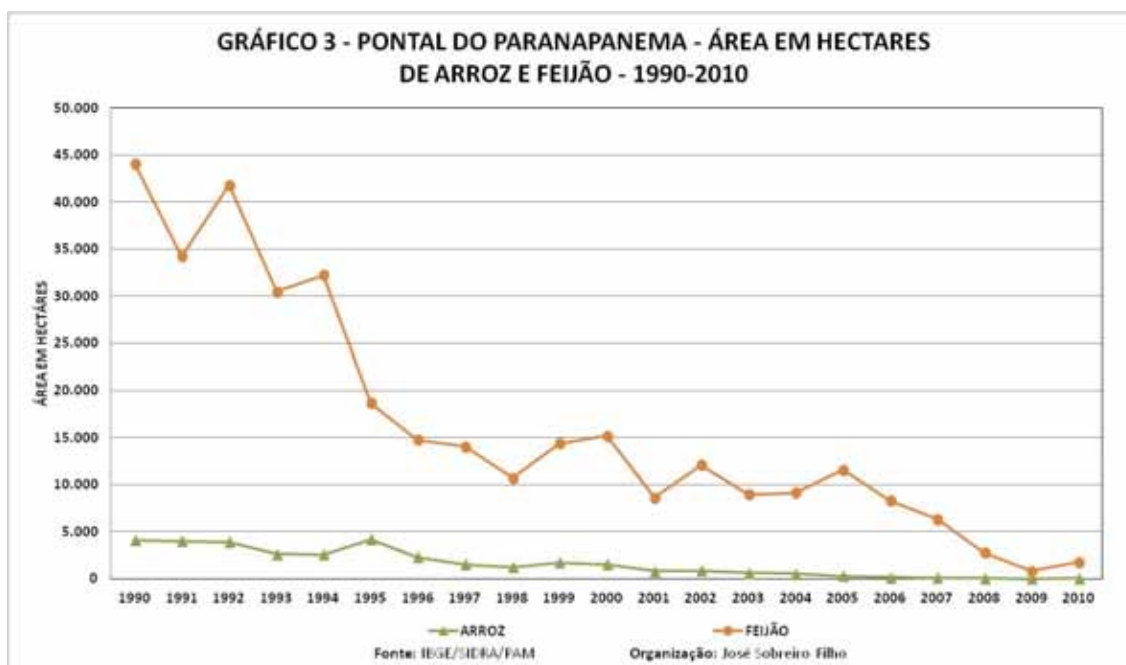
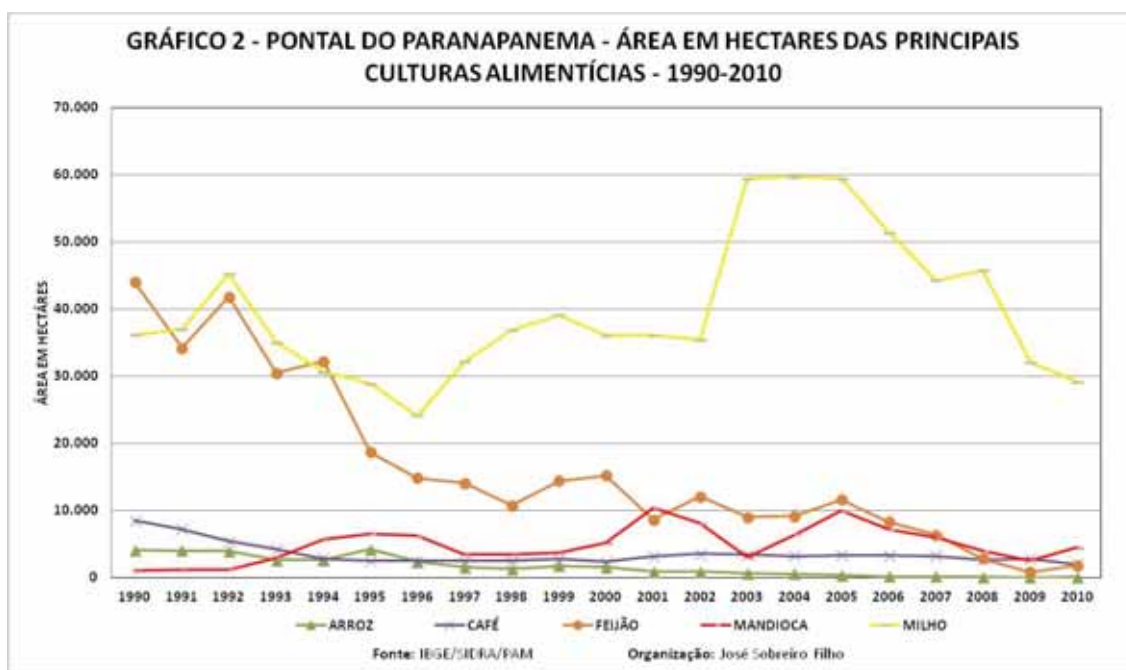
Alto Alegre S/A Açúcar e Álcool no município de Presidente Prudente; e a Usina Conquista do Pontal S/A no município de Mirante do Paranapanema.

O forte estabelecimento da monocultura canavieira na região ocorreu simultaneamente ao refluxo das culturas alimentícias (ver gráficos 1 e 2). A área de produção das culturas alimentícias sofreu forte refluxo desde a década de 90 até o ano de 2010. Somente o cultivo de milho se apresentou crescente no curto período entre 2002 até 2005, no entanto decaiu nos anos posteriores assim como as demais culturas alimentícias. Como vemos no gráfico 2 e 3 as duas principais áreas voltadas para a produção de alimentos que vão para a mesa do consumidor como arroz e feijão foram as que mais apresentaram refluxo ao longo das duas últimas décadas.

Conforme o quadro 06 a cultura do arroz, apesar de não ter área significativa com 4.101 hectares no ano de 1990, se comparada à área das demais culturas da região, também refluíu para 52 hectares em 2010, ou seja, a área reduziu em cerca de 98,73% da área de produção existente no ano de 1990 e a sua produção que em 1990 era de 5.408 toneladas em 2010 passou para 56 toneladas, ou seja no ano de 2010 foi produzido apenas 1,03% do que foi produzido em 1990 (redução de 98,7%). A cultura do feijão que em 1990 tinha área de 44.051 hectares no ano de 2000 caiu para menos da metade com 15.204 hectares e em 2010 para 1.770 hectares, ou seja, o ano de 2010 produz apenas 4,01% da área que era produzida em 1990 e a redução foi de 95,99% (ver tabela 04). A produção em toneladas em 1990 foi de 24.609 toneladas enquanto em 2010 caiu para 2.148 toneladas, ou seja, houve uma queda para 8,72% do que era produzido em 1990 (redução de 91,27%) (ver tabela 04). Ambas as culturas tiveram drástica queda no transcorrer dos 20 anos (ver gráfico 3).

Além do refluxo do feijão e do arroz, a área de produção de café, compôs também a linha de refluxo da produção. A área de produção de café refluíu de 8.489 hectares no ano de 1990 para 2.003 hectares no ano de 2010, ou seja, no ano 2010 a área plantada correspondia apenas a 23,59% da área de 1990 (redução de 76,41% da área). A mandioca foi uma das culturas que apresentou crescimento da área plantada. Em 1990 a área plantada era de 980 hectares e em 2010 passou para 4.488 hectares, ou seja, ocorreu um crescimento de 357,95% da área cultivada (ver tabela 4). O crescimento da área plantada de mandioca, sobretudo a partir do ano de 1994 deve-se em sua grande maioria à criação de assentamentos rurais na região, visto que a mandioca é uma cultura que não requer muitos investimentos iniciais, cuidados de manutenção e tem fácil comercialização é preferida e realizada por muitos assentados da região. De acordo com

o quadro 6, quadro 7 e com o gráfico 2, apesar dos relativos e ocasionais aumentos registrados por cada cultura, em geral todas as culturas alimentícias registraram refluxo ou não tiveram um crescimento significativo em relação às áreas da monocultura da soja e da cana-de-açúcar na área de produção.



Quadro 6 – Pontal do Paranapanema – Área das principais culturas da região 1990-2010

CULTURAS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ALGODÃO	71.729	53.276	63.930	35.508	38.447	38.700	22.929	11.393	22.760	12.313	8.579	5.762	5.191	6.382	9.349	15.020	6.396	3.827	1.118	320	1.548
AMENDOIM	3.340	3.786	3.785	3.880	2.567	3.863	2.638	4.466	6.154	4.725	4.462	5.694	5.233	5.892	6.833	6.888	10.288	9.204	7.330	5.390	4.625
ARROZ	4.101	4.005	3.910	2.626	2.598	4.207	2.321	1.544	1.233	1.724	1.556	844	872	622	522	301	134	124	80	0	52
CAFÉ	8.489	7.206	5.368	4.230	2.825	2.475	2.460	2.474	2.479	2.769	2.351	3.164	3.552	3.401	3.209	3.361	3.251	3.195	2.685	2.804	2.003
CANA	55.559	51.227	50.449	43.262	53.763	39.282	58.561	63.632	73.277	63.932	63.926	55.912	67.722	68.417	77.874	95.644	136.768	134.502	194.070	243.409	263.973
FEIJÃO	44.051	34.249	41.812	30.453	32.214	18.677	14.803	14.066	10.713	14.424	15.204	8.637	12.103	8.978	9.141	11.605	8.287	6.333	2.791	805	1.770
MAMONA	8.763	8.262	6.012	1.212	520	245	150	70	206	200	1.106	745	245	217	210	1.005	1.440	850	925	0	104
MANDIOCA	980	1.127	1.197	2.955	5.713	6.525	6.191	3.409	3.408	3.656	5.101	10.305	8.090	2.970	6.419	9.981	7.181	5.935	3.902	2.535	4.488
MILHO	36.160	37.035	45.253	35.003	30.587	28.890	24.169	32.147	36.940	39.090	36.108	36.124	35.432	59.450	59.749	59.481	51.420	44.320	45.792	32.128	29.128
SOJA	21.410	20.040	17.292	18.021	3.340	11.380	10.340	15.206	16.753	18.710	18.088	17.965	34.969	63.153	101.076	108.341	67.313	41.788	43.441	37.724	37.424

Fonte: IBGE/SIDRA/PAM – Produção Agrícola Municipal

Elaboração: José Sobreiro Filho

Quadro 7 – Pontal do Paranapanema – Quantidade produzida pelas principais culturas da região 1990-2010

CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA (TONELADA)																				
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CANA	3.477.157	3.266.150	3.456.345	2.726.309	3.309.311	2.607.681	3.753.614	4.179.175	4.917.626	3.943.112	4.241.049	3.915.423	4.602.230	5.222.416	6.221.812	7.449.345	10.681.707	10.329.069	15.122.250	17.661.044	20.440.019
SOJA	31.752	31.380	22.335	29.816	6.582	23.650	25.481	38.540	32.526	51.668	37.811	49.883	98.897	181.378	224.409	183.392	154.379	107.676	120.423	99.173	100.558
ARROZ	5.408	4.165	3.858	5.072	6.724	8.621	4.656	5.103	3.479	3.315	2.217	1.909	1.940	1.297	1.129	531	221	212	164	0	56
FEIJÃO	24.609	20.554	30.102	28.918	27.304	12.703	11.067	11.950	10.072	12.853	12.345	10.661	11.174	8.723	8.371	10.936	7.849	5.868	2.962	1.158	2.148
MAMONA	12.271	8.812	7.383	2.099	802	440	187	80	194	300	1.417	1.121	259	221	210	1.210	1.950	1.210	1.000	0	133
MANDIOCA	20.800	24.560	27.960	91.929	124.074	146.735	139.910	79.618	76.620	89.470	107.759	247.146	153.633	66.400	152.919	235.534	174.734	130.226	83.030	55.509	95.416
MILHO	67.969	91.512	58.470	67.752	64.333	76.194	65.335	92.474	96.632	96.642	77.667	104.406	98.031	173.674	173.268	137.580	114.396	130.045	141.027	107.443	98.863
AMENDOIM	5.455	5.868	5.923	6.765	4.319	6.941	4.968	8.038	12.398	9.128	7.155	10.304	9.248	13.159	15.626	16.138	28.202	26.634	21.453	16.969	17.946

Fonte: IBGE/SIDRA/PAM – Produção Agrícola Municipal

Elaboração: José Sobreiro Filho

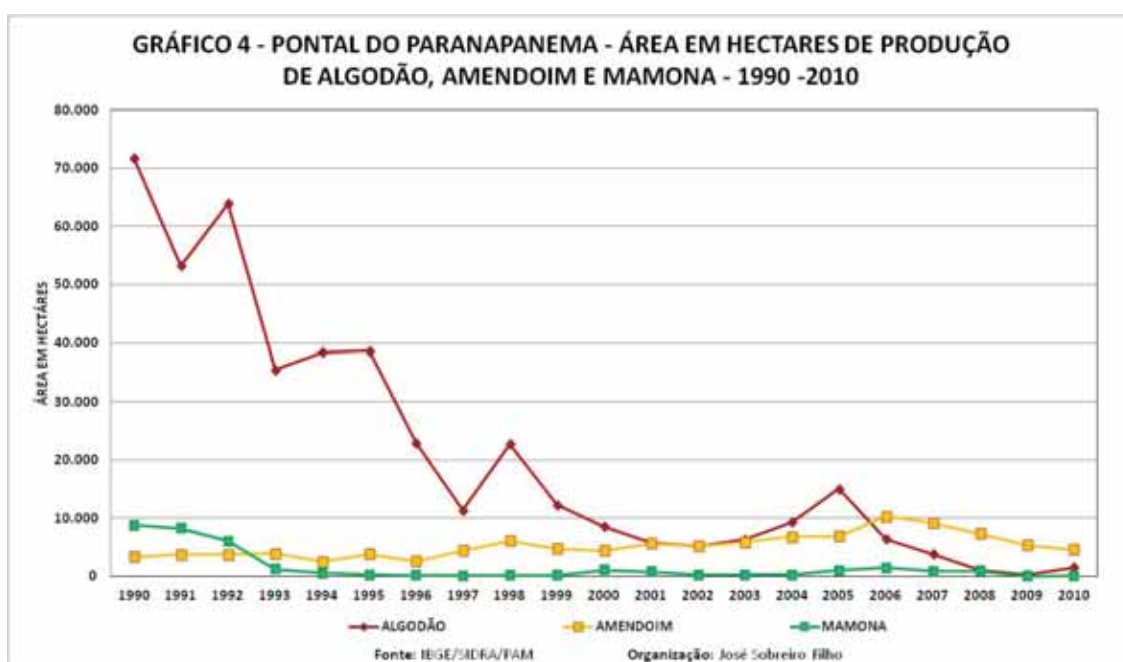
Tabela 4 – Pontal do Paranapanema - Área da produção em hectares por cultura dos anos de 1990 e 2010

CULTURA	1990	2010	%
ALGODÃO	71.729	1.548	-97,84
AMENDOIM	3.340	4.625	38,47
ARROZ	4.101	52	-98,73
CAFÉ	8.489	2.003	-76,40
CANA	55.559	263.973	375,12
FEIJÃO	44.051	1.770	-95,98
MAMONA	8.763	104	-98,81
MANDIOCA	980	4.488	357,96
MILHO	36.160	29.128	-19,45
SOJA	21.410	37.424	74,80

Fonte: IBGE/SIDRA/PAM

Org: José Sobreiro Filho

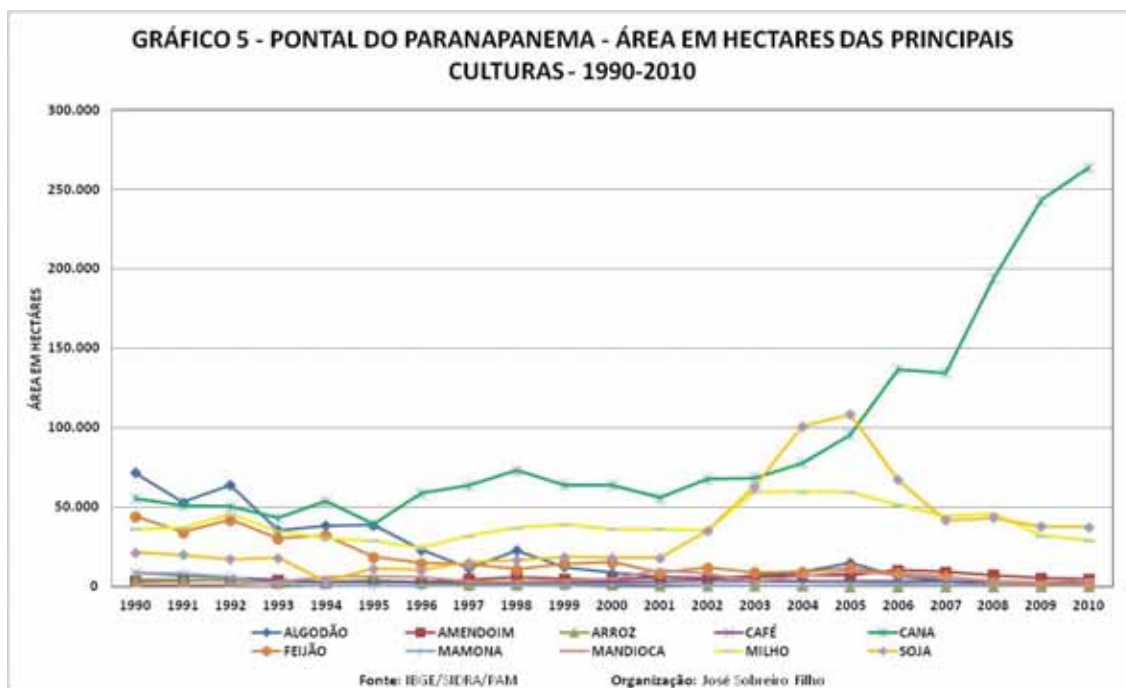
Culturas que tiveram grande importância durante período de ocupação da região como o algodão, o amendoim e, em menor proporção, a mamona apesar de crescimentos pontuais e ocasionais também tiveram significativa redução da área plantada. No gráfico 4 podemos observar como a cultura do algodão decaiu significativamente e as culturas do amendoim e da mamona não apresentaram crescimento durante o período de 1990 até 2010. Dentre essas culturas da região o refluxo mais significativo da área de produção registrado foi da cultura do algodão que ao longo das duas décadas decaiu de 71.729 hectares em 1990 para 1.548 hectares em 2010, ou seja, 2,15% da área inicial (redução de 97,85%).

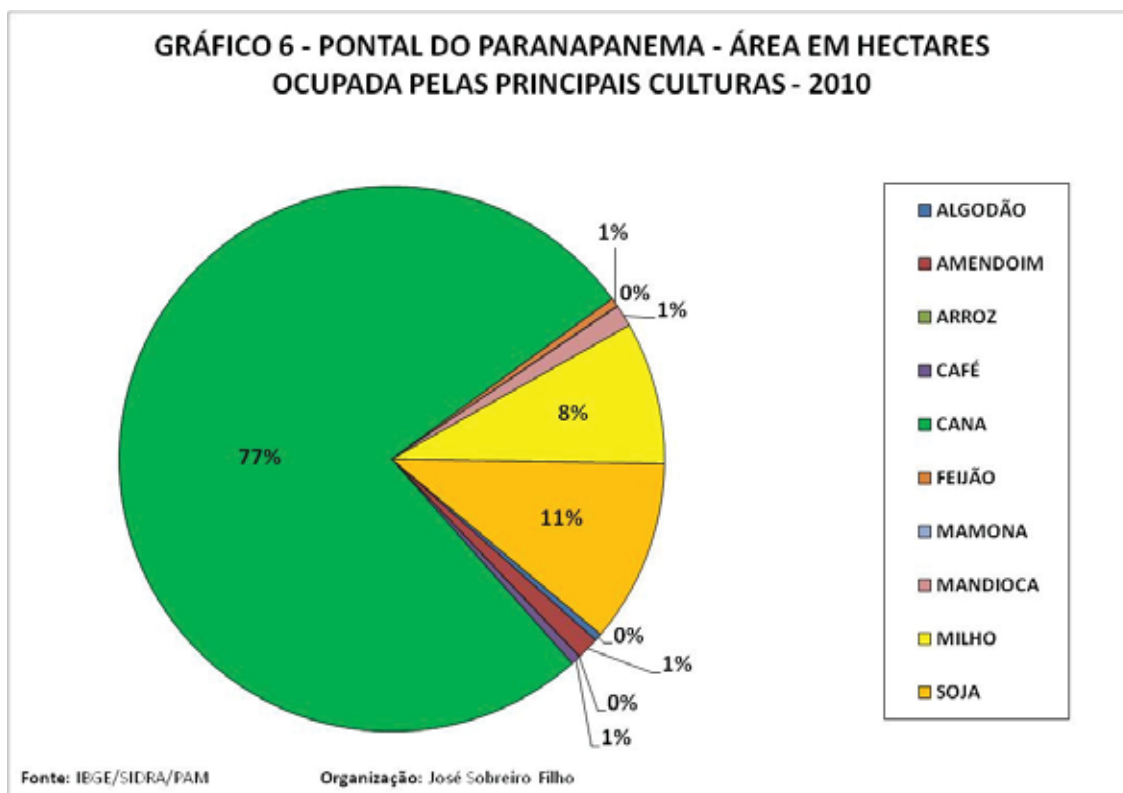


José Sobreiro Filho

De um modo geral, além da cultura canavieira todas as culturas, mesmo as que apresentaram crescimentos ocasionais, apresentaram redução da área de produção. Dentre as culturas alimentícias, o milho foi a única que apresentou significativo aumento durante 2002 até 2005. As demais culturas decaíram enquanto a área de monocultivo de cana se ampliou. Outra cultura significativa na região durante o período de 1990 – 2010 foi a soja, que apesar de ter alcançado significativa porção espacial na região teve algumas implicações naturais e refluíu dando condições para que a cana pudesse adentrar em suas terras.

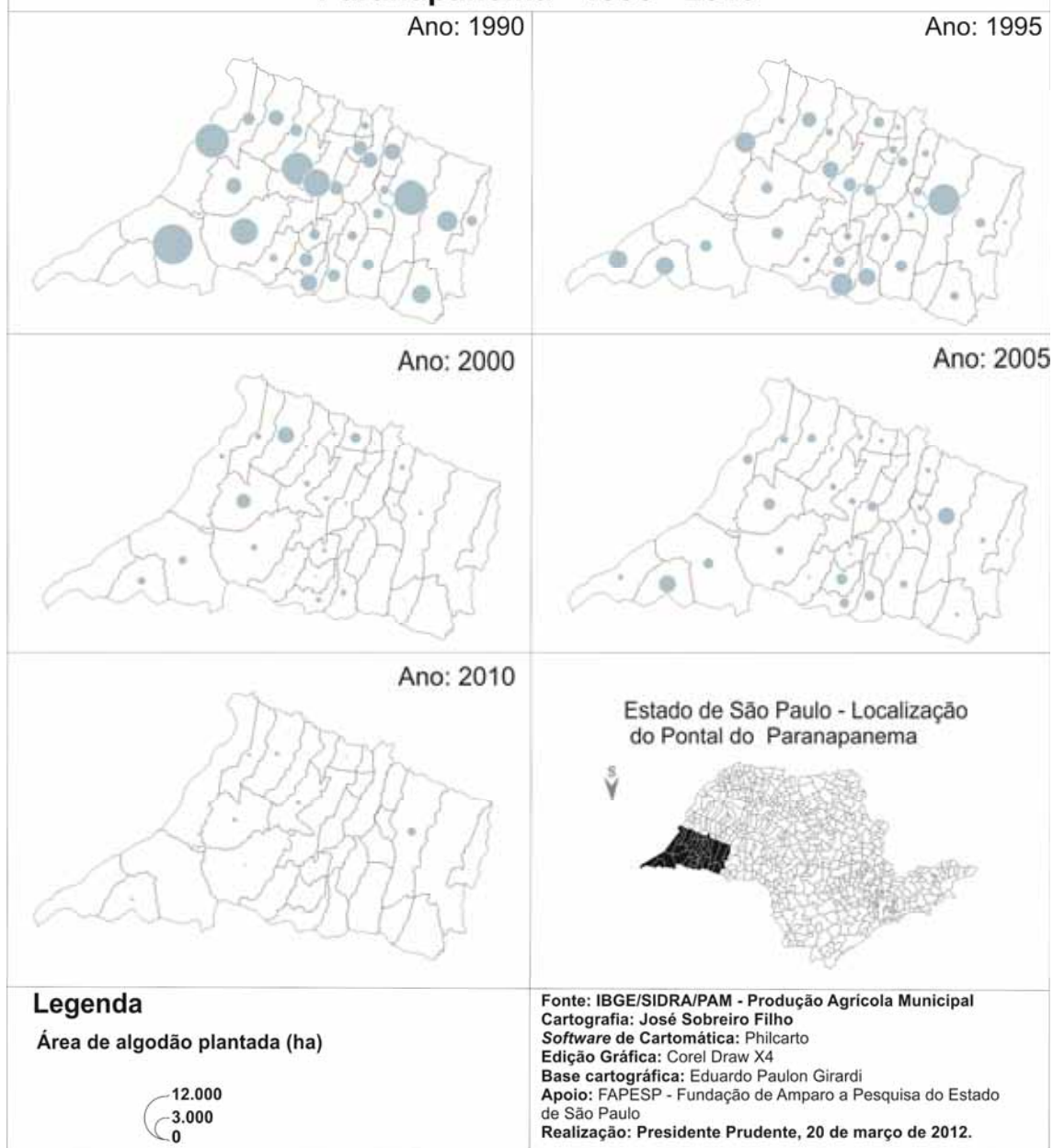
A expansão da cana foi a mais significativa de todas. Em 1990 a área de cana plantada era de 55.559 hectares e em 2010 passou a ser de 263.973, ou seja, nessas duas décadas ocorreu crescimento de 375, 12 % da área. A produção de cana que em 1990 era de 3.477.157 toneladas passou para 20.440.019 toneladas em 2010, ou seja, ocorreu um crescimento de 487,84% da produção. Tal crescimento, como já mencionado, deve-se, sobretudo aos fortes incentivos e subsídios governamentais e à construção de várias destilarias na região. Deste modo, com o surgimento de várias destilarias criou-se também significativa demanda de cana-de-açúcar que, por sua vez, teve como desdobramento o crescimento da área de produção. Na atualidade podemos verificar no gráfico 6 que a cana-de-açúcar é a responsável por 77% da área das principais culturas da região, sendo que arroz e feijão, que são culturas de consumo cotidiano, são responsáveis por menos de 2%.





Como forma de deixar mais claro os avanços das culturas, as expressões do refluxo e a presença de cada cultura nos municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema durante o período de 1990 - 2010 elaboramos algumas representações cartográficas em forma de pranchas para nos permitir análises comparativas. Deste modo, realizamos pranchas (figuras 5-14) dos anos de 1990, 1995, 2000, 2005 e 2010 sobre as culturas de algodão, amendoim, arroz, café, cana, feijão, mamona, mandioca, milho e soja. Por fim, realizamos também uma prancha comparativa destas culturas com base no ano de 2010 (figura 15), onde além da pouca área destinada à produção de alimentos também podemos verificar a larga distancia que a cana-de-açúcar tem em relação às demais culturas da região.

Figura 5 - Área em hectares de algodão no Pontal do Paranapanema - 1990 - 2010



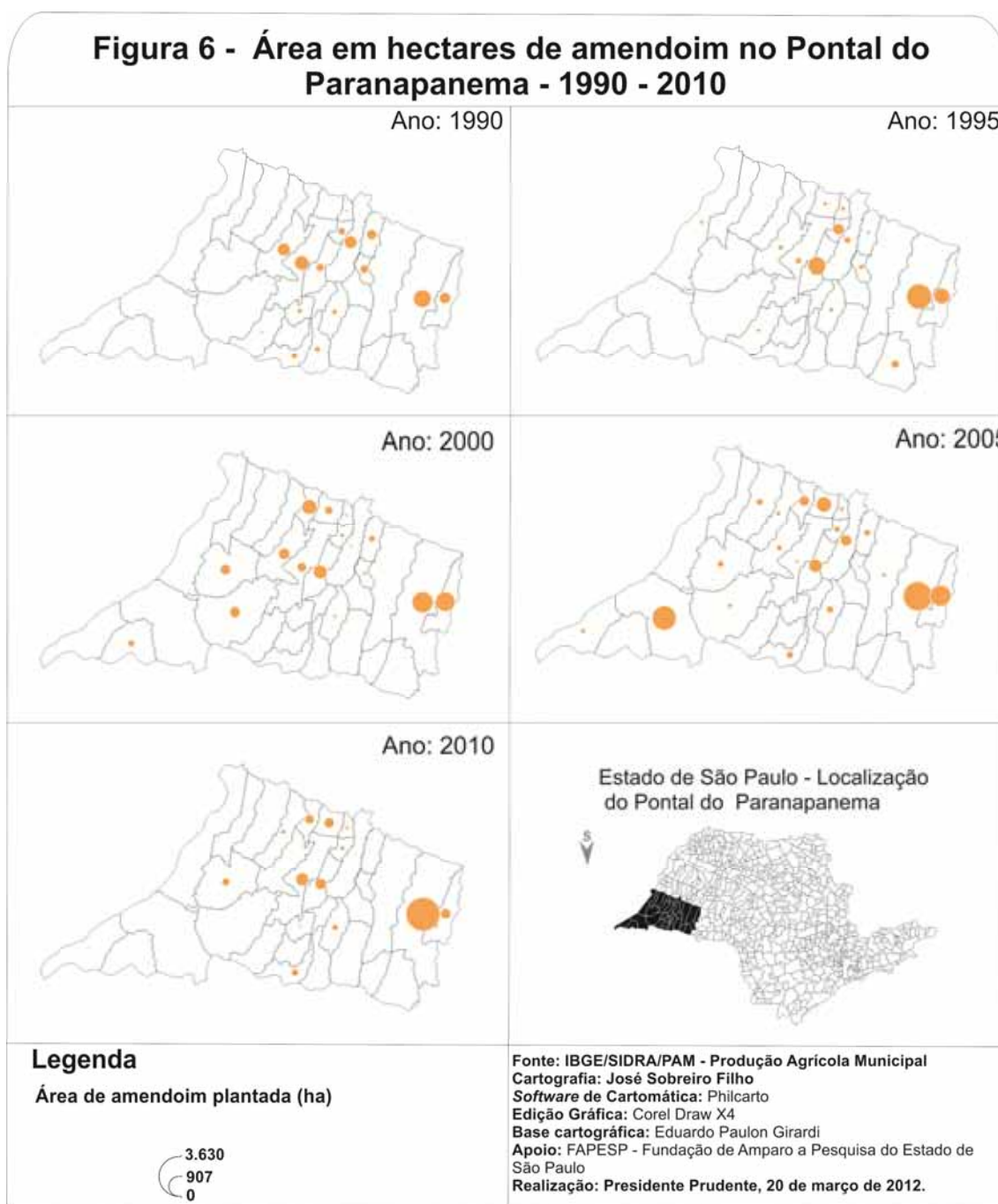


Figura 7 - Área em hectares de arroz no Pontal do Paranapanema - 1990 - 2010

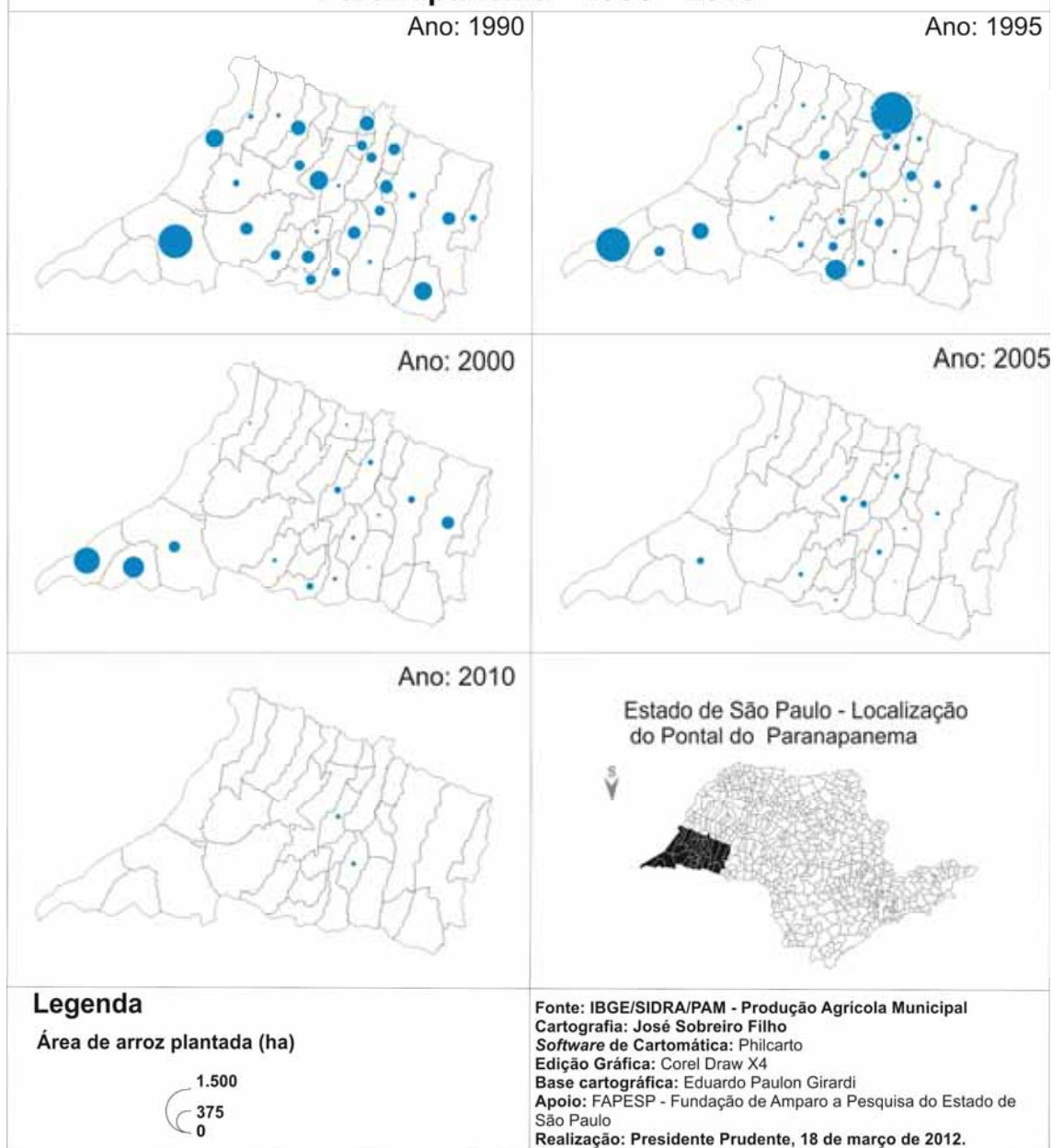


Figura 8 - Área em hectares de café no Pontal do Paranapanema - 1990 - 2010

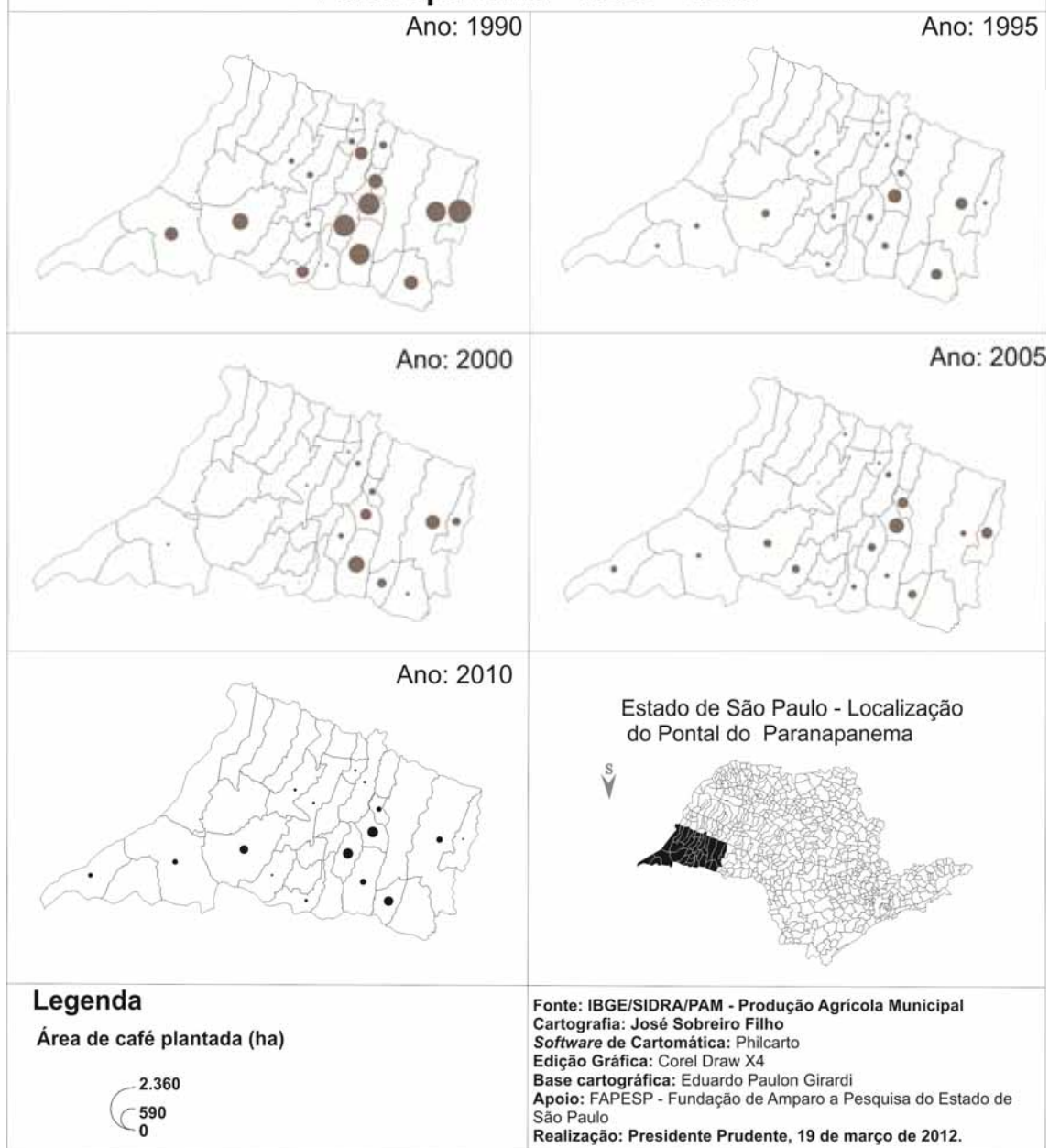


Figura 9 - Área em hectares de cana-de-aúcar no Pontal do Paranapanema - 1990 - 2010

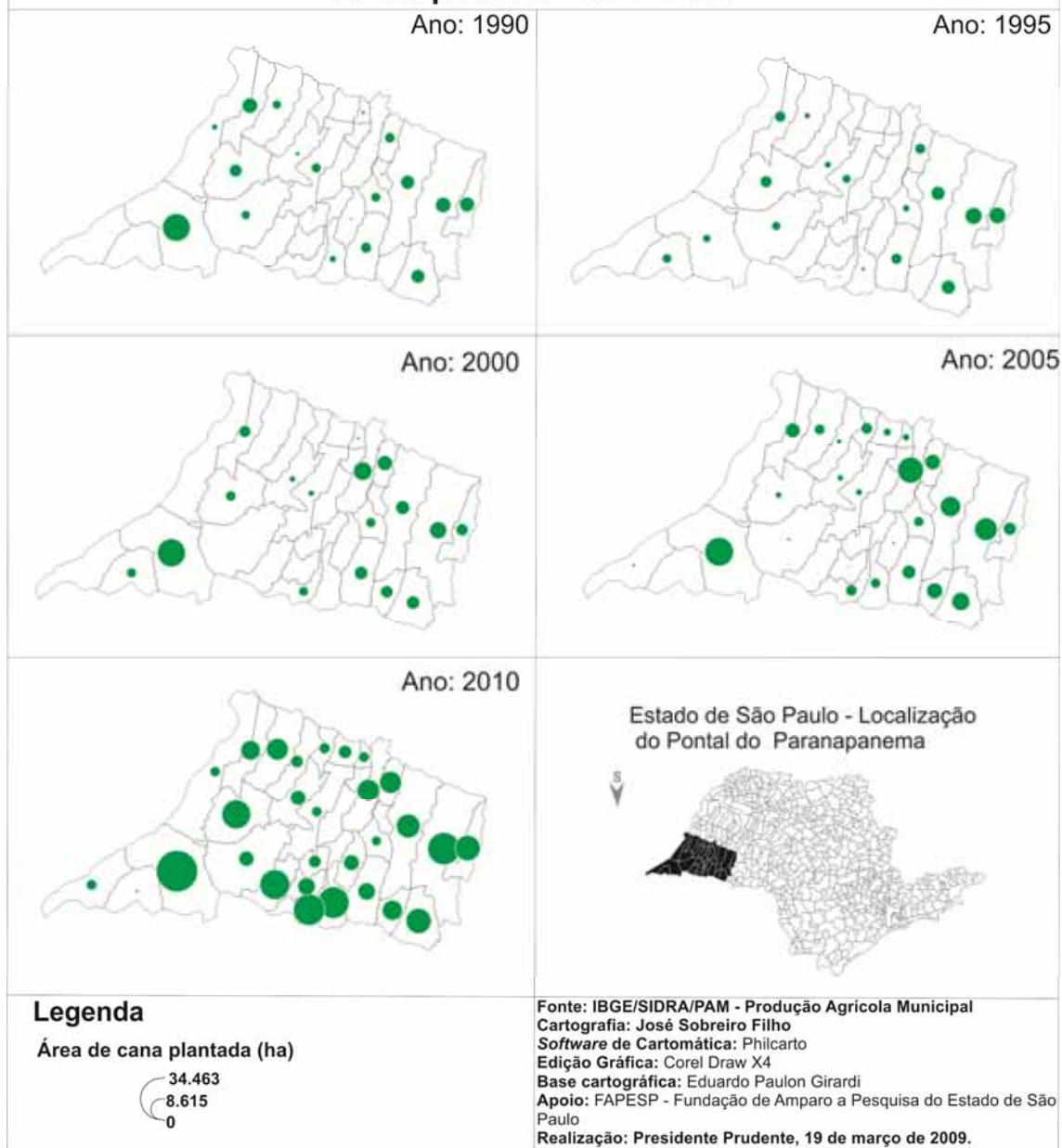


Figura 10 - Área em hectares de feijão no Pontal do Paranapanema - 1990 - 2010

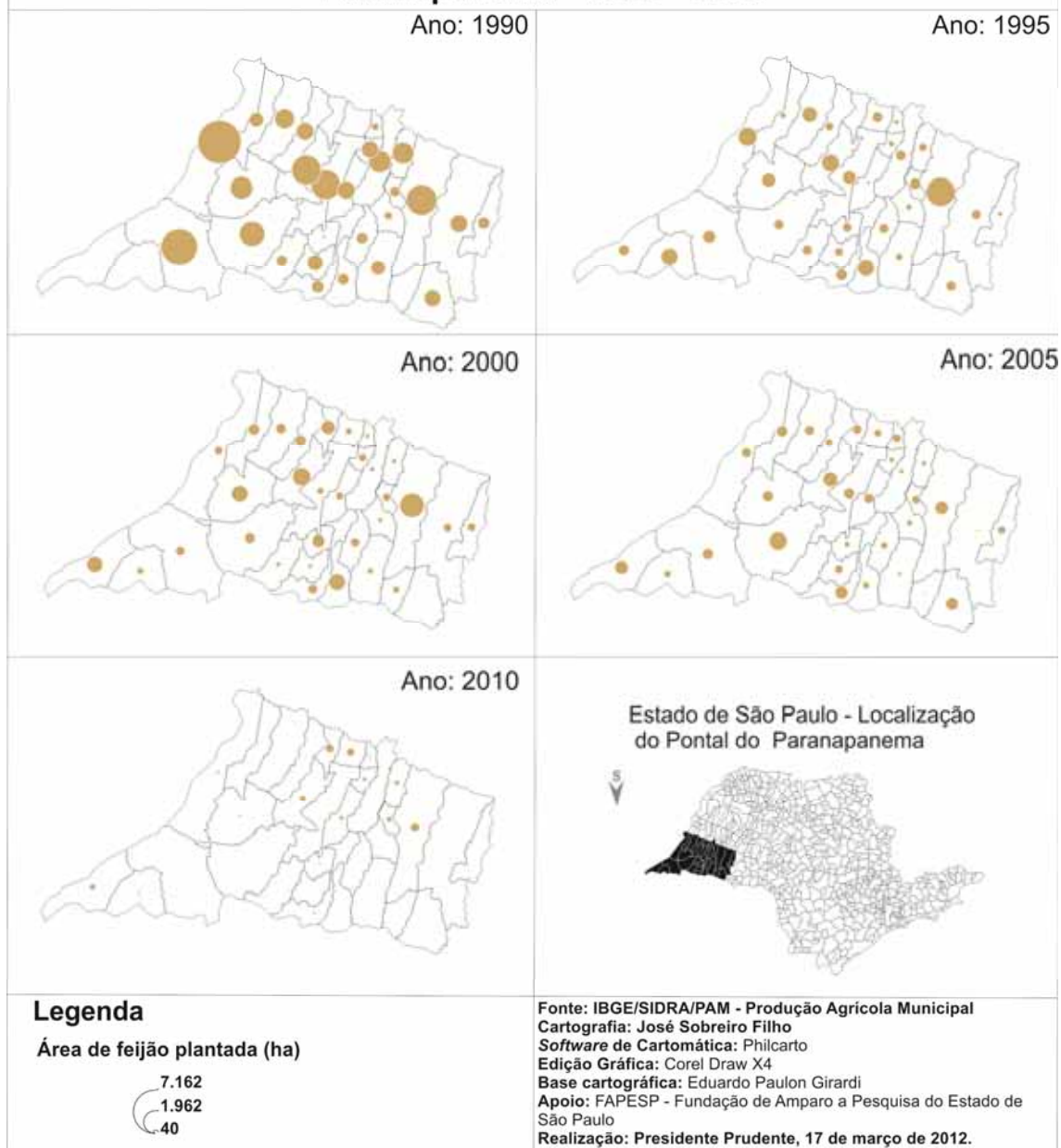


Figura 11 - Área em hectares de mamona no Pontal do Paranapanema - 1990 - 2010

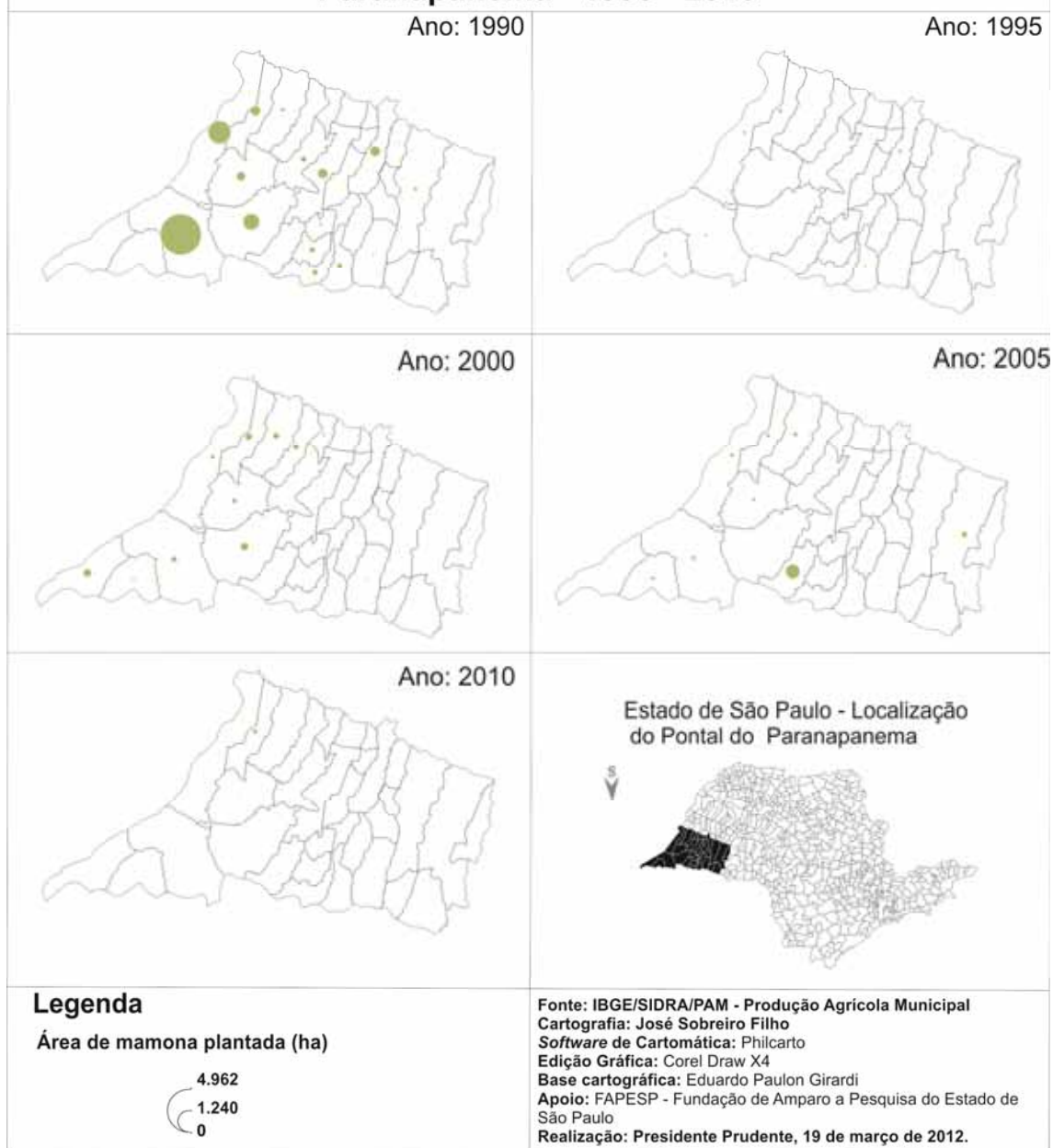


Figura 12 - Área em hectares de mandioca no Pontal do Paranapanema - 1990 - 2010

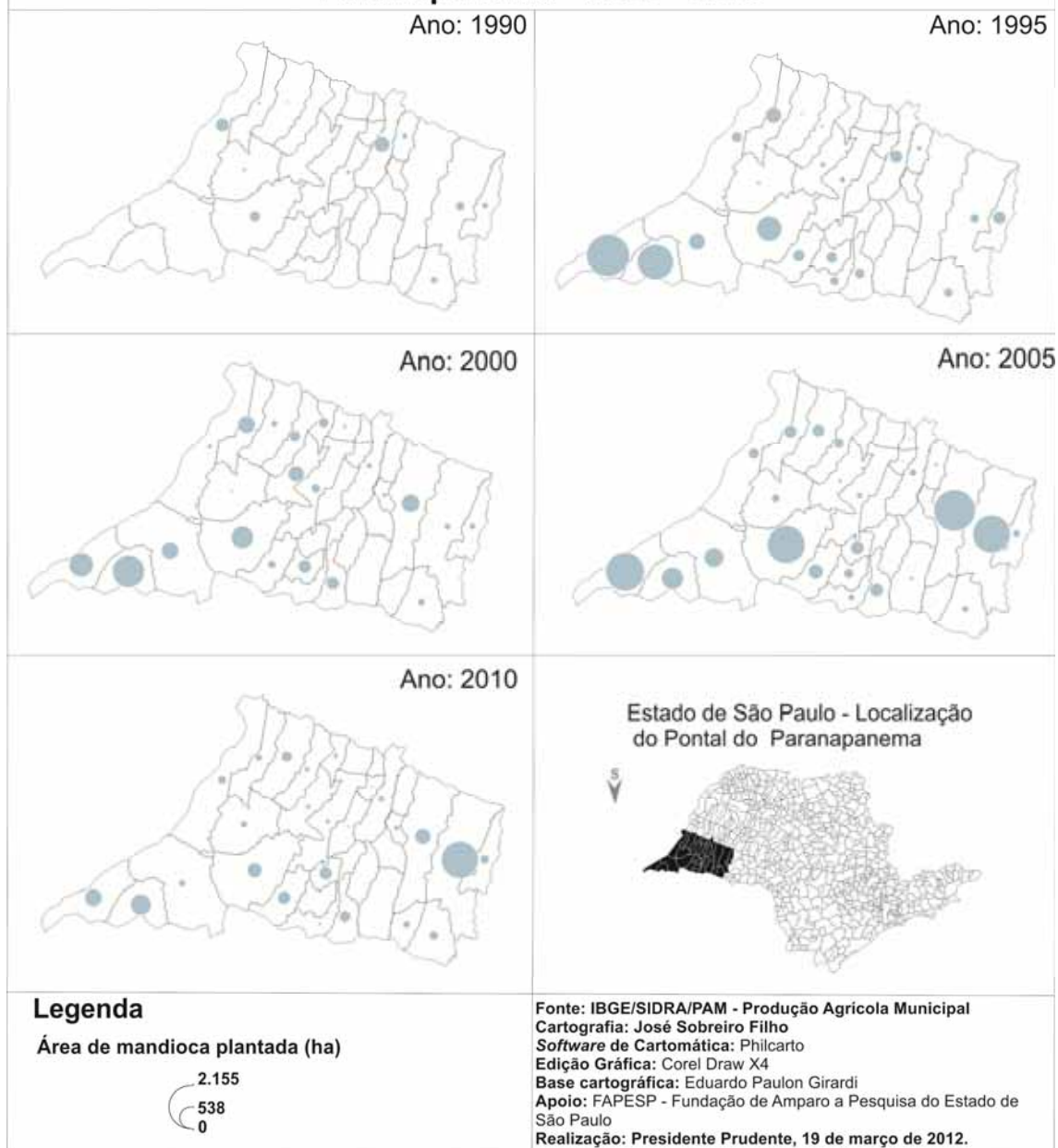


Figura 13 - Área em hectares de milho no Pontal do Paranapanema - 1990 - 2010

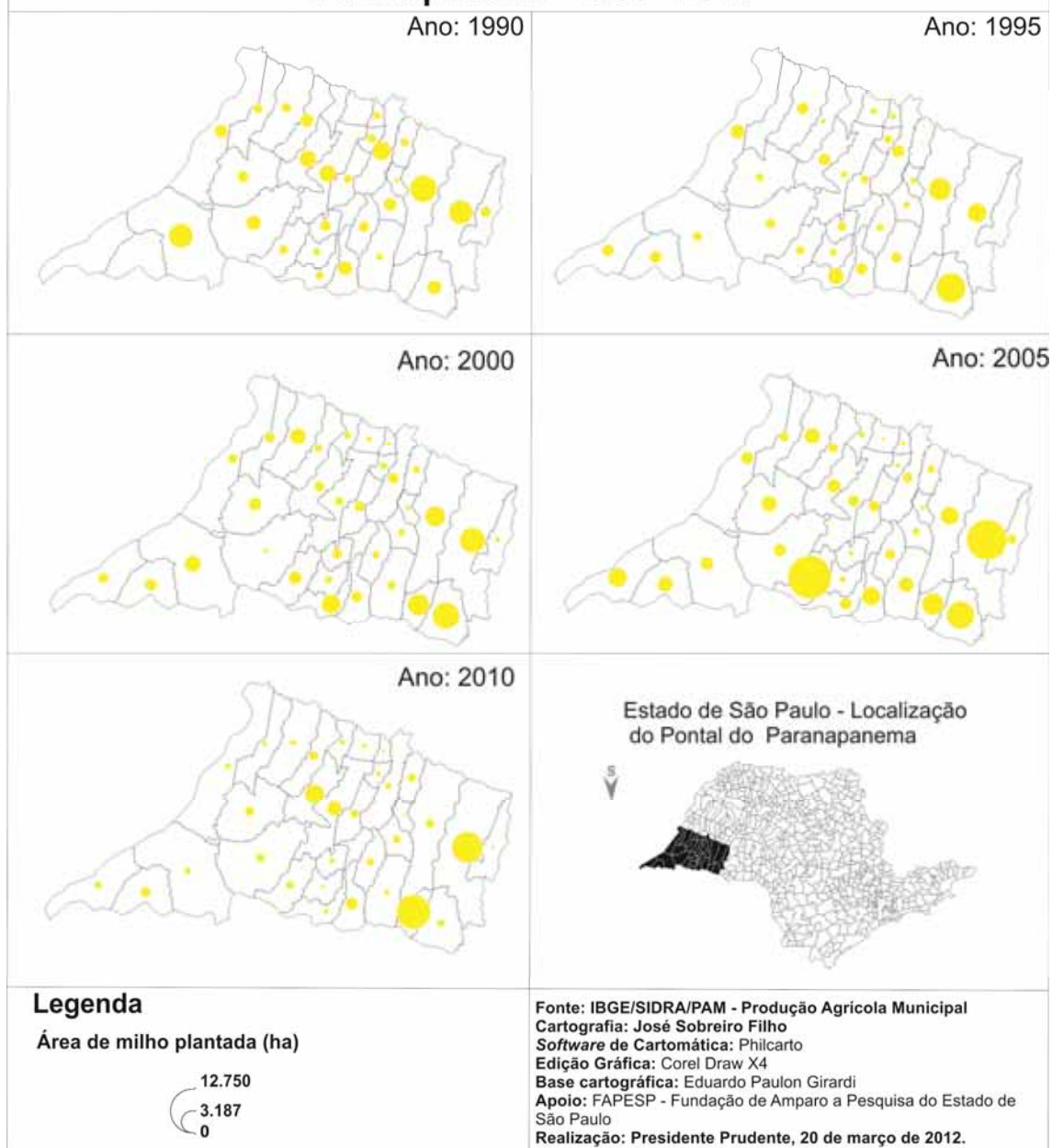


Figura 14 - Área em hectares de soja no Pontal do Paranapanema - 1990 - 2010

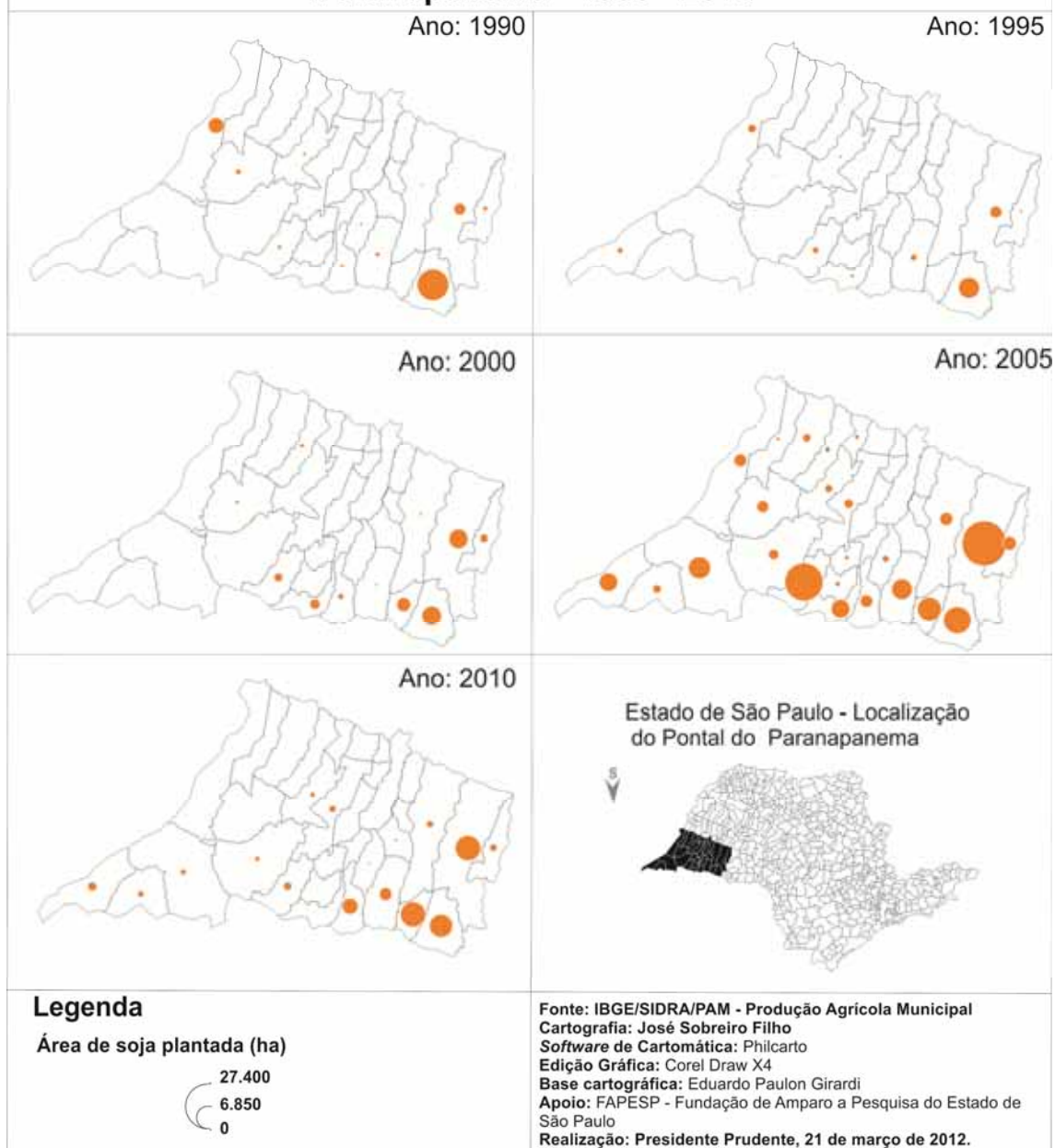
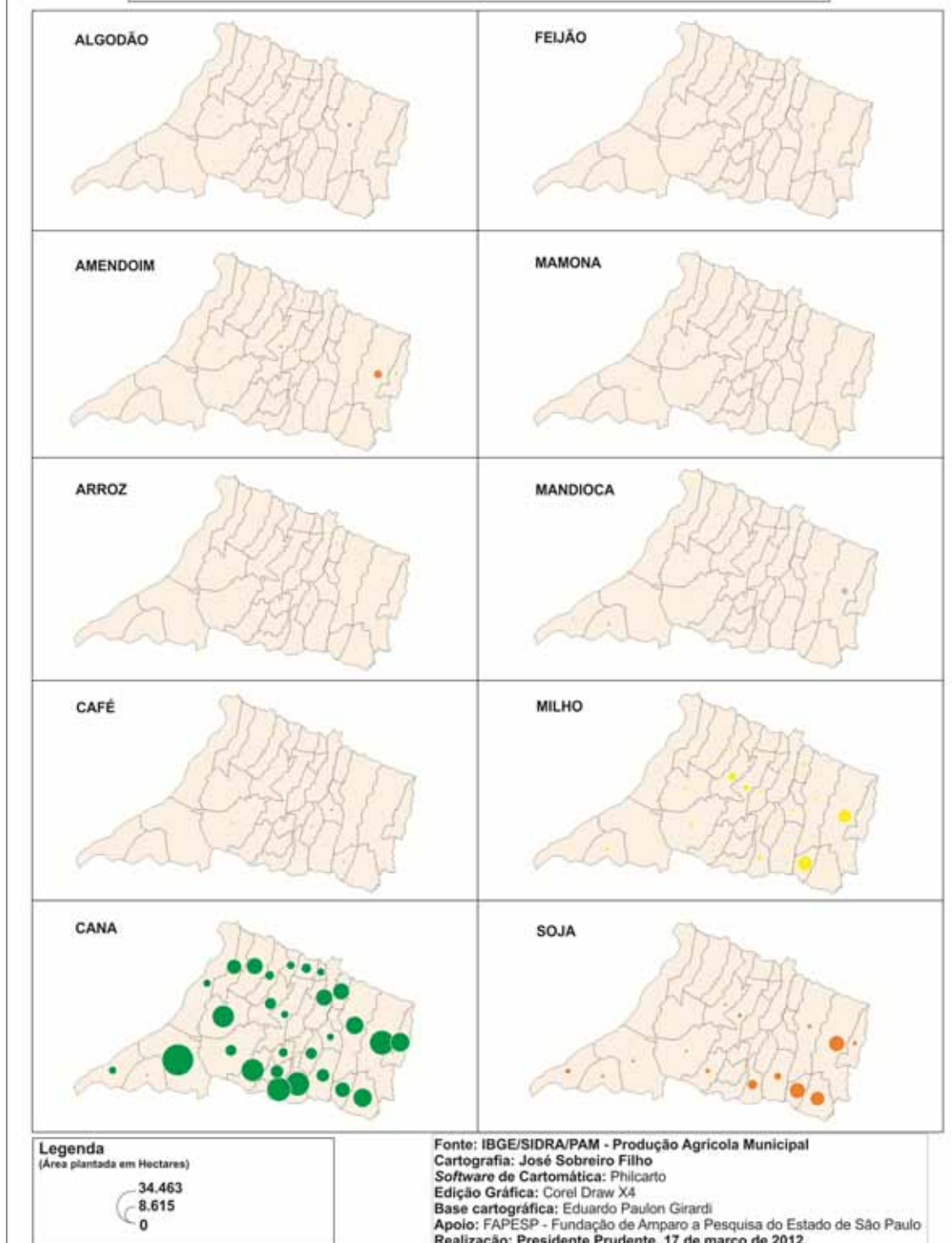
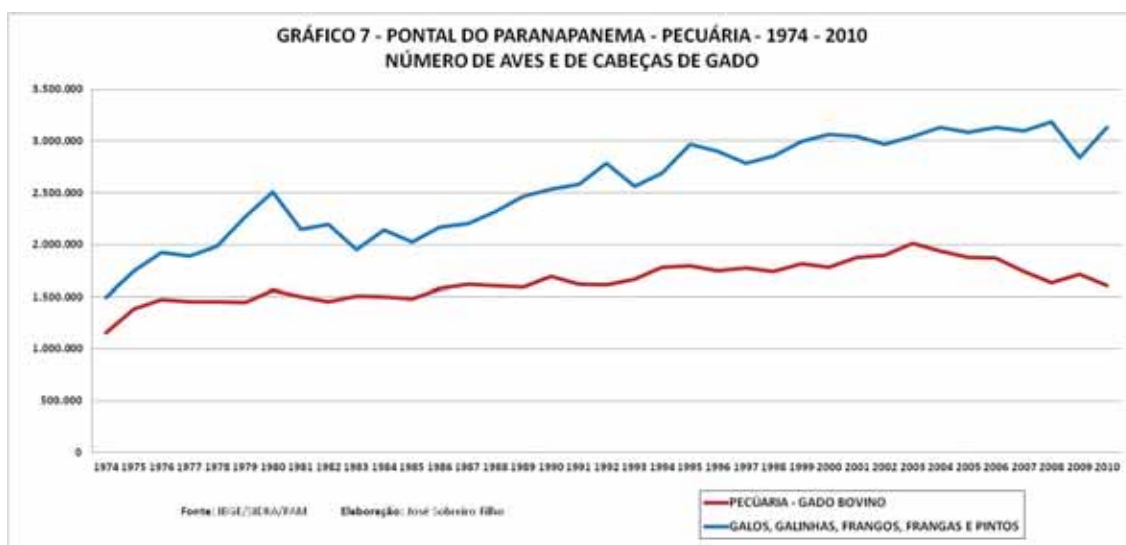


Figura 15 - Pontal do Paranapanema
Área da principais culturas em hectares - 2010



Apesar dos ciclos de produção da agricultura e de seus impactos e contribuições para a economia e ocupação do Pontal do Paranapanema foi a pecuária bovina a principal responsável pela base econômica da região desde o início de seu povoamento. No transcorrer do período de 1974 – 2010 apesar de ter ocorrido poucas variações na pecuária obteve-se predominantemente aumento do número de cabeças de gado e da quantidade de aves. Durante o período de 1974 até 2003 o crescimento do rebanho bovino foi de 73,49%. Apenas registrou um decrescimento de 20,24% no número de cabeças de gado a partir do ano de 2003. Quanto à produção de aves durante o período de 1974 até 2008 ocorreu aumento de 112,57%. Apenas no ano de 2009 ocorreu uma queda de produção de 10,87% do número de aves, no entanto em 2010 retornou o crescimento na região. Podemos vislumbrar o crescimento e as variações nos quadros 8, 9 e 10.

O gráfico 7 e as figuras 16 e 17 evidenciam a estabilidade da pecuária na região. No entanto, mesmo com a estabilidade da pecuária, sobretudo a pecuária de gado bovino, nos últimos anos ocorreu uma redução de números de cabeças de gado. Esta redução está atrelada ao crescimento de algumas monoculturas como a soja e a cana-de-açúcar na região, pois áreas anteriormente destinadas à criação de gado passaram a investir na produção sojeira e canavieira. Entretanto, a participação da pecuária ainda é muito forte na região. Durante todo o período destaca-se na pecuária a criação de aves que nos períodos anteriores tinha participação ainda mais tímida. Como forma de expressar o crescimento da agropecuária nos municípios que compõem a região do Pontal elaboramos as figuras 16 e 17.



Quadro 8 – Pontal do Paranapanema – Pecuária – 1974-1989

PECUÁRIA	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
GADO BOVINO	1.157.677	1.383.827	1.473.784	1.453.790	1.453.865	1.448.799	1.565.162	1.504.852	1.452.957	1.507.954	1.501.087	1.480.397	1.574.541	1.614.508	1.604.088	1.591.577
GALOS, GALINHAS, FRANGOS E PINTOS	1.498.081	1.747.850	1.926.191	1.888.712	1.987.122	2.267.478	2.504.735	2.147.679	2.192.054	1.948.125	2.139.646	2.022.620	2.170.353	2.203.772	2.316.778	2.463.476

Fonte: IBGE/SIDRA/PAM Org: José Sobreiro Filho

Quadro 9 – Pontal do Paranapanema – Pecuária – 1990-2005

PECUÁRIA	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
GADO BOVINO	1.691.464	1.620.197	1.609.830	1.668.036	1.782.149	1.791.036	1.747.953	1.773.498	1.742.912	1.817.024	1.782.912	1.872.464	1.893.438	2.008.547	1.935.471	1.874.173
GALOS, GALINHAS, FRANGOS E PINTOS	2.532.215	2.578.945	2.786.737	2.558.593	2.693.228	2.969.103	2.898.586	2.786.456	2.852.936	2.995.354	3.061.808	3.046.498	2.968.825	3.047.143	3.134.319	3.085.896

Fonte: IBGE/SIDRA/PAM Org: José Sobreiro Filho

Quadro 10 – Pontal do Paranapanema – Pecuária – 2006-2010

PECUÁRIA	2006	2007	2008	2009	2010
GADO BOVINO	1.869.822	1.738.565	1.631.868	1.714.557	1.601.929
GALOS, GALINHAS, FRANGOS E PINTOS	3.134.253	3.100.157	3.184.556	2.838.177	3.134.508

Fonte: IBGE/SIDRA/PAM Org: José Sobreiro Filho

Figura 16 - Pontal do Paranapanema - Pecuária - 1975-2010
Número de galos, galinhas, frangos, frangas e pintos

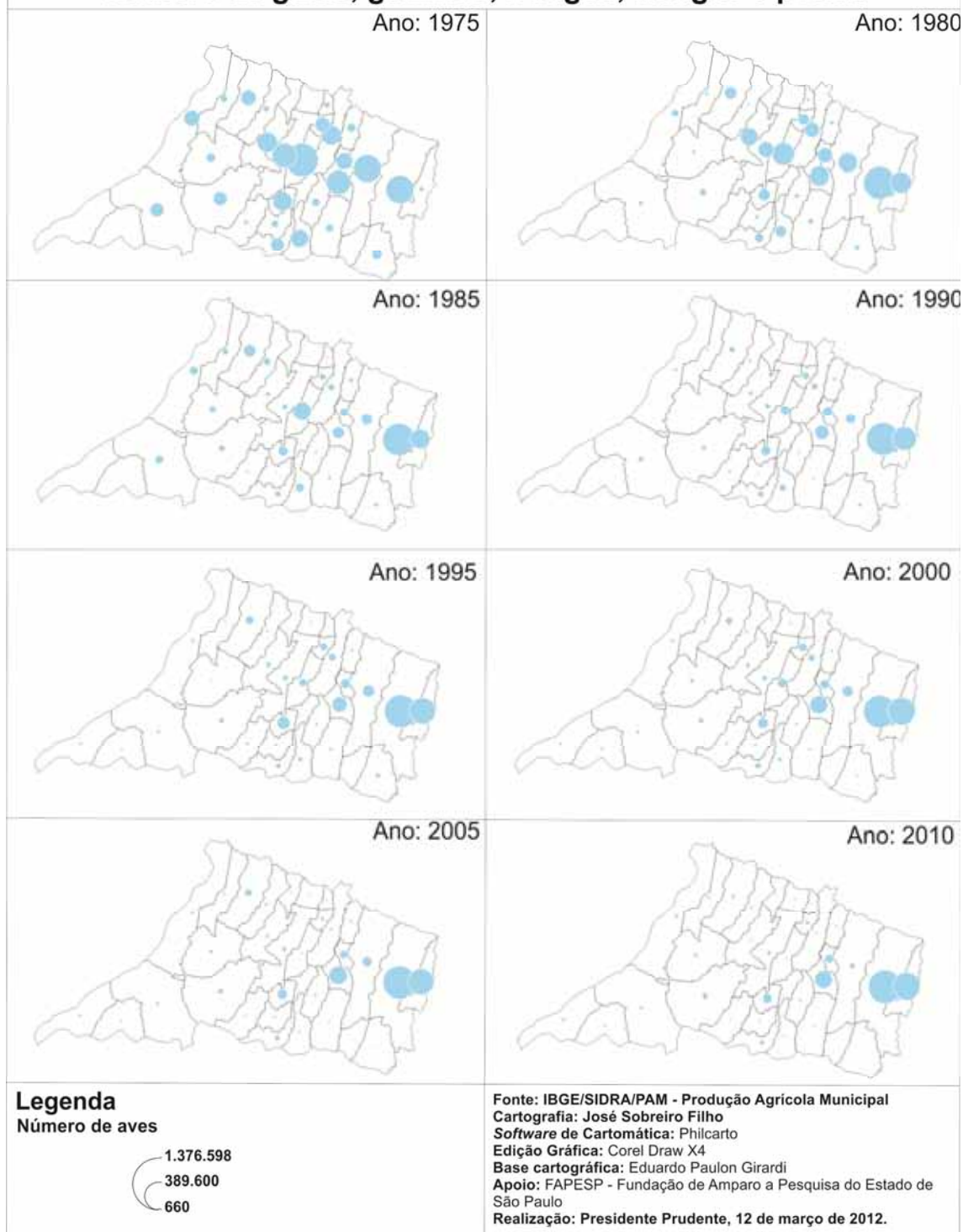
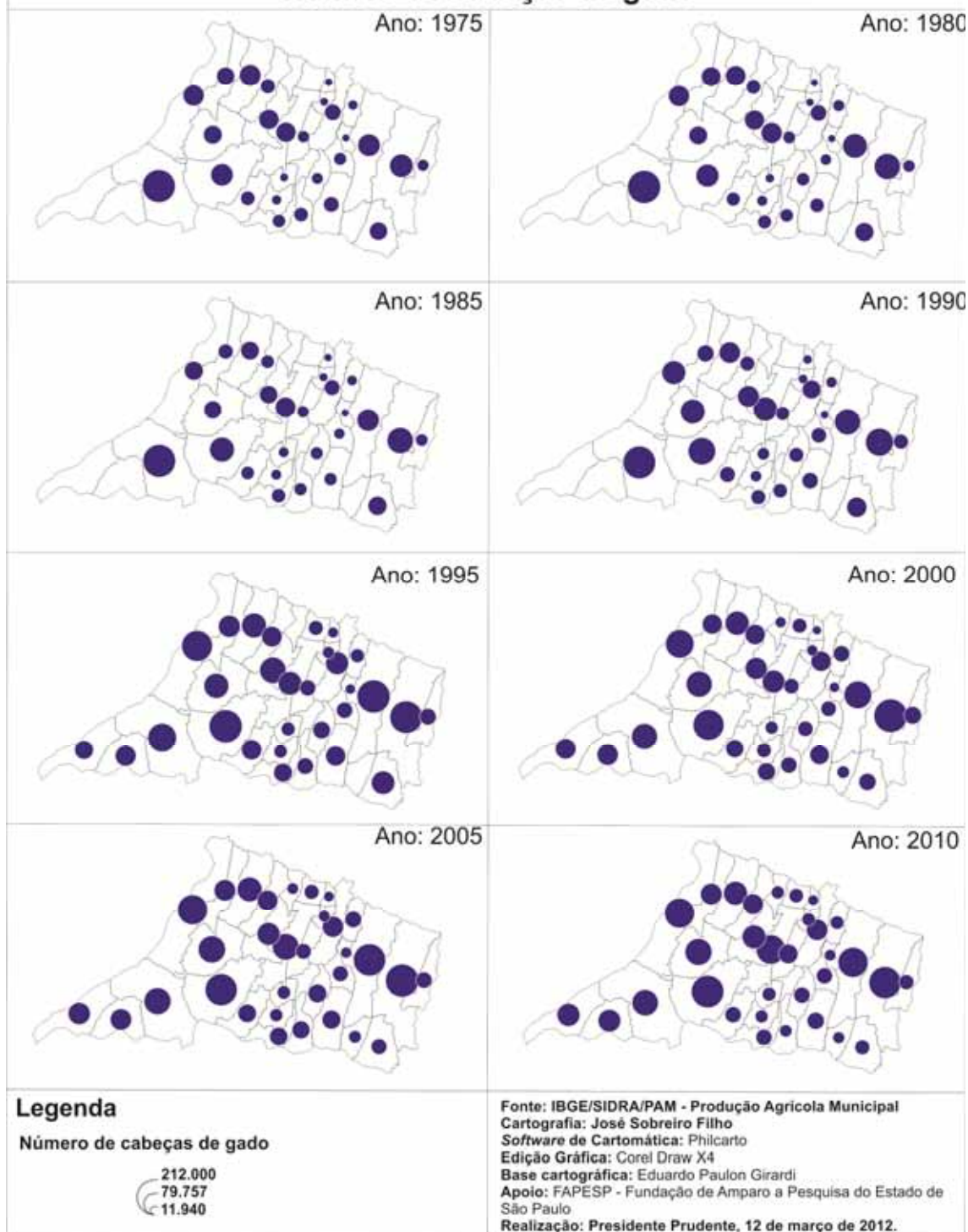


Figura 17 - Pontal do Paranapanema - Pecuária - 1975-2010
Número de cabeças de gado



População rural e urbana

Desde o início do processo de povoação e ocupação da região do Pontal do Paranapanema surgiram muitos povoados. No entanto, conforme apresentamos anteriormente no quadro 1, muitos destes povoados ou distritos demoraram para serem elevados à categoria de municípios. Com o passar das décadas a população destes povoados, distritos e municípios foi aumentando e a região registrando grande aumento populacional conforme apresentamos na tabela 5. Todavia, o aumento não se portou da mesma maneira para o campo e para a cidade. Por inúmeros motivos, no transcorrer dos anos ocorreu uma diferença significativa entre a população rural e urbana.

Conforme é apresentado no gráfico 8 e nas tabelas 6 e 7, durante o período de 1940 até 2010 ocorreu um aumento de 170,50% da população em geral, sendo que da população rural ocorreu uma queda de 65,58% e da população urbana um aumento de 1.153,53%. A população rural que anteriormente era responsável pela maior parte da população da região sofreu forte refluxo durante o período analisado. No ano de 1940 era responsável por 80,63% da população total, em 1950 por 77,38%, em 1960 cai para 61,60%, em 1970 para 46,26%, em 1980 para 25,51%, em 1991 para 16,42%, em 2000 para 14,95% e em 2010 para 10,26%. Parte mais significativa do processo de refluxo da população rural deve-se: ao surgimento dos municípios, concentração dos postos de trabalho; centralização dos comércios e serviços; aumento da concentração de terras; expropriação dos pequenos produtores; e vários outros que compuseram o processo de êxodo rural.

Enquanto ocorre o decréscimo da população rural a população urbana cresce significativamente e toma a posição de população predominante que antes era ocupada pela população rural. A população urbana que na década de 40 era responsável por menos de um quinto da população da região com 19,37% da população total passou para 22,62% em 1950, em 1960 para 38,36%, em 1970 para 53,74%, em 1980 para 74,49%, em 1991 para 83,58%, em 2000 para 88,01% e em 2010 para 89,74%. Fica evidente que a população urbana cresceu significativamente e foi a responsável pelo crescimento da população geral da região (ver gráfico 8). O crescimento da população urbana deve-se em sua grande maioria ao fato de aos poucos irem se tornando centros atrativos e de vários outros elementos citados anteriormente acerca da questão agrária e, consequentemente, êxodo rural.

Tabela 5 - População do Pontal do Paranapanema por município - 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Municípios	1940			1950			1960			1970			1980			1991			2000			2010		
	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total
Alfredo Marcondes	-	324	324	14.171	1.306	15.477	6.267	1.412	7.679	4.858	2.009	6.867	2.205	2.104	4.309	1.203	2.290	3.493	1.025	2.672	636	3.697	636	3.891
Avares Machado	-	2.125	2.125	13.117	3.783	16.900	13.982	4.961	18.943	10.825	6.480	17.305	5.732	8.921	14.653	3.478	15.387	18.865	2.565	20.096	22.681	2.330	21.183	23.513
Anhumas	-	976	976	-	863	863	5.858	810	6.668	4.584	1.025	5.609	1.979	1.442	3.421	1.360	1.882	3.242	904	2.507	3.411	679	3.059	3.738
Caiaú	-	-	0	-	468	468	7.581	402	7.983	5.781	1.231	7.012	2.522	1.180	3.702	1.458	2.396	3.854	962	3.115	4.077	757	3.315	4.072
Caiuá	-	788	788	-	966	966	3.209	1.058	4.267	4.029	1.242	5.271	1.726	1.245	2.971	1.881	1.460	3.341	2.423	1.769	4.192	3.109	1.930	5.039
Emilianópolis	-	0	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	702	2.191	2.893	523	2.497	3.020
Estrela do Norte	-	0	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	839	1.786	2.625	559	2.089	2.658
Eucídes da Cunha Paulista	-	0	0	-	-	0	-	-	0	2.836	488	3.322	2.265	1.025	3.290	1.124	1.653	2.777	839	1.786	2.625	559	2.089	2.658
Iepê	-	1.061	1.061	10.748	1.409	12.157	12.242	2.864	15.106	8.056	4.530	12.586	3.363	5.997	9.360	2.426	7.587	10.013	1.299	5.958	7.257	855	6.773	7.628
Indiana	-	1.094	1.094	4.422	1.685	6.107	4.155	1.888	6.043	2.974	2.182	5.166	1.487	2.885	4.372	1.158	3.464	4.622	871	4.061	4.932	698	4.127	4.825
João Ramalho	-	732	732	-	545	545	3.144	587	3.731	2.244	553	2.797	2.017	833	2.850	1.067	1.989	3.056	767	3.075	3.842	607	3.543	4.150
Marabá Paulista	-	0	0	-	0	0	11.228	812	12.040	5.964	1.077	7.041	2.582	1.281	3.863	1.590	1.904	3.494	1.651	2.048	3.699	2.870	2.142	4.812
Martínópolis	20.938	2.242	23.180	31.741	4.923	36.664	19.037	6.245	25.282	13.524	9.548	23.072	7.007	12.643	18.650	4.487	15.186	19.673	4.371	17.975	22.346	3.878	20.341	24.219
Mirante do Paranapanema	-	0	0	-	0	0	17.834	3.497	21.331	14.734	7.175	21.909	6.921	8.538	15.459	4.634	10.545	15.179	6.380	9.833	16.213	7.014	10.045	17.059
Nantes	-	0	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	610	1.659	2.269	276	2.431	2.707
Narandiba	-	0	0	-	-	0	-	-	0	3.276	732	4.008	2.021	1.512	3.533	1.212	1.920	3.138	1.401	2.202	3.743	1.183	3.105	4.288
Piqueroibi	-	913	913	7.847	1.162	9.009	5.597	1.010	6.607	4.253	1.098	5.351	2.055	1.490	3.545	964	2.304	3.288	1.024	2.454	3.478	888	2.669	3.537
Prapozinho	-	985	985	25.711	2.378	28.089	20.418	6.289	26.707	7.126	8.796	15.922	3.586	14.332	17.918	1.964	19.028	20.992	1.389	20.715	22.104	1.232	23.462	24.694
Presidente Bernardes	19.336	3.166	22.502	22.600	4.359	26.959	24.040	5.764	29.804	17.427	8.163	25.590	7.376	8.408	15.784	5.426	10.885	16.311	4.508	10.154	14.662	3.070	10.500	13.570
Presidente Epitácio	-	783	783	3.875	2.509	6.384	8.541	10.425	18.966	9.039	17.389	26.428	6.237	23.371	29.608	4.124	30.727	34.851	2.943	36.355	39.298	2.773	38.545	41.318
Presidente Prudente	57.879	12.637	70.516	32.551	26.790	59.341	17.802	54.055	71.857	13.106	92.601	105.707	7.225	129.624	136.849	5.257	160.227	165.484	3.957	185.229	189.186	4.235	203.375	207.610
Presidente Venceslau	17.595	4.002	21.597	22.336	6.559	28.895	8.411	13.140	21.551	7.499	18.477	25.976	3.445	26.715	30.160	1.732	34.388	36.120	2.793	34.554	37.347	1.638	36.272	37.910
Rancharia	16.362	3.174	19.536	18.901	7.884	26.785	10.271	10.948	21.219	7.563	14.478	22.041	5.388	17.953	23.341	3.837	23.076	26.913	3.783	24.989	28.772	2.976	25.828	28.804
Regente Feijó	18.834	2.117	20.951	29.467	3.048	32.515	6.569	4.671	11.240	4.163	6.203	10.366	3.047	8.036	11.083	2.670	12.293	14.963	1.732	15.266	16.998	1.445	17.049	18.494
Ribeirão dos Índios	-	0	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	462	1.760	2.222	337	1.850	2.187
Rosana	-	0	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	-	-	0	18.031	6.198	24.229	3.833	15.858	19.691
Sandovalina	-	0	0	-	-	0	3.465	1.185	4.650	2.113	977	3.090	1.604	1.131	2.735	758	1.645	2.403	1.339	1.750	3.089	1.118	2.581	3.699
Santo Anasiácio	23.020	4.007	27.027	29.299	6.312	35.611	9.940	10.972	20.912	10.511	14.821	25.332	5.372	16.280	21.652	3.028	19.051	22.079	1.705	19.044	20.749	1.395	19.080	20.475
Santo Expedito	-	0	0	-	577	577	4.570	823	5.393	2.894	1.254	4.148	983	1.280	2.263	593	1.629	2.222	525	2.001	2.526	325	2.478	2.803
Taciba	-	662	662	-	452	452	6.356	683	7.039	6.217	884	7.101	2.224	2.300	4.524	1.439	3.311	4.750	979	4.242	5.221	862	4.852	5.714
Tarabai	-	0	0	-	-	0	3.834	1.367	5.201	2.056	1.543	3.589	1.389	2.176	3.565	783	3.931	4.714	559	5.227	6.788	498	6.109	6.607
Teodoro Sampaio	-	0	0	-	-	0	-	-	0	20.695	5.419	26.114	15.577	10.752	26.329	22.315	26.921	49.236	4.081	15.922	4.081	4.021	17.365	21.386
Total	173.964	41.788	215.752	265.786	77.978	344.764	234.351	145.868	380.219	198.347	230.373	426.720	107.335	315.454	420.769	81.968	417.085	499.053	80.423	473.318	537.619	59.874	523.829	583.703

Fonte: IBGE/Censo Populacional

Org: José Sobreiro Filho

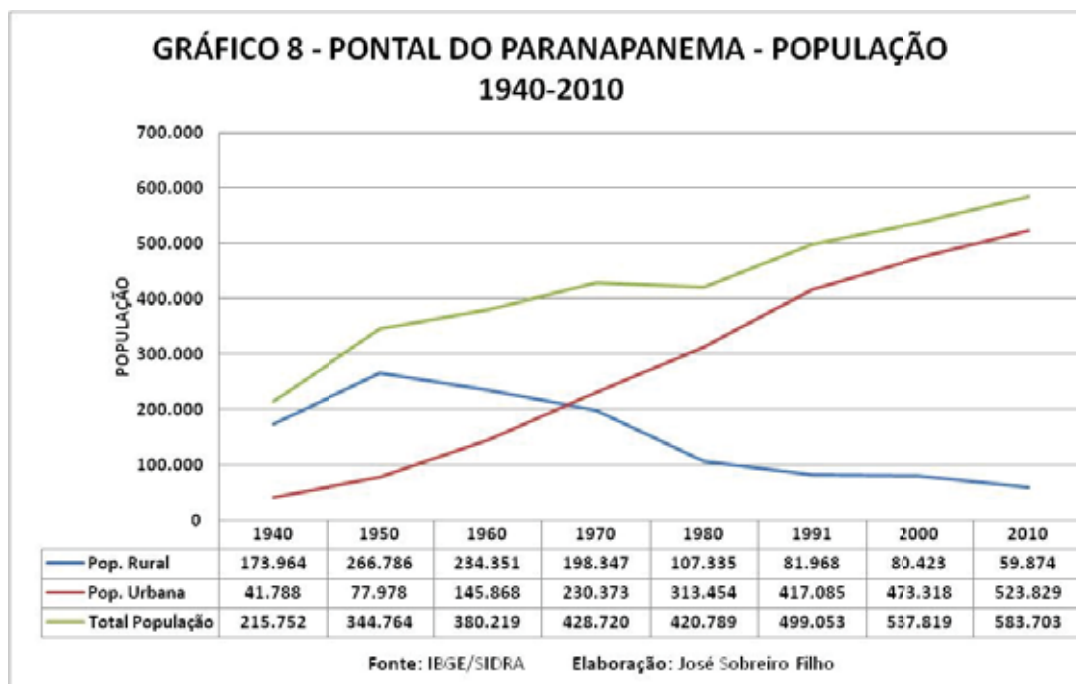


Tabela 6 – Pontal do Paranapanema – Crescimento Populacional – 1940-1970

1940			1950			1960			1970		
Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total
173.964	41.788	215.752	266.786	77.978	344.764	234.351	145.868	380.219	198.347	230.373	428.720
80,63	19,37	100,00	77,38	22,62	100,00	61,64	38,36	100,00	46,26	53,74	100,00

Fonte: IBGE/SIDRA Org: José Sobreiro Filho

Tabela 7 – Pontal do Paranapanema – Crescimento Populacional – 1980-2010

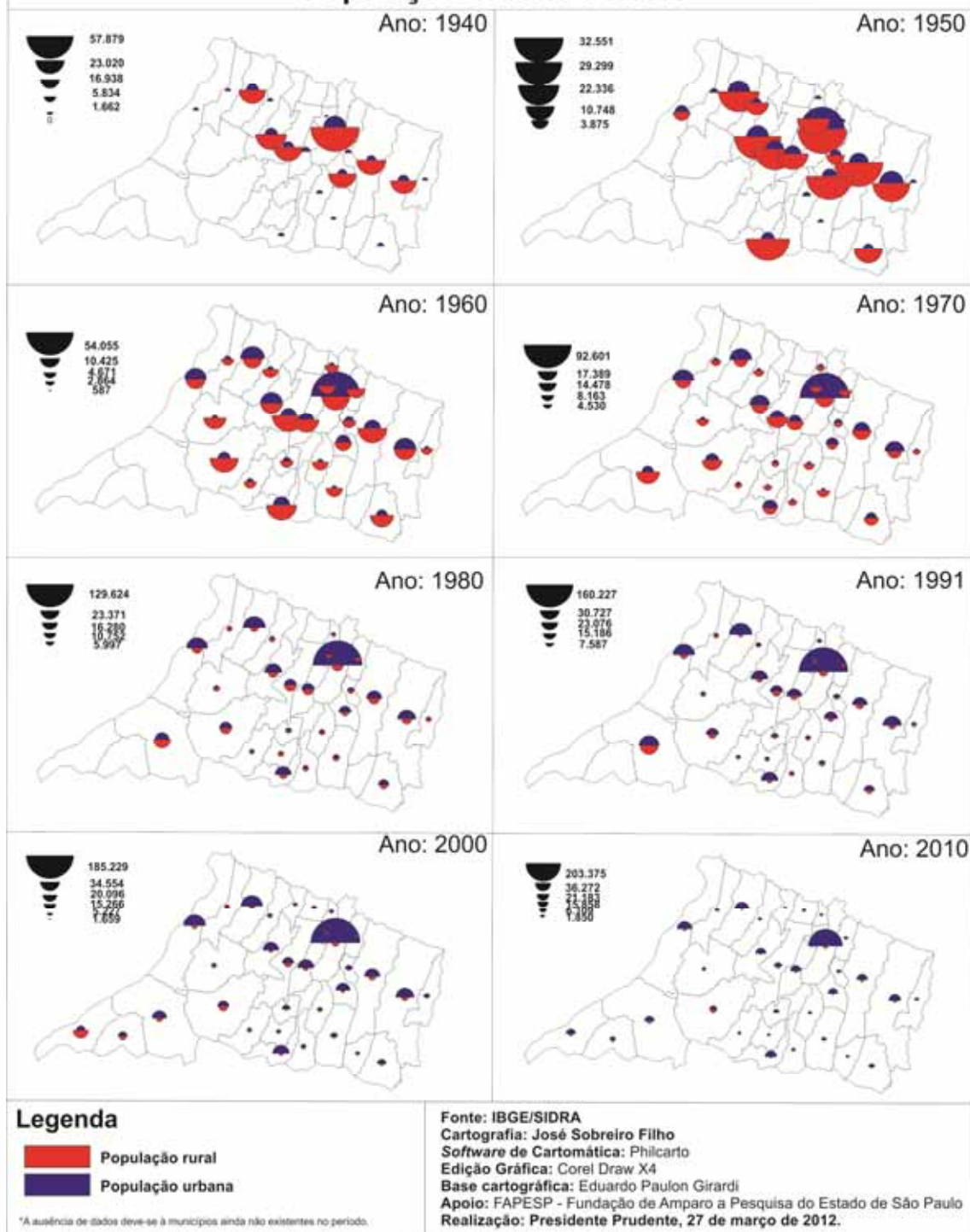
1980			1991			2000			2010		
Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total	Pop. Rural	Pop. Urbana	Total
107.335	313.454	420.789	81.968	417.085	499.053	80.423	473.318	537.819	59.874	523.829	583.703
25,51	74,49	100,00	16,42	83,58	100,00	14,95	88,01	102,96	10,26	89,74	100,00

Fonte: IBGE/SIDRA Org: José Sobreiro Filho

Como forma de melhor representar a mudança populacional ocorrida tanto no campo como na cidade elaboramos uma prancha (figura 18)¹³⁰ para que se pudesse vislumbrar a população rural e urbana do Pontal do Paranapanema desde a década de 40 até 2010, a concentração em determinados municípios como Presidente Prudente, o refluxo da população rural e o avanço da população urbana.

¹³⁰ Alguns dos municípios que não apresentam informações de população devem-se ao fato de ainda não terem sido criados.

Figura 18 - Pontal do Paranapanema - População - 1940-2010
População Urbana e Rural



Estrutura fundiária

A estrutura fundiária do Pontal do Paranapanema é um dos pilares da problemática de sua luta pela terra como discutiremos adiante, ou seja, a forma como se prostra a distribuição e concentração da terra é uma das bases da questão agrária da região. Na região essa concentração tem como principais representantes os latifúndios e o agronegócio. Para que pudéssemos compreender a maneira como está posta a estrutura fundiária do Pontal do Paranapanema e, então, poder dimensionar a concentração existente buscamos os dados do SNCR – Sistema Nacional de Cadastros Rurais do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Para vislumbrar as mudanças utilizamos as estatísticas cadastrais dos anos de 1992, 1998, 2003, 2010 e 2011. Quanto à natureza destes dados Girardi faz apontamentos importantes para a sua análise e confiabilidade:

Os dados da estrutura fundiária, em especial aqueles do INCRA, possuem uma dimensão política importante, com a qual devemos ser cuidadosos. O cadastro do INCRA é abastecido com dados de natureza declaratória, não havendo conferências com informações dos cartórios de registro de imóveis, o que indica a fragilidade do sistema. A declaração de uma área superior ou inferior à área real do imóvel pode ter como objetivo a redução de impostos, omissão de terras improdutivas, ampliação de crédito rural e grilagem de terras. Por isso, devemos considerar possíveis desvios principalmente no tamanho da área dos imóveis rurais. Esses possíveis desvios nos dados do INCRA não os inutilizam, pois essas práticas ilegais, por mais numerosas que possam ser, não se aplicam à maioria dos detentores. Os dados do IBGE não estão totalmente isentos desses possíveis desvios, porém, em virtude de sua finalidade censitária, acreditamos que haja menos interesse dos produtores em fornecer informações falsas. (GIRARDI, 2008 p. 78)

Contudo, mesmo com problemas referentes à confiabilidade dos dados, visto sua natureza declaratória, é de suma importância a análise destes dados por nos permitir uma leitura diferenciada por serem dados declarados também pelos principais causadores das distorções referentes à questão agrária e, apesar de representarem um pedaço da realidade e possivelmente escamotear uma concentração ainda maior, evidenciar uma significativa concentração. Visto a utilização destes dados e a fácil compreensão da estrutura fundiária organizamos as tabelas 8 e 9. Na tabela 8 organizamos os dados por classe de áreas e os classificamos em imóveis pequenos, médios e grandes, sendo que os pequenos varia de menos de 1 até 200 hectares, os médios variam de 200 até 2.000 hectares e os grandes acima de 2.000 hectares.

Durante o período de 1992 até 2011, com base na tabela 8, observa-se que o número de imóveis e de área em hectares cresceu, sendo que no ano de 1992 haviam 11.096 imóveis e área de 1.395.524 hectares e passou para 17.522 imóveis e 1.780.069 hectares em 2011, ou seja, ocorreu um crescimento de 57,91% do número de imóveis e 28,20% da área em hectares. Nos gráficos 9 e 10 fica nítido que as pequenas propriedades cresceram em número de imóveis e em área (hectares). As médias propriedades também cresceram em área e em número durante todo o período, sendo que comparada às pequenas e grandes propriedades é responsável pela maior área. O número e área das grandes propriedades cresceram até 2003, alcançando 139 propriedades e 511.479,60 hectares, e nos anos de 2010 e 2011 caiu para 118 e a área para 451.503,10 hectares.

Quanto à relação estabelecida pela análise é importante ressaltar que o crescimento da área e do número de imóveis são relativos e as leituras comparativas devem ser feitas com cuidado visto que o crescimento de um não é exatamente sinônimo do grande crescimento do outro, como, por exemplo: o crescimento do número de pequenos imóveis pode ocupar área muito inferior ao crescimento mais reduzido do número de imóveis grandes. Portanto, apesar do crescimento do número de imóveis pequenos a área pouco cresceu se comparado ao crescimento muito inferior do número de imóveis médios¹³¹. Ou seja, somente um olhar sobre o número de imóveis não nos permite vislumbrar os processos de concentração ou de desconcentração. Essa realidade fica mais clara ao compararmos os gráficos 9 e 10 e a tabela 8, pois se nos atentarmos somente para o número de imóveis poderemos falar que os imóveis pequenos estão crescendo muito mais que os imóveis médios e grandes. Da mesma maneira podemos falar da área para os imóveis médios.

Apesar do crescimento das pequenas e das médias propriedades em todo o período e de uma redução da área e número de imóveis das grandes propriedades as distancias se mantiveram e a concentração permaneceu. Podemos verificar que mesmo com o crescimento de 50,19% da área das pequenas propriedades a área das médias propriedades terem crescido 21,71% e das grandes propriedades 19,53% durante todo o período, a área da pequena é muito inferior às das demais, ou seja, para que se tivesse um crescimento proporcional a área das pequenas propriedades deveria crescer muito mais e para a desconcentração da terra a área das médias e grandes deveriam reduzir e a

¹³¹ É importante destacar que uma propriedade média ou grande pode equivaler a dezenas ou centenas de pequenas propriedades, por isso deve-se ter cuidado ao analisar e se atentar à equivalência.

área das pequenas crescer em detrimento das grandes e das médias. Esse processo fica ainda mais claro ao observamos que a pequena propriedade tivera o seguinte crescimento em área: 247.064 hectares em 1992; 395.979 hectares em 1998; 458.477 hectares em 2003; 511.362 hectares em 2010; e 521.265 hectares em 2011. A média teve o seguinte crescimento de área: 670.713 hectares em 1992; 767.519 hectares em 1998; 805.596 hectares em 2003; 812.806 hectares em 2010; e 816.301 hectares em 2011. Enquanto a grande cresceu até 2003 e depois diminuiu: 377.747 hectares em 1992; 431.783 hectares em 1998; 511.480 hectares em 2003; 451.448 hectares em 2010; e 451.503 hectares em 2011. É fundamental destacar que a área em disputa atual e, portanto, julgadas como devolutas correspondem à área das 118 grandes propriedades, ou seja, os 451.503 hectares.

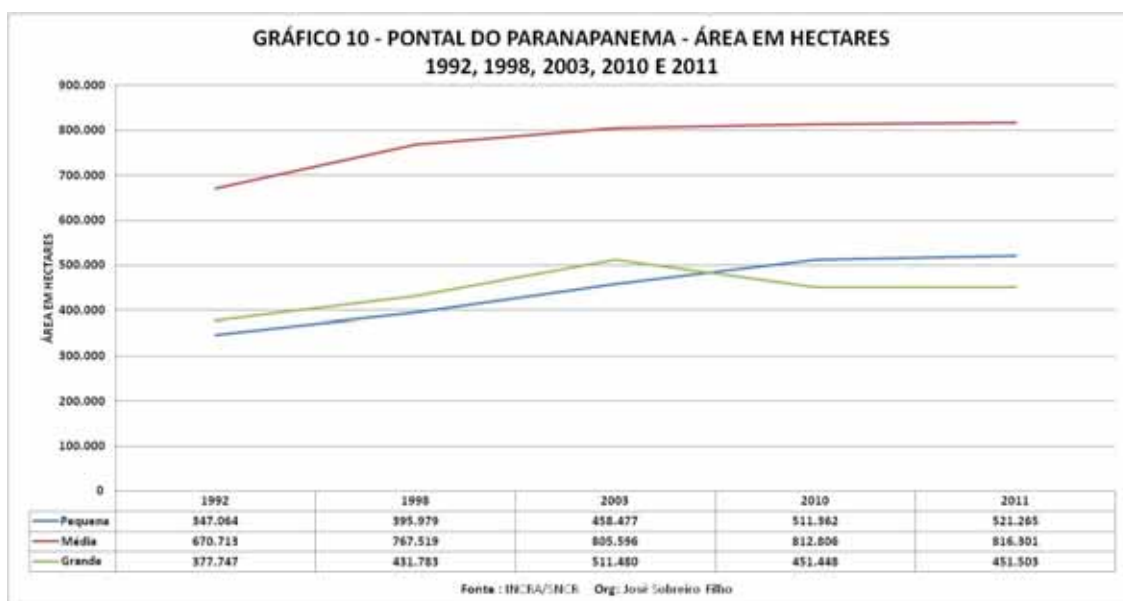
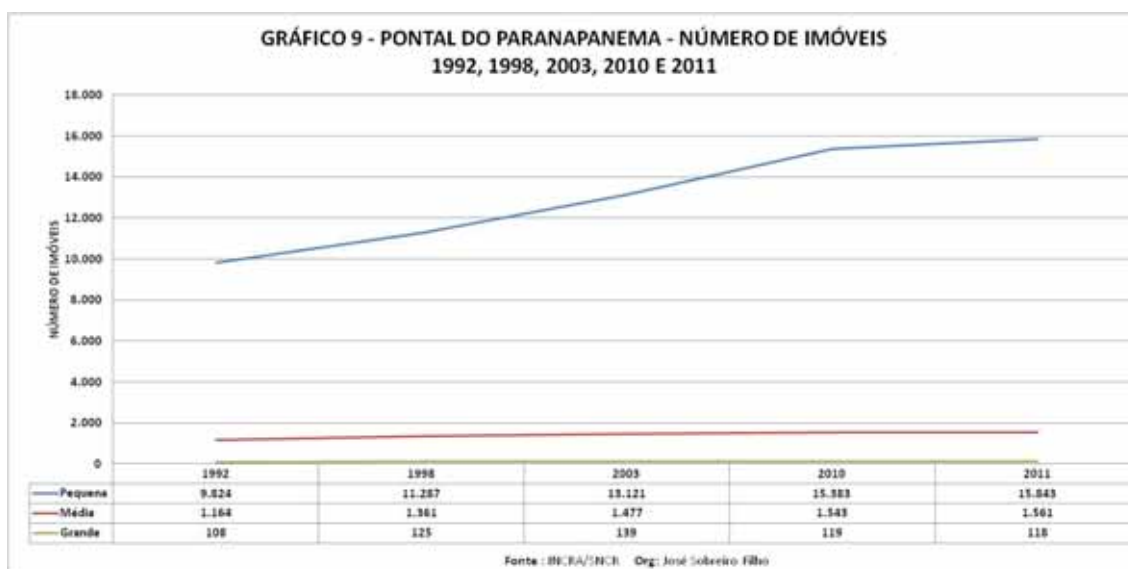


TABELA 8 – PONTAL DO PARANAPANEMA – MUDANÇAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR CLASSES DE ÁREA DE 1992, 1998, 2003, 2010 E 2011

Classes de Áreas		1992		1998		2003		2010		2011	
		Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
TOTAL		11.096	1.395.524,20	12.773	1.595.280,40	14.737	1.775.552,40	17.045	1.775.615,49	17.522	1.789.068,51
Pequena	Menos de 1	36	18,9	39	20,70	48	25,50	65	34,40	67	36,08
	1 a menos de 2	70	100,5	82	117,70	112	158,50	138	196,55	139	198,36
	2 a menos de 5	774	2.778,7	965	3.438,10	1.402	4.930,10	1.930	6.577,50	2.043	6.950,94
	5 a menos de 10	1.167	8.858,8	1.399	10.605,90	1.706	12.943,30	2.042	15.425,08	2.116	15.954,78
	10 a menos de 25	3.815	64.859,4	4.302	72.978,00	4.506	77.191,70	5.263	89.071,01	5.410	91.425,88
	25 a menos de 50	1.920	69.909,1	2.156	78.284,10	2.543	92.340,60	2.846	102.726,49	2.921	105.547,48
	50 a menos de 100	1.241	87.963,1	1.419	100.865,20	1.754	124.148,50	1.984	141.684,46	2.020	143.827,83
	100 a menos de 200	801	112.575,7	925	129.669,20	1.050	146.738,60	1.115	155.646,29	1.127	157.323,21
	200 a menos de 500	676	210.372,1	814	254.222,30	933	292.936,60	1.018	318.823,04	1.041	326.565,25
	500 a menos de 1.000	312	219.844,9	347	243.691,90	339	234.626,30	334	230.725,37	330	228.155,17
Grande	1.000 a menos de 2.000	176	240.495,9	200	269.604,50	205	278.033,10	191	263.257,43	190	261.580,43
	2.000 a menos de 5.000	91	255.080,9	107	295.675,30	115	335.179,90	101	306.232,10	99	297.211,53
	5.000 a menos de 10.000	16	108.716,6	16	107.674,50	23	161.816,20	16	117.511,87	17	126.587,67
	10.000 a menos de 20.000	1	13.949,6	2	28.433,00	1	14.483,50	2	27.703,90	2	27.703,90
	20.000 a menos de 50.000	0	0,0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	50.000 a menos de 100.000	0	0,0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	100.000 e mais	0	0,0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra, 2012.

Org: José Sobreiro Filho, 2011

É importante destacar que na região do Pontal do Paranapanema o crescimento dos médios imóveis à incorporação de pequenos, fragmentação de grandes e registros de áreas ainda não registradas. Deste modo, com base nos dados cadastrais do INCRA, fica claro que as pequenas propriedades estão crescendo em área e, sobretudo, em número de imóveis. No entanto, a média propriedade cresce também em área e em número de imóveis e se posicionado como a principal concentradora de terras e os imóveis grandes tem sofrido refluxo.

Contudo, o aumento dos imóveis e da área destes imóveis não se apresenta de maneira homogênea em toda a região. Há uma diferenciação de acordo com cada município, sendo que uns apontam variações mais acentuadas enquanto outros apenas sofrem pequenos aumentos ou decréscimos. Na tabela 9 temos os dados dos números de imóveis e as áreas ocupadas em hectares nos respectivos anos de 1992, 1998, 2003, 2010 e 2011. Em geral, observamos que ocorreu um crescimento de 6.426 imóveis sendo que no ano de 1992 haviam 11.096 imóveis e em 2011 subiu para 17.522 imóveis, ou seja, teve um crescimento de 57,91%. Quanto a área ocorreu um crescimento de 393.544,20 hectares visto que em 1992 havia 1.395.524,2 hectares e em 2011 passou para 1.789.068,40 hectares, ou seja, um crescimento de 28,20% da área total.

Em geral, com exceção aos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, o número de imóveis cresceu em todo municípios da região durante o período de 1992-2011. Quanto aos que mais cresceram cabe destaque aos municípios: Emilianópolis que em 1992 tinha 1 imóvel registrado e em 2011 passou para 131 imóveis, ou seja, obtendo crescimento de 23.000%; o município de Narandiba que em 1992 tinha 99 imóveis e passou para 285 imóveis no ano de 2011, ou seja, crescendo 187%; o município de Mirante do Paranapanema que em 1992 tinha 510 imóveis e passou para 1.159 imóveis em 2011, ou seja, obteve crescimento de 127,25%; o município de Regente Feijó que em 1992 tinha 299 imóveis e passou para 664 imóveis no ano de 2011, ou seja, cresceu 122,07%; o município de Sandovalina que em 1992 tinha 71 imóveis e passou para 155 imóveis no ano de 2011, ou seja, cresceu 118,31%; o município de Taciba que em 1992 tinha 210 imóveis e passou para 443 imóveis no ano de 2011; e o município de Presidente Prudente que em 1992 tinha 803 imóveis e passou para 1.644 imóveis no ano de 2011, ou seja, crescendo 104,73%.

Quanto ao crescimento da área destacam-se os municípios: Emilianópolis que 1992 a área era de 1.322,8 hectares e passou para 15.703,23 hectares no ano de 2011, ou

seja, ocorreu um crescimento de 1.087,12%; o município de Teodoro Sampaio que em 1992 a área era de 113.000,20 hectares e passou para 222.230,77 hectares no ano de 2011, ou seja, ocorreu um crescimento de 96,66%; o município de Tarabai que em 1992 a área era de 14.401,30 hectares e passou para 20.957,21 hectares em 2011, ou seja, ocorreu um crescimento de 45,52%; o município de Estrela do Norte que em 1992 a área era de 15.374,60 hectares e passou para 22.043,65 hectares em 2011, ou seja, teve crescimento de 43,38%; o município de Regente Feijó que em 1992 a área era de 20.030,50 hectares e passou para 28.368,06 hectares no ano de 2011, ou seja, cresceu 41,62%; e o município de Presidente Prudente que em 1992 a área era de 39.609,4 hectares e passou para 55.973,74 hectares em 2011, ou seja, ocorreu crescimento de 41,31%.

Por fim, em geral a área média dos imóveis pequenos, médios e grandes também foi alterada. De acordo com os gráficos 11 e 12 observa-se que a área média dos imóveis grandes aumentou de 3.497,66 hectares no ano de 1992 para 3.826,30 hectares no ano de 2011, ou seja, ocorreu crescimento de 328 hectares na média das áreas (9,39%). Os imóveis médios tiveram uma redução da área média visto que no ano de 1992 era 576,21 hectares e passou para 522,93 hectares em 2011, ou seja, ocorreu uma queda de 53,28 hectares na média (9,24%). Nos imóveis pequenos também ocorreu queda, sendo que no ano de 1992 era de 35,33 hectares e passou para 32,90 hectares no ano de 2011, ou seja, a redução foi de 2,43 hectares da área média (6,86%). Contudo, apesar de serem informações muitíssimo interessantes não temos como afirmar com exatidão se os crescimentos apresentados são frutos de crescimentos das áreas de cada extrato ou se são apenas o crescimento do número de registros e declarações no Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Esta contextualização histórica e caracterização da conjuntura atual da região nos serve para entender quais os reais condicionantes da luta pela terra, ou seja, o qual a estrutura dada até o momento em que os movimentos socioterritoriais do Pontal do Paranapanema comaçaram e intensificaram a sua luta. Neste sentido, a trajetória de ocupação ilegal da região, o desenvolvimento da agricultura capitalista e sua estrutura fundiária concentrada são pontos fundamentais e que se vinculam ao que debateremos no capítulo a seguir.

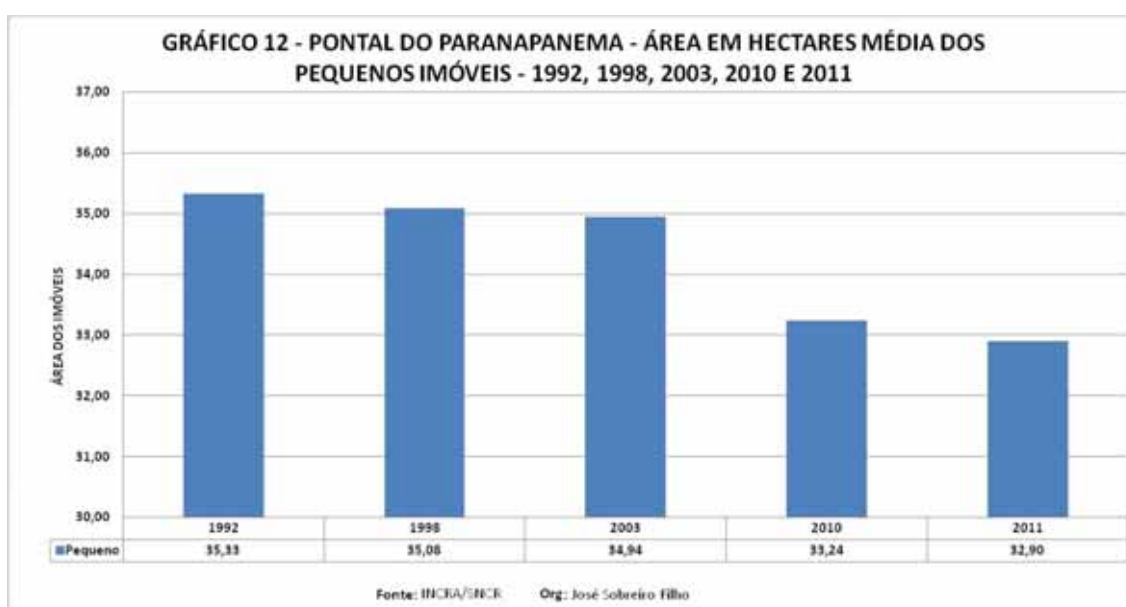
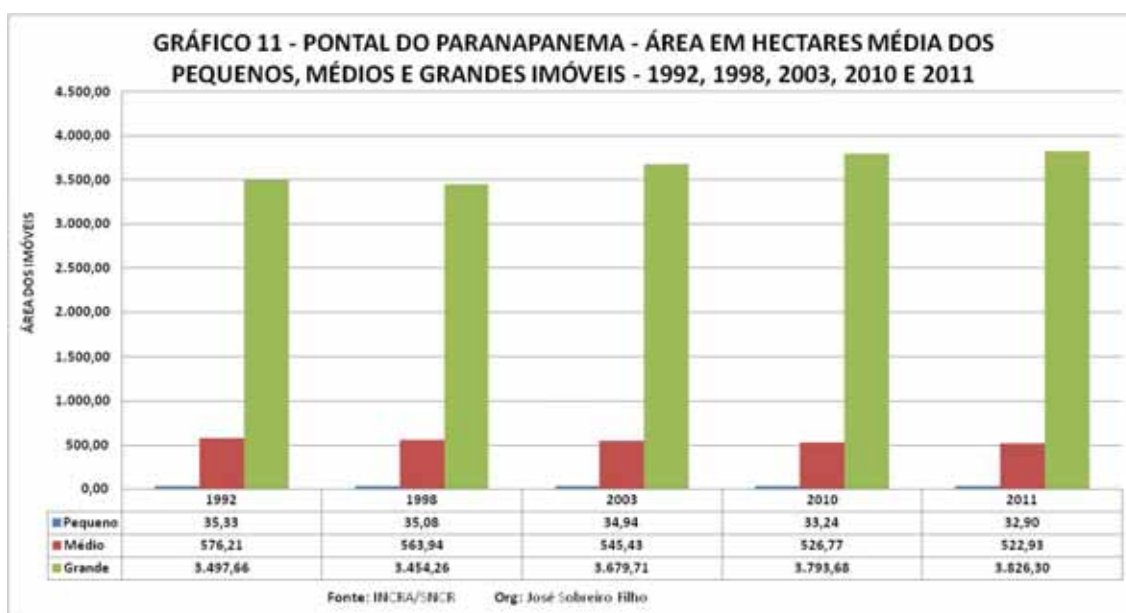


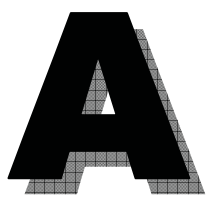
Tabela 9 - Pontal do Paranapanema - Mudanças na Estrutura Fundiária Municípios - 1992, 1998, 2003, 2010 e 2011

Municípios	1992				1998				2003				2010				2011			
	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%	Nº de Imóveis	%	Área (ha)	%
Pontal do Paranapanema	11.096	100	1.395.524,2	100,00	12.773	100,00	1.595.280,4	100,00	14.737	100,00	1.775.552,4	100,00	17.045	100,00	1.775.615,46	100,00	17.522	100,00	1.789.068,40	100,00
Alfredo Marcondes	428	3,86	11.221,3	0,80	484	3,79	12.357,2	0,77	584	3,96	13.544,0	0,76	665	3,90	14.342,63	0,81	698	3,98	14.639,44	0,82
Álvares Machado	848	7,64	27.425,3	1,97	983	7,70	30.357,6	1,90	1.152	7,82	32.574,7	1,83	1.313	7,70	34.707,57	1,95	1.361	7,77	34.904,09	1,95
Ahumadas	240	2,16	29.763,8	2,13	297	2,33	34.566,8	2,17	366	2,48	33.549,5	1,89	440	2,58	37.613,36	2,12	459	2,62	38.170,29	2,13
Caiaubi	340	3,06	15.866,4	1,14	385	3,01	19.397,7	1,22	404	2,74	19.078,7	1,07	447	2,62	21.792,35	1,23	458	2,61	21.879,03	1,22
Caiuá	263	2,37	50.213,1	3,60	282	2,21	54.103,9	3,39	205	1,39	55.709,4	3,14	311	1,82	57.512,17	3,24	320	1,83	57.952,64	3,24
Emilianiópolis	1	0,01	1.322,8	0,09	36	0,28	4.210,2	0,26	129	0,88	12.251,0	0,69	213	1,25	15.220,90	0,86	231	1,32	15.703,23	0,88
Estrela do Norte	159	1,43	15.374,6	1,10	180	1,41	19.860,0	1,24	200	1,36	20.330,3	1,15	212	1,24	22.043,31	1,24	213	1,22	22.043,65	1,23
Euclides da Cunha Paulista	335	3,02	36.043,1	2,58	383	3,00	45.930,4	2,88	230	1,56	43.905,1	2,47	241	1,41	33.043,84	1,86	239	1,36	40.258,52	2,25
leipê	369	3,33	55.970,2	4,01	407	3,19	67.197,8	4,21	417	2,83	53.589,3	3,02	438	2,57	43.569,74	2,45	443	2,53	44.626,53	2,49
Indiana	203	1,83	8.927,2	0,64	232	1,82	10.453,0	0,66	270	1,83	11.378,6	0,64	311	1,82	12.183,27	0,69	313	1,79	12.246,66	0,68
João Ramalho	195	1,76	33.383,3	2,39	230	1,80	34.993,6	2,19	248	1,68	39.060,2	2,20	273	1,60	39.276,50	2,21	284	1,62	39.120,90	2,19
Marabá Paulista	262	2,36	73.384,3	5,26	296	2,32	84.563,9	5,30	287	1,95	86.776,4	4,89	316	1,85	79.195,08	4,46	321	1,83	81.312,58	4,54
Martinópolis	569	5,13	86.280,9	6,18	680	5,32	108.770,0	6,82	834	5,66	114.630,0	6,46	900	5,28	104.028,36	5,86	913	5,21	103.782,38	5,80
Mirante do Paranapanema	510	4,60	86.980,3	6,23	558	4,37	98.685,4	6,18	840	5,70	100.161,3	5,64	1.115	6,54	98.320,41	5,54	1.159	6,61	99.201,68	5,54
Nantes									111	0,75	21.077,0	1,24	122	0,72	24.308,65	1,37	132	0,75	25.631,46	1,50
Narandiba	99	0,89	35.896,9	2,57	110	0,86	39.248,9	2,46	248	1,68	26.687,8	1,50	280	1,64	40.462,16	2,28	285	1,63	40.264,61	2,25
Piquerobi	258	2,33	40.236,9	2,88	278	2,18	42.910,9	2,69	327	2,22	46.310,6	2,61	361	2,12	53.228,89	3,00	364	2,08	53.282,28	2,98
Pirapozinho	285	2,57	32.059,7	2,30	317	2,48	36.050,2	2,26	397	2,69	35.566,3	2,00	452	2,65	39.437,87	2,22	457	2,61	40.797,45	2,28
Presidente Bernardes	991	8,93	78.441,60	5,62	1.090	8,53	84.449,1	5,29	1.264	8,58	86.782,7	4,89	1.440	8,45	88.250,54	4,97	1.481	8,45	90.261,66	5,05
Presidente Epitácio	483	4,35	100.261,7	7,18	513	4,02	113.514,5	7,12	403	2,73	106.148,0	5,98	616	3,61	103.979,57	5,86	633	3,61	101.692,46	5,68
Presidente Prudente	803	7,24	39.609,4	2,84	1.009	7,90	43.527,8	2,73	1.370	9,30	50.872,8	2,87	1.600	9,39	55.683,90	3,14	1.644	9,38	55.973,74	3,13
Presidente Venceslau	408	3,68	62.979,2	4,51	467	3,66	70.242,4	4,40	540	3,66	71.445,3	4,02	576	3,38	69.645,20	3,92	583	3,33	68.848,48	3,85
Rancharia	619	5,58	125.391,3	8,99	713	5,58	150.922,5	9,46	810	5,50	153.120,1	8,62	899	5,27	168.496,24	9,49	924	5,27	163.972,57	9,17
Regente Fajó	299	2,69	20.030,5	1,44	415	3,25	23.509,9	1,47	519	3,52	25.516,4	1,44	642	3,77	28.400,21	1,60	664	3,79	28.368,06	1,59
Ribeirão dos Índios	-	-	-	-	-	-	-	-	45	0,31	2.881,9	0,16	91	0,53	4.253,29	0,24	95	0,54	7.061,41	0,39
Rosana	370	3,33	39.532,5	2,83	429	3,36	57.623,7	3,61	240	1,63	60.718,0	3,42	250	1,47	47.417,11	2,67	263	1,50	47.618,05	2,66
Sandovalina	71	0,64	36.839,6	2,64	90	0,70	46.285,3	2,90	116	0,79	46.118,9	2,60	143	0,84	47.890,58	2,70	155	0,88	48.259,67	2,70
Santo Anastácio	683	6,16	67.632,0	4,85	776	6,08	73.510,5	4,61	890	6,04	83.330,2	4,69	952	5,59	80.597,00	4,54	968	5,52	78.802,87	4,40
Santo Expedito	154	1,39	9.176,1	0,66	177	1,39	10.146,2	0,64	204	1,38	10.361,3	0,58	233	1,37	11.690,88	0,66	236	1,35	11.597,33	0,65
Taciba	210	1,89	47.878,7	3,43	277	2,17	51.638,9	3,24	332	2,25	52.786,3	2,97	426	2,50	58.408,81	3,29	443	2,53	58.406,68	3,15
Tarabai	120	1,08	14.401,3	1,03	133	1,04	17.425,0	1,09	185	1,26	19.399,4	1,09	203	1,19	20.734,55	1,17	206	1,18	20.957,21	1,17
Teodoro Sampaio	521	4,70	113.000,2	8,10	546	4,27	108.847,1	6,82	570	3,87	238.990,0	13,46	564	3,31	219.798,52	12,38	577	3,29	222.230,77	12,42

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra, 2012.

Org: José Sobreiro Filho

CAPÍTULO 3 - A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA



Apesar das experiências anteriores, conforme apontaremos a seguir, a luta pela terra na região emergiu mais intensamente na década de 90. O MST foi o movimento de maior atuação e, portanto, ditou predominantemente os ritmos da luta pela terra na região. Além de ter sido o movimento que mais avançou na construção da identidade dos sem-terra no Pontal do Paranapanema foi também um movimento socioterritorial que criou formas de enfrentamentos em diferentes esferas. Tamanha foi sua expressão que alguns dos movimentos emergentes na região tiveram como objetivo de luta criar oposição às formas de luta pela terra realizada pelo MST e disputar espaços com o mesmo. O MST também se caracterizou como um importante movimento, de onde, consequentemente, surgiram muitos outros movimentos através dos processos de dissensão. As dissensões foram surgindo no transcorrer das lutas e muitos emergidos por diferenças de opiniões e formas de se fazer e conduzir a luta na região. Sobre este assunto abordaremos de um modo mais detalhado na terceira parte do trabalho.

Da mesma maneira que os precursores do processo de ocupação, povoamento e posse da região do Pontal do Paranapanema viam uma oportunidade de conquistar uma terra habitada por "índios ferozes" e "amansá-la" através de métodos violentos e cruéis, os sem-terra também viram na região a oportunidade de lutar por uma terra indevidamente apropriada e enfrentar os latifundiários que de fato foram realmente ferozes e cruéis para enfim e torná-la produtiva de modo que servisse e beneficiasse à sociedade. No entanto, apesar da semelhança de objetivos de se conquistar a terra para reprodução social, há diferenças muito significativas entre ambos os processos de disputa territorial. A primeira diferença é que a posse da terra para os precursores tinha como finalidade de comercialização enquanto para os trabalhadores sem terra tinha a finalidade de promover, de um modo geral, a reinserção, recriação do campesinato através da reforma agrária, na terra para a produção e assegurar a sua existência. A segunda diferença mais notável é a apropriação indevida com falsificação de documentos por parte dos latifundiários e por parte do movimento a luta por uma terra da união que está concentrada e sem desdobramentos sociais (função social e índice de produtividade baixo ou quase nulo). A terceira refere-se à organização e diferença do modo de produção, visto que ambos têm diferenças políticas, sociais, ambientais, antropológicas e econômicas diametralmente opostas.

Deste modo, como forma de resgatar e analisar esse importante período de luta, compreender e identificar o surgimento das dissensões, identificar e interpretar as

variações e intensidade da luta pela terra na região organizamos este capítulo em três partes complementares, que correspondem a fases distintas da luta pela terra, visando ressaltar os diferentes períodos de luta que envolveu a região do Pontal do Paranapanema. Na primeira parte apresentamos a fase de criação do MST na região destacando as primeiras lutas, o crescimento, a organização, as formas de luta e o desenvolvimento do movimento no período de 1990 até 1994. Destacamos que esta foi a primeira fase da luta pela terra promovida pelo MST porque além de ter sido o período de origem do movimento também deu condições para ampliar suas ações e promover ações combativas perante o latifúndio e, sobretudo, para a classe ruralista do Pontal do Paranapanema. A segunda parte reflete a fase de intensificação das ações do MST na região e a intensa e violenta repressão do latifúndio durante o período de 1994-1998. Este foi um período de resposta dos latifundiários para o MST na região. Além das inúmeras ameaças e registros de violência em suas diversas faces noticiada pelos principais jornais do país e da região, também tivera como marco a intensificação das conquistas para o movimento e a marcante presença repressiva da UDR – União Democrática Ruralista que emergiu no período e foi fundamental agente contrário à luta pela terra. As dissensões e o surgimento de diferentes movimentos socioterritoriais no Pontal estão concentradas na terceira parte. Esta fase marca a diversidade de movimentos na luta pela terra tanto como consequência de dissensões quanto por criação. Assim identificamos e nos atemos a mostrar quais, onde e quando os movimentos passaram a realizar ocupações, cessaram suas atividades e as intensificaram.

Em geral, remontar a história dos movimentos no Pontal do Paranapanema nos permite vislumbrar como foram construídas as formas de enfrentamento na região e como aos pouco em um constante processo dialético foi construída a práxis dos movimentos camponeses da região e como se deu o processo de dissensão. Deste modo nesta parte do trabalho nos arriscamos a realizar uma leitura sobre esses complexos processos na região do Pontal do Paranapanema.

3.1 Da luta na terra da Liga Camponesa de Santo Anastácio à Gleba Santa Rita

A luta pela e na terra na região do Pontal do Paranapanema é muito anterior à organização dos movimentos camponeses contemporâneos. Como apontamos anteriormente, Leite (1998) evidencia que a região do tivera muitos conflitos causados pela posse da terra e pelo surgimento de grilos. Muitos destes conflitos terminavam em grandes conflitos e assassinatos tanto entre grandes proprietários quanto entre grandes e pequenos. A figura do “quebra-milho” foi considerada célebre neste processo conflituoso, pois tinha como principal atividade expulsar grileiros e posseiros através de métodos violentos (LEITE, 1998, p. 53). Predominantemente, suas ações resultavam em grandes pelepas e mortes. Contudo, apesar de comum na região, não motivou a consolidação e construção de um movimento socioterritorial organizado que lutava contra o violento processo expropriador, pois a luta centrava-se na problemática da resistência na terra contra o processo expropriador e da ilegitimidade da posse.

O surgimento da luta tem as suas origens com a emersão das ligas camponesas na década de 40. Segundo Welch (2009, p. 5) no Pontal do Paranapanema a liga camponesa se estabeleceu no município de Santo Anastácio em abril do ano de 1946 com o fito de defender os direitos dos trabalhadores que constantemente reclamavam de problemas trabalhistas. A liga de Santo Anastácio compreendeu o processo de surgimento de inúmeras ligas em todo o Brasil que nascera sobre forte influência do PCB – Partido Comunista do Brasil, cuja principal ação centrava-se no nordeste do país (ANDRADE, 1986). A atuação do Partido Comunista do Brasil tinha como objetivo alcançar a revolução comunista e como estratégia de organização dos trabalhadores rurais investiu em sindicatos rurais e ligas camponesas. É importante ressaltar como destaca Andrade (1986, p. 25) que o campesinato era visto em segundo plano quanto à atuação e realização da revolução comunista esperada. Welch aponta a contribuição das Ligas Camponesas para o PCB e para a projeção do próprio campesinato no cenário político:

Elas atuaram ainda como organizações de representação de classe, procurando ajudar seus quadros a endereçar petições ao governo em questões relacionadas aos custos da terra, à produção agrícola e à renda. O PCB enxergou nas ligas um meio de se fazer forte enquanto fortalecia trabalhadores rurais e pequenos agricultores, um segmento socioeconômico pouco representado e geralmente esquecido pelo estado brasileiro. As ligas também serviram como um grupo de pressão para ajudar o PCB e sua delegação a argumentar em favor da

reforma agrária na Assembleia Constituinte de 1946 (WELCH, 2009, p. 4).

No Pontal do Paranapanema a Liga de Santo Anastácio foi a organização pioneira do campesinato por condições de trabalho e cumprimento de contratos. Segundo Welch (2009, p. 4-5) a liga agrupou e contou com a participação em sua fundação de *“mais de 200 camponeses, em sua maioria arrendatários sitiantes, meeiros e terceiros”* e objetivava *“orientar a luta dos trabalhadores em busca de melhoria das condições de vida dos trabalhadores da terra”*. Dentre as ações tomadas em seu curto período de existência destaca-se uma carta denunciando as péssimas condições que os camponeses da região enfrentavam como o alto preço do arrendamento das terras, problemas de contratos de parceria/arrendamento, o baixo preço de seus produtos no mercado, etc.

Contudo, o resultado da denuncia foi a repressão à Liga promovida pelo Estado. Deste modo, a liga foi fechada em junho de 1946 (WELCH, 2009, p. 7). Assim, a Liga Camponesa de Santo Anastácio que para o campesinato era vista como um movimento que visava a conquista de direitos e melhores condições de vida e trabalho e que representavam a classe trabalhadora também era vista pela como incomoda, insubordinada e ameaçadora pelos ruralistas, terminou por ser fechada e seus documentos apreendidos pela forte repressão policial. Mais tarde o PCB também foi posto na ilegalidade e as organizações foram proibidas e assim se manteve durante toda a década de 50, pois cada vez mais as ideias comunistas como o “perigo vermelho” e as organizações de trabalhadores representavam ameaças aos dominantes. Em pouco tempo houvera forte repressão ao PCB que coibiram as suas estratégias de articulação de trabalhadores, camponeses e o seu crescimento na região.

Depois da Liga Camponesa de Santo Anastácio ocorreram poucas experiências de movimentos camponeses no Pontal do Paranapanema. A problemática da grilagem e más condições de produções dos camponeses persistiram durante os anos. No transcorrer dos anos a maioria das conquistas, que por sinal não foram muitas, se deram em âmbito nacional. No entanto, o avanço e estabelecimento do capitalismo em no país também tiveram feições perversas no Pontal do Paranapanema com a intensificação do uso de tecnologias, a substituição do trabalhador por máquinas, a expropriação, o êxodo rural, a concentração da terra, o aumento da desigualdade social, o desmatamento.

Na década de 70 a luta voltou a ganhar atenção na região com o caso da luta pela Gleba Santa Rita. Esta foi uma longa luta que envolveu conflitos e repressão policial. O uso da violência das famílias que lutavam pela gleba se expressou na expulsão, queima de pertences, destruição da plantação, morte de animais de criação e envenenamento das nascentes (WELCH, 2009). Contudo, apesar da repressão que favorecia o estabelecimento e desenvolvimento da agricultura capitalista, as famílias permaneceram lutando. Em 1975 o caso da luta pela Gleba/Fazenda Santa Rita passou a chamar a atenção da imprensa local e o caso ganhou novamente representação na região. No entanto, o caso desta luta somente foi resolvido em 1986 com a realização da desapropriação da Gleba pelo Presidente José Sarney (WELCH, 2009). De fato, apesar de morosa e custosa, a desapropriação da Gleba Santa Rita simbolizou uma grande conquista para os camponeses na região.

Este período de emergência da luta na região se cruzou com a espacialização e fortalecimento do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no país, que seguia arregimentando em todo o país milhares de camponeses e demais trabalhadores rurais para realizar a luta pela terra e reivindicar a realização da reforma agrária. Não obstante, é importante ressaltar que apesar de a Liga Camponesa de Santo Anastácio ter sido uma breve experiência de organização e resistência dos camponeses foi pioneira em evidenciar as problemáticas da questão agrária, ou seja, as feições perversas causadas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e como os camponeses eram afetados por esse processo. Também foi importante referência por se constituir primeira referência de movimento socioterritorial organizado na região e que sua curta existência expressou as estratégias repressivas da classe dominante. Deste modo, apesar de reprimida, a luta campesina retoma seu papel e importância décadas depois com o surgimento e consolidação do MST na região.

3.2 A luta pela terra no Pontal do Paranapanema e os princípios da formação do MST

A luta pela terra no Pontal do Paranapanema e a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está atrelada às experiências de movimentos anteriores na região (FERNANDES, 1994). Para melhor compreendermos sua origem e formação optamos por remontar à trajetória de luta e atuação do Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo. Sua experiência na disputa pela Fazenda Primavera em Andradina - SP configurou-se em um grande tentame que contribuiu para a criação e articulação de um movimento socioterritorial que foi uma das bases do MST na região. Apesar das experiências mais isoladas de luta pela terra na região como foi o caso da Fazenda/Gleba Santa Rita, o Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo se conformou como um movimento socioterritorial organizado que iniciou o processo de arregimentação dos trabalhadores rurais entre outros.

Fernandes (1994, p. 80) faz uma análise meticulosa sobre a luta dos trabalhadores rurais e posseiros do oeste do estado de São Paulo cujo marco de organização e luta foi o conflito pela fazenda Primavera que se localizava nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência. Segundo o autor a base histórica que fundamenta a problemática e conflitualidade que emergiu o movimento remonta à década de 20 com o processo migratório de nordestinos, mineiros e imigrantes que vieram para a região com o escopo de adquirir terras. Assim como o Pontal do Paranapanema, explicitado anteriormente, a fazenda primavera também tem enraizamentos na prática da grilagem. Abdala, “proprietário” da fazenda, manteve relações com parcela significativa de posseiros que se alocaram em sua fazenda sob a condição de cobrar deles a renda da terra, venda exclusiva da produção para o proprietário e outras condições como a de preços elevados das mercadorias no armazém da propriedade. Essas práticas ainda estavam repletas de irregularidades e de fraudes quanto à pesagem da produção e altas taxações (FERNANDES, 1994, p. 80).

Fernandes aponta que estas práticas caminhavam no sentido de através do endividamento expropriarem os posseiros e de torná-los dependentes do proprietário. Outras táticas que o autor apresenta sobre o processo expropriatório foi o de expansão da pecuária na fazenda e a ação de jagunços que controlavam a entrada e saída da fazenda, prejudicavam a lavoura dos posseiros ao soltar o gado nelas e mantinham práticas expropriatórias embasadas na violência como aponta Fernandes:

Existiram outros tipos de violências, que caracterizam muito bem a história da expropriação, como por exemplo botar fogo nas casas dos posseiros, assassinato de um trabalhador e ameaças de morte aos outros por parte dos jagunços, etc. (1998, p. 81)

Diante desta situação conflituosa e da intensa violência e abuso que os posseiros vinham passando, os mesmo optaram por se organizar para lutar contra a opressão do “proprietário” conforme apresenta Fernandes, Apud Fernandes (1994, p. 81):

“[...] em setembro de 1979, cansados de tentar em vão um acordo com os administradores da fazenda Primavera, 120 agricultores foram ao Fórum da Comarca de Andradina, solicitar intervenção judicial para impedir que 5 mil cabeças de gado continuassem destruindo suas lavouras. A partir desta época, realizam-se constantes reuniões entre trabalhadores, a Comissão de Justiça e Paz local, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Presidente da FETAESP, com o objetivo de buscar uma solução para o problema.” (FERNANDES, 1985, p. 54-55)

A luta dos posseiros contou com o apoio da igreja, logo com a formação da CPT – Comissão Pastoral da Terra (local), e da FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de São Paulo. Segundo o autor a aproximação da CPT com o movimento dos posseiros contribuiu significativamente para a construção dos espaços de socialização política. Fernandes (1994, p. 82) aponta que o processo de organização e reflexão de luta levou dez meses. Depois, com intermédio da CPT, foi contratado um advogado para veicular a luta na esfera jurídica. Com o desenrolar da luta e aumento da pressão muitos posseiros sofreram ameaças, mas de fato a luta progrediu, sobretudo, na organização dos posseiros (Fernandes, 1994 apud Fernandes, 1985)¹³². As mulheres, que até então não tinham voz ativa, também foram mobilizadas pela equipe pastoral. Fernandes (1994, p. 84) destaca que a participação e a troca de experiências desenvolvidas no cotidiano dos trabalhadores contribuíram muito neste processo em busca de algo novo e da superação dos problemas, sobretudo, porque:

O novo se explicita pela criação da práxis, da resistência e controle sobre o seu próprio espaço. Assim procuram as saídas, as alternativas, para uma realidade determinada. Estas são encontradas na construção de novas realidades, na conquista de novos espaços. (FERNANDES, 1994, p. 84)

Os avanços organizativos dos posseiros surtiram efeitos e ameaçou os interesses dos proprietários. Houveram várias ações de protesto e violência contra as conquistas do

¹³² Fernandes aponta que houvera significativo avanço sobre a reflexão da “realidade vivida” e organização de grupos de base e realização de assembleias para realizar o debate das reflexões (1994, p. 82).

movimento e contra as novas formas de resistência. No entanto, mesmo com a forte repressão e ameaças dos jagunços, os posseiros foram vitoriosos na luta pela fazenda primavera. Segundo Fernandes (1994, p. 84) a vitória ocorreu em 8 de julho de 1980 com o decreto de desapropriação da fazenda e em 1981 os primeiros títulos foram entregues à 264 famílias de posseiros e no início de 1982 um grupo de 13 famílias de boias-frias que lutavam por uma área remanescente da fazenda foram incorporados durante a elaboração do projeto de assentamento. De acordo com o autor foram “*Das experiências dessas lutas começa, na região de Andradina, o processo de formação do Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo*” (1994, p. 84).

Fernandes (1994, p. 85) aponta que a primeira ação do Movimento dos Sem Terra do Oeste do estado de São Paulo foi a realização da ocupação por um grupo de aproximadamente 50 famílias em uma área que tinha sido destinada à Associação dos Moradores da Fazenda Primavera, mas que teria ficado praticamente abandonada. As famílias foram despejadas e acamparam na rodovia SP 563 e posteriormente, devido à ocupação, o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Segundo Fernandes:

Estes trabalhadores em organização, que se autodenominaram Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo, começaram então a enviar representantes aos encontros da CPT e a participar da articulação “com outros estados onde existe o Movimento dos Sem Terra (como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). (MST, 1983:37).

Esta conquista ficou, então, registrada na memória da luta e nos documentos do MST como o princípio da história da organização do Movimento no estado de São Paulo. (FERNANDES, 1994. p. 85)

Assim com o surgimento Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo a luta pela terra no oeste do estado de São Paulo passa a tomar novas configurações e mais força. A articulação com demais movimentos camponeses emergentes e a conquista da fazenda Primavera foram as mais significativas neste período. De fato a vitória da fazenda primavera sinalizou uma possibilidade e a abertura para os caminhos dos movimentos fortalecendo a luta e impulsionando a luta e a articulação com demais movimentos camponeses apontada por Fernandes (1994, p. 85) representou um salto importante para o movimento tanto na intensificação da luta quanto no início da formação do MST no estado de São Paulo. É de fundamental importância destacar que a maior parte do salto realizado pelo movimento devia-se à superação dos problemas

políticos, às trocas de experiência, à articulação com a CPT e o intercâmbio com os novos movimentos emergentes que o movimento construiu a partir das lutas diárias.

Fernandes (1994, p. 86) aponta que assim como se estabelecia o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo na região de Andradina outros movimentos também se estabeleciam nas demais regiões como: Alta Noroeste, Alta Sorocabana, Araraquara, Campinas, Campos de Itapetininga e a Baixa Ribeira. Estes que eram formados por posseiros, atingidos por barragens, boias-frias, desempregados rurais e urbanos e ex-arrendatários, aos poucos, iam se articulando e fortalecendo a troca de experiências (FERNANDES, 1994, p. 86).

O surgimento dos movimentos camponeses em todo o estado de São Paulo e suas experiências de luta serviram como condições mínimas para o estabelecimento do MST. Essas condições, sobretudo a organização e comunicação entre os movimentos camponeses emergente, serviram de estrutura para o estabelecimento do MST. É fundamental destacar que desde o surgimento do Movimento dos Trabalhadores do Oeste do Estado de São Paulo a luta pela conquista de um território para a sua reprodução social estava presente e que no transcorrer da luta foi se tornando cada vez mais presente. A articulação destes movimentos socioterritoriais camponeses para a formação do MST no estado de São Paulo contou com importante participação e em grande parte foi viabilizada pela CPT. Seu intermédio contribuiu no sentido de vincular as lutas emergentes no oeste do estado de São Paulo com o MST que se estabelecia no Sul do país de maneira que culminou na formação do movimento no estado e sua participação do movimento em nível nacional:

Neste momento da luta, a CPT articulou a aproximação dos movimentos sociais em processo de formação e os movimentos que executavam as suas primeiras experiências, como por exemplo: o Movimento dos Sem terra do Oeste do Estado de São Paulo, trabalhadores sem terra do Pontal do Paranapanema e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré, etc. Algumas das lideranças desses movimentos participaram das reuniões da Coordenação Regional do Sul. Inclusive uma das reuniões da Coordenação foi realizada em Araçatuba. Essa Articulação promovida com o apoio da CPT contribuiu na fundação do MST a nível nacional e para a formação do MST no estado. Assim, sob a coordenação da CPT, foi realizado no dia 1 de maio, no salão paroquial da igreja Nossa Senhora das Graças, em Andradina, o primeiro encontro com o objetivo de se organizar um movimento a nível estadual. (FERNANDES, 1994, p. 87)

Estes foram os primeiros passos na formação do MST no estado de São Paulo e na criação de uma luta que unificava os movimentos camponeses emergentes criando

uma dinâmica diferenciada na luta pela terra. A nova dinâmica emergida contava com a criação de canais de comunicação para intercâmbio das experiências, decisões estratégicas do movimento e realização de ações que ampliaram o diálogo com o Estado (SOBREIRO FILHO, 2011). Fernandes (1994, p. 87-8) aponta também o reclame do movimento quanto à omissão dos sindicatos dos trabalhadores rurais visto a sua ausência na participação da luta, pois se esperava participação dos sindicatos visto que era sabido seu potencial de contribuição na luta.

Conforme Fernandes (1994, 2000), neste período de emergência e luta dos movimentos do oeste de São Paulo, as ocupações de terras se tornaram a principal forma de luta pela terra. Elas viabilizaram neste período canais de diálogos com o Estado. Primeiramente eram realizadas em terras do Estado, terras devolutas e latifúndios, mas posteriormente passou a ter maior significado para o movimento tornando-se a principal forma de luta pela reforma agrária e acesso à terra (FERNANDES, 2000), instrumento de manifestação contra a estrutura fundiária, contra a criminalização e barganhar terras e condições dignas de reprodução social e reconhecimento da luta pela terra.

Dentre as regiões que apresentavam movimentos camponeses emergentes que se integraram à luta unificada em todo o país com a formação do MST, o Pontal do Paranapanema estava incluso e tinha significativo potencial para o desenvolvimento da luta. Conforme apresentado no capítulo anterior o potencial de se realizar a luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema e realiza a Reforma Agrária devia-se aos problemas referentes à legitimidade da terra, ou seja, o seu histórico de grilagem e ocupação ilegal, à concentração da terra, a forte presença do latifúndio, o histórico de expropriações e violência, coronelismo, clientelismo, etc.

No entanto, além da Liga Camponesa de Santo Anastácio, como mencionamos anteriormente, durante a década de 1980 o Pontal do Paranapanema já tinha registrado conflitos referentes à construção das hidrelétricas de Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu. Estas, logo em sua chegada prometeram promover o desenvolvimento da região, sobretudo, com a criação de postos de trabalho, mas, de fato, com o termino das construções tivera como resultado a demissão dos trabalhadores contratados e o reassentamento de famílias posseiras devido à inundação de áreas enormes para a construção do reservatório da hidrelétrica e um altíssimo custo ambiental. É importante ressaltar que também havia uma significativa parcela de trabalhadores rurais usados, em sua grande maioria, como mão de obra para a derrubada da mata, abertura de fazendas e

trabalharam de peões nas que foram postos às margens com o “desenvolvimento” alavancado pelo estabelecimento da agricultura capitalista na região. Fernandes (1994, p. 97) aponta também neste mesmo período além dos posseiros emergia o trabalhador sem terra que era composto por trabalhadores expropriados, expulsos, excluídos, marginalizados e que estavam à disposição dos capitalistas.

Este grande grupo composto por trabalhadores, posseiros expropriados e sem terras iniciaram suas lutas contra as barreiras impostas pelo capitalismo na região. A princípio, o objetivo principal era romper com as barreiras excludentes impostas pelo latifúndio e os grandes e “maravilhosos” empreendimentos do capital. Como parte do processo de luta ocorreu uma grande ocupação organizada pelos trabalhadores, boias-frias e posseiros:

No dia 15 de Novembro de 1983 aconteceu uma grande ocupação (aproximadamente 350 famílias) nas fazendas Tucano e Rosângela, de "propriedade" da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril. Segundo o cadastramento feito pela Divisão Regional de Promoção Social, 46.5% eram trabalhadores desempregados das obras das hidrelétricas, 37.5% eram bóias-frias demitidos da Destilaria de Álcool Alcídia e 16% eram posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos pelas barragens. (Antonio, 1990, p. 50). (FERNANDES, 1994, p. 97)

Fernandes aponta também que as lutas emergidas no Pontal do Paranapanema tiveram experiências distintas das do Movimento dos Sem Terra do Estado de São Paulo que nasceu com base na construção de espaços de socialização política. Sua principal diferença estava na participação das instituições no processo de mobilização e organização dos trabalhadores na luta (FERNANDES, 1994, p. 97). Segundo o autor, a igreja teve participação restrita com apenas alguns padres que se comprometiam com a luta dos trabalhadores, visto que enfrentavam problemas com a postura conservadora do Bispo da Diocese de Presidente Prudente, que conseqüentemente implicava em um trabalho efetivo da CPT de São Paulo. Esta, em sua maioria, o trabalho pastoral terminou por ter um aspecto mais social que político.

Devido à participação restrita da igreja no processo a luta pela terra adquiriu uma dinâmica diferente porque não haviam no início as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base e, por conseguinte, os espaços de socialização política como houvera na luta do Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo pela fazenda Primavera. A ausência dos espaços de socialização política conseqüentemente criou diferenças entre a luta que emergia no Pontal do Paranapanema das demais que tinham relação próxima ou

eram intermediadas pela CPT. A luta dos posseiros, trabalhadores e sem terras do Pontal por não terem o aparato da pastoral para a formação política não conseguiam agregar qualidade ao debate durante as reuniões, pois estas tinham apenas o intuito e tinham como principal finalidade informar e proporcionar melhor compreensão da luta. Outro apoio importante apontado por Fernandes (1994, p. 99) foi dos políticos do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que, mesmo com interesses eleitorais, contribuíram fomentando a discussão sobre as ocupações de terras e os planos do governo para as terras públicas do Pontal do Paranapanema.

Em geral, a contribuição tanto da igreja quanto dos políticos do PMDB foi no sentido de reconhecer os direitos e identificar os problemas. Mesmo que tivera grande contribuição no processo de construção da luta esses apoios tiveram mais efeito incentivando, viabilizando e possibilitando a mobilização dos trabalhadores, posseiros e sem terras, mas não culminou na formação de espaços de socialização política e o desenvolvimento de um debate com alto teor político. Quanto á realidade que ocorria na região durante o período Fernandes aponta:

A forma de participação dos padres e dos políticos contribuiu para a elaboração do fator objetivo no reconhecimento coletivo de um direito. Esses apoios possibilitaram a mobilização dos trabalhadores sem terra no Pontal, mas não viabilizaram o dimensionamento do espaço de socialização política, ou seja, os trabalhadores não conseguiram conquistar o seu próprio espaço. Assim, sua forma de organização social não conseguiu superar as relações populistas de dependência aos políticos que apoiaram a luta. (FERNANDES, 1994, p. 99)

No entanto, mesmo com a ausência dos espaços de socialização política no processo de formação da luta dos trabalhadores, posseiros e sem terras no Pontal do Paranapanema a luta tivera grande importância por trazer a tona problemas referentes à questão agrária da região e suas especificidades e criaram alguns mecanismos de luta e articulações que futuramente serviram de base para o estabelecimento do MST no Pontal. A luta também emergiu e, conseqüentemente, devido ao caráter devoluto das terras na região criou um forte embate na esfera jurídica entre os “proprietários” e os movimentos socioterritoriais que foi se acirrando no transcorrer dos anos e até a atualidade não foi resolvida.

Os conflitos judiciais na região rebuscam todo o seu processo de ocupação ilegal, contudo apesar de muitos dos conflitos entre posseiros e “proprietários” terem sido “resolvidos” com muita violência somente alguns culminaram em um embate na esfera jurídica, dentre eles: a Liga Camponesa de Santo Anastácio que ao começar a

defesa de seus direitos na esfera jurídica teve curta duração, a luta pela Gleba/Fazenda Santa Rita que também resultou em um embate na esfera jurídica e terminou com a desapropriação da área, as experiências da luta dos trabalhadores e posseiros pela fazenda Primavera que apesar de não ter sido no Pontal foi importante influenciando vários movimentos emergentes em todo o estado, etc.

Neste mesmo grupo se inserem as ocupações de terra nas fazendas Tucano e Rosangela. Como desdobramento do conflito criado pela ocupação das fazendas emergiu-se um conflito quanto à legitimidade da posse e a luta emergente dos trabalhadores, posseiros e sem terras do Pontal. Apesar do poder judiciário ter se atentado a ambas as partes havia problemas de insuficiência de documentação que comprovasse a legitimidade/ilegitimidade da propriedade da terra e portanto foi concedida a ação de despejo para as companhias Camargo Corrêa e Vicar S/A Comercial e Agropastoril como apresenta Fernandes:

No desenvolvimento da luta, os trabalhadores foram despejados uma semana após a ocupação, depois de um “complicado” processo jurídico e político que envolveu as instâncias jurídicas de Teodoro Sampaio e São Paulo. Embora o juiz de Teodoro Sampaio tenha julgado a documentação apresentada pela Imobiliária e Colonizadora Camargo Corrêa insuficiente como prova de propriedade da fazenda Tucano resolveu ouvir os ocupantes da fazenda Rosangela antes de se pronunciar, caracterizando assim uma vitória parcial dos ocupantes. A instância jurídica de São Paulo atendeu ao pedido de ação de despejo dos latifundiários. (Antonio, 1990:48 e Barbosa, 1990:110). (FERNANDES, 1994. p. 99)

Embora tenha sido concedida a ação de despejo a favor das companhias o fato de os ocupantes serem ouvidos sinalizavam uma conquista, ou seja, esta atenção indicava que haviam chances de negociação e de alcançar seus objetivos. Assim, mesmo com a reintegração de posse os trabalhadores, posseiros e sem terras permaneceram na luta. O avanço da luta e a ameaça às “propriedades” criaram efervescência no cenário político regional. Fernandes destaca que os acampados sofreram ação de despejo, contudo continuou aumentando o número de acampados devido à expectativa de que o governo doaria terras:

Com o despejo, as 350 famílias acamparam nas margens da rodovia SP 613. Os acampamentos foram denominados 15 e 16 de Novembro. (Antonio, 1990: 50). O acampamento foi aumentando devido aos boatos de que o governo estadual iria doar terras. Com relação ao Estado, este, *"em alguns momentos, muito lentamente, tentava resolver a situação dos acampados, procurando não prejudicar os interesses dos fazendeiros"* (BARBOSA, 1990, p. 111-112). (Fernandes, 1994, p. 99-100)

i Apesar dos conflitos criados por fim o governo foi favorável e consequentemente tencionou ainda mais o embate entre os latifundiários, o governo estadual e os sem terras. Tamanha foi a tensão criada que os ruralistas ameaçaram invadir a Reserva Florestal do Morro do Diabo e a se organizarem na fundação da UDR – União Democrática Ruralista:

Em março de 1984, o governador assinou os primeiros decretos de desapropriação de uma área de 15.110 hectares para assentar as cerca de 466 famílias acampadas na SP 613. Esses decretos acirram os ânimos dos latifundiários do Pontal que declaram guerra ao governo estadual e ameaçam invadir a reserva florestal do Morro do Diabo. (Antonio, 1990:50; Barbosa, 1990: 111 e 129). Essas ocupações e as desapropriações, juntamente com outras lutas que se desenvolviam em todo o país, causaram a reação dos latifundiários que criaram a UDR – União Democrática Ruralista para a defesa de seus privilégios e interesse. (FERNANDES, 1994. p. 100.)

Para o grupo de trabalhadores, posseiros e sem terras a desapropriação para o assentamento do grupo simbolizou uma grande conquista em sua luta. Contudo, juntamente à conquista emergia também fortes conflitos com os latifundiários. O conflito travado tinha suas bases políticas e territoriais e o Estado se prostrava como instituição competente para mediar esta correlação de forças. No entanto, assim como os trabalhadores se organizaram em forma de um movimento socioterritorial¹³³ para lutarem por seus direitos e objetivos, os latifundiários também passaram a se organizar para assim então poderem lutar pela segurança de “suas” “propriedades”. A materialização de um movimento latifundiário se deu com a criação da UDR – União Democrática Ruralista, que em suma não passava de um movimento socioterritorial composto por ruralistas e que, portanto, os representavam, defendiam a propriedade privada e criminalizavam os movimentos dos sem terras. Segundo Fernandes:

É importante lembrar que a região do Pontal é o berço da UDR paulista e forte núcleo da UDR nacional. Os latifundiários ligados à UDR não têm medido esforços para contribuir com a luta contra a reforma agrária e muitas vezes tentam minar as lutas dos trabalhadores sem terra. (FERNANDES, 1994. p. 133).

Essa conjuntura de emersão do conflito e de movimentos organizados tanto pelos sem terras, trabalhadores e posseiros quanto pelos latifundiários da região confluiu para a formação de uma nova forma de luta pela terra e organização sociopolítica dos trabalhadores e dos latifundiários, além da conformação de um novo

¹³³ Mais adiante faremos uma discussão acerca do conceito de movimentos socioterritoriais.

cenário combativo ainda mais conflituoso que nas experiências anteriores. De fato, todas as experiências adquiridas nas lutas, vitórias e derrotas compuseram um importante quadro que subsidiaram a formação do MST na região do Pontal do Paranapanema e no estado de São Paulo.

3.3 O surgimento e os primeiros passos do MST no Pontal do Paranapanema: a espacialização e o desenvolvimento da luta pela terra

Como apresentamos anteriormente as lutas de movimentos socioterritoriais, grupos de trabalhadores, posseiros e sem terras foram importantes para emergir a problemática da questão agrária do Pontal do Paranapanema e as novas experiências de enfrentamento. Estas foram de suma importância para a formação do MST no Pontal do Paranapanema por caracterizarem os primeiros passos de uma história de intenso enfrentamento contra uma realidade excludente, contraditória e desigual promovida, sobretudo, pelo latifúndio.

Além de terem sido os passos iniciais para a emergência de um problema até então intocado e escamoteado, a emergência das primeiras contestações tiveram elementos e críticas em comum, sendo elas a configuração socioespacial com forte predominância de latifúndios, a desigualdade social, a ilegitimidade da posse da terra, as péssimas condições de vida e a falta de oportunidade/perspectivas para os trabalhadores rurais, o histórico de expropriação de terras, etc. Dentre esse emaranhado de relações e de elementos que se mantiveram presentes em todo o processo de luta dos movimentos no Pontal do Paranapanema sobressalta-se como contribuição aos agentes históricos de luta e enfrentamento o assomar de uma questão agrária, até então emersa e vagamente conhecida, e com uma clara identificação dos principais atores e os elementos basilares que conformaram e redesenharam as configurações socioespaciais desde o seu processo de ocupação até a emersão do MST na região.

Antes do surgimento do MST ocorreram muitas experiências de luta e movimentos organizados em todo o país. Fernandes (1994) realiza uma importante análise sobre a formação do MST no estado de São Paulo apresentando algumas das experiências que foram de suma importância para a consolidação do movimento no estado como: os posseiros da fazenda Primavera; a luta no Pontal do Paranapanema; a luta pela fazenda Pirituba; o Movimento dos Sem Terra de Sumaré; etc. De sobremodo,

assim como no caso do Pontal do Paranapanema, a emersão destas lutas em todo o estado foram pilares para o estabelecimento do MST em São Paulo e também em todo o país com a emergência de demais movimentos e lutas camponesas (FERNANDES, 1999). A contribuição de Fernandes (1994) foi importante por nos oferecer uma leitura da formação da luta pela terra através de um olhar geográfico e trazer elementos significantes para se compreender a formação e conjuntura socioespacial em determinado tempo histórico.

O efetivo surgimento do MST no Pontal do Paranapanema remonta ao início da década de 1990. A princípio contou com o apoio político o PT – Partido dos Trabalhadores, a FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, a CUT – Central Única dos Trabalhadores e a CPT - Comissão Pastoral da Terra com a Teologia da Libertação. A formação do MST no Pontal se diferencia de algumas regiões visto que as movimentações anteriores não tinham base articulada e discussão política como as organizadas pelas CEBs – Comunidades Eclesiais de Base¹³⁴ e espaços de socialização política com o trabalho dos agentes pastorais (FERNANDES, 1994; FELICIANO, 1999). No entanto, suas ações, desde a origem das primeiras lutas na região, partiram tomando como base a própria vivência e prática na organização dos trabalhadores e deste modo se apropriou dos conhecimentos cotidianos e intercambiados, em construção em todo o país, com demais regiões para arregimentar e aparelhar os trabalhadores, constituindo uma frente de massa para a realização de ações combativas como as ocupações de terras.

A princípio, para a consolidação do movimento na região, foram voltadas as atenções para a fundação de uma militância com fundamentos teóricos de esquerda e revolucionários para aprimorar a organização do movimento. A formação de uma militância bem fundamentada foi um ponto que diferenciou o movimento das demais ações e lutas ocorridas na região. Este primeiro passo, também tido a princípio como um desafio central, promoveu desdobramentos benéficos para a luta pela terra do Pontal visto que agregou e qualificou-a com uma forte discussão política por meio da criação de espaços de socialização política como as CEBs juntamente com a igreja católica do mesmo modo como houvera em outras regiões em que o movimento se encontrava organizado.

¹³⁴ Sobre as CEBs ver Fernandes (1994) pg. 54.

Parte fundamental desse processo esteve relacionado também à construção de uma identidade comum e o reconhecimento dos trabalhadores rurais sem terra/camponeses como uma classe, que até o momento era reprimida e por muitos desconhecida. Este processo trouxe a tona problemas omissos para muitos e pouco debatido e conhecido pela sociedade em geral. De um modo mais amplo a construção de uma consciência e reconhecimento de classe realizada pelo movimento foi estruturante para fortalecer e fundamentar a lógica organizativa do movimento e possibilitá-lo delinear suas formas e estratégias de lutas e ação. No centro deste processo os espaços de socialização política foram espaços protagonistas que viabilizaram desde a criação de uma identidade comum, a conscientização política, a manutenção e resolução dos problemas cotidianos até as tomadas de decisões mais estratégias para a realização da luta. Os acampamentos eram espaços de intensa socialização política no Pontal do Paranapanema. Fernandes (1994) denomina esses espaços como “espaço de luta e resistência”, onde de fato eram construídas práticas e estratégias para traçar as lutas e ações do movimento de acordo com os princípios do movimento e com suas táticas de contestação e enfrentamento.

Apesar das condições adversas o movimento tivera como fruto das suas organizações a realização da primeira ocupação de terra com a bandeira do MST. Esta ocorreu no dia 14 de Julho do ano de 1990, no distrito de Rosana localizado no município de Teodoro Sampaio¹³⁵, com a participação de 700 famílias que ocuparam a fazenda Nova Pontal¹³⁶ (FERNANDES, 1994, p. 138). Segundo o autor o grupo de famílias foi formado durante um período de seis meses e eram oriundas de vários municípios da região. A ocupação durou uma semana com a permanência dos trabalhadores no acampamento e período de negociação até a efetiva reintegração de posse. Durante o período de negociações Fernandes destaca que os trabalhadores reivindicavam:

“a suspensão da ação liminar de reintegração de posse emitida pelo juiz da comarca de Presidente Venceslau, o sequestro da área ocupada devido ao conflito social, a agilização do processo discriminatório das terras do Pontal, a garantia de não violência e o assentamento imediato das 700 famílias.” (FERNANDES, 1994, p. 139)

¹³⁵ Atualmente Rosana se constitui como município e não mais como distrito do Município Teodoro Sampaio.

¹³⁶ Em nota Fernandes (1994, p. 166) aponta que a fazenda Nova Pontal se encontrava no 14º perímetro de Teodoro Sampaio e que em julho de 1992 fora considerado como terras devolutas.

Apesar das negociações durarem quase cinco dias, o movimento não obteve resultados favoráveis e muito menos a objetivada reversão da reintegração de posse. Fernandes (1994, p. 139) aponta que uma comissão formada por membros do movimento e dois advogados, um da CPT e um da CUT, reuniram-se com o juiz da Comarca de Presidente Venceslau para tentar alternativas para o processo. No entanto, visto a postura irredutível do juiz, a ocupação terminou com o despejo das famílias no dia 21 de julho contando com massiva presença da polícia civil e militar¹³⁷. Outro fato importante apontado pelo autor foi a substituição da bandeira do movimento pelo pavilhão nacional e a execução do hino nacional, da Independência e da Polícia Militar.

O despejo foi marcado pela imponência e forte repressão da polícia militar que em grande número e dotadas de ferramentas “pacificadoras” acompanhou o processo com o objetivo de “garantir a segurança” da ação e da propriedade. Destaca-se a substituição da bandeira e a execução dos hinos como ação provocativa no sentido de esclarecer quais são os agentes que organizam a sociedade civil e reprimir possíveis ameaças, sobretudo, à “propriedade privada” que foi ocupada. O grande número de policiais, o uso de cachorros e cavalos também compôs o quadro de impressão amedrontadora/repressora visto a magnitude numérica que bancava/simbolizava o poder e atuação do Estado contra ações “ilegítimas”. No entanto, apesar de esperada, a cessação das ações pelo movimento não ocorreu e, mesmo com a simbólica repressão do Estado, a ocupação da fazenda Nova Pontal foi apenas a primeira de uma história de centenas de ocupações de terras, contestação da legitimidade das terras e contato com a polícia na região.

A ocupação da Fazenda Pontal foi emblemática na luta pela terra promovida pelo MST na região. Em essência a ocupação foi um momento ímpar por simbolizar a primeira de muitas contestações de “propriedades” com posses duvidosas até então assegurada pelos auspícios do Estado. Além do próprio estabelecimento do movimento no estado de São Paulo e na região e a insurreição do conflito, a luta pela terra em detrimento do latifúndio alavancava um longo e conflituoso processo de desentranhamento do grilo:

Essa ocupação marcou o processo de territorialização do Movimento sobre um dos maiores grilos de terra do estado de São Paulo. Na primeira metade da década de 1990, o Pontal tornaria-se uma das principais 140 regiões de conflitos de terra do Brasil. O MST começava a desentranhar um grilo de mais de um milhão de hectares.

¹³⁷ Contou com a participação de 900 policiais da polícia civil e militar, 30 cachorros, 105 cavalos, artilharia de elite e vários jagunços. (FERNANDES, 1994, p. 139)

Nesse tempo, o Movimento se consolidara no estado, constituindo seus principais setores: frente de massa, educação, formação, produção etc. Desenvolvia várias lutas, em diversas regiões, ao mesmo tempo. No estado, onde se defendia que os latifúndios eram áreas fictícias, conforme Graziano Neto: *“Vale a pena repetir, que nenhum dos latifúndios “por dimensão” do Estado de São Paulo sofreu ação desapropriatória do poder público, simplesmente porque não foram encontrados: eram áreas fictícias...”* (Graziano, Neto, 1989, p. 37), os sem-terra espacializaram e territorializaram a luta pela terra, derrubando essa tese. (FERNANDES, 1999. p 139-140.)

Como forma de manter a luta, as famílias despejadas decidiram por acampar as margens da rodovia SP613 próxima à gleba XV de Novembro. No entanto os fazendeiros interessados na desmobilização e cessação das ações ofereceram caminhões para transportar as famílias aos respectivos lugares de origem:

Com o objetivo de desmobilizá-los, vários fazendeiros da região enviaram 15 caminhões e jagunços para acelerar o despejo e reconduzir as famílias para os municípios de onde vieram. Para isso, durante o despejo, os policiais obrigavam as famílias a subirem nos caminhões que tinham como destino os seus municípios. Aproximadamente 450 famílias conseguiram resistir à tentativa de desmobilização do grupo e acamparam nas margens da rodovia SP 613. A partir do dia 23 de julho, algumas das famílias "reconduzidas" voltaram para o acampamento. Este foi denominado de acampamento Novo Pontal. (FERNANDES, 1994, p. 139-0)

Outra adversidade que assolou diretamente o acampamento montado pelo movimento foi a fome. Fernandes (1994, p. 140. apud MST) apresenta:

"depararam com outro problema: a fome. Foi parado na estrada um caminhão de boi e leite. Exigiram o necessário para matar a fome. Em represália a polícia desencadeou nova repressão. Na Delegacia de Rosana, no dia 9/8/90, três trabalhadores rurais foram obrigados a despir-se e submetidos a violência e tortura." (Dossiê "Sem Terra do Pontal do Paranapanema". (MST/SP, 1991: 2).

O Estado também não se prostrou favorável às ações do movimento. A adversidade ficou ainda mais clara com a ação do DER – Departamento de Estrada e Rodagem que requisitou reintegração de posse das margens da rodovia SP 613 onde estavam acampadas as famílias que resistiram à tentativa de desarticulação e às famílias que posteriormente foram reconduzidas. Fernandes (1994, p. 135) destaca que para a reintegração de posse realizada no dia 15 de agosto contou com a participação de 800 policiais. O autor relata também que durante o – despejo surpresa – os policiais cercaram o acampamento não permitindo a saída de nenhuma pessoa que fosse para dentro dos 40 caminhões que os levariam para os municípios de origem. Metade do

grupo retornou para seus respectivos municípios de origem e o resto resistiu sendo realocados para uma área da Gleba XV de Novembro. No entanto, mais tarde, visto algumas negociações foi possível realocar os sem terras para uma área da Secretária de Agricultura na Rodovia SP 613. A atuação da comissão de negociação também conseguiu algumas vitórias referentes à escola, fornecimento de cestas básicas, avanço nas ações discriminatórias e etc.

O mesmo grupo passou a denominar o acampamento de João Batista da Silva¹³⁸. Muitos outros problemas assolaram o acampamento também: como frio, doenças, fome, falta de água; e acidentes de carro com vítima. Depois de oito meses os acampados realizaram uma ocupação de terras na fazenda São Bento, com 5.200 hectares, de “posse” de, um latifundiário famoso, Antonio Sandoval Neto¹³⁹ (FERNANDES, 1994, p. 141). Mais tarde foi concedida a liminar de reintegração de posse, mas os ocupantes se negaram a deixar a terra e iniciaram os trabalhos com o processo de tombamento da terra para realizar o plantio de feijão. A resistência dos trabalhadores, o questionamento dos advogados da CUT e da CPT de São Paulo quanto à competência da Justiça Federal em lidar com situação e a formação de uma comissão para pedir o não uso de força policial tiveram como resultado principal a suspensão do despejo até o julgamento da ação. No entanto:

No dia primeiro de abril, o Juiz de Mirante do Paranapanema indeferiu a ação impetrada pela Procuradoria alegando que "o sequestro é uma medida violenta, odiosa e de exceção" (O Estado de São Paulo. 02/04/1991, pág. 14). Segundo o juiz não existia "atrito ou disputa corporal entre os co-réus (sem terra e fazendeiros) e a autora (Fazenda estadual) para justificar a ação de desapropriação" (Folha de São Paulo. 02/04/1991, pág. 1-8). O juiz solicitou ao comando da Polícia Militar de Presidente Prudente que cumprissem a sentença de manutenção de posse. (FERNANDES, 1994, p. 142)

Segundo o autor o mandato de reintegração de posse foi expedido e no dia 9 de abril com a presença de trezentos e cinquenta policiais. As lideranças do movimento negociaram com a polícia e resolveram transferir as famílias para uma área da FEPESA - Ferrovia Paulista S.A. Entretanto, no dia 15 de novembro, os trabalhadores voltaram a ocupar a fazenda São Bento. Antonio Sandoval Neto entrou com um novo pedido de reintegração de posse e as famílias tiveram que deixar a área. Contudo, o movimento adotou uma estratégia diferenciada para continuar lutando pela terra. Visto que as

¹³⁸ Em homenagem a um companheiro falecido em um acidente de carro (FERNANDES, 1994 p. 141)

¹³⁹ Como apresentamos no capítulo anterior, Antonio Sandoval Neto foi um político muito influente na região.

famílias não poderiam se manter na terra decidiram ocupa-la somente para realizar o cultivo. Diante desta nova estratégia, Antonio Sandoval Neto colocou jagunços para vigiar a área para impedir que os integrantes do MST realizassem o cultivo. O contato entre os integrantes do movimento e os jagunços ocorreu de modo violento:

“Quando os trabalhadores entraram na fazenda para trabalhar, foram recebidos a tiros. No dia seguinte, os trabalhadores tentaram entrar com um trator e foram expulsos novamente pelos jagunços que ameaçaram matar as lideranças do acampamento” (FERNANDES, 1994, p. 143)

Este foi um momento interessante de criação de estratégias pelo MST e na luta pela terra visto que o conflito não estava somente relacionado à ocupação da terra, mas também ao trabalho.

O conflito era o trabalho. Os jagunços tinham ordens para impedir que os trabalhadores plantassem. De certa forma, a situação estava fora do controle da Polícia Militar que registro queixas das duas partes envolvidas. Os trabalhadores acusavam os jagunços e o grileiro acusava os trabalhadores. (FERNANDES, 1994. p. 144 – Negrito do autor).

É uma inversão porque para o latifundiário o problema não estava mais somente em manter a posse da terra, mas também em combater as relações de trabalho que ali estavam sendo estabelecidas. A estratégia do MST foi umas das alternativas encontradas pelos trabalhadores para driblar as limitações jurídicas impostas e evidenciar a necessidade de uma terra para trabalho.

Mais adiante, depois de muitas lutas, parte da fazenda São Bento foi requisitada pelo governador Fleury para abrigar os trabalhadores durante o período de 180 dias. O “proprietário” Sandoval Neto entrou com uma liminar e conseguiu a suspensão do decreto. Neste processo foi decidido que uma área de 10 hectares seria reservada para que os trabalhadores sem terra do MST montassem acampamento (FERNANDES, 1994, p. 145). Parte das famílias do acampamento se transferiu para a área e outra parte continuou acampada na área da FEPASA como forma de assegurar um espaço caso houvesse suspensão da reserva. Neste mesmo período, com uma parte formada por boias-frias, arrendatários, parceiros e meeiros o movimento realizou no dia 1 de setembro de 1991 uma ocupação na fazenda Santa Clara. O suposto proprietário da fazenda Santa Clara entrou com o pedido de reintegração de posse e no dia cinco de setembro a polícia militar foi realizar o despejo. Depois da negociação com as

lideranças do movimento a ação terminou com a transferência das famílias para outra área da FEPASA (FERNANDES, 1994, p. 145).

Apesar das reintegrações de posse, o movimento continuou mantendo e fortalecendo suas lutas. É importante ressaltar que o movimento não limitou sua atenção e ações somente à uma propriedade ou uma ocupação. Com o tempo passou a realizar várias ocupações contestando diferentes áreas durante o mesmo período e além das ocupações começaram a emergir também outras formas de manifestações como marcha e ocupação de órgão público. Fato é que em outubro do mesmo ano um grupo de 670 trabalhadores composto por ambos os acampamentos da região organizaram uma marcha que saiu do município de Mirante do Paranapanema e alcançou Presidente Prudente. Segundo Fernandes (1994, p. 146) os trabalhadores ocuparam o prédio da Procuradoria do estado de São Paulo e exigiram a presença do Coordenador do Instituto de Terras. Após a realização do encontro os trabalhadores retornaram para os acampamentos com promessas que não foram cumpridas. Ainda no mesmo mês foram realizadas mais duas ocupações na fazenda Santa Clara e o tombamento de terras para cultivo. Assim como a situação encontrada na fazenda São Bento o tombamento da terra servia para evidenciar o interesse que os trabalhadores tinham em ter um espaço para poder produzir e se reproduzir socialmente.

Com o vencimento dos 180 dias, em janeiro de 1992, o grileiro Antonio Sandoval Neto pediu a reintegração da posse e a polícia realizou o despejo. No entanto, por meio de seus advogados o MST conseguiu uma liminar garantindo a permanência das famílias. A conquista além de garantir a permanência na área com amparo legal também foi expressão de que igualmente o embate era travado na esfera político-jurídico. Enfim, a vitória serviu fortalecendo os movimentos e suas ações. Em março ocorreu uma das primeiras vitórias do MST na região:

No dia 28 de março, uma comissão dos dois acampamentos reúne-se com o Governador do Estado. Os trabalhadores são informados que o "proprietário" da fazenda Santa Clara e o Estado negociaram a desapropriação da área de 930 hectares da fazenda que fica no 11º perímetro. O governo pagará ao "proprietário" as benfeitorias da área a ser desapropriada. (FERNANDES, 1994, p. 147)

Logo após, em abril, o MST reocupou a fazenda São Bento e também ocupou a fazenda Canaã. É importante ressaltar que apesar de a luta do movimento estar se massificando e crescendo sua articulação na região. Os espaços de socialização política ainda não tinham sido construídos e dimensionados visto o caráter massivo da

mobilização. Todavia, a mobilização massiva teve significativa importância na construção de uma forma de organização, crescimento da representatividade do movimento, sendo um processo que contribuindo cimentando as bases do movimento:

A partir do início do mês de abril, o MST mobiliza aproximadamente 900 famílias dos municípios da região Pontal e norte do Paraná e no dia primeiro de maio reocupam a fazenda São Bento e ocupam a fazenda Canaã de 3020 hectares. Estas famílias foram mobilizadas através da divulgação da luta e das perspectivas de conquistas na região. Neste caso também não aconteceu o processo de construção e dimensionamento do espaço de socialização política, não ocorrendo o processo de formação de um grupo, mas sim a mobilização de uma massa de trabalhadores.

O processo de formação de um grupo, embora exija um determinado tempo para a construção de sua forma de organização, fortalece a representatividade e a organização do Movimento. Serve também para um maior conhecimento e identificação entre os trabalhadores e as lideranças e, de certa forma, evita a infiltração de inimigos e de pessoas que comprometam o reconhecimento social e político da luta. Por outro lado, a massificação da luta através da mobilização dos trabalhadores possibilitou a reunião de um número maior de famílias, em um período de tempo menor, mas trouxe uma série de problemas para as lideranças durante o desenvolvimento da luta. (FERNANDES, 1994, p. 147, GRIFO NOSSO)

Das ocupações nas fazendas São Bento e Canaã ocorreram a reintegração de posse e as famílias despejadas voltaram a acampar no ramal ferroviário dando assim origem ao acampamento denominado 1º de Maio que em seguida ocupou as fazendas Flor Roxa e a Washington Luiz. Visto o aumento das mobilizações, o movimento passou a pressionar ainda mais o Estado. No entanto, as respostas à pressão exercida pelo movimento voltaram em forma de repressão. Segundo Fernandes (1994, p. 148) os latifundiários articulados em uma associação conseguiram organizar um processo contra as lideranças do MST. O processo resultou no mandato de prisão preventiva contra oito lideranças dos MST sob acusação principal de formação de bando (quadrilha) e a incitação às ocupações de terra.

Nesta mesma data havia sido marcada uma audiência com o juiz para interrogar as lideranças sob acusação de desobediência à liminar de despejo. A estratégia era de que assim que chegassem aprender as lideranças sob acusação de formação de quadrilha. No entanto, a advogada do movimento suspeitou da estratégia e se organizou juntamente com o STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirante do

Paranapanema para prevenir que a “tramoia” ocorresse (FERNANDES, 1994, p. 148). Como parte da estratégia, para prevenir, os acampados realizaram uma vigília na praça matriz de Mirante do Paranapanema.

Em 30 de Julho, as mesmas famílias que ocuparam as fazendas Flor Roxa e Washington Luiz e posteriormente foram despejadas. Mais tarde, no final de outubro, as famílias reocuparam as fazendas Flor Roxa e Santa Clara, sendo que da primeira fazenda foram despejadas e na segunda ocorreu uma negociação para permanência das famílias na área plantada. Em novembro, foi concedido “*habeas corpus*” contra a prisão preventiva das lideranças e também foram suspenso os mandatos de prisão e ainda em novembro foram presos em flagrante os trabalhadores que ocuparam a fazenda Flor Roxa, no entanto foram soltos uma semana depois.

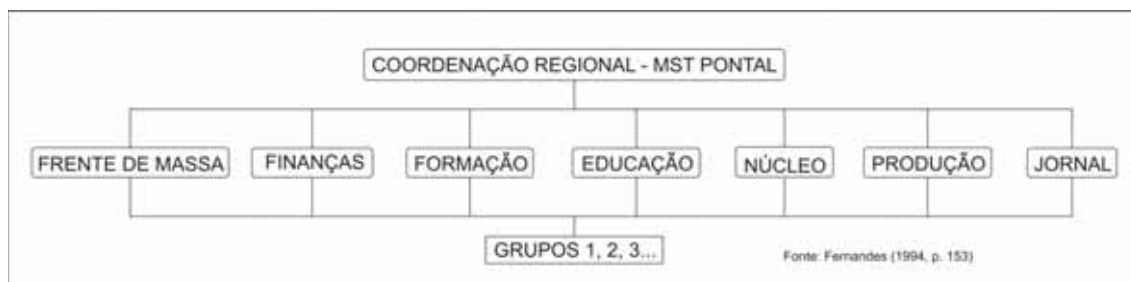
Um dos marcos de conquista da luta pela terra na região aconteceu em Janeiro de 1993 com o pagamento, realizado pelo Estado, das indenizações referentes às benfeitorias da fazenda Santa Clara para criação do Assentamento Santa Clara com cerca de 300 famílias. Esta foi considerada a primeira vitória do MST na região e, portanto, marcou não somente como uma conquista, mas também como a primeira de muitas conquistas e de uma história de intenso conflito. Foi também, este primeiro produto do conflito, um momento de criação do território camponês em uma região onde predominava o latifúndio e que serviu para fundamentar ainda mais a luta pela terra, mostrando-a como legítima e possível, e um incentivar a sua intensificação.

No dia 23 de janeiro ocorreu uma reunião organizada pelo prefeito do município de Mirante do Paranapanema com os respectivos representantes das diferentes partes de interesse, tais como: MST; Associação dos Proprietários Rurais do Pontal do Paranapanema; os prefeitos da UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal do Paranapanema; a Procuradoria do Estado; e representantes do ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Nesta reunião, com representantes dos diferentes setores, o MST apresentou sua proposta de arrecadar 23.000 hectares com a finalidade de assentar o equivalente a 1.200 famílias de trabalhadores sem terra. Em contra partida, os “proprietários” rurais, latifundiários, apresentaram sua proposta de regularização das propriedades do 11º perímetro. O processo de regularização das propriedades do 11º propunha também conceder parte das terras para a criação de assentamentos rurais. Todavia, a área era muito inferior ao proposto e esperado pelo MST e a concessão de terras variava de acordo com o tamanho de cada propriedade (Fernandes, 1994, p. 151).

A proposta dos ruralistas foi analisada pelo ITESP, que constatou a impossibilidade de sua realização visto que a arrecadação de terras seria insuficiente para assentar as famílias acampadas. Outra reunião foi realizada em fevereiro com a apresentação de uma nova proposta que regularizaria as áreas de até 500 hectares e o restante seria passado para o Estado, sendo que assim seria regularizada uma área de 25.991 hectares. Fernandes (1994, p. 150) destaca que esta proposta atingiria apenas 17 grileiros que detinham 65% das terras devolutas do 11º perímetro. Obviamente que esta proposta também não foi aceita e muito menos realizada.

Mais tarde, em fevereiro, algumas famílias dos acampamentos João Batista da Silva, primeiro de Maio e demais famílias ocuparam a fazenda São Bento. A realização desta ocupação se deu com apoio de prefeituras visto que haviam expectativas de acordo entre o Estado e os latifundiários. No entanto, mesmo com a possibilidade de acordo, os ocupantes foram recebidos pelos jagunços com armas e violência. Deste modo, algumas famílias terminaram por retornar aos acampamentos, mas ainda assim algumas famílias persistiram na ocupação.

Contudo, no dia 8 de março, as famílias desocuparam a fazenda São Bento devido à reintegração de posse e acamparam novamente nas margens do ramal da FEPASA. Logo após a desapropriação, as famílias reuniram-se em um único acampamento e formaram o acampamento União da Vitória. Este acampamento era composto por trabalhadores da região do Pontal do Paranapanema, da Nova Alta Paulista e 18 municípios do norte do estado do Paraná. Visto o porte do acampamento e a quantidade de trabalhadores foi necessário organizar estruturas como farmácia, escolas, tanques de abastecimento de água e óleo diesel, etc. Neste momento o movimento já tinha desenvolvido no Pontal do Paranapanema os setores de: Frente de Massa; Finanças; Formação; Educação; Núcleo; Produção; e Jornal (organograma 5).



Organograma 5 – Estrutura do MST no Pontal do Paranapanema

A estrutura criada neste espaço de luta e resistência significou um grande avanço para o movimento na região, visto que lhe possibilitava realizar a manutenção e organização da vivência no acampamento e a da luta pela terra de modo que a vida cotidiana e as ações tivessem bases mais sólidas e seguras. Tanto as condições quanto às formas de organização do próprio movimento foi se aprimorando no transcorrer do tempo e também se modificando com a finalidade de encontrar formas mais adequadas às necessidades e condições do movimento. Exemplo destas mudanças foi que, neste mesmo período, devido à problemas referentes à irregularidade da participação das famílias nas reuniões os trabalhadores acabavam não participando das discussões e decisões políticas mais importantes, sendo que estas eram determinadas por um amplo quadro de lideranças e os trabalhadores eram informados e mobilizados pelas lideranças quando se realizavam as assembleias.

Neste período as lideranças tiveram um papel determinante e de grande responsabilidade sobre a vida dos demais trabalhadores. Em toda a história do MST no Pontal as lideranças, sempre trabalhando conjuntamente como parte das características do movimento, foram os principais responsáveis por direcionar toda a luta pela terra e pela manutenção das condições de se fazer a luta, atuando intensamente, sobretudo nos acampamentos. Muitas vezes foram os mais prejudicados por estarem à frente da luta e como consequências carregaram e ainda carregam por anos os ônus da luta sobretudo na esfera judicial.

Enfim, mesmo com os problemas referentes aos constantes avanços e retrocessos pela fazenda São Bento os trabalhadores resolveram continuar plantando na fazenda e manter o acampamento na área da FEPASA situado próximo à área. O desenvolvimento do plantio na área teve como principal objetivo pressionar o Estado para a desapropriação da área evidenciando a necessidade da terra para os trabalhadores. Mais uma vez o “proprietário” pediu reintegração de posse. A reintegração foi concedida, porém ocorreu um impasse. Visto que os trabalhadores estavam fora da área e somente entravam na área para o trabalho com a terra, não era possível despejar as famílias. O impasse criado foi resultado da estratégia do movimento em não ocupar a área. No entanto, Antonio Sandoval Neto ameaçou destruir o trabalho dos acampados. Visando guardar a plantação os trabalhadores organizaram vigias para que o fazendeiro não destruísse a plantação. Houveram também outras formas de repressão, como o caso em que a polícia violentou e torturou um assentado com a finalidade de obter informações sobre os integrantes, a estrutura e os objetivos do MST na região:

A situação do impasse permaneceu e os trabalhadores continuaram trabalhando. Neste mesmo mês, um trabalhador do assentamento Santa Clara foi preso por policiais dos municípios de Colorado, Santo Inácio e Itaguapé no Paraná e torturado na Delegacia de Polícia de Itaguapé. Durante a sessão de tortura, os policiais interrogaram o trabalhador para que falasse sobre a forma de funcionamento do acampamento e fornecesse os nomes das principais lideranças do MST. O trabalhador foi abandonado nas margens da rodovia próxima ao assentamento. O trabalhador foi internado na Santa Casa de Presidente Venceslau e os exames do legista registraram várias lesões no corpo. (FERNANDES, 1994, p. 152)

Este caso ganhou notoriedade na região e o MST acusou a polícia de estar vinculada aos latifundiários para obtenção de informações que pudessem criminalizar o movimento na região. Parte da acusação teve base no fato de que alguns trabalhadores viram policiais reunidos com os proprietários da fazenda Canaã. Este ocorrido foi apenas um dos inúmeros exemplos de estratégias e mecanismos para se obter informações e reprimir o movimento na região. Entretanto, as ações não cessaram e em junho o MST ocupou a fazenda Canaã. Logo foi concedida a liminar de reintegração de posse e as famílias continuaram acampadas na área da FEPASA. As ações e o cultivo na fazenda São Bento continuaram.

Neste período, no dia do Trabalhador Rural, ocorreu uma celebração envolvendo padres dos municípios da região e da região do norte do Paraná. No entanto, foi proibida com a finalidade de “não acirrar os ânimos” a participação dos padres pelo bispo Dom Antonio Agostinho Marochi da Diocese de Presidente Prudente (Fernandes, 1994, p. 156). A luta pela fazenda São Bento persistiu até o ano de 1994. Além de muitas ameaças e demais conflitos, ao total foram registradas 25 ocupações de terras promovidas pelo MST na área conforme o quadro 11:

Quadro 11 – Ocupações na fazenda São Bento - 1992-1994

Ocupação	Famílias	Movimento	Data
1º	250	MST	04/01/1992
2º	1.800	MST	28/02/1993
3º	270	MST	23/03/1991
4º	N.I.	MST	10/09/1991
5º	900	MST	01/05/1992
6º	N.I.	MST	N.I./03/1993
7º	N.I.	MST	30/04/1993
8º	N.I.	MST	01/05/1993
9º	N.I.	MST	30/06/1993
10º	N.I.	MST	10/07/1993
11º	N.I.	MST	01/07/1993
12º	N.I.	MST	28/07/1993
13º	N.I.	MST	01/08/1993
14º	N.I.	MST	29/09/1993
15º	N.I.	MST	05/10/1993
16º	N.I.	MST	19/10/1993
17º	N.I.	MST	03/11/1993
18º	N.I.	MST	30/11/1993
19º	N.I.	MST	15/12/1993
20º	N.I.	MST	13/01/1994
21º	N.I.	MST	25/01/1994
22º	N.I.	MST	31/01/1994
23º	N.I.	MST	28/02/1994
24º	N.I.	MST	31/03/1994
25º	N.I.	MST	30/04/1994

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra

Elaboração: José Sobreiro Filho, 2012

A luta se encerrou no dia 28 de março quando foi assinado o acordo para pagamento das benfeitorias da fazenda com as seguintes condições:

- Pagar a importância de CR\$ 3.316.880.976,26 (três bilhões, trezentos e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta mil, novecentos e setenta e seis cruzeiros e vinte centavos), fixados em audiência, que os réus aceitam como indenização integral pelas benfeitorias necessárias e úteis que realizaram nos imóveis rurais;

- O pagamento seria feito em três parcelas mensais de CR\$ 1.105.626.992,09 (um bilhão, cento e cinco milhões, seiscentos e vinte e seis, novecentos e noventa e dois reais e nove centavos)¹⁴⁰;
- Os réus entregarão a posse mansa e pacífica dos imóveis em epígrafe, concomitantemente com o recebimento da terceira e última parcela pactuada, ou seja, no dia trinta (30) de junho do corrente ano;
- A partir da integralização do pagamento das parcelas avençadas, os réus reconhecem o domínio e a posse da autora sobre as áreas objeto da demanda, bem como sobre todas as benfeitorias nelas existentes, renunciando a todo e qualquer direito que pudessem lá exercer;
- As partes arcarão com os honorários de seus respectivos patronos e assistentes técnicos.

O documento que acordava as formas de pagamento das benfeitorias da propriedade foi homologado pelo procurador do Estado Sérgio Nogueira Barhum e também pelo advogado Daniel Schwenck durante a audiência de conciliação, instrução e julgamento do processo 204/92 promovido pela Fazenda do estado de São Paulo contra os réus Antonio Sandoval Neto e outros. O pagamento das benfeitorias e sua desapropriação para a criação do assentamento PE São Bento, com capacidade para assentar 182 famílias, foi considerado pelo movimento como uma grande vitória.

Afinal foram uma das lutas mais conflituosas travadas na região e, por tanto, se tornou um marco pelas formas de organizações, quantidades de ocupações e estratégias criadas e envolvidas no transcorrer da luta. De fato, esses quatro primeiros anos caracterizam-se como estruturantes na trajetória do movimento. Foram constituídas condições básicas de organização, criadas estratégias para a luta, estruturados acampamentos e criados setores e núcleos para lidar com as necessidades do movimento, como: saúde; educação; disciplina; comunicação; finanças; frente de massa; etc. Mais tarde outras necessidades foram surgindo e o movimento lidando com isso.

Além dessas lutas mais emblemáticas muitas outras ocorreram no transcorrer dos anos que também foram de suma importância para o desenvolvimento da luta e do MST na região. Durante o período de 1990 a 1994 somaram-se dezenove fazendas ocupadas pelo MST em toda a região (ver quadro 12), sendo que ao total foram 84 ocupações de terras realizadas nestas dezenove fazendas. Enfim, este período marcou a

¹⁴⁰ Segundo Feliciano (2009, p. 547), este valor atualizado para o ano de 2000 corresponderia ao total de R\$ 9.814.865,15. Convertendo para o ano de 2013 alcançaria a soma de R\$ 11.544.509,27.

história da luta na região por ter sido decisivo na construção de sua experiência de luta e enfrentamento e obtenção das primeiras vitórias. Nos anos posteriores o movimento continuou intensificando a luta pela terra na região e também se iniciou o processo de dissensão do/no movimento com o surgimento de diversos movimentos com posturas político-ideológicas variadas conforme apontaremos mais adiante.

Quadro 12 - Pontal do Paranapanema - Fazendas ocupadas pelo MST - 1990 - 1994

Nº	NOME DA FAZENDA	MUNICÍPIO	FONTE
1º	Fazenda Nova Pontal	Teodoro Sampaio	CPT/NERA
2º	Fazenda Santa Clara	Mirante do Paranapanema	CPT/NERA
3º	Fazenda São Bento	Mirante do Paranapanema	NERA
4º	Fazenda Flor Roxa	Mirante do Paranapanema	CPT/NERA
5º	Fazenda Lagoinha ou Res. Florestal	Presidente Epitácio	NERA
6º	Fazenda Canaã	Mirante do Paranapanema	CPT/NERA
7º	Fazenda Washington Luís	Mirante do Paranapanema	CPT/NERA
8º	Fazenda Santa Ana	Mirante do Paranapanema	NERA
9º	Fazenda Santa Cecília	Euclides da Cunha Paulista	NERA
10º	Fazenda Rancho Grande	Euclides da Cunha Paulista	NERA
11º	Fazenda Santa Lúcia	Mirante do Paranapanema	NERA
12º	Fazenda Estrela Dalva	Mirante do Paranapanema	CPT/NERA
13º	Fazenda Porta do Sol	Martinópolis	CPT/NERA
14º	Fazenda Haroldina	Mirante do Paranapanema	NERA
15º	Fazenda Rodeio	Martinópolis	CPT/NERA
16º	Estância Juliano	Teodoro Sampaio	NERA
17º	Fazenda São João da Mata	Rancharia	NERA
18º	Fazenda Santo Antônio	Mirante do Paranapanema	NERA
19º	Fazenda Veneza	Rosana	NERA

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2012

Elaboração: José Sobreiro Filho

3.4 Do desenvolvimento da luta do MST ao surgimento das dissensões.

Com o tempo a luta foi se desenvolvendo e cada vez mais ganhando significado e representatividade na região. O MST que antes se atentava mais em criar as bases e dar fôlego à luta passou a intensificar as ações e a massificar as ocupações de terras e demais manifestações. Fato, é que as ocupações continuaram crescentes e aos poucos se tornaram ações frequentes questionando inúmeras fazendas da região. A quantidade de famílias na luta pela terra também continuou crescendo e as conquistas também. Durante o período de 1990-1994 foram iniciados vários processos discriminatórios e criados cinco assentamentos na região com capacidade para 274 famílias assentadas, sendo eles: PE Santa Rita do Pontal, PE Santa Rosa e PE Tucano no município de Euclides da Cunha Paulista; e PA Chico Castro Alves e PA Nova Vida no município de Martinópolis.

Era inegável que os processos desapropriatórios somente ocorreram devido à resistência e intensidade da luta. Mesmo os órgãos responsáveis não atrelando as políticas de reforma agrária emergentes à imagem do MST na região, sobretudo à sua árdua luta, e fazendo uso destas conquistas como parte de projetos de governos como parte de campanhas eleitorais, o movimento continuou realizando a sua luta. Vale destacar que os políticos e os órgãos de reforma agrária, etc. não reconhecem estas conquistas como parte da luta dos movimentos, mas somente como políticas de desenvolvimento social. Esse não reconhecimento fazia e ainda faz parte de um amplo quadro de estratégias políticas levadas a cabo, sobretudo por questões político-partidárias que visavam o não diálogo com movimentos socioterritoriais camponeses, ou seja, porque eram vistos como ameaças e colocavam em jogo a propriedade privada.

Prova de que a luta seguiu adiante e se fortaleceu é que entre os anos de 1995 e 1998 muitas outras fazendas foram ocupadas, áreas desapropriadas e conflitos criados, sobretudo com o uso de violência, repressão e ameaças aos integrantes do movimento. O uso de violência e ameaças se deu tanto por parte dos latifundiários quanto do Estado. A polícia e os jagunços foram os dois principais instrumentos repressivos que veicularam a violência do Estado e dos latifundiários contra o MST na região. Os “por quês” da repressão na região tem suas bases no caráter da luta do MST. Por ter surgido na região com a finalidade de lutar por terras devolutas que foram ocupadas ilegalmente o movimento ameaça diretamente os interesses dos latifundiários. Assim, os latifundiários, mesmo com vínculos na esfera jurídica, também encontraram na

violência armada uma maneira mais “prática” de realizar a repressão contra o movimento.

No entanto, mesmo com todo o processo repressivo crescente o movimento seguiu aumentando suas ações. Entre 1995-1998 realizou 157 ocupações de terra e ocupou 57 fazendas conforme o quadro 13. Ao todo, realizaram ocupações de terras em 16 municípios da região, sendo eles: Alvares Machado; Caiuá; Euclides da Cunha Paulista; Iepê; Martinópolis; Nantes; Mirante do Paranapanema; Presidente Bernardes; Presidente Epitácio; Presidente Venceslau; Rancharia; Rosana; Sandovalina; Santo Anastácio; Tarabai; e Teodoro Sampaio. Esse aumento compreende o processo que chamamos de espacialização da luta pela terra. Segundo Fernandes:

Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o muntidimensionamento do espaço de socialização política. É "escrever" no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST.
(FERNANDES, 1994, p. 120 – Grifo do autor)

A espacialização é um processo intrínseco à luta pela terra. Seu marco de origem no Pontal remonta às primeiras ações e articulações do movimento. No caso da luta do MST no Pontal do Paranapanema, objetivamente, como aponta Fernandes (1994, 120), esse processo pôde ser visto como o registro de manifestações sociais no espaço e na história da região. Sendo assim, esse processo foi e ainda o é de suma importância para o movimento camponês porque em toda sua história de luta logrou imprimir no espaço conquistas e marcos territoriais do campesinato e da luta pela terra. Estas conquistas não se limitam somente à materialidade, mas também envolve a imaterialidade, se expressando desde a história até a circulação de informação e a criação de uma compreensão/concepção social sobre o processo emergente na região. Ou seja, devido à dialética estabelecida pela complexa relação homem/sociedade-espaço/história esse processo engendra e propaga concepções, interpretações, repressões, conquistas e demais manifestações e consequências na região, alhures e também alheias ou não ao movimento.

O papel dos sujeitos é fundamental neste processo por serem os principais promotores do mesmo. A experiência dos sujeitos e do coletivo materializada no espaço

através de suas ações é parte essencial neste processo. No que toca ao MST esse processo organizado se deu objetivando uma transformação social:

E assim a espacialização é compreendida como a reprodução das experiências, que foram construídas a partir das dimensões do espaço de socialização política, em vários e diferentes lugares onde a luta começou a se realizar. A espacialização é o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território. É a busca do recomeço como novos sujeitos, o que permite um constante re-fazer-se na sua formação. É a possibilidade da recriação das dimensões do espaço social e do próprio movimento.

A espacialização da luta e do movimento é resultado de um projeto de transformação para a conquista da condição de cidadãos. (FERNANDES, 1994, p. 177)

É importante esclarecer que o processo de espacialização vai muito além de uma questão quantitativa, ou seja, não deve ser visto como sinônimo de crescimento numérico, mas sim como um processo socioespacial. Obviamente, a base quantitativa é importante, mas deve ser vista e usada considerando a relação dialética homem/sociedade-espaço/tempo para não dever ainda mais perante a totalidade. Assim, lançar mão de seu uso e elaborar uma leitura que esteja ciente da história de luta e sabida das intimidades dos principais fenômenos geográficos sob um olhar dialético, apesar de não dar conta de entender a realidade em sua totalidade, é um bom caminho para entender esse processo.

Desta maneira, iniciada desde o surgimento e primeiras ações do MST na região, o movimento seguiu com o seu processo de espacialização da luta pela terra. No entanto, de maneira cada vez mais intensa. Consequentemente, como parte do processo de espacialização, a representação do movimento cresceu significativamente conforme as figuras 19, 20 e 21 onde podemos vislumbrar o processo de espacialização do MST no Pontal do Paranapanema desde 1990, quando iniciou suas ações até o ano de 2011 e os anos de maior intensidade e menor atuação. As duas formas de representações são complementares. Na primeira temos o processo de espacialização destacando o acúmulo de das ocupações como forma de representar o processo de espacialização da luta, sendo que os períodos: 1990-1994; 1990-1994 apontado em vermelho e 1995-1998 nas demais cores; e 1990-1998 também destacado em vermelho e os demais anos em outras cores. esta forma de representação serve para evidenciar como foi crescendo o processo de espacialização em fazer uso abusivo de cores e ao mesmo tempo destacar o acúmulo dos períodos anteriores. Na segunda forma de representação temos todas as atuações nos

municípios do Pontal do Paranapanema ano a ano como forma complementar à figura 19.

Quadro 13 - Pontal do Paranapanema - Fazendas ocupadas pelo MST - 1995-1998

Nº	Nome do Imóvel	Município	Movimento	Fonte
1º	Fazenda Alvorada	Mirante do Paranapanema	MST	NERA
2º	Fazenda Marco II	Mirante do Paranapanema	MST	CPT / OAN / NERA
3º	Fazenda São Domingos	Sandovalina	MST	CPT / OAN / NERA
4º	Fazenda Arco-íris	Mirante do Paranapanema	MST	CPT / OAN / NERA
5º	Fazenda Tupã	Rancharia	MST	NERA
6º	Fazenda Santa Apolônia	Mirante do Paranapanema	MST	NERA
7º	Fazenda Santa Carolina	Rancharia	MST	NERA
8º	Fazenda Washington Luís	Mirante do Paranapanema	MST	CPT / OAN / NERA
9º	Fazenda Santa Cruz	Mirante do Paranapanema	MST	CPT / OAN / NERA
10º	Fazenda Canaã	Mirante do Paranapanema	MST	NERA
11º	Fazenda King Meat	Mirante do Paranapanema	MST	NERA
12º	Fazendas S. João da Mata/Faxinal/Matão/Outras	Rancharia	MST	CPT / OAN
13º	Fazenda Rodeio	Martinópolis	MST	CPT / OAN / NERA
14º	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	Presidente Epitácio	MST	CPT / OAN / NERA
15º	Fazenda São João da Mata	Rancharia	MST	NERA
16º	Fazenda Flor Roxa	Mirante do Paranapanema	MST	NERA
17º	Fazenda Santana	Mirante do Paranapanema	MST	NERA
18º	Fazenda Apolonia	Mirante do Paranapanema	MST	NERA
19º	Fazenda Haroldina	Mirante do Paranapanema	MST	NERA
20º	Fazenda Santa Ana	Mirante do Paranapanema	MST	NERA

21°	Fazenda Santa Rita	Mirante do Parapananema/Teodoro Sampaio	MST	CPT / OAN/NERA
22°	Fazenda Primavera	Presidente Venceslau	MST/N.I.	CPT / OAN/NERA
23°	Fazenda Rancho Grande	Euclides da Cunha Paulista	MST	CPT / OAN/NERA
24°	Fazenda Santa Irene	Sandovalina	MST/N.I.	CPT / OAN/NERA
25°	Fazenda São Manoel	Sandovalina	MST	CPT / OAN/NERA
26°	Estância Santo Antonio	Martinópolis	N.I.	NERA
27°	Fazenda Yapinare	Santo Anastácio	N.I.	NERA
28°	Estância Juliana	Rancharia	N.I.	NERA
29°	Fazenda Irene	Sandovalina	MST	NERA
30°	Estância Palu	Presidente Bernardes	MST	NERA
31°	Fazenda Fortuna	Presidente Bernardes	MST	NERA
32°	Fazenda São Pedro	Rancharia/Martinópolis	MST/N.I.	CPT / OAN/NERA
33°	Fazenda Natal	Caiuá	N.I.	CPT / OAN/NERA
34°	Fazenda Maturi I	Caiuá	MST/N.I.	CPT / OAN/NERA
35°	Fazenda Santa Maria	Euclides da Cunha Paulista	MST/N.I.	CPT / OAN/NERA
36°	Fazenda Porto Letícia	Euclides da Cunha Paulista	MST	CPT / OAN/NERA
37°	Fazenda Santa Rita do Pontal / Beira Rio	Euclides da Cunha Paulista	MST	CPT / OAN/NERA
38°	Fazenda Santa Tereza	Euclides da Cunha Paulista	MST/N.I.	CPT / OAN/NERA
39°	Fazenda Santa Terezinha	Euclides da Cunha Paulista/Santo Anastacio	MST/N.I.	CPT / OAN/NERA
40°	Fazenda Boa Vista	Álvares Machado	MST	CPT / OAN / NERA
41°	Fazenda Concórdia	Tarabai	MST	NERA
42°	Gleba Ribeirão Bonito	Teodoro Sampaio	N.I.	CPT / OAN
43°	Fazenda Santa Clara	Mirante do Parapananema	MST	CPT / OAN/NERA
44°	Fazenda Nova Pontal	Rosana/Euclides da Cunha Paulista	MST/N.I.	CPT/OAN/NERA
45°	Fazenda Inháçá	Mirante do Parapananema	MST/N.I.	CPT/OAN/NERA
46°	Fazenda Rancho Grande	Euclides da Cunha Paulista/Mirante do Parapananema	MST/N.I.	CPT/OAN/NERA

47°	Fazenda Santa Zélia	Teodoro Sampaio	MST/N.I.	CPT/OAN/NERA
48°	Fazenda Santa Isabel	Mirante do Paranapanema	MST/N.I.	CPT/OAN/NERA
49°	Fazenda Santa Maria	Nantes/Rancharia	MST/MAST	CPT/NERA
50°	Área da Usina hidrelétrica de Taquaraçu	Sandovalina	MST/N.I.	CPT/OAN
51°	Fazenda Ipiranga	Presidente Bernardes/Santo Anastácio	MST/N.I.	CPT/OAN/NERA
52°	Fazenda Santa Terezinha	Presidente Bernardes/Teodoro Sampaio	MST	CPT/OAN/NERA
53°	Fazenda Caçatungá	Iepê	MST/N.I.	NERA
54°	Fazenda Junqueira III	Rosana	N.I.	NERA
55°	Fazenda Porto Velho	Presidente Epitácio	N.I.	CPT/NERA
56°	Fazenda Ouro Verde	Presidente Bernardes	MST/N.I.	CPT/NERA
57°	Fazenda Bonanza	Rosana	MST/N.I.	CPT/OAN/NERA

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2012

Elaboração: José Sobreiro Filho

Figura 19 - Pontal do Paranapanema - Espacialização da luta pela terra
A evolução espaço-temporal da ocorrência de ocupações de terra realizadas pelo MST - 1990-2011

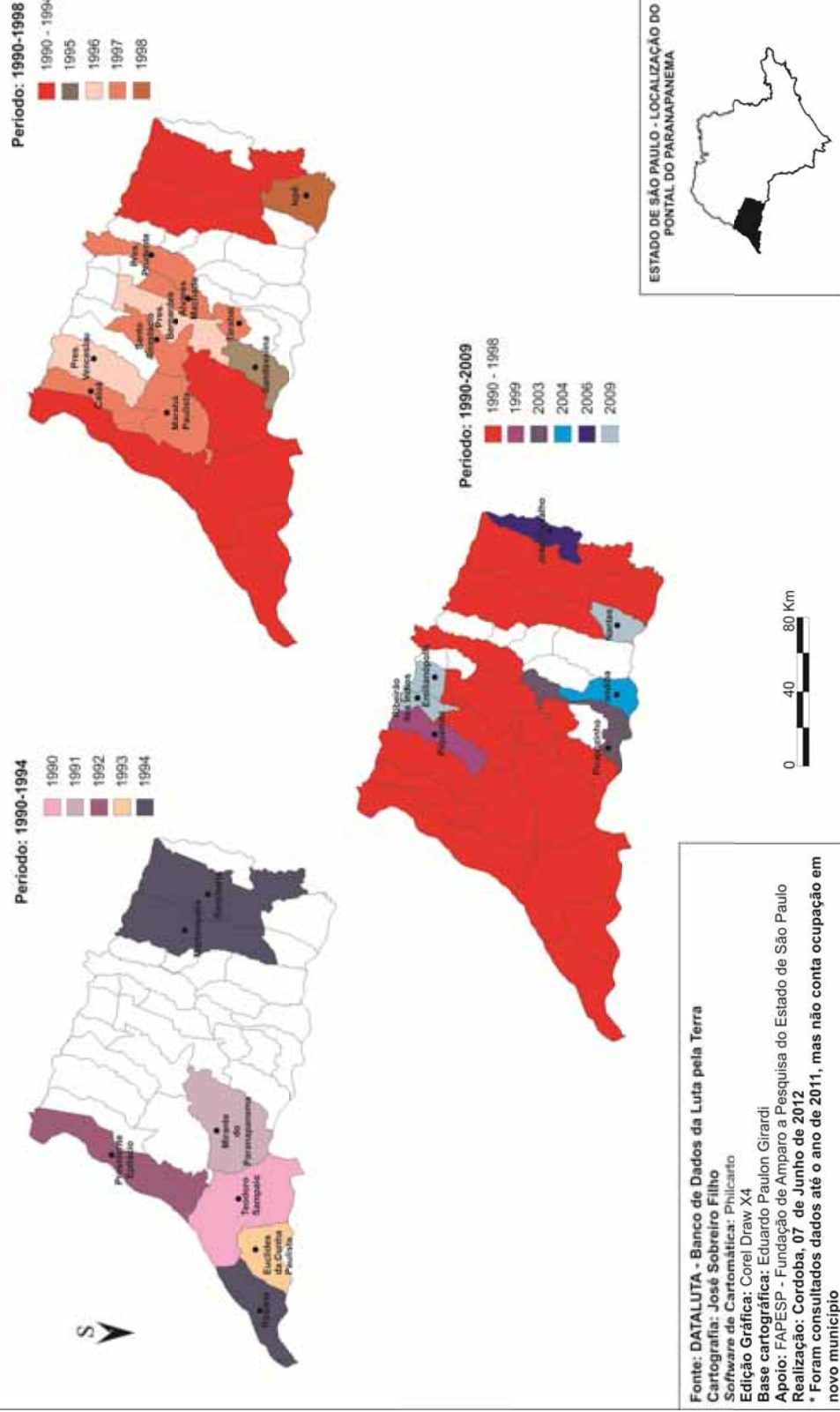


Figura 20 - MST - Espacialização da Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema - 1990 - 2011 (parte 1/2)
Municípios com ocupações de terras

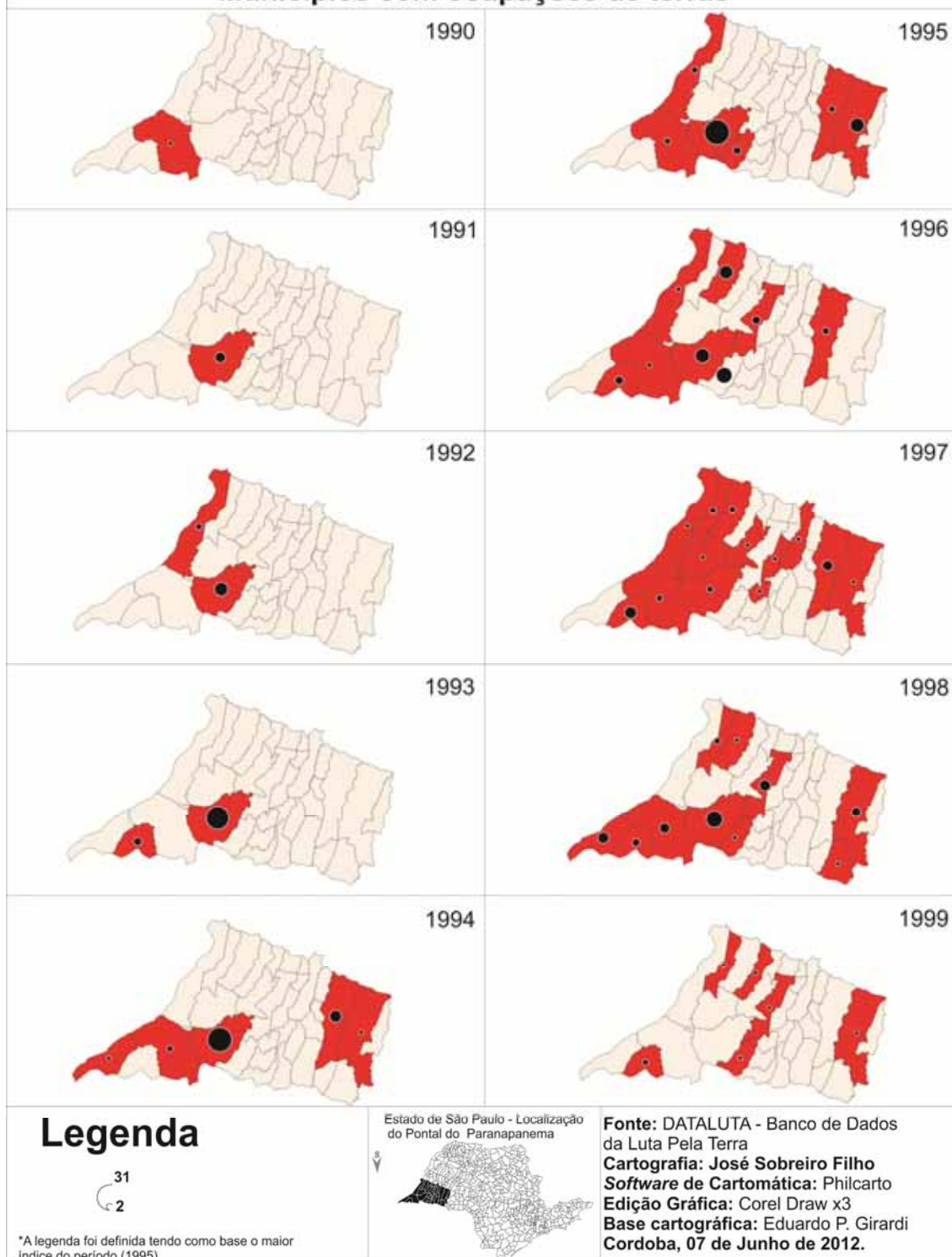
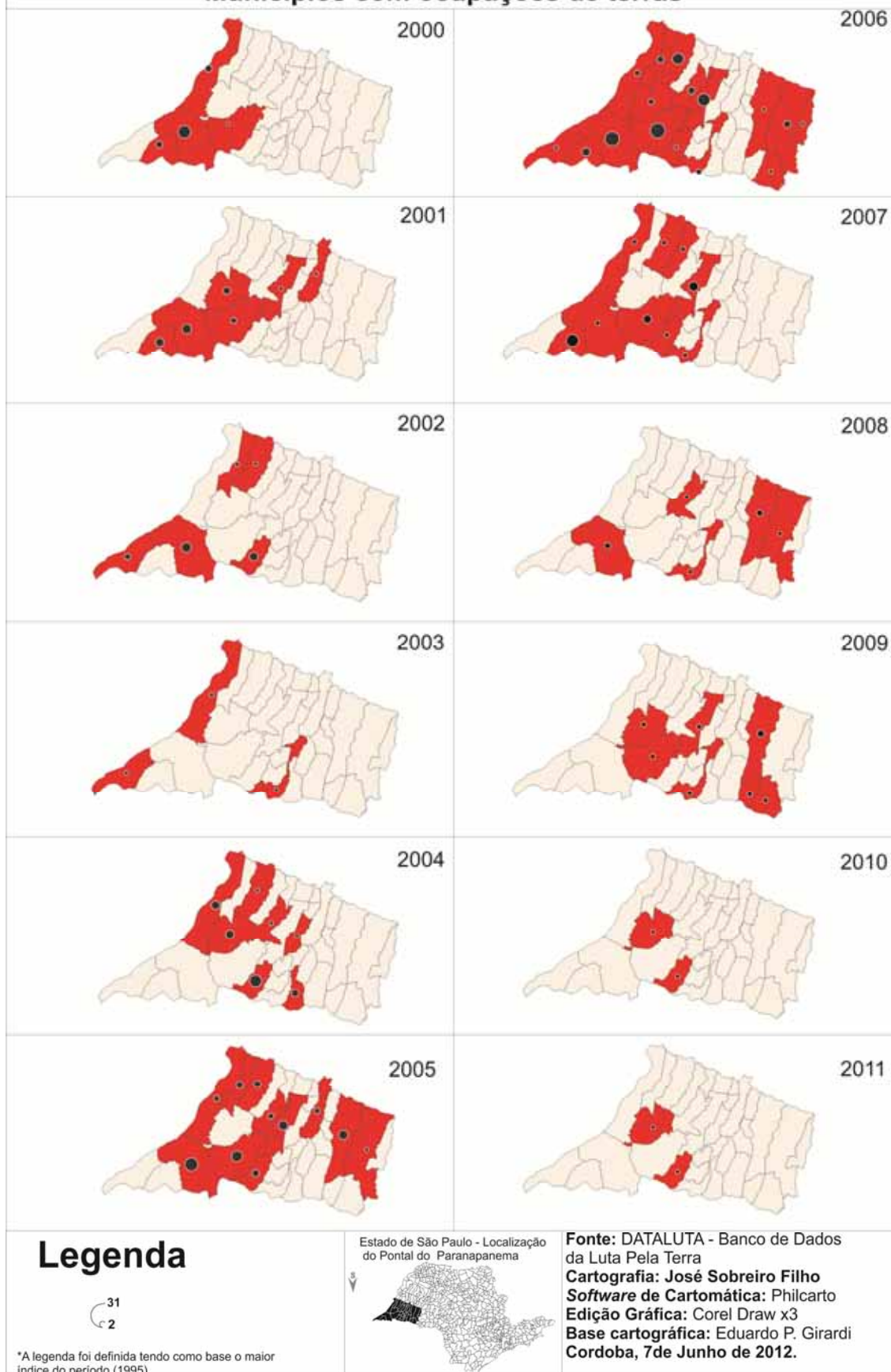


Figura 21 - MST - Espacialização da Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema - 1990 - 2011 (parte 2/2)
Municípios com ocupações de terras



Além das especificidades da região, que eram determinantes nos rumos da luta, as mudanças e pressões ocorridas em âmbito nacional também implicavam significativamente na luta que se estabelecia no Pontal do Paranapanema. No cenário político nacional esse período também foi marcado pelo crescimento da resistência em negociar com os movimentos socioterritoriais por parte do governo FHC – Fernando Henrique Cardoso e a intensificação do processo de criminalização e repressão aos mesmos. Alguns momentos e direcionamentos foram fundamentais para os rumos da luta pela terra na região.

Em 1995 o 3º Congresso Nacional do MST realizado em Brasília levantou o lema “Reforma Agrária uma luta de Todos” destacando que toda a sociedade seria beneficiada com a reforma agrária e que, deste modo, era importante trazer a sociedade para essa luta. Juntamente com esse processo de avanço da luta, sobretudo rumo à conscientização da sociedade e de um reconhecimento pela mesma, o governo FHC passou a intensificar a repressão e resistência para negociar com os movimentos com a finalidade de enfraquecer o movimento por meio do isolamento político.

Logo em seguida, como parte do processo repressivo promovido pelo governo FHC, ocorreu o massacre de Corumbiara no dia 9 de agosto de 1995 no município de Corumbiara no estado de Rondônia. Este conflito travado entre jagunços, policiais e camponeses sem terra resultou em 12 mortes e várias vítimas. No ano seguinte, em 17 de abril de 1996, ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás que acarretou na morte de 19 sem terras e 100 pessoas feridas no município de Eldorado dos Carajás no estado do Pará. Este caso ganhou repercussão internacional devido á extrema violência empregada pela polícia militar. O presidente FHC lamentou o ocorrido e se posicionou publicamente prometendo se dedicar para resolver os problemas no campo. Como parte desta proposta foi recriado no mês de maio, extinto desde o governo Collor, o Ministério da Reforma Agrária.

Em Junho a violência em âmbito nacional tomou novamente tom de destaque. Um confronto entre sem-terra e latifundiários terminou com a morte de quatro sem-terra e cinco feridos. Apesar de seu pronunciamento em prol à resolução dos problemas no campo, de fato pouco ou quase nada mudou. Permaneceu a descrença do governo FHC sobre a agricultura camponesa e a repressão, isolamento e desqualificação dos movimentos camponeses, sobretudo, pela forte criminalização. As poucas ações realizadas pelo governo tiveram caráter emergencial e convergiam com os momentos

mais tensos da luta. Sobreiro filho (2011) em sua leitura sobre Stedile e Fernandes realize alguns apontamentos interessantes sobre a conjuntura do período:

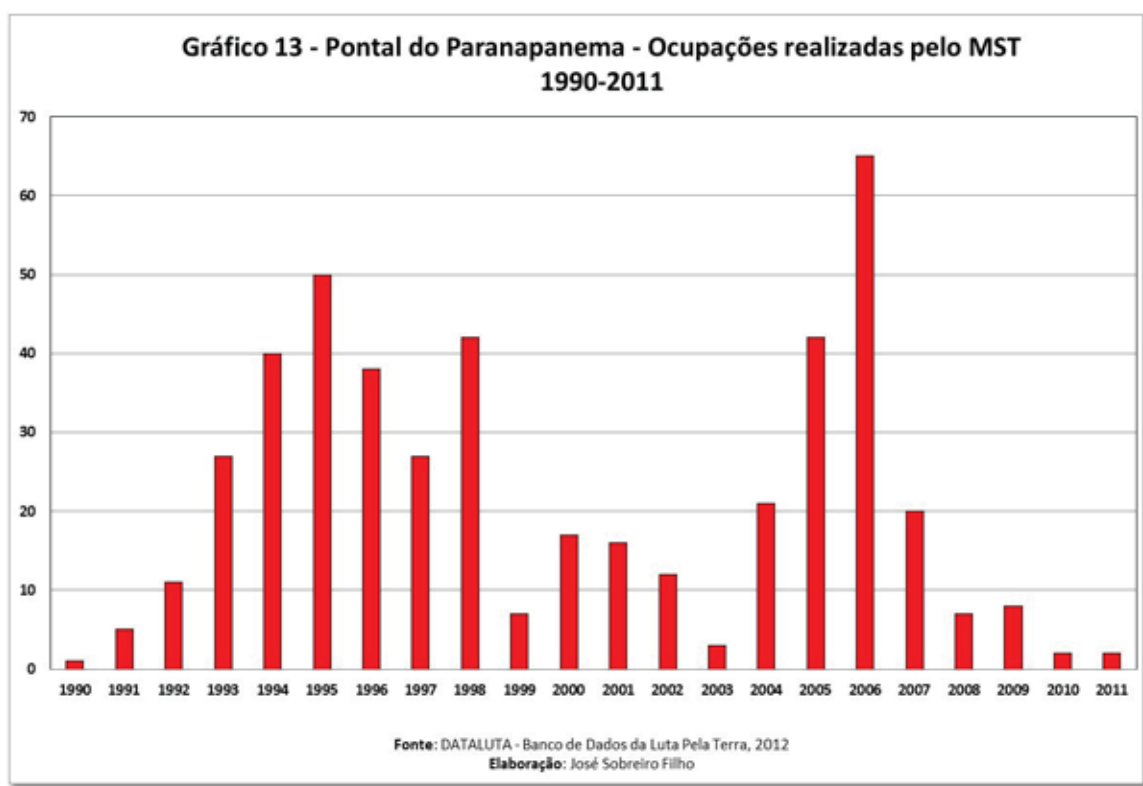
Sobre este período, Stedile e Fernandes (1999) fazem uma leitura importante acerca da atuação do governo FHC em relação ao MST destacando duas premissas. A primeira refere-se a uma leitura de inexistência do problema agrário, assim a grande propriedade não se enquadraria como um empecilho. A segunda refere-se à subordinação da nação ao capitalismo internacional, abrindo o mercado, entregando a economia ao capital financeiro e arrolando a agricultura às margens¹⁴¹. Assim, de acordo com esses parâmetros conjunturais, a repressão do governo FHC sobre o MST, principal movimento atuante e alvo de repressões no período, seguiu três variantes: a primeira era estimular o mercado de terras com a reforma agrária de mercado viabilizada pelo banco mundial; a segunda é a propaganda contra o MST objetivando desmoralizá-lo, enfraquecer o apoio da sociedade, criar a ideia de que era um inimigo da sociedade e entrave para o desenvolvimento; e o terceiro era o isolamento do MST. (SOBREIRO FILHO, 2011, p. 17)

No Pontal do Paranapanema o conflito com os latifundiários continuou intenso e as ameaças crescentes. O movimento emergia na região como sinônimo de ameaça para os latifundiários. No entanto, do mesmo modo que as repressões e ameaças aumentavam, o movimento também seguia aumentando suas ações e não se demonstrava tímido em relação à repressão promovida pelos latifundiários. Prova disso é que nesse período ocorreu um expressivo aumento das ocupações de terras (gráfico 13) tendo como finalidade promover a reforma agrária no Pontal. É fato que o movimento vinha crescendo em todo o país e cada vez aprimorando as formas organizar e realizar a luta. Mas o Pontal do Paranapanema tinha uma especificidade muito propícia para a luta do movimento. Dentre vários outros fundamentos sociais e constitucionais, o caráter devoluto das terras era o combustível necessário para o MST lutar pela terra.

De um modo geral, o período de 1995 a 1998, por parte da atuação do MST na região do Pontal do Paranapanema foi marcado pelo crescimento das ocupações de terras em áreas devolutas, bloqueios de rodovias, bloqueios e ocupações de agências bancárias, ocupações de praças e órgãos como ITESP e o INCRA, marchas, manifestações e passeatas. No entanto, visto os vários momentos de conflito com os latifundiários da região, durante esse período emerge também um alto número de

¹⁴¹ Ver Stedile e Fernandes (1999, p. 139-40)

conflitos na região, sobretudo, com ameaças e relatos de violência informados pela imprensa local e nacional.



Os conflitos emergentes nessa região estiveram atrelados ao aumento da atuação do movimento na região e à repressão e articulação dos latifundiários. Em geral, neste período, predominaram notícias apontando as atuações do MST e as ameaças e “providências” tomadas pelos ruralistas na região para se “prevenir” e rechaçar as atuações. Desta maneira se estabeleceu em toda a região uma atmosfera conflituosa embotada por disputas, ameaças, ofensas, etc. De um lado o movimento, na maioria das vezes, prometendo intensificar as ações nas fazendas devolutas e cobrando o governo quanto à realização da reforma agrária e resolução dos conflitos e ameaças, e do outro lado os latifundiários organizados na UDR – União Democrática Ruralista ameaçando, pressionando o movimento e cobrando do Estado atitudes quanto à segurança de “suas” respectivas “propriedades” e criminalização do MST. A imprensa, apesar de contribuir muito para a defesa dos ruralistas, se ocupou do registro das ações e do debate estabelecido entre o movimento e os latifundiários.

Neste período é notório que a partir do ano de 1996 os conflitos se intensificaram ainda mais com o aumento de ameaças, tiroteios, prisões preventivas, etc.

O significativo aumento ocorrido neste período deve-se ao ressurgimento da UDR na região, sobretudo, retomando o papel central de pivô do conflito e da repressão contra o MST. Os jornais Oeste Notícias, O Imparcial, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo foram os periódicos que mais se destacaram como espaço de debate e conflito entre o MST e os Latifundiários. Apesar de nitidamente tendenciosos, nestes podemos vislumbrar como, de fato, foi a luta entre os latifundiários e sem-terras e o quão desigual a mesma foi para os sem-terras, sobretudo, na representação midiática, donde rotineiramente se repetiam as acusações e corroboravam uma imagem pejorativa embotada de desconfiança, descrença e criminalização.

Dentre os principais periódicos que realizaram o registro do embate haviam muitas diferenças na formas de representação tanto do MST quanto da UDR. Sobre o MST não é incomum encontrar alcunhas como: vagabundos, baderneiros, criminosos, aproveitadores, bandidos, arruaceiros, guerrilheiros. Além disso, também é rotineiro encontrar notícias de integrantes do MST sendo constantemente acusados por crimes como: roubo de armas de polícia; roubo de e morte de gado; porte de armas; queima de pasto; tiroteio; etc. Enquanto a representação da UDR em sua grande maioria aparece como: um grupo de latifundiários que tem uma luta legítima contra os MST na região para assegurar as respectivas “propriedades”; buscar através de a justiça criminalizar o movimento e garantir seus direitos; são vistos como as reais “vítimas” da luta do movimento e como “responsáveis” pelo desenvolvimento da luta na região; e, por fim, como a justiça não se movimentava buscavam através da segurança privada, milícias e jagunços, realizar a segurança das “propriedades” e reprimir a luta pela terra.

Além destes aspectos mais gerais sobre a atmosfera conflituosa estabelecida durante o período também se destacam as tentativas de desmobilização e imobilização do movimento com a intensificação de prisões de várias lideranças. A efervescência que a emersão da luta pela terra provocou desde os anos anteriores culminou no crescimento da luta e consequentemente como forma de repressão na prisão de lideranças. Além das ocupações de terras, o ano de 1995 foi marcado por lutas pela liberação das lideranças que foram presas, caminhadas e o confronto com prefeitos conforme podemos ver no Quadro 14.

Quadro 14 - Pontal do Paranapanema - Principais notícias de conflitos - 1995-1998

Nº	DATA	TÍTULO	RESUMO DA NOTÍCIA	JORNAL	PÁGINAS
1º	02/11/1995	Preso desafia policias a capturar foragidos	Barreto, um sem-terra, disse, "Com as prisões, eles querem intimidar. Mas duvido que a polícia tenha coragem de entrar em algum acampamento"	FSP	1-8
2º	02/11/1995	Sem terra caminham 16 km e pedem libertação de líderes	Sem terra caminham 16 km e pedem libertação de líderes	ON	3
3º	02/11/1995	Negado habeas-corpus a líderes dos sem-terra	Negado habeas-corpus a líderes dos sem-terra	OESP	A13
4º	02/11/1995	Foragido, Laércio Barbosa diz que acampados podem ficar sem controle	Foragido, Laércio Barbosa diz que acampados podem ficar sem controle.	OESP	A13
5º	05/11/1995	Articulações não preocupam	Gilmar Mauro disse que Germano "é o tipo de lumpen que é expulso do movimento por não se adequar à disciplina interna. "	FSP	1-13
6º	20/11/1995	Prefeito quer fechar PP a sem-terra	Rainha: "A cidade é da população. Ele é apenas administrador."	ON	3
7º	21/11/1995	Acampados fazem caminhada no Pontal	Acampados fazem caminhada no Pontal	OESP	A16
8º	21/11/1995	Sem terra decidem que caminhada vai a Prudente	Sem terra decidem que caminhada vai a Prudente	ON	3
9º	23/11/1995	Prefeito de Prudente tentou mais uma vez convencer José Rainha a desistir	Prefeito de Prudente tentou mais uma vez convencer José Rainha a desistir.	IMP	6B
10º	23/11/1995	Rainha pode ser preso na caminhada	Rainha pode ser preso na caminhada.	ON	3
11º	25/11/1995	Prefeito perdeu mais uma vez, diz Rainha	Prefeito perdeu mais uma vez, diz Rainha.	IMP	1B
12º	29/12/1995	MST decide romper acordo e anuncia onda de invasões	Rainha discursa para os sem terra no oeste de SP; Belisário vai hoje ao Pontal.	FSP	1-4
13º	30/12/1995	SP assenta sem-terra para conter invasão	Rainha não assumiu o compromisso de suspendê-las.	FSP	1-6
14º	27/01/1996	Prisões desarticulam invasões no Pontal	Diolonia distribuiu mensagem para autoridades na qual ela critica o governo paulista por não assentar os se terras.	FSP	1.8
15º	28/01/1996	MST denuncia tiros contra acampamento	MST denuncia tiros contra acampamento.	ON	3
16º	29/01/1996	Acampados no Pontal tem novo atentado	Na ultima sexta feira 3 ou 4 homens atiraram no acampamento em frente da Fazenda Santa Rita	FSP	1.10

17º	29/01/1996	Acampados no Pontal temem novo atentado	350 famílias sem-terra acampadas em frente a Fazenda Santa Rita, em Mirante do Paranapanema fizeram vigília, temendo um novo atentado	FSP	1--10
18º	07/08/1996	Governo ameaça usar polícia contra invasão	Para ministro da Justiça, ou o País está em um estado de direito ou em uma insurreição	OESP	A14
19º	09/09/1996	Conflito fundiário no Pontal foi acirrado ontem	Rainha dizia que dentro do sindicato que congrega os ruralistas (patronais) formou-se uma ala radical que não admite acordo com sem terra. 'Nós sabemos que muitos que muitos fazendeiros estão formando milícias paramilitares dentro de suas propriedades. Isso não nos causa surpresa e a quem acompanha de perto o processo de Reforma Agrária, mas qual será a punição que a Justiça dará a este crime,' perguntou Rainha.	ON	1.3
20º	09/09/1996	Tensão volta ao Ponta do Paranapanema	Rainha, diz que empregados de fazenda Sta. Rita atiraram contra acampamento	FSP	1.8
21º	10/09/1996	Fazendeiros se unem para defender propriedade	Rainha: "nesse parte jagunços não entram." Afirmou que no sábado vem mais que 3.000.	OESP	A17
22º	12/09/1996	Abeche tenta 'apaziguar' Pontal	É necessário 'desarmar os espíritos'. Falou, 'Não vou iniciar uma vistoria sem antes conversar com o Negrão e o Rainha...'	ON	1.4
23º	16/09/1996	Incra abre diálogo para pacificar Pontal	Rainha foi recebido pelo Abeche. R disse que não está preocupado com a decisão da Justiça do ES.	OESP	A14
24º	17/09/1996	UDR quer contratar milícia rural	Fazendeiros fazem leilão com mais de mil bois para reerguer instituição e contratar grupo armado de segurança	ON	1.3
25º	17/09/1996	SP deve desarmar fazendeiros do Pontal	Segundo Belisário, os órgãos de segurança do estado estão se prevenindo para evitar um confronto entre sem-terra e fazendeiros	FSP	1.12
26º	18/09/1996	Arma está legalizada, informa UDR	Rainha disse que o propósito de desarmar 'não passa de mais um discurso sem qualquer efeito prático.'	OESP	A14

27°	18/09/1996	Secretário não descarta uso de arma	Para Santos donos de propriedades privadas 'tem direito de se defender até com armas.' Rainha falou: 'Nos faz repensar o pedido de trégua nas ocupações de terras no Pontal pedida pelo Incra.'	FSP	1.13
28°	18/09/1996	Destruição de lavoura não ficará de graça, diz líder	Dirigente regional Márcio Barreto disse ter certeza 'de que a destruição das lavouras de mandioca e milho não vai ficar de graça.' Rainha passou o dia em reunião com a direção estadual na sede da Fazenda São Bento e disse que o MST ainda não definiu posição a respeito da destruição da lavoura.	OESP	A14
29°	18/09/1996	UDR reinicia atividades com leilão	UDR reinicia atividades com leilão	JB	12
30°	19/09/1996	UDR quer 4 milhões de fazendeiros	Presidente Roosevelt Roque dos Santos, em fazenda em Presidente Venceslau, defende uso de seguranças armados.	FSP	1.10
31°	19/09/1996	É uma piada,' diz Rainha	Diz que a UDR representa 'tudo que é atrasado neste país'	FSP	1.10
32°	21/09/1996	MST ameaça com invasões a partir de segunda	Rainha vai pedir ao governo que realize uma ação de desarmamento na região do Pontal; sem-terra acusam empregados de fazenda Sta Rita terem feitos disparos em direção ao acampamento	OESP	A20
33°	25/09/1996	Estado faz ofensiva para anular conflito	Governo paulista e Incra decidem fazer negociação individual com fazendeiros da região do Pontal	FSP	1.13
34°	26/09/1996	Policiais apreendem arma ilegal no Pontal	Empregado da Faz Sta Rita afirmou ter recebido revólver Rossi-Magnun, calibre 357, do faz Marcelo Negrão para defender a fazenda. Rainha pediu intervenção da PF	OESP	A16
35°	27/10/1996	A indústria dos pistoleiros, com tabela de preços para matar	Fazendeiros da região do Parapanema em SP tem contratado matadores na fronteira para impedir invasões de suas terras. "O preço depende da condição da vítima e político está valendo mais," diz um informante da fronteira sobre a tabela de preços dos pistoleiros.	JT	17A
36°	29/10/1996	Questão agrária: Rainha se diz vítima de atentado no Pontal	Líder sem-terra afirma que carro em que estava foi perseguido por caminhonete	OESP	s.p.

37º	29/10/1996	Acusação: Rainha diz ter sido alvo de atentado	Líder do MST acusa empregados da fazenda Santa Rita de tentarem matá-lo jogando carro para fora da estrada. Gol tem de sair para acostamento e não capotou por pouco, diz Rainha	ON	1.3
38º	05/11/1996	Seguranças e sem terra voltam a trocar tiros	Segundo polícia, ocorreram mais de 15 disparos entre guardas na Faz Sta Irene em Sandovalina e sem-terras, aumentando a tensão no Pontal.	OESP	A13
39º	05/11/1996	Polícia investiga tiroteio no Pontal	Rainha e Deolinda se escondem com medo de serem presos	FSP	1.12
40º	05/11/1996	Segurança de fazenda é baleado	Tiroteios tem sido constantes entre Santa Irene e acampamento, desde sábado, quando um homem foi ferido a bala	ON	1.3
41º	06/11/1996	Seguranças reagem com tiros a invasão no Pontal	Durante mais de duas horas, funcionários da Faz Sta. Irene atiraram em sem-terra	OESP	A17
42º	06/11/1996	MST é repellido a bala na Santa Irene	Disparos começaram assim que tratores destruíram porteira; mulher tentou se proteger, caiu e quebrou a perna	ON	1.6
43º	06/11/1996	Mulher quebra a perna ao fugir do tiroteio	Mulher fraturou o fêmur depois de tentar fugir da fazenda Santa Irene, no momento do tiroteio	ON	1.6
44º	06/11/1996	Morte ronda o Pontal	"é preciso cobrar das autoridades uma solução rápida"	ON	1.2
45º	06/11/1996	Disposição é de reagir diz, presidente da UDR	"este é um direito que eles têm", disse Roosevelt, presidente da UDR quanto a reação às ocupações do MST	ON	1.6
46º	06/11/1996	Os governos esperam um massacre para solucionar a questão Pontal	As ameaças do líder José Rainha já não amedrontam ninguém	IMP	3A
47º	06/11/1996	Secretário da justiça responde denúncias do presidente da UDR	Terras públicas devem ser destinadas para a exploração rural	IMP	3A
48º	06/11/1996	Pistoleiros inibem a balas ocupação do MST	Os tiros contra os sem terra duraram exatamente uma hora	IMP	6A
49º	06/11/1996	Imprensa também é recebida a tiros	algumas emissoras de TV e um ou outro jornalista passaram por momentos difíceis no momento da ocupação	IMP	6A

50°	08/11/1996	Comissão vai visitar área de conflito	Rainha alertou as autoridades sobre os riscos de uma chacina na área	ON	1.6
51°	09/11/1996	Comissão visita o Pontal na 3ª feira	"UDR está querendo se legitimar com truculência" diz Renato Simões do PT	IMP	1A
52°	10/11/1996	Violência no Pontal	Violência no Pontal	ON	1.2
53°	10/11/1996	MST pede ação para desarmar fazendeiros	Segundo Rainha, "O clima de tensão no Pontal é pior do que o existente em Eldorado dos Carajás e, se o governo não agir rapidamente, será cúmplice do que vier a acontecer	ON	1.8
54°	13/11/1996	Polícia quer mandado para desarmar MST e ruralistas	Comissão de parlamentares visita fazenda onde houve tiros contra tratores do MST na semana passada	ON	1.1
55°	16/11/1996	Três tratores são tirados da Santa Irene pelo MST	Três dos oito tratores danificados na semana passada por tiros entre fazendeiros e trabalhadores rurais sem-terra dentro da Fazenda Santa Irene, em Sandovalina	ON	1.3
56°	22/11/1996	Polícia apreende armas em fazenda	Revolveres e carabinas estavam numa casa da Santa Irene seguranças admitiram que foram usadas contra os sem terra	ON	1.4
57°	23/11/1996	Sem armas, dona da Santa Irene sente-se desprotegida	Sem armas, dona da Santa Irene sente-se desprotegida	ON	1.3
58°	23/11/1996	Polícia acha armas e balas	5 revólveres, 2 carabinas e 100 cartuchos foram apreendidos na Fazenda Santa Irene, em Sandovalina; segundo delegado, as armas teriam sido usadas para repelir invasão da propriedade	FSP	1--9

59°	12/01/1997	Rainha pede desarmamento a governo	Enviou carta a Jungmann: "estamos preocupados com ações armadas dos latifundiários da UDR no Pontal" Elogia "os avanços no Congresso Nacional com o ITR e o Rito Sumário e esperamos que as leis das liminares tenham o mesmo êxito." Para Rainha, "tanto o Incria como o Itesp são testemunhas do esforço do MST para evitar que haja confrontos nessa área. Demos nosso voto de confiança e recuamos com o acampamento em frente a Fazenda Sta. Irene, para que o acordo pudesse ser realizado. A resposta dos latifundiários e de editoriais d jornais foi: 'felizmente a ação armada dos latifúndios deu certo.'"	ON	1.5
60°	13/01/1997	Seguranças atiram contra invasores no Pontal	Sem terra haviam derrubado cerca de fazenda e se preparavam para ocupar área. Foram efetuados mais de 200 disparos.	OESP	A10
61°	13/01/1997	Campo Minado: Sem-terra são recebidos a tiros no Pontal do Parapanema	Tentativa de invasão foi coibida por seguranças na Faz Sta. Rita em Mirante. Polícia apreendeu 4 seguranças e 30 armas	FSP	1.7
62°	14/01/1997	Seguranças de fazenda atiraram em sem-terra	Na Faz Sta. Rita em Mirante	ON	1.8
63°	15/01/1997	Tensão aumenta com mais dois tiroteios no Pontal	Tensão aumenta com mais dois tiroteios no Pontal	ON	1.8
64°	15/01/1997	Seguranças atiram contra acampamento	Seguranças atiram contra acampamento	ON	1.8
65°	16/01/1997	Pecuarista atribui tiros aos sem-terra	Márcio Barbosa Negrão, 21, filho do Marcelo Negrão e dono da Sta. Rita, diz que tiroteio contra reportagem da Estadão foi armação dos sem terra. Diz que "O Rainha guarda rancor porque quando ele liderava as invasões ele foi expulso da Sta. Rita. Agora só diz que é líder mas nunca está presente na hora de invadir, fica escondido, na piscina, bebendo uísque."	ON	1.4
66°	20/01/1997	Polícia investiga seguranças de MST no Pontal	Segundo Rainha, pistoleiros atuam como se fossem empregados contratados. Cinco homens vivem em Dourados.	OESP	A13

67°	28/01/1997	Fazendeiro rechaça invasão no Pontal com tiros	Sem terra montaram acampamento próximo da área e prometeram nova ocupação	OESP	A13
68°	28/01/1997	Fazendeiro impede invasão a bala	Sem-terra afirma que foram 40 minutos de tiroteio; delegado diz que ouviu mais de duzentos disparos	ON	1.7
69°	29/01/1997	Sem terra são forçados a deixar acampamento	Fazendeiros deram tiros para o alto durante a noite e policiais convenceram colonos a mudar. Rainha acusou os fazendeiros de terem destruído o acampamento a tiros e a PM de assistir a tudo sem tomar nenhuma atitude.	OESP	A15
70°	29/01/1997	Novo tiroteio expulsa sem-terra	Sob saraivada de balas, sem-terra abandonaram barracos que foram destruídos por tratores dos fazendeiros	ON	1.8
71°	29/01/1997	Armas à vista. Banho de sangue	Conflito ideológico atinge sociedade	ON	1.2
72°	29/01/1997	Novo tiroteio tira sem-terra de trevo	Vice da UDR reúne fazendeiros vizinhos para expulsar acampados de frente de sua fazenda em Marabá.	ON	1.1
73°	30/01/1997	Fazendeiros querem desativar acampamentos	Segundo Roosevelt dos Santos da UDR eles estão preocupados com as invasões no Pontal. Rainha diz que vai continuar a luta.	OESP	A19
74°	30/01/1997	Novos tiros afastam MST de fazenda	MST retira acampamento próximo à fazenda Concórdia	ON	A19
75°	01/02/1997	Ameaça de morte é crime	Fatos se referem a conflitualidades no Pontal do Paranapanema	ON	1.4
76°	09/02/1997	Armas são apreendidas em acampamento	Polícia apreende 4 espingardas, um revólver e farta munição em barracos de sem-terra do acampamento Taquaruçu em Sandovalina	ON	1.8
77°	10/02/1997	Armas apreendidas são do MST, diz delegado	Dirigente da entidade Márcio Barreto diz que presos não fazem parte do movimento. Delegado Marco Antônio Fogolin -- 'provas' de que os acampamentos dos sem-terra seriam usados para esconder bandidos	OESP	A11

78°	10/02/1997	Polícia prende dois sem-terra no Pontal	Sem-terras são presos munindo duas carabinas	FSP	5
79°	11/02/1997	MST processará delegado, diz José Rainha	Policial disse que armas apreendidas no Pontal eram usadas pelo movimento em invasões. Para Rainha, ladrões agiam por conta própria. "Denunciamos os bandidos à polícia e não houve nenhuma preocupação em investigar," disse.	OESP	A9
80°	12/02/1997	MST vai pedir afastamento de delegado	MST vai pedir afastamento de delegado	ON	1.6
81°	12/02/1997	Polícia recupera mais duas armas furtadas	Delegado de Sandovalina vai pedir prisão preventiva dos 3 sem-terra responsáveis pelo furto	OESP	A11
82°	25/02/1997	Tiroteio fere 8 sem-terra no Pontal	Mais de 2 mil sem-terra entram em fazenda no Pontal e são recebidos a bala; cinco pessoas estão presos	ON	1.8
83°	08/03/1997	UDR monta 'plantão' em área de conflito	Fazenda São Domingos;	FSP	1.4
84°	06/05/1997	Pontal terá operações para desarmamento	Polícias Civil, Militar e Federal farão buscas em fazendas e assentamento de trabalhadores sem-terra	FSP	1.16
85°	18/08/1997	Reação da UDR faz MST recuar no Pontal	Ruralistas cavam trincheiras e usam aviões para acompanhar movimento, PM apreende duas armas e 150 facões	FSP	1.5
86°	18/08/1997	Pressão no Pontal faz o MST recuar	Ruralistas montam resistência e sem-terra suspendem invasão	FSP	1
87°	21/08/1997	Para Jungmann, MST e UDR querem "cadáver"	Ministro de Política Fundiária chama as duas entidades de "coveiros do Pontal" e assegura que não há razão para a situação de conflito na região	OESP	A24
88°	17/09/1997	3 PMs e 5 sem-terra ficam feridos em confronto no Pontal	Pontal; conflitos entre PM e sem-terra	FSP	1.14
89°	18/09/1997	Conflito Fundiário: PM apreende arma usada em conflito	Comandante instaura IPM para apurar participações de cabo que teria disparado e ferido sem-terra em Eptácio	ON	1.5
90°	18/09/1997	Dono da Santa Tereza quer seguranças	O fazendeiro Heráclito Macedo, em Euclides da Cunha, invadida por 150 famílias ligadas ao MST, vai contratar seguranças para expulsar os invasores e proteger a propriedade.	ON	1.5
91°	20/09/1997	Tiros no Pontal: MST acusa seguranças por tiroteio	Integrantes do acampamento Água Branca, em Euclides, denunciam que seguranças da fazenda Santa Tereza dispararam contra barracos	ON	1.3

92º	20/09/1997	MST denuncia tiros contra acampamentos	Violência no campo; assentamentos	OESP	A10
93º	13/10/1997	Presos acusados de levar armas para MST do Pontal	Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas está entre os quatro detidos; Gilmar Mauro, coordenador do Movimento dos Sem-Terra, negou ter vínculos com os envolvidos.	OESP	A12
94º	25/10/1997	Sem-terra concentram acampamentos	Presença de milícias armadas da UDR obriga MST a se aglomerar na área da Fazenda Santa Clara, no Pontal	ON	4
95º	16/01/1998	Sem-terra são expulsos a tiros no Pontal	Seguranças de fazenda em Caiuá incendeiam barracos e alimentam clima de tensão	OESP	A9
96º	17/01/1998	Polícia procura armas em fazenda do Pontal	Foram achados apenas sete cartuchos deflagrados de munição calibre 12 em área de Caiuá	OESP	C

***Legenda de Jornais:** ON – Oeste Notícias; OESP – O Estado de São Paulo; FSP – Folha de São Paulo; IMP – O Imparcial; JB – Jornal do

Brasil; JT – Jornal dos Trabalhadores

Fonte: Dataluta Jornal, 2012. **Elaboração:** José Sobreiro Filho

Em janeiro do ano de 1996 estratégias de desarticulação como a prisão de lideranças e a violência contra os acampados voltaram a afetar o movimento. No entanto, nesse período o intuito de desarticulação viabilizado pelo aprisionamento das lideranças visava desarticular o movimento e provocar a cessação da luta pela terra promovida pelo MST na região. Outro marco deste período foi o aumento da violência em forma de ataque aos acampamentos com tiros disparados por jagunços das fazendas “ameaçadas”. Em setembro, novos disparos foram feitos contra um acampamento do MST envolvendo jagunços da fazenda Santa Rita. Mesmo com as iniciativas do Estado em realizar o desarmamento e a pacificação a situação também seguiu tensa. A ocorrência destes disparos fermentou ainda mais a tensão entre os acampados e jagunços da fazenda Santa Rita. Com o tensionamento do conflito o Estado por intermédio do INCRA tentou intervir pacificando a situação, visto que havia o medo do problema crescer e tomar maiores proporções.

Neste mesmo período outro fato importante que ganhou destaque foi o ressurgimento da UDR com o discurso da proteção das respectivas “propriedades” através do armamento e de milícias rurais para garantir sua segurança. O reinício das atividades da UDR foi marcado com a realização de leilões, frequentes discursos sobre seguranças nas fazendas, ameaças às invasões, etc. Quanto aos disparos envolvendo os jagunços da fazenda Santa Rita e o uso de armas a UDR manteve sua postura de contratar milícias para a realização da segurança das “propriedades” e, apesar de nitidamente vitimado, o MST não se intimidou com o ataque. O movimento seguiu suas ações, criticou também as ações do governo como mera ação discursiva sem desdobramento prático e também solicitou efetiva realização de desarmamento na região. O caso da fazenda Santa Rita ganhou destaque também com a apreensão de um revólver Rossi-Magnum que estava em posse de um funcionário da fazenda.

No mês de novembro ocorreu novo caso de disparo de tiros envolvendo a fazenda Santa Irene. Os jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Oeste Notícias noticiaram nos dias 5 e 6 de novembro a ocorrência como troca de tiros entre os sem-terra e os jagunços da fazenda Santa Irene. Dentre as principais notícias e consequências arroladas pelos jornais as que mais se destacaram foram: “MST é repellido a bala na Santa Irene”; “Seguranças reagem com tiros a invasão no Pontal”; funcionários da fazenda atiraram em sem-terra; “Morte ronda o Pontal”; “Pistoleiros inibem a bala ocupação do MST”; “Imprensa é recebida a tiros”; “mulher quebra a penar ao fugir de tiroteio”; “Segurança de fazenda é baleado”; etc.

Depois dos disparos e com a emergência de uma situação muito conflituosa algumas autoridades visitaram a região com a finalidade de ter conhecimento sobre a violência e riscos de mortes e chacinas na região. Mais tarde, a polícia realizou a apreensão de armamento na fazenda Santa Irene que foi utilizado contra os sem-terras, sendo composto por 5 revólveres, 2 carabinas e 100 cartuchos. Em declaração ao Jornal Oeste Notícias a “proprietária” da fazenda Santa Irene se declarou insegura sem as armas apreendidas (ver notícia nº 57 no quadro 14). Tal fato nos chama atenção e ressalta a conflitualidade estabelecida na região visto que tanto a proprietária quanto a grande maioria dos membros que falaram em nome da UDR em todo o período analisado advogaram o uso de armas ou o armamento como sinônimo de se garantir a segurança das “propriedades” e declaram um sentimento de segurança através de sua posse e uso. Do outro lado, constantemente ameaçado, o MST seguiu cobrando o desarmamento das fazendas do Pontal e destacando os perigos de ocorrer a qualquer momento uma chacina.

No dia 12 de janeiro de 1997 a situação tornou ficar tensa em nova ocupação do MST na fazenda Santa Rita. Durante a realização de uma nova ocupação de terra na área os jagunços responderam a balas a ação do MST. Segundo os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo do dia 13 de janeiro (ver quadro 14), enquanto o movimento se preparava para ocupar a fazenda foram efetuados por seguranças/jagunços da fazenda mais de 200 disparos contra os sem-terra para coibir a ocupação. No dia 13 de janeiro o jornal Folha de São Paulo destaca a notícia “Campo Minado: Sem-terra são recebidos a tiros no Pontal do Paranapanema” contendo informações sobre o ocorrido durante a ocupação do dia 12 de janeiro e também sobre a apreensão de 30 armas e 4 seguranças.

É fundamental destacar que embora tivesse ocorrido mais de 204 ocupações de terras na região, ainda não tinha ocorrido conflitos tão intensos conforme ocorreu com a fazenda Santa Rita. Nos anos de 1996 e 1997 ocorreram seis ocupações de terra na fazenda Santa Rita e efetivamente foi considerada um marco na violência da luta pela terra no Pontal do Paranapanema (ver quadro 15). Depois da repetição do uso de armas e da violência empregada como estratégia repressiva pelos jagunços/seguranças e proprietário vários outros proprietários passaram a seguir o mesmo exemplo para reprimir as ocupações de terras na região. Obviamente que o saldo tanto para o MST quanto para os latifundiários não foi muito positivo. No entanto, o MST continuou resistindo, logrando territórios e enfrentando o latifúndio.

Quadro 15 – Pontal do Paranapanema - Ocupações de terras na fazenda Santa Rita – 1996 e 1997

Município	Famílias	Data	Fonte
Mirante do Paranapanema	1500	20/01/1996	CPT/OAN/NERA
Mirante do Paranapanema	2000	30/08/1996	CPT/OAN/NERA
Mirante do Paranapanema	N.I.	08/09/1996	CPT/OAN
Mirante do Paranapanema	400	02/09/1996	NERA
Mirante do Paranapanema	N.I.	07/02/1996	NERA
Mirante do Paranapanema	300	12/01/1997	NERA

Fonte: Dataluta, 2012.

Organização: José Sobreiro Filho

Durante Janeiro de 1997 repetiram-se os casos de “repressão a base da bala”, destacando informações referentes à fazendeiros impedindo ocupações com tiros, tiroteios, sem-terras deixando acampamentos, etc. Com a emergência da repressão e disseminação dos conflitos ocorreu o requinte das técnicas repressivas e conflitivas. Além de reprimir as ocupações, os latifundiários passaram também a atacar os acampamentos. Deste modo, os acampamentos passaram a ser alvos de tiros e, inclusive, com investidas dos latifundiários que objetivaram destruir os barracos com tratores.

O Jornal Oeste Notícias de 29 de janeiro de 1997 descreve a expulsão a tiros de sem-terras e a destruição dos barracos por tratores. Neste momento os latifundiários criaram a expectativa de acabar com os acampamentos sem terra, sobretudo, através de meios violentos. No dia 09 de fevereiro os jornais Oeste Notícias e O Estado de São Paulo noticiam a apreensão de armas em um acampamento do MST no município de Sandovalina. Nas manchetes o delegado Marco Antonio Scaliante Fogolin, professor de direito e delegado titular da polícia civil no município de Sandovalina – SP, se pronunciou alegando ser os acampamentos espaços usados para esconder bandidos.

Como fato importante na luta pela terra na região durante esse período vale ressaltar que o delegado Marco Antonio Scaliante Fogolin publicou o livro intitulado “A outra face do MST... O crime organizado!!!”¹⁴² no qual realizou uma crítica sobre a

¹⁴² O prefácio da obra foi escrito por Agripino de Oliveira Lima, conhecido por ser ex-prefeito de Presidente Prudente, Reitor da UNOESTE – Universidade do Oeste Paulista, detentor de alguns meios de comunicações, latifundiário, etc.

luta pela terra alavancada pelo MST com foco na região do Pontal do Paranapanema. Visto a conjuntura de intenso conflito o livro trouxe ainda mais elementos para tensioná-lo, pois organiza um conjunto de acusações e compreensões sobre a luta pela terra que reforçam a atmosfera beligerante e a compreensão emergente no período de 1994-1998 de que o MST seria uma organização criminoso custosa para o desenvolvimento nacional. Além de seu caráter a-científico, a literatura apelativa e esdrúxula, a obra está eivada de preconceitos e diversas são as alcunhas e características pejorativas relacionadas ao MST e seus integrantes, tais como: aproveitadores, traidores da pátria, guerrilha disfarçada, movimento guerrilheiro e subversivo, organização criminoso, sabotagem, lavagem cerebral, exércitos armados, terrorismo psicológico, sub-raça de aproveitadores, associação delinquencial, ignorantes e analfabetos, etc. As variadas acusações e afirmações se repetem e contribuem significativamente para criar e corroborar uma atmosfera belicosa e dar a impressão de que o movimento visa promover uma guerra na região. Destaca-se também a repetição da ideia de que as lideranças manipulam os demais integrantes e que os mesmos são ignorantes e sem-cultura (FOGOLIN, 1997, p. 25, 26, 29, 39, 49).

Em geral foram muitas as acusações e questões levantadas pelo autor e o livro refletiu uma parcela significativa da compreensão criminoso e beligerante que os latifundiários tinham sobre o MST na região. Para os latifundiários o livro viera em bom momento, visto que cada vez mais se defendia o uso de armas para a defesa das “propriedades” e sendo a obra de autoria de um delegado que atuava em uma região de foco de conflito, fortalecia a concepção de que de fato o MST era um movimento criminoso. Tanto, que no ano de 1997 a violência persistiu contra o movimento. Em fevereiro um novo tiroteio ocorreu. No mês de agosto, conforme o jornal Folha de São Paulo do dia 18, alguns fazendeiros assumiram a postura de rechaço às ações do MST cavando trincheiras e usando aviões para acompanhar o movimento. Em setembro ocorreu novo caso de tiroteio na região. De acordo com os jornais O Estado de São Paulo e Oeste Notícias do dia 20 de setembro seguranças da fazenda Santa Tereza atiraram contra o acampamento Água Branca. E por fim, apesar de registros de momentos posteriores também significativamente conflituosos, a fase mais tensa de violência se encerra no ano de 1998. É importante destacar que a violência, o conflito, a repressão, as acusações, as prisões e as demais estratégias de desmobilização continuaram nos anos seguintes. O que mudou foi a forma de reprimir e tentar desmobilizar as ocupações. Nesse contexto, a criminalização/judicialização ganhou

maior destaque nos anos posteriores e a violência pela via armada teve um significativo decréscimo.

De fato, as estratégias de desmobilização e ataque à luta pela terra realizadas pelos latifundiários e pelo Estado se complexificaram. Além de algumas das formas de repressão já utilizadas nos anos anteriores também surgiram novas estratégias de repressão e ataques à luta pela terra e aos movimentos socioterritoriais na região. Estas estratégias variavam desde a cooptação de parcelas de movimentos para o surgimento das dissensões até a articulação de movimentos com latifundiários e uso de programas assistencialistas, conforme discutiremos nos capítulos posteriores.

3.5 O surgimento das dissensões

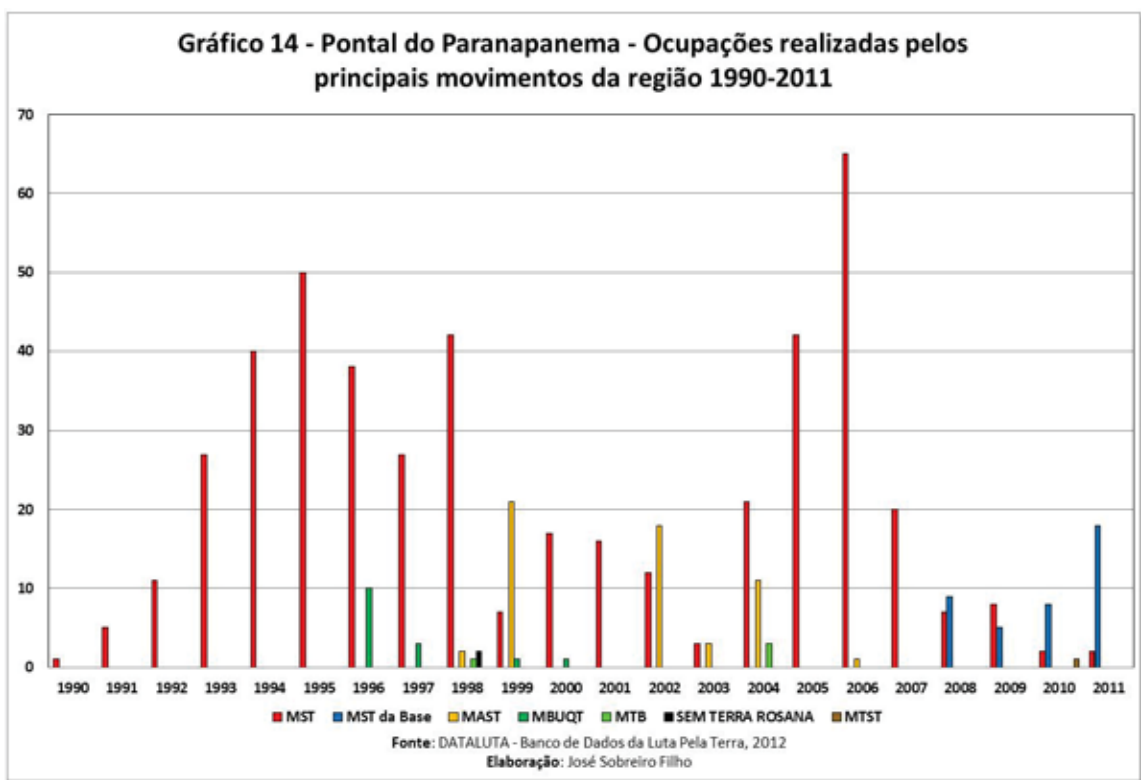
A origem do MST no Pontal do Paranapanema está atrelada à experiência de luta pela terra que emergiam e se desenvolviam em todo o Brasil. No entanto, destaca-se como diferencial regional para o MST, além da forte presença do latifúndio e de um histórico com pouca luta e repressão às manifestações/movimentações, sobretudo, a condição duvidosa da posse da terra. Deste modo, sabido do potencial para a reforma agrária em terras devolutas e do processo histórico de ocupação da região que o movimento apostou na região construindo as condições básicas e investindo na luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

Deste modo, assim como em muitas outras regiões no Brasil, no Pontal do Paranapanema o MST foi o movimento pioneiro na luta pela terra e reforma agrária na atualidade. Desde sua primeira ocupação de terra no dia 14 de Julho de 1990, o MST passou a expor uma leitura diferenciada para o campo na região do Pontal do Paranapanema. Muitos dos problemas estruturais da sociedade do capital foram emersos e o latifúndio destacado como o principal responsável pelas distorções na estrutura fundiária e desigualdade social. Além de revelar um emaranhado de relações historicamente obscurecidas pelos “grileiros” e latifundiários da região também emergiu o debate e mostrou a necessidade da terra para a reprodução social dos trabalhadores sem-terra camponeses. A proposição da reforma agrária em detrimento do latifúndio alicerçado sob grilos, ilegalidades, concentração e desigualdade foi apresentada como

sua principal bandeira de luta e que, portanto, foi também pretexto para os latifundiários encetarem o conflito.

A reação ao início da luta foi mais intensa desde sua origem até o ano de 1998, sendo que posteriormente ocorreram mudanças nas estratégias de desmobilização e formas de enfrentamento do Estado e dos latifundiários perante os movimentos socioterritoriais camponeses. Além desta mudança ocorreu também o surgimento novos movimentos na luta pela terra desde o ano de 1996.

Ao trabalharmos com os dados do DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra verificamos através do registro de ocupações de terras as atuações e a diversidade de movimentos camponeses que passaram a atuar no Pontal do Paranapanema a partir de 1996 e, sobretudo, mais intensamente a partir de 1998 com a maior ocorrência de dissensões. As ocupações realizadas pelos principais movimentos sem terra do Pontal do Paranapanema durante o período de 1990 a 2011 podem ser vistas no gráfico 14 com destaque para os movimentos: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MST da Base; MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra; MBUQT – Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra; MTB – Movimento Terra Brasil; Sem Terra Rosana; e MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.



As primeiras ações realizadas por um movimento que não fosse o MST ocorreram em 1996, com o surgimento do MBUQT - Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra, que também é denominado como ABUQT – Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra. De acordo com Maciel (2009, p. 2) o MBUQT/ABUQT foi criado por um grupo de arrendatários do município de Presidente Venceslau que trabalhavam e tinham sua fonte de renda nas grandes fazendas da região. O autor também aponta que o movimento foi constituído por um grupo de arrendatários com a finalidade de se opor às ações do MST visto que com as consequentes desapropriações ocasionadas pela luta do MST na região as relações de arrendamento foram prejudicadas e, portanto, o grupo se sentiu atingido. Assim, o grupo se organizou e passou a também lutar pela terra, ou seja, pelo seu lote. Sobre a organização dos trabalhadores. Maciel (2009) apresenta um trecho de entrevista com o Presidente da associação/movimento sobre o MBUQT/ABUQT:

O Movimento surgiu porque nos eramos... Eu principalmente, eu fazia parte da... eu era arrendatario e quando o movimento dos Sem-Terra vinha para cá, foi muito difícil as pessoas adquirirem terra para o fazendeiro arrendar para a gente, arrendar a fazenda do fazendeiro. O que acontece e que, já que o Movimento ia pegar terra de graça e atrapalhando os arrendatarios, o que acontece: nos reunimos primeiramente com uns 7 (sete) arrendatarios para nos ocuparmos a fazenda Primavera. No dia em que eu fui para ela, tinha mais de 500 pessoas, foi aí que surgiu o movimento “Brasileiros Unidos. (Geraldo Lopes, presidente da ABUQT – fevereiro de 2007). (MACIEL, 2009, p. 2)

O autor apresenta que a primeira ocupação do MBUQT/ABUQT foi realizada na fazenda Primavera. Conforme os dados do DATALUTA o movimento realizou a ocupação da fazenda Primavera II no dia 15 de julho de 1997 em Presidente Venceslau. No entanto antes da ocupação da fazenda Primavera II, foram feitas ocupações em mais três fazendas no município de Presidente Venceslau, sendo elas: fazenda Tupanciretã com 100 famílias, fazenda Radar com 26 famílias e fazenda Figueira com 60 famílias. Na mesma data da ocupação da fazenda Primavera II também foi feita outra ocupação na fazenda Tupanciretã com 90 famílias conforme o quadro 16 que reúne todas as ocupações do MBUQT/ABUQT registradas pelo DATALUTA.

Quadro 16 – Pontal do Paranapanema – Ocupações realizadas pelo MBUQT/ABUQT

Nº	Município	Área ocupada	Número de famílias	Data
6º	Presidente Venceslau	Fazenda Tupanciretã	100	12/07/1996
7º	Presidente Venceslau	Fazenda Radar	26	12/07/1996
8º	Presidente Venceslau	Fazenda Figueira	60	12/07/1996
9º	Presidente Venceslau	Fazenda Tupanciretã	90	15/07/1996
10º	Presidente Venceslau	Fazenda Primavera II	42	15/07/1996
1º	Presidente Epitácio	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	120	19/09/1996
2º	Presidente Epitácio	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	160	18/10/1996
3º	Presidente Epitácio	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	200	08/11/1996
4º	Presidente Epitácio	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	250	25/11/1996
5º	Presidente Epitácio	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	250	13/12/1996
11º	Caiuá	Fazenda Indiana	100	31/01/1997
12º	Caiuá	Fazenda Indiana	60	14/03/1997
13º	Caiuá	Fazenda Indiana	N.I.	12/04/1997
14º	Presidente Epitácio	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	60	15/07/1999
15º	Presidente Epitácio	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	13	30/08/2000

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2012.

Organização: José Sobreiro Filho

Mais tarde o MBUQT/ABUQT realizou mais cinco ocupações, sendo todas na fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal. As ocupações ocorreram nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. O ano de 1996 marcou como o ano de maior intensidade de ocupações do movimento na região, sendo que o mesmo só realizou ocupações de terra nos anos de 1996, 1997, 1999 e 2000, conforme a quadro 16 e o gráfico 14. Além da emergência do MBUQT/ABUQT nos anos posteriores surgiram outros movimentos e também deixaram de fazer ocupações, cessando suas atividades, e alguns também voltaram a fazer ocupações reerguendo sua bandeira.

Alguns movimentos tiveram um curto período de atividades e até mesmo registraram somente uma ocupação ou apenas em um ano, tais como: Paz Sem Terra; Sem Terra Rosana; Terra Brasil; MTRSTB – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros; FETRAF – Federação da Agricultura Familiar; MCST – Movimento dos Carentes Sem Terra; MNF – Movimento Sem Terra Nova Força; MTSTCB – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Central do Brasil; ARST – Associação Renovação dos Sem Terra; MPT – Movimento Pacífico Pela Terra; MTV – Movimento Terra Vida; MUST – Movimento Unidos dos Sem Terra; MUB – Movimento Unidos Brasil; UNIDOS PELA TERRA; MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Como forma de organizar e representar somente as ocupações próprias/particulares realizadas pelos movimentos socioterritoriais rurais no Pontal do Paranapanema durante o período de 1990-2011 elaboramos a tabela 10. Deste modo podemos observar todas as variações de atuação, as cessações, o início das atuações, os intervalos, intensidade e, de um modo geral, como foi o comportamento dos diferentes/diversos movimentos em todo o período de luta pela terra na região, análise comparativa e o próprio movimento dos movimentos no tempo.

No entanto, visto a diversidade político-ideológica e os processos de dissensão e adesão organizamos também a tabela 11 para destacar a ocorrência de ocupações conjuntas e quais os movimentos que realizaram ocupações conjuntas durante o período de 1990-2011. As ocupações conjuntas em todo o período de luta dos movimentos na região foram realizadas por uma parcela muito variada de movimentos. Contudo, estão centradas em três blocos, sendo eles: um grupo de movimentos que realizou ocupações de terra com o MST; um segundo grupo de movimentos diversos que realizaram poucas e pontuais ocupações; e o terceiro grupo vinculado predominante às ações do MAST e do MST da Base que realizaram ocupações de terra com diferentes movimentos. De fato, conforme apresentaremos adiante, as atuações do MST, do MAST e do MST da Base são as mais importantes e duradouras na história da luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

Tabela 10 – Pontal do Paranapanema - Realização de ocupações de terra por movimento socioterritorial – 1990-2011

MOVIMENTO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
MST	1	5	11	27	40	50	38	27	42	7	17	16	12	3	21	42	65	20	7	8	2	2
MST da Base	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	5	8	18
MAST	-	-	-	-	-	-	-	-	2	21	-	-	18	3	11	-	1	-	-	-	-	-
MBUQT	-	-	-	-	-	-	10	3	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MTB	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
PAZ SEM TERRA	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEM TERRA ROSANA	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TERRA BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MTRSTB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FETRAF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MCST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MNF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
MTSTCB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
ARST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
MPT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
MTV	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
MUST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
MLT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-
MUB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
MLST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-
UNIDOS PELA TERRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
MTST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
N.I	-	-	1	-	5	-	16	21	37	8	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Ocupações	1	5	11	27	40	50	48	30	50	30	19	16	31	8	39	45	68	20	17	14	10	20

Fonte: Dataluta – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2012. Elaboração: José Sobreiro Filho

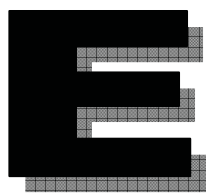
*Somente movimentos que fizeram ocupações de terra individuais.

Tabela 11 – Pontal do Paranapanema - Ocupações Conjuntas

Movimentos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
MST/MAST	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-
MST/MTB	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
MST/CONTAG/CUT	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-
MST/CUT/FERAESP	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
MST/CONTAG/CUT/FERAESP/UNITERRA	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
MST/CONTAG/CUT/MAST	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
MST/CUT	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
MST/CONTAG/CUT/MAST/UNITERRA	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
MST/CONTAG/MAST/UNITERRA/CTV	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
MST/MTB	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
MST/ VIA CAMPESINA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
MTST/MLST	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
UNITERRA/MTRSTB	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
CONTAG/CUT/FERAESP	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
MAST/MBUQT	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
CONTAG/CUT	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
MAST/ MST da Base/ MTB/FETRAF/CONTAG/UNITERRA	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-
MAST/ MST da Base/ MTB/UNITERRA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
MLT/MST da Base	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
MAST/MST da Base	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
MST da Base/MAST/ MTB/FETRAF/CONTAG	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
MST da Base/MAST/ MTB/FETRAF/CONTAG/UNITERRA	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-
CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FE/TRAFF/CONTAG/UNITERRA	-	-	-	-	-	-	-	34	-	-
MST da Base/MAST/CUT/MTST/UNITERRA/MLST/FETRAF/FERAESP/CONTAG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MST da Base/UNITERRA/MAST/MTST/MLST/CUT/STR/FERAESP	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Ocupações Total	1	0	1	1	2	22	20	36	1	4

Fonte: Dataluta – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2012. **Elaboração:** José Sobreiro Filho

***CAPÍTULO 4 - ORIGEM, FORMAÇÃO, POSTURA
POLÍTICO-IDEOLÓGICA, ESTRUTURA E ATUALIDADE
DO MAST, MTST E MST DA BASE NO PONTAL DO
PARANAPANEMA***



Em seguimento ao capítulo anterior, que se finda apresentando o início do processo de dissensão na luta pela terra, apresentaremos neste capítulo a origem, formação, postura político-ideológico, estrutura organizacional e atualidade dos movimentos socioterritoriais do Pontal do Paranapanema. A discussão da postura político ideológica faz-se importante tanto para nos orientar sobre as diferenças destes movimentos, que em seguida nos servirá para diferenciar uma tipologia de movimentos, quanto também para entendermos suas diferentes formas destes em lutar pelo espaço/território. Deste modo, realizamos uma discussão sobre as dissensões e as posturas político ideológicas associada também a uma reflexão sobre as dissensões no Pontal do Paranapanema. Em seguida apresentamos a origem e o processo de formação do MAST, MTST e MST da Base destacando suas respectivas estruturas e por fim a atualidade da luta pela terra no Pontal destacando também o MST. Compreender seus respectivos processos de formação é importante, sobretudo, para diferenciarmos desde sua lógica político-ideológica até suas estratégias e acordos de luta e organização socioespacial¹⁴³.

¹⁴³ Neste sentido, destaca-se o fato de que na história da luta pela terra havia uma divisão de atuação, cabendo ao MST a porção sul do Pontal do Paranapanema e ao MAST a porção noroeste.

4.1 Dissensões e as posturas político-ideológicas

Ao termos também como tema central o processo de dissensão e, sobretudo, destacando a postura político-ideológica dos movimentos destacamos que há outros dois temas a serem apontados sobre a problemática, sendo eles Ideologia e o de Política. No entanto, salvo que o objetivo deste trabalho não é realizar uma reflexão teórica e conceitual sobre política e ideologia, percorreremos de forma objetiva algumas das contribuições mais relevantes à temática e que nos possibilite apontar a confluência político-ideológica nos movimentos socioterritoriais como uma expressão geográfica. Ressaltamos a imprescindibilidade desta discussão porque acreditamos que somente através da análise político-ideológica podemos identificar as diferenças existentes entre os movimentos e realizar uma análise que nos aproxime dos reais fatos e elementos que influenciaram e criaram o processo de dissensão no Pontal do Paranapanema. Além do mais, tal discussão também é significativa por ter como foco ambos elementos, ideologia e política, que explicitam não somente a ação dos movimentos, mas também a sua forma de compreender e transformar o mundo e as relações.

Além de que, através destes conceitos que também são referências extremamente importantes para as ciências humanas, podemos pensar e repensar o processo de dissensão e trazer a tona elementos até então obscuros ou não identificados. Ao retomarmos os capítulos anteriores observaremos claramente tais elementos. O processo de dissensão do MAST foi o mais emblemático na luta dos movimentos socioterritoriais pois foi expressão clara do surgimento, criado, incorporado e vinculado, de uma postura político-ideológica significativamente diferente da mais conhecida até então, no caso o MST.

Nesse sentido, destacamos o papel fundamental de Marx e Engels, pois muito contribuiu para entendermos este processo e posturas como parte das estratégias e artifícios da luta de classe. Marx e Engels apresentam em *A Ideologia Alemã* a ideologia como a falsa consciência, ou seja, como uma ilusão da realidade. Assim, trás para debate o caráter pejorativo da ideologia e a “negatividade” do conceito de ideologia contribui qualitativamente para enriquecer e fomentar a discussão. Lênin também contribuiu significativamente evidenciando que o conflito de classes e a ideologia suplantam a concepção pejorativa de Marx de uma consciência moldada pela ideologia

dominante. Lênin apresenta que a luta de classes é fator fundamental para comprovar a existência de uma ideologia burguesa e de uma ideologia proletária, assim explicita o vínculo com classe e a doutrina. E por fim, apresentamos a concepção de Mannheim que aponta uma diferenciação muito clara de ideologia e utopia, apresentando, sobretudo, a primeira como visão social de mundo. Somado a esta concepção de ideologia temos a discussão de política de Arendt.

Ideologia e política

Complexa e polissêmica, ideologia é um tema que transpassa por todas as ciências humanas e, portanto, prostra-se de extrema relevância e complexidade. Além de ser um tema transversal, também destaca-se pela suas mudanças e acepções conceituais ocorridas no transcorrer dos séculos. No entanto, mesmo e também por conta destas múltiplas interpretações e perspectivas sobre a temática é que tem-se uma constelação de definições conceituais realizadas por vários autores. No entanto, assim como todo conceito e tema que sofre com as múltiplas interpretações há também um denominador comum encontrado em todas as contribuições, ou seja, uma unidade constante que independente de intencionalidade, classe, ciência, método, etc., faz-se presente em todas as formulações.

É relevante destacar que apesar da discussão ter se intensificado a partir do século XIX, encontra-se de certo modo presente de maneira indireta em período anterior. Konder (2002) apresenta que apesar de não discutirem diretamente e se atentarem à uma formulação ou construção conceitual, os gregos e alguns outros filósofos realizaram alguns apontamentos importantes no transcorrer dos séculos sobre o tema. No entanto, a primeira formulação conceitual de ideologia surge em 1801 com o francês Destutt de Tracy na obra intitulada *Eléments d'Idéologie* (KONDER, p. 21, ano; LÖWY, p. 10, 2010). Konder apresenta:

O volume teve considerável repercussão. Nele, Destutt de Tracy concebia a ideologia como uma nova disciplina filosófica, que devia incorporar os resultados mais significativos de todas as outras. Seu raciocínio seguia um caminho que pode ser resumido da seguinte maneira: agimos de acordo com

nossos conhecimentos, que se organizam através das ideias a partir das sensações, teremos a chave para nos entender e para criar um mundo melhor. A conclusão era: precisamos decompor as ideias até alcançar os elementos sensoriais que as constituem em sua base. (KONDER, p. 21-2, 2002)

Segundo Watkins & Kramnick (1979, p. 5) Destutt, discípulo obscuro de John Locke, tinha como objetivo apresentar uma teoria que mostrasse a origem das ideias formada por meio de experiências sensoriais. Nesse sentido, Abbagnano (p. 615, 2007) apresenta que o termo foi criado para designar “a análise das sensações e das ideias”. De acordo com Löwy (p.10, 2010, na concepção de Tracy a ideologia é o estudo científico das ideias e que, portanto, as mesmas são o resultado da interação entre o organismo e a natureza, ou seja, o homem e a natureza. Nesse sentido, Tracy compreende a ideologia como um sub-capítulo da zoologia. Chauí apresenta:

Juntamente com o médico Cabanis, com De Gérando e Volney, Destutt de Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas ideias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória). (P. 22, 1982)

Portanto a visão biológica é predominante, o que ressalta o cientificismo materialista vulgar de Tracy. Neste sentido, Konder (p. 22, 2002) destaca que na perspectiva de Tracy a consciência era compreendida como “*produto do meio*” ou seja “*A realidade objetiva chegava à compreensão dos homens por meio de impressões sensoriais , que depois se complicavam na sofisticação das ideias.*”. De acordo com Chauí (p. 22-3, 1982) os ideólogos franceses tinham suas análises fortemente embasadas na observação e objetivavam “*construir uma ciência morais dotadas de tanta certeza quanto as naturais...*”. Konder e Löwy destacam também que Napoleão Bonaparte teve significativa contribuição quanto à formulação do termo ideologia. A contribuição de Bonaparte teve suas origens em um conflito ocasionado pela impressão de que o grupo de intelectuais, ao qual Destutt fazia parte, denominados “ideólogos” estaria interferindo em seu governo. Segundo Chauí:

Contra a educação religiosa e metafísica, que permite assegurar o poder político de um monarca, De Tracy propõe o ensino das ciências físicas e químicas para “*formar um bom espírito*”, isto é, um espírito capaz de

observar, decompor e recompor os fatos, sem se perder em vazias especulações. (CHAUÍ, p. 23, 1982)

A contrapartida de Napoleão foi um forte ataque aos ideólogos:

Na época em que os *ideólogos* expunham suas concepções, nos anos que se seguiram à publicação do livro de Destutt de Tracy, quem governava a França era Napoleão Bonaparte. O grupo deu sinais de que desejava ensiná-lo a dirigir o Estado (ao menos foi essa a impressão do imperador). Napoleão enfureceu-se, acusou os *ideólogos* de cultivarem uma “tenebrosa metafísica” e afirmou – em 1812 – que eles não contribuíam para proporcionar aos homens um melhor “conhecimento do coração humano”. Acrescentou, ainda, que, apesar das pretensões que exibia, o grupo não se mostrava atento e receptivo às “lições da história”. (KONDER, p. 22, 2002)

Chauí aponta com mais detalhes os argumentos levantados por Bonaparte:

O sentido pejorativo dos termos “ideologia” e “ideólogos” veio de uma declaração de Napoleão que, num discurso ao Conselho de Estado em 1812, declarou: “Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem se atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre as bases a legislação dos povos em vez de adaptar as leis do conhecimento do coração humano e às lições de história.” Com isto, Bonaparte invertia a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos: eles, que se consideravam materialistas, realistas e antimetafísicos, foram chamados de “tenebrosos metafísicos”, ignorantes do realismo político que adapta as leis ao coração humano e às lições da história (CHAUÍ, p. 25, 1982).

Além da “tenebrosa metafísica”, a ausência da perspectiva histórica, política e “falta de contribuição para se conhecer o coração humano”, Löwy aponta que a crítica de Napoleão também se amparava na acusação de que os ideólogos estariam fazendo uma análise especulativa:

Deste modo, paradoxalmente, Destutt e seus amigos, que queriam fazer uma análise científica materialista das ideologias, foram chamados de ideólogos por Napoleão, no sentido de especuladores metafísicos e, como Napoleão tinha mais peso, digamos, ideológico, que eles, foi a sua maneira de utilizar o termo que teve sucesso na época e que entrou para o linguajar corrente. (LÖWY, p. 11, 2010)

Consequentemente o ataque promovido por Napoleão aos ideólogos atrelou conotação negativa à concepção termo ideologia:

Foi com Napoleão, portanto, que o termo *ideologia* – eu havia surgido com sentido exatamente positivo – passou a ter acepção asperamente negativa. E essa acepção negativa, afinal, prevaleceu nas décadas seguintes. (KONDER, p. 23, 2002)

De fato, esta acepção negativa de ideologia despertou outra forma de se pensar a os sentidos do termo ideologia e que, portanto, persistiu em muitos trabalhos e contribuições sobre o tema. Aponta Watkins & Kramnick (p. 5, 1979) que com o ataque de Napoleão Bonaparte aos ideólogos o termo ganhou conotação política. Abbagnano destaca que Bonaparte usou o termo no sentido depreciativo e que o mesmo contribuiu para o significado moderno do termo:

Como alguns ideólogos franceses foram hostis a Napoleão, este empregou o termo em sentido depreciativo, pretendendo com isso identifica-los com “sectários” ou “dogmáticos”, pessoas isentas de senso político e, em geral, sem contato com a realidade (Picavet, *Les idéologues*, Paris, 1891). Aí começa a história do significado moderno desse termo, não mais empregado para indicar uma espécie de análise filosófica, mas uma doutrina mais ou menos destituída de validade objetiva, porém mantida pelos interesses claros ou ocultos daqueles que a utilizam. (ABBAGNANO, p. 615, 2007)

Posteriormente o termo reapareceu com August Comte. Segundo Chauí (p. 25-6, 1982) o termo adquiriu duas concepções diferenciadas: a primeira manteve toda contribuição realizada por Destutt e demais ideólogos do grupo, ou seja, a concepção de que a ideologia estudava a formação das ideias tendo como base a observação da relação homem-meio sob o foco das impressões sensoriais; e a segunda concepção centrava-se na ideia de que acrescia à concepção de histórica tanto da “opinião geral” quanto dos pensadores. No entanto, a base positivista de Comte arrolou ao termo um caráter não científico e, portanto, de descrédito.

Dentre os demais cientistas que vieram a trabalhar com o termo ideologia Durkheim se destacou com uma concepção pejorativa. Visto sua preocupação de construir e consolidar a Sociologia como uma ciência Durkheim fez uso do termo objetivando separar o científico do não científico:

Em lugar de observar as coisas, descreve-las, compara-las, contentamo-nos então em tomar consciência de nossas ideias, analisa-las, combina-las. Em lugar de ciência das realidades, nada mais fazemos do que uma análise ideológica. Não há dúvida de que tal análise não exclui necessariamente toda e qualquer observação. Pode-se apelar para os fatos com o fim de confirmar as noções ou as conclusões que deles tiramos. Mas os fatos não intervêm então senão de maneira secundária, a título de exemplos ou de provas confirmatórias; não são objeto de ciência. Esta vai então das ideias para as coisas, e não das coisas para as ideias. (DURKHEIM, p. 13-4, 1985).

Deste modo, para Durkheim ideologia é sinônimo de conhecimento ou forma de análise não-científica. Esta concepção está atrelada à ideia de que a separação do sujeito do conhecimento e o objeto do conhecimento, de acordo com o método sociológico, tratando-os como coisa, lhes garanta a objetividade e a “neutralidade científica”. Assim, para Durkheim, todo o tipo de conhecimento que não destoe destes critérios são compreendidos como ideologia (CHAUÍ, 29-0, 1982). Sua concepção também é marcada pela busca pela objetividade, neutralidade e liberação das pré-noções, opondo-se a todas as irracionalidades e paixões (LÖWY, p. 45-6, 2010).

Depois da criação do termo, realizada por Destutt, a acepção negativa dada por Napoleão Bonaparte, a discriminação entre o conhecimento científico e ideologia realizada por Durkheim, a contribuição de maior peso para o termo ideologia e que ainda é fortemente utilizada na atualidade foi a realizada por Karl Marx. De acordo com Bottomore (p. 184, 2001), apesar de manter um núcleo básico de reflexões onde se manter a conotação negativa e crítica, as ponderações e contribuições de Marx sobre o termo ideologia estiveram divididos em duas fases. Na primeira, que durou até 1844, Marx realizou fortes críticas a Hegel e Feuerbach e mesmo não estando presente o termo “ideologia” a ideia já aparecia dissolvida em seus textos. Neste contexto, destacam-se suas leituras, sobretudo, acerca da concepção hegeliana de Estado e religião, como destaca Bottomore sobre o pensamento de Marx:

A inversão religiosa compensa, no espírito, uma realidade deficiente, reconstitui na imaginação uma solução coerente que está além do mundo real, para compensar as contradições desse mundo real. (Bottomore, p. 184, ano)

A segunda fase é ainda mais incisiva. De acordo com Bottomore (p. 184, 2001) inicia-se pelo abandono e rompimento com as ideias de Feuerbach em 1845 durando até 1857. Esta ruptura se dá na obra “Ideologia Alemã” escrita por Marx e Engels. Apesar de ter discussões diluídas em obras (BOTTOMORE, 2001, p. 183-4), o termo “ideologia” foi usado pela primeira pelos autores. No entanto, nesta obra a concepção de ideologia foi aprofundada destacando, sobretudo, quanto à construção do materialismo histórico e a acepção negativa do termo ao referir-lo como sinônimo de “falsa consciência”. Bottomore destaca também que duas correntes influenciaram Marx e Engels quanto ao conceito de ideologia, sendo:

“...de um lado, a crítica da religião desenvolvida pelo materialismo francês e por Feuerbach e, de outro, a crítica da epistemologia tradicional e a revalorização da atividade do sujeito realizada pela filosofia alemã da consciência e particularmente por Hegel.” (BOTTOMORE, p 183-4. 2001)

O materialismo histórico marca a concepção de Marx sobre o termo nesta segunda fase. De acordo com Bottomore (p. 184, 2001) os “jovens hegelianos” queriam libertar os homens das ideias erradas, no entanto Marx queria destacar que, de fato, eles se esqueciam de que a realidade era que devia ser combatida e que suas especulações não passavam de meras fraseologias. Assim, o problema não se restringiam às ideias, mas sim às contradições reais:

Apesar de suas frases que supostamente “abalam o mundo”, os ideólogos da escola neo-hegeliana são os maiores conservadores. Os mais jovens entre eles descobriram a exata expressão para definir sua atividade ao afirmarem que lutam unicamente contra “fraseologias”. Porém esquecem que opõem a essas fraseologias nada mais que outras fraseologias e que, ao combaterem as fraseologias desse mundo, não combatem de forma alguma o mundo real existente. (MARX & ENGELS, p. 43, 2006)

Além de ter como forte referência uma análise das bases materiais e espirituais, Marx e Engels destacam também os primeiros apontamentos da concepção de “ideologia” como falsa consciência. O materialismo histórico exerceu influência essencial nesta abordagem. Podemos notar mais claramente, sobretudo, nas fortes críticas dos autores quanto ao fato de que os homens criam representações ideológicas distorcidas para manter a condição de classe dominante, assegurar e reproduzir seu interesse. Neste sentido, permeada pela disputa de classes, a concepção de falsa consciência de Marx e Engels fica nítida e reflete a construção de uma realidade confusamente percebida com a finalidade assegurar relações de poder e dominância e também como tais conformações são reflexos de comportamento e produções tanto materiais quanto espirituais:

A produção de ideias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. de um povo. São os homens os produtores de suas representações, de suas ideias, etc. , mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas

forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações. A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, a humanidade e suas relações aparecem de ponta-cabeça, como ocorre em uma câmara escura, tal fenômeno resulta de seu processo histórico de vida, da mesma maneira pela qual a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. (MARX & ENGELS, p. 51, 2006)

Em seguida o autor realiza uma crítica visceral aos ideólogos mostrando que o ponto de partida não seriam as especulações e reflexões, mas sim a realidade:

Ao contrário do que sucede na filosofia alemã, que desce do céu para terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, dito de outro modo, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, bem do que são nas palavras, no pensamento, imaginação e representação dos outros para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se, sim, dos homens em sua atividade real, e, a partir de seu processo na vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital. E mesmo as formulações nebulosas do cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material que se pode constatar empiricamente e que se encontram sobre bases materiais. Desse modo, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que a elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não tem história nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência. Pela primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como o próprio indivíduo vivo; pela segunda, que é a que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduo reais e vivos, e se considera a consciência unicamente como a *sua* consciência. (MARX & ENGELS, p. 51-2, 2006)

Além desta distinção e ao mesmo tempo assimilação de que a ideologia tem bases tanto materiais quanto espirituais é destacado também que um dos elementos que influenciaram fortemente as limitações do pensamento dos alemães quanto a materialidade foi a falta de um historiador (MARX & ENGELS, p. 54, 2006):

Não se trata, como na concepção idealista da história, de buscar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer sempre no solo real da história; não de explicar a práxis a partir da ideia, mas de explicitar as formações ideológicas a partir da práxis material; chega-se em consequência disso, ao resultado de que todas e todos os produtos da consciência não podem ser resolvidos por força da crítica espiritual [intelectual], pela redução à “consciência de si” ou pela transformação em “fantasmas”, “obsessões”, “visões”, etc. – mas pode ser dissolvidos pela derrubada prática das relações reais das quais brotam essas tapeações idealistas; não é a crítica,

mas a revolução, a força motriz da história, assim como da religião, da filosofia e de qualquer outro tipo de teoria. Tal concepção mostra que a história não acaba se resolvendo na “consciência de si”, como “espírito do espírito”, mas que, em cada uma de suas fases, encontra-se um resultado material, uma reunião de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte; uma massa de forças produtivas, de capitais e de condições que, embora sendo em parte modificada pela nova geração, prescreve a esta suas próprias condições de existência e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter particular. Demonstra, assim, que as circunstâncias fazem os homens assim como eles fazem as circunstâncias. (MARX & ENGELS, p. 66, ano)

Outra característica muito interessante e diferenciada na abordagem de Marx e Engels é o foco na disputa de classes, as contradições existentes foram destacadas e, portanto, o reconheceu-se o conflito. Neste sentido, ao tratar das ideias *Gedanken* reconhece que a ideologia é uma construção da classe dominante que em termos mais claros pode ser transposto para a concepção de falsa-consciência. Neste sentido, conforme apontado anteriormente, relaciona com tal circunstância às suas forças materiais e espirituais:

As ideias de [*Gedanken*] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como consequência, também dominem como pensadores, como produtores de ideias, que controlem a produção e a distribuição das ideias de sua época, e que suas ideias sejam, por conseguinte, as ideias dominantes de um tempo. Por exemplo, em um tempo e em um país em que a aristocracia e a burguesia disputam a dominação e em que, portanto, a dominação está dividida, mostra-se como ideia dominante a doutrina da divisão dos poderes, enunciada então como “lei eterna”. (MARX & ENGELS, p. 78, ano)

Apesar das contribuições anteriores, indubitavelmente a reflexão de Marx e Engels foi, de fato, responsável por uma guinada na concepção de ideologia e, portanto,

tornou-se combustível para muitas outras discussões porvir. Dentre um amplo leque de contribuições, Lênin se destaca por somar a análise feita por Marx e Engels à concepção de luta de classes. Ou seja, em sua concepção a luta de classes é fator fundamental para comprovar a existência de uma ideologia burguesa e de uma ideologia proletária. Karl Mannheim, em seu livro *Ideologia e Utopia*, também apresenta algumas contribuições que fomentaram o debate. O autor realiza uma diferenciação muito enriquecedora para a definição do conceito de ideologia visto que filtra e esclarece algumas das confusões até então estabelecidas. Para Mannheim ideologia é o conjunto das concepções, ideias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução da ordem estabelecida. No entanto, não se difere muito da ideia de Marx porque também sinaliza deformações e toma, em sua obra, uma discussão que pressupõe luta de classes de modo que a ideologia é um elemento importante:

Tal análise mostrará que em geral existem dois significados distintos e separáveis do termo "ideologia" - o particular e o plural.

A concepção particular de ideologia é implicada quando o termo denota estarmos céticos das ideias e representações apresentadas por nosso opositor. Estas são encaradas como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação, cujo reconhecimento não estaria de acordo com seus interesses. Essas distorções variam numa escala que vai desde as mentiras conscientes até os disfarces semiconscientes dissimulados. Esta concepção de ideologia, que veio gradativamente sendo diferenciada da noção de mentira, encontrada no senso comum, é particular em vários sentidos. Sua particularidade se torna evidente quando é contrastada com a concepção total, mais inclusiva, da ideologia. Referimo-nos aqui à ideologia de uma época ou de um grupo histórico-social concreto, por exemplo, a de uma classe, ocasião em que nos preocupamos com as características e a composição da estrutura total da mente desta época ou deste grupo.

Os elementos comuns bem como os específicos destes dois conceitos são de imediato evidentes. O elemento comum a estas duas concepções parece consistir no fato de que nenhuma delas depende exclusivamente do que foi efetivamente dito pelo opositor para atingir uma compreensão de seu significado real e intenção. (MANNHEIM, 1972, p. 81-2)

E também:

As ideologias são as ideias situacionadas transcendentais que jamais conseguem *de facto* a realização de seus conteúdos pretendidos. Embora se tornem com frequência motivos de bem intencionados para a conduta subjetiva do indivíduo, seus significados, quando incorporados efetivamente à prática, são na maior parte dos casos, deformados. (MANNHEIM, 1972, p. 218)

Outra ponderação significativa de Mannheim e que muito acrescenta é a distinção entre ideologia e utopia. Sendo que, ao contrario das ideologias, as utopias são aquelas ideias, representações e teorias que aspiram outra realidade, uma realidade inexistente. Assim, entende-a como uma incongruência e como um distanciamento da realidade:

Um Estado de Espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre.

Esta incongruência é sempre evidente pelo fato de que êste estado de espírito na experiência, no pensamento e na prática se oriente para objetos que não existem na situação real. Contudo, não devemos encarar como utópico todo estado de espírito que esteja em incongruência com a situação imediata e a transcenda (e, neste sentido, "afastado da realidade"). (MANNHEIM, 1972, p. 216)

Tendo pontuado claramente a incongruência e o distanciamento da realidade Mannheim, ou seja, o caráter irrealizável, o autor destaca os elementos que a diferencia da concepção de ideologia:

As utopias também transcendem a situação social, pois também orientam a conduta para elementos que a situação, tanto quanto se apresente em dada época, não contém. Mas não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem, através da contra-atividade, transformar a realidade histórica existente em outra realidade, mais de acôrdo com suas próprias concepções. Ao observador que delas tenha uma visão relativamente externa, esta distinção teórica e completamente formal entre utopias e ideologias parece oferecer pouca dificuldade. Contudo, determinar concretamente o que em um dado seja ideológico e o que seja utópico é extremamente difícil. Aqui nos defrontamos com a aplicação de um conceito que envolve valores e padrões. Para que tal aplicação se efetue, deve-se necessariamente partilhar dos sentimentos e das motivações das partes em luta pelo assenhramento da realidade histórica.

O que em um dado caso aparece como utópico, e o que aparece como ideológico, depende essencialmente do estágio e do grau de realidade a que se esteja aplicando êste padrão. Claro está que os estratos sociais representantes da ordem intelectual e social prevalecente irão experimentar como realidade a estrutura de relações de que são portadores, ao passo que os grupos de oposição à ordem presente irão orientar-se em favor dos primeiros movimentos pela ordem social que lutam e que, por seu intermédio, se está realizando. Os representantes de uma ordem dada irão rotular de utópicas tôdas as concepções de existência que *do seu ponto-de-vista* jamais poderão, por princípio, se realizar. De acôrdo com esta utilização, a conotação contemporânea do termo "utópico" é predominantemente a de uma ideia de princípio irrealizável. (MANNHEIM, 1972, p. 220)

Neste sentido, tendo Mannheim como referência, Löwy propõe trabalhar o conceito de ideologia como “uma visão social de mundo”. Portanto, em síntese, há dois tipos de visão social de mundo: a visão ideológica, que serve para assegurar a ordem social já estabelecida no mundo; e a visão utópica, com um caráter crítico que visa à transformação para se alcançar uma realidade ainda não existente. Mais adiante encontraremos uma série de autores que realizaram grandes contribuições para a discussão, questionamento e aprofundamento da temática de ideologia, tais como: Gramsci; Lukács; Habermas; Marcuse; etc.

No entanto, deparado com a atual circunstância de evolução da discussão sobre ideologia conseguimos, ao nosso ver, encontrar e pontuar os principais elementos e contribuições teóricas que direcionaram a discussão para explicar a concepção de ideologia como uma “visão social de mundo”. Neste sentido, tomando como referência os primórdios da discussão, a proposição de Destutt e o embate com Napoleão, a guinada realizada por Marx e Engels com uma acepção claramente negativa do termo/conceito, a visão científica de Durkheim, a visão mais ampla de Lênin e a distinção de ideologia e utopia de Mannheim, conseguimos realizar um percurso que subsidiasse a nossa compreensão de ideologia como uma “visão social de mundo” apinhada de negatividade, intencionalidades/interesses de classe e que por mais que almejasse dar conta da totalidade está fadada à incompletude.

Neste sentido, amarrando tal discussão à concepção política que cada movimento tem é que destacamos a importância deste elemento, pois além da visão social de mundo também destaca-se o modo de lidar, interagir e mudar o mundo. Neste sentido, nossa concepção de política não é *in natura* de cunho aristotélico, pois nossa questão e objetivo ao se tratar de posturas político-ideológicas dos movimentos socioterritoriais não trata visa uma discussão ética-moral ou uma teoria do Estado, mas por ter como referência e pensar formas de organização da sociedade também não a deixa de ser. Arendt (2009) em alguns fragmentos da obra “*O que é Política*” aponta alguns elementos e compreensões sobre política. Quanto a uma definição *apriorística* aponta “*a política baseia-se na pluralidade dos homens*” (ARENDT, 2009, p. 21). Neste sentido releva-se o “*princípio da diversidade*” visto que “*A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças.*” (Arendt,

2009, p. 21-2) e também destaca-se que *"A política surge no intra-espço e se estabelece como relação* (ARENDT, 2009, p. 23). O caráter relacional é nitidamente elemento fundamental na política.

Nesse sentido, somada à ideologia teríamos não somente uma - visão social de mundo -, mas também uma forma pensá-lo, avaliá-lo, organizá-lo, modificá-lo e propor formas de relacionamentos de acordo com cada vertente político-ideológica. Ou seja, do ponto de vista geográfico isto é, em palavras claras, formas de pensar, questionar, propor, produzir, etc. relações socioespaciais e/ou socioterritoriais diferenciadas de acordo com as múltiplas posturas político ideológicas. Assim, soma-se à construção passada, do conceito de movimento socioterritorial, tem-se então a nítida compreensão de que devido à postura político-ideológica cada movimento socioterritorial vem, a além de se comportar, se organização e entender a realidade de maneira distinta e até única, também a produzir e criar perspectivas de espaços diferenciados.

As dissensões no Pontal do Paranapanema

O que é uma dissensão?

Discutir dissensão vai além de uma leitura sobre a ruptura de determinado grupo social ou a compreensão da dissensão como um processo isolado e relacionado somente à divergência. A dissensão nos movimentos socioterritoriais cria a diversidade, posturas político-ideológicas distintas e novas formas de transformar/movimentar a realidade. Ou seja, produz uma novas relações e, portanto, realidade sob o foco da diversidade e diferença, que por sua vez releva modos de reprodução social diferenciados. Deste modo esta diversidade de características e qualidades possibilita-nos realizar leituras com níveis de abstrações distintos e completos.

Nesse sentido, conforme apresentamos anteriormente, a partir de 1996 a diversidade de movimentos no campo na região do Pontal do Paranapanema aumentou e, sobretudo, em 1998 foi potencializada. Além do surgimento de movimentos pela organização dos próprios trabalhadores, muitos também surgiram por meio da ocorrência da dissensão. Neste sentido, visto a frequência da ocorrência das dissensões,

realizamos um esforço para compreender quais os aspectos gerais e específicos dos processos de dissensão e o estudo de dois casos como forma de analisar a realidade e melhor entender o processo. Assim, destacaremos aqui alguns aspectos e questões sobre dissensões identificados na realidade.

A alcunha “dissensão” provém do termo em latim “*dissensio*”. Muitos são os sentidos atribuídos ao termo e que, portanto, o caracteriza como polissêmico, tais como: divergência e diversidade de interesses, opiniões e sentimentos; disputa; divisão; desarmonia; discórdia; desavenças; desinteligências; dissentimento; oposição, etc. No entanto, apesar de ser dotado de ampla dimensão semântica, ao ver semiológico, tendo como referência a análise do processo de dissensão e fragmentação dos movimentos socioterritoriais do Pontal do Paranapanema, de fato o termo cumpre sentido quanto ao processo e objetos de análise. Sendo assim, de acordo com a realidade, dissensão é o produto, fruto, resultado ou ação da ruptura com determinado grupo/movimento socioespacial ou socioterritorial. Pode assim ser entendida como consequência de uma divergência que como resultado originou um novo grupo/movimento. Deste mesmo modo, quanto às nomenclaturas, o grupo que praticou a ação dissentânea, cizânia ou ruptora denomina-se dissidente e/ou dissidência. Outros dois pontos de suma importância para se compreender o fenômeno dissentâneo são as formas e os motivos que os provocam.

Ao se tratar de organizações e movimentos socioespaciais/socioterritoriais, predominantemente, seu sentido refere-se à aspectos político-ideológicos e comumente está relacionado à ruptura de um acordo/contrato social coletivamente estabelecido. No entanto, vale destacar que nem toda dissensão é somente originada por divergências político-ideológicas, mas está essencialmente relacionada à dimensão política. As dissensões podem também ocorrer por diferentes motivos, tais como: por divergência de princípios e normas; falta de representatividade e reconhecimento da liderança do movimento socioterritorial; por interesses políticos diferenciados; por divergência político-ideológica; opção estratégica diferenciada, mesmo estando enquadrado na mesma vertente político-ideológica; por mudança de estratégias e/ou postura política ideológica; por vinculação a outro grupo/movimento; por falta de consenso ou desacordo; por disputas internas, em caso de lideranças que destoam; por ruptura com o

projeto político; por cooptação; personalismo; diferenças referentes à questões organizacionais; etc.

Apesar das exceções, em geral, as formas de organização são pautadas por normas, princípios, projetos e demais elementos que estruturam a sua luta e existência. Assim, na maioria dos casos, a ruptura com os ditames e projetos acordados ocasiona a dissensão, ou seja, este fenômeno se expressa na separação material e/ou imaterial/político-ideológica de grupos sociais e vinculações político-ideológicas com ideários diferenciados. Neste sentido, o fenômeno dissentâneo, apesar de acontecer predominantemente na esfera política, também pode ocorrer tendo marcas fortes questões culturais, religiosas, etc., ou seja, as dissensões não se limitam aos movimentos socioterritoriais, elas podem se dar também envolvendo grupos religiosos, partidos políticos, associações, etc. Podemos vislumbrar essa ocorrência ao analisarmos a história dos movimentos socioterritoriais; partidos políticos; Estados; igrejas e demais instituições; regimes ditatoriais, totalitários e democráticos; etc.

Além dos motivos que originam uma dissensão a forma como a qual ocorre também é extremamente significativa tanto por ser parte de um conflito quanto por destacar o surgimento/criação de outro movimento. Assim, de acordo com a diversidade de motivos, a dissensão pode acontecer, sobretudo, de três formas principais. A primeira é através da dissensão voluntária, ou seja, quando determinada parcela de um grupo/movimento opta por se desligar ou romper para criar outro grupo/movimento. A segunda forma denominamos de dissensão forçada que ocorre por meio da expulsão, distanciamento ou rejeição de um grupo ou de uma liderança do movimento, assim caracterizando como uma parcela ou membro dissidente. A terceira forma de dissidência está relacionada ao isolamento e afastamento baseado sobre tudo na quebra do diálogo de um grupo ou liderança, que posteriormente poderá se converter em um outro movimento socioterritorial. Assim, tanto no segundo quanto no terceiro caso, a dissensão estando atrelada diretamente e essencialmente à imagem de uma liderança, que por sua vez caracteriza a dissidência com forte potencial para a consolidação de um movimento personalista. É fundamental destacar a importância do papel da liderança no processo de dissensão no Pontal do Paranapanema, pois são principais responsáveis pelos destinos dos movimentos.

A dissensão também está relacionada ao desacordo com uma relação de poder instituída de forma coletiva ou individual e que, portanto, expressa uma conflitualidade. É importante destacar que a dissensão não está atrelada à quantidade, ou seja, independente do grupo ser maioria ou minoria pode ocorrer da mesma maneira. O que de fato é relevante são as qualidades de cada grupo. Nos movimentos camponeses do Pontal do Paranapanema as diferenças e motivos que acarretaram em dissensão foram: divergências de opiniões; diferenças nas práticas e formas de realizar e conduzir a luta pela terra; e o cumprimento das normas e princípios do movimento. Motivos tais que no processo cizônio expressaram a conflitualidade que gerou o processo e se mantém durante a existência das dissidências. Portanto, além de ser um elemento inerente ao processo de dissensão como a própria semântica da palavra destaca a conflitualidade também é central para se compreender a gênese, estrutura, projeto político e postura político-ideológica, ou seja, o comportamento dos movimentos socioterritoriais. Neste sentido, a ocorrência de uma dissensão pode ser entendido também como um reforço aos princípios da matriz, tal como podemos observar:

Na verdade, se alguém sai do movimento exatamente por uma divergência de projeto você está reforçando essa ideologia do movimento. quer dizer, você está reforçando os objetivos do movimento. Porque essa é a questão que está colocada. isso fica muito claro de que é assim, apesar dos problemas, das divergências, das dificuldades e dos limites o MST não perde o seu rumo, não perde o seu objetivo central principal que é ideológico, que é revolucionário. Então, se alguém sai porque perdeu essa identidade significa que pro MST que a gente continua no rumo certo, significa que o MST mantém as suas origens quanto a projeto de sua política. (ENTREVISTA COM LIDERANÇA ESTADUAL DO MST, DELWEK, DEZEMBRO DE 2010)

Podemos afirmar assim que a conflitualidade faz parte da natureza dos movimentos socioterritoriais, seja no processo de formação, na sua luta ou na própria organização e discussão das práticas e objetivos. Ou seja, é elemento latente e faz-se presente desde a discussão da organização da luta e construção do projeto político até a realização de suas respectivas ações. Obviamente que a existência da conflitualidade dentro dos movimentos socioterritoriais ao delinear suas metas e objetivos não significa falta de consenso, mas sim que a conflitualidade é parte do processo e que pode tanto contribuir quanto atrapalhar. No entanto, além de elemento em potencial para criação de

dissensões também tem significativa potencialidade para qualifica-lo, sobretudo, na criação e discussão dos projetos políticos e estratégias, e execução da luta.

Além de fazer parte de todo o processo constitutivo e dissentâneo dos movimentos, a conflitualidade é notada na disputa territorial estabelecida entre os próprios movimentos, tais como MST e MAST, conforme ocorreu durante o período de 1998 até 2004, visto que conforme o MAST foi criado para se opor ao MST passou a realizar uma disputa territorial tanto material quanto imaterial. Esta disputa foi constituída por várias características, tais como: falta de concordância de ações e posturas político-ideológicas; discrepância e diferenças nas formas de se conduzir a luta; oposição, sobretudo mediada por discurso ao alegar a ilegitimidade da luta por ambas as partes; contrastes das ideias; etc. Esta conflitualidade existente entre eles reflete também as diferentes estratégias dos movimentos.

Quanto aos processos geográficos ou às consequências engendradas pela dissensão no espaço geográfico temos que destacar que a criação da diversidade se expressa no espaço/território em forma diferenciadas, ou seja, as dissensões criam formas de reprodução socioespaciais e socioterritoriais diferenciadas. *A priori*, a dissensão pressupõe a existência de uma unidade que foi rompida. Ou seja, que se desfez como parte de um processo dialético que ao mesmo tempo em que cria outra(s) unidade(s) e da condição para reafirmar a primeira unidade, através da separação dos ideais julgados contraditórios ou apenas diferenciados, também a nega e corrobora a matriz e as derivadas. Um elemento a se destacar neste contexto é que a ocorrência da dissensão consequentemente produz a diversidade, respectivamente com distintas qualidades e características.

De um modo geral, essas qualidades e características podem ser embotadas de significados singulares ou não, mas que no fim se expressam nos movimentos como posturas político-ideológicas. Assim, são também dotadas de intencionalidades distintas e de uma estrutura ideária que provocam também formas diferenciadas de produzirem espaços, criar e manter seus territórios e se reproduzirem socialmente. Portanto, os desdobramentos da cisão de um grupo social é sob o olhar geográfico a criação de relações socioespaciais/territoriais diferenciadas, ou seja, cria, recria ou reproduz uma maneira diferente do homem organizar e lidar com o espaço/território de acordo com o projeto político de cada movimento, caso o tenha.

Assim, entender as dissensões é fundamental por nos possibilitar vislumbrar como os diferentes movimentos socioespaciais e/ou socioterritoriais tem lutado pelo espaço/território. No entanto, vai além da compreensão da dinâmica da luta pela terra. No sentido mais amplo do olhar geográfico a dissensão não divide somente determinado movimento socioterritorial, mas também perspectivas e configurações espaciais porvir ou dadas. Neste sentido temos dois momentos distintos, mas que são decisivos na feição e formação espacial e territorial engendrada pela dissensão do movimento socioterritorial, ou seja, a dissensão provoca dois desdobramentos espaço-temporais mais expressivos e que podem ser observados na prática com mais clareza se tomarmos como referência o MST, MST da Base e o MAST. Sendo o primeiro a organização da luta pela terra e o segundo a forma de se organizar e realizar a manutenção no assentamento (território). De modo mais claro estes processos são expressos na organização dos acampamentos, nas realização de ocupações de terras e manifestações, na estrutura organizativa dos movimentos, nas cooperativas e associações dos movimentos, etc. Contudo apontaremos mais adiante alguns elementos que podem vir a compor a ideia de tipologia de movimentos socioterritoriais.

4.2 A formação do MAST e do MTST no Pontal do Paranapanema

Para se compreender a formação do MAST – Movimento de Agricultores Sem Terra devemos também rebuscar à conjuntura da luta pela terra no período e, sobretudo, a tensa e delicada relação entre FHC e MST. A conjuntura política do período antecedente à sua criação é de fundamental importância para se compreender os reais motivos que levaram à formação do MAST e saber o “por que” do envolvimento de determinados sujeitos em seu processo de fundação. É importante ressaltar que, conforme apresentaremos a seguir, a criação do MAST esta diretamente relacionada à emersão, conflitualidade e espacialização da luta pela terra realizada pelo MST.

O Governo FHC foi marcado pela forte entrada do neoliberalismo no Brasil. Visto o histórico brasileiro de inúmeros problemas agrários, tais como a luta pela terra e a realidade de desenvolvimento do neoliberalismo no país, o presidente FHC manteve a

postura conservadora, sobretudo assegurando a legalidade da propriedade privada, para possibilitar o pleno desenvolvimento do capital e despertar ainda mais a atenção internacional visando futuros investimentos. No entanto, as expressões mais claras do conservadorismo de FHC ocorreram, sobretudo, nos embates com o MST, visto que o presidente manteve a estrutura necessária para assegurar a implantação e desenvolvimento do projeto neoliberal. Os desdobramentos mais nítidos desta postura foi a péssima relação com os movimentos socioterritoriais, sobretudo, o MST¹⁴⁴. Deste modo estabeleceu-se uma má relação originada pela larga divergência entre os projetos políticos do MST e do Governo FHC, mas com especial destaque em relação à reforma agrária.

Como consequência das abismáticas posturas políticas e dos interesses diametralmente opostos os dois mandatos de FHC foram embotados de anos inflamados e conflituosos. De um lado tinha-se o MST lutando, sobretudo, para a realização da reforma agrária e do outro lado o governo FHC dando e criando condições para o desenvolvimento do neoliberalismo no país. Entretanto, mesmo sabido da desigualdade desta correlação de forças, o MST não se calou. Pelo contrário, crescente foram as suas atuações. O governo FHC mantendo sua postura conservadora pouco ou quase nada dialogou com o MST e tratou o tema da reforma agrária de modo superficial. A reforma agrária de seu governo, na realidade, não passou de políticas de reforma agrária e foram realizadas/articuladas como parte de uma estrutura compensatória funcional para o capitalismo em que os assentados não vislumbravam outras vias que não as fossem por meio da integração/subordinação ao mercado e assim sendo não compreendiam perspectivas emancipatórias tão almejadas pelo MST. Ou seja, de modo algum a reforma agrária foi vista ou tratada como um elemento estruturante, tampouco FHC assinalou-a como ponto importante em seu projeto político e as políticas foram pensadas/elaboradas/aplicadas de acordo com as reais necessidades e demandas dos movimentos socioterritoriais camponeses combativos.

No bojo deste processo, o diálogo se ausentou em parte significativa das ações políticas voltadas para o campo durante o governo FHC e que, portanto, acirrou a conflitualidade. No entanto, farta parcela deste diálogo "impossível" devia-se às largas

¹⁴⁴Cabe exceção à ótima relação com o MAST, conforme apresentaremos os reais motivos.

diferenças de interesses e objetivos, ou seja, às divergências dos respectivos projetos políticos. Apesar dos equívocos e subestimações, sobretudo quanto à crítica da reforma agrária quantitativa em detrimento de uma reforma agrária qualitativa¹⁴⁵, José de Souza Martins (2000) em sua marcante obra *"Reforma Agrária: O Impossível Diálogo"* apontou coerentes, inúmeras e abismáticas diferenças entre o MST e a CPT e o governo FHC. Conforme destacaremos mais adiante, Martins realiza uma crítica visceral ao MST e, ainda mais, à CPT apontando características e posturas que os qualificariam como os principais responsáveis pela não realização da Reforma Agrária e pela luta de uma reforma agrária utópica, ou seja, desvalida perante a realidade sociopolítica. Esta obra, de certo modo e salvos os enganos e/ou opções reflete o importante embate ocorrido no período e apresenta muitos elementos sobre a divergência do pensamento e proposta do governo FHC e as demandas do MST e CPT. Vale destacar também que inúmeros argumentos e críticas realizadas ao MST e à CPT durante o governo FHC convergem com a literatura de Martins (2000) e que as críticas ao governo FHC estão praticamente ausentes, fato que de certo modo erroneamente contribui para o pensamento de que o MST e a CPT seriam os protagonistas do "Impossível Diálogo" tão destacado por Martins (2000).

No entanto, este dito "Impossível Diálogo" atribuído à CPT e ao MST não se reduz à culpados, pois é uma expressão da correlação de forças, da diferença e do embate de interesses, da divergência de processos políticos e da luta de classes assim como ocorreu em muitos outros episódios da história e que forçosamente limitaria a resistência e diversidade política em um quadro reduzidos de bandidos e mocinhos. Contraditoriamente esse pensamento refletiria uma postura maniqueísta, cujo o próprio autor ao mesmo tempo em que a crítica também a faz uso, sobretudo ao jogar para escanteio as críticas sobre o governo federal e ao abrandar e omitir a parcela de culpa do governo FHC. Não obstante, a postura intelectual de Martins (2000) refletiu e satisfaz expressivamente o pensamento e as vontades do governo FHC visto que compreendia

¹⁴⁵ Em termos qualitativos as políticas de Reforma Agrária não foi além do padrão das poucas e isoladas experiências anteriores. Ou seja, em termos gerais, a quantidade de assentamentos e de verba destinadas para a reforma agrária e produção familiar não tivera desdobramentos qualitativos. Denota-se que a errônea crítica de Martins (2000) ao MST e à CPT também era válida para o governo FHC, assim como para seus antecessores.

tanto a crítica ao MST e CPT e munia estrategicamente os adversários de argumentos, sobretudo, articulados e realizados por um respeitado intelectual.

O debate, as críticas e os questionamentos sobre a CPT e o MST também foram estimulados, tanto que, de certo modo, a academia pôs-se ao mesmo tempo que desorientada e digerindo a postura de Martins, por parte dos estudiosos vinculados aos movimentos sociais e demais, e fortalecidos e com respaldo para criticar o MST e a CPT, por parte daqueles que se opunham à luta pela terra e advogavam pela propriedade, concentração, agricultura para exportação, etc., ou seja, se prostravam de acordo com a expansão neoliberal. Todavia, conforme reforçaremos mais adiante, tal postura não se rendia à espontaneidade, pois encabeçava um conjunto de ataques realizados por intelectuais acercado/articulados pelo governo com a finalidade de emergir o agronegócio e a agricultura familiar em detrimento e às custas do enfraquecimento do MST e a CPT.

Assim, para cumprir os planos de fortalecimento do neoliberalismo no Brasil, sobretudo através do Banco Mundial e do FMI - Fundo Monetário Internacional, o governo FHC devia resolver ou ao menos omitir a problemática que muito crescia em seu período¹⁴⁶. De maneira clara, haviam pressões de órgãos internacionais para que o governo FHC acabasse com o conflito no Brasil. Salvas as proporções, em determinados momentos, a representação do conflito agrário no cenário internacional esteve atrelada a agenda do avanço do neoliberalismo no Brasil. Tal fato exaltava a problemática atual da questão agrária brasileira em detrimento dos planos neoliberais para o país. No bojo desta conflitualidade, a FHC cabia a missão de propagandear inspiração e segurança para os futuros investimentos no país, ou seja, aos olhos neoliberais o conflito no campo e a luta dos movimentos socioterritoriais manchava a imagem do Brasil enquanto que do outro lado da moeda até então alcançavam-se patamares mais elevados de uma problemática histórica.

Afim de cumprir tamanho intento FHC lançou-mão do desafio de inspirar a imagem da segurança baseada no diálogo como forma de tranquilizar os prováveis sentimentos de desconfiança e incerteza durante o forte período de emergência da luta pela reforma agrária. No entanto, visto que a postura de somente manter a imagem do

¹⁴⁶ A diminuição e extinção dos conflitos poderia se significar em cifras de financiamento e renegociação da dívida externa para o Brasil, sobretudo, por parte do FMI.

diálogo não surtira efeito, coube a Martins a missão de atribuir a responsabilidade da não realização da reforma agrária à CPT e ao MST. Ou seja, ao invés de realizar a demandada reforma agrária popular tentou-se forçar a aceitação do projeto socialdemocrático, com fortes tendências neoliberais. Todavia, tal estratégia estivera fadada ao insucesso desde seu princípio. Quanto à esta conjuntura Misnerovicz conclui:

Outro indicativo é a tentativa de fazer um pacto entre as forças opostas, pois o governo precisava passar uma imagem à sociedade, principalmente ao exterior, que esta questão estava sob controle, que não havia conflito e nem demandas. Esta postura era importante para o governo, pois a imagem do governo na pessoa de um homem de diálogo, também transmitia segurança aos capitalistas internacionais, era uma espécie de garantia, de senha, aval que eles podiam comprar o que o governo estava vendendo com as privatizações e investir no Brasil sem preocupação de possíveis reações das forças populares contrárias as políticas neoliberais. (MISNEROVICZ, 2011, p. 22)

Apesar da imagem de que FHC tinha como propósito o diálogo, predominantemente seu governo tratou como se não houvesse problemas referentes à reforma agrária. O isolamento do MST foi uma das expressões mais claras da falta de diálogo. No entanto, houveram determinados fatos ocorridos no transcorrer de seu mandato que proporcionaram o reaparecimento do MST e que voltaram os olhos internacionais para o conflito no campo brasileiro conforme aponta Stedile e Fernandes (1999):

Para ele, o MST não existia. Derrotamos essa tática de uma maneira voluntária e também involuntária. A involuntária dói o massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, que revelou ao mundo a existência dos problemas agrários no Brasil. A voluntária dói o nosso III Congresso Nacional, em Brasília, com aquela passeata de 5 mil pessoas que nos recolocou na imprensa. “Olha, tem sem-terra aí, não vai dizer que esses caras não existem”, dizia a cobertura da imprensa na época. (p. 143).

Evidentemente, a relação entre FHC – Fernando Henrique Cardoso foi extremamente delicada, complicada e conflituosa em todo o período do governo FHC. No entanto, em termos mais gerais, ao remontarmos o histórico do conflito e desacordo entre MST, CPT e FHC conferiremos que a origem das animosidades se remete a 1995 com as declarações e posicionamentos de intensificação da repressão e resistência para negociar com os movimentos socioterritoriais/sociais do campo. Sua postura caminhava no sentido de promover o isolamento político foi parte integrante de sua postura

"democrática" desde seu primeiro mandato. No entanto, tamanha antipatia e adversidade quanto aos movimentos socioterritoriais confluiu para a uma reação contraditória com trágicas e infelizes consequências para o MST. No dia 9 de agosto de 1995 ocorreu o massacre de Corumbiara no estado de Rondônia resultando na morte de 12 sem terras e várias vítimas de tortura e demais formas de violência. O massacre expressou apenas uma pequena parte da atmosfera repressiva, violenta e conflituosa que havia no campo brasileiro. Assim, a ocupação da fazenda Santa Elina em Corumbiara foi mais uma demonstração das formas brutais de repressão utilizadas contra os movimentos camponeses, o descaso e incompetência do Estado em resolver os conflitos no campo e as demandas por terra existentes no Brasil.

Conforme apontaram Stedile e Fernandes (1999), o trágico ocorrido emergiu o MST e possibilitou romper o "silêncio" causado pelo isolamento promovido pelo governo FHC. No entanto, apesar da grande dimensão e das feições brutais e desumanas do massacre, ainda assim o governo seguiu omissa em relação à questão agrária brasileira. O isolamento se manteve e o projeto neoliberal seguiu expandido de acordo com a normalidade. O capital estrangeiro também se manteve nutrido pelos fortes incentivos do governo federal e a agroindústria de exportação foi uma das faces mais fortes dessa expansão, sendo que consequentemente, também cresceu como força motriz do conflito no campo ao lado dos latifundiários. No entanto, a postura omissa do Estado e o tratamento do Massacre de Corumbiara como um caso extraordinário tivera curta duração. No ano seguinte um massacre ainda mais brutal marcou a luta pela terra.

No dia 17 de abril de 1996 a marcha por emprego e Reforma Agrária em Eldorado de Carajás no município de Eldorado do Carajás no estado do Pará terminou com 19 sem terras assassinados e mais de 100 pessoas feridas. A mando do governador Almir Gabriel do PSDB, do secretário de segurança pública Paulo Sette Câmara e de fazendeiros do Pará a polícia militar ágil contra o bloqueio de uma pista realizada pelos manifestantes. O caso de Eldorado dos Carajás ganhou repercussão internacional devido à extrema violência com os manifestantes. Posteriormente o presidente FHC se posicionou lamentando o ocorrido e prometendo se dedicar para solucionar os problemas do campo. No mês de maio do mesmo ano o governo federal recriou o Ministério da Reforma Agrária que havia sido extinto desde o governo Collor.

Apesar da recriação do Ministério da Reforma Agrária e de seu posicionamento público dizendo se comprometer com a reforma agrária e a violência no campo nada foi muito além da aparência. Pois, de fato, o governo seguiu tratando como se não houvesse questão agrária e, sobremaneira, problemas referentes à luta pela reforma agrária. Ainda assim o MST foi mantido no isolamento e mesmo com as inúmeras e constantes críticas arroladas à sua imagem e à CPT de lutarem por uma reforma agrária quantitativa em detrimento de uma reforma agrária qualitativa, como ressaltou demasiadamente Martins (2000), o governo FHC, em suas políticas de reforma agrária, não fizera nada muito diferente dos modelos anteriores. Trabalhou criando assentamentos em resposta à intensificação da luta pela terra, ou seja, os assentamentos cresceram de acordo com o acirramento das ocupações e manifestações¹⁴⁷. As políticas para promover o desenvolvimento territorial dos assentamentos também foram insuficientes e pouco ou mal deram conta de criar condições mínimas e superar problemas básicos nos assentamentos rurais nas diferentes regiões do país.

A herança desse processo e, sobretudo, dessas políticas embotadas de insucessos ainda ecoam no dia-a-dia e nas histórias apinhadas de decepções e falsas esperanças rotineiramente relatadas pelos trabalhadores rurais camponeses. No entanto, neste período, salta-nos aos olhos o crescimento de uma forma diferente de se realizar reforma. A reforma agrária de mercado, promovida e veiculada pelo Banco Mundial, cresceu expressivamente. Entretanto, para os movimentos socioterritoriais camponeses combativos, a reforma agrária de mercado não passava de uma forma de mercantilização da reforma agrária, ou seja, uma apropriação/incorporação de uma demanda e problema social estrutural pela lógica do mercado capitalista.

Além destas estratégias, tais como a mercantilização e criação da aparência de "diálogo", outras formas encarniçadas/perversas de repressão, isolamento, subordinação, integração, manipulação e cooptação também compreenderam os mandatos de FHC. Oliveira (2001) aponta que a cooptação dos intelectuais para corroborar o quadro de críticas aos movimentos sociais do campo e para o fortalecimento da agricultura familiar:

Uma quarta estratégia que vem sendo colocada em prática pelo MDA é a realização de reuniões e seminários com intelectuais que estudam a questão

¹⁴⁷ Ver relatório Dataluta 2011.

agrária, para auxiliarem na elaboração de políticas e ações de governo e, principalmente, para formarem uma espécie de frente de ação intelectual de crítica aos movimentos e seus intelectuais orgânicos. O MDA criou, inclusive, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), para alimentar estudos e ações voltados para a chamada agricultura familiar. (OLIVEIRA, 2001, p. 203 - Grifo Nosso)

Esta estratégia cresceu rapidamente no âmbito acadêmico. Conforme apontamos anteriormente o intelectual José de Souza Martins foi um dos principais personagens deste ataque aos movimentos sociais camponeses, com destaque ao MST e à CPT. No entanto, em tal contexto não foi somente realizada a crítica aos movimentos sociais. Um grupo de intelectuais organizados trabalhando fortemente as tendências e exemplos internacionais, sobretudo, com trajetórias em pesquisas e análises de programas e políticas voltadas para o campo em países de forte postura neoliberal lograram espaço e avançaram ofensivamente contra os movimentos socioterritoriais do campo ao mesmo tempo em que conseguiam ganhar emergindo os conceitos de agricultura familiar em detrimento de campesinato e o agronegócio como uma nova roupagem para o problemático latifúndio que se caracterizava tanto pela intensa produção quanto pelo poder destrutivo, sobretudo social/cultural e ambiental, fazendo-os conquistar espaço e aceitação tanto no âmbito acadêmico quanto nas política públicas. Abramovay (2007) consolidou-se uma das principais referências que encabeçaram a emergência deste processo. Suas ideias e referências se casaram com os reais intentos neoliberais do governo "social democrático" neoliberal de FHC. Outro sujeito de grande importância na consolidação das ideias do PCA¹⁴⁸ foi José Graziano da Silva, sobretudo na construção da ideia de um "Novo Rural", onde suas vinculações destacavam as ideias da agricultura familiar no Brasil, pluriatividade, multifuncionalidade, etc. (SILVA, 1999).

De acordo com Misnerovicz outras medidas também foram adotadas visando o enfraquecimento do MST:

Outra medida implantada pelo governo para tentar enfraquecer o MST, foi à criação de novos "grupos sociais" com o objetivo de criar outros interlocutores dos trabalhadores sem terra, pois uma vez criados pelo governo teriam o controle das suas ações, ou melhor, das não ações. Em

¹⁴⁸ Ambos os paradigmas são modelos interpretativos sobre a questão agrária, os modos de produção e o campesinato. De um lado tem-se o PCA cujo ponto central é metamorfose do campesinato para agricultor familiar, pois o mesmo seria incompleto dentro do capitalismo, e o PQA, contrário ao PCA, reconhece a questão agrária e que portanto o problema estrutural é causado pelo capitalismo. Fernandes (2009) traz importantes contribuições sobre a leitura paradigmática do PCA e do PQA.

relação ao MST, houve a tentativa de dar tratamento diferenciado para o movimento nos estados que aceitassem, enquadrar nas exigências do governo. Exemplo claro desta tentativa, foi quando, em uma audiência, onde o Ministro deixou claro que o MST do estado do Mato Grosso poderia receber um tratamento diferenciado desde que aceitasse um acordo de não realizar ocupações e não fazer críticas as políticas do Governo Federal. (MISNEROVICZ, 2011, p. 29-0)

Todas as medidas e estratégias convergiam tanto para o enfraquecimento do MST quanto para sustentar a imagem "positiva" do Brasil para o exterior. No entanto, como parte do processo de contradições que o país vivia, o MST organizou em 1997 a marcha rumo a Brasília com a finalidade reivindicar uma significativa ordem de elementos essenciais para dar início e amenizar a problemática agrária. Todavia, a marcha focou na violência e no isolamento promovido pelo governo perante os movimentos:

Em 1997 o MST realizou uma marcha de mil quilômetros rumo à Brasília, reunindo, na chegada dia 17 de abril, cerca de cem mil pessoas em uma marcha de protesto contra o governo FHC, sobretudo pelo isolamento promovido, e em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás. De acordo com Stedile e Fernandes (1999) *“Então fizemos uma marcha para estabelecer um canal de comunicação com a população, num momento em que o governo FHC procurava nos isolar da sociedade.”* (p. 152). A partir de 1997, o MST também organizou uma jornada de ocupações denominada de Abril Vermelho para lembrar o aniversário do massacre. (SOBREIRO FILHO, 2011, p. 17)

Em consequência desta situação e da proporção da marcha, o governo tentou negociar com o MST. Misnerovicz destaca outro exemplo da tentativa de cooptação e abrandamento da luta pela terra realizada pelo MST em uma reunião do movimento com o próprio presidente:

Mas a tentativa maior em relação a cooptação veio do próprio Presidente Fernando Henrique, que durante a audiência em Brasília no ano de 1997, após a chegada da marcha nacional, chegou a mencionar que gostaria de fazer um acordo para que o movimento deixasse ou parasse de denunciar e articular no exterior. Segundo FHC *“não aguento mais ter que falar de reforma agrária, de dar explicação por onde passo em vez de fazer propaganda positiva de o Brasil ter que me explicar e lá fora eles não entendem e isso é ruim para imagem do Brasil”*. Ele ainda continuou, *“vamos tentar nos entender e tratar os assuntos relacionados às questões da reforma agrária, aqui no Brasil e para o exterior vamos criar uma pauta de exportação, fazer uma agenda positiva”*. (MISNEROVICZ, 2011, p. 30)

Neste trecho, destacam-se o "tentar nos entender" quanto à questão agrária e o "vamos criar" e "fazer uma agenda positiva" quanto às exportações do agronegócio. Ou seja, o posicionamento de FHC refletiu simultaneamente uma postura despreocupada ou pouco comprometida com realização da reforma agrária tão demandada pelos movimentos socioterritoriais camponeses e preocupada/comprometida com o desenvolvimento dos interesses neoliberais, sobremaneira de exportação da produção. A compreensão de uma agenda positiva destacada por FHC no texto de Misnerovicz é expressão do comprometimento com os investidores estrangeiros e com as exportações para o mercado internacional.

Diante desta postura desigual perante a uma agenda neoliberal, pouco interessada e margeada no campo das probabilidades e possibilidades para os problemas no campo, a reação dos movimentos socioterritoriais camponeses não foi diferente do que se esperava. O rechaço à postura de FHC ficou ainda mais claro quando a Via Campesina realizou uma ofensiva demonstrando o total desacordo com a política posta e, sobretudo, com o fortalecimento do modo capitalista de produção na agricultura figurado na "heroica" imagem do agronegócio. Sobre esta situação conflituosa e de divergências de interesses aponta Misnerovicz:

Esta preocupação do governo FHC, é compreensível, pois para seu modelo não tinha necessidade de fazer a reforma agrária, mas ao mesmo tempo precisava criar um ambiente de tranquilidade para atrair os “investidores” internacionais, pois as condições por eles impostas para vir e se instalar no Brasil ou em outros países é de ter infraestrutura, incentivos fiscais, financiamento e segurança em relação aos três primeiros o Estado brasileiro e os governos Federal, Estaduais e Municipais os atendem, mas em relação à segurança a uma maior dificuldade, pois não conseguem controlar as ações dos movimentos isso ficou claro quando a Via Campesina organizou um conjunto de ações nas áreas de pesquisas das empresas de transgênico e monocultura de eucalipto. Estas ações tiveram uma repercussão forte e deixaram o governo numa situação complicada para continuar fazendo propaganda no exterior e atraindo mais empresas para atuar em todos os ramos da economia. (MISNEROVICZ, 2011, p. 30)

Os desdobramentos das ações foi a complicação na propaganda e imagem de que o Brasil era atrativo seguro para os investimentos de capitais estrangeiros, visto que o governo não tinha formas de garantir a não realização das ações do movimento. Assim, como o controle do governo tinha claros limites perante a estrutura "informal", "não jurídica" e, portanto, "não oficial" dos movimentos socioterritoriais camponeses

optaram por adotar uma série de outras estratégias visando coibir as ações do movimento. A criminalização, sobretudo concentrada no segundo mandato de FHC, foi a mais expressiva delas. Visto a existência dos entraves jurídicos, algumas lideranças tornaram-se alvo de críticas e perseguições, conforme destaca Misnerovicz:

A violência cometida contra os trabalhadores tanto pelo Estado com também pelos latifundiários foi à principal marca deste período. Pois reprimir, matar, prender e processar lideranças era uma orientação unificada e tinha a garantia de que não haveria punição. (MISNEROVICZ, 2011, p. 39)

De fato, ocorreu durante este período a personificação da luta pela terra com destaque para as lideranças. Para o governo esta foi a forma mais eficiente de deter de certo modo as ações dos movimentos, ou seja, como o governo não conseguia combater o movimento passou a atacar as pessoas que faziam parte e promoviam a luta. A expressão maior deste processo foi a medida provisória 2109-52 criada pelo governo FHC:

O Presidente FHC – Fernando Henrique Cardoso foi um dos governantes que agiu em defesa da manutenção da lógica vigente. A utilização do Estado para garantir a proteção dos interesses dos latifundiários é nítida na medida provisória 2109-52 aprovada em 2001, que foi um dos principais exemplos de uma via de contensão do processo de espacialização da luta pela terra que focava as ocupações de terra, assim por consequência evitando possíveis “ameaças” à integridade da propriedade privada capitalista. A medida provisória 2109-52 de 24 de maio de 2001 foi uma estratégia de judicialização da luta pela terra que criminaliza as famílias participantes de ocupações de terra e privilegiava a propriedade privada latifundiária, visto que não poderia ser desapropriado durante o período de dois anos. (SOBREIRO FILHO, 2011, p. 7)

Deste modo, como o governo tinha limites para segurar os movimentos, a estratégia encontrada foi frear as ocupações de terras com a criação desta medida provisória e a criminalização da luta pela terra. A medida provisória atendia duplamente os interesses do governo e dos latifundiários. Em primeiro caso porque criminalizavam as famílias impedindo-as de serem assentadas, ou seja, ameaçando o real interesse e depois porque impedia a propriedade de ser desapropriada por dois anos e coibia o movimento socioterritorial com vínculos às ações de receber qualquer forma de incentivo financeiro do Governo:

§ 6o O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos

seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.

§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, sequestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações.

§ 8º A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos. (BRASIL, MEDIDA PROVISÓRIA 2109-52 DE 24 DE MAIO DE 2001, ARTIGO 4º).

Esta estratégia de enfrentamento enfraqueceu o movimento no sentido de atacar a sua principal forma de contestação e acesso à terra¹⁴⁹. Também reduziu significativamente o número de ocupações de terras e de famílias em ocupações de terras. No entanto, apesar da medida ter sido uma das expressões mais claras da estratégia de repressão, isolamento e inibição dos movimentos no campo, outras ações acompanharam-na, tais como: a extinção do PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária; a diminuição da criação de assentamentos rurais; a criação de políticas para a agricultura familiar com fortes influências neoliberais em detrimento da agricultura e especificidades camponesas; etc.

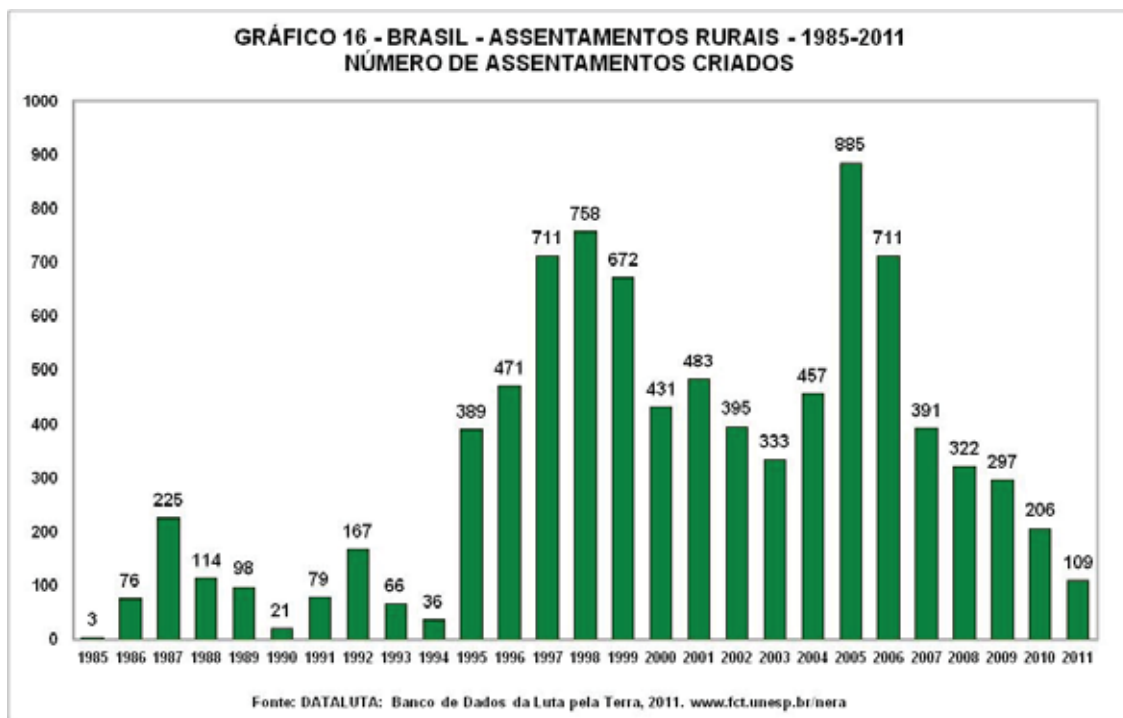
A vinculação da luta pela terra promovida, sobretudo, pelo MST ao crime também foi forte. Repetidamente tivemos notícias jornalísticas arrolando caráter criminoso, violento e associando ou comparando a corrupção à luta pela terra. Tais medidas caminhavam no sentido das demais estratégias anteriores, ou seja, seguir deslegitimando a luta, os movimentos e os demais sujeitos envolvidos. Em todas as estratégias predominavam o caráter repressor e deslegitimatório. Sobre isso aponta Misnerovicz destacando o insucesso da estratégia:

¹⁴⁹ Ver Fernandes (1999).

Deslegitimar a causa e o MST, tornou-se uma obsessão, pois tinham claro que apenas com repressão e violência física direta não seria possível conter o MST e a luta pela terra, pelo contrário, quanto mais cenas de violência física mais aumentava o apoio e solidariedade da sociedade e das forças populares de esquerda nacional e internacional. E ao mesmo tempo o governo perdia popularidade. (MISNEROVICZ, 2011, p. 40)

No entanto, alguns sujeitos foram inseridos para carburar ainda mais a atmosfera conflituosa existente. Com o aumento da repressão do Governo FHC a polícia ganhou especial destaque como um dos principais sujeitos nas manchetes e discussões sobre reforma agrária. Assim, neste período, para a reforma agrária restavam apenas duas perversas possibilidades. A primeira era trabalhar a luta pela reforma agrária ainda como caso de polícia e, conseqüentemente, criminalização/judicialização e a segunda baseava-se no acesso à terra pela compra devido à emersão da reforma agrária de mercado. No devir deste período os crescentes números da reforma agrária promovida pelo Estado tornaram-se tão diminutos quanto os números de assentamentos rurais (ver gráficos 15 e 16).

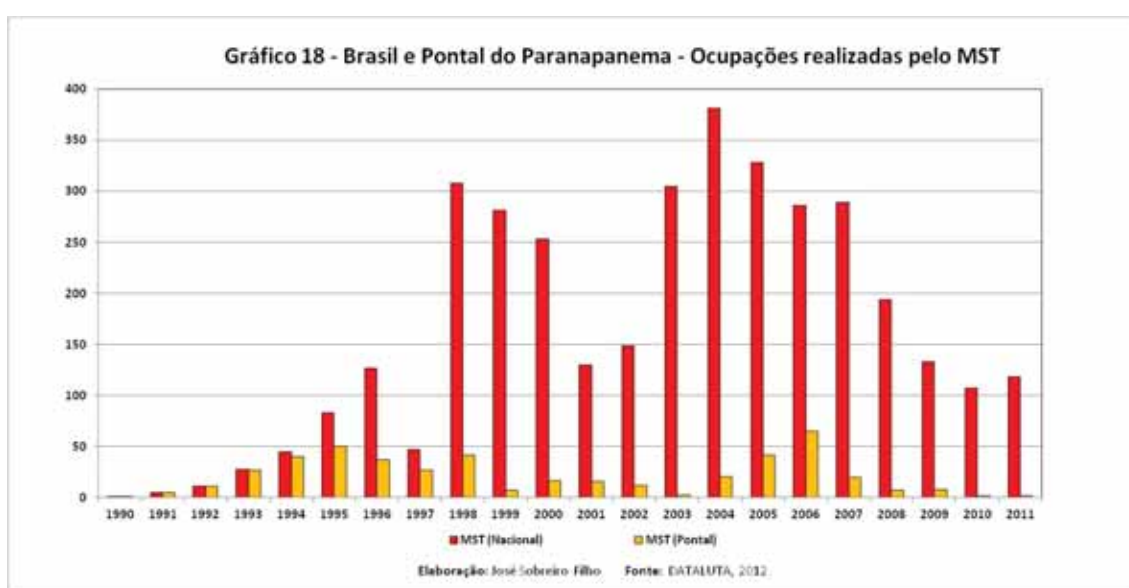


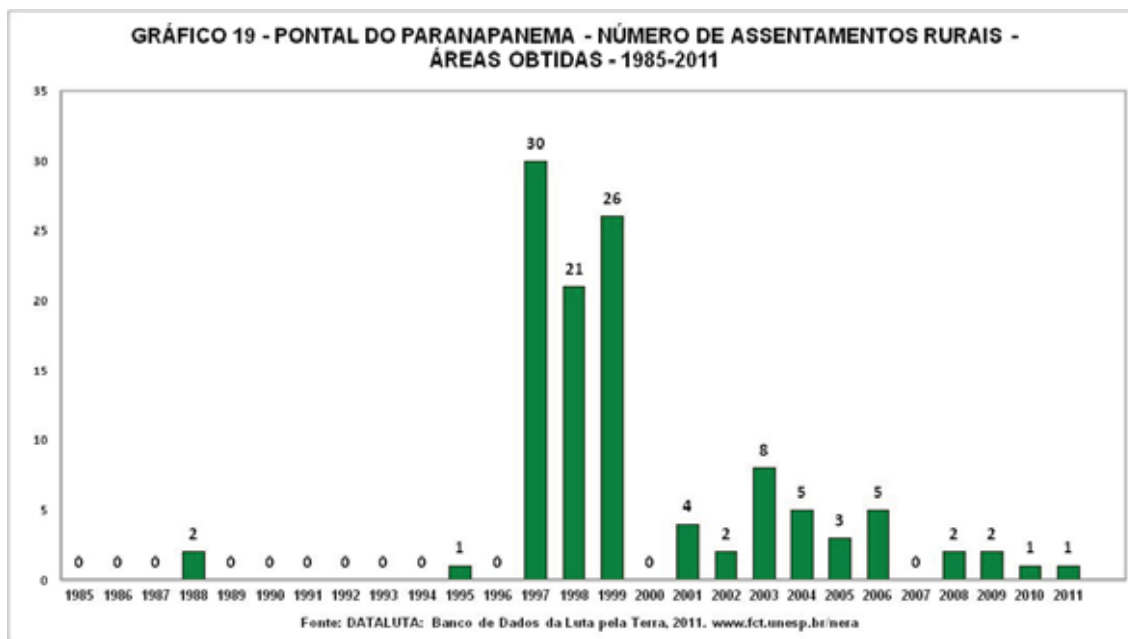


De fato, tais estratégias foram decisivas para a luta pela terra. Apesar de alguns movimentos tal como o MST, visto ser o maior movimento camponês brasileiro e o mais atingido, terem conseguido muitas vitórias e se desvencilhar de parte significativa da imagem pejorativa observa-se que depois de dois mandatos de perseguição, violência, criminalização, isolamento, repressão, etc., houveram muitas mudanças na luta pela terra devido à estratégias do governo FHC que se refletem até hoje na luta pela terra conforme apresentamos sobre as dissensões. Evidentemente, o âmago desta situação estivera atrelada às dissonâncias causadas pelo "diálogo" proposto por FHC, sobretudo devido às imensas diferenças de projeto político e o ideário "impossível diálogo" emergente no período servira como pretexto para rechaçar em diversas frentes o MST e a CPT, de modo que terminou por atacar toda a luta pela terra no país ao mesmo tempo em que endossava o fortalecimento do neoliberalismo e a classe ruralista.

No bojo deste processo conflituoso emergiu o MST, o MAST e o Pontal do Paranapanema como três importantes peças nesta roda-viva que foi a luta pela terra durante o período FHC. As ocupações de terra do MST durante o período 1990 a 1997, conforme o gráfico 17, no geral tiveram um relativo aumento em todo o país. O ano de 1998 foi marcado como uma guinada deste período com um significativo aumento, ou seja, o maior número de ocupações de terras de todo o período de governo FHC. O

Pontal do Paranapanema, conforme gráfico 18, concentrava uma parcela significativa das ocupações de terras realizadas pelo MST. Tamaña foi a sua participação e representatividade na luta pela terra em todo o período que a região ganhou a fama de ser o coração da reforma agrária devido tanto à intensa atuação dos movimentos socioterritoriais do campo quanto à criação de assentamentos rurais (ver gráfico 19), visto que alcançava elevado número. De fato, devido à magnitude expressiva e concentradora das ações a região emergia assim como uma referência em todo o país.





Diante deste contexto conflituoso surge também um fato diferencial na região do Pontal do Paranapanema. No ano de maior intensidade da luta pela terra, curiosa e ironicamente o governo FHC passou a se "dedicar" com significativa intensidade em relação à luta pela terra e quanto aos conflitos no campo que chegou a ponto de ser importante contribuinte na formação de um movimento de luta pela terra. No entanto, ainda que sob o discurso de “voltar os olhos” para a luta pela terra, vender a imagem do diálogo e dar a atenção necessária para cessar, abrandar e resolver o conflito no campo o governo ainda conseguiu manter os seus interesses e continuar promovendo o isolamento do MST. Todavia, os objetivos e a postura do governo em relação ao MST não mudaram. De fato, o que o mudou foi a estratégia. É neste ponto da história que entra o MAST e o Pontal do Paranapanema, conforme apresentamos a seguir.

Assim, neste período que também foi marcado por uma clara transferência da violência e repressão promovida pelo latifúndio para o Estado surge um movimento socioterritorial vinculado ao PSDB e, portanto, à social-democracia e à ideia emergente de uma terceira via, como destaca Giddens (1999), mascarada e com fortes tendências neoliberais. Como parte do ideário que compusera a estrutura teórica e política do movimento emergiu também fortemente a ideia da - agricultura familiar como a extensão do agronegócio em menor escala -, marcando o cenário do Pontal do

Paranapanema e do país como um dos primeiros movimentos camponeses a levantarem tal bandeira em detrimento da luta pela produção camponesa.

O surgimento deste movimento e sua criação conduzida, visto suas raízes na socialdemocracia do PSDB como apontaremos adiante, estiveram apinhadas de demais intenções que não eram a reforma agrária em si e muito menos em atender as demandas dos movimentos. De fato, foi mais uma estratégia de dismantelamento do MST e desequilibradora na já desigual correlação de forças entre Estado e Movimentos combativos, pois nítida e ironicamente tal vinculação refletia os reais intentos de "ensinar como se faz a - luta -", a "obediência ao Estado", as "possibilidades" existentes dentro da integração e vinculação ao Estado e ao capital pela via do mercado, a possibilidade de se realizar uma "luta pela terra pacífica", etc. Todo esse conjunto de ideias e articulações maquiavam as claras estratégias para adestrar, cooptar, desarticular, dissindir e, por fim, dismantelar os movimentos socioterritoriais e demais sujeitos envolvidos no processo. E como parte essencial desta conflitualidade tinham-se o encastelamento da ideia do "impossível diálogo" como referencial que, mesmo pecando em termos de tratar e realizar o diálogo de maneira dialética, juntamente à consolidação do MAST cimentaria a possibilidade de um diálogo por parte do governo. No entanto, seria um diálogo alicerçado na desigualdade e, assim como em vários outros movimentos da luta camponesa e operária, seriam os movimentos que pagariam a conta.

Enfim, o impossível diálogo continuou em relação ao MST mas em relação ao MAST o cenário foi bem diferente. Obviamente que o breve sucesso no diálogo com o MAST estivera atrelado à sua base política e econômica enquanto que o MST seguiu sendo isolado pelo governo FHC, sobretudo com a criação do MAST. Para não reincidir em erros alheios é fundamental destacar que não cabe aqui uma leitura maniqueísta sobre o insucesso do diálogo entre MST e FHC visto as divergências abismáticas de projetos políticos, mas sobretudo usar o maniqueísmo para acusar e sinalizar subjetivamente mocinhos, bandidos, heróis e vítimas. Todavia, também não podemos nos render à omissão e escamotear as estratégias encarniçadas de fragmentação/dissensão, desarticulação, cooptação, etc. e até que ponto firmar o diálogo e ceder comprometeria o projeto político de ambos. Ponto fundamental é não fazer uma leitura apelativa baseada em um maniqueísmo dialético e, portanto contraditório, que esteja a serviço da dominação. Pelo contrario, tratamos de trazer elementos da realidade,

José Sobreiro Filho

sobretudo, da história e da Geografia não oficial, ou seja, do outro lado da história para que alguns fatos nos munam de mais elementos para pensar esta realidade e também que fatos tão desprezados ganhem espaço e maior valor na história e, portanto, na ciência. Por fim, sobre esta temática e a organização dos movimentos, realizaremos uma leitura e análise adiante destacando alguns pontos importantes clareados no transcorrer do tempo histórico.

A formação do MAST no contexto político dos anos 90: um movimento formado pela e para a socialdemocracia

A formação do MAST¹⁵⁰, também denominado de Associação Nacional de Agricultores Sem Terra, esteve diretamente relacionada à conjuntura política e à intensificação da luta pela terra promovida pelo MST, sobretudo, no final da década de noventa do século XXI. A princípio, dois personagens foram fundamentais por encabeçaram o processo de criação do MAST e da expansão de concepções político-ideológicas diferentes das até então predominantes no campo brasileiro, sobretudo, das disseminadas pelo MST.

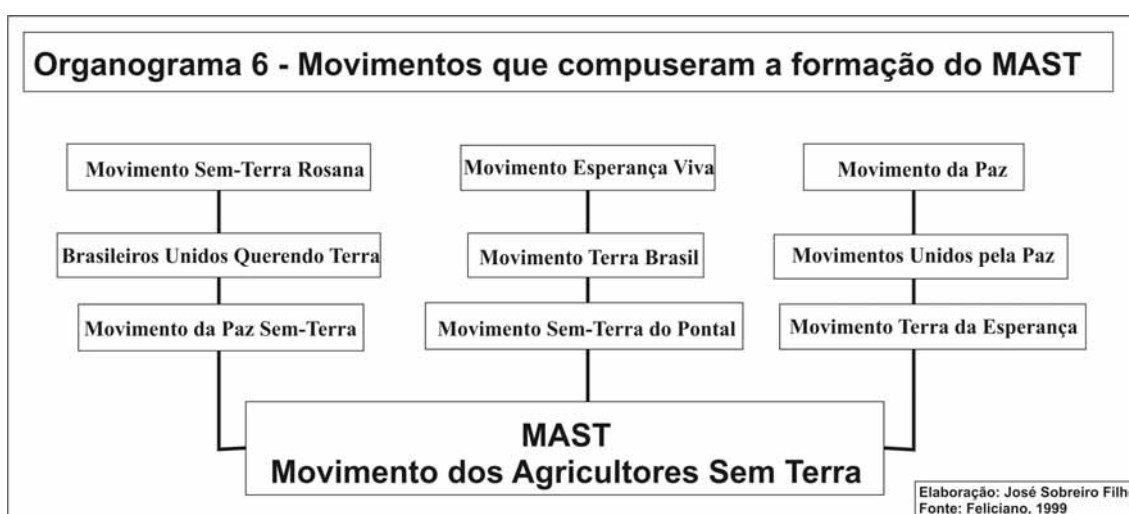
Além do presidente FHC que manteve uma postura de isolamento e contraria às ações do MST também destaca-se Enilson Simões Moura, um antigo sindicalista conhecido como “Alemão”. Depois de anos afastado do cenário político, o famoso participante das greves metalúrgicas do ABC paulista durante a década de 1970 retomou papel de destaque em 1997 encabeçando a criação e formação da SDS – Social Democracia Sindical. A formação de sua central tivera forte amparo do Governo Federal e, portanto, proximidade com o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira. De acordo com Feliciano (1999, p. 144) a proximidade entre Alemão e Fernando Henrique Cardoso foi marcada pelo fato de o mesmo ter sido um dos coordenadores da campanha presidencial de FHC. Assim, com a formação da SDS, presidida por “Alemão”, e os intentos do Governo FHC de seguir isolando o MST e ganhar reconhecimento de que estaria “resolvendo” os conflitos e “dialogando” com os

¹⁵⁰ Na Carta de princípios e no Estatuto Social do movimento consta também a nomenclatura Associação Nacional de Movimentos de Agricultores Sem Terra.

movimentos do campo, com exceção ao MST visto seu caráter combativo e a alcunha de movimento “criminoso”, “subversivo”, etc. arrolada pelo governo.

Neste contexto emerge o MAST - Movimento dos Agricultores Sem Terra na região do Pontal do Paranapanema em março de 1998. O movimento foi fundado e presidido, a princípio, pelo também diretor da SDS Enilson Simões Moura, o “Alemão”¹⁵¹, no município de Rosana – SP. Sua formação ocorreu devido à articulação da SDS – Social Democracia Sindical do PSDB com os grupos e movimentos dissidentes do MST. Dentre vários, aponta Feliciano (1999, p. 144) que o MAST foi a unificação do: Movimento Sem-Terra Rosana, Brasileiros Unidos Querendo Terra, Movimento Esperança Viva, Movimento da Paz, Movimento Terra Brasil, Movimentos Unidos pela Paz, Movimento da Paz Sem-Terra, Movimento Sem-Terra do Pontal e Movimento Terra da Esperança (ver organograma 6). Além destas vinculações Lima (2006) aponta:

São movimentos dissociados do MAST por estratégia de luta, isto é, dão apoio e fortalecem a luta do MAST e não são dissidentes, entendendo a dissidência como cisão político-ideológica. Este apoio é dado quando se pretende fazer uma ocupação e não há contingente pessoal necessário para a ação mobilizatória. neste caso há uma reunião com todos os trabalhadores destes grupos: MTRSTB, MTV, UNITERRA, MNF e ARST. Daí então, se faz a ocupação. Vale destacar aqui que os movimentos dissociados do MAST, não são controlados diretamente pelo MAST são independentes. (LIMA, 2006, p. 72)



¹⁵¹ Segundo Feliciano (1999), O Alemão também fora o criador do MBUQT - Movimento dos Brasileiros Unidos Querendo Terra.

Tamanha foi a proximidade que o MAST teve sua base econômica sustentada pela SDS e, portanto, com forte *lobby* federal. A proximidade com o governo foi um dos maiores diferenciais que o movimento apresentou e que o distinguiu significativamente do MST. Assim, as diferenças e a oposição entre ambos os movimentos ficaram ainda mais claras visto que a formação do MAST ocorreu devido à articulação da SDS do PSDB com os grupos e movimentos dissidentes do MST, ou seja, o MAST surgiu com a vinculação político-ideológica totalmente oposta ao MST, que por sua vez surgiu com fortes laços ao PT – Partido dos Trabalhadores e à CUT. Assim, além da clara oposição política entre a CUT e a SDS, emergiu também na região do Pontal a luta pela terra realizada por movimentos com referenciais diametralmente opostos.

Diferentemente de muitos movimentos criados e surgidos através de dissensões o MAST tem suas diretrizes, referências e propostas bem pontuadas. Sua carta de princípios é estruturada em três partes complementares que expressam com ênfase e nitidez. A vinculação à socialdemocracia e a desaprovação da tendência de luta pela terra no devido contexto, sendo elas: 1. A Social Democracia; 2. Questão Agrária e Reforma Agrária no Brasil; e 3. Propostas. O conjunto das partes aponta claramente o posicionamento político do movimento e sua vinculação político-ideológica-partidária. A estrutura teórica e ideológica do MAST também não se distinguiu da linha da SDS. As referências que compuseram e influenciaram a carta de princípios estavam baseadas nas concepções da social democracia de Alexis Tocqueville. A concepção de democracia, social democracia e democracia social se repetem na carta de princípios evidenciando o caráter “democrático” do movimento. Como forma de caracterizar o MAST e evidenciar o seu caráter democrático e “socialista” a carta de princípios aponta:

A expressão *democracia social* indica a vontade de realizar a democratização da própria sociedade, através da crença e do valor na igualdade de oportunidades para todos e na existência de instituições políticas que concretizem este projeto. Neste sentido, o movimento pela social-democracia deve ser originariamente entendido como parte do movimento internacional pelo socialismo, na vertente democrática. (CARTA DE PRINCÍPIOS, ANEXO DE FELICIANO, 2006, NÃO PAGINADO)

Em sua carta de princípios o movimento também apresenta questões pertinentes quanto à discussão sobre trabalho e sobre o trabalhador. Destacam-se alguns traços reformistas:

As origens da social-democracia estão localizadas na intensa polêmica teórica e práticas entre os movimentos reformistas e os movimentos socialistas revolucionários diante das mudanças trazidas pela Revolução Industrial, a partir de 1850. As questões fundamentais giravam em torno do trabalho e do trabalhador:

Haveria liberdade de organização sindical?

O direito do voto seria franqueado a todos os cidadãos?

Haverá proteção ao trabalhador (previdência e assistência social)?

Haveria emprego para todos? (CARTA DE PRINCÍPIOS, ANEXO DE FELICIANO, 2006, NÃO PAGINADO)

Assim, apesar das questões e de alguns objetivos comungarem com alguns movimentos de caráter e discurso revolucionário politicamente mais posicionados à esquerda, o MAST se distingue claramente pelo seu caráter reformista. Além de seu forte caráter reformista o MAST, devido à sua base socialdemocrata, o movimento também focava na discussão sobre a democracia, pondo-a como elemento central em sua carta de princípios. Neste contexto, a democracia também é apresentada como um dos elementos que o difere dos demais e, portanto, o movimento se posicionava a favor de instituições liberais-democráticas e tem a defesa do voto como elemento fundamental para a representação de todo cidadão:

A tradição política da social-democracia está baseada na defesa intransigente de instituições liberais-democráticas. O direito à representação política e individual do cidadão, através do voto, da manifestação da opinião e do direito inalienável à organização livre, seja em forma de partidos políticos, associações de classe e de interesses em geral, são pedras fundamentais para o alicerce socialdemocrata. (CARTA DE PRINCÍPIOS, ANEXO DE FELICIANO, 2006, NÃO PAGINADO)

A liberdade de escolha, sobretudo, representada no voto como uma das maiores expressões da democracia é elemento central na abordagem socialdemocrata do MAST. Ou seja, o voto é entendido como direito inalienável à organização livre, que por sua vez é articulada pelos partidos políticos e associações de classe e de interesses em geral, é fundamental para a promoção da social-democracia no sentido de combater as práticas totalitaristas e autoritárias, visto que estas historicamente caminharam no sentido da perda da democracia e de privação das liberdades:

Portanto, a posição histórica sempre foi contrária à existência de qualquer forma de controle estatal da vontade política do cidadão. A social-democracia tem se oposto, historicamente, a concepções políticas autoritárias e totalitárias. (CARTA DE PRINCÍPIOS, ANEXO DE FELICIANO, 2006, NÃO PAGINADO)

O posicionamento político também é bem demarcado, sobretudo, no sentido de deixar clara a sua postura de não aceitação de práticas compreendidas como experiências autoritárias ocorridas na América Latina visto que a democracia é tida como “valor absoluto”:

Experiências autoritárias, com partidos políticos sob o controle do Estado, a existência de censura sobre as manifestações políticas, artísticas e culturais em geral – como ocorridas na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 – não são aceitáveis pela social-democracia.

Para um socialdemocrata, a democracia não é instrumental, não pode ser suspensa para permitir a implantação de novas políticas econômicas sociais. A democracia é um valor absoluto! (CARTA DE PRINCÍPIOS, ANEXO DE FELICIANO, 2006, NÃO PAGINADO)

Outra questão fundamental que compreende a base político-ideológica do MAST é a sua postura perante o mercado:

A tradição socialdemocrata está baseada na defesa de dois elementos centrais para sua identificação diante de outras correntes:

- 1-) a defesa de um sistema político de caráter liberal-democrático, isto é, com voto, partidos políticos livres, direitos políticos amplos e intransferíveis, e;
 - 2-) a defesa de um sistema econômico baseado na existência de mercado.
- (CARTA DE PRINCÍPIOS, ANEXO DE FELICIANO, NÃO PAGINADO)

Visto que a socialdemocracia se identifica com o mercado o MAST também coaduna com ideia de que a regulação e organização do mesmo é realizada naturalmente pela produção, organização e circulação de acordo com os consumidores e produtores. Assim, a atuação/intervenção do Estado deve acontecer somente no sentido de realizar algumas orientações sob regulamentação:

Ao mesmo tempo, a social-democracia tem identificação histórica com o mercado, onde há livre circulação dos fatores de produção, onde as pautas de produção e consumo são determinadas pela vontade dos consumidores e dos produtores, livremente organizados. Para a social-democracia esta situação de mercado deve ser sempre submetida ao interesse geral da sociedade; daí a necessidade de um **mercado socialmente orientado sob regulações do Estado Democrático!** (CARTA DE PRINCÍPIOS, ANEXO DE FELICIANO, 2006, NÃO PAGINADO)

Esta postura está diretamente relacionada às ideias liberais. Além de sua postura liberalista/socialdemocrata também destaca-se a postura de desaprovação da atualidade da luta e do embate do governo FHC e MST:

Lamentavelmente, Governo Federal e MST mantiveram debate estéril quanto ao número de famílias efetivamente assentadas, provavelmente ambos os debateres procuravam ocupar espaço na mídia. Os limites de uma reforma agrária em grande escala decorrem de problemas orçamentários, de problemas jurídicos e da capacidade de aparato técnico-burocrático governamental em implementar e assistir a reforma agrária. Parece que o Governo Federal tem consciência desses limites, ma enveredou no jogo populista do MST.

Decresceu a importância relativa do fator terra no processo de reforma atual em, cada vez mais, fica ressaltada a necessidade da melhoria das condições de vida e da viabilidade econômica dos assentamentos. O Governo Federal reconhece essa realidade, desenvolvendo ações como o Projeto Lumiar, para assistência técnica e gerencial aos assentamentos da reforma agrária e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, para suprir o grande déficit dos assentados e seus dependentes. Resta aguardar a efetividade desses projetos. (CARTA DE PRINCÍPIOS, ANEXO DE FELICIANO, 2006, NÃO PAGINADO)

Evidente e diferentemente da postura do MST, o MAST passa uma imagem compreensiva da situação da reforma agrária no país e arrola a sua não realização à outros motivos limitantes além da postura do governo. Destaca também os projetos do governo voltados para a o desenvolvimento dos assentamentos e melhorias das condições de vida e situação econômica. Nesse sentido, mais uma vez, o caráter liberalista/socialdemocrata do MAST é reforçado ao apontar perspectivas de realização de projetos de reforma agrária de acordo com a modernidade, ou seja, com a tendência de se incorporarem à crescente corrente da agricultura familiar em detrimento do "atrasado" modo de produção camponês. Assim, além de sinalizarem unicamente e como viável a perspectiva de inserção de grande parcela do setor rural no capitalismo moderno adotando o pacote emergente composto pela mescla agricultura familiar e agronegócio a carta de princípios do MAST também arrola aos não inclusos/integrados à tendência do capitalismo agrário moderno a imagem de dependente da economia nacional:

Se o Estado não possibilitar as condições para os assentados em projetos de reforma agrária incorporarem o padrão agrário moderno conseguirá apenas retirar parcelas da população brasileira da indigência, mas que serão mantidas à imagem da economia brasileira. Assim, o dilema Brasileiro é como inserir, não só os beneficiários da reforma agrária, mas

grande parcela do heterogêneo setor rural brasileiro no capitalismo moderno. (CARTA DE PRINCÍPIOS, ANEXO DE FELICIANO, 2006, NÃO PAGINADO - Grifo nosso-)

Ainda em sua carta de princípios, esta perspectiva é reforçada e melhor esclarecida pelas propostas do movimento. Em geral, dentre as propostas predominam as seguintes ideias: integrar a política de reforma agrária à uma política de desenvolvimento rural; créditos específicos para as distintas demandas; envolvimento de cooperativas, associações, sindicatos, e do governo federal, estadual e municipal; assistência técnica; fomento ao cooperativismo e ao sindicalismo rural; melhorias na infraestrutura rural; emancipação criteriosa dos assentamentos rurais de reforma agrária; e planejamento para a realização da reforma agrária. Nas diversas propostas é recorrente e predominante o uso dos termos "agricultura familiar" e "produtores rurais". Destaca-se também o uso do termo - categoria - em vez de - classe ¹⁵²-. Estas mudanças, por mais que *a priori* pareçam mera sinonímia, refletem os referenciais do pacote agrícola planejado pelo governo e, sobretudo, as diretrizes, contribuições e construções conceituais do PCA nas políticas, projetos e no modo do governo ver e planejar os rumos do meio rural. Em termos práticos esta estrutura corrobora o, tão conhecido e criticado, sobretudo pelos acampados da região, "agronegocinho"¹⁵³.

Na conjuntura em que o MAST surgiu sua postura político-ideológica não apresentou nada de novo (FELICIANO, 2006), pois se manteve aliado à postura do governo em seu caráter liberal-democrático, ou seja, de fato o MAST era um movimento com toda sua estrutura alicerçada na corrente liberal do PSDB. No entanto, em relação aos demais movimentos socioterritoriais que existiam e lutavam no período o MAST foi tido como uma novidade por estar alinhado/vinculado ao governo federal e à social democracia. Neste sentido o grande diferencial é que com o MAST surgiu o sentimento/compreensão de que estando alinhado à socialdemocracia, sobretudo por

¹⁵² Destaca-se que a mudança dos referenciais relegam longa trajetória de luta e apagam o sentido do camponado como sujeito político. Ao contrário, importam conceitos, emergidos pela via liberalista, regidos pelo mercado e, conseqüentemente, apinhados de individualismo. Tais aspectos vão ao encontro com os interesses de FHC naquele período perante os movimentos sociais/socioterritoriais.

¹⁵³ O termo "agronegocinho" fora dito por acampados do MST e MAST/MTST durante a realização do trabalho de campo. Seu significado está relacionado à implantação da lógica do agronegócio em pequena escala, ou seja, nos lotes de assentamentos. À essa implantação e/ou aplicação da lógica capitalista também era recorrente referenciá-la, tanto por acampados quanto por assentados como o "quadrado burro".

esta ser diretamente ligada ao governo Federal vigente naquele período, haveriam maiores e melhores possibilidades de se ter conquistas na luta pela terra.

Assim, a vinculação do MAST à socialdemocracia do PSDB e, portanto, ao governo federal simbolizou para muitos a “esperança” de “melhores” e “maiores” possibilidades de conquistar a terra e a reforma agrária. Visto a conjuntura do período tal situação soava de acordo com os interesses do Governo de FHC. De um lado tinha-se o MST com uma postura enfrentativa à “socialdemocracia”, representando uma ameaça por não estar de acordo com o projeto político neoliberal que se fortalecia no país e que, portanto, era isolado pelo governo FHC. No outro lado um movimento orgânico perante o governo FHC que soava “facilidades para o acesso à terra”, que tinha o lobby do governo federal, que fazia a luta pela terra de modo pacífico, etc. Ou seja, toda essa conjuntura soava muito interessante para o governo FHC, pois ao mesmo tempo que “resolvia” o conflito no campo com um movimento pacífico conseguia também cumprir o seu objetivo de isolamento do MST como apontamos anteriormente.

Neste contexto, muitas foram as estratégias para promover o isolamento do MST. Todas confluíam para o isolamento do movimento. Tamanha foi a articulação que o intelectual José de Souza Martins também compôs o quadro de sujeitos que criticaram o MST e a CPT. Conforme apontamos anteriormente, o livro “Reforma Agrária: o Impossível Diálogo” de Martins narrou parte do conflito entre Estado, CPT e MST e também um importante exemplo dos ataques ao MST. Objetivamente criou-se o ideário de que o MST e a CPT não tinha diálogo com o governo FHC e ao mesmo tempo, com a forte vinculação com o governo socialdemocrata, emergia o MAST como uma forte referência e possibilidade, ou seja, reforçava o ideário do “impossível diálogo” também reforçava o sentimento de melhores possibilidades com o MAST.

Assim, se vincular ao MAST, aos olhos daqueles que lutavam pela terra, era uma grande oportunidade. No entanto é sabido que o surgimento do movimento, de fato, era a oportunidade de “juntar a fome com a vontade de comer”. É claro, que neste dito popular, a “fome” coube aos sem terras do MAST enquanto a “vontade de comer” competia ao Governo FHC. Todavia, neste contexto, a “vontade de comer” não se reduzia à ideia de promover a reforma agrária, mas de isolar, desmobilizar, fragmentar/dissindir, deslegitimar a luta do MST, de assegurar a “realização” da reforma agrária por via da desapropriação e de garantir o desenvolvimento do

agronegócio e da integração ao mercado no Brasil sem nenhum impedimento que afetasse os investimentos do capital e o avanço do paradigma do capitalismo agrário com a agricultura familiar em detrimento da agricultura camponesa.

Em termos gerais, na década de 90 e na virada do século, a social-democracia cresceu significativamente no cenário político mundial. Giddens (1999, p. 27) aponta que depois da queda colapso do comunismo no leste europeu muitos partidos mudaram seus nomes e se aproximaram da socia-democracia. Na década de 90 muitos partidos social-democratas cresceram e alcançaram o poder em diversos países do mundo, tais como França, Itália, Áustria, Grécia, etc. (GIDDENS, 1999, p. 34). O Brasil foi mais um dos países que integraram o avanço da social-democracia pelo mundo. No entanto, a postura da social-democracia brasileira se diferenciou muito daquela perspectiva clássica em que queria se diferenciar do tanto do capitalismo norte americano quanto do socialismo soviético ao mesmo tempo em que mantinha ligação aos ideais do socialismo. Sem embargo, no Brasil, as feições da socialdemocracia do governo FHC estiveram alinhadas à vertente neoliberal.

O MAST, visto sua origem e posicionamento político-ideológico-partidário, sofreu grandes influências e foi também uma das grandes expressões desta guinada político-ideológica na luta pela terra no Brasil. Sua proposta/projeto político e origem não estiveram somente atrelada à realização da reforma agrária, criação de uma "luta pacífica" pela terra, mas também com a implantação/aplicação e expansão de um paradigma emergente no Brasil, fato que enquadrava a tentativa de uma mudança estrutural cujas consequências ainda são gritantes na atualidade. Ou seja, o MAST foi criado/concebido com uma estrutura vinculada ao PSDB e que muito favorecia aos interesses do partido e governo FHC, visto que reproduzia o pensamento da "socialdemocracia" brasileira e, portanto, aplicava e compreendia o "pacote/projeto" agrícola/ideológico que o governo queria para o campo.

Neste contexto, o PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário¹⁵⁴ cresceu formando a base político-ideológica deste processo e influenciando as principais políticas públicas voltadas par ao pequeno produtor/agricultor familiar/camponês. Abramovay (2007) destacou-se na formação e desenvolvimento deste processo em vários sentidos, mas,

¹⁵⁴ Sobre o PCA- Paradigma o Capitalismo Agrário e o PQA- Paradigma da Questão Agrária ver em Fernandes (2005).

sobretudo, pela emergência do conceito de agricultor familiar em detrimento do campesinato. Sua proposição também estivera casada com o governo por enquadrar-se de acordo com as tendências da agricultura em países neoliberais, sobretudo os Estados Unidos da América.

Em termos ideológicos e paradigmáticos, a influência desta tendência/postura e estrutura político-ideológica diferenciava o MAST do MST por tirar o caráter de classe social, omitir o conflito e apontar uma "neutralidade" assegurada pela vinculação política, escamoteava as possibilidades de o movimento vir-a-ser um sujeito político e histórico arrolando-o para a passividade e subordinação ao governo. Esta estrutura, de certo modo, implica na quebra da concepção de classe e, tão logo de sujeito político. Também atinge diretamente o caráter coletivo da causa, que até então os exemplos de luta destacavam, ao mesmo tempo que ressalta a individualidade e acarreta na perda da identidade ou de muitos elementos que a compõem como ponto fundamentais para a construção de outra, tal como a de agricultor familiar, com novos valores e poucos elementos em comum com os anteriores.

Estas mudanças e diferenças compreendem e expressam a influência do PCA na estrutura ideológica, organizacional e operativa do movimento. Destaca-se também, no seio deste processo, a emergência do termo categoria, sobretudo, acompanhada da alcunha - profissional -. Esta denominação é marcante não somente pela mudança do uso de determinado termo ou pela carga ideológica que carrega em si, mas pelo tratamento que as instituições do PCA disseminaram e, conseqüentemente, pela incorporação do individualismo como modo de vida coletivo. Assim, dentre as diversas mudanças ocorridas, sobretudo, a individualidade tivera parcela significativa de participação nas ideias engendradas pelo PCA, sobremaneira, na concepção de agricultura familiar, em sua relação com o mercado e no modo do movimento organizar e pensar o espaço e a produção. Ulrich Beck chama atenção para o "individualismo institucionalizado" como parte de uma tendência globalizante, amparada e criada por concepções do *welfare state*, que criou paradoxalmente um estilo de vida coletivo baseado no individualismo:

It is *not* Thatcherism, not market-individualism, not atomisation. On the contrary, it means "institutionalised individualism". Most of the rights and entitlements of the welfare state, for example, are designed for individuals rather than for families. In many cases they presuppose employment.

Employment in turn implies education, and both of these presuppose mobility. By all these requirements people are invited to constitute themselves as individual: to plan, understand, design themselves as individuals and, should they fail, to blame themselves. Individualisation thus implies paradoxically, a collective lifestyle. (BECK, 1998, p. 28)

Sobre esta temática Giddens (1999, p. 46) aponta:

O novo individualismo, em suma, está associado ao afastamento da tradição e do costume de nossas vidas, um fenômeno relacionado mais com o impacto da globalização num sentido amplo do que com a mera influência de mercados. O *welfare state* desempenhou seu papel. Erigidas sob a égide do coletivismo, instituições do *welfare* ajudaram a libertar os indivíduos de algumas das fixidades do passado. Em vez de ver nossa época como marcada pela decadência moral, portanto faz sentido vê-la como uma época de transição moral. Se o individualismo institucional não é sinônimo de interesse pessoal, ele representa uma ameaça menor para a solidariedade social, mas implica que devemos buscar novos meios para produzir essa solidariedade.

E mais a frente Giddens conclui "*Temos de encontrar um novo equilíbrio entre indivíduo e responsabilidades coletivas hoje.*" (1999, p. 47). O autor relaciona a emergência deste novo individualismo com o afastamento das tradições e dos costumes como efeito da globalização e, mesmo que de maneira diminuta, com a influência dos mercados. Todavia, ao pensarmos os desdobramentos deste processo ao analisar o MAST veremos que o pacote adotado pelo governo e o paradigma que o engendrou, o PCA, delineia também a estrutura deste movimento socioterritorial, cumprindo papel fundamental no sentido de corroborar e impingir, através da supraestrutura estatal, o individualismo institucionalizado tanto por meio de projetos e políticas quanto pela própria postura político-ideológica adotada e praticada.

No âmbito das diversas expressões deste processo saltou-nos aos olhos a opção estratégica, como já mencionado, pelo uso dos termos - categoria - e - agricultura familiar - em detrimento de - classe - e -camponês -. No entanto, essa situação relaciona-se diretamente à emersão do paradigma do capitalismo agrário que, de certo modo, trata as demandas e necessidades de acordo com a lógica capitalista, ou seja, trata os diversos problemas sociais sob o enfoque da individualização em detrimento de algumas instituições tradicionais, tal como a família. Esta característica tem seus reflexos não só no modo do movimento realizar a luta pela terra, mas também em sua

ideologia¹⁵⁵ e, consequentemente, em sua lógica e práxis de organização, produção e reprodução socioespacial e compreensões socioterritoriais.

Ou seja, o novo individualismo implica em uma mudança do modo de entender-interagir-pensar-ver o mundo e, consequentemente, na estrutura da sociedade. Em outras palavras essa libertação de "*alguns indivíduos de algumas das fixidades do passado*" também pode ser interpretada, pela via e em benefício do PCA, como potencial flexibilidade em prol à integração ao mercado. Além disso, Giddens aponta a necessidade de encontrar o equilíbrio. Todavia, o equilíbrio não faz parte da essência do capitalismo e o Estado brasileiro, assim como as demais instituições, ainda não conseguiu lograr ou assegurar o bem-estar social. Apesar de Giddens não ter escrito com a finalidade de atingir os movimentos socioterritoriais, seu posicionamento, visto a amplitude do debate e da importância da temática, relacionou um grupo de políticas, estratégias e projetos que envolveram uma ordem significativa de sujeitos direta e indiretamente.

De certo modo, como já mencionado, esta configuração social e estrutura política não satisfaz somente ao governo, pois confluía também com os interesses de inúmeros sujeitos, sobretudo, aqueles que queriam acesso rápido à terra e não lutavam por mudanças estruturais tal como a revolução socialista ou a reforma agrária em si¹⁵⁶. Criou-se a ideia de que o MAST era melhor, visto a vinculação política e governamental, e, portanto, as conquistas mais fáceis. Ou seja, era comum a interpretação de que estando próximo ao governo haveriam mais vantagens e benefícios de um modo mais fácil do que através do enfrentamento promovido pelo MST. Essa ideia expandiu significativamente e serviu a ambos os interesses. Tamanha a proximidade entre o MAST e o governo que o movimento, em sua carta de princípios, destaca e endossa o governo socialdemocrata e sua atuação na elaboração de políticas públicas para a indústria e campo:

¹⁵⁵ Aqui trabalhamos a ideologia como visão de mundo (LÖWY, 2010). No entanto, discutiremos sobre mais a frente.

¹⁵⁶ Apesar de em sua carta o MAST se enquadrar na vertente democrática do movimento internacional pelo socialismo, na prática o MAST não se portou de acordo. Sua formação ocorrera em uma conjuntura política que não confluía e muito menos estava de acordo com o "movimento internacional pelo socialismo", assim como suas referências políticas e a base econômica. Sua trajetória como movimento também revela que muito menos estivera de acordo com ou alcançando algum interesse vinculado ao socialismo.

Nas condições em que vivemos, no Brasil atual, é necessária a presença estratégica do Estado, programas de políticas públicas, uma política ativa de industrialização e desenvolvimento agrícola. O movimento da social-democracia tem amplas condições de capturar a hora e as necessidades para a formulação das políticas e programas que garantirão bem-estar e soberania ao povo brasileiro, nas novas condições provocadas pela globalização contemporânea. (CARTA DE PRINCÍPIOS, ANEXO DE FELICIANO, 2006, NÃO PAGINADO)

De fato, esta proximidade do MAST com o governo simbolizava esperança para muitos que compunham o movimento¹⁵⁷. Este conjunto de elementos, ou seja, esta trama complexa figurava para uma parcela da sociedade que o MAST seria então o movimento socioterritorial do - Diálogo Possível -. Parte deste ideário de - Diálogo Possível - do MAST estava alicerçada também no fato de, o movimento, ser institucionalizado, ou seja, ser um movimento formal, visto que neste período muitas das alegações e criminalizações auferidas contra o MST deviam-se ao fato de não se enquadrarem nos ditames legais¹⁵⁸. Enfim, além das disposições apresentadas, o MAST apresenta-se como um movimento institucionalizado e regido por uma carta de princípios e Estatuto Social. Esta estrutura implica em compromissos institucionais que o limitava no sentido combativo e, portanto, levava à realização de uma luta pela terra diferenciada. Assim, sua estrutura formal e institucionalizada também compreendeu o conjunto de elementos e argumentos elencados e utilizados para atacar ao MST e criar uma clara oposição.

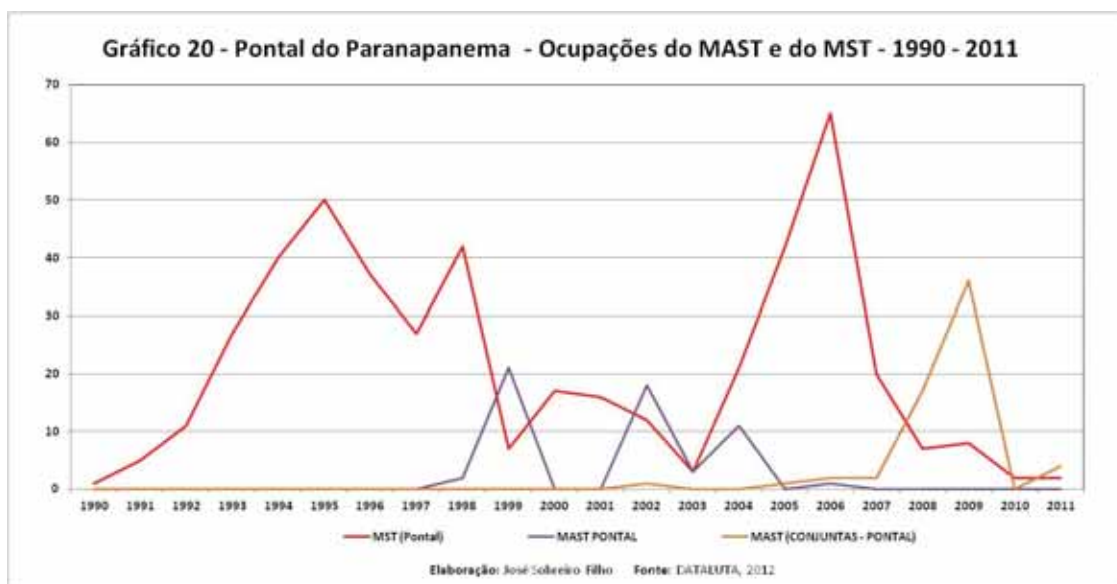
Neste sentido, conforme aponta Sobreiro Filho (2011, p. 2010), a essência da estrutura político-ideológica do MAST foi criada em desacordo com os princípios e objetivos do MST, ou seja, os elementos básicos que caracteriza um movimento de luta sem terra tais como a luta pela terra, a realização de marchas e ocupações, etc., foram mantidas, mas o caráter combativo, a proposta e o discurso revolucionário foram substituídos por ideais liberais e reformistas. Assim, no período de surgimento do MAST, enquanto o MST se demonstrava como um movimento que visava a realização da reforma agrária e, como parte de um projeto político maior, a superação do sistema através da revolução socialista o MAST foi criado como um movimento pacífico e, visto às suas vinculações político-ideológicas e econômica, domesticado. Ou seja, de

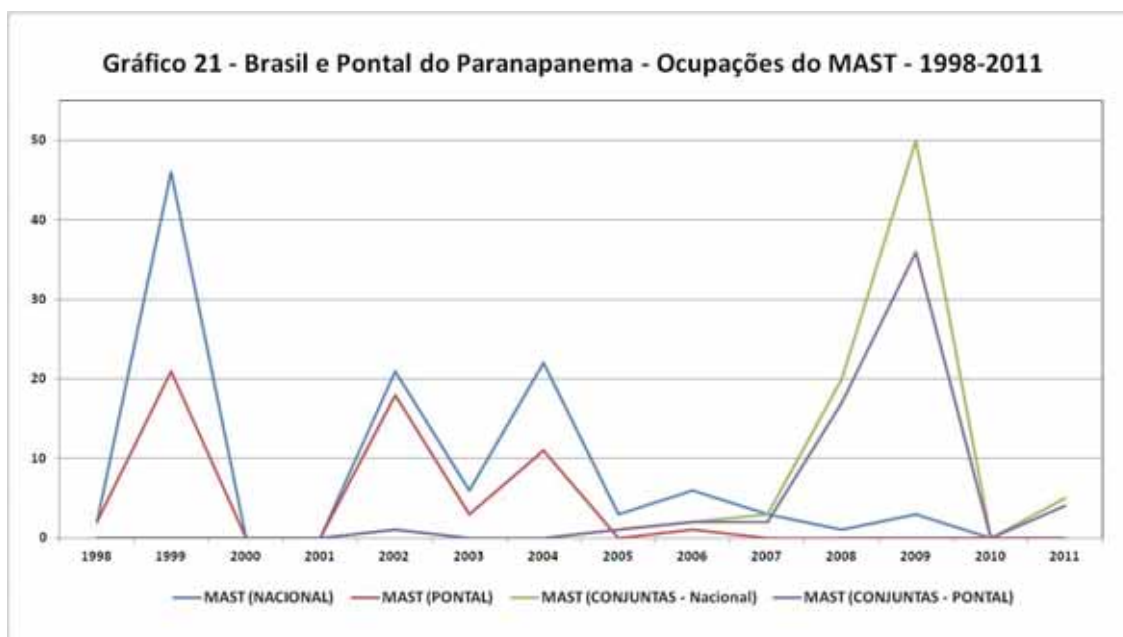
¹⁵⁷ Muitos pessoas se atraíam pelo movimento pelo mesmo motivo.

¹⁵⁸ Fato que obviamente, comprometeria parte significativa da sua luta visto as limitações da lei, etc.

fato, o MAST emergiu revelando divergências nos métodos, práticas e modos de se conduzir a luta.

Suas práticas se diferenciaram significativamente das até então apresentadas pelo movimento com maior incidência de ocupações de terras (MST). Neste contexto, o Pontal do Paranapanema foi a região que concentrou as maiores somas de atuações de ambos os movimentos e, portanto, fato que tornou-a elucidativa para identificarmos e compreendermos a diversidade político-ideológica dos movimentos e as diferentes formas de interpretação do conflito e de se realizar e conduzir a luta pela terra. Na região do Pontal do Paranapanema o movimento atuou significativamente e em alguns momentos logrou destaque com números de ocupações de terras superiores aos do MST, que até então realizava a maior quantidades de ocupações de terras em todo o país, ou seja, a criação do MAST conseguiu alcançar altas somas (gráfico 20) e representatividade no dito "coração da reforma agrária" (gráfico 21) e, consequentemente, alavancar e disseminar o ideário de uma outra possibilidade de se fazer a luta e o projeto político "social-democracia" da SDS do governo FHC. Quanto à estrutura do MAST na região do Pontal do Paranapanema discorreremos mais adiante.





O MAST no Pontal do Paranapanema

No bojo do processo de criação do MAST, o Pontal do Paranapanema tivera significativa participação. De meados de 1998 até a metade da primeira década do século XXI, a região foi conhecida como o "coração da reforma agrária" e o MAST, assim como o MST, foi um dos principais movimentos responsáveis pela grande quantidade de ocupações de terras na região. Em sua origem e fundação diversos foram os fatores e elementos que caracterizam o MAST como um movimento distinto dos até então existentes no contexto de seu surgimento. Além destes fatores e elementos em escala geral apresentados anteriormente, no Pontal do Paranapanema, tivemos sujeitos que integraram o movimento e contribuíram para o seu processo de auto-definição e posicionamento político-ideológico.

Ademais de Enilson Simões Moura, o Alemão, outros personagens também protagonizaram a história de atuação do movimento. Dentre eles, na região do Pontal do Paranapanema, destacam-se: Lino de Macedo como coordenador/presidente¹⁵⁹

¹⁵⁹ Os cargos não parecem ser bem definidos, pois hora as lideranças se apresentam como coordenadores e hora como presidentes.

nacional¹⁶⁰; Moisés vice-presidente; e Milton David da Silva como coordenador/presidente estadual do MAST em São Paulo. De certo modo, o MAST tivera uma dinâmica ainda mais diferenciada que os demais movimentos, sobretudo, em seu processo de luta. Apesar da unicidade do movimento e da bandeira em comum o MAST, assim como outros movimentos, não tivera consenso político e muito menos apresentava-se como um movimento politicamente homogêneo. Sua fundação Nacional ocorreu no dia de 19 de março de 1998 no município de Rosana. Em seu processo de criação a região do Pontal do Paranapanema tem grande destaque por ter sido o marco de fundação e o principal palco ações do que viria a ser considerado um movimento de atuação em escala nacional. Sobre a reunião Feliciano destaca:

Na reunião do dia 19 de março estavam presentes acampados, lideranças de alguns dos movimentos citados anteriores, o presidente da SDS (O Alemão), o advogado da SDS (Ednaldo), políticos da região e a imprensa. Foi presidido por representantes da SDS, principalmente o advogado e o presidente. A reunião iniciou-se com a leitura da carta de princípios do MAST, elaborada pela diretoria da Social Democracia Sindical. (FELICIANO, 1999, P. 109)

Além da apresentação da carta de princípios anteriormente discutida também foram apresentados as principais propostas do MAST, conforme apresentamos no quadro 17:

¹⁶⁰ Em algumas notícias de jornais era tratado tanto como presidente quanto como coordenador nacional.

Quadro 17 - Pontos da carta de princípios destacados na reunião de fundação do MAST

- a integração da política de reforma agrária com uma política de desenvolvimento rural;
- assistência técnica condizente;
- fomento ao cooperativismo, para viabilizar a produção familiar em um mercado intensamente competitivo. A cooperação serve de vetor para a incorporação de tecnologias de captação de crédito e de comercialização de produtos, através de organizações como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as Organizações Estaduais de Cooperativas (OECs);
- o fomento ao sindicalismo rural;
- definir papéis institucionais para o planejamento e implementação de projetos de habitação, saneamento, eletrificação e transporte para os assentamentos rurais;
- uma emancipação criteriosa dos assentamentos de reforma agrária;
- planejamento da reforma agrária, onde os assentamentos devem ser considerados como unidades de produção, voltados para o mercado, integrados à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

Fonte: Feliciano, 1999, p. 110.

Destaca também o Feliciano tanto como ocorreu a discussão e aprovação dos princípios, propostas e bandeira do movimento quanto também a falta de identidade dos integrantes com o movimento:

Lidos os princípios e propostas do movimento, a mesa que estava presidindo a reunião colocou os textos, o nome do movimento e seu símbolo em discussão e em votação. Como não houve nenhuma intervenção, nasceu então o MAST - Movimento dos Agricultores Sem-Terra, que muitas vezes é confundido com o MASTER pelos próprios trabalhadores que fazem parte dele, revelando a falta total de identidade com o movimento. (FELICIANO, 1999, P. 110)

A literatura e as entrevistas de Feliciano destacam a falta de interesse na discussão da carta. Tamanha foi, que a mesa colocou-a mais de uma vez em discussão e votação, visto a falta de participação das pessoas presentes na reunião. Visto que o MAST foi constituído pela junção de vários movimentos, sobretudo, dissidentes do

MST uma parte da reunião foi dedicada para o compartilhamento dos relatos sobre posicionamentos, problemas e desavenças com o MST e ITESP (FELICIANO, 1999, p. 111). Vários pontos foram colocados, sobretudo, em relação ao MST referenciando e relacionando-o com práticas criminosas e desaprovando suas práticas de luta pela terra e projeto político. Destaca, o autor, que no momento de criação do MAST algumas confusões, o conflito/oposição ao MST e a concordância com o pensamento do Governo vigente no período e com os latifundiários expressaram sua real postura e vinculação político-ideológica do movimento:

Prosseguindo essa reunião, cada movimento começou a relatar sua posição, problemas e principalmente as desavenças com o MST e o ITESP. Muitos relatos foram direcionados no sentido de não concordarem com as posturas violentas do MST, que invadia a propriedade dos outros, derrubando cercas e matando gado. Essas pessoas estavam conscientes ou não, usando dos mesmos argumentos e artifícios dos fazendeiros e do próprio governo quando questionados sobre a conduta do MST, mas englobando todos os sem-terras. Ou seja, estão assumindo uma posição que é contrária a eles mesmos. É o uso intencional das ideias de muitos desses trabalhadores que não concordavam com o MST, para acabar desmoralizando-o na tentativa de abafar e novamente tirar de cena a questão da reforma agrária no Brasil. (FELICIANO, 1999. p. 111)

Outro questionamento importante destacado por Feliciano (1999) e que oferece elementos e argumentos para repensar a real finalidade do movimento e o cumprimento de seu "projeto político", além de muitas contradições, é o caráter democrático-participativo no processo de criação do movimento:

Qual é a lógica da formação de um movimento que em apenas um pequeno grupo de pessoas – com envolvimento duvidoso – define os princípios e propostas de um movimento social? Por que a ampla maioria não participou das discussões sobre as propostas, sobre o que deseja, como realizar e quais as diretrizes políticas, sendo que eles deveriam ser os maiores interessados? (FELICIANO, 1999. p. 112)

Mais adiante, conforme aponta Feliciano (1999), foi realizada a leitura e aprovação do Estatuto do movimento. Neste ponto, o autor ressalta a contradição criada pelo regimento do movimento regrado pelo estatuto social e a essência de um movimento social:

Dando andamento à reunião, aconteceu a leitura e aprovação do Estatuto do MAST. O estatuto tira totalmente o caráter essencial de um movimento social, fixando leis, regras e comportamentos. O próprio conceito de movimento traz intrinsecamente, a dinamicidade, a ação, a liberdade de agir

em todas as direções, etc. Fechar os caminhos e impor certos direcionamentos é a pura contradição de um movimento social. Estamos diante de um movimento social com estrutura de uma associação ou clube ou de serviços. (FELICIANO, 1999, p. 112)

A crítica realizada por Feliciano vai ao encontro com o posicionamento anteriormente apresentado referente ao processo de institucionalização. No entanto, não para por aí. Além da institucionalização coletiva do individualismo, conforme apresentamos anteriormente, temos, no caso do MAST, o tratamento coletivo dessas individualidades também em forma de movimento socioterritorial. Obviamente que este processo não se reduz somente à imposição do individualismo em detrimento da concepção camponês, pois também salta-nos aos olhos a estrutura criada pela Social Democracia Sindical para impor a institucionalização dos movimentos socioterritoriais e, conseqüentemente, às ações atreladas às instituições, fato que permite ao Estado avançar significativamente no processo de judicialização/criminalização dos movimentos socioterritoriais e seus integrantes. De fato, esse processo reflete nitidamente as expressões materiais e sociais dos mecanismos de institucionalização dos movimentos socioterritoriais visto a proximidade da estrutura organizativa a uma estrutura formal, tais como de associações, empresas, cooperativas, clubes, etc. Ou seja, o caráter institucional se destaca como o diferencial e o Estatuto Social se torna nada mais do que mais uma expressão da vinculação político-ideológica do movimento.

Também, fica evidente que, considerando a estrutura político-ideológica e organizativa-institucional do movimento, o processo encontra-se apinhado de contradições e destoa da concepção, historicamente construída, de movimentos socioterritoriais. Pois, além de a estrutura criada corroborar a institucionalização, conseqüentemente, ataca a liberdade dos movimentos amarrando-os à leis que, por sua vez, podem ser contraditórias e insuficientes perante as demandas sociais ou não. No entanto, a estrutura do MAST nos remete a um plano de questionamento sobre sua definição. Seria o MAST um movimento socioterritorial? Seria uma associação? Uma instituição? Seria os dois ou um negaria o outro? Quanto a estes questionamentos trataremos no quinto capítulo ao discutir a tipologia de movimentos socioterritoriais.

Além dos aspectos político-ideológicos e estruturais, o estatuto social do MAST evidencia também a hierarquia, participação e perfil dos sócios por meio de categorias pré-definidas, conforme apresenta o artigo 5º:

ARTIGO 5º - O MAST compor-se-á de sócios das seguintes categorias:

- (a) sócios fundadores;
- (b) sócios efetivos;
- (c) sócios beneméritos; e
- (d) sócios contribuintes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os sócios fundadores são os signatários dos atos constitutivos do MAST e responsáveis pelo cumprimento de suas finalidades, através dos órgãos próprios previstos nestes estatutos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os sócios efetivos são aqueles escolhidos pelo Conselho Deliberativo para substituir sócios fundadores que por qualquer motivo deixem de participar do MAST, e assumirão os respectivos assentos naquele Conselho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - São sócios beneméritos aqueles que assim forem reconhecidos pelo Conselho Deliberativo em virtude de serviços relevantes prestados ao MAST.

PARÁGRAFO QUARTO - São sócios contribuintes as pessoas físicas e/ou jurídicas que, por se utilizarem dos serviços do MAST, contribuirão mensalmente com a taxa de manutenção que for estabelecida pelo Conselho Deliberativo. (MAST, 1998, ESTATUTO SOCIAL, p. 5)

A atuação e participação dos integrantes do movimento realiza-se em diferentes órgãos sociais, sendo eles: Assembleia Geral; Conselho Deliberativo; e Diretoria Executiva. Dentre eles há uma hierarquia e dependência, sendo que: a Assembleia Geral, que só pode ser convocada pelo Conselho Deliberativo, é constituída por todos os sócios do MAST e é tida como o órgão supremo para a tomada de todas as decisões; o Conselho Deliberativo é composto por todo os presidentes da diretoria executiva¹⁶¹ e por mais seis sócios eleitos em assembleia geral para mandato de cinco anos com direito a reeleição e sua reunião é convocada pelo presidente ou pelo presidente da diretoria executiva; e a Diretoria Executiva é nomeada e destituída pelo Conselho Deliberativo, sendo que deve ser composta por um presidente, vice-presidente e um tesoureiro sem mandato fixo. Quanto à composição do movimento em nível nacional, Feliciano apresenta:

O passo seguinte da reunião foi a nomeação do conselho deliberativo e da diretoria executiva do MAST. Num processo rapidíssimo de no máximo 10 minutos, um grupo de pessoas que estava presente ficou responsável por indicar os nomes que comporiam a diretoria e o conselho.

¹⁶¹ De acordo com o Estatuto Social, os presidentes da diretoria executiva tem assento vitalício.

Não é de estranhar que todos os eleitos: o presidente (Sr. Lino), o vice-presidente (Sr. Moisés) e o tesoureiro (Sr. Cícero) fazem parte também da diretoria da Social Democracia Sindical. (FELICIANO, 1999, p. 113)

Além de sua estrutura organizacional-institucional, o MAST também apresentava-se composto e organizado em instâncias. Até o presente momento apresentamos a estrutura geral do MAST, entretanto, além desta instância nacional, houvera também a instância estadual, sendo que ambas foram criadas no Pontal do Paranapanema. Sobre o processo de criação do MAST no Estado e na região aponta a liderança Estadual do MAST Milton David da Silva¹⁶² em entrevista¹⁶³ destacando parcela dos objetivos da criação do movimento, o financiamento e apoio do governo FHC:

Aí criou-se na época que a SDS (Social Democracia Sindical), que estava naquele auge ajudando o Fernando Henrique (presidente) e São Paulo e a SDS dava pulso na região. Se agarramos na SDS (Central Sindical) Aí vieram para o Pontal e criaram o MAST do lado do Fernando Henrique contra o Zé rainha do PT com ao contrário do Lula.

Aí brigamos a segunda campanha dele para a reeleição, vencemos e aí ficamos quatro anos no poder e a SDS bancando a gente de Viagem para São Paulo, Brasília. Fazendo a brigada pelo movimento sem-terra. Assentamos a Santa Rita pelo MAST, Santa Angelina, Vista Alegre e Malu e a São Francisco e outras fazendas Porto Maria na outra região de Baixo. E aí a gente criou o MAST, para poder fazer essa brigada (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008)

Destaca-se o fato de o MAST ter sido criado para se opor ao "Zé Rainha do PT"¹⁶⁴. Nesse sentido, a o entrevistado evidencia que o MAST tivera claramente o MST como referência na formação de sua luta e, ainda hoje, mesmo dividido ainda o toma como padrão. O entrevistado destaca também a caída do movimento e deixa transparecer o constrangimento do tímido avanço tímido realizado durante o período de maior atuação do movimento:

Então é muita coisa que a gente viu, criamos o MAST e vendo que o MST tava fazendo errado, que agente também não teve aquele avanço total, na hora que tinha a época do avanço, não avançamos, nos seguramos, aí quando

¹⁶² Milton fora o fundador do MNF - Movimento Nacional e Federal que tivera como único resultado o assentamento Santa Rita.

¹⁶³ A entrevista utilizada fora realizada com a liderança Milton David da Silva em dezembro de 2008 no município de Presidente Epitácio por Elenira de Jesus Souza, José Sobreiro Filho, Nallígia Tavares de Oliveira e sob orientação do Prof. Dr. Clifford Andrew Welch.

¹⁶⁴ Repetidamente, o entrevistado, faz menção não ao MST, mas à figura de José Rainha Junior, visto que fora a figura de maior destaque no auge da luta pela terra promovida pelo MST no país.

a SDS caiu, caímos junto, então ficamos na estaca zero , agora hoje é zero mesmo tanto como pro MST tanto pro MAST , qualquer movimento hoje no pontal em matéria de povo dizendo vamos pegar mesmo. (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008 - GRIFO NOSSO)

Em seguida, quando questionado sobre sua participação no MST ao lado de Rainha afirma:

Não, eu acho assim, eu nunca discuti assim com o Rainha e o MST, eu achei assim, saí mais porque achava muito radical, aí então queria criar um movimento que desse mais liberdade para o acampado, como nosso movimento hoje, o cara trabalha na cidade e é acampado. Ele vai lá fim de semana, e no tempo do Zé Rainha, não podia tinha que ser acampado e aí não tinha a liberdade que tem no nosso movimento hoje. Nossa carteirinha vaga pelo mundo inteiro e o povo tem a carteirinha e é acampado. Então nós temos duas classificações no acampamento: o acampado morador e o acampado que frequenta, e o andorinha que só aparece na carteirinha. aí a gente criou um critério de pontuação do acampado que morador diferenciado, do acampado que só visita nos finais de semana (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008 - GRIFO NOSSO).

Visto o posicionamento e a estrutura do MAST podemos afirmar que apesar do surgimento de vários movimentos na região do Pontal do Paranapanema o MAST não se reduziu à condição de ser somente mais uma nova bandeira ou à situação de mais um movimento dissindido do MST. O MAST trouxe novos elementos para a luta pela terra da região. Destaca-se em sua formação o fato de que o MAST foi criado, sobretudo, com a finalidade de realizar a luta pela terra de modo pacífico. A ideia da pacificidade adotada pelo MAST foi utilizada com a finalidade de fazer frente ao MST na região, visto que predominantemente os aparelhos midiáticos veiculavam informações pejorativas noticiando as ações do MST como violentas, agressivas, conflituosas, etc., Assim, o caráter pacifista adotado era elemento estruturante para distinguir as ações do MAST das ações do MST. Tal estratégia foi adotada no sentido de que o MAST ganhasse apoio e respaldo da população enquanto que ao mesmo tempo arrolava conotação negativa ao MST. Apesar das expectativas e do forte lobby do governo federal durante o período do FHC seus ensejos e planos não saíram da realidade. Assim o MAST, mesmo com o diferencial proporcionado pelo apoio da população e do governo, ainda assim, enfrentou muitos problemas e sofreu com cisões e discordância internas.

Neste sentido, além do processo de formação do MAST e da cisão de Milton com o MST, ocorreu também um outro processo relevante referente ao MAST que mudou os rumos da luta e organização do movimento. Apesar de sabermos que o MAST tinha sua estrutura baseada em duas instâncias ambas não se comunicavam ou mantinham relações de proximidade, dependência e diálogo, ou seja, constituíam-se como instâncias diferentes que surgiram praticamente como dois movimentos independentes. Em entrevista identificamos que a instância estadual do MAST está sob a presidência da liderança Milton David da Silva. Contudo, destaca-se o fato de que também houvera desacordo entre as instâncias do MAST, fato que acarretou tanto no registro de um MAST em escala nacional, anteriormente apresentado, quanto de um MAST em nível estadual. Entretanto, muita coisa mudou com o final da SDS conforme aponta o entrevistado:

...quando se acabou a SDS, se acabamos junto também , cada Estado tomou o seu rumo e tirou suas lideranças, então nós nunca mais fizemos um encontro da região. Aí eu peguei e registrei o MAST estadual como o Presidente estadual do MAST, como eu era liderança nacional, do MAST em nível nacional. (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008).

Sobre a atuação do MAST, o destaque de Milton liderando o movimento em escala Estadual e a desvinculação com o MAST Nacional liderado por Lino Macedo esclarece Milton:

Por isso nós deixamos o MAST ao nível estadual em nível nacional, porque nós discutimos com o Lino de Macedo, que ele era do nacional. Pelo desprezo dele nos acampamentos. Teve uma vez que ele ficou um ano sem ir num acampamento, ele era nossa liderança , aí as coordenação resolveram: Milton você é o que mais trabalha, vamos encurtar o nosso MAST para poder se nós avança, vamos trabalhar só no estado e esquece o nacional. Aí formamos toda a conjuntura do MAST estadual, eu sou o presidente, Conrado é o vice, e temos todos os membros hoje. (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008 - GRIFO NOSSO).

Deste modo foi criado o MAST Estadual. De certo modo sua estrutura diferenciava-se da de Lino Macedo por não se subordinar ao MAST Nacional, ou seja, tinha uma estrutura independente e foi registrado por Milton David da Silva. No entanto, apesar de carregar a definição de MAST Estadual o movimento foi pensado com a finalidade de trabalhar em escala nacional:

Então a gente hoje , eu tô no MAST, como Presidente do MAST estadual, com registro e tudo , e tô liderando o Movimento MTST, que está em nível nacional, nós temos acampamento no Mato Grosso e temos outra cidade fora dos outros estado mas a gente não tem muito ... ainda estamos criando esse movimento para poder, dentro do Incra já somos reconhecidos como MTST, com cesta básica, então a gente já está saindo um pouco do MAST e entrando no MTST , porque o MAST ele ficou meio perdido, a liderança nossa quando se desfez a SDS, aí nós perdemos apoio totalmente de algumas ONGs de fora.

Cliff: Não tem mais relação com a SDS?

Milton: não , não temos mais com ninguém , nem com a CBTE, nem CGT, com ninguém. Nós somos um movimento que enfrenta por aqui . Viagem é por conta nossa mesma , não temos mais nada que apoia a gente , então agente faz seminário e estamos lutando . no Pontal nós estamos hoje em 11 cidades como MAST né? Nós temos 1.384 famílias acampadas . (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008 - GRIFO NOSSO).

Em síntese, fruto desta discordância foram criados dois movimentos com a mesma matriz política-ideológica, sendo então o MAST Nacional, liderado por Lino Macedo e o MAST Estadual, liderado por Milton David da Silva. Não obstante, a história do MAST Estadual não se encerrou com a queda da SDS e a desvinculação do MAST Nacional liderado por Lino Macedo. Visto o refluxo ocorrido, aos poucos, o movimento foi tomando novas feições e a liderança, Milton, adotando novas estratégias. Neste contexto emerge a criação do MTST como uma nova estratégia de Milton para conseguir algumas demandas e ampliar o leque de possibilidades e benefícios para os acampados e assentados, conforme apresentaremos adiante.

Quanto às atuações do MAST, em geral o movimento realizou ocupações de terra tanto individualmente quanto conjuntamente. Como forma de melhor demonstrar seus vínculos, datas, localização e intensidade das atuações elaboramos as figuras 22, 23, 24 e 25¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Representamos somente os anos em que foram realizadas ocupações de terras.

Figura 22 - Pontal do Paranapanema - Ocupações conjuntas do MAST - 1990 - 2011

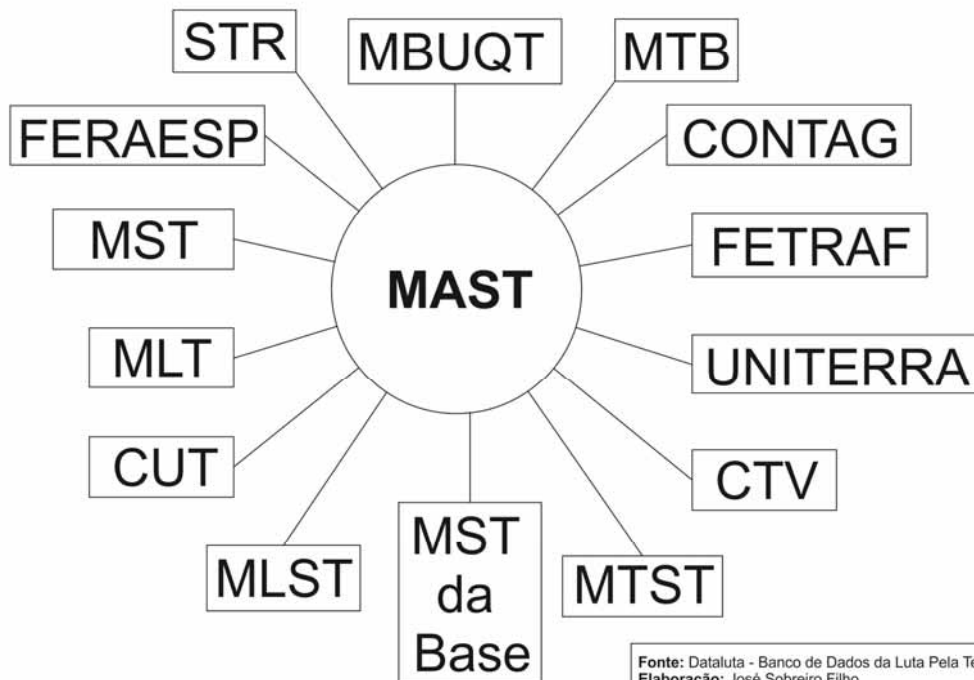
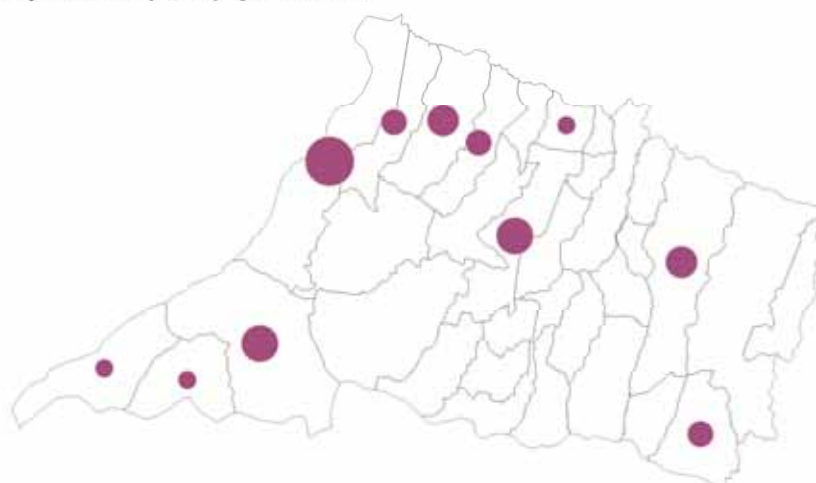


Figura 23 - Pontal do Paranapenama - MAST - 1998 - 2009
Ocupações de terras

Ocupações realizadas somente pelo MAST



Ocupações conjuntas com participação do MAST



Legenda

Número de ocupações



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra

Cartografia: José Sobreiro Filho

Software de Cartomática: Philcarto

Edição Gráfica: Corel Draw X4

Base cartográfica: Eduardo Paulon Girardi

Apoio: FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

Realização: Presidente Prudente, 16 de novembro de 2012.

Figura 24 - Pontal do Paranapanema - Ocupações realizadas Pelo MAST - Movimento de Agricultores Sem Terra - 1998-2002

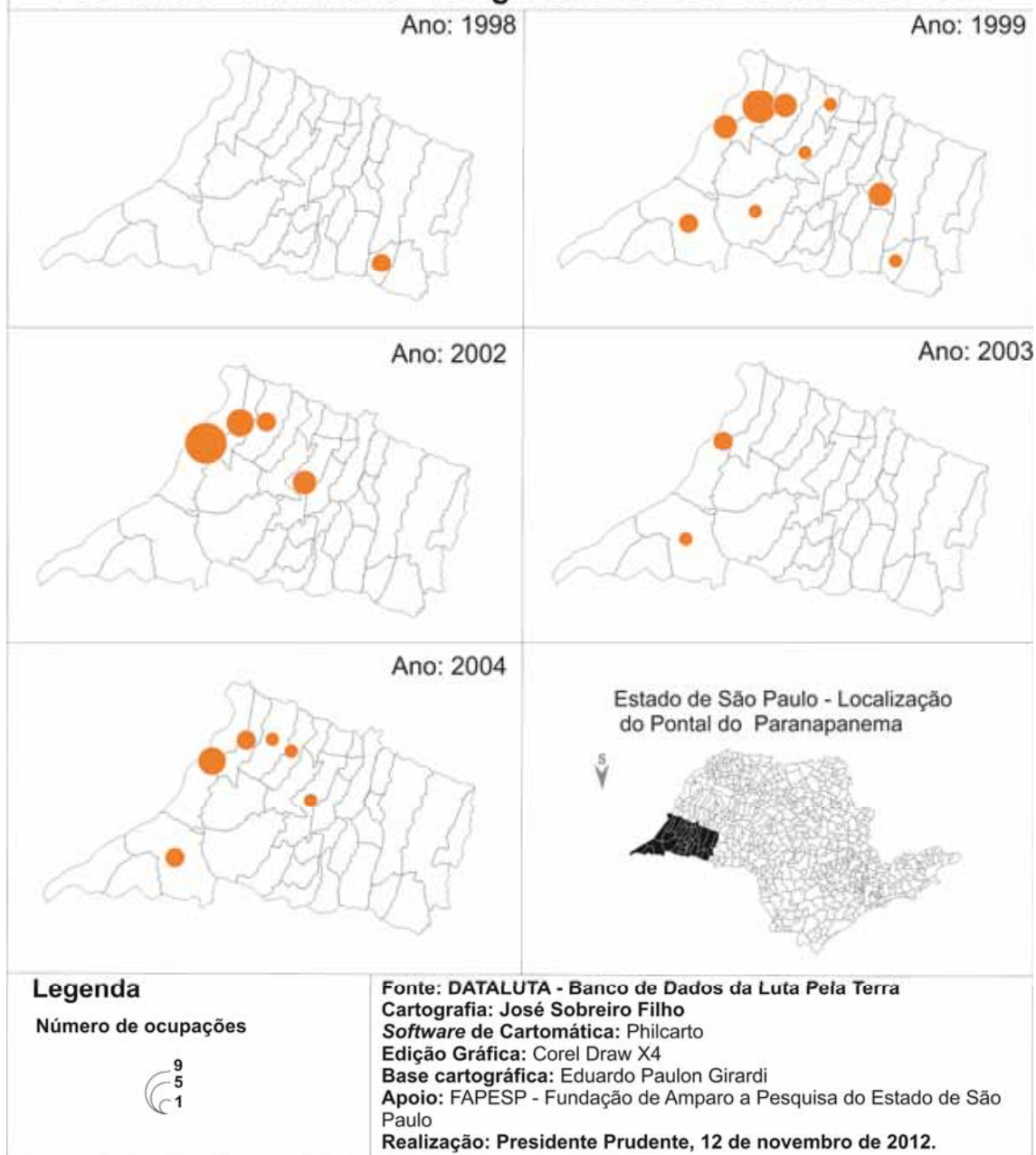
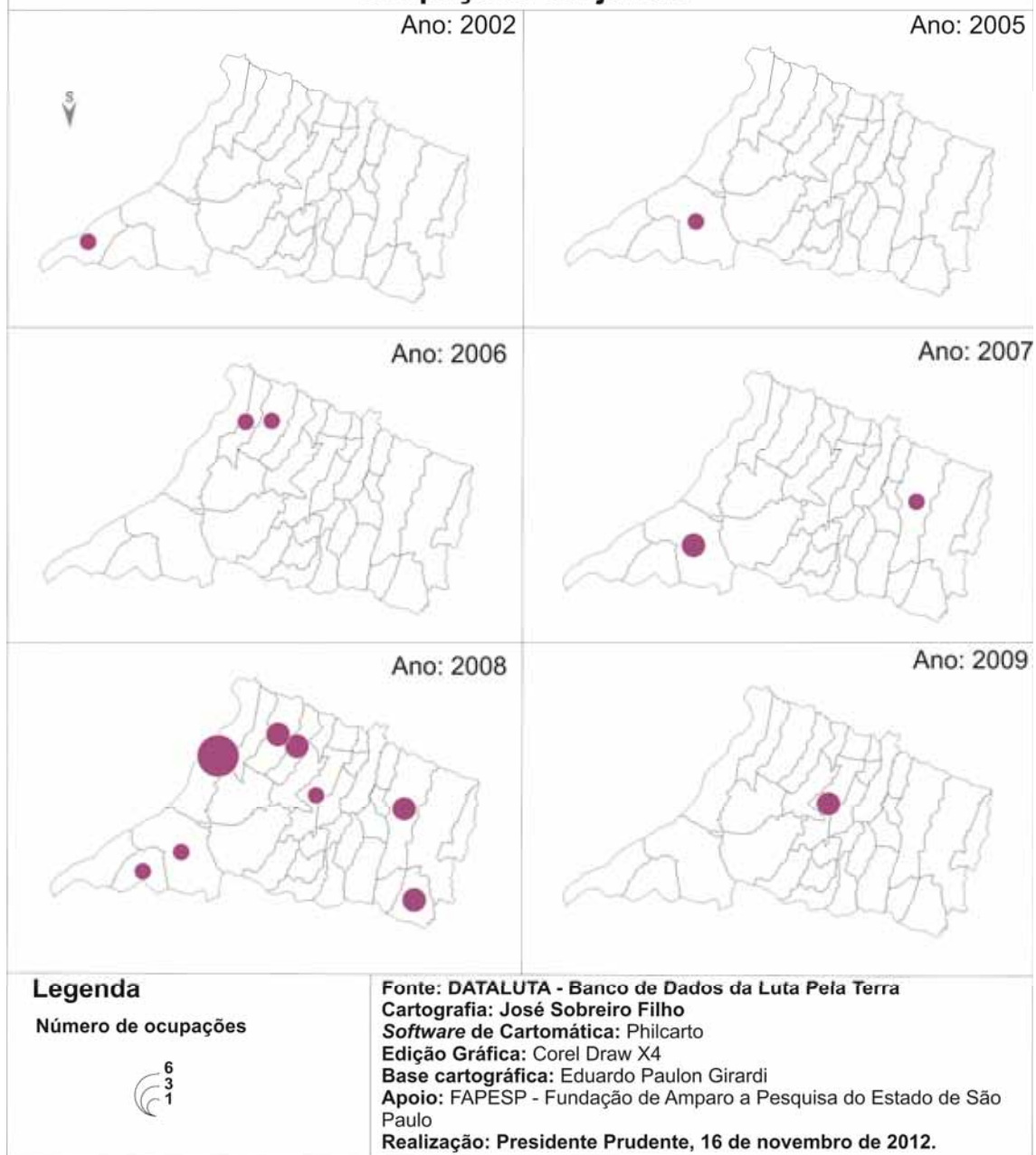


Figura 25 - Pontal do Paranapenama - MAST - 2002 - 2009
Ocupações conjuntas



MAST: Um movimento diferente do MST

Apontamos aqui alguns elementos que contribuem um pouco para aprendermos a diferenciar e melhor compreender as práticas do MAST. Desde a criação do MAST destaca-se o fato de que o MST tem papel central na definição tanto das concepções político-ideológicas quanto das práticas do próprio movimento. Lima (2006) realizou um trabalho sobre dissidências com informações muito importantes e ricas que nos possibilitou ter reflexões sobre outro movimento das dissidências e, portanto, avançar significativamente na compreensão das dissidências seus motivos, origens e principais sujeitos envolvidos. No entanto, denota-se, em alguns momentos, o olhar tendencioso e de vanguarda que faz juízo do MAST tendo como olhos o MST:

Estes processos de dominação política e controle social ficam evidentes nas constantes ações políticas do MAST em todo seu conjunto, agregados e dissociados. É nessa direção que verticalizamos nossas críticas frente à estrutura organizativa desse movimento. Apesar de suas ações e formas de luta serem de cunho superficial e seus objetivos e propostas serem fundamentados em programas de políticas do Governo Federal, seu Estatuto Social prescreve que este é sim um movimento de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Por outro lado, está presente no discurso da liderança, e de todos os trabalhadores sem-terra, a luta pela Reforma Agrária. (LIMA, 2006, p. 63)

Na realidade o MAST e o MST são movimentos distintos e com estruturas diametralmente opostas. Do ponto de vista político, estrutural e organizativo poucas são semelhanças. No entanto, a adjetivação prostra-se inadequada e errônea visto os objetivos e estrutura do movimento. A sua vinculação político-ideológica e raízes partidárias não o comprometem ou classificam como um movimento de ações superficiais mas como um movimento que luta por uma reforma agrária que demanda mudanças mais próximas de serem alcançadas e endossa as políticas governamentais, desejando apenas ser ainda mais participativo. As contradições destacadas fazem parte do distanciamento que o movimento tem da consciência de classe com a aproximação com o Estado, de modo que as contradições são premeditadas, aceitas e reconhecidas como parte do movimento. Da mesma maneira o MAST pode ser caracterizado como um movimento cujos objetivos de mudanças estão mais próximos da realidade neoliberal e dos interesses do governo.

É sabido que o MAST apesar de referenciar a luta reformista pelo socialismo em sua carta de princípios o MAST também visava a integração ao mercado e tinha não só a sua origem político-ideológica como também subsídios de um governo de centro-direita que favorecia a agenda neoliberal no país. No entanto, o caráter ou mesmo a ideia revolucionária é tão efêmera que mal as lideranças se recordam deste projeto e os demais integrantes sequer ou pouco conhecem dos objetivos do movimento e tem ciência da carta de princípios. De fato, o MAST não tem uma luta emancipatória. Em muitos casos, para os integrantes e algumas lideranças, o MAST é visto somente como um movimento que faria uma luta diferente da luta realizada pelo MST, ou seja, de fato sua identidade é referenciada "no outro" e não em suas próprias diretrizes. O que se manteve de sua estrutura durante algum tempo foi somente os financiamentos da SDS e a forte oposição ao MST.

Lima aponta aspectos referentes à própria lógica organizacional do movimento, cujas ações não objetivam emancipação:

A forma de organização sócio-política espacial, através de ocupação de terra não dá ao MAST uma unidade emancipatória de gestão própria nos processos de ocupação. Essa questão é pensada pela SDS/PSDB e o mesmo ocorre com os movimentos agregados ao MAST. Neste Sentido, seus acampamentos se tornam isolados em áreas restritas que não chamam a atenção das entidades que podem viabilizar os processo de Reforma Agrária (LIMA, 2006, p. 63)

Neste mesmo sentido, em uma entrevista realizada por Feliciano (1999), fica ainda mais clara as práticas do MAST na luta pela terra e o modo como entendem a dinâmica da luta, além do descomprometimento com a questão agrária:

Nós somos contra destruir a propriedade. Somos contra quebrar a cerca, quebrar porteira, quebrar tudo. Nós trabalhamos com uma dignidade tão grande que nós vamos lá no fazendeiro e mandamos abrir a porteira. Nós não manda quebrar não, nós manda abrir a porteira. Porque quando nós vamos fazer as coisas, nós fazemos já com ordem lá de cima, já com segurança de quem mandou fazer. Chega lá no cidadão, geralmente na fazenda que nós ocupa há muitas pessoas ligadas à gente, conhecido da gente e diz: “Ó cidadão felizmente nós vamos fazer uma ocupação aqui para agilizar mais depressa prá você fazer logo o acordo com o Estado. Aí você já põe o dinheiro no bolso e compra terra no Mato Grosso”. Ta certo, o cara vai lá e abre o cadeado. Que eu saiba até hoje nos entramos pacificamente, democraticamente nas terras, não se houve destruição e todas essas áreas foram ressarcidas para o MAST. Algumas delas não foram assentadas, mas pelo menos tá lá no acampamento do MAST, nos aguarde para que o Estado pague a benfeitoria para que faça o assentamento. Então isso tá dando resultado. Outra coisa, o próprio fazendeiro nos apoia. Prá você ter ideia aqui

José Sobreiro Filho

no município de Euclides da Cunha fizemos umas três delas junto com o fazendeiro. Nos ocupamos e o fazendeiro vendo a gente fazer, manda abrir a porteira, manda levar água prá nós, bambu prô povo fazer barraco, todo o subsídio preciso, só faltou dá a lona, que isso aí também seria muita mamata. (vice presidente do MAST). (FELICIANO, 1999, p. 115)

Fazendo uma síntese que concatena coerentemente parte do posicionamento político, formação e o enfrentamento ao MST, Lima aponta sobre o MAST:

Sintetizamos que o MAST foi formado da articulação de ex-integrantes do MST, que por divergências político-ideológicas e posturas políticas diferenciadas formaram o movimento estruturado inicialmente no "princípio democrático da ocupação de terras", na tentativa de combater a postura do MST de ter como princípio fazer a Reforma Agrária a partir da ocupação. Nos depoimentos das lideranças que coordenaram o I Encontro em Rosana destacam as declarações de desavenças com o MST, no sentido de não concordarem com "as posturas violentas que este movimento adota na invasão na propriedade dos outros" (Liderança do MAST. **I Encontro do MAST em ROSANA/SP. [Mar. 1998]**). (LIMA, 2006, p. 66)

Outro elemento que marcou o MAST foi as diferenças e o rancor que existia com o MST, além de apontamentos de que o movimento beneficiava um corpo de lideranças e que os demais integrantes deveriam "fazer a vontade" e realizar as atividades que esse pequeno grupo determinava (LIMA, 2006). O autor aponta também que tais afirmações ficaram claras no I encontro do movimento em Rosana:

Eu quero dizer a vocês que nós somos dissidentes, levantamos a primeira bandeira de dissidentes do MST aqui na região. Através da imprensa disseram um monte de nós, até nos ameaçaram, fomos vítimas de diversas emboscadas justamente por isso. Mas nós vamos provar para eles que não éramos bandidos não. É justamente pelo fato de nós estarmos sendo dirigidos e coordenados por bandidos. E nós queríamos uma Reforma Agrária justa, uma Reforma Agrária transparente e não ser massa de manobra de ninguém, e não usufruir do direito de ninguém. (liderança do MAST. **I ENCONTRO DO MAST EM ROSANA/SP. [mar. 1998]**) (LIMA, 2006, p. 67)

No trabalho de Lima (2006) encontramos vários exemplos de acusações e da animosidade que havia por parte dos dissidentes em relação ao MST. A agressividade e criminalização do MST se destacavam tanto pelas repetidas acusações quanto pela intensidade delas. Também é destacava-se o fato de que o MAST tinha em muitos momentos de seu discurso a negação, agressão e as acusações em relação ao MST como um forte e importante elemento que o distinguiria do movimento, ou seja, o MAST tinha a sua identidade definida com base no outro. Esta situação refletia a ideia de criar

o diferente, mas tendo sempre o MST como ponto de referencia para a sua própria formação identitária.

Companheiros, eu e o companheiro Zoinho, nós somos fundadores de um grupo dissidente sem-terra, que decidimos deixar aquele movimento de corruptos que é o MST (*aplausos dos trabalhadores simpáticos a fundação do MAST*), por que nós estávamos sofrendo nas garras daqueles "gaviões", desde 1990 início de 91, aonde nós só perdemos e não ganhamos nada. (Liderança do MAST. **I ENCONTRO DO MAST EM ROSANA/SP.** [Mar. 1998]). (LIMA, 2006, p. 67)

Outra questão importante é que o MAST surgiu organizando algumas dissidências do MST. Lima (2006, p. 68) aponta que *"fazem parte do seu controle, todos os movimentos dissidentes do MST, ou seja, estas entidades fazem parte de uma só associação. O MAST é a unificação de todos os movimentos sociais e independentes e dissidentes do MST.* Em seguida o autor destaca uma fala muito importante e também contraditória em relação à unificação dos movimentos para a formação do MAST:

E nós fundamos nosso grupo, Esperança Viva, que hoje morre esse nome aqui no Pontal e que vai morrer também todos os nomes dos outros grupos, dos outros movimentos e que passa a ser agora o MAST... que nasce hoje dia 19 de Março de 1998, movimento com apoio da SDS. (Liderança do MAST. **I ENCONTRO DO MAST EM ROSANA/SP.** [Mar. 1998]) (LIMA, 2006, p. 68)

De fato, conforme os dados do Dataluta, observa-se que os movimentos que compuseram o MST continuaram, mesmo poucas, realizando algumas ocupações de terras e também registrando ocupações junto com esses mesmos movimentos, ou seja, os movimentos continuaram existindo juntamente com o MAST, fato que destaca a condição do MAST como um movimento que aglomerou vários movimentos dissidentes do MST e não que foi criado tendo como o marco o fim dos dissidentes para a então emersão dele. Esta condição de coexistência dos movimentos que compuseram o MAST com o mesmo está atrelada também à interesses por parte de lideranças conforme aponta a entrevista realizada por Lima:

é uma derivação do surgimento dos movimentos espontâneos, aqueles movimentos que não eram do MST. Eles surgiram espontaneamente em função de uma liderança ou outra, com caráter extremamente oportunistas e personalistas e começou a desenvolver a luta pela terra e ganhou adesão é claro. Possivelmente porque a demanda oferecida na questão da luta pela terra, despertou maior intensidade do que a capacidade do MST em organizar os trabalhadores e também por conta das novas lideranças que foram surgindo, dissidentes do MST. O Zoinho é um deles. Lá em baixo tem

um tal de seu Geraldo Oliveira, depois vem o Lilão, do outro lado, tem um tal de Cição, Ailton, etc. A maioria deles já passaram pelo MST aqui nos acampamentos do MST, senão todos eles, menos o seu Geraldo e o Riste, também líder do MAST. Pois bem, eles ganharam dimensão em função do primeiro que levantou a bandeira de dissidência. É preciso dizer que de fato eles ganharam uma dimensão mais abrangente por causa da necessidade que o Estado tinha de frear o MST e de colocar para a opinião pública de que o MST estava rachado e que o MST estava fracionado e que além do MST, tinham outros interlocutores. O MST não era exclusivo na questão da Reforma Agrária, nisso eles acertaram. (Liderança do MST. **COOCAMP**. [FV. 2001]). (LIMA, 2006, p. 69)

Em seguida o autor destaca outro trecho de uma entrevista que evidencia algumas das muitas estratégias de criação de movimentos sociais e reforça os apontamentos e acusação de serem grupos voltados ara interesses pessoais, dos Estado¹⁶⁶ e, assim, questionam também a sua condição de ser ou não um movimento socioterritorial:

É legítimo que se tenham mais movimentos sociais e que se faça luta pela terra. Nós achamos que isso é interessante, o que não é do entendimento do MST, é que esses grupos chegarão a se constituir como movimentos sociais, eles não chegaram a este ponto. Porque na verdade se tratou de uma farsa. por exemplo, o Zoinho que hoje está no (MAST), na verdade ele saiu de um grupo chamado "Grupo esperança viva", que foi uma tramóia que o Estado fez para colocar intercursos ou estratégias de arrecadação de terras, que era aquela questão dos 30% que o MST era contra. Mas como a intenção deles (*o ESTADO/ITESP*) era dividir internamente o MST, aproveitou do Zoinho que já tinha sérias divergências com o MST desde o tempo de acampamento. (Liderança do MST. **COOCAMP**. [Fev. 2001]). (LIMA, 2006, p. 69)

Mais a frente Lima aponta um trecho de uma entrevista com uma liderança do MST em que apontam algumas articulações de uma liderança específica do MAST com o ITESP:

Oportunista e personalista, e o ITESP se aproveitou disso e promoveu o Zoinho pra ser seu braço, ser essa extensão do ITESP junto às comunidades. Como é que o ITESP ia mobilizar gente para reivindicar o engrossamento do orçamento deles se o MST não topava a parada? (LIMA, 2006, p. 70)

No entanto, vista a trajetória política do MAST e, sobretudo, considerando as instituições que compuseram o seu quadro de formação, fundação e financiamento é inegável que o MAST tivera uma formação de movimento institucionalizado. No entanto, simultaneamente também se caracterizou como um movimento cujas ações e

¹⁶⁶ Lima cita uma entrevista em que evidencia claramente

decisões estiveram centralizadas nas mãos de algumas lideranças. Dentre elas merecem destaque o Alemão, Lino Macedo, Zoinho, Moura e Milton. De uma certa forma a maior parte das atividades estavam centralizadas nas mãos destes sujeitos. Ao mesmo tempo em que se dedicavam às atividades do MAST as lideranças também se destinavam parte dos seus trabalhos no cenário político. Além de demais movimentos que trabalhavam conjuntamente ao MAST e também sindicatos algumas lideranças estiveram participando ativamente em cargos da prefeitura. De um modo geral, houveram muitas críticas por parte dos demais movimentos e até mesmo integrantes quanto ao fato de as lideranças se aproveitarem do movimento como "trampolim" político. Lima aponta um crítica muito contundente à postura de algumas destas lideranças:

Outro elemento existente no MAST é o oportunismo que alguns dos seus membros têm para promoverem-se em postos políticos, principalmente como vereadores e outros cargos públicos de caráter administrativos. Estes militantes utilizam da estrutura e base do movimento com eleitorado garantido. (2006, p. 72)

Apesar das inúmeras acusações de interesses dos integrantes dos MST levantados por pelas principais lideranças do MAST durante o trabalho de Lima e as entrevistas realizadas com a mesma liderança, foi de fato, no transcorrer da história de luta apenas mais uma forma de atacar o MST. No entanto, são as ocupações de terras o maior diferencial entre o MST e o MAST. Visto a intensa realização de ocupações combativas realizadas pelo MST, o MAST toma-lhas como argumento para desmoraliza-lo atacando principalmente o descumprimento de leis e apresentando-lhas como atos de extrema violência. Lima (2006, p. 73) aponta que o MAST compreendia a ocupação de terras como um ato de violência e não como ato de luta política.

No entanto, é fundamental desatacar que o MAST objetivava a luta pela terra mas não tinha o latifúndio, a monocultura, o agronegócio, a propriedade privada e as terras devolutas como inimigos. Ou seja, nesse universo que não reconhecia e/ou não se interessava pela luta de classes¹⁶⁷, a ocupação, vista por eles como invasão, de terras era compreendida como uma agressão à propriedade privada e, portanto, sempre foi

¹⁶⁷ Lima (2006, p. 96) aponta uma entrevista muito interessante com uma liderança do MAST que afirma "O MST é um movimento bom, é um movimento que valeu a pena, quando eu estava lá, mas o duro é você ter que aguentar "guerra""

repudiada até mesmo porque eles defendiam e objetivavam a propriedade privada. As muitas e diferentes faces da concentração e exploração eram vistas sob um olhar que só reconhecia a sua condição diversa e não suas adversidades. Enfim, tais apontamentos reforçam questões anteriormente destacadas e também relevantes realizadas por Feliciano (2006), fato que nos leva a crer que o MAST foi uma organização institucionalizada que levantou bandeiras de luta e se auto-reconhecia como um movimento social, mas que jamais quisera realizar de fato mudanças literalmente transformadoras ou se portou como as demais experiências de movimentos socioespaciais e/ou socioterritoriais que o mundo pôde presenciar.

MAST: um movimento parado

Dentre as diversas dissensões ocorridas na região do Pontal do Paranapanema, o MAST foi, ao lado do MST da Base, a mais importante. O contexto político e histórico no qual o MAST foi fundado e a sua contribuição no sentido de apresentar um forma diferenciada de se realizar a luta pela terra e se declarar realizar uma luta diferente do MST atribuiu novos significados e também criou novos referenciais na luta pela terra da região. A ideia de pacifismo, tão declarada pelo movimento, na forma de se realizar a luta pela terra, a sua vinculação à social-democracia do PSDB e a sua estrutura organizacional institucionalizada foram os pontos mais marcantes e que, de fato, o diferenciou nitidamente do MST, que até então era a única e principal referência de movimento na região. No entanto, apesar das diferenças abismáticas e uma estrutura organizacional e vinculação política, inclusive com *lobby* governamental, tivera vida curta.

O MAST, de fato, surgira de uma estratégia do próprio governo PSDB que na década de 90 criou centrais sindicais e também o próprio MAST com a finalidade tanto de se opor, promover o isolamentos e a desmobilização quanto de reeleger Fernando Henrique Cardoso e o Mario Covas:

Quando nós passamo essa brigada toda, ai foi aquele tempo em que entrou o Fernando Henrique e o Mario Covas pra poder disputar a presidência. Lá atrás. Ai eu era do MST. Ai o pessoal do convênio convidou a gente pra

poder fazer uma brigada contra o MST. Lançar outro movimento, porque o MST era Lula. Ai veio os rapaz da SDS Central de São Paulo oferecendo apoio pra gente pra poder o movimento nosso também que eles criarem sustentar até o mandato do Fernando Henrique e a gente saiu do MST e foi pro MAST, que era o movimento na época Movimento dos Agricultores Sem Terra.

Esse aí era o Alemão? da SDS?

O Alemão da SDS.

Ele que criou também os sindicatos vinculados ao FHC.

Isso, isso. Ai o que que aconteceu? Saímos do MST. Fizemo um brigada e vencemo a eleição. Colocamo o Fernando Henrique e o Mário Covas. E ai foi onde foi a explosão de assentamento no Estado né. Nós foi mais beneficiado e o Zé Rainha também foi beneficiado. (Entrevista realizada com Milton David da Silva liderança do MTST e MAST no dia 24 de novembro de 2012)

A criação do MAST além das vantagens que tinha devido a proximidade com o presidente FHC e o governador também havia uma sustentação econômica significativa se comparada em relação ao MST que no período era nitidamente reprimido e não tinha orçamento governamental. De maneira clara, como aponta a liderança:

... a SDS, na época dela, bancava. Ai eu ganhava um salário mínimo pra poder trabalhar no movimento, com o Alemão. Os oito ano do Fernando Henrique nós ficamos bancado os oito ano.

O que tinha de melhor o MAST do MST?

Muita melhora. Nós nadava de braçada no que nós queria né. Nós queria ver o Presidente la em Brasília a SDS bancava trinta, quarenta ônibus pra nós ir pra la. Nós queria fazer um manifesto la em São Paulo, sessenta, setenta ônibus a SDS bancava. E bancado pelo próprio presidente. Só que nós não fazia nada fora da regra deles. Nós num vai fazer esbulho, nós num vai fazer isso. Era ocupação pacífica. Ta ocupando, ta reivindicando... reivindica e eu pago. Fernando Henrique falava assim. Pode reivindicar, se está certo eu pago. (Entrevista realizada com Milton David da Silva liderança do MTST e MAST no dia 24 de novembro de 2012)

No entanto, aos poucos, com o fim do governo PSDB e da SDS, o MAST foi abandonado e todas as benesses que o MAST tinha se acabaram:

A gente ficou com a SDS até o final quando o Fernando Henrique perdeu. Ai quando ele perdeu a SDS, dentro de um mês, se acabou. Ai que que nós fizemos? O movimento do MAST, Movimento dos agricultores Sem Terra já ficou na mão do Alemão, eles querendo fazer outros trabalho diferente. Querendo trabalhar mais com assentado e eu querendo fazer mais assentamento. Ai na época eu sai do MAST e criei o Nova Força que eu fiz o assentamento aqui o Santa Rita. Ai depois eu peguei uma carona com um movimento de São Paulo que é o MTST que lá é sem teto e aqui é sem terra. (Entrevista realizada com Milton David da Silva liderança do MTST e MAST no dia 24 de novembro de 2012)

O fim da sustentação do MAST pela SDS converteu-se no próprio abandono do movimento. De fato, com o abandono, ficou clara a estratégia perversa de integração que o PSDB tivera em relação ao MAST, mas sobretudo neste caso, ainda mais clara e encarniçada foi o planejamento perverso sob a espontaneidade, a miserabilidade e o desespero dos sujeitos que se encontravam às margens da sociedade e viam nos movimentos socioterritoriais do campo formas de se re-incluir, mesmo que precariamente, e se reproduzir socialmente com a reforma agrária.

Sob o olhar histórico, a fundação do MAST pela SDS do PSDB e posteriormente o seu abandono encena claramente a fábula do "lobo em pele de carneiro"¹⁶⁸, de modo de que é nítido o fato de que o governo PSDB jamais tivera preocupação com a luta do movimento e, portanto, tinha-o somente como mais um braço para o controle. Ou seja, no percurso do tempo histórico, o surgimento do MAST tornou-se apenas mais uma das claras experiências de cooptação, criação e controle de um movimento socioterritorial a serviço do governo, neste caso, sob a imagem da SDS e do PSDB. E, conseqüentemente, também de um movimento cuja a base político-ideológica estivera estruturada nas mesmas ideias que compõem o Paradigma do Capitalismo Agrário, sendo que as feições mais claras, além da despolitização e a ruptura da dimensão política e do caráter combativo/conflitivo, disso foi a institucionalização coletiva do individualismo tanto nas concepções que compreenderam as estratégias da luta pela terra quanto também na produção, comercialização e, portanto, na forma dos sujeitos que integraram a sua luta compreenderem, lutarem, se organizarem e interagirem com o mundo.

Assim, as expressões deste controle perpassavam a estrutura organizativa/institucional do movimento, a base política e financeira e chegava até às estratégias e formas de realizar a luta pela terra tal como na organização dos acampamentos e regar as ocupações de terras. O controle exercido pelas vias políticas sobre o MAST acorrentava-o pelos calcanhares ao governo e ao longo dos anos, sobretudo, depois da saída de FHC da presidência ficou claro que o movimento já não mais interessava para o partido assim como a SDS que também perdeu o brilho. Ou seja, o que de fato foi o processo de financiamento e trabalho aproximado do MAST

¹⁶⁸ A fábula está relacionada à passagem do Novo Testamento “*Cuidado com os falsos profetas, que vêm até vós vestidos como ovelhas, mas, interiormente, são lobos devoradores*”(Mateus 7:15-20)

com o PSDB pode ser transposto para um fenômeno que chamamos de planejamento de integração perversa e subordinada ou subordinação perversa e planejada¹⁶⁹.

Esta roda-viva envolta de elementos estratégicos e um conjuntos de interesses perversos figurou e engendrou nada menos do que um meio efetivo de minar não só alguns movimentos, a temática da luta pela terra e acirrar o conflito intraclasse não somente fazendo do Pontal do Paranapanema um ringue e colocando os próprios movimentos para se digladiarem, mas também sacando-lhes a concepção de classe que alguns deles vieram a ter algum dia. Assim, aquilo que parecia ser somente uma divergência tomou proporções que ainda figuram hoje em um grande atraso do ponto de vista de conquistas e de quebra da uma unidade constante que poderia ou deveria existir entre os movimentos socioterritoriais do campo no Pontal do Paranapanema se eles se reconhecem e se prostrassem lado-a-lado no fronte.

No entanto, do ponto de vista dos grupos hegemônicos, e, sobretudo, do governo do PSDB é significativamente satisfatória a existência de várias clivagens, conflitos, desavenças, etc., entre os movimentos socioterritoriais, visto que de maneira clara desarticula e enfraquece a concepção de classe, caracterizando assim um processo de estilhaçamento da classe trabalhadora e camponesa em vários sindicatos e movimentos socioterritoriais desarticulados, sem unidade constante e com diferentes posturas político-ideológica. Deste modo, enquanto seguem as disputas intraclasse o governo consegue cada vez mais consolidar seus interesses e enfraquecer, tal como ocorreu desde a criação do MAST, depois foi potencializado durante o governo Lula e hoje muito mais enfraquecido no governo Dilma, inclusive com a Reforma Agrária fora de pauta.

¹⁶⁹ É importante destacar que assim como ocorreu com o MAST, o setor sindical vinculado ao PSDB também foi fortemente impactado e fragilizado.

4.3 O MTST -Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

O MTST foi um movimento criado na região do Pontal do Paranapanema umbilicalmente ligado ao MAST Estadual, liderado por Milton David da Silva. O surgimento do MTST estivera tanto atrelado à ruptura do MAST Estadual com o MAST Nacional quanto aos problemas causados pela estrutura institucionalizada que o movimento tinha. De qualquer forma, para compreendermos a formação do MTST devemos também remontar ao histórico de seu fundador e principal liderança.

Sobre Milton David da Silva

Nascido em 1960 no município de Presidente Venceslau e criado no município de Caiuá, no oeste do estado de São Paulo, o presidente do MAST Estadual e do MTST Nacional Milton David da Silva foi um dos principais personagens da luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema. Filho de mãe pernambucana e pai cearense que migraram para a região do Pontal do Paranapanema durante no ano de 1938, Milton, também conhecido dentre os militantes e integrantes dos movimentos de luta pela terra e sindicatos como "Miltão", tivera origem do campo. Seus pais moraram na região dos municípios de Presidente Venceslau e Caiuá trabalhando como arrendatários, fato que influenciou em sua vida e identidade com o campo e em seu direcionamento para a luta pela terra. Com o falecimento de seu pai, sua família mudou-se para a beira do rio Paraná no município de Presidente Epitácio. Esta mudança fê-lo criar também uma identidade ribeirinha. Durante o período de governo Franco Montoro sua família também foi contemplada com um lote no assentamento Projeto Lagoa São Paulo, onde "tocaram" a agricultura. Seguiram também tocando lavoura de arrendamento. No entanto, o marco de sua trajetória trabalhando como arrendatário no campo foram as três cheias consecutivas causadas pela barragem construída no rio Paraná que, conseqüentemente, deixou-o - sem nada -. Além da perda dos cinquenta alqueires cultivados, evitando negativar o nome, entregou também as máquinas que possuía.

Sua entrada para a luta pela terra deu-se logo após o abandono da prática de arrendamento e também por conta da falta de incentivos para a produção. De acordo

com as próprias palavras de Milton, a liderança entrou para a luta pela terra com poucas condições materiais e para um acampamento coordenado por Rainha na década de 90 :

Então quando eu entrei no movimento, que eu larguei que eu sou arrendatário, eu entrei só com um corcel dois véi , e o porta-malas do meu carro era meu guarda-roupa. Eu peguei um amor tão grande por ser criado lá dentro do acampamento. Eu era acampado do Zé Rainha, naquele tempo tinha 2.000 pessoas no acampamento tinha até um portão para você registrar a hora de você saia e chegava, em cada período, e se você demorasse muito pagava até por estar fora. (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008).

Denota-se, na entrevista com Milton, que referencia o acampamento como de Zé Rainha e não do MST. Esta referência reflete a grande expressão de José Rainha Junior no auge da luta pela terra no Pontal do Paranapanema e como seu nome se sobressaia às demais lideranças e também perante ao próprio movimento. Segundo a liderança, também acampara com Rainha na Fazenda Arco-Íris, São Bento, São Domingo e depois passaram a lutar no município de Euclides da Cunha Paulista, o distrito de Porto Maria e o município de Rosana. Ainda com Rainha viera trabalhar, pelo MST, no município de Presidente Epitácio. Durante seu período de participação no movimento conseguiram os assentamentos Maturi, Primavera e Santa Maria. Entretanto, Milton relaciona sua saída do MST a duas situações distintas:

Ai eu sai fora do MST, se chama assentamento de Luiz de Moraes Neto em homenagem que ele garantiu a posse da terra. A gente discutiu com o MST na fazenda São Francisco eles foram embora e nós não quisemos ir embora, ficamos sem bandeira e ficamos na área. (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008).

Com Rainha. Quando eu saí para cá eu ainda era da turma do Rainha. Aí quando começaram a brigar entre eles, foi a onde veio a criação do MAST . Eu saí de lá e fui para o MAST, eu vim para cá o nosso assentamento Luiz Moraes Neto ainda foi um começo de luta do MST, estava com a gente. (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008).

Depois de sua saída do MST, Milton¹⁷⁰ se empenhou, primeiramente, na construção e consolidação do MAST Estadual e, posteriormente, no MTST. Conforme

¹⁷⁰ Assim, como muitas lideranças da luta pela terra Milton David da Silva também estivera em cárcere e tivera vários processos referentes à luta pela terra na região.

apresentamos, esta empreitada foi ainda maior que as primeiras, fato que esta mudou significativamente a luta pela terra no Pontal do Paranapanema e, conseqüentemente, do Brasil.

A formação e estrutura do MTST

Por volta de 2006, anos após a cisão do MAST, formando assim o MAST Estadual, surgiu também o MTST como uma opção estratégica do MAST Estadual para ampliar o leque de possibilidades e se desvincular da imagem pejorativa e da estrutura institucionalizada que possibilitou a criminalização do movimento e perseguição das lideranças. Assim como o MAST, o MTST também tem um estatuto que evidência seus objetivos e postura político-ideológica. O "Estatuto de Trabalho do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra MTST Nacional"¹⁷¹ cuja objetivo está principal é explicitado em sua capa com a mensagem *"Coletivos PARA FAZER Reforma Agrária no Estado de São Paulo E OUTROS ESRTADOS EM QUE O MTST ESTA NA LUTA PELA REFORMA AGRARIA NACIONAL, COM O ESTADO QUE É ITESP E O INCRA QUE É GOVERNO FEDERAL"*, está organizado em frentes de trabalho, sendo elas¹⁷²:

- 1 - Aspectos do desenvolvimento AGRICULA brasileiro;
- 2 - Movimentos sociais rurais: possibilidades de resistência e CONSTRUSÃO de uma nova ordem no campo;
- 3 - Assentamentos rurais: alternativa AGRICULA sustentáveis;
- 4 - Fundação social da propriedade;
- 5 - ESCUSOÊS legais de PRESERVAÇÃO de áreas de PRESERVAÇÃO permanente;
- 6 - Incentivos a RECUPERASÃO de áreas de preservação permanente;
- 7 - Condição de consolidação das áreas de assentamentos rurais;

¹⁷¹ O Estatuto fora criado no dia 11 de março de 2007.

¹⁷² Reproduzimos o nome das frentes de trabalho de acordo com documento, assim seguem também os erros ortográficos e as palavras destacadas em caixa alta.

Denota-se que o MTST surge também com foco nos problemas ambientais e, conseqüentemente, o termo - preservação - se repete tanto nas frentes de trabalho quanto no texto. Além disso, também se destaca o atendimento para os assentamentos rurais tanto no sentido de aumentar a produção quanto no sentido de recuperar as áreas ambientalmente degradadas. Muitos dos elementos que demarcam a postura política ideológica do MAST reincide também sobre o MTST, sendo seus diferenciais: o fato de não ser um movimento institucionalizado; o foco para as questões ambientais e da produção¹⁷³ e recuperação dos assentamentos; a independência e origem ligada a partidos políticos¹⁷⁴; a liderança ser centralizada na pessoa de Milton David da Silva; não ter a fama pejorativa quanto à luta pela terra; não sofrer com a criminalização dos movimentos; etc.

Além de tais características o MTST apresenta, em seu estatuto social, um termo de compromisso que, em síntese, destaca o papel do movimento, seu regimento, estrutura, alianças, comprometimento com as famílias assentadas e acampadas, e a responsabilidade, o papel assumido e que deverá ser desempenhado pela diretoria do movimento:

TERMO DE COMPROMISSO

Compromisso e fazeres do movimento dentro das regras postas pelo movimento MTST por tanto nós do movimento temos compromisso com as famílias que são acampada e vive no dia a dia cumprindo seus papel no movimento MTST deixamos também claro que estamos trabalhando com vários setores: Educação e Saúde, formação de líderes em cursos de todos fins, e outras áreas que podem ser feito pelo movimento MTST é liberado para fazer todos os trabalhos que for beneficente ao trabalhadores rurais e outros, pois sabemos que estamos na democracia liberal e estaremos para servimos todos os trabalhos de os trabalhos que for a beneficio do Povo Brasileiro em nosso Brasil, Estamos nacionalmente trabalhando por todos, temos uma diretoria para organizar todos os trabalhos a serem por nós executado junto a diretoria, pois o MTST é liberal para fazer todo os tipos de trabalho de qualquer entidades sem fim lucrativos estaremos a disposição para escoltar os trabalhadores que forem a nós concedido por essa razão todos que estão na diretoria tem sua obrigação de cumprir com o seus deveres e trabalho dentro do colegiado do estatuto do movimento dos trabalhadores sem terra, e com terra pois estaremos também trabalhando para os assentados pela reforma agrária do INCRA e ITESP, em todo Brasil estados que tem o movimento MTST temos que cumprir com todos os compromisso do Movimento de assentamos a responsabilidades de todo do

¹⁷³ Milton destaca em entrevista que o movimento visa buscar verba para os assentados.

¹⁷⁴ Sabe-se que o movimento tem vinculações com partidos políticos devido ao fato de sua liderança, Milton David da Silva, ter sido candidato a vereador e ter sido eleito, no entanto não tem sua base financeira ou origem relacionada a iniciativa de nenhum partido.

grupo da diretoria, assumir aquilo que foi te concebido em trabalho do movimento, por ser verdadeiro tudo que aqui foi indagado do estatuto social assinamos a baixo. (ESTATUTO DE TRABALHO DO MTST, SEM DATA, NÃO PAGINADO)

Outro ponto fundamental na criação do MTST é a sua escala de atuação declarada. A atuação dos movimentos, seja regional, estadual ou nacional, influencia diretamente no reconhecimento que o mesmo virá a ter pelas demais instituições, personalidades, sociedade e demais sujeitos políticos. Assim, este foi um dos fatores que influenciaram diretamente na criação do MTST com foco para a atuação em nível nacional, ou seja, o movimento foi criado destacando a escala nacional com a finalidade de ampliar o leque de possibilidades e melhorar a imagem, visto que o movimento seria mais representativo. Podemos observar isso tanto na entrevista, ao relatar a dificuldade que tinha de solicitar cesta básica devido à duplicidade do MAST (Estadual e Nacional), quanto na carteira de identificação (figura 26) criada pelo movimento:

Aí colocamos o seguinte:vamos tentar levantar o MAST estadual, mas ficou aquela briga, ficou em 5 ou 6 acampamentos o Lino de Macedo em nível estadual e pegamos novo acampamento da Região nossa e aí trabalhamos dentro desse daí para ver se buscava uma ONG para poder dar uma força para nós, aí juntamos com o sindicato dos trabalhadores rurais, com o MAST e com o MTST, aí dentro do MAST nós tava avançando para poder buscar a liderança nacional em São Paulo e eles falaram: Milton, é melhor ter um movimento em nível nacional, porque como é estadual você vai ficar só parado no estado, e a gente queria avançar mais, tanto que era CGT na época, assim quando tava começando a se criar, que a CGT é a sindicato todos. Aí então vamos mudar a história, fomos no INCRA, tava dando confusão com o MAST estadual e com o nacional que era do Lino por causa da cesta básica, aí a Dilma que era da cesta básica, falou: Cria outro movimento, dá outra sigla que a gente coloca cesta básica em nível nacional como você recebe com outra sigla.

Cliff: Como essa Dilma do INCRA que falou para criar outra sigla?

Milton: Para poder nós receber a cesta básica que tava dando confusão por causa dos dois MAST ,MAST primeiro e MAST segundo, o pessoal acampado querendo cesta básica, eles dizia que recebia da maior era minha. Falaram que a minha eu tava tirando deles. Aí criamos o MTST e criamos um estatuto, fomos lá na internet e vimos o estatuto do MST corrigimos, foi montado com um monte de erro, que tá lá ! Então corrigimos, o que nós criamos? Nós queria criar uma ONG aqui no município de Caiuá, que nós temos uma fazenda aqui que chama Santa Angelina, que a sede dela fica na beira do Córrego do Veado, tem uma mata nativa beirando, e é ali que nós queria criar uma ONG para poder reflorestar toda as áreas do Pontal, criar ali um viveiro muros, e dali incentivar a criar CI para os assentamentos fazer reunião com o povo, pegar os jovens, incentivar, o governo incentivar também, para poder fazer o trabalho nas áreas de reserva, para poder plantar

as árvores e depois fazer passeio ecológico, para poder criar o turismo. Nós temos ali, nesta fazenda Santa Angelina, em Vista Alegre que é o berço, aonde pode ser criado essa ONG onde a gente pode começar a reflorestar por ali, dá para fazer trilha dentro da mata, beirando o Córrego, hoje assoreou, tá só praia de areia, nós primeiro usamos até 10 metros de profundidade, então onde a gente queria criar ali. Criamos o MTST e criamos o estatuto do MTST e esqueci de trazer aqui para vocês. (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, 11 DE DEZEMBRO DE 2008 - GRIFO NOSSO).



Figura 26 - Carteira de identificação do MTST (frente e verso)¹⁷⁵

A superação da duplicidade do MAST foi uma das claras finalidades do movimento. Ademais desta superação para facilitar o acesso às cestas básicas do INCRA, também fica claro na carteira de identificação a centralização das responsabilidades e informações, sobretudo, ao destacar Milton David da Silva como - Líder - e conter o carimbo do mesmo destacando-o como Presidente Nacional no verso.

Ademais, outros elementos também foram importantes para a criação do movimento na região, tais como: a intenção de aproximar intelectuais, profissionais, pessoas engajadas com o cenário político e acadêmico; se desvincular da criminalização que o MAST sofreu; viabilizar recursos; criar uma origem; etc. Tais intentos estão claros nos apontamentos de Milton:

A visão nossa é a gente criar dentro do MTST pessoas advogados, pessoas como o Chinelo CBTE, o Flores assessor do Fernando Henrique, que era na época e agora tá assessorando o Serra, que é amigo da gente. Criar pessoas que, não estamos ligando assim que seja ligado ao MST, pessoas que tenha cabeça de trabalhar com a gente e buscar a fora recurso

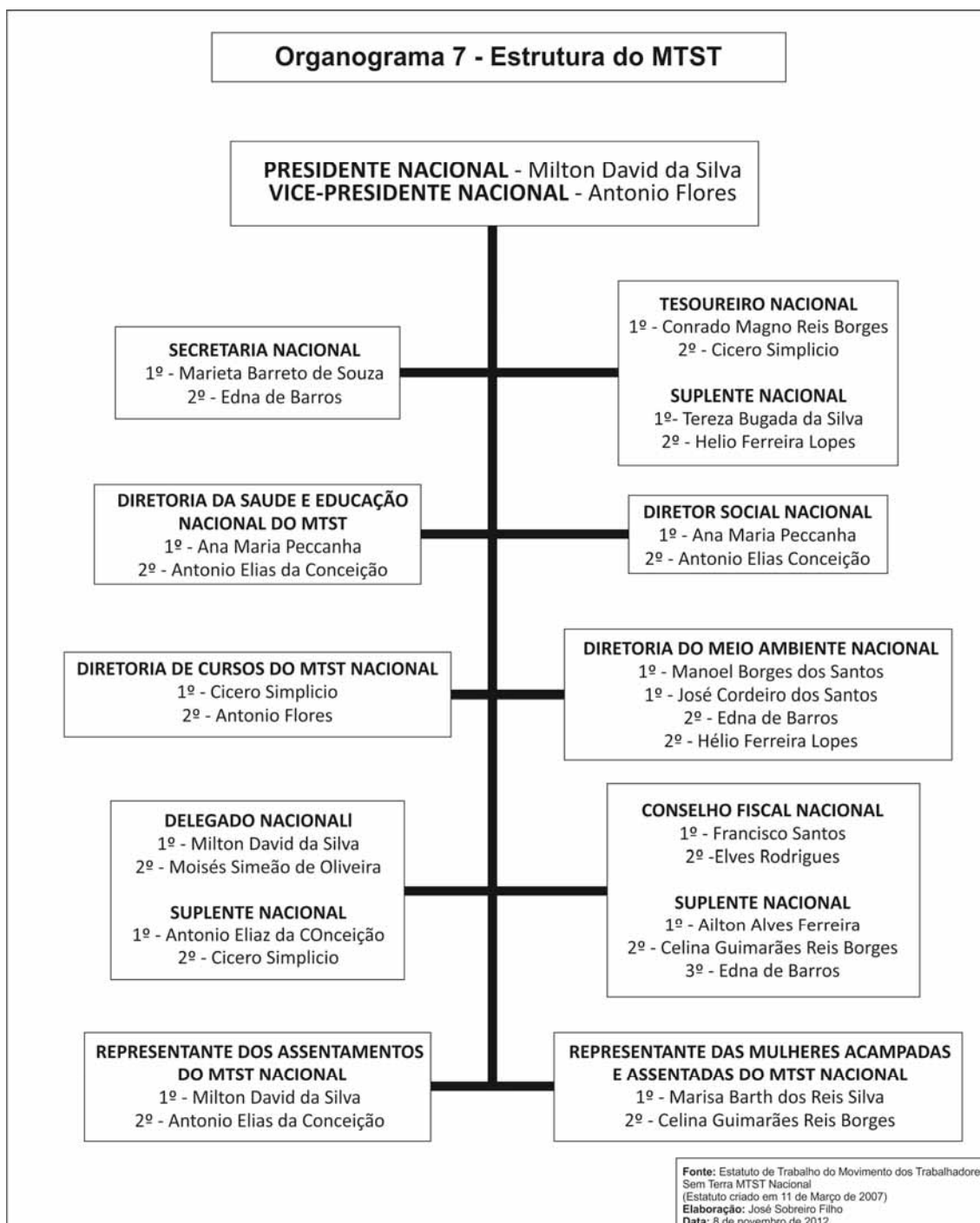
¹⁷⁵ Carteira de identificação cedida em 11 de dezembro de 2008 pela liderança, Milton David da Silva, e, posteriormente, outra fora também cedida pela a coordenadora do acampamento Lagoinha no dia 4 de fevereiro.

para poder tocar os assentados. as áreas que... (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008).

...nós criamos o estatuto do MTST , mas porque a policia quando via a bandeira não sabia quem que era. a tem prova só que não registramos, o MAST é registrado. o presidente do MAST registramos e reconhecemos firma, foi o maior erro que nós já fizemos, nós paga por isso pelo registro, fim do ano o “leão” vem lá se tivesse uma conta que recebia alguma coisa nós estava ferrado. (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008).

...então a gente criou o MTST para poder ter uma origem, a gente quer uma origem não é as pessoas dos movimentos , quer pessoas de fora, pessoas que tá lá dentro da UNESP, é pessoas que de dentro vê a visão de que pode ajudar e não pessoas de dentro. como é que você vai pegar um assentado e pegar um cara desse e ponhar dentro de uma ONG dessa , ele vai ter que ter um salário, ele vai ter que roubar de alguém então é pessoas que tem visão de fora, tanto os vamos aproveitar para isso, que o governo mandou tanto incentivo para isso, não deixar por conta do próprio assentado. (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008).

Quanto à sua estrutura e aos sujeitos envolvidos na direção do movimento podemos observar que o movimento está organizado em diversos cargos, sendo eles: Presidente; Vice-Presidente; Primeiro e Segundo Secretário Nacional; Primeiro e Segundo Tesoureiro Nacional; Primeiro e Segundo Diretor da Saúde e Educação Nacional do MTST; Primeiro e Segundo Diretor Social Nacional; Primeiro e Segundo Diretor de Cursos do MTST Nacional; Primeiro e Segundo Diretor do Meio Ambiente Nacional; Primeiro e Segundo Delegado Nacional; Primeiro e Segundo Conselheiro Fiscal Nacional; Primeiro e Segundo Representante dos Assentamentos do MTST Nacional; Primeiro e Segundo Representantes das Mulheres Acampadas e Assentadas do MTST Nacional; e demais integrantes nas funções de suplente. Podemos visualizar melhor sua estrutura no organograma 7:



Na estrutura organizacional do movimento denota-se a concentração de cargos/atividades, tais como: Milton David da Silva que ocupa os cargos de Presidente nacional, 1º Delegado Nacional e 1º Representante dos assentamentos do MTST Nacional; Antonio Flores como Vice-Presidente Nacional, 2º Diretor de Cursos do MTST Nacional; Edna de Barros como 2º Secretária Nacional e 2º Diretora do Meio

Ambiente Nacional; Ana Maria Pecanha como 1ª Diretora da Saúde e Educação Nacional do MTST e 1ª Diretora Social Nacional; Antonio Elias da Conceição como 2º Diretor da Saúde e Educação Nacional do MTST, 2º Diretor Social Nacional, 1º Suplente Nacional da função de Delegado Nacional e 2º Representante dos Assentamentos do MTST Nacional; etc. A atuação de Milton no movimento é a que mais se destaca, além da concentração de cargos e da carteira de identificação referencia-lo como - Líder - e Presidente Nacional, a sede do MTST também está localizada em sua casa no município de Caiuá - SP, lote 24 do assentamento Luiz Moraes Neto.

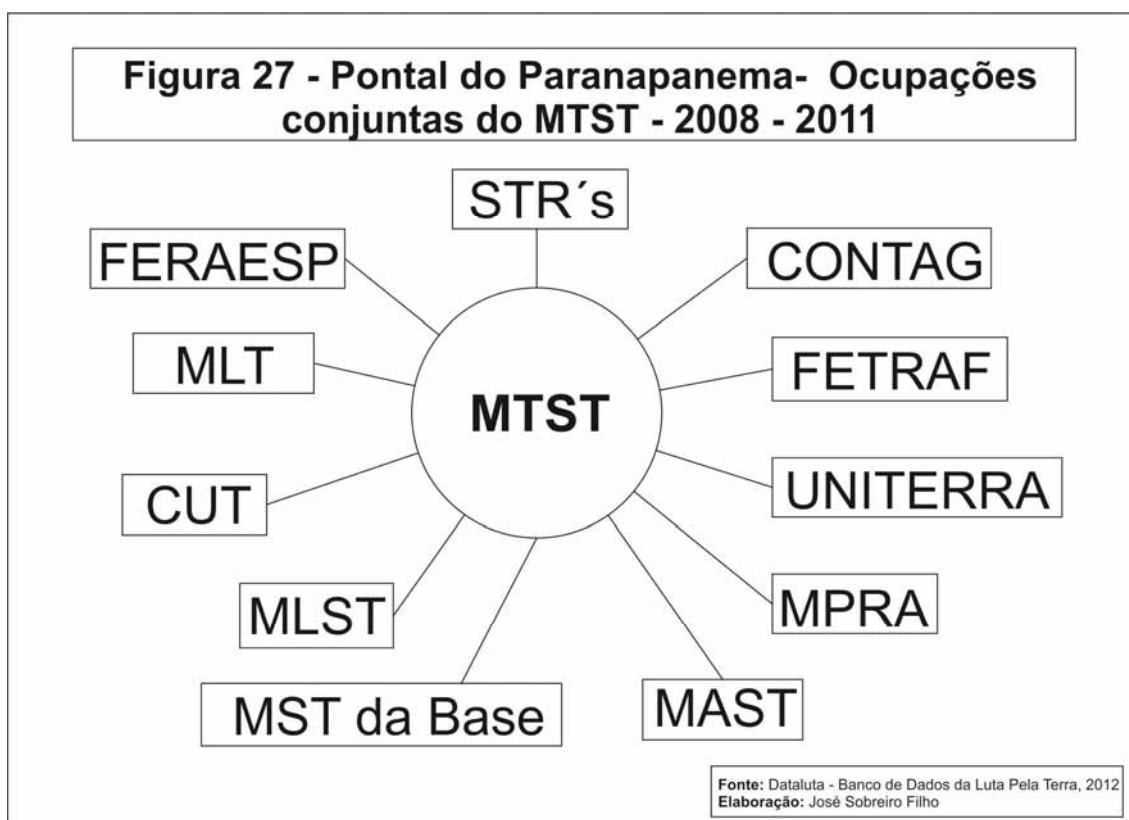
Além de compreender muitos aspectos da estrutura organizacional do MAST, tal como a carteira de identificação que destaca feições institucionalizadas, segundo Milton o MTST tivera como padrão de referência para a construção de seu estatuto alguns aspectos do MST. No entanto, além dos aspectos organizacionais influenciados pelo MST e MAST, o MTST também tinha como objetivo a atuação ambiental e encontra-se reincidentemente tanto em entrevista quanto no Estatuto Social do MTST o objetivo de trabalhar na recuperação e preservação do meio ambiente. Para tanto, aponta Milton, a intenção de criar um ONG que lhe possibilite efetivar este objetivo:

E aí a gente criamos o MTST que ele tem estatuto que foi montado quase numa mesma forma do MST, algumas “coisinhas” que a gente deu uma tirada porque a gente tem um sonho de dentro do MTST criar uma ONG de reflorestamento para aproveitar os assentamentos do Itesp e do Incra, as áreas de reserva que eles não fazem nada, tá virando aí erosão nunca plantaram um pé de árvore faz-se um trabalho com a população que mora nos assentamentos e o pessoal dos assentamentos depois que eles são assentados, eles viram a feição deles até para nós “liderança”. (ENTREVISTA COM A LIDERANÇA MILTON DAVID DA SILVA, DEZEMBRO DE 2008).

Entretanto, além da preocupação com a produção agrícola e com a recuperação das áreas degradadas nos assentamentos rurais, o MTST também, como uma de suas frentes, o trabalho nos acampamentos. Os acampamentos do MTST concentraram-se entre os municípios de Presidente Epitácio, Presidente Venceslau e Caiuá.

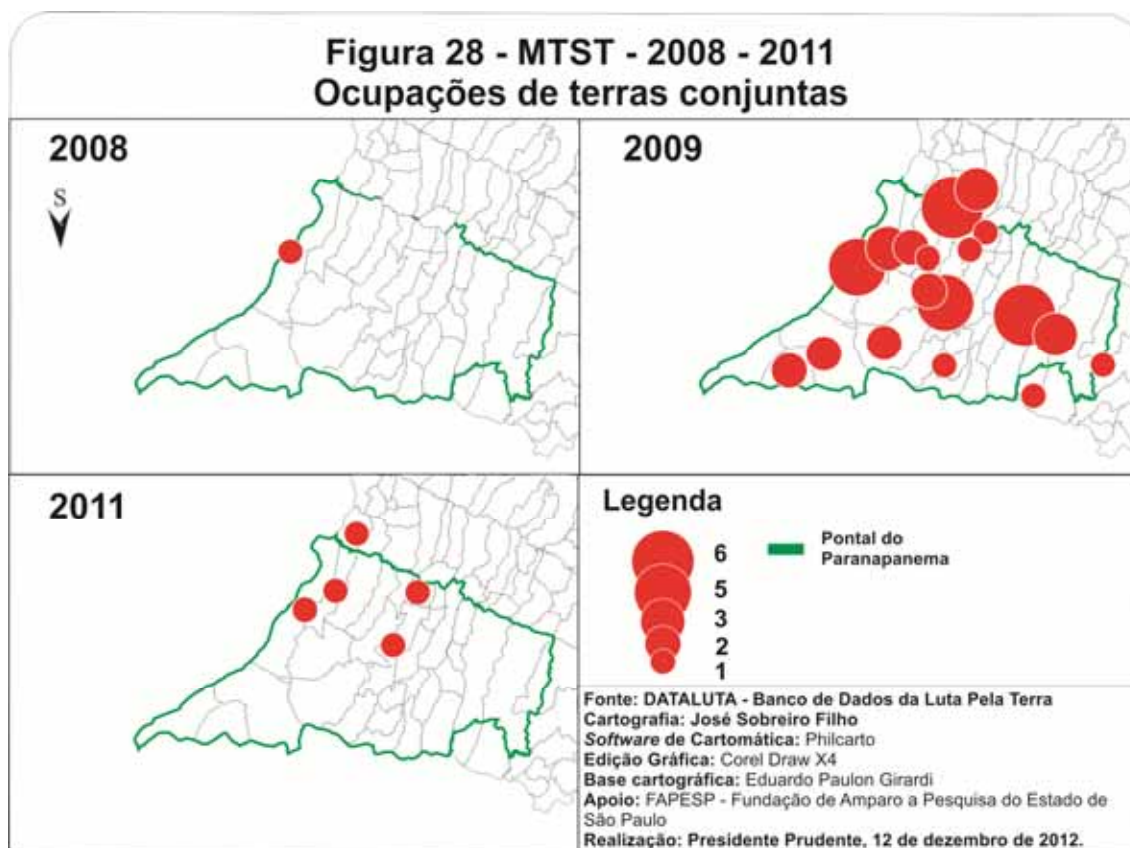
O MTST tivera poucas ocupações na região do Pontal. Segundo os dados do DATALUTA registrou-se somente uma ocupação de terra realizada somente pelo movimento, sendo esta no município de Presidente Epitácio - SP em uma área de 25 hectares do Estado com dezesseis famílias no dia 1 de setembro de 2010. No entanto,

apesar da pouca realização de ocupações de terras o movimento tivera Além desta única ocupação realizada individualmente, o MTST, ou ao menos o seu nome, estivera envolvido em mais cinquenta e cinco ocupações de terras, sobretudo, na região do Pontal do Paranapanema e também na Nova Alta Paulista. Estas ocupações foram frutos das alianças do MTST com demais movimentos, mas com especial destaque para o MST da Base. Segundo o DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra foram realizadas ocupações de terras com diversos movimentos (figura 27), tais como FERAESP, MLT, CUT, MLST, MST da Base, MAST, MPRA, UNITERRA, FETRAF, CONTAG e STR's.



Apesar do Pontal do Paranapanema ter sido o berço do MTST, as ocupações conjuntas foram realizadas em municípios além. Dentre os municípios com atuações destacadas temos Caiuá, Dracena, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Iepê, Rancharia, Junqueirópolis, Martinópolis, Regente Feijó, Mirante do Paranapanema, Panorama, Paraguaçu Paulista, Piquerobi, Presidente Bernardes,

Pirapozinho, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio (figura 28).



É fundamental destacar que o MTST nunca foi um movimento caracterizado pela realização de muitas ocupações de terras tal como o MST, MAST e MST da Base na região. Denota-se que das cinquenta e cinco ocupações de terras conjuntas realizadas com a participação do MTST cinquenta e quatro foram realizadas em parceria com o MST da Base liderado por José Rainha Junior (quadro 18).

Por fim, observa-se que, de fato, ao relacionarmos todas as atuações do MTST com as atuações do MST da Base observaremos que o MTST não somente só tem realizado ocupações com o MST da Base mas como veio a compor um grupo grande compreendido por vários movimentos de bandeiras menores, sindicatos e associações que levantam diversas bandeiras sempre que realizam uma ocupação de terra. Quanto aos motivos das alianças e esse conjunto de movimentos, sindicatos e associações articuladas discutiremos mais adiante no próximo capítulo.

**Quadro 18 - Ocupações de terras conjuntas com participação do MTST
2009 - 2011**

MUNICÍPIO	NOME DA ÁREA	FAMÍLIAS	NOME DO MOV. SOCIAL	DATA DA OCUPAÇÃO
Andradina	Fazenda Não Identificada I	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG	28/02/2009
Andradina	Fazenda Não Identificada II	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG	28/02/2009
Caiuá	Fazenda Andorinha	80	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	28/02/2009
Caiuá	Fazenda Campina/ Campinas	60	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Caiuá	Fazenda Três Sinos	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	28/02/2009
Dracena	Fazenda das Cobras/ Cobra	60	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Dracena	Fazenda das Cobras/ Cobra	60	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	23/02/2009
Dracena	Fazenda Maria Elisa	85	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Dracena	Fazenda Santo Antônio	80	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Dracena	Fazenda Vista Alegre	80	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Dracena	Fazenda Vista Alegre	80	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009
Emilianópolis	Fazenda Boa Vista	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Iaras I	65	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009

Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Iaras II	65	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	28/02/2009
Flora Rica	Fazenda Santa Lourdes	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009
Iepê/Rancharia	Fazenda Esperança	85	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	23/02/2009
Junqueirópolis	Faz. Nossa Senhora de Lurdes	90	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Junqueirópolis	Faz. Nossa Senhora de Lurdes	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	28/02/2009
Junqueirópolis	Faz. Nossa Sra. De Fátima	60	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	28/02/2009
Martinópolis	Fazenda Aliança	90	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	28/02/2009
Martinópolis	Fazenda Brasilândia	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009
Martinópolis	Fazenda Santa Amélia	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009
Martinópolis	Fazenda Santo André	70	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009
Martinópolis	Fazenda Tânia	100	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Martinópolis/R egente Feijó	Fazenda Estrela da Laranja Doce	120	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009
Mirante do Paranapanema	Fazenda Inhancá Velha/Morumbi	60	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	23/02/2009
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Isabel II	150	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Paraguaçu Paulista	Fazenda Santa Lúcia	70	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	28/02/2009

Piqueroibi	Área em Piqueroibi	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009
Pirapozinho/Presidente Bernardes	Fazenda São Luiz	60	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Presidente Bernardes	Fazenda São Luiz	70	MST da Base/MAST/CUT/MTST/UNITERRA/MLST/FETRAF/FERAESP/CONTAG	22/02/2009
Presidente Bernardes	Fazenda São Luiz	60	MST da Base/MAST/CUT/MTST/UNITERRA/MLST/FETRAF/FERAESP/CONTAG	27/06/2009
Presidente Bernardes	Fazenda Benfica	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guaranizinho	65	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guaranizinho	65	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009
Presidente Eptácio	Fazenda Alvorada	30	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Presidente Eptácio	Fazenda Estância São Pedro	80	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Presidente Eptácio	Fazenda Santa Maria	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	23/02/2009
Presidente Eptácio	Fazenda Santo Antônio	60	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Presidente Eptácio	Fazenda Santo Antônio	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	21/02/2009
Presidente Venceslau	Fazenda Conquista	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	21/02/2009
Presidente Venceslau	Fazenda Coqueiro	50	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	23/02/2009
Rancharia	Chacarã Águas de Rancharia/ Banco da Terra	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	22/02/2009

Rancharia	Fazenda Esperança	160	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	N.I./02/2009
Rancharia	Fazenda Santa Maria	150	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Santo Anastácio	Fazenda Estância Brasília	70	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	28/02/2009
Santo Anastácio	Sítio Sônia	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	23/02/2009
Teodoro Sampaio	Fazenda Beira-Rio	60	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	27/06/2009
Teodoro Sampaio	Fazenda Beira-Rio	N.I.	CUT/MAST/MLST/MST da Base/MTST/FERAESP/FET RAF/CONTAG/UNITERRA	28/02/2009
Presidente Bernardes	Fazenda Oito e Meio	85	MST da Base/UNITERRA/MAST/M TST/MLST/CUT/STR/FER AESP	15/01/2011
Panorama	Fazenda Guiomar	60	MST da Base/UNITERRA/MAST/M TST/MLST/CUT/STR/FER AESP	15/01/2011
Caiuá	Fazenda Três Sinos	60	MST da Base/UNITERRA/MAST/M TST/MLST/CUT/STR/FER AESP	15/01/2011
Presidente Epitácio	Fazenda Santo Antônio	60	MST da Base/UNITERRA/MAST/M TST/MLST/CUT/STR/FER AESP	15/01/2011
Emilianópolis	Fazenda Boa Vista/ Bela Vista	60	MST da Base/UNITERRA/MAST/M TST/MLST/CUT/STR/FER AESP	15/01/2011

Fonte: DATALUTA, 2012. **Elaboração:** José Sobreiro Filho

4.4 Acampamento do MTST na atualidade

*Acampamento Lagoinha*¹⁷⁶

Dentre uma grande diversidade de acampamentos que envolveram a história do Pontal do Paranapanema o acampamento Lagoinha tem uma história muito singular que envolve abandono, troca de bandeiras, carência de liderança, personalismo, desistência, apatia, apadrinhamento, etc. O acampamento Lagoinha está localizado no município de Presidente Epitácio na estrada municipal de Presidente Epitácio que dá acesso para o município de Caiuá. O acampamento se encontra em uma área coletiva do assentamento Lagoinha de coordenação do INCRA e, portanto, o acampamento leva o mesmo nome do assentamento visto a sua localização. Assim o acampamento encontra-se localizado dentro do assentamento Lagoinha e próximo à estrada que liga Presidente Epitácio a Caiuá. No entanto, um de seus maiores problemas que afeta a sua visibilidade e portanto o reconhecimento de sua existência é fato de que o acampamento está localizado a mais de 100 metros da estrada municipal e, portanto, em uma área nada visível. Nas palavras da coordenadora do acampamento *"é difícil chegar aqui né? se você não conhece não sabe que existe. Ninguém sabe que tem um acampamento aqui, só quem sabe mesmo"* (figura 29).

¹⁷⁶ Foi realizada uma entrevista em forma de conversa com um grupo composto por aproximadamente seis acampados, mas a maioria dos acampados se mantinham calados diante da entrevista. No entanto, muitas outras informações foram passadas quando realizávamos a visita nos barracos, tomávamos café, etc. No entanto, tinham receio de gravar entrevistas. Apenas Antonio e Silvana, sua esposa, pediram para gravar a entrevista e passar adiante suas declarações.

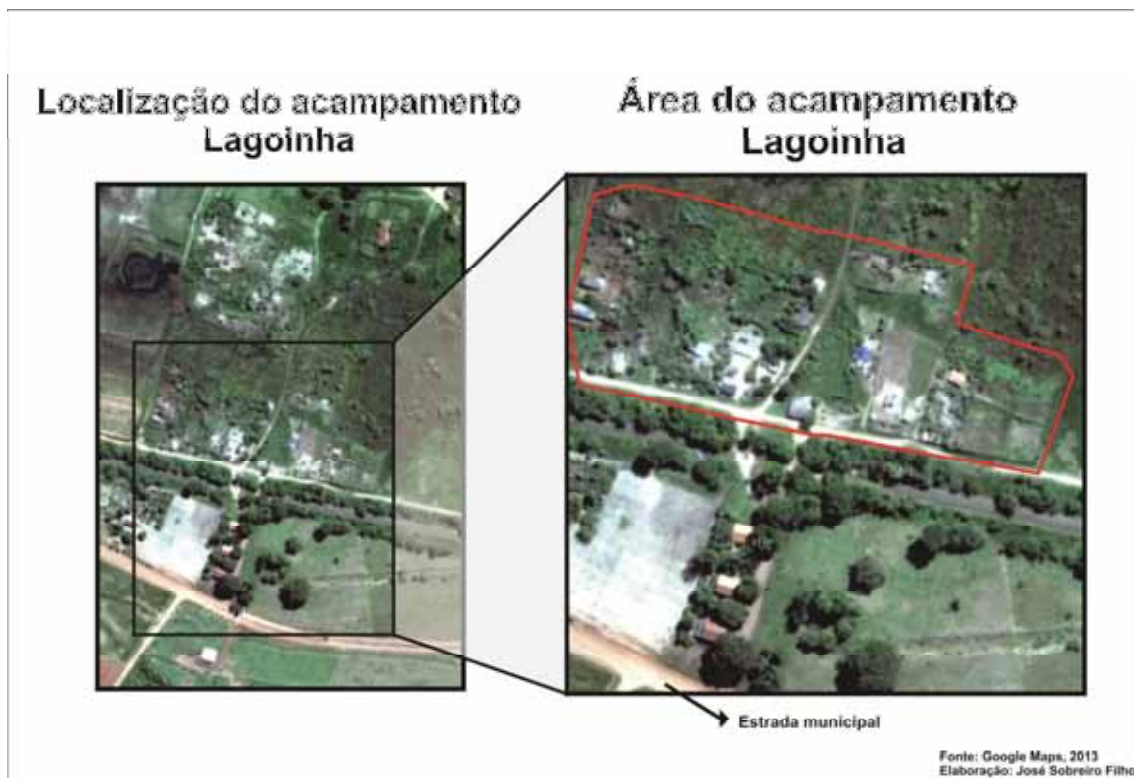


Figura 29 - Imagem do acampamento Lagoinha

Com mais de dez anos de existência¹⁷⁷, o acampamento Lagoinha é composto por uma ordem que varia de 34 a 31 famílias¹⁷⁸. Em sua grande maioria são trabalhadores que moram ali, mas trabalham no assentamento Lagoinha prestando serviços recebendo diárias ou trabalham na cidade em outras atividades laborais não agrícolas, tais como: pedreiro; servente; encanador; vendedor; e serviços aleatórios (os chamados bicos)¹⁷⁹. Conforme apontado pelos acampados, aqueles que não trabalham na cidade de Presidente Epitácio, trabalham no assentamento Lagoinha em trabalhos como: carpir; fazer cerca; colheita de mandioca; etc.¹⁸⁰.

A origem do acampamento Lagoinha remonta ao ano de 2002 está relacionada à figura de Zé Rainha e ao seu desentendimento com demais integrantes do MST. Muitas

¹⁷⁷ Informação dada pela coordenadora do acampamento no dia 22 de novembro de 2011.

¹⁷⁸ Segundo a coordenadora do acampamento há aproximadamente quinze crianças que moram lá e vão para a escola no ônibus da prefeitura.

¹⁷⁹ Especificamente neste acampamento o termo "andorinha" fora empregado para atribuir sentido para a pessoa que trabalha na cidade mas vive no acampamento.

¹⁸⁰ De acordo com os acampados a diária de trabalho no assentamento Lagoinha gira em torno de 20 a 30 reais.

das famílias que fazem parte do acampamento iniciaram a sua trajetória na luta pela terra no mega-acampamento Jair Ribeiro do MST. No entanto, conforme aponta o acampado Antonio, com o fim do mega-acampamento e através de um acordo oral com funcionários do INCRA, Zé Rainha conseguiu alocá-los na área coletiva do assentamento Lagoinha:

Antonio: Em maio de 2002 existiu um problema entre Zé Rainha Junior e Edi Ronan. Ai o Zé rainha Junior, o Zé rainha tirou nós pra cá.

Sobreiro: Para dentro do assentamento?

Antonio: Pra aqui onde nós tamo. Mas de que maneira? Na época tinha o secretário de agricultura que se chamava-se Valdo Sobral, hoje ele não é mais, hoje é o Aílto Nonato. Então na época era o Sobral, o Zé Rainha e o Marcio do INCRA que entraram em um acordo entre eles e colocaram nós aqui. Não sei se alguém tem algum documento escrito isso. Agora que teve um acordo verbal existiu.

Sobreiro: O pessoal do assentamento aceitou tranquilo?

Antonio: Nunca reclamou. Eu nunca vi ninguém falar assim: - "vocês somem daqui, vocês não presta, vocês estão me trazendo prejuízo". Tem algum fuxiquinho por aqui, mas nada que se leve a sério. É em termos de discriminação esse monte de sem terra aí que tá enfeiando a área, que essa área é nossa, nós íamos fazer uma horta comunitária, alguma coisa assim em termos de horta. Mas nós não plantam no lote dele vão plantar aqui? (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011).

Com o passar dos anos o acampamento Lagoinha seguiu vinculado ao MST. José Rainha Junior foi a liderança referência, mantiveram a bandeira do MST e o acampamento seguiu sendo coordenado por Antonio. No entanto, no transcorrer dos anos a luta ficou ainda mais morna. No ano de 2007, Antonio, o coordenador do acampamento, por motivos pessoais, optou trabalhar durante um ano no município de Vinhedo - SP, próximo a Campinas. Além das transformações e dos desdobramentos sofridos no transcorrer da luta e pelos problemas tidos entre o afastamento de José Rainha Junior do MST, o acampamento foi acometido por uma mudança ainda mais significativa. Visto o esfriamento das relações e o distanciamento do MST, um acampado tomou como ação a criação de um movimento e a substituição da bandeira do MST pelo seu movimento. O acampado Joaquim Ferreira Rabelo foi idealizador do movimento cujo nome conhecido era "Movimento Camponês". No entanto, conforme aponta Antonio, Joaquim tinha alguns problemas referentes à própria formação:

Antonio: Ai o que aconteceu? Eu peguei viajei e passei um ano, o de 2007, lá em Vinhedo em Campinas e fui trabalhar lá. Ai quando eu voltei já não existia mais bandeira do MST aqui. Apareceu um senhor por nome de Joaquim, está aqui, mora vizinho aqui do lado. Ele inventou de fazer uma bandeira por conta própria. Você sabe, por vontade dele "Eu vou fazer o meu movimento". Achou que seria capaz. Eu não estava aqui. Quando cheguei aqui pensei o que que está acontecendo aqui? Um tal de "movimento camponês". Teve uma reunião ali, a primeira reunião, conversamos com o pessoal e eu falei - "vou tentar acompanhar para ver o que está acontecendo". Ai depois eu fui ver aquilo era uma coisa sem pé nem cabeça, não tinha nenhuma afinidade, não tinha o que você almejar nada por que? - "Porque onde que você vai acompanhar um cara mais burro que você?". Você está entendendo? Eu procurei jeito de entrar nesse meio de novo né. Ai ele corria e me procurava. (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011)

De acordo com os acampados, mesmo apesar do distanciamento com o MST, de fato foi a mudança de bandeira o "divisor de águas" que marcou o retrocesso e pulsou o sentimento de desânimo na luta pela terra realizada pelos acampados. Antonio aponta algumas das limitações da formação de Joaquim em uma passagem em que evidencia um pedido de ajuda feito por Joaquim para Antonio em relação ao acampamento no final do ano de 2008:

Antonio: Você num ajuda aí para fazer um cadastro. Fazer uma palestra para o pessoal aí? Porque não tem como. Ele não tem língua solta

Esposa de Antonio: Ele não sabe escrever!

Antonio: É analfabeto, não sabe escrever e não sabe ler. É esse tipo de coisa. Eu vou ajudar! Ai chegou a um ponto que em dia de reuniões quem arrebanhava o povo eu tinha que encarar o pessoal porque ele, coitado né! Ai eu fui indo e o pessoal não, o seu Antonio chegou a coisa vai melhorar, a coisa vai melhorar, então vai melhorar então vamos. Chegou a um ponto em que eu falei para ele: - Olha seu Joaquim, você se arrependeu de ter assumido, de fazer o que você fez dentro do acampamento?" e ele disse: - "eu me arrependi faz é tempo". Ai eu disse: - "você concorda em sair fora" e ele "eu concordo. Então vamos procurar uma liderança forte. Entrei em contato com o Zé Rainha umas duas vezes. (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011).

Visto o arrependimento do fundador do acampamento e a carência de lideranças os acampados buscaram realizar contato com José Rainha Junior. Antonio, ex-coordenador mediou o contato, pois tivera proximidade com a liderança nas décadas anteriores e durante o seu período de luta com o MST. Todavia, a liderança não tivera sucesso o contato realizado com José Rainha Junior. Deste modo, após dois anos de abandono e ausência de uma bandeira no acampamento, por intermédio de uma

acampada cujo o nome é Neide, conseguiram realizar contato com a liderança Milton, do MTST e do MAST Estadual, conforme aponta Antonio, em entrevista " *"...ai quando foi agora a poucos tempos o Zé rainha não apareceu e então vamos, através da Neide, filha dela, mãe dessa aqui, falou assim "vamo procurar o Milton do MAST pra nois".*"¹⁸¹. Desde o contato com a liderança Milton David da Silva o acampamento ficou então sendo mediado pela sua pessoa e os acampado então com a bandeira do MTST. No entanto, destaca-se o fato de os acampados não se identificarem com a bandeira e haver algumas discordância com a liderança conforme apontaremos e discutiremos mais a frente.

Alguns aspectos do acampamento Lagoinha

Diferentemente dos demais acampamentos que, dentre muitas qualidades e características, tem a fluidez e o caráter provisório como aspecto próprio de sua existência, visto que a parte da luta pela terra é só uma das etapas e que se espera que seja breve, o acampamento Lagoinha se destaca pelo seu caráter permanente e também pela estrutura material que beira a torná-lo definitivo e que nos leva a crer que estes acampados nada se diferenciam de posseiros. No diálogo com os acampados/moradores a permanência definitiva do acampamento é clara, conforme aponto em meu diário de campo: *"...após visitar todos os barracos, fotografa-los, conversar e conhecer todos os acampados presentes... o que mais ouvi deles fora "eu não saio daqui, agora só morto, só em um caixão para me tirar daqui!"*. Não só nas conversas e entrevistas ficara nítida de a permanência e dos acampados e o caráter definitivo na área dentro do acampamento Lagoinha, mas também na própria organização espacial. Denota-se, dentre muitas, claramente as diferenças estruturais e organizacionais do acampamento Lagoinha ao observarmos a estrutura do acampamento, com a existência de ruas e postes no acampamento (foto 1).

¹⁸¹Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011.



Foto 1 - Rua do acampamento Lagoinha com poste de energia ao fundo.

Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011

Além da organização do acampamento, com ruas e energia elétrica, destacam-se ainda mais, como um diferencial em relação aos demais acampamentos, os barracos/casas visto que são feitos de madeira, contam com energia elétrica (foto 1) e também água encanada. Destaca-se o fato de que não há casas de lona no acampamento, a lona somente é usada para alguns remendos ou como forro para prevenir a entrada de água em caso de chuva. A concepção de propriedade também é uma característica do acampamento. Observa-se que os lotes, em grande maioria, são cercados e contam com portões com trancas e cadeados (foto 2, foto 3 e foto 4).



Foto 2 - Acampamento Lagoinha - Barraco de madeira cercado.

Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011



**Foto 3 - Acampamento Lagoinha
Barraco cercado e com portão.**

Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011



**Foto 4 - Acampamento Lagoinha
Portão fechado com cadeado**

Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011

Outra característica marcante é que os barracos/casas além de serem cercados também constituem-se em forma de pequenos lotes. Estes pequenos lotes, em média, variam de 600 a 1.000 m². Para muitos acampados, além destes pequenos lotes já serem considerados uma pequena conquista, seu pequeno pedaço de terra é utilizado de forma produtiva (foto 5) tanto para complementar a alimentação diária quanto em forma de hortas (foto 6), em poucos casos, também para a comercialização e doações para outros acampados. De fato, pode-se dizer que é um acampamento que, tomando como referencia a porção espacial e a quantidade produtiva, produz muito e caracteriza-o como um acampamento produtivo (foto 7). De um outro modo de ver, podemos observar que devido ao longo período de vivência no acampamento os acampados deram início à produção e, portanto, deram ao acampamento uma condição intermediária por seu caráter produtivo, ou seja, ao mesmo tempo em que há características de um acampamento comum também mescla características de um assentamento. Assim, em síntese, o acampamento Lagoinha, sobretudo pelo seu caráter produtivo, é expressão dos desdobramentos que o longo tempo de espera para o acesso à terra arremete o acampado e também à vontade e necessidade de produzir que os acampados tem¹⁸².

¹⁸² Ao visitar todos os pequenos lotes e barracos/casas pude observar a presença de árvores com mais de seis anos e todos os lotes produzindo alguma coisa.



Foto 5 - Acampamento Lagoinha - Produção no acampamento

Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011



Foto 6 - Acampamento Lagoinha - Horta de acampado

Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011



Foto 7 - Acampamento Lagoinha - Produção no acampamento

Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011

A configuração atual não respeitou ordem determinada ou tiveram agentes que foram guiando ou moldando o surgimento do acampamento no transcorrer dos anos, simplesmente, de acordo com os acampados, "as coisa foram acontecendo", o acampamento ampliou e a paisagem que antes era somente grama tomou as feições atuais. Denota-se que muitas experiências e relações foram surgindo no transcorrer do tempo, sendo que as expressões mais claras disso são: a produção; a solidariedade; a organização coletiva para resolução de um problema; a estrutura do acampamento; etc.

No entanto além de alguns problemas tal como a delicada condição e relação do acampamento com o MTST, conforme discutiremos mais adiante, também há outros problemas menores que atingem o acampamento. Apesar de todos os acampados demonstrarem-se satisfeitos com o acampamento alguns pontos foram levantados. Nas palavras dos acampados¹⁸³, são eles: "...tem uns 3 ou 4 cachaceiros que quando tomam uma incomodam..."; quanto a ser um acampado a família sempre o questiona "você não

¹⁸³ Utilizamos as palavras dos acampados para evitar aumentar ou diminuir os problemas.

tem vergonha morar ali?"...; quanto ao egoísmo "existem algumas, um pouco de gente que só pensa neles e isso atrapalha né..."; e quanto ao isolamento *"tem uns que eu nem vejo, nem sei mais se o cába mora aqui..."*. No entanto, dentre estes problemas vivenciados pelos acampados, há dois que se repetem como os problemas que mais os atrapalham em seu dia-a-dia e que ferem a sua dignidade, mas que estão relacionados ao fato de viverem no acampamento. Na conversa realizada com os acampado, destaca-se o fato de viver em um acampamento implica no fato de não possibilitar para os acampados a obtenção de um endereço e também o preconceito sofrido em relação a viver em um acampamento:

Antonio: A única coisa que me atrapalha, que eu gosto mais daqui do que da cidade para falar verdade, o que me atrapalha aqui é que eu não tenho um endereço. Em termos de endereço na cidade eu sou igual um cara que não tem documento, sou um indigente. Eu queria ter endereço. Tudo o que vem no meu nome, cartão de crédito, fatura de cartão de crédito, serviço de telefone vem no endereço da minha sogra, da mãe dela. Para todos os efeitos eu moro lá na cidade em presidente Epitácio. Mas eu não moro lá, eu moro aqui. Quando o supermercado vem entregar uma compra aqui é uma dificuldade.

Sobreiro: Qual a maior dificuldade que vocês tem aqui?

A falta de endereço. Eu não tenho endereço.

Silvana: Porque aqui tem médico, tem tudo. Tem projeto pra criança, escola, posto de saúde.

Antonio: Outra coisa que não temos aqui é coleta de lixo. O prefeito nunca da apoio.

Silvana: Ele fala que assentado não constam no orçamento da prefeitura.

Sobreiro: O senhor se comparou a um indigente. O senhor tem essa sensação. O senhor acha que afeta a dignidade do senhor?

Sempre afetou, sempre afetou. Sempre afetou porque principalmente nos meu patrões. Porque eu pego serviço de pessoas aí riquíssimas. Eu não falo que eu moro aqui.

Sobreiro: Por que?

Porque se eu falar que moro aqui eles não me dão serviço.

Silvana: A gente é visto como bandido, vagabundo, essas coisas. (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011)

A atuação do MTST dentro do acampamento Lagoinha

Na atualidade, o acampamento Lagoinha está vinculado à bandeira do MTST e a coordenação do acampamento é realizada pela ex-acampada¹⁸⁴ Neide. No entanto, apesar de sua vinculação com o MTST, não consta bandeira do movimento no acampamento Lagoinha e muito pouca é a identificação dos acampados com o movimento. Destaca-se a pouca ou nenhuma identificação com o MTST visto que muitos dos acampados não sabem e se confundem errando a sigla e o nome do movimento, conforme aponto no diário de campo:

Após conhecer a coordenadora e o acampamento sentamos na área da casa de sua mãe, uma das poucas casas de alvenaria que há próxima ao acampamento. Como não tinha ouvido até o momento nenhum acampado falar sobre o movimento, minha primeira pergunta foi "*Como é mesmo o nome do movimento aqui do acampamento Neide?*". A coordenadora respondeu "*agora você me pegou em Nino, acho que é MAST... ML ou MT alguma coisa... olha eu não sei...*", parou chamou sua e filha e disse "*fia pega a carteirinha la para o moço ver que a mãe não lembra direito o nome movimento...*". (Diário de campo do dia 22 de novembro de 2011)

No entanto, além de haver certa distância e pouca identificação dos acampados com o MTST ficou ainda mais clara que a atuação do movimento no acampamento é diferenciada e que além de os acampados não se sentirem parte do movimento também somente relacionam o movimento a imagem da liderança Milton, ou seja, todas as atividades, decisões e necessidades são veiculadas, por intermédio da coordenadora, à Milton:

Esposa de Antonio corrige: MAST não menino!

Antonio: O Milton não, é MTST.

Esposa de Antonio: MLST

Antonio: Como é que é?

Esposa de Antonio: MLST

Antonio: ML sei la...

Esposa de Antonio: MLST!! (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011).

¹⁸⁴ A coordenadora do acampamento morava em uma casa localizada às margens da estrada municipal. A justificativa de ser ex-acampada deve-se ao fato de que sua mãe mora nesta casa, no entanto mantém o seu barraco no acampamento. No entanto, atualmente, Neide, a coordenadora do acampamento, por motivos familiares, deixou o acampamento e fora morar na cidade. Somente vai ao acampamento para ajudar de alguma maneira, quando a liderança Milton lhe convoca e quando vai visitar sua mãe, ainda moradora do acampamento.

Além da centralização das atividades na imagem de Milton e a pouca ou quase nenhuma identificação com o movimento destaca-se também o fato de que diferentemente da estrutura organizacional de acampamentos divididos em setores, grupos de famílias, núcleos de bases ou brigadas, o acampamento está relacionado e centralizado na figura da coordenadora Neide. Assim, a coordenadora que centraliza e dá conta das principais notícias e atividades no acampamento, sendo elas: marcar reuniões com a liderança Milton David da Silva; informar horários de reuniões e assembleias para os acampados; tentar mediar e resolver conflitos; e distribuir e recolher as informações dos acampados para a cesta básica; etc. No entanto, a principal atividade de Neide e Milton no acampamento é o recebimento de cesta básica para os acampados. Conforme apontado no capítulo anterior parte da criação do MTST além de estar ligado à desvinculação da imagem do MAST à criminalização, visto o seu caráter institucional e o fato de ser reconhecido como pessoa jurídica, e também à possibilidade de conseguir cesta básica para os acampados juntamente aos órgãos do governo. Neste sentido, a dinâmica do movimento e a atua da seguinte maneira:

Antonio: A Neide trabalha mais mesmo é na distribuição de cesta básica para o pessoal. Vamos dizer assim, faz parte do setor de alimentação. Eu não tenho o que reclamar não. Chega aí "*ó chegou a cesta básica, chegou o alimento do pessoal, vocês tem que pagar*", hoje nós tamo pagando acho que 20 reais por volume.

Sobreiro: Vinte reais referente a que?

Referente a transporte. Porque, segundo eles, esses alimentos é buscado lá em Bauru nos barracão da Conab e tem que ser pago esse transporte de lá pra cá. Segundo eles é isso. (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011).

Entretanto, o trabalho de organização para o pedido da cestas básicas também é feito pela coordenadora do acampamento e chega a demorar meses para obter algum resultado¹⁸⁵. Depois do cadastro (foto 8), onde é realizado o cadastro dos acampados que estão vinculados ao MTST com a carteirinha do movimento, realizado em assembleia (foto 9) pela coordenadora na casa de uma companheira dos acampados, mãe de um assentado do assentamento Lagoinha, a coordenadora passa as informações para a liderança Milton que realiza os contatos com o INCRA e que organiza o

¹⁸⁵ Destaca-se o fato de que além dos acampados também há alguns moradores do centro urbano de Presidente Epitácio que solicitam a cesta básica.

transporte das cestas básicas da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, cujo pagamento do transporte é pago pelos acampados.



Foto 8 - Acampamento Lagoinha - Coordenadora realizando o cadastro dos acampados para a solicitação de cesta básica.

Fonte: José Sobreiro Filho, 02/12/2012



Foto 9 - Assembleia do acampamento Lagoinha para o cadastro dos acampados.

Fonte: José Sobreiro Filho, 02/12/2012

Apesar da atuação do MTST veiculando a cesta básica, os acampados explicitam claramente o desânimo em se fazer a luta. De fato, as famílias não querem ficar mudando, querem ter mais qualidade de vida, ou seja, não querem aquela condição de acampamento itinerante. A melhoria na qualidade de vida dos acampados faz parte de seus desejos. Neste contexto, o desânimo também é parte integrante da luta. Segundo os acampados a sensação de desânimo, inércia e abandono em se realizar a luta pela terra agravou-se com a substituição da bandeira do MST pela do Movimento Camponês formado por Joaquim. Entretanto, a penosidade da luta pela terra associada à condição de acampamento permanente/definitivo do acampamento e à falta de incentivo e tino para a realização da luta por parte do MTST tivera também parte significativa no desânimo dos acampados:

Antonio: Ai tive várias reunião com o Milton aqui. Tive várias reuniões com o Milton. Ai a gente tentando conversar, tentando entra num acordo, mas eu vi que parecia que, eu acho na minha opinião, que ele não tem interesse de assentar ninguém aqui também não.

José Sobreiro Filho

Sobreiro: Por que?

Antonio: Porque a coisa não anda, não convence o pessoal a fazer uma luta, a fazer uma manifestação, a fazer alguma coisa porque acampado não pode ficar dentro do barraco a vida inteira. Por que nós estamos com quanto tempo aqui? Ele manda cesta básica... através do INCRA. Só que tem uma coisa. O problema sabe qual que é? É que está todo mundo calejado cara. É difícil uma pessoa falar uma coisa para você hoje e que envolve reforma agrária para você acreditar, Porque nós já estamos calejados, já estamos óia, sabendo que essa reforma agrária aqui no Pontal é impossível. Nunca vai existir. Mas eu acredito que não existe que não é por falta de esforço político. Eu acho que é falta de interesse da própria liderança dos movimentos sociais. Eu acredito nessa maneira. Porque eu já vi coisas que envolve lideranças que falam assim "vamo ocupar uma fazenda que daqui, vamos dizer assim, noventa dias nós ja estamos dentro da fazenda, já estamos assentados". Várias vez eles falaram isso para mim. Nós ocupamos a fazenda... [consulta a esposa o nome da fazenda] a Sulmineira. Primeira ocupação de terra do mega-acampamento, fazenda Sulmineira, na estrada pra Planalto aqui uns 15 quilômetros aqui para frente do trevo para la à esquerda. Zé Rainha subiu em cima de um cocho de sal e disse "óia gente essa fazenda vai ser negócio... nós ganhamos a fazenda e a fazenda vai ser negociada com o MST e essa fazenda já é de vocês" e todo mundo aplaudiu "i! Graças a Deus". Até ontem (Ironia). Então você entendeu? Essas coisas que fazem com que você... Desistir eu não vou desistir porque eu to aqui, eu não pago aluguel. Eu moro em Epiácio a 50 anos, entendeu, tive problemas, perdi tudo o que eu tinha porque envolveu eu com problema de família né e tive que vender tudo o que eu tinha e vim para aqui nesse barraco e daqui agora eu não saio. Entendeu? Eu saio dentro de um caixão ou se alguém falar assim, chega um fi de Deus ai e diz "Não seu Antonio, eu arrumei um lugar melhor para você ficar." (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011).

Juntamente ao desânimo em se realizar a luta há também a falta de perspectiva de se conquistar um lote. No entanto, segundo alguns acampados o sonho de um dia ter um lote, mesmo que muito constrangido e reduzido ao longo dos anos, ainda existe:

Antonio: Então eu tinha esse sonho, mas só que o tempo foi passando. O tempo vai passando, você vai envelhecendo, você vai perdendo a esperança, você vai perdendo a fé, você vai perdendo a esperança, Você está entendendo? Ai chega no estado que a gente ta hoje. Está entendendo? Ai chega na situação que nós tá hoje. Porque nós não sabe se vai para baixo ou para cima, se nós vai para o lado sul ou lado norte.

Sobreiro: O que o senhor espera hoje?

Antonio: Eu espero continuar do jeito que eu to aqui e trabalhando na minha função. A menos que alguém me convença a não fazer isso. Que chegue alguém aqui e me convença. Fale - *"não seu Antonio, eu tenho uma proposta convincente para o senhor né, eu tenho um proposta convincente para o senhor, que vai te tirar daqui e senhor vai viver em condições melhores do que o senhor está vivendo hoje"*. Ai eu saio, mas enquanto só espero isso né Nino. O que eu posso fazer? (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011).

A disposição em se realizar novamente a luta pela terra está relacionada tanto á figura de uma liderança enérgica e com crédito na luta. Neste caso, José Rainha Junior é um nome com crédito na luta e que se repete nos dizeres dos assentados, ou seja, conforme destacado pelos acampados, Zé Rainha é uma liderança capaz de redespertar o ânimo na luta. No entanto, destacam as famílias que não tem mais coragem de abandonar seu barraco/casa para acompanhar a luta em condições de extrema penosidade. Enfim, de fato, o acampamento Lagoinha é uma das expressões mais claras dos desdobramentos do embate político, do processo de dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses no Pontal do Paranapanema e dos efeitos mudança de bandeira em um acampamento.

4.5 A formação do MST da Base

Um percurso sobre a trajetória de José Rainha Junior

José Rainha Junior, "Zé Rainha" ou apenas "Rainha" é um dos principais personagens para se compreender a luta pela terra não só na região do Pontal do Paranapanema mas também em âmbito nacional. Além da significativa contribuição para a construção da identidade do "sem-terra"¹⁸⁶ e de sua luta, Rainha também tivera grande parcela de participação na maioria das ocupações realizadas na região e no Brasil.

Nascido, em 1960, e criado em Córrego dos Sete, no município de São Gabriel da Palha no estado de Espírito Santo, José Rainha Junior era filho de pequenos proprietários que mais tarde perderam suas terras. Com dificuldades de ir à escola por conta da distância e do trabalho no campo, iniciado desde os sete anos de idade para assegurar a alimentação, José Rainha foi o terceiro de seis filhos e somente pôde aprender a ler e escrever quando adolescente¹⁸⁷ no município de Linhares - ES, depois de sua família ter se mudado para Vila Valério, depois por esta área ter se tornado parte

¹⁸⁶ Ver Welch (2009) e Novaes (1997).

¹⁸⁷ Rainha aponta que aprendeu a ler e escrever dos 15 para os 16 anos.

de Linhares, e Vargem Alegre, também em Linhares. Assim, em Linhares, Rainha deu início a suas atividades nas CEBs - Comunidades Eclesiais de Base.

Sua inserção nas CEB, na metade da década de 70, foi marcada pela forte identificação com Frei Betto. A proximidade com Frei Betto refletiu em leituras em algumas leituras marxistas, tais como Marx, Rosa Luxemburgo, Mao e Lênin, e também da teologia da libertação, com destaque a alguns livros bíblicos que relatavam a defesa dos pobres. No entanto, neste leque de leituras, o início de seu aprendizado de leitura foi marcada pela Bíblia e, portanto, neste sentido Frei Betto foi uma grande inspiração para Rainha. Ali, na CEB, foram os primeiros passos do conhecido Zé Rainha, onde aos poucos foi despertando o conhecimento, o espírito crítica e a ação da militância.

Assim como muitos pequenos proprietários no país, em 1978, a família de Rainha foi obrigada a vender para saldar dívidas de empréstimo com o Banco do Brasil. Nesse mesmo período, enquanto a família voltou a trabalhar de empregado e meeiro no café, Rainha aprofundou na militância com Frei Betto. Diferentemente de Rainha seu pai era reacionário e simpatizava com o ARENA e os governos militares. A divergência dos referenciais político-ideológicos foi um dos fortes motivos para a sua saída de casa por volta dos 18 anos de idade. Em 1979 participou do movimento pela anistia dos presos políticos, juntamente a Luís Inácio Lula da Silva, e também do movimento Anampe - Articulação Nacional dos Movimentos Populares, onde tivera contato com grandes lideranças políticas da esquerda brasileira, tais como Lula, Leonel Brizola e Miguel Arraes¹⁸⁸. No início da década de 80, com a fundação do PT, Rainha envolveu-se com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Linhares. Fez toda a militância da igreja no movimento sindical e assumiu o sindicato dos trabalhadores de Linhares em 1981, primeiramente foi secretário e, mais tarde presidente. Contribuiu para a fundação da CUT – Central Única dos Trabalhadores e do PT – Partido dos Trabalhadores e em 1984 a fundar o MST.

Sua atuação no MST começou no Espírito Santo, mas logo cedo foi desafiado a articular e organizar o movimento na região nordeste do Brasil, dando destaque para os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará e Maranhão. Assim, saiu do Espírito Santo e rumou para o nordeste brasileiro, onde passou por muitos municípios e estado

¹⁸⁸ Ver Pio Pardo, outubro de 2012.

organizando a luta. Juntamente ao seu crescimento e destaque no movimento Rainha também passou a sofrer perigos cedo, sendo que, dentre os diversos, seu primeiro foi na Fazenda Acessita no estado de Espírito Santo. Tão logo, ainda na década de 80 e com 28 anos, foi incluído na lista de pessoas ameaçadas de morte por conta da reforma agrária. Contudo, um dos casos de violência mais importantes da envolvendo Zé Rainha foi a morte do fazendeiro José Machado Neto e do Policial Militar Sérgio Narciso da Silva que foram assassinados em Pedro Canário no ES. Apesar de ter sido acusado de organizar o assassinato, juntamente a oito pessoas, até hoje Rainha não foi condenado de fato e o processo o perseguiu durante longos anos¹⁸⁹.

Em meados da década, Rainha trabalhou organizando o movimento e realizando ocupações de terras e demais ações como no município de Imperatriz no estado do Maranhão. Mudou-se para o sul do estado do Pará em 1989 também com o objetivo de realizar a luta e organizar as atuações do MST. Contudo, sofrera ameaças de morte e um atentado no Pará, fato determinante em sua vinda para a região do Pontal do Paranapanema. Visto a ameaça de morte o próprio movimento indicou a sua atuação no Pontal do Paranapanema e, assim, chegara à região no início da década de 90.

Neste período, emergia a luta pela terra em todo o Brasil e o oeste do estado de São Paulo, região com forte potencial para a luta pela terra visto o caráter duvido da legitimidade da posse da terra, se destacava com a insurgência de algumas ações e ocupações de terras organizadas por movimentos menores e de atuações pontuais. O MST estava dando seus primeiros passos na região. Rainha chega no Pontal do Paranapanema em 1991 para colaborar no processo de construção do movimento e intensificação das atuações. A grande quantidade de terras devolutas, inclusive algumas sem possibilidade de caber recursos no âmbito jurídico, na região foi um dos fatores mais importantes para a luta pela terra e, portanto, sabido desta condição Rainha e as demais lideranças do MST, alavancaram a luta pela terra na região. Dentre suas diversas participações em ocupações na região, destacam a emblemática luta pela fazenda São Bento, Gleba Santa Clara, São Domingos, etc.

¹⁸⁹ Aponta Novaes (1997, p. 218) *"Rainha nega o crime e afirma, no dia em que ocorreu, estava no Ceará."*. O Jornal "O Povo" de 23 de Junho de 1997, página 1, apresenta entrevista com o padre Pedro Paulo declarando as datas em que esteve com José Rainha Junior na fazenda São Joaquim. Em outra notícia, na mesma data e página, o jornal também refere-se à documento da paróquia que comprovam a presença e inocência de Rainha.

Tão brevemente, José Rainha, mais conhecido como Zé Rainha pelos companheiros de movimento, foi se destacando na posição de coordenador regional do MST. Suas falas, quase sempre inflamadas e apinhadas de esperanças, envolviam elementos importantes do histórico de ocupação e luta da região, dos mais importantes e renomados pensadores marxistas, da trajetória de luta de grandes ícones do cristianismo e da desigualdade social. Sua atuação cresceu e o MST passou a realizar cada vez mais ocupações de terras. O prestígio e a representatividade de Zé Rainha também foi crescendo ao longo dos anos. Em 1993 visitou a China a convite do governo chinês¹⁹⁰. Todavia, a repressão também cresceu e foi tomando novas faces, sendo que em 15 de abril de 1994 foi preso por conta da acusação de assassinato no estado de Espírito Santo.

Durante o período de maior intensidade do conflito e da violência Rainha, praticamente assumiu papel de protagonista no MST em defesa da luta pela terra e dos acampados na região, visto o enfrentamento armados e reincidência das ameaças para os integrantes do movimento e das futuras ocupações de terras e demais ações. O ano de 1995 foi um marco por conta das ameaças na região¹⁹¹. Neste mesmo período, devido ao intenso envolvimento da liderança com o movimento, em grande parte a história de José Rainha Junior é a mesma a história do MST no Pontal do Paranapanema e no Brasil. Isso se repetiu ao longo dos anos visto a sua intensa participação nas diferentes instâncias do movimento, tais como: a Coordenação regional; a Direção Estadual; a Direção Nacional; etc. Em 27 de outubro 1995 teve a prisão preventiva declarada após denúncias para o tribunal de Pirapozinho.

Em 1996, Rainha se destacou pelo enfrentamento realizado contra a fazenda Santa Rita, suas afirmações de que os sem terras realizariam outras ocupações e de que a fazenda era improdutiva foi veiculada pela rádio Presidente Prudente. Em janeiro, visando proteger a pessoa de José Rainha o MST optou por resguarda-lo durante as ocupações, assim a liderança não participou da ocupação da fazenda Santa Rita. No entanto, no dia 25 de janeiro foi expedida prisão preventiva para Rainha e sua companheira Deolinda. Mais tarde, ainda em 1996, a tensão retorna ao Pontal do Paranapanema na peleja pela fazenda Santa Rita. Contudo, o conflito também se acirra

¹⁹⁰ Neste mesmo ano nasceu seu filho João Paulo.

¹⁹¹ Em abril de 1995 falece o pai de José Rainha Junior.

por conta do retono das atividades da UDR - União Democrática Ruralista na região. Assim, com o retorno da UDR, novamente, a imagem de Rainha e, também, de Deolinda ganharam mais destaque, sobretudo condenando as ações violentas das UDR.

Sua forte atuação seguiu se destacando ao longo dos anos como uma importante liderança da frente de massa, com grande capacidade de oratória e que, portanto, conseguia arregimentar muitas pessoas para os acampamentos e para a realização de ocupações de terras. Tamanha a sua importância na região, durante seu período de luta com o MST, que seu nome era tão comum e conhecido pelos integrantes do movimento quanto o próprio MST e muitas vezes se ouvia "sou acampado do Zé Rainha", "estamos com o Zé Rainha", etc. Além de ter participado de muitas ocupações emblemáticas na história de Luta do MST na região, tais como a fazenda São Bento, fazenda Santa Rita e fazenda São Domingos, Rainha também organizou muitos acampamentos, sendo que um dos mais conhecido foi o Acampamento Jair Ribeiro¹⁹², cujos relatos diziam ter aproximadamente quatro mil famílias.

De fato, Zé Rainha tivera uma trajetória ímpar e diversa. Foi protagonista de muitas ocupações de terras, pelejas, debates e manifestações do movimento. Foi também condenado à prisão e, portanto, preso por várias vezes, debateu com lideranças da UDR – União Democrática Ruralista, foi identificado pelos jornais e revistas como o principal militante do MST (WELCH, 2009) e reconhecido nacionalmente e internacionalmente como um dos personagens mais conhecidos da luta pela terra no Brasil. Ao seu lado, a companheira e esposa Deolinda Alves da Silva¹⁹³, nascida em Minas Gerais mas cuja família mudou-se para o estado do Espírito Santo em busca de terras, também tivera significativa importância na luta pela terra e na trajetória de Rainha. Deolinda teve seu primeiro contato com o MST em 1985, no estado do Espírito Santo, e também onde conheceu José Rainha Junior no assentamento Vale da Vitória, casando-se mais tarde em 1993 (NOVAES, 1997).

Também tivera trajetória de formação política nos espaços das CEB's organizadas pela Igreja Católica, onde esteve em contato com Leonardo Boff e Frei Betto. Sua chegada ao Pontal do Paranapanema tivera os mesmos motivos de seu

¹⁹² O Acampamento Jaihr Ribeiro fora conhecido com um mega-acampamento que chegou a soma aproximadamente quatro mil famílias. Seu fim aconteceu em junho de 2004.

¹⁹³ Segundo Novaes (1997), Deolinda é a penúltima de dezenove filhos de um casal de meeiros.

companheiro e nesta região foi, ao lado de Rainha, uma importante personagem na luta pela terra tanto no Pontal do Paranapanema quanto no Brasil e no exterior¹⁹⁴. Reconhecida como uma mulher de luta e de garra¹⁹⁵, a companheira de Zé Rainha o seguiu e também enfrentou diversas dificuldades, tais como o cárcere por mais de uma vez, as prisões e ameaças feitas para Rainha, ameaças, processos jurídicos, etc. No entanto, também foi homenageada diversas vezes pelos seus companheiros, movimento estudantil e demais companheiros. Sobre Deolinda, Novaes (1997, p. 218) aponta "*como em outros eventos e acontecimentos, a figura feminina de Deolinda era apresentada como "companheira" que foi presa, ora como a mãe que foi de maneira compulsória afastada do filho pequeno ou como a mulher de Zé Rainha, líder do MST com expressão nacional.*"

Ao longo de seus anos de militância e participação no MST e demais sindicatos, podemos dizer que José Rainha Junior cresceu dentro do movimento e também contribui para que o mesmo crescesse. Participara de diversas instâncias organizacionais do movimento, tais como a coordenação regional, direção estadual, direção nacional, etc. Destacou-se como um importante membro da frente de massa devido à grande capacidade de arregimentar pessoas para os acampamentos e ocupações de terras, à capacidade de oratória e argumentação, à luta pelos direitos dos sem-terra tanto com o estado quanto perante os latifundiários, pelo enfrentamento aos latifundiários organizados ou não pela UDR, por arriscar-se e pouco temer as constantes ameaças, etc., Conforme algumas lutas já apontadas, determinadas frases e posicionamentos também marcaram a sua trajetória e inflaram ainda mais a sua luta e os demais integrantes do movimentos, tais como: "os acampados vão ocupar o que é deles"; "ressuscitar Canudos"; "não pregamos a luta armada, mas não a descartamos", etc. Este conjunto de fatores e elementos foram determinantes para a consolidação da imagem respeitosa e, em certo pontos e momentos, até heroica, martirizada e personalista e de Zé Rainha¹⁹⁶. De um modo geral, conforme apontam Welch (2009) e Novaes (1997), tanto Rainha quanto Deolinda contribuíram significativamente tanto para a consolidação

¹⁹⁴ Frequentemente mencionada ou presente nos e pelos aparelhos midiáticos.

¹⁹⁵ Em 1987 Deolinda fora a Cuba com a finalidade de cumprir um período de um ano de estudo.

¹⁹⁶ Discutiremos isso mais adiante.

e emergência da luta pela terra no Pontal do Paranapanema e no Brasil quanto para a construção da identidade de sem terra.

José Rainha Junior e o MST da Base

No transcorrer da última década do século XX e da primeira do século XXI surgiram muitos grupos dissidentes do MST e, conseqüentemente, das próprias dissidências como um processo de estilhaçamento dos movimentos socioterritoriais e/ou sociais na região. Alguns surgiram como forma de oposição ao MST, outros destacando algumas especificidades político-ideológicas, etc. No entanto, dentre a diversidade de movimentos surgidos na região do Pontal do Paranapanema, destaca-se o movimento formado por José Rainha Junior pela significativa importância da liderança na luta pela terra.

Depois de longa, brava e reconhecida trajetória fazendo frente à luta pela terra no Pontal do Paranapanema e no Brasil pelo MST, aos poucos a mídia foi noticiando ações realizadas por um movimento organizado pela liderança cuja as denominações dadas, sobretudo pelos periódicos, variavam, dentre elas: "'MST da Base"¹⁹⁷, "MST do Rainha"; "MST do Zé"; "Grupo do Zé", "Grupo do Rainha", "MST ligado a Rainha"¹⁹⁸, "MST de Rainha"¹⁹⁹, "Grupo de Rainha"²⁰⁰, "Ala do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) dirigida por José Rainha JR."²⁰¹; etc. *A priori*, as informações e notícias ainda soaram muito questionáveis e provocaram o estranhamento de todos que tomavam conhecimento. No entanto, apesar de alguns anos envoltos àquela roda-vida anuviada, aos poucos as informações foram se clareando e a real condição e posição tanto de Zé Rainha quanto do MST aos poucos foi se tornando mais conhecida. Entretanto, o marco que evidenciou a todos a ruptura entre Zé Rainha e o MST foi a nota pública do MST publicada no dia 14 de maio de 2007 esclarecendo que

¹⁹⁷ Nomenclatura apresentada por José Rainha Junior durante entrevista concedida em 2010 e, portanto, usado por Sobreiro Filho (2011).

¹⁹⁸ Jornal Folha de São Paulo de 20 de fevereiro de 2007, página A6.

¹⁹⁹ Jornal Folha de São Paulo de 22 de junho de 2007, página A10.

²⁰⁰ Jornal O Estado de São Paulo de 13 de janeiro de 2007, página A13.

²⁰¹ Jornal Folha de São Paulo de 20 de fevereiro de 2007, página A1.

José Rainha Junior não fazia parte de nenhuma instância nacional, local ou regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²⁰².

Apesar de alguns posicionamentos bem marcados de ambas as partes essa realidade e discussão ainda é muito pouco conhecida por grande parte do sociedade e dos estudiosos da temática. Um parcela expressiva da sociedade ainda confunde as atuações do MST da Base com as atuações do MST e mal sabem que, de acordo com o pronunciamento da direção nacional do MST, José Rainha não faz parte do movimento. Parte deste desconhecimento está associado também ao fato de que os meios de comunicações, sobretudo os jornais, ainda, em sua maioria, referenciam as atuações de José Rainha como o mesmo MST de atuação Nacional. A falta de critério e interesse dos jornais de distinguir ambos os movimentos, ou o grupo de Rainha, contribuem para ampliar o arcabouço de dúvidas e questionamentos quanto a atuação e condição política de José Rainha. Entretanto, não podemos atribuir ou taxar os jornais como os principais culpados desta complicada situação visto que a liderança ainda faz uso da bandeira do MST em suas ocupações de terras, manifestações e acampamentos. Todavia, tal desconhecimento expressa a importância e intensa participação que José Rainha Junior tivera com o movimento. Fato é que para muitos soa dificultosa a desassociação da imagem Zé Rainha à imagem do MST e vice-versa, visto que a maior parte da sociedade ainda vê e quase sempre viram o MST na imagem de Zé Rainha, relegando as centenas e até milhares de outras lideranças, militantes e integrante ao segundo plano.

Vistas as circunstâncias e complicada trama estabelecida, nos ateremos a alguns pontos fundamentais quanto à estrutura do MST da Base e à trajetória e atuação de José Rainha Junior no movimento, dentre eles: à saída de José Rainha Junior; à estrutura do MST da Base; às vinculações e alianças estabelecidas pelo movimento; etc.

²⁰² Adiante apontaremos trecho sobre a nota.

O MST da Base: da origem até 2011

O MST da Base é a denominação dada e usada pelo grupo liderado pelo militante José Rainha Junior. Além desta denominação muito utilizada também destacam-se outras denominações, tais como: "MST do Rainha"; "MST do Zé"; "Grupo do Zé"; e "Grupo do Rainha". Atualmente, mesmo depois de quase dez anos de afastamento e/ou rompimento de José Rainha Junior com o MST ainda ocorre de usar somente a sigla MST no processo de identificação e também de serem assim divulgados e citados pela mídia.

O surgimento do MST da Base remonta à trajetória de José Rainha Junior na luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Conforme apontamos anteriormente, a liderança tivera grande e intensa participação nas lutas do MST na região e em escala nacional e internacional. Contudo, por volta do ano de 2003 a história começa a tomar novos rumos. A liderança, tão reconhecida, respeitada e vista, em muitas vezes pela sociedade como a principal face e liderança do MST, mais tarde viera a ser afastada do movimento e, portanto, sendo considerado como um dissidente que ainda faz uso da bandeira do movimento e se reconheceu como integrante apesar de assim não ser reconhecido. Este curioso fato, mais tarde veio a culminar na formação do, até então conhecido, MST da Base.

Em linhas gerais, a história de formação do MST da Base, Grupo do Rainha ou MST do Rainha remonta ao ano de 2003, sobretudo, com especial destaque à figura de José Rainha Junior e sua participação no MST. Depois de um período de intensa realização de ocupações, ameaças e conflitos tanto na região quanto no país inteiro, José Rainha passou por alguns momentos de discordância com o movimento que segundo o mesmo estaria relacionada ao modo de se fazer a luta pela terra. Fruto de tais discordâncias foi o surgimento de alguns atritos e divergências que mais tarde viera a se converter no afastamento, realizado pela direção nacional, de Rainha das demais instâncias do movimento. No dia 19 de junho de 2003 o Jornal Folha de São Paulo divulgou uma das primeiras manchetes que referenciou o conflito entre Rainha e o movimento (ver quadro 19). Em seguida, no dia 21 de Junho do mesmo ano, Rainha negou que tivesse sido proibido de falar pelo MST.

**Quadro 19 - Principais notícias relacionadas à saída de José Rainha Junior do
MST**

Data	Título da matéria	Jornal	Página
19/06/2003	MST proíbe Rainha de falar pelo movimento	FSP	A.9
21/06/2003	Rainha nega que MST o tenha proibido de falar	OESP	A.9
26/11/2003	"Encostado" pelo MST, Rainha anuncia trégua.	FSP	A7
04/09/2005	Rainha racha MST com ato Pró-Dirceu	OESP	A.10
08/09/2005	Mesmo sem Rainha, MST promete invasões	ON	1.3
25/02/2006	MST afasta Rainha da direção do movimento	FSP	A.7

Fonte: Dataluta Jornal, 2012. **Elaboração:** José Sobreiro Filho

Logo após a primeira declaração que evidenciou os indícios primários da má relação de Rainha com o movimento através da proibição de falar em nome do MST ocorreu sua prisão no dia 11 de julho de 2003. Além de ter gerado muita polêmica, de certa forma, sua prisão também contribuiu para o esfriamento da relação com o movimento. No entanto, seu nome foi destacado nos jornais durante seu período de cárcere (quadro 20). Dentre as muitas matérias sobre a liderança destacaram-se notícias tais como: as transferências de presídios que a liderança sofrera; os apelos, vigílias e tentativas de liberação e *Habeas-corpus*; as condenações; e a prisão de sua esposa Deolinda por formação de quadrilha. Seu tempo de cárcere durou pouco mais de quadro meses.

Quadro 20 - Principais notícias sobre a prisão de José Rainha Junior - 2003

Data	Título da matéria	Resumo da matéria	Jornal	Página
12/07/2003	Prisão do líder sem-terra é a quarta desde 94	Prisão de Rainha	FSP	A.10
12/07/2003	Rainha é preso após audiência no Pontal	Prisão de Rainha	FSP	A.10
12/07/2003	Rainha é preso pela terceira vez em um ano'	Prisão de Rainha	OESP	A.10
12/07/2003	Rainha é preso em Teodoro após depoimento	Prisão de Rainha	IMP	5.B
18/07/2003	Justiça nega liminar e mantém Rainha preso	Prisão de Rainha	OESP	A.9
22/07/2003	Grupo acampa diante de prisão de Rainha	MST acampa em forma de vigília em solidariedade a Rainha	OESP	A.8
22/07/2003	MST instala "vigília" perto de penitenciária	MST protesta contra prisão de Rainha	IMP	4.B
31/07/2003	Rainha é condenado por porte de arma	Condenação de Rainha	FSP	A.9
31/07/2003	Sem-terra diz que juíza os persegue	Juiz x sem-terra	FSP	A.9
31/07/2003	Rainha é condenado a 2 anos e 8 meses de prisão	Prisão de Rainha	OESP	A.8
12/08/2003	Rainha é levado para outra prisão em Venceslau	Líder do MST preso desde dia 11 de julho na Penitenciária de Segurança Máxima, em Presidente Venceslau, é transferido para outro presídio.	OESP	A9
15/08/2003	TJ nega habeas-corpus e Rainha continua preso	Após a decisão, tomada antes do fim do julgamento, líderes sem-terra reagiram e falam em organização para "libertar" companheiros.	OESP	A9
19/08/2003	Rainha acompanha depoimento de testemunha	Líder do MST , Rainha, acompanha depoimentos.	IMP	7.B
22/08/2003	MST promove ato hoje contra prisão de Rainha	Líderes querem reunir mais de 3 mil pessoas na marcha que terá apoio de parlamentares do PT	OESP	A10
23/08/2003	Aro pró-Rainha reúne no Pontal mil sem-terra	MST protesta contra "perseguição política"	OESP	A.10

07/09/2003	Rainha é levado para presídio onde esta "Beira-Mar"	Presídio de Rainha	OESP	A.11
07/09/2003	Rainha e "Mineirinho" vão para o "Piranhão"	Líderes do MST são transferidos para Bernardes	IMP	7.B
07/09/2003	Por "cautela", Jose Rainha é transferido	Jose Rainha é levado para Bernardes	FSP	A.17
07/09/2003	Para ouvidoria, líder do MST é "preso político"	OAN se manifesta a respeito da ida de Rainha para Bernardes	FSP	A.17
11/09/2003	Decisão judicial atinge 11 integrantes do MST	prisão de Rainha atinge MST	IMP	7.B
11/09/2003	Presa Deolinda vai para cadeia de Piquerobi	Prisão de Deolinda	IMP	7.B
11/09/2003	Mulher de Rainha é condenada e presa em SP	Prisão de Deolinda	OESP	A.8
11/09/2003	Após condenação, mulher de Rainha é presa no Pontal	Deolinda pegou 32 meses de prisão por formação de quadrilha	FSP	A.13
12/09/2003	Rainha e "Mineirinho" seguem para Dracena.	A pedido do MST, líderes são transferidos para unidade que abriga presos processados por furto e estelionato.	IMP	7B
29/10/2003	Rainha vence primeira batalha no STJ	Rainha tem prisão revogada, mas continua preso, por outras condenações	OESP	A.10
29/10/2003	Rainha consegue habeas-corpus, mas continua preso	Prisão de Rainha	IMP	7.B
04/11/2003	Líderes do MST obtém habeas-corpus em SP	Rainha fica preso outros líderes conseguem habeas-corpus	FSP	A.6
12/11/2003	STJ julga hoje recurso em favor de Rainha Jr	Prisão de Rainha	IMP	5.B
13/11/2003	Após quatro meses Rainha sai da prisão	Liberdade de Rainha	FSP	A.9
13/11/2003	Rainha estava preso desde 11 de julho	Rainha ficou um mês na penitenciária 2 de Presidente Venceslau. Depois foi levado para outro presídio na mesma cidade.	IMP	B7

Fonte: Dataluta Jornal, 2012. **Elaboração:** José Sobreiro Filho

Logo após sua saída da prisão, por decisão do STJ - Superior Tribunal de Justiça, Rainha retornou à luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Suas primeiras atividades pareceriam estar de acordo com o MST (ver quadro 21). A volta para o mega-acampamento Jahir Ribeiro foi a notícia de principal destaque relacionando a atuação de José Rainha neste período. A princípio, seu retorno soou de acordo com o movimento visto que a Rainha seguiu se reconhecendo como liderança e se reconhecendo como militante do movimento. No entanto, o movimento manteve sua postura e mais tarde novas notícias, em 2005 e 2006, voltaram a destacar Rainha como uma dissensão do movimento.

Quadro 21 - Principais notícias após a saída de José Rainha Junior da prisão em 2003

Data	Título da matéria	Resumo da matéria	Jornal	Pg.
13/11/03	A luta nem começou no Pontal	Beneficiado por decisão do STJ, José Rainha Júnior deixa prisão e anuncia retomada de ações na região.	IMP	A1
13/11/03	Jahir Ribeiro espera retomada	Rainha foi o Impulsionador do maior acampamento de sem-terra do País, o Jahir Ribeiro, instalado a partir de maio às margens de uma estrada vicinal em Presidente Epitácio.	IMP	B7
13/11/03	STJ manda libertar Rainha, depois de 123 dias.	Até as 20 horas, alvará de soltura não havia chegado à Penitenciária de Dracena. Foram 3 decisões favoráveis em 15 dias.	OESP	A9
13/11/03	Líder vai comandar hoje assembleia do MST	A família de José Rainha Júnior aguarda sua libertação. Rainha deve assumir suas funções ainda hoje.	OESP	A9
14/11/03	Rainha: O Pontal sempre foi uma terra sem lei.	Líder do MST aos poucos começa a retomar as suas atividades na região.	IMP	B4
14/11/03	As lutas serão pacíficas, afirma líder do MST	José Rainha Júnior descarta a possibilidade de retomada de ocupações de fazendas no Pontal do Paranapanema	IMP	B5
20/11/03	Rainha retoma Jahir Ribeiro no próximo sábado.	Principal líder do MST no Pontal, que ontem se reuniu com bispo em Prudente, terá uma assembleia com acampados.	IMP	B7
26/11/03	Rainha visita João Paulo e adere à trégua ao governo.	O líder nacional do MST, José Rainha Júnior, rebateu o rótulo de radical e violenta atribuído ao MST.	IMP	B7
26/11/03	Rainha apoia trégua do MST ao governo.	Líder diz que acordo para suspender as invasões até meados de 2004 mostra que movimento quer o diálogo.	OESP	A8

Fonte: Dataluta Jornal, 2012. **Elaboração:** José Sobreiro Filho

Segundo o próprio José Rainha Junior, em entrevista, sua luta com esse grupo de terra teve suas origens depois de sua saída da cadeia e da recusa do convite para o retorno ao movimento no ano de 2003:

Eu fiquei quatro meses e meio na cadeia. Ai quando eu sai da cadeia. Eles disseram: - não agora você vai voltar para a direção. Eu disse: - mas a pena foi a cadeia de direito? Se eu estava errado antes eu não poderia voltar para a instância. Não agora você vai voltar para a instância. Mas com qual base? Eu fiquei quatro meses e meio na cadeia por causa de uma luta justa e agora eu estou perdoado pelo tempo de cadeia? Não estou entendendo. Se eu não poderia estar antes, não posso depois. Então vai continuar igual, eu não aceito o convite. Pronto, eu não vou aceitar o convite. Acho que é uma demagogia e continuei tocando mano e com aqueles que acreditaram na gente. Agora se nós somos maioria não tenho culpa. (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

Assim, conforme apresentado pela liderança, mesmo com a recusa do convite para retorna às instâncias do MST, José Rainha Junior deu seguimento em sua luta com um de sem terra que lhe creditou confiança. No entanto, apesar de ter recusado a retornar ao movimento conforme afirma, José Rainha seguiu fazendo uso da bandeira do movimento. A princípio, como todo movimento, suas primeiras ações foram um pouco mais tímidas, mas ao passar do tempo algumas alianças com sindicatos e outros movimentos da região foram sendo feitas e a representatividade do movimento alcançou patamares mais elevados. Deste modo, José Rainha Junior foi retomando gradativamente papel de destaque na luta pela terra no como uma das principais lideranças do Pontal do Paranapanema. A representatividade na imprensa também cresceu ao longo dos anos.

Em 2005, voltou a prometer novas ondas de invasões na região do Pontal do Paranapanema com seu grupo. Sua postura de apoio ao governo Lula também era clara. Assim como várias outras lideranças dos diversos movimentos do país, Rainha também voltou a ter problemas com a justiça, sendo que em outubro de 2005 mais uma vez foi condenado a prisão. No ano de 2006, apesar de não ter conseguido promover grandiosamente a luta pela terra, José Rainha Junior conseguiu avançar se desvencilhando de alguns problemas referentes à justiça e também se aliando com o MAST com a finalidade de unificar alguns movimentos na região. Ainda em 2006 novamente circulou a informação de que a direção do MST afastara Rainha por não ter cumprido as normas. Tanto em 2005 quanto em 2006 ocorreram fortes problemas com a

justiça, fato que comprometeu muito a luta pela terra com o seu movimento visto que não tivera total liberdade para poder articula-lo e desenvolver a luta pela terra com o mesmo vigor que fizera com o MST nos anos anteriores à sua saída.

Entretanto, apesar da tímida e quase inexpressiva atuação do MST da Base nos anos anteriores, o ano de 2007 foi marcado pela intensa atuação do MST da Base na região. O marco das ações foi intitulado de "Carnaval Vermelho", período que concentrou a maior parte das ações do movimento durante o ano. Durante o mês de fevereiro muitas foram as atuações do grupo liderado por José Rainha Junior, conforme apresentamos no quadro a seguir²⁰³.

Quadro 22 - Notícias sobre as ações do MST da Base durante o Carnaval Vermelho - 2007

Data	Título da matéria	Jornal	Página
20/02/2007	CUT e MST de Rainha fazem a 13 invasão no oeste de SP	FSP	A1
20/02/2007	MST ligado a Rainha faz 13 invasão em fazendas de SP	FSP	A6
20/02/2007	MST invade 12 áreas na região em 2 dias	IMP	6-B
25/02/2007	MST faz 14 invasão em uma semana	ON	2.2
25/02/2007	Sem-Terra invadem 14 fazenda em São Paulo	OESP	A9

Fonte: Dataluta Jornal, 2012. **Elaboração:** José Sobreiro Filho

Além do destaque causado pela realização das 14 ocupações de terras promovidas em fevereiro de 2007, José Rainha Junior também ganha significativo destaque tanto pela cobrança de um plano para solucionar os conflitos e promover a criação de assentamentos na região feita para o ITESP quanto também pelo polêmico projeto do Biodiesel que mais tarde dera início na região. O projeto de produção de biodiesel foi um dos principais motivos que impulsionaram a reemersão da liderança tanto na luta pela quanto na organização da produção nos assentamentos rurais visto que foi o principal mediador da elaboração do projeto. Este projeto começou a se tornar público ainda em março de 2007 com a luta da liderança para a conquista de verbas para sua realização. Apesar de não ter sido visto como uma das principais referências para lidar com este projeto com o projeto e solicitar recursos visto a péssima situação da

²⁰³ Visto que as ocupações realizadas pelo MST da Base passaram a ser distinguidas do MST somente a partir de 2008 tomamos como principal referencial para identificar suas ações e mapear sua dinâmica o cabedal de jornais do DATALUTA Jornal.

COCAMP - Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema, Rainha pouco se abalou diante dos boatos. A liderança seguiu advogando o biodiesel como um projeto para Pontal.

Ao longo dos meses a mídia seguiu noticiando sobre o projeto em manchetes destacando os intentos, possíveis impactos e o andamento do projeto (quadro 23). No entanto, destacam-se algumas manchetes, tais como: "Biodiesel é a saída para a região, diz Rainha", "Rainha troca invasão por biodiesel", "Rainha terá verba do governo para fabricar biodiesel", "Lideranças assinam carta pró-biodiesel", "Pontal recebe programa de produção de biodiesel", "O "abril verde" do outro lado do MST", "Biodiesel deve beneficiar 6 mil famílias no Pontal" e "Rainha defende projeto de pinhão manso".

**Quadro 23 - Notícias sobre o projeto do biodiesel organizado por
José Rainha Junior - 2007**

Data	Título da matéria	Jornal	Página
07/03/2007	Rainha quer dinheiro para projeto de biodiesel no Pontal	OESP	A7
11/03/2007	Agora o dinheiro é para o biodiesel e não se explica a falência da Coocamp	IMP	3-A
25/03/2007	Biodiesel é a saída para região, diz Rainha	ON	2,1
26/04/2007	Rainha troca invasão por biodiesel	OESP	A11
02/05/2007	Rainha terá verba do governo para fabricar biodiesel	OESP	A8
02/05/2007	Lideranças assinam carta pró-biodiesel	IMP	5-B
03/05/2007	Pontal recebe programa de produção de biodiesel	ON	2.2
06/05/2007	O "abril verde" do outro lado do MST	OESP	J5
08/05/2007	Biodiesel deve beneficiar 6 mil famílias no Pontal	ON	2.2
10/05/2007	Rainha defende projeto de pinhão manso	IMP	7-B
01/06/2007	Artigo (José Rainha) - Pinhão Manso	ON	1.2
01/08/2007	Rainha evita rebater acusação de 'manobra'	IMP	6B
13/09/2007	MST se reúne hoje com diretor da Petrobras	IMP	7-B

Fonte: Dataluta Jornal, 2012. **Organização:** José Sobreiro Filho

Apesar de ter realizado grande quantidade de ocupações de terra no mês de fevereiro o MST da Base se demonstrou ainda mais atuante em junho de 2007 realizando ocupações em 15 áreas no estado de São Paulo, sendo doze na região do Pontal do Paranapanema²⁰⁴. No entanto, as ocupações aumentaram alcançando a soma

²⁰⁴ Ver jornal Oeste Notícias de 26 de junho de 2007, página 2.1.

de dezenove áreas no mês de julho. Parte das ocupações foram realizadas em conjunto com os movimentos MAST, CUT e Uniterra, como fruto da proximidade estabelecida entre o grupo de Rainha e os movimentos dissidentes do MST no Pontal do Paranapanema. Todavia, neste período, outra polêmica chamou a atenção tanto da mídia quanto da sociedade e fez dos movimentos da região e da própria luta pela terra mais uma vez alvo de crítica e questionamentos. A notícia divulgada pelo jornal "O Imparcial" no dia 26 de junho de 2007 cujo título é "Mast 'acerta' invasão com suposto ruralista"²⁰⁵ destacou uma possível/provável venda/negociação de ocupações de terras entre uma liderança do MAST e um representante da fazenda Estrela do Laranja Doce em Martinópolis. O ocorrido muniu de críticas tanto a imprensa quanto a oposição, sobretudo, por este grupo estar vinculado à liderança José Rainha Junior, exemplo disso foram as críticas arroladas pela UDR, a manifestação de repúdio e a solicitação de investigação. Todavia, o ocorrido surtiu efeito efêmero e nada afetou os projetos do MST da Base e do projeto de biodiesel.

Outra polêmica foi sobre a possível visita do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, presidente da república vigente no período, intermediada por José Rainha para uma possível participação no evento que promoveria a produção de biodiesel e defenderia o governo. O Evento, visando reunir dez mil acampados e assentados, foi organizado pelo MST, CUT, MAST, UNITERRA, Movimento Terra Brasil e a Federação das Associações dos Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista - FAAAFOP²⁰⁶. Apesar da temática e significativo crescimento do projeto do biodiesel na região a visita de Lula, de fato, não ocorreu.

Em 2008, mais uma vez o "Carnaval Vermelho" voltou a agitar a luta pela terra na região. Ao todo, somaram-se dezesseis ocupações²⁰⁷ no Pontal do Paranapanema durante o "Carnaval Vermelho". Dentre os motivos das ocupações de terras promovidas pelo MST da Base destacavam-se a regularização de terras referente ao projeto de lei que visava regularizar a posse das terras acima de 500 hectares na região do Pontal do Paranapanema, a criação de assentamentos rurais, a reforma agrária pela compra de terras visto que o Estado gasta muito dinheiro pela compra em detrimento da

²⁰⁵ Página 6B.

²⁰⁶ São encontradas duas siglas para a mesma federação, sendo: FAAFOP e FAAAFOP. No entanto, referem-se à mesma federação.

²⁰⁷ Ver jornal O Estado de São Paulo dia 10 de fevereiro de 2008, p. A11.

desapropriação pela ilegitimidade da posse da terra e também visava protestar contra o governo estadual de José Serra do PSDB. Mais uma vez a visita de Lula mediada por José Rainha Junior foi polêmica na região, como não ocorreu logo foi remarcada²⁰⁸. Ademais, os demais meses seguiram com algumas ocupações pontuais e também debates de menor impacto quanto à atuação e problemática da região, destacando-se apenas o mês de outubro com a realização de sete ocupações²⁰⁹.

O início das atividades em 2009 foram com manifestações por volta de dez de fevereiro em oito prédio do Itesp com a finalidade de cobrar e pressionar o instituto a apressar reforma agrária na região com a criação de mais assentamentos rurais e melhorias no auxílio técnico para os assentamentos criados. Dias depois, os primeiros reflexos do "Carnaval Vermelho" surgiram com as ocupações de terras na região. As ocupações realizadas pelo MST da Base e pelos grupos dissidentes somaram vinte áreas ocupadas em quatorze municípios do estado²¹⁰. Além de reivindicar pressa na criação de assentamentos na região, o MST da Base também tivera como alvo o descaso do governo de Serra com a reforma agrária. Mais tarde, outra onda de atuações intitulada de "inverno quente" volta a agitar a região com a intensa realização de ocupações de terra. Ao todo foram doze áreas ocupadas durante o inverno quente, sendo as ocupações concentradas no final de semana dos dias 26, 27 e 28 de Junho²¹¹.

Denota-se que ocorreu um significativo crescimento das ações do MST da Base no transcorrer dos anos. Tal crescimento, aos poucos retratados pelos jornais tanto nacionais quanto a nível regional, ganhou ainda mais notoriedade a partir de 2009. Exemplo do crescimento do MST da Base foi o destaque dado ao movimento em matéria feita pelo jornal "O Estado de São Paulo" no dia dois de agosto de 2009 cujo título foi "Grupo de Rainha já é maior que o MST em São Paulo".

O ano de 2010 não se diferenciou muito dos demais. Vale destacar que a proximidade de Lula e as constantes promessas de visita ao Pontal do Paranapanema arrolou destaques especial para José Rainha Junior. Este destaque e promessa, em partes, se converteu em esperança, aumento da popularidade e confiança, e também em um crédito pessoal para a liderança visto que era noticiado como - amigo de Lula" e

²⁰⁸ A constante remarcação da visita de Lula, de certo modo, gerou um pouco de descrédito.

²⁰⁹ Ver jornal O Imparcial de 22 de outubro de 2008, p. 4B.

²¹⁰ ver jornal Oeste Notícias de 25 de fevereiro de 2009, p. 1.2.

²¹¹ Ver jornais "O imparcial" e "Oeste Notícias" de 28 de junho de 2009.

como mediador²¹². No entanto, assim como nos anos anteriores, mais uma vez foi vã a promessa da visita de Lula na região e, mesmo que de maneira tímida e quase insignificante, a imagem de proximidade entre Zé Rainha e Lula tão propagandeada caíra em descrédito pela população local.

Apesar da ausência de Lula o MST da base conseguiu criar uma atmosfera de insegurança de força do movimento com a declaração da onda de ocupações durante o "Carnaval Vermelho". Assim, o MST da Base e movimentos aliados deram início às atividades com a realização de uma onda de ocupações no mês de fevereiro marcando-o com a atuação denominada de "Carnaval vermelho". No entanto, neste período, antes da realização das ocupações a mídia destacou a declaração feita pelo movimento onde anunciava a ocupação de até setenta fazendas e também o levantamento de mais de sessenta acampamentos para realizar as ocupações do "Carnaval Vermelho" (Quadro 24).

²¹² Destacaram-se as notícias "Lula vem visitar seu amigo Zé Rainha" e "Lula deve visitar a região no dia 11" publicadas pelo jornal "Oeste Notícias" no dia 04 de Fevereiro de 2010 .

Quadro 24 - Notícias sobre as atuações do MST da Base e aliados durante o Carnaval Vermelho de 2010

Data	Título da matéria	Resumo da matéria	Jornal	Página
14/02/2010	Sem-terra iniciam 'Carnaval vermelho'.	Lideranças de movimentos afirmam que mais de cinco mil famílias participam da ação em cerca de 60 fazendas.	ON	2.1
14/02/2010	Carnaval vermelho pode atingir 70 propriedades.	Cerca de 2 mil integrantes do MST e demais entidades sociais iniciaram ontem, com acampamentos montados em frente a 40 propriedades o chamado Carnaval vermelho.	IMP	4B
14/02/2010	Carnaval vermelho' ameaça 61 fazendas .	Ofensiva no Ponta e Alta Paulista reúne 5 mil sem-terra.	OESP	A12
14/02/2010	Sem-terra promovem "Carnaval Vermelho".	Movimentos reúnem mais de cinco mil famílias em ações nas regiões de Presidente Prudente e Araçatuba.	ON	CAPA
15/02/2010	Seguranças e dissidentes do MST se enfrentam no Pontal	Não houve feridos, mas líder sem-terra relata ameaças de homens armados.	OESP	A7
16/02/2010	MST invade áreas na região de PP	Movimento diz que 63 acampamentos já foram erguidos; UDR entrará com representações	IMP	4B
16/02/2010	Sem-terra invadem propriedades; UDR entrará com representações.	O MST iniciou desde o último domingo, uma série de invasões a propriedades rurais de todo o Estado de São Paulo.	IMP	CAPA
17/02/2010	MST faz seis ocupações pelo 'Carnaval Vermelho'	Sérgio Pantaleão, coordenador regional do MST: 'proprietários não devem temer ao MST e sim à Constituição Federal e a Justiça do País'	ON	1.5
17/02/2010	José Rainha solicita audiência com Dilma.	O líder do MST, José Rainha Junior, afirmou a reportagem do O Imparcial ter solicitado a assessora da Casa Civil, Dilma Rousseff, audiências para tratar de reivindicações que pautaram o carnaval vermelho.	IMP	4B
18/02/2010	Líder do MST enaltece "Carnaval Vermelho"	O carnaval vermelho foi uma das maiores mobilizações no Estado que demonstra o avanço da luta pela terra.	ON	2.1
19/02/2010	Rainha diz que militantes só saem sob ordem.	Militantes permanecem em áreas invadidas da região de Presidente Prudente.	IMP	4B

Fonte: Dataluta Jornal, 2012. **Organização:** José Sobreiro Filho

O posicionamento político de José Rainha Junior foi também um elemento importante para o MST da Base em 2010. Vista a disputa presidencial entre José Serra (PSDB) e Dilma (PT), José Rainha Junior fez questão de se posicionar apoiando o projeto de Dilma. Sobreiro Filho (2010) destaca a entrevista feita com a liderança José Rainha onde o mesmo aponta claramente a vinculação de seu projeto com o governo PT *"nosso projeto é fortalecer o governo Lula, eleger a presidente Dilma como a maior, primeira mulher na história desse país"*. O apoio de José Rainha também repercutiu pelos jornais destacando o fato de "MST de Rainha levantar a bandeira pró Dilma"²¹³.

Neste contexto, outro destaque foi a notícia de uma futura universidade na região do Pontal do Paranapanema para atender alunos oriundos de assentamentos e acampamentos²¹⁴. Nas palavras de Zé Rainha o projeto que os vincularia com a iniciativa privada e pública possibilitaria o acesso dos acampados e assentado na universidade gratuitamente:

Na conversa que eu tive com o Paulo Freire, quando vivo, e com o Florestan Fernandes, nos devia ter, o nosso povo ter, acesso à faculdade e nos estamos fazendo um projeto que apresentamos para o presidente Lula uma parceria com a UNIESP e vão vir críticas, "ai juntou com a burguesia da educação privada". Mas não tem problema. Qual é o projeto do presidente Lula? Ah! O Lula constrói a universidade, constrói a parede, a escola e a parceria, a UNIESP entra com o processo educativo, com os professores e todos os cursos, com todas as matérias de ciências agrárias. Todas as outras matérias vão ter, menos a medicina. E nossos filhos, dos assentados, dos acampados, da agricultura familiar e do movimento sindical terão 100% de bolsa. Todos vão estudar, que quiserem. Homem, mulher, jovem, velho, não importa. Todos, gratuitamente. Eu já anunciei isso e o projeto está na mão do presidente Lula para assinar. Eu não sei, mas acho que o Lula vai dar o projeto. É a parceria da nossa cooperativa com a iniciativa privada e também nós vamos estar dentro do conselho deliberativo né, da escola para nós decidir sobre as matérias. (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

Ainda em maio de 2010 começaram a circular também os primeiros problemas referentes ao projeto de produção de biodiesel na região.²¹⁵ No dia 16 de maio duas

²¹³ Ver notícia "Questão Agrária" do jornal O Estado de São Paulo, página A8, de 19 de abril de 2010, "Sem-terra levanta bandeira de apoio à Dilma Rousseff" no jornal O Imparcial, página 5B, do dia 20 de abril de 2010 e "MST de Rainha Jr. Faz campanha pró-Dilma" na página A14 do jornal Folha de São Paulo de 05 de agosto de 2010.

²¹⁴ Ver notícia "Parceria prevê Universidade da terra no Pontal" publicada no jornal O Imparcial, página 5B do dia 15 de maio de 2010.

²¹⁵ Quanto ao projeto de produção de biodiesel discutiremos no sub-tópico adiante como parte de uma estratégia de desenvolvimento territorial do movimento.

notícias arrolaram problema da produção de biodiesel à falta de incentivos. As notícias "Biodiesel no Pontal: do sonho à desilusão" e "Programa para produção de biodiesel fracassa no Pontal" retrataram a problemática e destacaram o constrangimento do projeto na região, sobretudo, causada pela falta de incentivos que mais tarde converteu-se no abandono da lavoura de pinhão-manso e mamona pelos assentados.

Em fevereiro de 2011 José Rainha apresentou no Ministério da Educação, em Brasília, o projeto de implantação da intitulada "Universidade da Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema"²¹⁶. Além da discussão da universidade voltada para os acampados e assentados do Pontal do Paranapanema e também do Brasil, o MST da Base destacou-se pela mudança de estratégia em 2011. Diferentemente dos anos anteriores, o ano de 2011 destacou-se por ser o primeiro sem as atuações do MST da Base no Carnaval Vermelho. No entanto, apesar de não realizar ocupações durante o período de carnaval o MST da base centrou suas forças na realização de ocupações de terras no mês de abril juntamente às ocupações realizadas pelo MST.

A intensa realização das ocupações de terras durante o abril vermelho rendeu à José Rainha Junior significativo destaque na mídia. As ações iniciaram-se por volta do dia 10 e encerraram-se entorno do dia 19 de abril. Ao todo, como destacou o jornal "O Imparcial" do dia 19 de abril, foram 55 áreas ocupadas no oeste paulista e na região de Araçatuba (ver quadro 25).

²¹⁶ Ver notícia "Rainha busca parceria com empresas privadas" do jornal O Imparcial no dia 4 de fevereiro de 2011, página 4B.

Quadro 25 - Principais notícias sobre as atuações do MST da Base durante o Abril Vermelho de 2011

DATA	Título da matéria	Resumo da matéria	Jornal	Página
5/04/2011	Dissidência do MST invade fazenda em Rinópolis	Um grupo de dissidentes do MST ocupou a fazenda Leonilda, em Rinópolis. Barracos foram montados ao lado da sede, segundo a PM, não houve confronto entre sem-terra e funcionários da fazenda.	ON	2.1
10/04/2011	Invasão deve chegar a 50 fazendas, diz Rainha	É esperado que chegue 50 o número de fazendas invadidas no Abril Vermelho, como afirma o próprio comandante da ação, o líder dissidente do MST, José Rainha Junior	IMP	4B
10/04/2011	MST dá sequência ao 'Abril Vermelho' na região	Grupos de integrantes do MST ligados ao líder regional José Rainha Junior ocuparam pelo menos 15 fazendas, durante a madrugada de ontem.	ON	1.5
11/04/2011	Rainha lidera onda de invasões do MST no Estado	Desde a madrugada de sábado, 36 fazendas já foram tomadas no oeste paulista, ação faz parte do 'abril vermelho' e líder promete outras até dia 17.	OESP	A6
17/04/2011	Rainha Júnior anuncia mais oito invasões	Com as fazendas invadidas na manhã de ontem, o líder dissidente do MST contabiliza 44 propriedades e a intenção é ultrapassar 50 hoje.	IMP	4B
18/04/2011	MST invade mais de 8 fazendas no interior de SP	Mais oito fazendas nas regiões oeste e central do Estado de São Paulo foram invadidas do fim de semana por militantes do MST, elevando para 44 o total de áreas ocupadas este mês.	OESP	A8
19/04/2011	São Paulo lidera ocupações do 'abril vermelho'	Com 55 áreas invadidas desde início do mês, o Estado de São Paulo virou o principal alvo do "abril vermelho", a jornada nacional de lutas do MST pela reforma agrária.	OESP	A9
19/04/2011	MST de Rainha encerra mobilização	A mobilização Abril Vermelho, desencadeada por cerca de 6 mil militantes do MST, liderados pelo dissidente José Rainha Júnior, encerrou no domingo com um total de 55 fazendas invadidas no oeste paulista e na região de Araçatuba.	IMP	4B

Fonte: Dataluta Jornal, 2012.

Organização: José Sobreiro Filho

Em junho de 2011, José Rainha Junior foi preso mais uma vez. No entanto, agora sob a acusação de desvio de verba pública de aproximadamente 5 milhões de reais. A polícia federal realizando a intitulada "Operação desfalque"²¹⁷ apreendeu mais 16 pessoas, desde integrantes do movimento até funcionária do Incra, que supostamente estariam envolvidas em um esquema de desvio de verba pública, extorsão, peculato, apropriação indébita, formação de quadrilha, etc.²¹⁸ A principal acusação, de desvio de verba para assentamentos de reforma agrária, relacionava algumas associações civis e cooperativas vinculadas à imagem de José Rainha Junior e instituições do governo. As tentativas de liberação de Rainha com *Habeas corpus* não tiveram resultado tão cedo. Em outubro a liderança pôde acompanhar os depoimentos em sua defesa no fórum de Pirapozinho, de foi ouvida na sede da polícia federal em Presidente Prudente - SP. No entanto, apesar dos depoimentos e das apreciações de seu pedido de *habeas corpus*, José Rainha seguiu preso.

No entanto, mesmo com a principal liderança presa, o MST da Base realizou ocupações de terras no mês de novembro na região da Nova Alta Paulista como forma de dar seguimento à luta e continuar pressionando o Estado para a agilização da reforma agrária. O recebimento de uma carta com denuncia de suposta encomenda de morte foi outra polêmica voltou a rondar a figura de José Rainha Junior no mês de dezembro. Mesmo com José Rainha Junior, o MST da Base encerrou o ano de 2011 prometendo realizar onda de ocupações de terras no mês de janeiro com a onda de ocupações de terras denominada "Janeiro quente"²¹⁹. O ciclo mais intenso de ocupações realizadas pelo MST somou setenta e sete ocupações de terras tanto na região do Pontal do Paranapanema como em áreas também localizadas no oeste de São Paulo tal como a Nova Alta Paulista, conforme aponta o quadro 26 e os mapas a seguir.

²¹⁷ ver notícia "Rainha e 16 são pessoas são detidas acusadas de desviar R\$ 5 milhões" no jornal O Imparcial do dia 17 de junho de 2011, capa.

²¹⁸ Ver notícia "PF prende rainha, Funcionária e mais 7 em operação" no Jornal Oeste de 17 de junho de 2011, capa.

²¹⁹ Ver notícia "Aliados de Rainha prometem "janeiro quente" no Pontal" na página 2A do jornal O Imparcial do dia 24 de dezembro de 2011.

Quadro 26 - Ocupações realizadas pelo MST da Base - 2008-2011

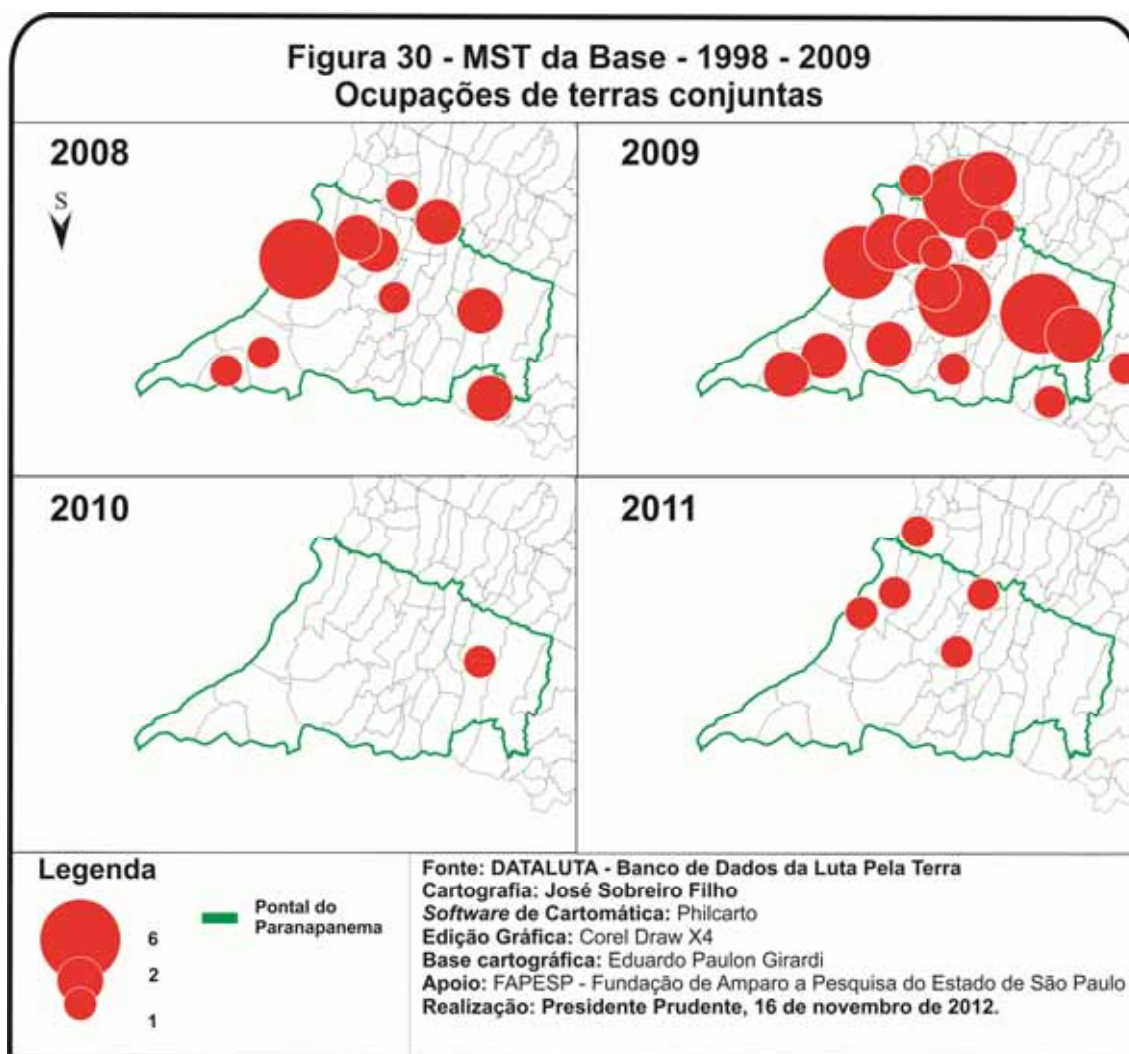
Nº	MUNICÍPIO	NOME DA ÁREA	FAMÍLIAS	DATA DA OCUPAÇÃO	FONTE	PONTAL DO P.
1º	Martinópolis	Fazenda Nova Esperança	N.I.	N.I.	NERA	SIM
2º	Presidente Venceslau	Fazenda Santa Terezinha	46	04/02/2008	CPT/OAN /NERA	SIM
3º	João Ramalho	Fazenda São Mateus	14	05/04/2008	CPT/OAN /NERA	SIM
4º	Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guarani zinho	12	05/04/2008	CPT/OAN /NERA	SIM
5º	Flora Rica	Fazenda Nossa Senhora Lourdes	70	17/10/2008	OAN	NÃO
6º	Presidente Venceslau	Fazenda Coqueiro/Santa Terezinha	40	17/10/2008	OAN	SIM
7º	Presidente Epitácio	N.I.	N.I.	18/10/2008	NERA	SIM
8º	Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Iaras I e II	14	18/10/2008	CPT/OAN /NERA	SIM
9º	Junqueirópolis	Fazenda Nossa Senhora de Lurdes	8	18/10/2008	CPT/NER A	NÃO
10º	Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guarani zinho	10	18/10/2008	CPT/OAN /NERA	SIM
11º	Presidente Venceslau	Fazenda Conquista	8	18/10/2008	CPT/NER A	SIM
12º	Dracena	Fazenda Oliveira	40	19/10/2008	OAN	NÃO
13º	Mirante do Paranapanema	Fazenda Dumontina	50	22/02/2009	CPT/OAN /NERA	SIM
14º	Iepê	Faz. Nossa Senhora Aparecida	N.I.	28/02/2009	CPT/OAN /NERA	SIM
15º	Presidente Venceslau	Fazenda Santo Antônio	N.I.	28/02/2009	CPT/NER A	SIM
16º	Rancharia	Fazenda Banco da Terra	N.I.	28/02/2009	CPT/NER A	SIM
17º	Paraguaçu Paulista	Fazenda Balneário	14	01/03/2009	CPT/NER A	NÃO
18º	Caiuá	Assentamento Maturi	12	14/04/2009	NERA	SIM
19º	Vista Alegre do Alto	Fazenda Santo Antônio	20	27/06/2009	CPT	NÃO

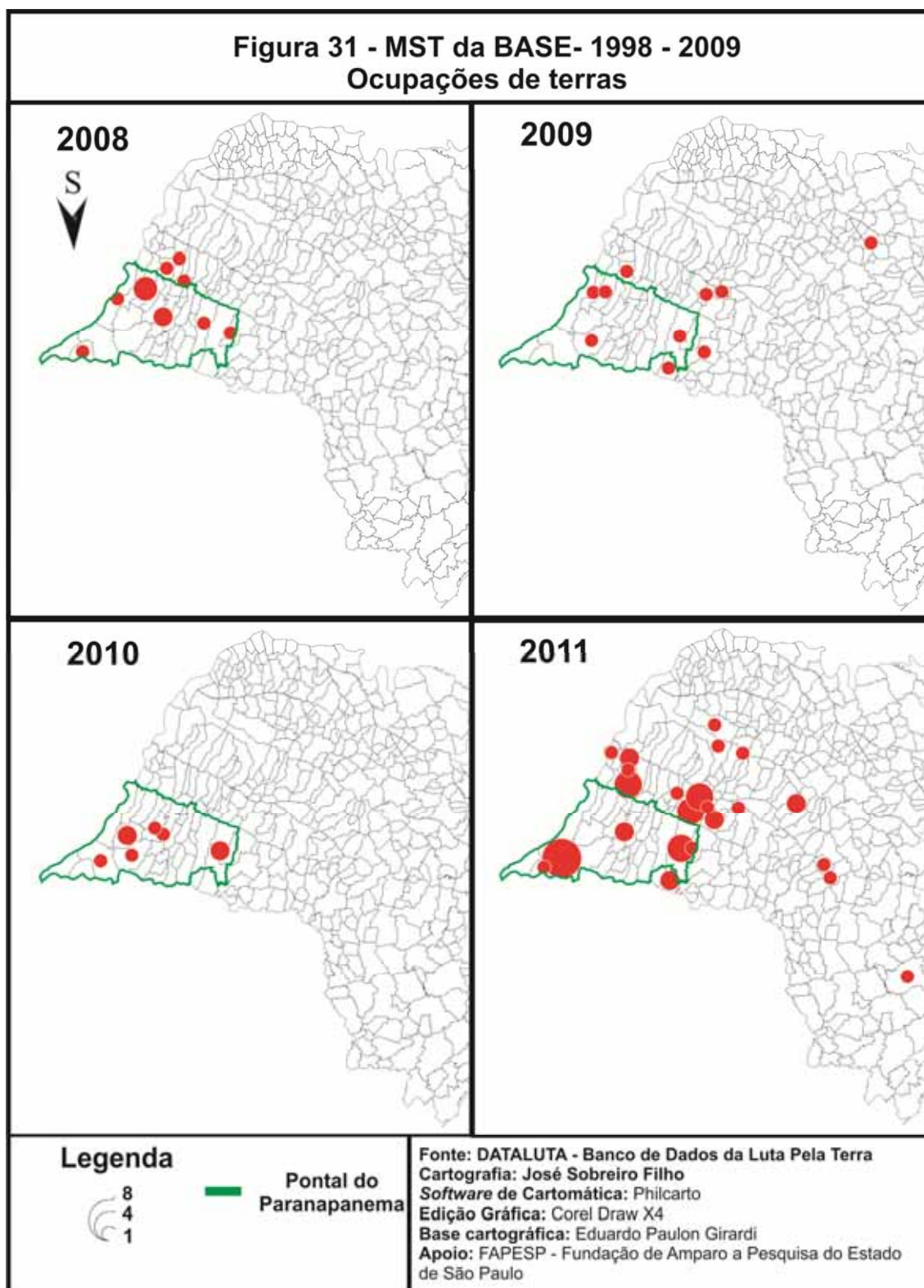
20º	Arco -Iris	Fazenda Santa Clara	35	03/10/2009	NERA	NÃO
21º	Dracena	Fazenda Santo Antônio	35	03/10/2009	CPT/NERA	NÃO
22º	Iacri	Fazenda Santa Rosa	12	27/12/2009	CPT/OAN/NERA	NÃO
23º	Rancharia	Fazenda Bartira	N.I.	N.I./02/2010	NERA	SIM
24º	Marabá Paulista	Fazenda São José	N.I.	13/02/2010	CPT/NERA	SIM
25º	Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guarani zinho	N.I.	14/02/2010	CPT/NERA	SIM
26º	Santo Anastácio	Fazenda Estância Brasília	N.I.	14/02/2010	CPT/NERA	SIM
27º	Teodoro Sampaio	Fazenda Beira Rio	N.I.	14/02/2010	CPT/NERA	SIM
28º	Marabá Paulista	Fazenda Floresta	N.I.	28/02/2010	CPT/NERA	SIM
29º	Mirante do Paranapanema	Área em Mirante do Paranapanema	N.I.	28/02/2010	CPT/NERA	SIM
30º	Rancharia	Fazenda Santa Maria	N.I.	28/02/2010	CPT/NERA	SIM
31º	Cafelândia	Fazenda Bertazoni	40	06/01/2011	CPT	NÃO
32º	Cafelândia	Fazenda Chapadão da Santa Rita	200	06/01/2011	CPT	NÃO
33º	Queirós	Fazenda Santa Bárbara	20	15/01/2011	CPT	NÃO
34º	Presidente Bernardes	Fazenda Guarani/Guarani zinho	10	16/01/2011	CPT	SIM
35º	Rinópolis	Fazenda Paulicéia	70	17/01/2011	CPT	NÃO
36º	Santo Antônio do Aracanguá	Fazenda São Pedor de Aracanguá	20	31/01/2011	CPT	NÃO
37º	Iepê	N.I.	N.I.	N.I./4/2011	NERA	SIM
38º	Monte Castelo	N.I.	N.I.	N.I./4/2011	NERA	NÃO
39º	Monte Castelo	N.I.	N.I.	N.I./4/2011	NERA	NÃO
40º	João Ramalho	N.I.	N.I.	N.I./4/2011	NERA	NÃO
41º	Rancharia	N.I.	N.I.	N.I./4/2011	NERA	SIM
42º	Rancharia	N.I.	N.I.	N.I./4/2011	NERA	SIM
43º	Tupi Paulista	N.I.	N.I.	N.I./4/2011	NERA	NÃO
44º	Rinópolis	Fazenda Leonilda	36	02/04/2011	NERA	NÃO
45º	Teodoro	Fazenda	N.I.	09/04/2011	CPT/NER	SIM

	Sampaio	Copacabana			A	
46°	Teodoro Sampaio	Fazenda Galpão de Zinco	N.I.	09/04/2011	CPT/NER A	SIM
47°	Teodoro Sampaio	Fazenda Timburi	N.I.	09/04/2011	CPT/NER A	SIM
48°	Teodoro Sampaio	Fazenda Lago Azul	N.I.	09/04/2011	CPT/NER A	SIM
49°	Teodoro Sampaio	Fazenda São José	N.I.	09/04/2011	CPT/NER A	SIM
50°	Teodoro Sampaio	Fazenda Pontal Agropecuária	N.I.	09/04/2011	CPT/NER A	SIM
51°	Dracena	Fazenda Turmalina	N.I.	09/04/2011	CPT/NER A	NÃO
52°	Dracena	Fazenda Santo Antônio	N.I.	09/04/2011	CPT/NER A	NÃO
53°	Dracena	Fazenda Vista Alegre	N.I.	09/04/2011	CPT/NER A	NÃO
54°	Dracena	Fazenda Cobras	N.I.	09/04/2011	CPT/NER A	NÃO
55°	Presidente Bernardes	Fazenda Guarani	50	09/04/2011	NERA	SIM
56°	Paulicéia	Fazenda Corpus Christi	N.I.	10/04/2011	CPT/NER A	NÃO
57°	Teodoro Sampaio	Fazenda Minerva	N.I.	16/04/2011	CPT/NER A	SIM
58°	Teodoro Sampaio	Fazenda Ribeirão Bonito	N.I.	16/04/2011	CPT/NER A	SIM
59°	Araçatuba	Fazenda Santa Maria	N.I.	16/04/2011	CPT/NER A	NÃO
60°	Agudos	Fazenda Geada/ Fazenda Nossa Sra. Aparecida	N.I.	16/04/2011	CPT/NER A	NÃO
61°	Piratininga	Fazenda Pedra Branca	N.I.	16/04/2011	NERA	NÃO
62°	Brejo Alegre/Birigui	Fazenda Pau D'Alho	N.I.	16/04/2011	CPT/NER A	NÃO
63°	Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Santa Cecília	N.I.	16/04/2011	NERA	SIM
64°	Itapetininga	Pedra Branca	N.I.	16/04/2011	CPT	NÃO
65°	Lucélia	Fazenda Salto Botelho	N.I.	16/04/2011	CPT/NER A	NÃO
66°	Rancharia	Fazenda Alice	200	14/05/2011	NERA	SIM
67°	Parapuã	Fazenda Liberdade	N.I.	N.I./9/2011	CPT/NER A	NÃO
68°	Rinópolis	Fazenda Leonilda	N.I.	N.I./9/2011	NERA	NÃO
69°	Tupã	Fazenda São Paulo	N.I.	N.I./9/2011	NERA	NÃO

70°	Parapuã	Granja Experimental	N.I.	17/09/2011	CPT/NER A	NÃO
71°	Rancharia	Fazenda Santa Maria	16	23/09/2011	CPT/NER A	NÃO
72°	Iepê	Fazenda São Benedito	8	25/09/2011	CPT/NER A	SIM
73°	Parapuã	Fazenda Liberdade	30	N.I./11/2011	NERA	NÃO
74°	Parapuã	Fazenda Granja	30	N.I./11/2011	NERA	NÃO
75°	Rinópolis	Fazenda Dona Elizabete	30	17/11/2011	CPT/NER A	NÃO
76°	Tupã	Fazenda Altamira	30	17/11/2011	CPT/NER A	NÃO
77°	Iacri	Fazenda Santo Antônio	30	17/11/2011	CPT/NER A	NÃO

Fonte: Dataluta Jornal, 2012. Organização: José Sobreiro Filho





4.6 Acampamento do MST da Base na atualidade²²⁰

Acampamento da Alcídia

Até os fins de 2011 o MST da Base no Pontal do Paranapanema está organizado somente em um acampamento denominado acampamento da Alcídia, justamente pelo fato de estar localizado próximo à destilaria Alcídia²²¹. O acampamento está localizado ao longo da estrada na que dá acesso à destilaria Alcídia, do grupo Odebrecht, no entanto, tem seu início no trevo da Rodovia Arlindo Bettio (figura 32). Além da proximidade com as rodovias que ligam tanto ao município de Rosana, município de Euclides da Cunha Paulista quanto ao município de Teodoro Sampaio e Morro do Diabo, o acampamento está cercado pelas duas faces da concentração de terras, sendo de um lado a cultura da Cana-de-açúcar em uma propriedade da destilaria Alcídia e do outro lado um latifúndio com tímida presença de gado.

²²⁰ Data dos trabalhos de campo 15 de abril de 2011, 22 de novembro de 2011 e 17 de dezembro de 2011.

²²¹ O próprio nome do acampamento é despolitizado se comparado com os demais que fazem menção à personagens que contribuíram ou foram exemplos de luta.

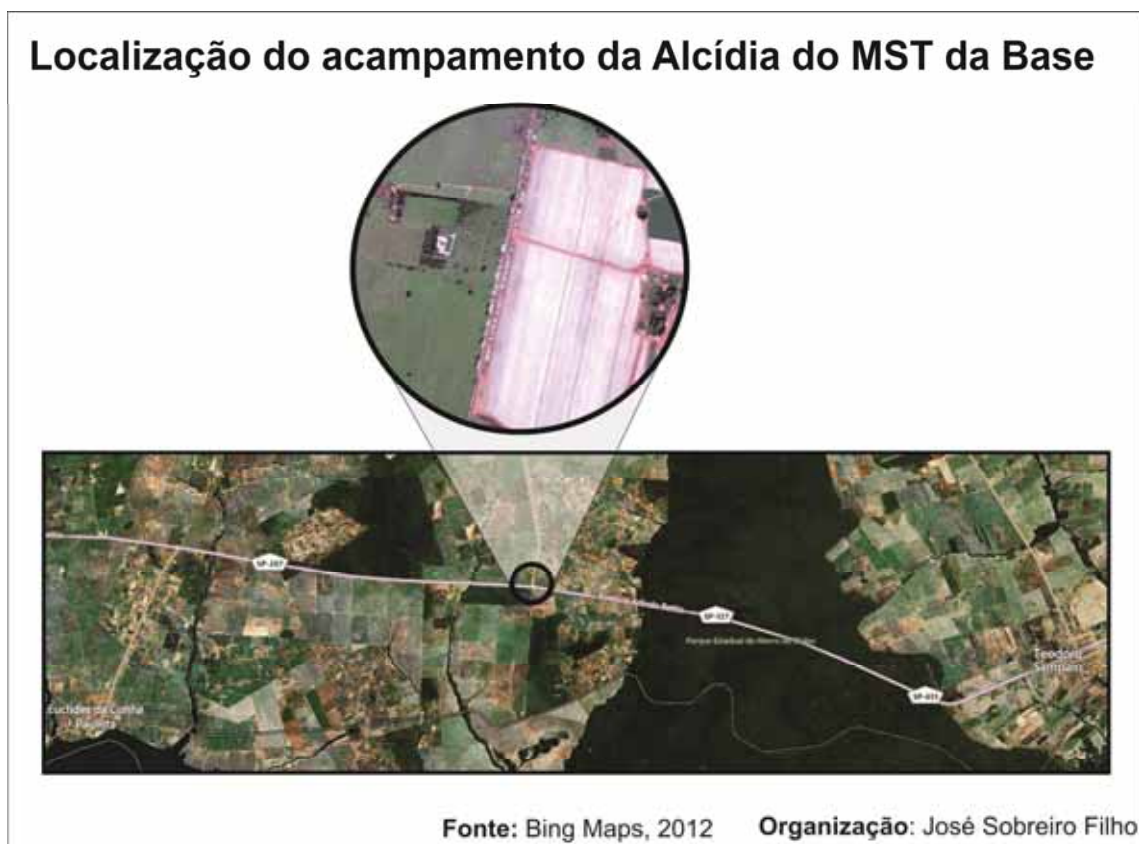


Figura 32 - Localização do acampamento Alcídia do MST da Base

A formação do acampamento ocorreu em meados de 2011. Dentre as várias características do acampamento destaca-se visualmente o seu tamanho e a quantidade de barracos (foto 10), sendo aproximadamente 700 metros de comprimento e mais de 150 barracos, e também a grande quantidade de bandeiras do MST, sendo estas o mesmo modelo da bandeiras dos demais acampamentos, ou seja, não há diferenças visuais no logo ou na cor por ser o mesmo desenho/modelo.

O cotidiano das famílias acampadas, com exceção dos cadastrados²²² que via de regra vivem e trabalham durante a semana na cidade e participam da luta somente nos períodos de ações e finais de semana, é ocupado com tarefas muito próximas do cotidiano de um assentamento. As mulheres acampadas cuidam do barraco e repetidamente se escuta nos barracos *"sabe o barraco é como uma casa"* e, portanto, a maior parte do dia cuida de atividade de limpeza e organização do mesmo. Além disso

²²² Os cadastrados, aqueles que somente participam das ações e marcam presença nos acampamentos nos finais de semana, diferentemente dos demais acampamentos em que são denominados aqui como - participantes - em substituição do termo "andorinhas", conforme apontaremos mais adiante.

também destaca-se o cuidado com as crianças e a refeição. Enquanto os homens, comumente, quando não estão trabalhando em forma de diária²²³ estão realizando alguma atividade coletiva do acampamento, solidária para ajudar algum acampado²²⁴ ou atividades domésticas que servirão de base para o trabalho da mulher. Destacam-se os trabalhos de "puxar água" e também alguns trabalhos mais próximos dos realizados em um assentamento tal como o trato com animais, em sua maioria galinhas, e o cuidado com hortas (foto 11).



Foto 10 - MST da Base - Acampamento Alcídia

Fonte: José Sobreiro Filho, 17/12/2011

²²³ O trabalho em forma de diárias é comum em alguns lotes de assentamento próximos. Em sua maioria os trabalhos estão relacionados à colheita, limpeza de lotes, limpeza de jardins e também plantio. O assentamento Ribeirão bonito, próximo ao Morro do Diabo em Teodoro Sampaio, foi o mais referenciado como local de trabalho dos acampados.

²²⁴ "(...) aqui praticamente todo mundo é amigo de todo mundo"



Foto 11 - MST da Base - Acampamento Alcídia - Horta

Fonte: José Sobreiro Filho, 17/12/2011

No entanto, apesar do grande número de barracos, no transcorrer do ano, ocorreu uma grande mudança na quantidade de famílias devido à condição da liderança José Rainha Junior. Em junho de 2011, acusado de desvio de verba pública destinada à projetos de reforma agrária, a liderança José Rainha Junior foi presa pela Polícia Federal. A prisão de José Rainha Junior surtira significativo efeito na luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema e, sobretudo na dinâmica do acampamento Alcídia. Em abril de 2011, o acampamento contava com mais de 200 famílias cadastradas e aproximadamente 100 famílias²²⁵ moradoras²²⁶. Com a prisão de José Rainha, a presença das famílias cadastradas e moradoras do acampamento foi diminuindo progressivamente.

Em dezembro de 2011, seis meses após a prisão de José Rainha Junior, o acampamento contava com um número que variava de 20 a 30 famílias moradoras

²²⁵ Segundo as lideranças uma pessoa pode representar uma família.

²²⁶ Informação passada por liderança do acampamento que não quis gravar entrevista no dia 15 de abril de 2011.

acampadas organizadas em núcleos/grupos de famílias e por quatro coordenadores²²⁷. O número de cadastrados seguiu o mesmo, no entanto a presença/frequência das famílias cadastradas no acampamento aos poucos foi diminuindo. Em termos gerais, tal como aponta um dos coordenadores do acampamento, a prisão de José Rainha Junior surtira impacto na quantidade de pessoas no acampamento acarretando muitas desistências:

Sobreiro: Tem acontecido muita desistência aqui?

Rodrigo: Rapaz, por enquanto não.

Sobreiro: Por exemplo, nesse ultimo ano tiveram muitas desistências?

Rodrigo: Você fala nesse ano inteiro?

Sobreiro: É

Rodrigo: É isso aqui tava cheio de gente né. O acampamento inteiro. Pro ce vê a quantidade de família que tem aqui hoje, os barraco vazio. Um pouco de gente desistiu, bastante gente. Uns mudaram pra outro acampamento né, tem gente que as vezes, se depender, tem problema com alguma pessoa ai.

Sobreiro: Mas teve algum marco assim pra você falar "rapaz, depois que aconteceu tal coisa o acampamento deu uma esvaziada"?

Rodrigo: É deu uma esvaziada depois que ficou parado né, meio sem ação. Ai o povo devagar vai.

Sobreiro: Depois que o Rainha acabou sendo preso la, aconteceu isso?

Rodrigo: Um pouco né cara, é muito. Porque tem muita gente, tem aquelas pessoas que falam "não se ele ta lá eu vou" entendeu? Se ele tá la "o Zé Rainha tá lá", tipo "o cara vai ta lá". É gente que não tem um pouco de noção, porque as vezes achava, mesmo ele de la tem gente por tras disso ai que pode ajudar a gente entendeu? As vezes até sei la, ninguém sabe a comunicação. Dependendo do que ele fala la, alguma coisa pra gente fazer pra ajudar... (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

Nesse contexto, além da prisão de José Rainha Junior o desânimo que as pessoas de foi do acampamento, sobretudo dos assentamentos e cidades, passam para os acampados, a demora da conquista e as condições penosas de vida no acampamento são os principais elementos motivadores das desistências. Apesar de haver vários motivos que acarretaram em desistência, a própria prisão de José Rainha tornou-se o maior argumento potencializador da desistência no acampamento. Contudo, os acampados se articulam tentando consolar e argumentar contra as manifestações de desistências:

Rodrigo: Rapaz, muita gente fala que não vai sair terra. As vez vem pessoa de fora que passam por aqui, as vez conhecido também de fora, da cidade. Sempre as pessoa que ta aqui sempre tem parente na cidade né. As pessoa quando vai pra cidade fala "ai isso ai não vai sair, não tem ninguém", tipo "o Zé Rainha ta preso, não vai ter terra nada porque não tem, ninguém". É mais de fora mesmo que o pessoal vem falar. Ai as pessoa desanima né porque quando tem um parente, as vez o pessoal da uma força, arruma um serviço

²²⁷ Informação passada por coordenador entrevistado.

pa pessoa na cidade, tudo e o cara tem o sonho de ter um sitio ele ve que ta meio parado mesmo, ta meio desanimado acaba querendo desistir. Ai a pessoa tem um sonho, uma conversa simples ela fala "a vamo guenta mais um pouco, continuar mais um pouco na luta né, da um jeito de guenta um pouco mais na luta que a gente vai chegar la". As vez pouca palavra já ganha de várias palavra que foi dita pela pessoa na cidade, porque na cidade as pessoa só quer desanima a gente. Parece que porque o povo ta la que nunca quer terra, as vez qué mas não tem coragem de vim, não quer que a gente ganha também. Tem muitos carros que passa por aqui as vez do pessoal que trabalha na usina, as vez da risada da gente, fala "a povo do tal de sem terra ali", uns que fala que é vagabundo e tudo. Mas não, a gente ta aqui correndo atrás, não incomoda ninguém né. Pelo contrário, se a gente puder ajudar a gente ajuda. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

Um aspecto importante referente à condição de luta do movimento é a baixa na realização de ocupações de terras. Visto a situação complicada do movimento, devido ao cárcere de José Rainha Junior como apontamos anteriormente, e a estrutura do movimento, apesar de haver outras lideranças, com forte caráter personalista, as ocupações de terras cessaram depois do meio do ano, ou seja, justamente depois do período em que José Rainha Junior foi preso. Juntamente à esta condição destaca-se o fato de que, para grande maioria dos acampados, não é clara a condição de ser o MST da Base um movimento dissidente, ou seja, não sabem que não são articulados com o MST em escala regional e nacional e muito menos que não são reconhecidos como tal. Os poucos integrantes, em sua maioria coordenadores, que tem alguma informação sobre a questão passam sempre poucas informações e sempre relacionam a situação/condição do MST da Base a um desentendimento, no entanto seguem se reconhecendo e se afirmando como parte do MST. Neste contexto, podemos observar a ainda associação com o MST, quando questionado sobre a queda das ocupações de terras, o coordenador do acampamento:

Sobreiro: Mas ocupação de terra depois do meio do ano não teve mais não né?

Rodrigo: Não.

Sobreiro: Foi principalmente depois do período que o Rainha foi preso?

Rodrigo: Isso.

Sobreiro: Eu imaginava que tivesse. Aqui pra cima, na Alta Paulista acho que teve ocupação né?

Rodrigo: Depois do meio do ano?

Sobreiro: É.

Rodrigo: Eu acho que, eu fiquei sabendo, que eu acho que em Sandovalina teve uma ocupação. Pro lado de Sandovalina, ali perto de Teodoro indo pra

Prudente. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

O coordenador faz referência ao acampamento do MST denominado Dorcelina Forlador, conforme apontado anteriormente, e à ocupação da Fazenda São Domingos. No entanto, o acampamento e a ocupação não está relacionada ao MST da Base, mas sim ao MST e é coordenado por várias lideranças do Pontal reconhecidas pela Direção Estadual e Nacional do movimento. Quanto ao desconhecimento sobre a condição/situação e o reconhecimento de ser dissensão discutiremos mais adiantes.

Além da figura de José Rainha Junior, como a maior liderança do MST da Base, os acampados fazem referência à uma coordenadora regional do movimento denominada como Edna. Esta seria a liderança então que estaria presente durante o período de cárcere de Rainha e também que acompanha com maior proximidade o acampamento, como uma liderança regional. Apesar de ser destacado somente os nomes de Rainha e Edna no acampamento, o coordenador aponta, em tom hipotético-dedutivo, a existência de demais lideranças:

Rodrigo: Falar para você, por enquanto aqui eu acho que da direção é várias pessoa né que tem da direção. E tipo quem vem aqui e ajuda aqui é a Edna né. Quando tem gente meio desanimado ela anima e fala "*ó o caminho é esse, vamo persistir na luta que vai dar certo*". Ai tem a Edna que a gente conhece, ai deve ter outros né porque que ela sozinha não consegue nada né. Tem mais gente, só que eu não sei fala o nome. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

Apesar de a participação do acampamento na luta pela terra foi extremamente prejudicada durante o período de cárcere de Rainha e do MST da Base ter também uma estrutura organizacional diferenciada, o acampamento tem uma estrutura de funcionamento muito parecida com os demais. A ausência de ocupações de terra, que cessaram com a prisão de Rainha, além de expressar a dependência das ações à imagem de José Rainha Junior, também contribuiu no desanimo da luta. É importante destacar que durante o período de cárcere de Rainha, foi registrada a atuação de um movimento denominado MST Independente. Este grupo foi liderado por uma liderado por Wesley Mauch, uma liderança vinculada a José Rainha Junior. Contudo, o movimento teve

atuação reduzida ao mês de janeiro de 2012²²⁸. Além das ocupações, os problemas também são muitos parecidos. Neste caso, desmotivado pela prisão da liderança, a desistência é o mal que mais assola o acampamento. No entanto, os acampados sempre tentam buscar consolo e dar esperanças aos companheiros que apresentam disposição à desistência:

Vou falar pra você. Tem gente que sempre chega uns desanimado aqui e fala "a vo embora". A gente conversa, rapaz quantas pessoas que já chegaram e falaram a vo embora e a gente nunca sabe se é da boca pra fora. Através de uma conversa, muitas vezes a gente conversando muitas pessoas já animaram já. A gente anima né bicho. Porque tem uma pessoa querendo ir embora, sabe que é o sonho que a pessoa tem de pegar um sítio e a gente ta acompanhando assim e se vê aquelas pessoa do lado da gente depois. Você conversa com as pessoa, tem bastante família que ficaram por causa de uma simples conversa. E tipo se a pessoa vai embora hoje já pensou se sai dentro de uma semana? Um mês depois ou uns dias? Ai o cara vai voltar de novo falar "ó deu certo lá". Ai ele vai voltar da cidade, vai falar "ó não deu certo". Vai ver que na cidade, às vez a pessoa não tem um estudo e nada, geralmente o cara que ta aqui não tem estudo é uma pessoa pobre, não tem casa na maioria. Ai o cara acaba voltando né. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

Apesar de, em sua maioria, resultar em sucesso há um bom número de famílias nunca mais retornam ao acampamento. Acontece também de a desistência ser gradual:

Tem uns que desiste e começa a vir nos fins de semana. Ai eles vem e começa a parar, começar a vim as vez, até que vai indo e daqui a pouco ele some. Ai a gente fala que é desistência né. O cara já não ta dando força, aparecendo, não fazendo parte da luta. E faz também, se precisar, dependendo das ocupação a gente faz, só que ai o barraco fica abandonado, o vento estraga, aio cai tudo, apodrece. Ai o cara já leva as coisa tudo já. Mas tem uns que aparece e já tudo embora ou vende e negocia. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

Enfim, juntamente a este processo destaca-se outro processo também potencializado pela desistência. Tornou-se comum a venda de barracos²²⁹, no caso das desistências, e também a doação de barracos abandonado quando uma família chega no acampamento e não onde se alocar. Assim, o coordenador encaminha a família para um acampamento até então em desuso quando não há um barraco. As transações de venda

²²⁸ Notícia publicada em www.estadao.com.br intitulada "MST Independente estreia com três invasões no Pontal do Paranapanema" no dia 16 de janeiro de 2012.

²²⁹ Discutiremos mais adiante.

são realizadas sem intermédio do coordenador, ou seja, são realizadas entre o proprietário do barraco e o comprador.

MST da Base e alianças

Na atualidade, este grupo que tivera suas origens por volta de 2003 na região do Pontal do Paranapanema, ainda tem atuado fortemente na região em algumas datas específicas e também na região da Nova Alta Paulista²³⁰. Conforme aponta Sobreiro Filho (2010), diferentemente de outros movimentos dissidentes, o MST da Base foi criado com uma estrutura significativamente satisfatória se comparado aos demais e também com uma liderança -de peso- e reconhecida nacional e internacionalmente, fato que o diferenciou expressivamente de muitos outros movimentos. A princípio o movimento deu início às suas atividades com uma liderança de renome, uma frente de massa satisfatória com acampamentos consolidados, dentre eles um com aproximadamente 1.800 famílias no município de Araçatuba, também contou com alianças com alguns movimentos já renomados e conhecidos na região, mas também com outras bandeiras e sindicatos menos conhecidos²³¹. Este diferencial, leia-se liderança, ao longo dos anos proporcionou um significativo crescimento e grande incidência de ocupações de terras, sobretudo concentradas, em datas específicas.

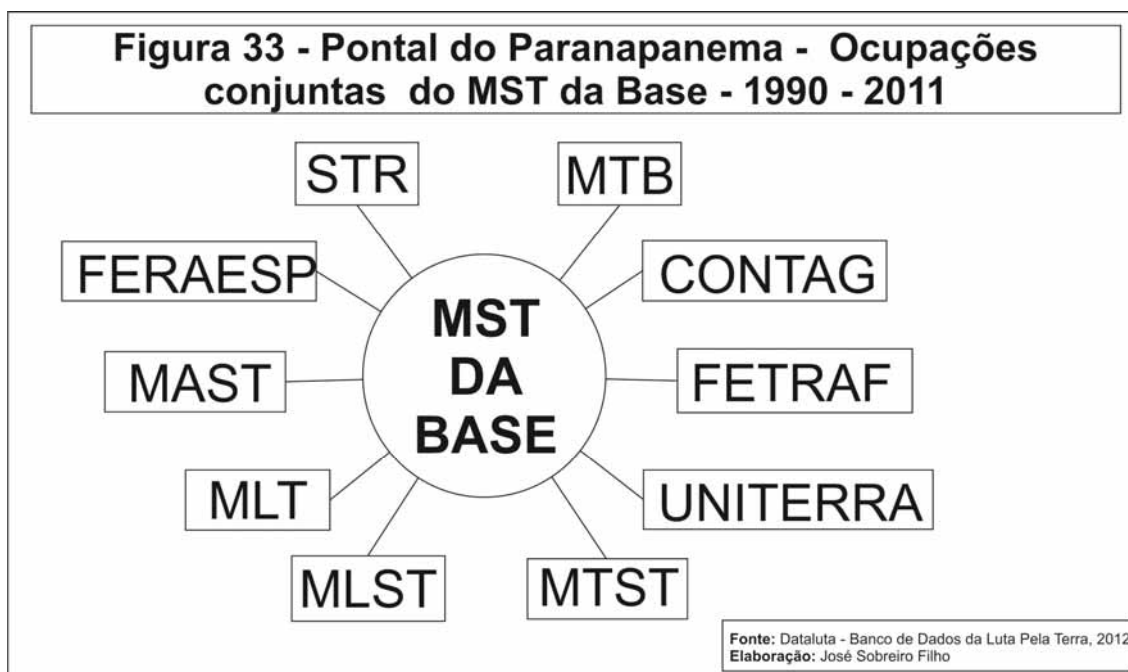
Outra expressão do renome de José Rainha e também de suas estratégias e forma distinta de conduzir a luta pela terra foram as várias e fortes alianças/vinculações do MST da Base, destacando-se: o MAST - Movimento de Agricultores Sem Terra; MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra; MTB – Movimento Terra Brasil; e UNITERRA - União dos Movimentos Sociais Pela Terra; O movimento também tem fortes alianças com alguns sindicatos locais, fato que o leva também a levantar a bandeira da CUT - Central Única dos Trabalhadores,

²³⁰ A Nova Alta Paulista é composta pelos municípios: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapurú, Junqueirópolis, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia, São João do Pau D'álio, Santa Mercedes e Tupi Paulista.

²³¹ Ver Sobreiro Filho 2011, p. 72.

dentre eles temos os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Andradina, Presidente Venceslau e Marabá Paulista e diversos sindicatos dos agricultores familiares.

Estas alianças são tanto em termos de elaboração e organização de projetos voltados para a produção e demais finalidades relacionadas ao desenvolvimento socioterritorial quanto também para a realização de ocupações de terras e manifestações conjuntas, sobretudo, na região do Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista. De acordo com os dados do Dataluta - Banco de Dados da Luta Pela Terra, as ocupações de terras realizadas contaram com diversos movimentos (figura 33).



No entanto, além das articulações relacionadas às ocupações de terras conjuntas, ocorreu também em 2011 o "Ato em Defesa da Reforma Agrária" cuja a ideias eram "Reforma Agrária Unindo Campo e Cidade" e "Crime é não fazer a Reforma Agrária". Nesta campanha o leque de alianças aumentou, sendo assim resultado da união de sindicatos e movimentos: MST; FERAESP; MTST; STR; CUT; Sindicato Dos Metalúrgicos Do ABC; Sindicato Dos Químicos Do ABC; Sindicato Dos Bancários e Financieiros De São Paulo, Osasco e Região.

A grosso modo o movimento estivera organizado em duas frentes mais amplas, sendo elas a luta pela terra e a produção. A luta pela terra contava com os acampamentos na região do Pontal e Alta Paulista, com o trabalho de base feito sobretudo na periferia dos municípios, a produção contava com a organização da produção pelas federações, associações, cooperativas e também tivera alguns projetos nos assentamentos com o governo federal para fomentar a produção, comercialização²³² e também a habitação no campo. Conforme apontaremos mais adiante a FAAFOP²³³ - Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista foi o principal braço do MST da Base no processo de organização e gerência da produção e também na veiculação de verbas juntamente às políticas públicas.

A questão da legitimidade do MST da Base

O ponto, considerado pela maioria, como o mais polêmico refere-se à legitimidade que teria o grupo denominado "MST da Base", "MST do ZÉ", etc. quanto ao uso e reconhecimento como parte ou como o próprio MST. Esta discussão tem se arrastado a quase dez anos e ao longo destes muito pouco foi esclarecido quanto à situação paradoxal do "ser ou não ser" do MST da Base e, conseqüentemente, muitas dúvidas ainda existem e até mesmo o desconhecimento da existência do dito "MST da Base" e da condição do mesmo como uma dissidência. Não podemos esquecer que parte fundamental tanto das dúvidas quanto de alguns esclarecimentos deve-se aos principais periódicos do país e da região do Pontal do Paranapanema, visto que alguns noticiaram em alguns momentos ambos os movimentos como o mesmo e em outros momentos eles como movimentos distintos, sobretudo, utilizando a denominação "dissidentes" ou atrelando-o à figura de José Rainha Junior.

Nesta roda-viva anuviada nosso objetivo é apresentar elementos e reflexões que contribuam simultaneamente com a problematização da própria discussão e com o esclarecimento destacando aspectos dialéticos do processo. A discussão não é simples por ter dois lados e, ainda mais, porque os mesmos divergem diametralmente tanto no

²³² Esta frente de atuação expressa o caráter socioterritorial deste movimento.

²³³ A sigla FAAAOP também é usada para referenciar a mesma federação.

projeto político e forma de conduzir a luta pela terra quanto na identificação e legitimidade do grupo denominado MST da Base. Visto o caminho estreito e bem demarcado por ambos os grupos/movimentos tentamos aqui transitar em um caminho que nos permita avançar na discussão e problematizar sem ter como objetivo definir, legitimar ou demarcar alguma posição contra as refutações ou afirmações, pois pensamos que essa situação faz parte da própria dinâmica da classe trabalhadora e camponesa e também a resolução fica a cargo dos próprios movimentos. Todavia, também nos atemos a problematizar, destacar a dialética e, portanto, contradições do processo, pontuar claramente as diferentes posições/posturas e a situação paradoxal do MST da Base neste condição paradoxal.

A legitimidade do MST da Base e de José Rainha Junior: ponderações de ambos os lados

Visto que parte fundamental desta pesquisa é problematizar, analisar e compreender a atual situação política de José Rainha Junior perante e no MST apresentamos aqui alguns elementos, posicionamentos e reflexões sobre a situação paradoxal na qual se encontra a liderança em relação ao movimento. Obviamente que o nosso trabalho não se arrisca ou objetiva apresentar conclusões sobre a posição e situação de José Rainha Junior e do MST da Base e muito menos tenta responder o "ser ou não ser" de sua condição política, mas sim de contribuir trazendo elementos que nos permita avançar e problematizar ainda mais o debate, visto sua imprescindibilidade. Assim, o primeiro passo para superar algumas das questões e informações duvidosas surgidas e destacadas, sobretudo, pelos principais períodos do país e da região do Pontal do Paranapanema e que ampliavam e amplificavam as desconfianças e a confusão acerca do tema, foi a consulta e o diálogo com as principais lideranças do MST e com a liderança José Rainha. Obviamente nosso trabalho aqui visamos apresentar algumas

A princípio, o ponto de partida de nossa discussão é a figura de José Rainha Junior e sua respectiva condição política e participativa no MST. A importância em voltar as atenções e centrar nossa análise em José Rainha Junior deve-se ao fato de ter sido peça-chave na criação do MST da Base e ser um dos principais sujeitos que de fato

José Sobreiro Filho

criou as clivagens na unidade do movimento, nas formas de fazer a luta pela terra e também na negação de sua participação/identidade/legitimidade e composição com o movimento. Ou seja, Zé Rainha é elemento *sine qua non* para se discutir a situação paradoxal do "ser ou não ser" do MST da Base por ser ele o sujeito que historicamente centralizou e provocou, por diferentes relações e posicionamentos estratégicos, sentimentos e posicionamentos diferentes que a *posteriori* converteram-se tanto em uma forma diferenciada de se fazer a luta pela terra quanto também em sentimentos e posicionamentos mais adversos tais como a discórdia, divergências e negações.

Conforme apresentamos anteriormente, José Rainha Junior teve problemas referentes à sua participação com o MST. Em 2003 o MST proibiu José Rainha Junior de falar pelo movimento²³⁴. No entanto, assim como em todas as suas respostas José Rainha Junior negou todos os seus afastamentos, saídas, desligamentos ou declarações de não compor o quadro do MST²³⁵. Desde o princípio da circulação das informações quanto à sua saída criou-se uma circunstância problemática e paradoxal visto que os lados da moeda se contrapunham. De um lado tinha-se o MST, desde 2003, declarando-o como ex-militante, afastado, etc. nos jornais e do outro lado José Rainha Junior contrariando todas as declarações e articulando um grupo para a realização da luta pela terra. Apesar de ter seguido ao longo dos anos várias notícias, manchetes e demais declarações veiculadas pelos meios de comunicação que contribuíram para ampliar a confusão sobre a problemática, conseguimos reunir alguns posicionamentos de ambos os lados.

Quanto à sua saída ou não, José Rainha afirma:

Não, eu nunca sai do MST. Eu sempre fiquei, nós tivemos foram diferenças, tivemos diferenças. Diferenças nas formas do método de conduzir a organização. Não é o caso. Eu no caso porque os jornais se dedicam. (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

Além de refutar a alegação de ter saído do MST, Rainha aponta que tivera divergências nas formas do método de conduzir a organização, ou seja, nas formas de conduzir a luta pela terra, organizar os movimentos e buscar alianças. Outro suporte de

²³⁴ Ver notícia "MST proíbe Rainha de falar pelo movimento" no jornal Folha de São Paulo, página A.9 de 19 de junho de 2003.

²³⁵ Ver notícia "Rainha nega que MST o tenha proibido de falar" no jornal O Estado de São Paulo, página A.9 de 21 de junho de 2003.

sua alegação é a diversidade que o próprio MST compreende. Conforme aponta o movimento teria uma diversidade significativa de vertentes dentro da mesma unidade federativa e que tal diversidade sempre fizera parte do movimento. No entanto, sua condição não assumiria caráter de divergência, visto que, em suas palavras, mantivera de acordo com as normas e princípios do movimento:

No Brasil, o Paraná tem 3 formas de organização dentro do próprio MST, Rio Grande do Sul deve ter umas 5, para não dizer o nordeste. Tem muita diferença né. O que eu falo não é divergência, o que diverge são os princípios, são dos princípios do movimento e das normas. Nós não divergimos, nós seguimos as normas escritas no MST. A nossa diferença é na forma de fazer, na forma de conduzir a luta dos trabalhadores, aí tem muita diferença né. As diferenças básica são daqueles que acha que a luta pela terra deve ser exclusividade do MST e a Reforma Agrária. (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

Do outro lado, denota-se uma postura distinta da arguição de Rainha. No dia 14 de maio de 2007, em nota pública, o MST se defende e apresenta esclarecimentos perante a um conjunto de fatos que visavam desqualificar suas lutas, suas propostas para a agricultura, o ataque midiático e também determinados intelectuais e pensadores que visavam apontar divisão interna no movimento destacando a "suposta" ruptura ou cisão como principal argumento para fundamentar a ideia de enfraquecimento do MST. Dentre as argumentações e defesas, destaca-se a declaração, também pública, de que José Rainha Junior não compunha mais nenhuma das instâncias do MST:

José Rainha Junior, não faz parte de nenhuma instância nacional, estadual ou local do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). E, portanto, em seus pronunciamentos públicos, audiências com autoridade e nos espaços que a mídia tem lhe reservado, ele fala unicamente em nome pessoal e não em nome do MST. (MST, 2007)

Ainda sobre o afastamento de José Rainha Junior em todas as instâncias do MST aponta a liderança Cledson Mendes:

Quando ele foi afastado de todas as instâncias do MST, porque o MST é composto pelas instâncias desde a localidade que é na escala regional como nós compomos aqui a região do Pontal do Paranapanema, desde a escala Estadual, aí depois da Direção Regional e Coordenação Regional têm a Direção Estadual e Coordenação Estadual e a Coordenação Nacional e a Direção Nacional que é a escala Nacional. Então a muitos anos Zé Rainha então foi coibido, não houve mais permissão do próprio movimento para ele participar dessas instâncias do movimento nem regional, nem estadual e nem nacional porque o MST é uma cadeia, uma cadeia que circula da nacional para a estadual, da estadual para a nacional, então há uma interrelação das

José Sobreiro Filho

instâncias desde a região, estadual e nacional. Então, ele está fora desse processo a muito anos e não só ele como outros que estavam no MST e achou outras oportunidades melhores seja entrar no governo para trabalhar no governo em segundo ou terceiro escalão, seja em outras vidas particulares que largaram o MST e virou assim outro dirigente como é o caso do José Rainha, acho que ele é mais uma pessoa que fez parte do movimento, é bastante significativa no momento em que fez parte, mas que já a bastante tempo ele não faz parte de nenhuma instância do MST e não é considerado por essas instâncias como integrante do movimento. Então, ele não tem o direito e nem a palavra de falar enquanto MST. (Entrevista concedida pela liderança do MST Cledson Mendes no dia 08 de fevereiro de 2011 na Cúria Diocesana da Igreja Católica de Presidente Prudente)

Acompanhando o esclarecimento que o apontou claramente como sujeito que não tinha mais vínculos com o MST, José Rainha também foi privado de falar em nome do MST. Desde o seu afastamento, conforme apontado pelo MST e pelas demais lideranças do movimento, e de suas diferenças nas formas de conduzir a luta pela terra, conforme Rainha mesmo aponta, até o momento não foi declarado ao certo o que, de fato, motivou o seu afastamento de todas as instâncias do MST. Muitos elementos que poderiam ter contribuído para a sociedade entender os reais motivos do afastamento de José Rainha Junior restringiram-se ao MST, visto que as lideranças e a própria direção nacional opta por não se posicionar e proteger a moral do ex-militante, visto os anos de militância e trabalho do mesmo no movimento. Esta opção faz parte de um código de conduta e honra que as lideranças do MST tem.

No entanto, nos jornais nas vias paralelas circularam notícias de várias as ordens e, portanto, muitas são as versões que circulam e são apontadas por jornalistas, coordenadores de acampamentos, lideranças de outros movimento, pelo próprio Zé Rainha, etc., com exceção às demais lideranças do MST que, em geral, apontam que é uma questão interna e que, em respeito ao ex-companheiro, mantém o assunto restrito ao movimento. Nas várias versões existentes foram encontrados argumentos e fatos de toda a ordem, tais como: venda de ocupações de terra; inveja das demais lideranças do MST; o destaque da liderança no movimento; desvio de verbas; briga política no interior do MST; etc. Enfim, não nos interessa aqui fazer juízo do afastamento de Rainha e muito menos realizar acusações ou defesas, visto que nosso objetivo central é entender a condição paradoxal existente.

Entretanto, determinados posicionamentos nos permite, mesmo que de longe, identificar alguns dos pensamentos comuns que povoam os argumentos das demais lideranças do MST, sobretudo, na região do Pontal do Paranapanema, tais como: práticas espontâneas; casuístas; e personalistas. Conforme:

Olha, assim só pra não entrar em detalhes porque essa coisa é um assunto restrito ao MST, eu posso lhe dizer que, na verdade, houve, por conta das práticas um quanto tanto espontaneista, personalista e casuista do nobre companheiro. O MST, na sua estrutura diretiva de São Paulo perde totalmente a confiança a este militante e por conta disso né, utiliza os indícios e das, e dos fatos relacionados aos desvios que eu mencionei e faz o seu afastamento e não a expulsão. O movimento entendeu que a expulsão era uma medida que não surtiria efeito dado que não se trata de uma organização formal estruturada, legalizada. Porque é um movimento social. Então por exemplo, utilizar dos símbolos do MST. Se alguém querer usar quem é que vai dizer não né. Então o movimento faz apenas o seu afastamento e é a condição em que ele ainda se encontra. A de afastado das instâncias diretivas do MST. Apesar de que ele fala em nome do MST por aí fora e contra isso não tem nenhuma medida formal a se fazer. (Entrevista com liderança Zelitro do MST, maio de 2011)

Mesmo com as diversas declarações públicas destacando a condição de afastado do movimento, Rainha ainda assim segue se afirmando como uma liderança e parte integrante do MST. No entanto, conforme apontado anteriormente pela liderança Zelitro, observamos que parte da problemática referente à legitimidade de José Rainha perante o MST deve-se ao fato da própria estrutura informal do movimento, ou seja, visto que não é um movimento institucionalizado e formal não há como legalizar a sua expulsão, de modo que em termos práticos a sua expulsão, mesmo que declarada como afastamento, é conhecida e ainda assegurada pelo movimento, mas não há mecanismos legais de efetivá-la, fato que dá margem para José Rainha seguir se identificando, intitulado e fazendo uso da bandeira do MST.

Neste sentido, o uso da bandeira é um dos elementos que mais dificulta a diferenciação entre os movimentos e muitas vezes encaminhas a mídia e a população para uma análise ou leitura generalizadora. No entanto, além das declarações, o MST pouco pode fazer no sentido de coibir seus símbolos:

Ele se utiliza do nosso símbolo maior que é a nossa bandeira, que é a bandeira do MST, como qualquer outra pessoa pode se utilizar porque ela é pública, só basta mandar reproduzir e fazer dezenas, centenas e milhares delas e usar. E o nosso papel como dirigente legítimo do movimento é dizer que fulano ou cicrano faz parte ou não faz parte da nossa organização porque

nós não podemos nos responsabilizar por qualquer atitude que as pessoas venham a cometer. Se for realmente do MST vamos assumir as responsabilidades como já assumimos muitas. Mas se as pessoas não fazem parte da nossa organização, não são membros, nós não podemos assumir alguns equívocos que vierem a serem cometidos por essas pessoas. (Entrevista concedida pela liderança do MST Cledson Mendes no dia 08 de fevereiro de 2011 na Cúria Diocesana da Igreja Católica de Presidente Prudente)

Do ponto de vista de José Rainha, seu afastamento da direção do movimento ocorreu em 2003 sob a alegação de isolamento, de não cumprir as normas da direção e outros processos. Neste período, José Rainha estivera preso sob acusação de participação em ocupações de terras e formação de quadrilha. Segundo a liderança, depois de quatro meses e meio de prisão ocorreu uma tentativa frustrada de reaproximação e perdão do seu afastamento:

Ai quando eu sai da cadeia. Eles disseram: - não agora você vai voltar para a direção. Eu disse: - mas a pena foi a cadeia de direito? Se eu estava errado antes eu não poderia voltar para a instância. Não agora você vai voltar para a instância. Mas com qual base? Eu fiquei quatro meses e meio na cadeia por causa de uma luta justa e agora eu estou perdoado pelo tempo de cadeia? Não estou entendendo. Se eu não poderia estar antes, não posso depois. Então vai continuar igual, eu não aceito o convite (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010).

Segundo Rainha, após a recusa do convite de retorno e com a compreensão de que nunca tivera saído do MST, mas que, no entanto, o movimento o afastou, a liderança seguiu realizando a luta pela terra com um grupo mais próximo à sua figura. Destaca-se o fato de que, para Rainha, além de nunca ter saído do movimento somente o que tivera foram diferenças, assim como há em vários estados do Brasil, mas que nunca descumprira com os princípios básicos e estruturais do MST. Neste sentido, aponta que as diferenças nas formas de organização da luta não se qualificam suficientemente a ponto de serem consideradas divergências, pois em sua concepção as divergências estariam relacionadas ao descumprimento dos princípios do movimento:

“O que eu falo não é divergência, o que diverge são os princípios, são dos princípios do movimento e das normas. Nós não divergimos, nós seguimos as normas escritas no MST. A nossa diferença é na forma de fazer, na forma de conduzir a luta dos trabalhadores, ai tem muita diferença.” (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

E:

“Não existem divergências. Divergências são das ideologias, são dos princípios e são nas normas. Nós seguimos os princípios e as formas do MST. Qual é a norma do MST? Lutar pela terra, pela reforma agrária, respeito ao meio ambiente, fortalecer as instâncias, a organização, fazer o arco de alianças. Está lá nas normas. Com todo o setor que luta pela reforma agrária combativo do movimento sindical, dos partidos progressistas, qual que é a deles? Quais os princípios do movimento? Zelar pela organização, um movimento que deve ter ideologia de classe, o enfrentamento com a burguesia e com o poder judiciário, com a oligarquia que controla todos os meios de comunicação, qual que tem sido na prática? Não divirjo nos princípios e nos objetivos.” (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

De maneira clara e objetiva, em sua concepção, as diferenças mais significativas estão na prática e na forma de conduzir a luta pela terra:

Na forma. Na prática. A diferença nossa está na condução prática do processo. E isso tem levado nós, a base do movimento tem crescido, e a cada dia que passa tem crescido muito mais. Muito mais fortalecido. Para você ter uma ideia, a região que eu dizia, o Pontal é uma região que estagnou no período pela repressão do PSDB. Eu disse para o pessoal: - nós temos que dar um salto para a Alta Paulista para a região de Araçatuba e fui. Hoje nós temos na Alta Paulista 8 acampamentos e mais de 3 mil famílias. Em Araçatuba nós temos o maior acampamento do MST que chama Adão Preto com 1.200 famílias. (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

Assim, além de respaldado pela afirmação de nunca ter saído do MST, até mesmo visto a impossibilidade formal de expulsão devido à estrutura do movimento, e ponderando que continua a cumprindo as normas do movimento apenas com algumas diferenças nas formas de se realizar a luta e conduzir os trabalhadores, Rainha também, em sua defesa e legitimação, aponta que seria uma contradição a própria classe trabalhadora não legitimar os trabalhadores, de modo que o fato de ser base e classe trabalhadora já o asseguraria como integrante do movimento.

Neste sentido, José Rainha Junior aponta uma dicotomia que, em sua linha de raciocínio, justificaria o movimento e que ao mesmo distinguiria-o do MST. A ideia de "MST da poeira" e "MST do salão" é expressão clara da dicotomia apontada pela liderança:

Porque nós somos da base, nós somos da massa, daqueles que votam. Diria que tem o MST do Salão e o MST da Poeira. Eu fiquei com o da poeira. Minha história foi feita com os acampamentos, morando e vivendo. Agora se

tem dirigente que prefere ficar no salão o problema é deles. (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

No entanto, a dicotomia "poeira-salão" apontada por Rainha, na concepção de outra liderança do MST na região do Pontal, na realidade além de ser um amparo para sua condição política também é uma reação de contestação de José Rainha em relação ao próprio MST, ou seja, é um questionamento que em palavras claras reflete a ideia de - como o MST poderia questionar a legitimidade do MST da Base sendo que em seu interior haveriam diferenças (salão-poeira) e qual legitimidade teria para questionar o MST da Base e negar a própria classe trabalhadora ao invés de ser questionado. Quanto à diferenciação, Zelitro aponta como o movimento se organiza e como lida com as diferenças internas visando coibir a hierarquia interna e vínculo à base como requisito e fator inerente a toda liderança:

Olha, esse argumento, na verdade, é o que ele encontrou no momento, no meu modo de ver, pra fazer jus a sua situação. Não tem base concreta nenhuma porque se dizer da base do MST, os próprios princípios do MST dizem isso. Todo dirigente tem que ter o vínculo orgânico com o MST. Então são princípios para qualquer militante. O que existe é companheiros e companheiras dessa organização que podem estar cumprindo, eventualmente, com tarefas políticas que o movimento decide. E uns ou outros podem estar cumprindo tarefas até fora do país, porque fora do país? Isso não quer dizer que é um companheiro fora da base. Os princípios que norteia o funcionamento do MST já da conta dessa necessidade. (Entrevista com liderança Zelitro do MST, maio de 2011)

Outro elemento que destaca e contrapõe a argumentação de haver certa diferenciação dentro do movimento na realidade não passa de mera necessidade do movimento em suprir e conseguir realizar determinadas atividades demandadas. Neste sentido, é fundamental destacar que cada tarefa tem um destaque diferenciado tanto no movimento, quanto pela população e, sobretudo, pela mídia. No entanto, a estrutura do movimento está articulada para lidar com todas as atividades, apesar de diferenciadas, mas com o mesmo padrão de importância:

...à medida que as ações vão sendo realizadas, evidentemente que um ou outro podem se destacar mais do ponto de vista de ser mais conhecido até mesmo por conta da função que foi lhe atribuída. Por exemplo, os militantes que atua na frente de massa tende a ser mais visibilizado do que um militante que trabalha com a alfabetização de jovens e adultos. Quem é que vai ouvir uma entrevista, uma matéria sobre um monitor de alfabetização de jovens e adultos. Ai eu te pergunto qual é a função mais importante, a de monitor de alfabetização de jovens e adultos ou aquela de agitador de massa que tem

uma tarefa de coordenar o acampamento, de falar num som muitas vezes em uma caminhada, em uma marcha, aquele que muitas vezes é designado a ser o porta-voz na imprensa. Isso tudo é combinado né. Qual desses dois é mais importante? Eu diria - nenhum, todos os dois são importantes. São tão quanto. Então, é que alguns por seu próprio ego, pela sua própria natureza pode entender que por aparecer mais que os outros pode se achar até mais importante que o outro né. (Entrevista com liderança Zelitro do MST, maio de 2011)

Tais posicionamentos aguçam e complicam ainda a situação paradoxal em que se encontra José Rainha Junior e o MST da Base. No entanto, é fundamental destacar que mesmo Rainha declarando nunca ter saído do movimento também reconhece que tem um outro movimento. Apesar de discordarmos da dicotomia hierárquica, o reconhecimento de haver então dois MST's estaria na própria dicotomia apontada anteriormente ao falar do "MST do salão" e do "MST da Poeira", e do "MST da Base" e do "MST de Cúpula". Ou seja, apesar de reconhecer como integrante do MST, podemos encontrar no próprio discurso da liderança o reconhecimento de ser então um movimento distinto ao mesmo tempo em que se baseia na dicotomização e em sua proximidade e reconhecimento com a massa para assegurar a sua legitimidade:

Quando eu digo o MST da Base é porque eu digo que se articula a base, se esta dentro da base, se eu sou o MST de Base eu podia dizer do MST de Cúpula, mas eu não quero dizer que é de cúpula, eu quero dizer que é que da base nós somos, nós somos da base do MST, embora porque qual é o reconhecimento ali, a legitimidade que alguém tem para dizer que nós não somos movimento dos Sem-Terra? Eu fundei o Movimento Sem-Terra, porque eu tenho uma história e história de liderança não é título que se dá a ninguém. São conquistas. Se então o MST tem dentro dele uma eleição eu tenho uma conquista. Agora a minha conquista não é fruto da mídia, da televisão, do Jornal, é fruto de luta, de 25 anos de luta no movimento e que todos reconhecem desde ao mais simples no acampamento até ao Presidente Lula, não só pela amizade, mas é o reconhecimento. Então quando o governo vem sentar com nós é porque reconhece, quando o Lula esta na sua programação para vim numa promoção aqui no Pontal é porque nós vamos botar 10 mil. Olha companheiro, que movimento, que Zé Rainha isolado é esse, que crítico é esse que bota 10 mil para o Presidente e põe mais se ele vir aqui. (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

A proximidade com o governo Lula e, atualmente, com o governo Dilma e com os trabalhadores, visto toda a sua história de luta e a fama conquistada durante os anos de luta, integra parte importante dos seus argumentos quanto ao seu reconhecimento e

legitimidade, conforme aponta, crítica e combate as acusações de isolamento feitas à sua pessoa:

O último encontro que nos fizemos foi um enfrentamento com o PSDB nós fizemos um plebiscito e votou 3.700 pessoas, 95% votaram para o INCRA ter o controle da Reforma Agrária. Que expressão é essa? É a legitimidade da liderança por esse povo. Então se nós temos hoje no Pontal 6 mil famílias assentadas, embora temos 1.500 nos acampamentos. Quando se faz um encontro dessa envergadura. O último encontro da regional que a COOCAMP fez, que a direção do MST fez tinham 75 pessoas. Ai eu digo: Quem é que é legítimo? É essa a questão. E quem é que me legitimou? A minha história. Eu me garanto. E aí o erro, o equívoco que eu acho que não teve uma análise. Quer dizer, bom o cara é isolado, está só. Bom, todos os movimentos sindicais estão com ele, todos os movimentos sociais. Então eu acho que esta faltando alguém fazer uma autocrítica. Eu acho que alguém tem que fazer uma autocrítica. (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

Ainda no sentido das alianças, Rainha afirma que uma das suas diferenças é o seu amplo leque de alianças, sobretudo, com a base sindical e com outros movimentos socioterritoriais/sociais da região:

“Daí a nossa diferença e que no Pontal do Paranapanema eu consegui organizar toda a base do movimento sindical e todos os outros movimentos sociais em torno com a gente e o MST é único e exclusivo, o assunto é eles, não tem aliança com mais ninguém.” (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

De acordo com o mesmo, a estratégia de ampliação do leque de alianças ocorreu independentemente de discriminação partidária. A principal preocupação neste caso é a não interferência e que a aliança seja prejudicial ao seu projeto maior, ou seja, a reforma agrária:

E eu fiz um arco de alianças o mais amplo possível com partidos políticos e sociais porque para mim não importa se aqui no município o partido é do DEM, o que importa é que eles apoiam a luta pela reforma agrária. No projeto maior nós não interferimos. Nos não vamos embarcar para fazer campanha para o PSDB, nos somos contra o PSDB, contra os grileiros e essa forma de organização que hoje eles têm hoje no governo de reprimir os trabalhadores. Agora você vai encontrar em alguns municípios prefeitos que apoiam a nossa luta e nós vamos buscar o apoio deles. (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

As alianças de José Rainha são, de fato, a maior crítica que Zé Rainha faz ao MST. *“Eu diria que o MST como direção, que com a forma como eles estão conduzindo*

estão sós e é um risco. E vão ficar sós.” (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010). Em suas ponderações, o risco do isolamento é algo muito criticado:

Então veja bem, se no Pontal a gente conseguiu trazer todos os outros movimentos e o movimento sindical com nós combativo e o MST fala que só eu estou sozinho, pô, quem faz a luta pela terra? (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

Em seguida aponta sobre a necessidade de articulação com os demais setores da sociedade para poder corroborar e amplificar a luta e efetivamente alcançar o socialismo através da luta articulada:

Quer transformar a bandeira da luta pela terra, a luta pela reforma agrária numa bandeira da revolução pode ser, agora o movimento sociais vai fazer a revolução quando sozinho? Me diga? Quando, se não envolver todos os setores engajados? Todos os setores da classe trabalhadora. E os camponeses vão fazer isso como sozinhos? Então tem que compreender o estágio do momento que a história lhe oferece, então você não vai atropelar a história. Nós vamos ter, a minha prática vai contribuir com a prática do socialismo. Esse país ser socialista é meu objetivo, é o meu sonho. Quando? A gente não marca o dia da história. A gente marca o dia de luta, o dia da vitória é um processo da luta e o acúmulo que vai lhe dizer isso. Que é o que nós estamos fazendo, é esse um estágio, então ignorar o processo eleitoral, ignorar o governo Lula, ignorar o avanço do Brasil é realmente ignorar a história ou querer copiar, achar que o Chaves tem que ser o Lula. (Entrevista concedida por José Rainha Junior no dia 19 de Junho de 2010)

No entanto, apesar das ácidas críticas realizadas por José Rainha Junior ao MST na região do Pontal do Paranapanema, apontando fortes tendências ao isolamento, as declarações das lideranças apontam uma compreensão distinta deste processo:

Eu acho que esse terceiro congresso até hoje está vivo porque a luta pela reforma agrária pode se dar no campo entre as ações da ocupação da terra, mas ela se conquista principalmente com o apoio da sociedade. Então o nosso objetivo e as nossas alianças táticas e estratégias se dá com esses movimentos também na cidade, por exemplo, aqui na região do Pontal nós temos uma grande aliança com o Sindicato dos Bancários que está o popular Café que é o presidente do Sindicato dos Bancários, nós temos uma grande aliança com o Sindicato dos Condutores Rodoviários que é o Valdir o presidente do sindicato, nós temos alianças com a APEOESP que é o sindicato dos professores e temos aliança com a CUT que é o Eraldo que o responsável pela CUT aqui regional. (Entrevista concedida pela liderança do MST Cledson Mendes no dia 08 de fevereiro de 2011 na Cúria Diocesana da Igreja Católica de Presidente Prudente)

Neste sentido, aponta que o objetivo do movimento é seguir ampliando o leque de alianças com grupos organizados e até mesmo avançando na luta dentro das universidades e não se contentar com as conquistas e cada vez mais avançar o tema da reforma agrária e luta pela terra com a sociedade em todas as escalas:

“Então o nosso objetivo é ampliar o leque de alianças, seja com sindicatos, seja com os grupos organizados dentro das universidades, por exemplo o NERA nós consideramos aliado do movimento.” “Nós lutamos para ampliar esse leque. Entendemos que o MST de forma isolada tende a não conquistar grandes conquistas e ficar isolado. Então tem que procurar a sociedade seja local, seja estadual, seja nacional para se relacionar e pautar a reforma agrária com muito mais força.” (Entrevista concedida pela liderança do MST Cledson Mendes no dia 08 de fevereiro de 2011 na Cúria Diocesana da Igreja Católica de Presidente Prudente)

Ainda sobre a legitimidade do MST e a condição de Rainha a liderança Cledson destaca a existência de mais MST's e também que mesmo havendo mais de um não há vínculos com as instâncias do MST. Neste mesmo sentido, também aponta a existência de outros movimento e que José Rainha não seria mais o mesmo Rainha que compusera o MST:

Olha um exemplo. No Paraguai, no país Paraguai. Tem um MST para vocês terem uma ideia. Chama MST, Movimento dos Sem terra. Aqui no Brasil pode ter mais de um MST, mas o MST ficar ligado a essência e aos princípios do movimento desde o seu nascimento não é o MST que ele está defendendo e faz parte. É o MST que nós fazemos parte e está ligado a todas as instâncias e todas as instâncias estão ligas em escala local, regional, estadual e nacional do nosso movimento. Ele pode dizer que é do MST da Base, qualquer nome não tem problema nenhum. Acho que o MST, como no Paraguai tem MST, no Brasil pode ter vários MSTs. Mas o MST que foi fundado no começo da década de 80 e que tem seus congressos e suas instâncias, não é o mesmo MST que ele hoje na atualidade faz parte. Tem informação que ele tem um MST chamado Federação do Rainha como tem no Pontal aqui o MAST, Movimento Pela Terra, Movimento da Paz, Movimento Terra Brasil, Movimento Liberdade, MLST, isso e aquilo tem vários. Eu acho que o Zé Rainha é mais um segmento aí na luta pela reforma agrária, pela terra, que eu considero importante quando a gente luta pelo mesmo inimigo. Nós só temos que diferenciar que não é o mesmo Zé Rainha que fazia parte lá no início nas instâncias do MST. (Entrevista concedida pela liderança do MST Cledson Mendes no dia 08 de fevereiro de 2011 na Cúria Diocesana da Igreja Católica de Presidente Prudente)

Em seguida, relewa a importância da existência de outros movimentos, visto que os inimigos, latifúndio e agronegócio, são os mesmos:

“...é então eu acho que a participação do próprio Zé Rainha na luta pela terra, principalmente na luta pela democratização da terra é importante como assim é a participação do próprio MAST que é um movimento localizado, da CUT que faz a luta pela terra de forma localizada e assim de outros movimentos que fazem a luta pela terra é importante porque estão combatendo o mesmo inimigo, o mesmo adversário e que nesse caso, no Pontal do Paranapanema, é o latifundiário e mais que o latifundiário é o agronegócio principalmente da cana-de-açúcar e álcool aqui no Pontal do Paranapanema.” (Entrevista concedida pela liderança do MST Cledson Mendes no dia 08 de fevereiro de 2011 na Cúria Diocesana da Igreja Católica de Presidente Prudente)

O que, de fato, se encontra ainda em termos de situação legítima ou não de José Rainha Junior e do MST da base é nada mesmo que uma nublada roda-viva paradoxal apinhada de afirmação e negações de ambas as partes ainda. Assim, ambas as partes, devido a estrutura informal e concepção teórica e de outra parte devido ao próprio reconhecimento, não conseguem a afirmação e negação completa/integral. Mas o que, de fato, fica como um ponto central neste debate e que alimenta as discussões sobre o caráter personalista do MST é a que na realidade discutir a legitimidade do MST da Base é principalmente discutir a legitimidade de José Rainha Junior como integrante do MST. Na atualidade, o próprio MST jogou para escanteio esta discussão e optou por seguir em frente. Assim, de acordo com Cledson Mendes, faz parte da própria história e dinâmica do movimento a saída e surgimento de novas lideranças no MST:

Então, no MST nós temos um ditado popular que é verídico e prático dentro do nosso movimento que o MST é igual um trem cheio de vagão e cheio de paradas nesse trem, porque há dentro do próprio movimento um profundo revisamento. Então entra militante, sai militante, desiste militante, desiste família, mas o MST continua. Então o MST é um movimento que nós costumamos dizer que é um movimento que está dentro da dialética, ele vai, volta, analisa, aprofunda, faz o debate, têm dirigentes e militantes que ficam fora do MST, o MST continua, forma outros militantes através dos cursos de formação política como na Escola Nacional lá de Catador ainda e não a Florestan Fernandes, agora recentemente na atualidade a Florestan Fernandes, tem o objetivo de formar quadros, militantes e dirigentes comprometidos com a reforma agrária e comprometido com a revolução, com o socialismo. (Entrevista concedida pela liderança do MST Cledson Mendes no dia 08 de fevereiro de 2011 na Cúria Diocesana da Igreja Católica de Presidente Prudente)

Por fim, além do MST estar acostumado a lidar com tais circunstâncias compreendem a história e dinâmica e o que, de fato, figura para o movimento sobre a

legitimidade do "MST da Base" pode ser traduzido como uma distorção, conforme aponta a liderança:

O MST da Base tem que ser o conjunto do MST. Não tenho nenhuma crítica a isso. Quem tenta se firmar enquanto MST de formas fragmentarias, de formas isoladas disso na verdade tenta passar uma distorção do que que é o MST na sua totalidade. (Entrevista com liderança Zelitro do MST, maio de 2011)

E:

Olha então, quando você fala MST da Base, eu prefiro não utilizar esse conceito não. Eu acho que isso é uma tentativa de distorção. Mas quem utiliza dele e se propõe a fazer esse discurso na verdade é fruto de um grande efeito, cuja causa central é a questão de não mais estar contido nesse contexto do MST em sua totalidade e esse discurso é casuísta. Ao invés de fazer propositivas no sentido da proposta de reforma agrária proposta pelo próprio MST a partir do amplo debate que é realizado no interior dos seus organismos e até mesmo na sociedade que é aquilo que se consolida no próprio Congresso Nacional do MST, contrariamente a isso fazer essa discussão casuísta que eu falei e propagandear os programas governamentais como o biodiesel, como políticas publicas do tipo programa de moradia e outros é apenas para fazer essa conexão e passar para a opinião publica uma visão de quem tem sobre si um referencial maior do que aquele que é o próprio acumulo do conjunto do movimento. (Entrevista com liderança Zelitro do MST, maio de 2011)

4.7 Acampamentos do MST na atualidade

A atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema é bem diversa e composta por elementos muito distintos do que pudemos observar no transcorrer das duas últimas décadas. De fato, há um conjunto de elementos que impulsionaram mudanças e influenciaram significativamente na conformação da condição atual da luta pela terra, tais como: a mudança de estratégias de repressão aos movimentos; o processo de dissensão dos movimentos socioterritoriais/sociais; organização dos acampamentos; o caráter personalista da luta de alguns movimentos; a desistência na luta; as novas estratégias do capital e seu avanço na região; etc. No entanto, aqui, nos ateremos em destacar alguns aspectos e parte da realidade atual da luta pela terra na região.

*Acampamento Dorcelina Forlador*²³⁶

O acampamento Dorcelina Forlador, no município de Sandovalina, está localizado às margens da rodovia municipal de Sandovalina que dá acesso à rodovia SP 613 e ao município de Teodoro Sampaio (Figura 34). Apesar do acampamento estar no município de Sandovalina encontra-se mais próximo do município de Teodoro Sampaio, aproximadamente 7 quilômetros²³⁷. Além da proximidade com o município de Teodoro Sampaio, entre o acampamento e o município de Teodoro Sampaio existem vários assentamentos rurais onde muitos integrantes do acampamento trabalham comumente recebendo diárias²³⁸.

²³⁶ O nome do acampamento foi dado em homenagem a uma companheira de luta.

²³⁷ O acampamento está localizado a aproximadamente 3 km do rio Paranapanema.

²³⁸ Em média, conforme constatados nos assentamentos Santo Antonio dos Coqueiros, Palú, Lagoinha e Água sumida, durante o trabalho de campo realizado entre as datas de 06/02/2012 a 12/02/2012 a diária normalmente gira em torno de 30 a 45 reais.



Figura 34 - Acampamento Dorcelina Forlador.

Fonte: Google Maps, 01/01/2013

A localização e formação do acampamento neste determinado ponto justifica-se pelo fato de estar em frente à fazenda São Domingo, visto que é uma área que o movimento tem lutado desde 1995 e realizado diversas ocupações de terras, conforme apontamos no quadro 27.

Quadro 27 - Ocupações na Fazenda São Domingos realizadas pelo MST- 1995-2011

N °	DATA	N. de Famílias	Fonte
1°	01/10/1995	800	NERA
2°	07/10/1995	2500	CPT/OAN/NERA
3°	28/10/1995	N.I.	CPT/OAN/NERA
4°	22/01/1996	774	CPT/OAN/NERA
5°	08/03/1996	200	NERA
6°	15/08/1996	700	CPT/OAN/NERA
7°	07/10/1996	750	CPT/OAN/NERA
8°	15/10/1996	N.I.	CPT/OAN/NERA
9°	26/10/1996	20	NERA
10°	23/02/1997	300	CPT/OAN/NERA
11°	23/02/1998	N.I.	CPT
12°	01/10/2004	58	CPT/OAN
13°	09/05/2004	90	CPT/OAN
14°	20/04/2004	200	CPT/OAN/NERA
15°	04/12/2004	300	CPT/OAN/NERA
16°	29/07/2005	N.I.	CPT/OAN/NERA
17°	18/03/2006	80	CPT/OAN/NERA
18°	15/04/2011	300	CPT/NERA

Fonte: Dataluta, 2012, **Organização:** José Sobreiro Filho

O conflito e a violência na luta pela fazenda São Domingos é uma das marcas mais fortes da história da luta por essa área. No início de fevereiro de 1997 ocorreu um violento confronto entre os acampados, alguns jagunços e proprietário da fazenda. De acordo com alguns dos principais jornais, o confronto terminou em oito feridos e agregando sentimento de belicosidade ao cenário da luta no Pontal do Paranapanema²³⁹. Alguns dos envolvidos tiveram significativas consequências, sobretudo para saúde conforme destaca a liderança do setor de saúde da regional do MST no Pontal do Paranapanema:

Miriam: Ainda não disse para vocês mas eu levei um tiro. Não sei se vocês sabem, mas o Thomaz sabe. Levei um tiro a quinze anos atrás naquela fazenda que o pessoal está la acampado ali São Domingos. A quinze anos

²³⁹ Ver matérias "Paz no Pontal" do jornal Oeste Notícias na página 1.2 de 25 de fevereiro de 1997, "O MST gostaria de ver sangue" do jornal O Estado de São Paulo na página A3 de 25 de fevereiro de 1997 e "Questão Agrária: MST anuncia que voltará a invadir fazenda" na página 1.6 do jornal Folha de São Paulo de 27 de fevereiro de 1997.

atrás, que custou a minha saúde de fato. hoje eu não aguento varrer a minha casa, pegar peso, andar depressa.

Sobreiro: A bala entrou onde?

Miriam: A bala entrou aqui, atravessou o pulmão e saiu nas costas. Quebrou três costelas, o nervo que liga as costelas cortou e não retornou, essa parte minha aqui é adormecida, a respiração é muito lenta porque oxigena mas para sair ai se eu tiver pressa eu caio morta. (Entrevista com liderança Miriam do MST no dia 7 de maio de 2011)

Diversas foram as notícias sobre o embate entre o MST e o fazendo "proprietário"²⁴⁰ da fazenda São domingos (quadro 28), dentre eles destacavam-se: declarações do MST de voltar a ocupar a fazenda; ameaças de rechaço com armamento das ocupações por parte do "proprietário" e da UDR; manifestação do ITESP de que a terra era ilegal; manifestação de políticos; etc. De fato, além destes importantes elementos e histórico de conflito que envolveu a luta pela fazenda e foi determinante na constituição do acampamento Dorcelina Forlador em frente à mesma as declarações favoráveis à desapropriação ao longo dos anos também contribuíram para sua formação. Na atualidade, de acordo com as lideranças do movimento, parte da fazenda está prestes a ser desapropriada visto que foi declarada devoluta pelo Estado, além do mais a conquista da fazenda São Domingos também significará uma grande conquista para o movimento visto a história de conflito.

²⁴⁰ Na análise das notícias de jornais destacam-se dois nomes como os mais recorrentes referenciados como proprietário da fazenda São Domingos, sendo eles Osvaldo Paes Mendonça e Osvaldo Fernandes Paes.

Quadro 28 - Notícias sobre conflitos na fazenda São Domingos - 1995-2011

Nº	Data	Título da matéria	Jornal*	Página
1º	08/10/1995	MST invade fazenda São Domingos	ON	3
2º	29/10/1995	Sem terra voltam para a São Domingos	IMP	4A
3º	08/10/1996	MST invade fazenda São Domingos	ON	1.3
4º	12/10/1996	Sem-terra são despejados no Pontal	ON	1.4
5º	16/10/1996	Sem-terra invadem fazenda no Pontal	FSP	1.13
6º	29/10/1996	Sem-terra preparam áreas em 2 fazendas no Pontal	ON	1.3
7º	09/11/1996	Sem-terra destroem cerca de São Domingos	ON	1.3
8º	25/02/1997	Paz no Pontal	ON	1.2
9º	25/02/1997	O MST gostaria de ver sangue	OESP	A3
10º	25/02/1997	Editorial: Agora sim, o clima que os grupos radicais pretendiam para o Pontal do Paranapanema	IMP	3A
11º	25/02/1997	É tensa a situação no acampamento do MST	IMP	6B
12º	27/02/1997	Questão Agrária: MST anuncia que voltará a invadir fazenda	FSP	1.6
13º	27/02/1997	Questão Agrária: Mulher foi ferida por sem-terra, diz fazendeiro	OESP	A17
14º	28/02/1997	Integrantes do MST prestam depoimentos	IMP	6B
15º	28/02/1997	Ferida no conflito fala em novas invasões	OESP	A16
16º	28/02/1997	Sem-terra são submetidos a exame médico	OESP	A16
17º	03/03/1997	Sinais de nova atitude perante o MST	OESP	A3
18º	06/03/1997	Editorial: Liberdade ao fazendeiro	ON	1.2
19º	06/03/1997	Questão agrária: Procurador-geral da Justiça critica libertação de presos no Pontal	OESP	A27
20º	22/03/1997	UDR reúne ruralistas em Sandovalina	ON	1.4
21º	22/03/1997	UDR faz hoje manifestação no Pontal	OESP	A28
22º	22/03/1997	UDR faz hoje manifestação no Pontal	OESP	A28
23º	25/04/1997	Deolinda desmente denúncia de plantio em área de Sandovalina	ON	1.3
24º	15/08/1997	UDR combate invasão com barreira	ON	1.3
25º	15/08/1997	MST decide retomar invasões no domingo	OESP	A17
26º	16/08/1997	Incra quer desapropriar S. Domingos	ON	1.3
27º	17/08/1997	Proprietário da São Domingos contestara laudo sobre fazenda	OESP	A24
28º	17/08/1997	Ruralista desafia rival	FSP	1.17
29º	17/08/1997	Proprietário da São Domingos contestará laudo sobre fazenda	OESP	A24
30º	18/08/1997	MST festeja desapropriação e insiste nas invasões	OESP	A13
31º	02/09/1997	Grupo armado vai proteger fazendas	ON	1.6

32°	03/09/1997	Incra vai desapropriar 3 áreas no Pontal	OESP	A10
33°	04/09/1997	Ruralistas contestam desapropriação	ON	2
34°	17/09/1997	Presidente desapropria 2 fazendas	FSP	1.14
35°	19/09/1997	Sob Tensão: Ruralista dorme ao volante e bate	ON	1.3
36°	06/03/1998	Decreto sobre desapropriação é desrespeitado	OESP	A11
37°	04/08/1998	MST quer fazer acordo com fazendeiro	ON	1.4
38°	15/09/1998	Pontal: Tensão aumenta e MST ameaça ocupar mais cinco fazendas	IMP	7B
39°	20/09/1998	Pecuarista resiste após 13 invasões	OESP	A16
40°	17/04/2004	Polícia faz reconstituição de crime em fazenda.	IMP	B7
41°	31/07/2004	Megainvasão do MST mobiliza 1.200 no Pontal	OESP	A.4
42°	10/08/2004	Fazendeiro que adquiriu área ainda não tem posse de terra.	IMP	7B
43°	10/08/2004	Polícia aguarda perícia em seguranças de fazenda.	IMP	7B
44°	05/12/2004	MST invade fazenda São Domingos pela 15ª vez.	IMP	5B
45°	05/12/2004	Após 4 meses, MST retoma ações no Pontal.	OESP	A13
46°	07/12/2004	Pedida reintegração no Pontal.	OESP	A5
47°	16/12/2004	Sem-terra desafiam a Justiça e permanecem em área invadida.	IMP	4B
48°	19/04/2005	No interior de SP, 250 famílias ocupam fazenda	OESP	A7
49°	19/03/2006	Sem-terra invadem de novo a São Domingos	IMP	4.B
50°	21/03/2006	Sem-terra destroem 5 KM de cerca de fazenda	ON	1.3
51°	24/03/2006	MST abandona a fazenda São Domingos	IMP	5.B
52°	14/01/2010	MST acampamento na porta da São Domingos	ON	1.5
53°	16/04/2011	MST ocupa Fazenda São Domingos no Pontal	ON	1.5
*Siglas: ON - Oeste Notícias; IMP - O Imparcial; OESP - O Estado de São Paulo; FSP - Folha de São Paulo				

Fonte: Dataluta Jornal, 2012

Organização: José Sobreiro Filho

Assim, visto brevemente o percurso histórico que levou a formação do acampamento de frente à fazenda São Domingo nos atemos a algumas características da composição do mesmo. O acampamento conta atualmente²⁴¹, com aproximadamente 120 barracos construídos ao longo da rodovia (foto 12) e 250 famílias cadastradas²⁴². Apesar da grande quantidade de pessoas organizadas e cadastradas, no cotidiano,

²⁴¹ O ano de referência é dois mil e doze (2012).

²⁴² Conforme declaração de um dos coordenadores do acampamento na data 22/11/2011.

também conforme o coordenador do acampamento, há 70 moradores/famílias que ficam permanentemente no acampamento²⁴³. No entanto, a dinâmica se altera de acordo com os dias da semana. Assim, nos finais de semana o acampamento conta com uma ordem muito maior de pessoas e famílias nos acampamentos, sendo aproximadamente uma ordem de 160 a 170 famílias²⁴⁴.



Foto 12 - Acampamento Dorcelina Forlador.

Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011

Os trabalhos de base são realizados nas cidades de Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Sandovalina. No entanto, o acampamento recebe pessoas de diferentes municípios, sobretudo, de outras regiões tais como o norte do Paraná. A origem das pessoas, em sua maioria, está relacionado à cidade²⁴⁵ com destaque à periferia das mesmas. Apesar de muitas pessoas terem origem urbana, seus pais e avós tiveram

²⁴³ Algumas destas famílias ou membros destas podem trabalhar nas propriedades ao entorno, mas voltam diariamente para dormir no acampamento.

²⁴⁴ É importante destacar que atualmente é comum que uma pessoa represente uma família.

²⁴⁵ De acordo com as lideranças entrevistadas, apesar da origem das famílias estarem relacionadas à cidade elas são as mais envolvidas e dispostas nas ações do movimento.

origem no campo, mas em algum momento na vida já trabalhou no campo. Outro elemento presente em todas as conversas é a vontade de produzir na terra e aprender. Evidencia-se a vontade de aprender no acampamento que os acampados aproveitam diversos espaços para produzir alimentos para autoconsumo, conforme apresentamos uma horta do outro lado da rodovia ao lado da cerca (foto 13). Além de produzir alimentos, a liderança do acampamento declarou que a localização da horta ao lado da cerca significava tanto a disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio quanto também o modelo de produção ambientalmente sustentável que o MST tinha para a área.



Foto 13 - Horta do acampamento Dorcelina Forlador.

Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011

Associado à vontade de produzir também há a perspectiva de através da produção no campo conseguir melhores condições de dignidade. Ou seja, este processo é a visualização da terra como possibilidade de melhor qualidade de vida, de resgate da dignidade. Outro destaque do acampamento foi a recorrente discussão sobre o futuro do acampamento assim que a fazenda São Domingos vir a se tornar um assentamento, pois muitos dos acampados se preocupavam tanto com o distanciamento dos

José Sobreiro Filho

acampamentos após a conquista da terra quanto com a formação do assentamento. Na discussão sobre a forma do assentamentos era reincidente o argumento do medo do "quadrado burro", ou seja, o medo da implementação do mesmo modelo de assentamento onde os lotes distanciam os assentados uns dos outros, acarretando na desmobilização, individualização dos problemas, enquadramento deles nas políticas governamentais e, portanto, indo contra os objetivos tão advogados pelo movimento e debatido neste acampamento.

Ainda quanto à organização, assim como em muitos outros acampamentos do MST, o Dorcelina Forlador também está organizado em comissões e núcleos, sendo responsáveis por: segurança; saúde, educação; etc. Os militantes, pesquisadores e demais sujeitos que conhecem e vivenciam a realidade da luta pela terra sabe que são muitas e diversas as dificuldades na luta pela terra e que os acampados vivem condições até mesmo sub-humanas para conseguir levar adiante a luta pela terra e lutar pelo direito não só de acesso à terra quanto também de reconquista de dignidade. No entanto, no caso do acampamento Dorcelina, segundo acampados, destacam-se o trânsito, visto que os veículos passam por ali em alta velocidade²⁴⁶ e também o medo de alguma violência contra os acampados. Contudo, no tocante aos problemas, o MST é bem atuante e articulado. As lideranças sempre conseguem trabalhar e criar estratégias e medidas para solucionar o problema ou ao menos amenizar, tais como podemos ver o boneco de pano na foto 14 como uma estratégia assegurar e criar a sensação de que o acampamento é constantemente cuidado e vigiado e para diminuir a velocidade dos automóveis os acampados fazem e reformam constantemente lombadas de terra para que os veículos venham a diminuir a velocidade e também algumas placas foram indicando a travessia de pedestres e a localização de assentamentos foram colocadas metros antes dos acampamentos alertando e pedindo atenção (foto 15).

²⁴⁶ Neste caso, durante as várias vezes que estive no acampamento pude ver que os acampados fizeram e reformaram várias lombadas de terra para diminuir a velocidade dos automóveis.



Foto 14 - Segurança do acampamento Dorcelina Forlador.

Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011



Foto 15 - Placa de atenção localizada metros antes do acampamento Dorcelina Forlador.

Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011

É clara a convivência harmônica no acampamento e a resolução dos problemas de forma coletiva. Conforme apontamos anteriormente, visto que o acampamento conta com uma ordem que varia de 15 a 20 crianças, sendo todas frequentadoras da escola, a prefeitura do município de Sandovalina realiza o transporte das crianças para a escola. A saúde também é realizada pela ambulância da prefeitura de Sandovalina até o posto médico do Assentamento Bom Pastor, também localizado no município. De acordo com as lideranças, todas essas conquistas foram viabilizadas pela discussão no acampamento e o contato com a prefeitura mediado por algumas lideranças responsáveis pelo acampamento juntamente aos responsáveis pelo setor no acampamento.

Uma característica muito marcante deste acampamento, durante os vários trabalhos de campo realizados, são as relações amistosas e de comunidade existentes no acampamento. Visto que no acampamento Dorcelina Forlador existem acampados que participaram de diversos outros acampamentos nos longos anos de luta pela terra na

José Sobreiro Filho

região existe muita proximidade e um claro sentimento de amizade e espírito comunitário entre a maioria dos acampados. De fato, o acampamento mescla pessoas de várias idades, gêneros, cores e origens. As relações de parentesco também são normais no acampamento, pois comumente um membro da família vai para o acampamento, conhece a dinâmica e as lideranças do movimento e depois passa as impressões e informações adiante. Resultado disso é que irmãos, pais, filhos, cunhados, etc. terminam por ir para acampamento com a esperança de conseguir uma terra. Por fim, as assembleias são ocorrem quase todos os finais de semana e, em casos extraordinários, quinzenalmente ou para suprir demandas emergenciais. Além disso ocorrem outras pequenas reuniões para resolução de problemas menores no transcorrer da semana ou nos finais de semana.

Ocupação da Fazenda São Domingos

A realização de uma ocupação de terras requer um dispêndio de energia, dedicação e esforços enorme. Apesar de muitos desconhecerem, conforme pudemos acompanhar a regional do MST do Pontal do Paranapanema em algumas ocupações, além da parte prática que é a entrada na área, a organização de uma ocupação envolve: a pesquisa sobre a origem e legalidade da área; forma de produção e relações de trabalho que são realizadas na fazenda; articulação logística para levar os acampados até a área; segurança no percurso, entrada e durante a ocupação; garantia de alimentação; infraestrutura para garantir a construção dos barracos; contato com a imprensa; mediação com a polícia militar e funcionários da área ocupada; etc. De fato, são muitas as atividades, cuidados e os esforços que envolvem uma ocupação de terra.

De maneira mais clara pudemos vislumbrar estas articulações e a parte prática de um trecho da luta pela terra ao acompanhar a ocupação do MST na fazenda São Domingos realizada pelo MST no dia 15 de abril de 2011²⁴⁷. As atividades começaram ainda de madrugada conforme aponto no caderno de campo:

²⁴⁷ Acompanhamos uma liderança do MST assentada, cujo o nome não divulgaremos para preservar e garantir sua segurança.

Saímos por volta das cinco horas da manhã do assentamento XXXX rumo ao acampamento. O sol sequer despontou no horizonte, mas o companheiro **Fulano** já está em ritmo acelerado. No carro, eu e mais três companheiros que convidei para acompanhar uma ocupação de terra, seguimos conversando e discutindo sobre a dedicação de uma liderança que mesmo assentada ainda se mantém realizando a luta pela terra. **Fulano** segue no carro a frente. Depois de alguns quilômetros paramos em um acampamento. A movimentação era grande. Os acampados decidiam o que levariam e todos pareciam estar muito empolgados. Via-se claramente em seus respectivos semblantes a esperança da conquista de um pedaço de chão. Crianças, adultos, idosos e adolescentes. Todos participavam ativamente. Alguns se solidarizavam e ajudavam aqueles com dificuldades de carregar as coisas mais pesadas. **Fulano** ajudava a organizar o espaço e na decisão sobre o que valia a pena levar de acordo com a quantidade de carros. A maior preocupação dos acampados e de **Fulano** era encaixar as escavadeiras e o fogão juntamente às panelas, colchões e sacos de roupas. Também se destacava a divisão que definia a função dos automóveis, sendo os carros para carregar os principais utensílios e equipamentos para garantir a infraestrutura da ocupação e alimentação. (Diário de campo, dia 15 de abril de 2011)

Em seguida, decidida a saída do acampamento, os acampados seguiram rumo a Fazenda São Domingos.

A entrada no acampamento ocorrera pacificamente assim como todas as demais que pude participar com o movimento. Entramos na área com aproximadamente treze carros e um ônibus. Tomadas pelo ânimo e entoada por cantos que destacavam as condições da luta pela terra as famílias foram descendo dos carros e dando os primeiros passos para caracterizar a ocupação da área. A chegada do ônibus e o início da descida das famílias do mesmo fora comemorada com gritos, pois trazia mais uma grande quantidade de famílias. (Diário de campo, dia 15 de abril de 2011)

Após a entrada na área a ocupação foi rapidamente se caracterizando. Nos chamou a atenção que assim que as famílias desceram do ônibus e os demais carros reunidos uma liderança fez questão de destacar a mística:

Puxado por **Beltrano**, todos os presentes na ocupação seguiram a mística entoando em canto uníssono a palavra de ordem "Pátria livre!! Venceremos!". Após a palavra de ordem um grupo deu seguimento a outros cantos enquanto as primeiras atividades deram início. (Diário de campo, dia 15 de abril de 2011)

Depois da palavra da mística deram-se início à retirada dos pertences trazidos do acampamento (foto 16²⁴⁸). A ocupação contou com a presença de várias lideranças do MST reconhecidas na região.



Foto 16 - Início da ocupação da Faz. São Domingos.

Fonte: José Sobreiro Filho, 15/04/2011

As lideranças, visto a experiência, se ativeram em realizar algumas atividades específicas e dando as primeiras orientação para os demais acampados para dar seguimento à ocupação:

Logo após a palavra de ordem, **Ciclano** entrou em contato com os jornais da região para noticiar a ocupação. Enquanto estabelecia-se o contato as demais lideranças se ativeram na organização da ocupação. Um caminhão de bambu chegou para a construção dos barracos e Fulano dialogou com os acampados e decidiram quais os melhores lugares para montar os barracos. Todas as orientações dadas eram de preservar a fazenda e de forma alguma depredar quaisquer estrutura ou as culturas da área. (Diário de campo, dia 15 de abril de 2011)

²⁴⁸ O rosto dos acampados que participaram da ocupação foram apagados visando preservar sua identidade e o uso deste material para possíveis acusações.

Além da construção dos barracos e divisão do trabalho conforme as fotos 17 e 18, outra atividade de suma importância e que foi realizada logo no início da ocupação de terra foi a alocação de bandeiras em pontos estratégicos da área ocupada para evidenciar que a fazenda estava ocupada pelo MST e também a montagem de uma guarita para controlar o acesso a área.



Foto 17 - Construção dos barracos na ocupação da Faz. São Domingos.

Fonte: José Sobreiro Filho, 15/04/2011

Destaca-se o fato de apesar de ter a divisão do trabalho em núcleos responsáveis por determinadas necessidades, tal como limpeza, alimentação, segurança, etc. Todos os acampados se envolvem em pelo menos uma das atividades sem discriminação de sexo, cor ou idade. Podemos observar nas fotos a participação de homens e mulheres trabalhando. Na foto 18 temos uma mulher integrante do acampamento segurando a bandeira e um homem, também do movimento, com a enxada dando

os cuidados para dar segurança e firmeza para a bandeira hasteada. Esta imagem toma ainda mais sentido visto que na própria bandeira do MST temos a imagem de um homem e uma mulher. Quanto ao momento, trazendo ainda mais sentido, aponte no diário de campo:

Assim que se encerrou a palavra de ordem a companheira **Fulana** tomou a frente. Empunhando um par de bandeiras apanhou também dois bambus grandes, onde poderia hastear a bandeira, e convidou um companheiro que tinha nas mãos um enchada e uma escavadeira para acompanhá-la. Um pouco adiante, em meio ao milharal, parou e avaliou a visibilidade da bandeira. Em seguida, os dois começaram a firmá-la na terra. Após firmadas ambas as bandeiras, a companheira chamou atenção para que os demais companheiros colocassem urgentemente uma bandeira na guarita de entrada para identificar tanto que a área tinha sido ocupada quanto que era uma ocupação do MST.

De fato, não pude deixar de pensar sobre a atitude da companheira e relacioná-la à própria bandeira do movimento, visto que a mulher está a frente do homem com uma camiseta vermelha e logo atrás o homem com uma de suas principais ferramentas de trabalho (facão) rumo a luta. (Diário de campo, dia 15 de abril de 2011)



Foto 18 - Integrantes hasteando a bandeira do MST na ocupação da Faz. São Domingos.

Fonte: José Sobreiro Filho, 15/04/2011

José Sobreiro Filho

A guarita na estrada que dava acesso à fazenda São Domingos foi uma das primeiras atividades da ocupação. O principal objetivo da construção da mesma era o controle das pessoas que entravam na área, ou seja, garantir a segurança das famílias acampadas. Um grupo de homens se encarregaram da sua montagem com alguns bambus (foto 19). Observa-se a presença de crianças brincando próximo à área da guarita, quanto à presença das crianças aponto:

A ocupação seguiu a normalidade do que eu já conhecia do MST aqui no Pontal. Enquanto os adultos seguem com as atividades de montagem dos barracos, guarita e hasteando bandeiras, algumas crianças até tentam se envolver nas atividades, mas a maioria segue brincando na área. É interessante como elas brincam com os bambus, montam pequenos barracos, ajudam a limpar a área e gostam de carregar as lonas e aprender com os adultos. De fato, são sem-terrinhas. Estão locupletadas do cotidiano de luta do movimento, afinal respiram a luta e são vítimas desde cedo. (Diário de campo, dia 15 de abril de 2011)



Foto 19 - Guarita da ocupação da Faz. São Domingos.

Fonte: José Sobreiro Filho, 15/04/2011

Logo após os primeiros direcionamentos dados pelas lideranças dialogamos com uma das lideranças do movimento quanto à realização da ocupação da fazenda São Domingos onde a liderança aponta a ocupação como parte de uma das ações do abril vermelho e também como uma luta de anos pela área:

Faz quinze anos, completa quinze anos de impunidade, onde em 96 dezenove companheiros do MST foram mortos lá em Eldorado dos Carajás pela truculência da Polícia Militar no governo do Fernando Henrique Cardoso. O MST tem como obrigação lembrar a sociedade, lembrar as autoridades dessa impunidade e dessa atrocidade à vida humana. Esse dia ficou então considerado, o dia 17 de abril ficou então como o dia nacional de luta pela reforma agrária. E o MST, de lá então, vem fazendo suas ações todo mês de abril. Aqui na região do Pontal decidimos então ocupar essa fazenda, a fazenda São Domingos, por conta que é um marco histórico na luta pela terra aqui na região do Pontal do Paranapanema e em 1997 foram sete militantes do MST foram baleados aqui nessa mesma área. É o mesmo dono ainda. Só que dessa vez tem um fator a nosso favor, que é a decisão do tribunal de Brasília onde considera essa área como devoluta. Então foi dada essa decisão em última instância e essa área é devoluta. Então o MST, nós resolvemos ocupar essa área novamente, trazer as famílias aqui novamente, inclusive famílias que estavam aqui naquele período de 97 que até hoje encontram-se acampadas ainda. Então, retomamos aqui essa luta, ocupamos essa fazenda, vamos ficar aqui até essa fazenda sair e virar assentamento. O Nosso objetivo é montar acampamento permanente aqui, um acampamento de resistência que a gente possa então cobrar das autoridades competentes que possam fazer então o assentamento dessas famílias. É uma área que tem em torno de 605 hectares e cabe uma quantidade boa de famílias aqui dentro e nós queremos não só essa fazenda, mas que a justiça retome todos os processos antigos de todas as áreas que já foram julgadas devolutas aqui na região do Pontal do Paranapanema. Iniciamos agora a nossa jornada de abril. Começa hoje a nossa jornada de abril e vamos estender ela até a hora que a gente obter uma conquista concreta mesmo. Esse é o nosso objetivo. (Entrevista com liderança do MST na ocupação da Fazenda São Domingos, dia 15 de abril de 2011).

Enfim, a ocupação na fazenda São Domingos, além de ter sido a única atuação do MST no Pontal do Paranapanema durante o Abril Vermelho foi também uma ocupação simbólica, visto a fazenda ter sido palco de grandes conflitos como no dia 23 de março de 1997 com sete militantes baleados, e que reforça expectativas de criar novo ânimo na luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema:

Liderança: Então a São Domingos ela tem um marco histórico e jurídico também porque atrás dela tem várias outras áreas que podem estar no mesmo pé que elas. Então é possível que a gente consiga retomar mais uma vez depois de bastante tempo, nós estamos com esses indicativos de que é possível retomar e experimentar de novo um grande movimento de massa entorno das grandes terras públicas do Pontal. Com um diferencial, sem aquele discurso genérico. Falando é aqui! Estruturemos aqui e vamos

massificar aqui. Falando é lá, vamos massificar lá. Sem ilusão, vamos trabalhar com o pé no chão mesmo. Com o pé no chão a gente acha que é possível a gente massificar um contingente não estratosféricos, mas um contingente que nos de condição de retomar essa pauta política aqui na região. (Entrevista com liderança do MST no dia 6 de maio de 2011)

Acampamento Irmã Gorete

O acampamento Irmã Gorete²⁴⁹ está localizado no município de Marabá Paulista. Diferentemente dos demais acampamentos, que em sua maioria estão localizados em rodovias distantes dos centros urbanos e próximos a fazendas, o acampamento Irmã Gorete encontra-se juntamente à cidade de Marabá Paulista (Figura 35), sendo até mesmo uma extensão da cidade, com barracos nos dois lados da pista (foto 21), ao longo da rodovia municipal que dá acesso a Cuiabá Paulista, Presidente Venceslau, Fazendas, etc. tamanha a proximidade do acampamento com o Município de Marabá Paulista que há uma placa referenciando o acampamento (foto 20).

²⁴⁹ Segundo os acampados em Abril de 2012 fazia 2 anos que o acampamento estava ali organizado.

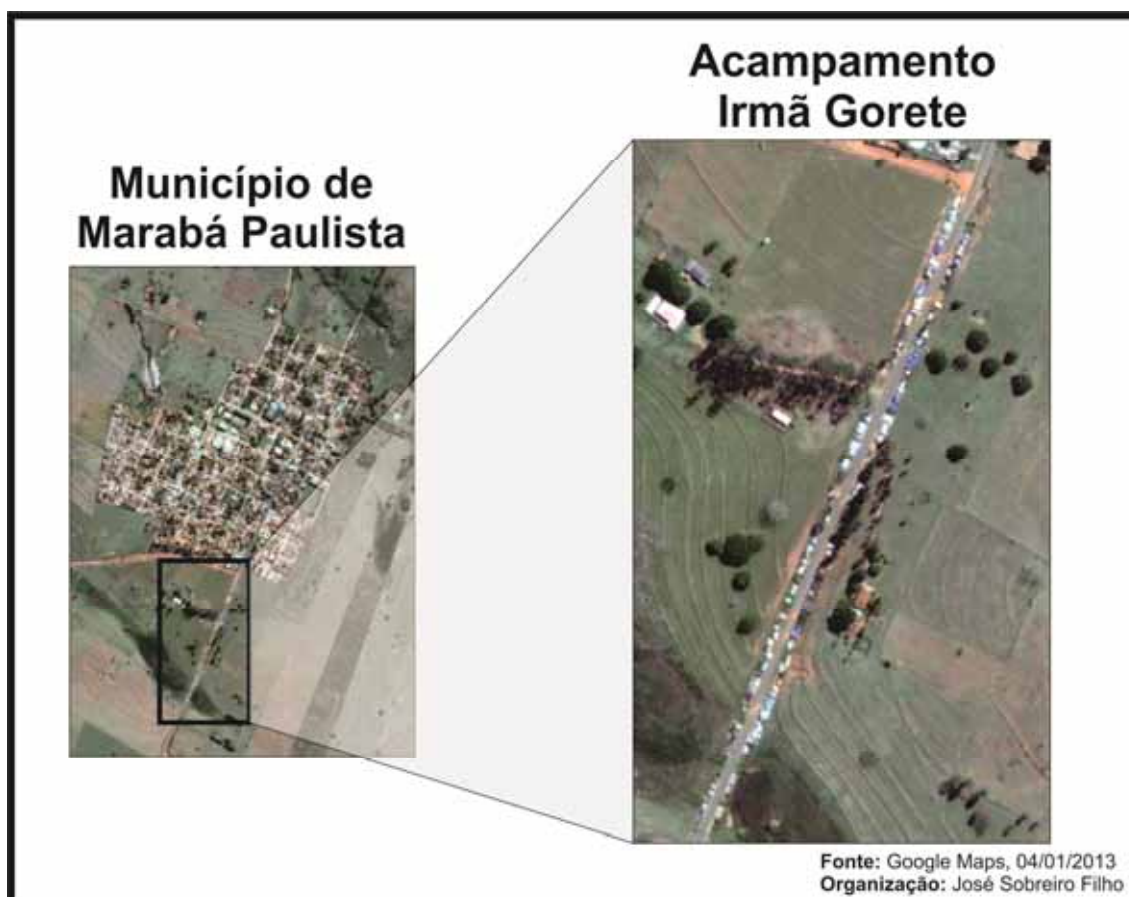


Figura 35 - Localização do acampamento Irmã Gorete no município Marabá Paulista



Foto 20 - Acampamento Irmã Gorete - Perspectiva 1.
Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011



Foto 21 - Acampamento Irmã Gorete - Perspectiva 2
Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011

Este acampamento, assim como muitos outros, foi formado pela junção de outros acampamentos. Neste caso foi a junção dos acampamentos Vitória, Bartira e Dourados. De acordo com o coordenador do MST o acampamento é composto por 131 famílias cadastradas, no entanto somente 31 famílias são moradoras do acampamento²⁵⁰. Assim como o acampamento Dorcelina Forlador está lutando pela fazenda São Domingos, o acampamento Irmã Gorete também luta por uma fazenda, sendo está a fazenda Nazaré de posse da família de Agripino de Oliveira Lima Filho, latifundiário e ex-prefeito do município de Presidente Prudente.²⁵¹ No entanto, apesar de cada um dos acampamentos estarem lutando mais intensamente por áreas específicas, visto a sua proximidade, quando são realizadas as ocupações de terras participam famílias de ambos os acampamentos, ou seja, apesar da localização ambos os acampamentos estão lutando por ambas as terras, mas inclusive a localização do acampamento próximo às áreas contribui para pressionar as instituições competentes. É comum, neste caso, os dizeres *"nós estamos lutando por elas, mas na realidade a primeira que sair nós vamos pegar, independente de onde seja na região"*.

Assim como nos demais acampamentos existentes na atualidade e, portanto, também como o acampamento Dorcelina Forlador, no acampamento irmã Gorete tem-se acampados com perfis diferenciados. Denota-se que há desde o acampado que tivera contato e origem na terra quanto aqueles com o perfil urbano, mas que desejam e tem investido na luta para conquistar um lote e, então, criar essa afeição com a terra. Nesse montante de sujeitos diferenciados pode-se encontrar pessoas com grande experiência na luta pela terra, assim tinha-se acampados recém chegados, com meses de vivencia no acampamento, e também acampados com mais de dez anos de luta²⁵².

Apesar do grande tempo de espera a luta ainda segue motivada pela probabilidade de conquista do assentamento, visto que, conforme apontam os acampados e as lideranças, a fazenda está cada dia mais próxima dos acampados²⁵³. no

²⁵⁰ O coordenador também citou o caso de que há um bom número de solteiros que vivem no acampamento.

²⁵¹ Além do cargo político e de ser latifundiário, Agripino e sua família também possuem participação em empresa de transporte coletivo, transmissora filiada a rede globo, rádios, jornal Oeste Notícia e também à maior Universidade da região (UNOESTE).

²⁵² Alguns acampados que ali se encontravam tive a oportunidade de conhecê-los a mais de anos. Alguns destes conheci no ano de 2007 e alguns, naquele período, já tinham de 4 a 7 anos acampados.

²⁵³ Inclusive alguns acampados destacaram o fato de que não desistem da luta porque a fazenda está tão próxima.

entanto, os mesmos apresenta-se indignados com a demora para a criação do assentamento, sobretudo, porque a área já foi julgada devoluta e porque o "proprietário" tem conseguido atrasar o processo e, conseqüentemente, esta tem se convertido em uma estratégia para desmotivar e desarticular o movimento e a luta na região.

Quanto aos problemas do acampamento, durante os trabalhos de campo, foram destacados alguns pontos pelos próprios acampados. A primeira reclamação refere-se ao desrespeito que eles sofrem, conforme aponto no diário de campo:

Sentamos em um grande banco de madeira, abaixo de uma área coberta por lona, juntamente a um grupo de aproximadamente sete mulheres. A maioria dos homens acampados estavam trabalhando na "roça de melancia do japonês". O assunto sobre os problemas no acampamento começou visto que neste momento passou um ônibus escolar cheio de crianças pelo acampamento e estas, em tom hostil e de zombaria, dependuradas nas janelas gritavam calões e termos de caráter detratador, humilhante e de zombaria. A vergonha ficou estampada na face de duas acampadas e a indignação tomou conta das demais. Ficou claro que algumas se sentiram ofendidas, mas que outras tinham orgulho de serem acampadas. No entanto, o que mais me chamou a atenção não fora somente a ofensa e a violência verbal praticada pelas crianças, visto que sabemos que infelizmente isso é recorrente, mas sim pelo fato de, logo após o ônibus seguir adiante, uma das mulheres disse *"incrível, não tem um pinga de respeito... essa molecada é tudo filho de assentado... moram tudo ali na frente... até parece que nunca passaram por isso..."*.

Apesar de ter presenciado e, apontarem-no como o preconceito que mais fere porque alguns dos assentados além de terem esquecido do movimento também o negava, as acampadas destacaram que o desrespeito também é praticado por aqueles que moram na cidade de Marabá Paulista. Outro problema vivenciado e destacado pelos acampados é uma má relação com o município, visto a resistência para serem atendidos e tratados com dignidade em determinados espaços e serviços públicos. O egoísmo/individualismo também foi citado com um problema que está sendo combatido no acampamento, visto que há como alguns acampados tem adotado estas posturas e o coordenador tem trabalho no sentido de evitar que estas posturas não sejam reproduzidas assim que ocorrer a conquista do assentamento.

Além destes aspectos mais gerais, o acampamento Irmã Gorete tem estrutura e organização pouquíssimo diferente do acampamento Dorcelina Forlador, sendo organizado em setores, núcleos, etc., de temas tais como: segurança, saúde, educação, infraestrutura, etc. As assembleias são feitas ao menos uma vez por semana, cabendo

exceções em casos extraordinários e os trabalhos de base tem sido realizados também em cidades próximas da mesma maneira tal como é feito no acampamento Dorcelina Forlador.



Foto 22 - Acampamento Irmã Gorete - Trabalhadores acampados voltando da roça de melancia do japonês
Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011

*Ocupação da Fazenda Nazaré*²⁵⁴

A ocupação da fazenda Nazaré ocorreu em 7 de outubro de 2011 no município de Marabá Paulista, às 5:30 da manhã. As famílias, que totalizaram aproximadamente 400 trabalhadores²⁵⁵, sem terras que realizaram a ocuparam eram oriundas de dois acampamentos na região, sendo eles o acampamento Irmã Gorete do município de Marabá Paulista e o acampamento Dorcelina Forlador do município de Sandovalina. De acordo com as lideranças a ocupação na área ocorreu com a finalidade de pressionar os órgãos do Estado competentes para agilizar o processo de medição e criação dos assentamentos. É importante ressaltar, conforme apontado anteriormente, que a fazenda Nazaré é de posse da família Lima, uma família forte e detentora de grandes propriedades, meios de comunicação e forte poder político e econômico na região. Além destes aspectos gerais, a fazenda Nazaré destaca-se por ter mais de 4.000 hectares e em sua paisagem não haver traços de nenhuma cultura (foto 23 e foto 24).



Foto 23 - Fazenda Nazaré - Perspectiva 1.

Fonte: José Sobreiro Filho, 07/10/2011

²⁵⁴ Diferentemente da ocupação da fazenda São Domingos, em que acompanhamos todo o processo de ocupação, na fazenda Nazaré somente realizamos a visita e acompanhamos ao início da construção dos barracos.

²⁵⁵ Informação declarada pela liderança entrevistada.



Foto 24 - Fazenda Nazaré - Perspectiva 2.

Fonte: José Sobreiro Filho, 07/10/2011

Apesar da ocupação ter ocorrido na fazenda Nazaré, a ocupação foi realizada pelos dois acampamentos da região, Dorcelina Forlador e Irmã Gorete, e também foi feita com a finalidade de destacar a luta por outras áreas. Além de ser uma luta conjunta e sobretudo atacando a morosidade do Estado a ocupação, neste caso, visou destacar a lentidão do Estado em realizar a reforma agrária e sua agilidade na defesa do latifúndio e dos direitos de "propriedade", ficando clara a necessidade de o movimento pressionar para que o Estado venha a agilizar o processo, conforme aponta a liderança:

A fazenda Nazaré e a fazenda Nossa Senhora de Fátima, ambas de Marabá Paulista, e a Fazenda São Domingos lá em Sandovalina, essas três fazendas somam mais ou menos 11.000 hectares de terra. Elas já foram transitadas e julgadas na última instância do poder judiciário lá no STF. Então os ministros lá no STF já decidiram que essas três fazendas pertencem à fazenda do Estado de São Paulo. Então é patrimônio do Governo do Estado de São Paulo, essas três áreas, e também já nomeou agrimensores para poder fazer a medição dessas três áreas e assim fosse feito e ia ser repassado para o governo do Estado de São Paulo para destiná-lo a fazer assentamentos de reforma agrária para assentar 600 famílias que tem nesses dois acampamentos do MST. A Fazenda Nazaré é a maior delas, uma área de quase 5.000 hectares de terra, já foi ocupada várias vezes pelo movimento. Ela pertence a uma pessoa seis vezes, pertence a uma família que tem muita

José Sobreiro Filho

influência aqui na região do Pontal que é a família Lima. Paulo Lima, deputado, e Agripino Lima foi prefeito de prudente várias vezes. Eles tem outras fazendas na região. Eles tinham antes um hospital, o HU, que hoje se tornou hospital público. Tem universidade, os meios de comunicação, o Oeste Notícias, a TV Fronteira a serviço deles e, assim, outras influências... Então devido a sua influência essa fazenda não foi ainda liberada e nem medida pelos agrimensores e nem entregue ao governo do Estado para fazer o assentamento. O movimento, com essa ocupação do MST, vem cobrar do poder judiciário e do governo do Estado essa agilidade para poder assentar as famílias que estão a bastante tempo, a mais de cinco anos nos acampamentos aguardando essa área ser liberada. O que nós tiramos de conclusão é que a justiça quando é para dar uma reintegração de posse ela é muito eficiente, muito rápida e quando é para fazer alguma ação como essa de só medir a área com um agrimensor para assentar as famílias demora. Já tem um ano já que tomou essa decisão e se a gente não fazer ocupação, se não protestar demora mais um ou dois anos para medir e depois vai mais um tempão para o Estado reivindicar e depois mais um tempão para poder se tornar assentamento. (Entrevista com liderança do MST na ocupação da fazenda Nazaré, 7 de outubro de 2011).

Além dos reclames e ponderações feitas à lenta atuação do Estado, fato sempre destacado por todos os movimentos, acampados e assentados da região, também é relevante o depoimento quanto à morosidade que a articulação política da família "proprietária" consegue arrolar à área e assegurar a posse por mais tempo:

A nossa expectativa é entrar para ficar, tentar negociar para ver se uma parte dessa fazenda se destina para fazer acampamento provisório para o movimento do movimento, dessas famílias enquanto aguarda essa burocracia do Estado em relação à medição e depois destinação para a reforma agrária. Essa é a nossa ideia. Mas desde já, a gente já sabe que a família Lima tem muita influência e acredito que durante 5 ou 6 dias já deve chegar a reintegração de posse e o Estado como sempre vai colocar a disposição todo o seu aparato defensor dos ricos, caso seria a Polícia Militar aqui do Estado de São Paulo para despejar nós trabalhadores. A gente sempre, como mais fracos, não conseguimos resistir e temos que sair. Mas saímos, mas voltaremos sem dúvida alguma. (Entrevista com liderança do MST na ocupação da fazenda Nazaré, 7 de outubro de 2011).

Quando questionado se a conquista da fazenda Nazaré seria uma grande vitória pelo seu caráter simbólico, visto os anos de luta e também o fato de seu "proprietário" ser uma grande personalidade na região, sobretudo declarando-se contra o MST:

Seria um território tirado das mãos dos latifundiários reacionários, como é o Agripino Lima, e passaria a ser um território conquistado aí pelo movimento social, nesse caso aí pelo MST e, sem dúvida alguma, estaria empoderando os trabalhadores e o próprio movimento por mais essa conquista. E sem dúvida nenhuma vai se tornar na prática assentamento aqui de 250 famílias enquanto tem aqui um grileiro com uma família só, que nem ele é, pois são caseiros, nós queremos colocar 250 famílias de trabalhadores que estão

desempregados e acampados a muito tempo reivindicando essa fazenda. (Entrevista com liderança do MST na ocupação da fazenda Nazaré, 7 de outubro de 2011).

Além dos aspectos e a situação da fazenda, como um dos motivos da ocupação de terra, a ocupação seguiu a normalidade da mesma maneira que ocorreu com as demais. Assim que ocorreu a ocupação da fazenda os núcleos de bases e as brigadas deram início às diversas atividades necessárias para manter e tornar segura uma ocupação, tais como: alimentação, segurança, infraestrutura, etc.

Com a finalidade de exemplificar a atuação de alguns dos núcleos de bases ou brigadas e as principais atividades realizadas em uma ocupação de terras utilizamos algumas fotos. Por fim, neste sentido, podemos ver um grupo de acampados atuou na construção dos barracos (foto 25), uma comissão composta por mulheres que atuam fazendo a alimentação dos acampados em uma cozinha construída no acampamento (foto 26), organização dos bens e alocação do material coletivo na barraca pronta (foto 27), organização da guarita (foto 28), transporte e logística de materiais (foto 29), segurança da ocupação (foto 30), etc.



Foto 25 - Ocupação da fazenda Nazaré - Construção dos barracos

Fonte: José Sobreiro Filho, 07/10/2011



Foto 26 - Ocupação da fazenda Nazaré - Mulheres fazenda almoço
Fonte: José Sobreiro Filho, 07/10/2011



Foto 27 - Ocupação da fazenda Nazaré - Organização dos pertences e utensílios no barraco
Fonte: José Sobreiro Filho, 07/10/2011



Foto 28 - Ocupação da fazenda Nazaré - Guarita da ocupação
Fonte: José Sobreiro Filho, 07/10/2011



Foto 29 - Ocupação da fazenda Nazaré - Transporte de fogão
Fonte: José Sobreiro Filho, 07/10/2011



Foto 30 - Ocupação da fazenda Nazaré - Acampados cuidando da segurança da ocupação²⁵⁶

Fonte: José Sobreiro Filho, 07/10/2011

²⁵⁶ É fundamental destacar que, a segurança é realizada sem qualquer tipo de arma ou objetos que pudessem simbolizar algum tipo de ameaça.

4.8 Demais elementos nos acampamentos e ocupações

A polêmica sobre o uso da Bandeira do MST pelo MST da Base

O uso da bandeira do MST pelo MST da Base é um tema polêmico por conta da situação paradoxal que põe em dúvida a legitimidade do movimento. No entanto, apesar da polêmica, José Rainha Junior não quer se desvincular da bandeira do MST. Em partes a vinculação à bandeira assegura-lhe várias vantagens, sobretudo, quanto à força, história e respeito que o MST tem em toda a sua história de luta, mas também lhe garante argumento contra as críticas feitas pelo caráter personalista do MST da Base, fato que seria prejudicial para sua imagem.

Deste modo, além de comum também é intenso o uso da bandeira nos acampamentos. Observa-se claramente que em enquanto os acampamentos do MST (foto 31 e foto 32) contam com uma ou poucas bandeiras o acampamento Alcídia do MST da Base destaca-se pela grande quantidade de bandeiras (foto 33). Além da identificação, a grande quantidade de bandeiras também expressa uma necessidade de se auto-afirmar e conseguir o reconhecimento de ser parte integrante do MST. Também destaca-se o fato de que não há diferenças entre as bandeiras, são exatamente iguais (figura 36)



Foto 31 - Acampamento Dorcelina Forlador.
Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011



Foto 32 - Acampamento Irmã Gorete
Fonte: José Sobreiro Filho, 22/11/2011



Foto 33 - Acampamento Alcídia.
Fonte: José Sobreiro Filho, 17/12/2011



Figura 36 - Bandeiras

Personalismo, concentração/centralização e mitificação

Dentre vários pontos tão polêmicos que compõem a atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema chamamos a atenção da discussão para fenômenos tais como personalismo e centralização que estão relacionados à figura de José Rainha Junior e do MST da Base. Apesar da discussão sobre personalismo e concentração estar intimamente vinculada à imagem de José Rainha Junior são fenômenos que para existir vão além do indivíduo/personalidade, ou seja, necessitam também do reconhecimento e interação da sociedade. Assim, o personalismo não é uma relação que depende somente da liderança, mas também daqueles que buscam algo na imagem do personagem ou que atribuem às ações, benesses, fatos à determinado personagem em detrimento do movimento, instituição e/ou causa.

José Sobreiro Filho

Vale ressaltar que destacamos aqui o caso de José Rainha Junior, porém estes fenômenos ocorrem em vários outros movimentos e por diversos motivos, sendo determinados pela sociedade, personalidade/liderança e acampados/integrantes.

MST da Base e José Rainha Junior: um mito e um movimento personalista?

Apesar da discussão ser atual, a condição de José Rainha Junior como uma liderança que centraliza as atividades, decisões e compor um movimento que, portanto, seria um movimento personalista, tem suas bases na atualidade. Dentro próprio MST sempre foi uma questão pertinente e, conforme destacado por algumas lideranças, foi ponto de pauta em algumas reuniões. No entanto, conforme apontamos anteriormente, o destaque de algumas lideranças no movimento varia de acordo com o setor em que a liderança atua. Neste caso, as lideranças que atuam na frente de massa tem uma tendência a aparecer mais que as demais pelo fato de que, na maioria dos casos, são responsáveis por dar entrevistas em jornais, rádios, televisão e também organizar ocupações de terras, mobilizações e os acampamentos. Além destas atividades mais rotineiras são as lideranças da frente de massa também responsáveis por realizar trabalhos de base e negociar com o governo, entidades, políticos, etc.

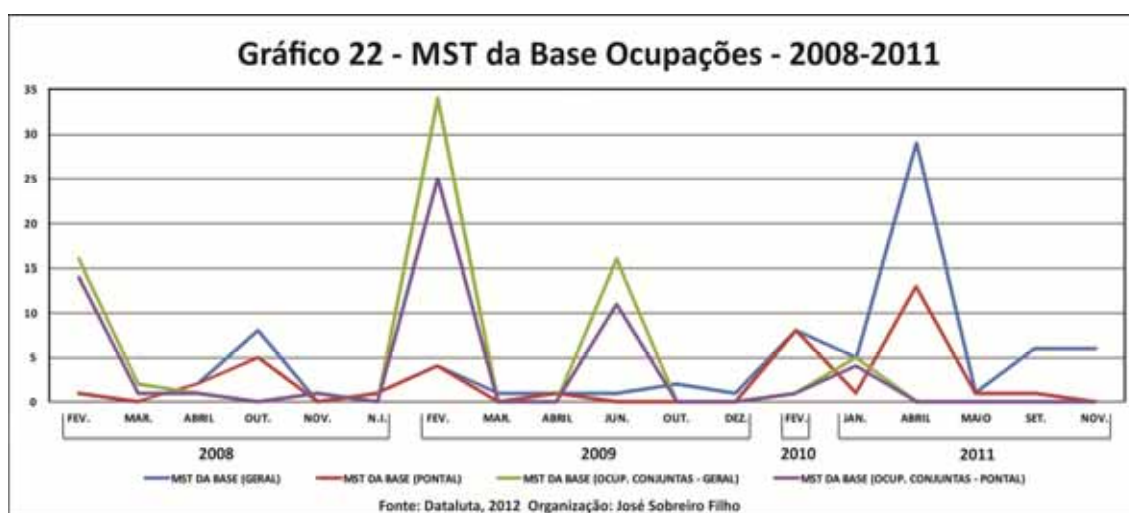
José Rainha Junior é um dos exemplos mais claros e famoso de uma liderança da frente de massa do MST que ganhou grande destaque por conta tanto de sua luta quanto pela ênfase que a mídia dava em sua pessoa. Neste sentido, podemos afirmar que o caráter personalista e o próprio processo de transformação da liderança José Rainha Junior em um mito tem suas bases durante a sua participação no MST. Contudo, não foi um processo somente relacionado às ações da respectiva liderança, os meios de comunicação, focando e atribuindo-lhe méritos e responsabilidades, também contribuiu significativamente e, conseqüentemente, a sociedade endossou o processo aceitando as estratégias e afirmações da mídia e a personificação do MST na imagem de Rainha. Além das centenas de matérias e manchetes em que a liderança é referenciada a revista Veja de 18 de junho de 2003 é um bom exemplo disso (Figura 37):



Figura 37 - Revista Veja de 18 de junho de 2003

Mesmo com a personificação iniciada ainda dentro do MST, José Rainha Junior seguiu e conviveu um bom tempo no MST. No entanto, com sua saída em 2003, causada por motivos ainda um pouco obscuros, após período de cárcere, o processo de personalismo ficou ainda mais claro. Visto que não mantinha mais contatos de trabalho com as lideranças do MST e que ainda tinha uma larga faixa dos acampados que endossavam sua luta, conforme apontamos anteriormente, Rainha seguiu sua luta. Neste contexto, a organização da luta pela terra por José Rainha Junior se fortaleceu como um movimento personalista porque além de não mais dialogar com as demais lideranças que compunham o MST da Base tinha se tornado a maior liderança de seu grupo. Consequentemente assim foi também reconhecido pela sociedade.

Atualmente ainda é comum, entre muitos dos acampados e também uma parcela da sociedade, o pensamento de que algumas lideranças, simbolizam perspectivas de melhores possibilidades e mais oportunidades para de fato ser assentado. De fato, é inegável a forte influência que a figura de José Rainha Junior tem e também a importância de uma liderança para a dinâmica de um acampamento. Pode-se afirmar que na estrutura montada pelo MST da Base, onde José Rainha Junior tem papel central, que sua condição política e estado é fundamental e até mesmo decisivo nos direcionamentos, comportamento e futuro do movimento. Em seus momento de cárcere o MST da Base afetou significativa o MST da Base em todas as instâncias, mas ainda mais acentuada foi no Pontal do Paranapanema (Gráfico 22).



Tais aspectos denota que a figura de José Rainha Junior é fundamental para o movimento. É sabido, sobretudo tomando como referência o caso de Rainha, que os acampados e a sociedade lida e visualiza as lideranças de maneiras distintas. Neste sentido, cada uma das lideranças consegue alcançar um patamar dentro dos referenciais simbólicos que a luta pela terra lhes permite. No entanto, perante os acampados e a sociedade, José Rainha Junior está claramente em um patamar diferenciado das demais lideranças. Sua elevação perante as demais lideranças beira o que chamamos de mitificação de José Rainha Junior.

Além da sua longa história de luta, a transformação de Rainha em um mito é também produto do próprio reconhecimento dos acampados que lhe conferem

significados diferentes dos normalmente atribuídos aos demais. As entrevistas com lideranças de diversos movimentos testemunham não só o reconhecimento, mas também a forma de sua mitificação com aspectos heroicos²⁵⁷:

Alguns anos atrás. Ai o que aconteceu ali? Como aquele Central do Brasil ali, Edi Ronan, acampamento Jair Ribeiro tinha pouquíssimas pessoas, eu acho que umas 30 famílias acampadas, aquilo não ia para frente nunca se ta entendendo? Não se desenvolvia. Ai ele pegou e fez uma fusão com o MST, ai eu conheci o Zé Rainha por televisão. **Para mim era um mito, via o cara, um revolucionário, o cara que fazia a reforma agrária, que debatia, que batia no latifúndio, então tomavas as terras e assentava o pessoal. Eu considerei ele um mito.** Ai o que que aconteceu? Aconteceu que eu falei - "Eu vou encaixar nessa ai, quem sabe eu consigo um pedaço de terra". (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011,- grifo nosso)

E de forma ainda mais clara podemos notar sua mitificação em algumas comparações recorrentes realizados por lideranças e acampados. A figura central de comparação foi o revolucionário Che Guevara, cuja trajetória de luta e revolução é um grande símbolo na história:

Sobreiro: Quais os resultados negativos que vocês tiveram depois que ele foi preso?

Rodrigo: Deu uma parada né. Porque o Zé Rainha é um cara que lutou muito, ele lutou muito para poder ser o que ele é hoje. **O Zé Rainha é praticamente Che Guevara hoje.** É um cara que sei la, **acho que o sonho de Che era isso né.** Era que cada um, todo mundo plantasse para poder chegar num resultado bom né cara. Que você trabalhasse para você entendeu? Trabalhar para você, não ter que acordar cedo, não ter que ficar se matando de trabalhar pra patrão. Zé Rainha, eu vou falar para você bicho, é, pelo que eu tendo, um cara que lutou muito e ele é o que ele é devido às luta que ele fez bicho. Muita família hoje vive em paz através dos assentamento que ele conseguiu, que ele lutou, batalhou e deu certo. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

Além da comparação com Che Guevara, que é uma personalidade tão respeitada e considerada por muitos movimentos socioterritoriais do mundo, observa-se que seu reconhecimento como um mito tem reflexos inclusive nas alianças/articulações com os demais movimento, visto que para os demais movimentos é significativamente interessante e promissora a aliança:

A vantagem da gente se coligar com ele é que queira ou não queira **Zé Rainha é um mito. Dependendo da cidade o povo vai para vê-lo e não para ouvi-lo porque é mídia para todo canto, o pessoal chega e fala - eu**

²⁵⁷ Escutava-se repetidamente a expressão "quem não quer lutar com ele?"

quero ver quem é essa pessoa. É uma figura né. E é um cara que entende. Ele foi criado no movimento e vive do movimento. Ele pegou o lote e também entregou e não dava certo para ele. Hoje é um cara que qualquer coisa que você perguntar para ele tanto aqui ou lá no exterior ele responder porque é um cara que entende e sabe como é que o agricultor precisa. (Entrevista realizada com Milton David da Silva liderança do MTST e MAST no dia 24 de novembro de 2012)

Ainda neste contexto, parte significativa da transformação de Rainha tanto em um mito quanto em um herói está relacionada ao seu significado. De certo modo, José Rainha significa tanto um mito quanto também, e por conta disso, a própria esperança de alcançar melhores condições de vida. Podemos observar isso quando questionado quanto ao significado dele para o acampamento, o coordenador do acampamento Alcídia do MST da Base afirma:

Rodrigo: É, esperança.

Sobreiro: Você acha que se hoje ele estivesse aqui, isso aqui estaria mais cheio, mais movimentado?

Rodrigo: A com certeza. Ixi, bem mais cheio. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

Importante parcela da mitificação de José Rainha, além dos seus vários anos de luta, do reconhecimento midiático e da sociedade e dos vários assentamentos criados em áreas e fazendas nas quais participou e organizou a luta deve-se também à sua proximidade e postura para com os acampados. Sobre a diferenciação entre a liderança Milton do MTST, que coordenado o acampamento, e José Rainha, o acampado aponta:

Eu não posso te falar porque o Zé Rainha eu conheço mais do que o Milton entendeu. Pra mim o Zé tem muito mais poder e conhecimento. Conhecimento de levar o pessoal até o lote e conhecimento pra fora.

Esposa de Antonio: O Zé Rainha, ele senta com você, conversa, come na sua casa, senta na terra e come com você. Ele não tem orgulho.

Antonio: Primeiro que o Zé Rainha ele sabe conquistar o acampado. Ele sabe conquistar. Ele ouve o acampado, os outros não. Os outros chegam aqui numa assembleia falam o que tem para falar e vão embora. Ele fala o que ele quer falar. (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011)

Além destas expressões do universo simbólico mais claras da própria compreensão dos acampados em relação à liderança, também destaca-se a capacidade que a liderança tem de estimular e reanimar os acampados e conseguir arregimentar maior contingente para os acampamentos:

... aí ele foi e conversou. Ficou umas duas horas conversando com a gente. Nossa foi bom demais!

Sobreiro: Deu uma animada no pessoal?

Rodrigo: Ave Maria! Ele anima até... As pessoas que tava lá aquele dia não desistiu um. Um veio para cá, outros ficaram lá. Vieram para cá porque tinha a mesma coisa lá e aqui.

Sobreiro: E essa confiança nele, qual você acha que é o motivo principal que leva a pessoa a confiar nele?

Rodrigo: O resultado que deu das luta dele. A gente vê os resultado, na onde que ele andou, o povo fala, os assentado - "No tempo que Zé Rainha num tava aqui". Teve até acampamento que não foi ele que começou, mas quando ele chegou tipo deu certo, não um que não deu certo. É difícil você olhar uma fazenda que não foi... um acampamento que foi começado e foi montado e que não saiu. Não teve nenhum. Todos deu resultado, então. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

Sua representatividade alcança tamanha intensidade que até mesmo em acampamento de demais movimentos destaca-se como tema e foi citado no acampamento Lagoinha do MTST, no município de Presidente Epitácio. Conforme apontamos, o acampamento foi do MST, depois fundou uma bandeira nova, mais tarde tentou contato com o Zé Rainha para voltar a ser do MST e, por fim, terminou sendo apadrinhado por Milton. Entretanto, destaca-se, sobretudo ao longo período sem lutas no acampamento, que Rainha ainda tem crédito em realizar a luta:

Se eu tivesse hoje a visita de um líder do MST aqui dentro e me pedisse para acompanhá-los eu ainda arriscaria acompanhar. Porque eu ainda tenho um pouco de fé em acreditar neles, mas não com uma sacola nas costas igual eu falei. (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011).

E em seguida:

Ainda tem um pouco de credibilidade comigo. Comigo tem porque tudo o que eu aprendi foi com ele e toda vez que eu necessitei dele para que ele me ouvisse ele me deu atenção. E sempre me orientou... [citou um caso]. (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011).

No bojo da discussão sobre a mitificação de José Rainha Junior, também é extremamente relevante o fato de que este processo está diretamente ligado à discussão de ser o MST da Base um movimento personalista e com o poder centralizado/concentrado na própria imagem de Rainha. Apesar do MST da Base ser um movimento com demais lideranças, que trabalham conjuntamente à Rainha, fica

evidente que são as mesmas, em muitos casos, vistas pelos acampados apenas como uma via de acesso até Zé Rainha. Fato é que, no Pontal do Paranapanema, mesmo apinhada de qualidades e adjetivos engrandecedores, a figura de Edna, uma das lideranças na região, de fato, se reduz à imagem de uma representante José Rainha no acampamento, ou seja, fica nítido os diferentes graus em que as lideranças estão localizadas, conforme podemos observar na fala do coordenador:

Sobreiro: Todo domingo a Edna está vindo aqui?

Rodrigo: Domingo, as vez dia de semana. Sempre que ela passa por aqui. E conversa com todo mundo. Passa de barraco em barraco e quando ela vai a gente já sabe que é uma pessoa que... A Edna é uma pessoa muito boa, Ave Maria, uma pessoa especial. Ela corre muito atrás pra gente. Batalhadera.

Sobreiro: Ela representa o que para você?

Rodrigo: Ela representa aqui pra mim o Zé Rainha, porque quando o Zé Rainha vinha ela vinha com ele. Ela representa isso. Pessoa 100%, se pudesse falar 1.000 mesmo. Ave Maria, pessoa muito boa. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

Seu reconhecimento e representatividade, acumulados ao longo dos anos de luta e caracterizado como sendo "*Forte né!*"²⁵⁸ constituiu um poder simbólico expressivo que fortalece o caráter simbólico da liderança e potencializa a mitificação. Todavia, chamamos atenção aqui para um ponto polêmico presente no MST da Base referente à própria consciência dos acampados, visto que desconhecem a condição de dissidentes e de José Rainha Junior ter sido afastado do MST. Esta condição ficou mais clara durante o período de trabalho de campo. Além do trecho citado anteriormente em que o coordenador relacionou um ocupação realizada pelo MST em Sandovalina como parte do MST da Base e de várias informações passadas pelos próprios acampados, durante entrevista com um dos coordenadores do acampamento é apontada a participação no Encontro Estadual do MST:

Sobreiro: Não sei você sabia, mas teve o Encontro Estadual do MST. Vocês não participaram?

Rodrigo: Então, os coordenador participaram.

Sobreiro: A Edna? Quem participou?

Rodrigo: A Edna e os coordenadores aqui do acampamento. Desse grupo tem o coordenador e a coordenadora do acampamento, aí só foi o coordenador, porque ela tem 2 filhos e aí ficou difícil para ela ir, e do outro grupo lá também né o coordenador e a coordenadora. E pegou os outros acampamento aqui né. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

²⁵⁸ Entrevista com Rodrigo sobre a representatividade de José Rainha Junior.

Obviamente que os acampados tem uma noção mínima de que houvera um atrito entre as lideranças do MST, mas ainda se reconhecem e relacionam Rainha com a imagem do Movimento²⁵⁹. Apesar não falarem muito e de relacionarem o fato à uma disputa interna dentro do próprio movimento as lideranças, via de regra, são os maiores detentores de informações. Esta realidade de desconhecimento dos fatos denota uma distância entre as lideranças (cabeça) e a massa/acampados (corpo) e que José Rainha não quer se desvincular da imagem do MST para fundar o seu movimento, apesar do MST ter essas feições. No entanto, é importante destacar que apesar de não saber da condição de dissensão, as famílias tem consciência de como atua o MST da Base e da centralidade de José Rainha Junior, até porque são as grandes responsáveis por isso. Assim, não se pode-se afirmar que são desconhecedoras destas condições, afinal em alguns casos, é a própria centralidade e personalismo que vai ser o divisor de águas na decisão daquele que busca um movimento para se integrar. Pois algumas lideranças podem simbolizar maiores possibilidades e conviver com o personalismo, centralidade, concentração da relações de poder e a condição de ser massa de manobra ou ter uma participação reduzida é um dos custos dessa opção. Assim, apesar de perversa e desigual em alguns casos essa relação toma feições de um pacto e abre brechas para o questionamento por tomar formas de um acordo.

Neste sentido, a questão mais polêmica que envolve personalismo, concentração/centralização de poder e a mitificação de José Rainha Junior em relação ao MST da Base é "mesmo convivendo com todos esses elementos, o MST da Base seria, de fato, um movimento socioterritorial ou uma massa movimentada por uma grande liderança?". Este questionamento é importante para entendermos não somente a identificação tanto da mídia e sociedade quanto os acampados tem, mas também a lógica organizativa do MST da Base. Ou seja, entendermos que a liderança José Rainha Junior é ponto central na formação, existência e luta realizado pelo MST da Base e que, por ser um movimento personalista, mas porque a identificação está diretamente relacionada à imagem de Rainha e não à Imagem do movimento.

Neste sentido, podemos afirmar três questões: apesar da existência e atuação de outras lideranças podemos afirmar que o MST da Base é um movimento personalista

²⁵⁹ A necessidade de autoafirmação casa com a quantidade de bandeiras no acampamento.

visto que José Rainha se sobressai em relação aos demais exercendo não somente centralização/concentração, mas também por ser principal motivação para os acampados e referencial com que os acampados se identificam; apesar da centralidade e personalismo o MST da Base ainda assim tem a forma e essência de um movimento socioterritorial/social; e constitui-se como um movimento socioterritorial/social movimentado por uma liderança em que os acampados se identificam mais com a liderança do que com os ideais do movimento.

Por fim, destaca-se que há uma dependência em relação à imagem de José Rainha perante a luta do movimento. Além do fato do esvaziamento dos acampamentos e cessação da realização das ocupações de terras, a esperança também testemunha o reconhecimento da centralidade de José Rainha Junior no MST da Base perante a sociedade. Podemos ver claramente, em entrevista com Rodrigo, no apontamento do coordenador que destacava que durante o período de cárcere de Rainha sempre escutava na cidade e dos familiares "*a sem o Zé Rainha não tem jeito, o Zé ta preso pode vim embora*" (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011).

Outros Elementos

Trabalhos de base e perfil urbano

Atualmente, uma das mudanças mais significativas que ocorreu com os movimentos socioterritoriais camponeses refere-se à mudança no trabalho de base. Durante, sobretudo, a década de 80 e 90 a origem dos acampados eram no campo, sendo em sua maioria camponeses sem-terras, filhos de camponeses e aqueles que não se dispunham a ir para as cidades ou para as fronteiras agrícolas, mas queriam continuar como camponeses e se reinserir e reproduzir socialmente no campo. Algumas forças eram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho de base, sendo elas a igreja católica, representada sobretudo pela CPT, o movimento sindical combatido e o PT - Partido dos Trabalhadores. Estes pontos de apoio eram fundamentais para o

desenvolvimento do trabalho de base porque via de regra eram onde as lideranças que realizavam o trabalho de base recebiam as primeiras instruções sobre a possibilidade de articular a luta. Não eram em todos os municípios que você tinha apoio destes três setores, no entanto aconteci de ter em todos e a resposta dos trabalhos também variavam.

Segundo entrevistas com lideranças²⁶⁰, na atualidade a realidade é bem diferente. Não se tem mais pessoas de origem camponesa como tivera na década de 80 e 90, sendo o perfil dos acampados predominante urbano. Além de ter ocorrido o assentamento de uma grande parcela que demandava terra, sobretudo de perfil rural, novos elementos e fatores surgiram e dificultaram as ações dos trabalhos de base. A igreja católica que anteriormente era quase hegemônica hoje perdeu uma parcela de espaço para as igrejas evangélicas, assim além do padres também é necessário entrar em contato com pastores e são diversos visto que a igreja evangélica é bem fragmentada. Também é fundamental entrar em contato com presidentes de bairros para facilitar o acesso às famílias. Em alguns casos, para entrar no bairro ou favela, é necessária a autorização do tráfico de drogas. A polícia também interfere e acompanha qualquer tipo de aglomeração. Em alguns casos é necessários entender algumas organizações paralelas como o cotidiano e a linguagem dos moradores de rua para conseguir o apoio deles e envolve-los na luta. Outro ponto é que os sujeitos de perfil urbano demonstram certo estranhamento em relação ao movimento, fato que complica a conquista da confiança.

Além desta mudança e da vinda de um público com o perfil urbano alguns problemas também são importados para os acampamentos, tais como: drogas; alcoolismo; violência; ócio; etc. E, conseqüentemente, essa mudança vai ter desdobramento na própria organização dos assentamentos assim como na maneiras destas famílias conviverem.

²⁶⁰ Entrevistas com a liderança regional Ricardo e nacional Valdir do MST.

*Acampamentos residuais, testemunhos e abandonados*²⁶¹

Dentre a grande diversidade da luta pela terra há um elemento que é emblemático e, na atualidade, ao mesmo tempo em que reflete o descenso da luta pela terra na região também são reflexos do tempo áureo de luta na região do Pontal do Paranapanema. Além do acampamento Lagoinha em Presidente Epitácio que é o que denominamos de acampamento residual e, portanto, testemunha um período da luta pela terra, temos também alguns outros tipos de acampamentos que ainda compreendem a paisagem do Pontal do Paranapanema.

Na estrada municipal que liga o município de Presidente Epitácio e a área do Campinal, também no município, está localizado um acampamento (figura 38) que foi de atuação do MAST, sobretudo ligado ao Lino Macedo²⁶², durante a década de 90 e que hoje encontra-se sem movimentação de luta e moradores. Destaca-se que, durante o trabalho de campo realizado não encontramos moradores no acampamento, mas haviam alguns barracos de madeira e pela organização do acampamento a presença de alguns itens e sinais nos leva a crer que há moradores, tais como: churrasqueira, alguns dos barracos não estão cercados por mato; mangueiras sem muito sinal de uso; e a presença de um cachorro. No entanto, haviam alguns barracos claramente fechados e também a presença de cadeados em alguns deles. Algumas impressões podemos observar nas fotos 34, 35, 36, 37 e 38. Vistas tais características podemos afirmar ser um acampamento residual e permanente.

²⁶¹ Sobre acampamentos testemunhos a única fonte que encontramos foi o trabalho de monografia de Farias (2011).

²⁶² Informação passada por Milton David dos Santos.

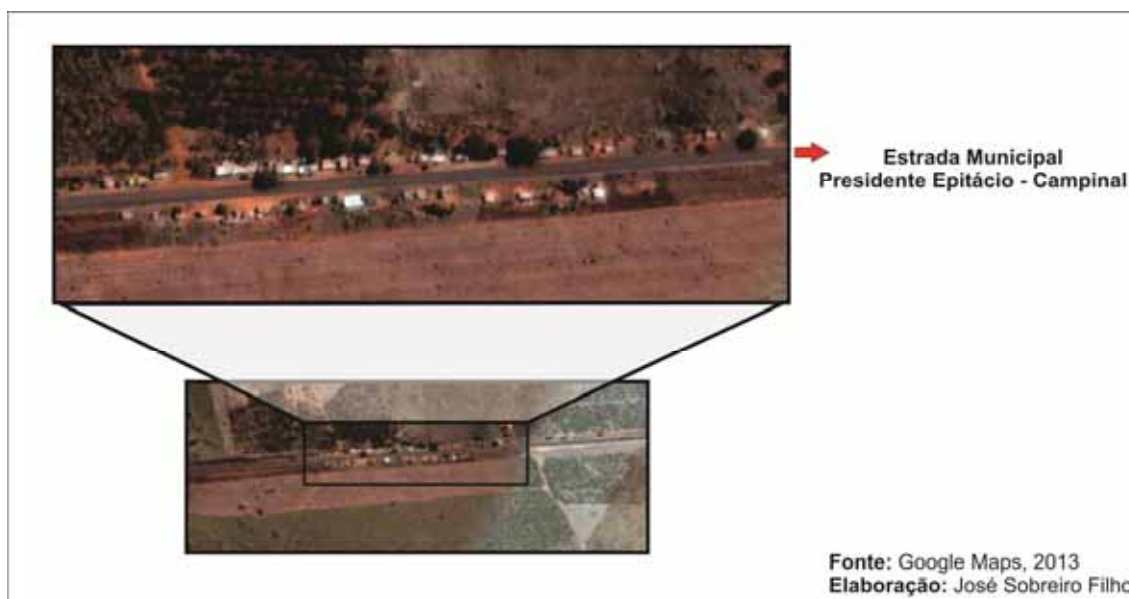


Figura 38 - Localização do acampamento permanente



Foto 34 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Epitácio

Fonte: José Sobreiro Filho, 23/11/2012



Foto 35 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Epitácio

Fonte: José Sobreiro Filho, 23/11/2012



Foto 36 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Epitácio

Fonte: José Sobreiro Filho, 23/11/2012

José Sobreiro Filho



Foto 37 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Epitácio

Fonte: José Sobreiro Filho, 23/11/2012



Foto 38 - Acampamento permanente do MAST - Pres. Epitácio

Fonte: José Sobreiro Filho, 23/11/2012

José Sobreiro Filho

Também na estrada que liga o município de Presidente Epitácio e a área do Campinal encontra-se um acampamento do MTST/MST da Base (Figura 39). No entanto, diferentemente dos demais acampamentos em que há acampados ou ao menos indícios de moradia, este acampamento apresenta sinais claros de abandono. Há vários barracos abandonados e fechados. Os nomes dos acampados continuam ainda nas portas dos barracos, mas não há indícios de que em período recente alguém habitou por ali. Todavia, o que mais chama a atenção é a presença de barracos destruídos e vazios predomina no acampamento (Fotos 39, 40, 41 e 42). Este é um claro exemplo do que poderíamos chamar de acampamento abandonado, residual e fantasma.

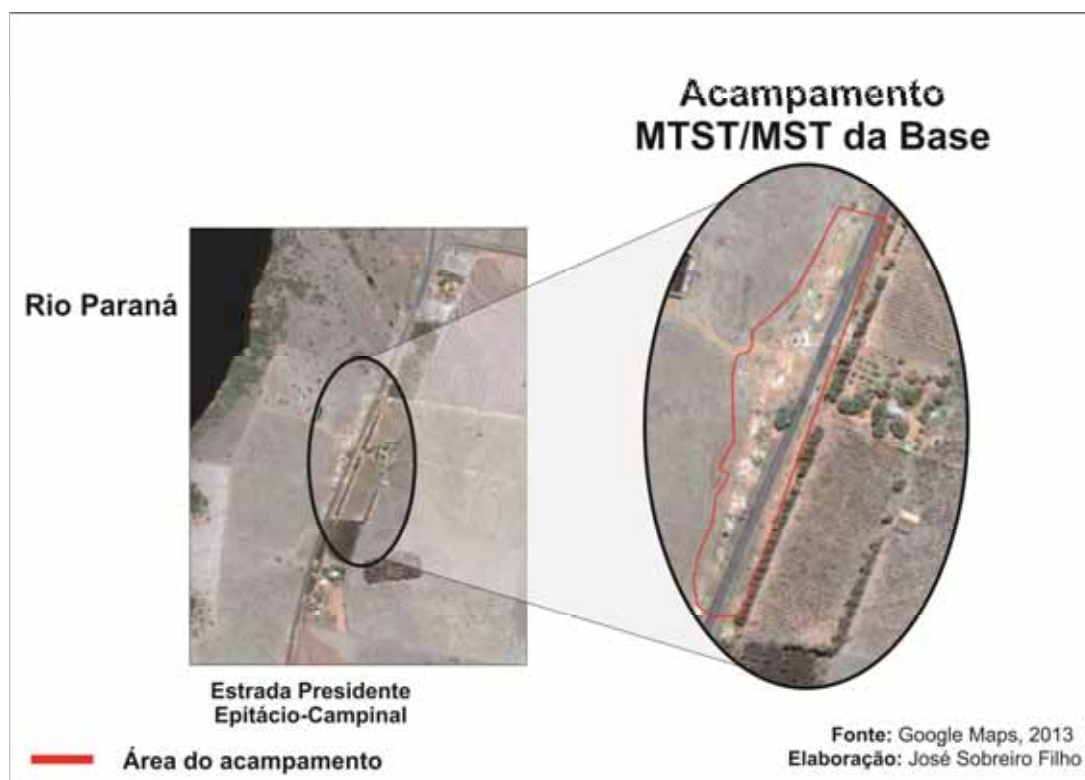


Figura 39 - Localização do acampamento fantasma



Foto 39 - Acampamento fantasma do MAST - Pres. Epitácio
Fonte: José Sobreiro Filho, 23/11/2012

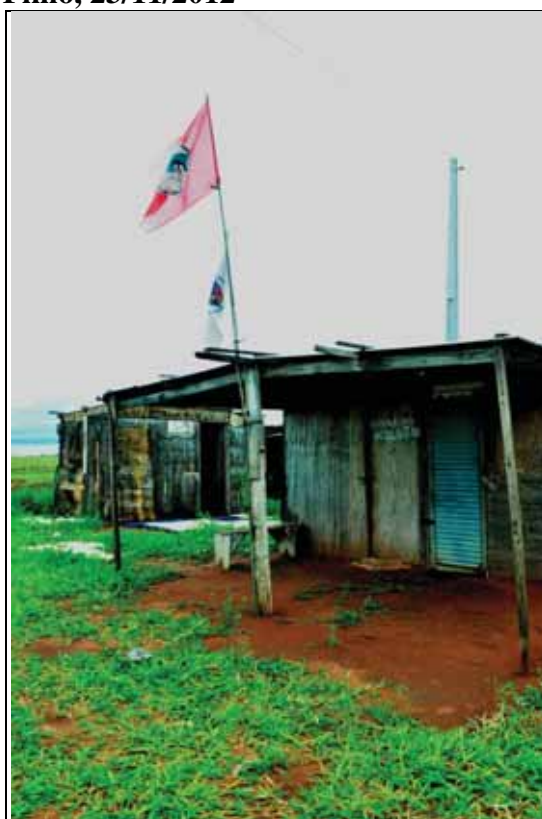


Foto 40 - Acampamento fantasma do MAST - Pres. Epitácio
Fonte: José Sobreiro Filho, 23/11/2012

José Sobreiro Filho



Foto 41 - Acampamento fantasma do MAST - Pres. Epitácio

Fonte: José Sobreiro Filho, 23/11/2012



Foto 42 - Acampamento fantasma do MAST - Pres. Epitácio

Fonte: José Sobreiro Filho, 23/11/2012

Uma pessoa por família

Atualmente é comum observar em vários barracos nos acampamentos, mas com apenas uma pessoa representando uma família²⁶³. Essa é uma estratégia, visto que há uma grande demanda por terra, mas como as famílias precisam de sustento escolhem um familiar para ficar no acampamento enquanto garantem o sustento de sua família trabalhando ou nas cidades ao redor ou em algumas propriedades próximas.

Bolsa família

Dentre as várias políticas de redistribuição de renda e medidas compensatórias, o Bolsa Família é a que mais tem se destacada e, portanto, é um ponto importante a ser considerado na atualidade da luta pela terra. Desde seu início muitas foram as polêmicas geradas, sobretudo, quanto à desarticulação dos movimentos em todo o Brasil.

No entanto, os desdobramentos desta política tem feições diferentes em cada movimento. Por exemplo, enquanto no MTST é um ponto comum, reconhecido e totalmente aceitável, no MST há uma leitura mais profunda e crítica das políticas. Apesar de colaborar com a melhoria da qualidade de vida, as medidas compensatórias ou políticas de redistribuição de renda produzem também o acomodamento da parcela mais carente da sociedade:

São várias políticas, várias fragmentações de políticas, fragmentos de políticas que num conjunto disso **aparentemente melhora a condição de vida. Isso não combate a pobreza de jeito nenhum. Está longe de ser um plano de combate a pobreza. Mas querendo ou não, na consciência do indivíduo**, e esse movimento da consciência é muito complexo, então na consciência do indivíduo a partir do momento que ele era muito pobre, que ele não tinha nada, a partir do momento que os duzentos reais, que os cento e pouquinhos reais entram e acrescentam renda pra ele. **Isso já dá um fio de esperança que vai mudar a coisa, de que não é preciso se mobilizar, que não é preciso, vai mudar! Vamo botar fé que agora melhorou.** O governo Lula colocou muito isso, a figura do Lula colocou muito isso né. O cara que bebe cachaça, o cara que é Corinthians, o cara que é popular, o cara que não é formado em academia nenhuma, que mal sabe falar, até a direita mesmo batia muito dizendo como é que se vai colocar um presidente que mal sabe falar? Mas o povo gostava dele. Mal sabe falar, mas fala a nossa

²⁶³ Geralmente são pessoas mais velhas e às vezes aposentadas.

língua. O discurso do Lula qualquer um entende. Desde os maiores diplomatas. Então a figura dele colocou essa segurança no pobre. (Entrevista com liderança do MST na ocupação da Fazenda São Domingos, dia 15 de abril de 2011 - Grifo nosso).

A mudança nas ocupações de terra e a judicialização da Luta pela terra no Pontal do Paranapanema

Na realidade as ocupações continuar sendo organizadas e planejadas da mesma maneira, mas o que muda efetivamente são as formas de repressão e reação. Enquanto nas décadas de 80 e 90 houve forte repressão por parte dos fazendeiros em relação às ocupações de terra, sendo, em alguns casos, rechaçadas violentamente por jagunços e também pela própria polícia militar, na primeira e segunda década do século XXI ocorreu uma transferência da repressão praticada pelos latifundiários para à esfera judiciária, sendo assim praticada quase que exclusivamente pelo Estado. As organizações de classe, tal como a UDR foram fundamentais no sentido de conseguir articular os latifundiários e, portanto:

Acaba então, reagem a uma ocupação com muita sabedoria deixando de lado a violência, no caso da arma e outros tipos de violência se utilizando dos aparelhos do Estado que está a serviço do capitalismo como os meios de comunicação, como o poder judiciários, como no caso a polícia militar que cumpre um papel de obedecer com muita rapidez a decisão do judiciário e do ministério publico. (Entrevista com liderança do MST na ocupação da fazenda Nazaré, 7 de outubro de 2011).

O avanço do capital canavieiro e a chegada de fortes grupos usineiros tal como a Odebrech na região do Pontal do Paranapanema também intensificou o processo. A diluição e as contradições do Estado são pontos relevantes neste contexto, pois ao mesmo tempo em que o mesmo viria ou deveria promover a regularização de um processo histórico de ilegalidade através da reforma agrária também segue dando suporte para o desenvolvimento do capital na região, fato que dificulta a realização da reforma agrária. Assim também, enquanto nas décadas anteriores uma fazenda de terra devoluta tornava-se rapidamente assentamento, atualmente enfrenta e lentidão da esfera judiciária.

Manifestações e incorporação de novas formas de luta

Decorrente das mudanças acarretadas tanto pela evolução das formas e instrumentos repressivos quanto também das articulações viabilizadas tanto pela Via Campesina quanto por contatos independentes e aproximações dos movimentos com demais sujeitos e setores combativos, algumas formas de enfrentamento foram sendo incorporadas e mais utilizadas. No caso do MST foi realizada de maneira que não alterasse os princípios e o projeto político. Tais mudança compreende um patamar de transformações do jeito de organizar e fazer as lutas que os movimentos sofreram em relação às décadas anteriores e que por sinal também faz parte do processo natural de inovação e adaptação das formas de organização e de luta dos movimentos. Apesar de sempre terem sido realizadas, sobretudo nos núcleos urbanos, as manifestações são parte de processo de transformação. Além das manifestações, que cresceram no Pontal do Paranapanema, também há outras articulações com alguns grupos midiáticos independentes, avanço na internet e vínculos nas universidades.

Andorinhas e moradores

Na atualidade os acampados estão divididos dois perfis, sendo os andorinhas, também conhecidos como participantes, e os moradores. No geral ambos os perfis são cadastrados e, portanto, estão na espera por um assentamento e também participam da luta. De fato, a diferença é que os moradores/residentes além de serem cadastrados não tem outra opção de moradia, alimentação e forma de vida a não ser no acampamento, diferentemente dos andorinhas que em sua maioria não vivem no acampamento, sendo moradores dos municípios próximos, mas também lutam por terra e frequentam o acampamento em dias diversos. Há duas versões que mais se destacam sobre o termo "Andorinhas". Na primeira, o termo andorinha é uma alusão às aves que tem o hábito de migrar de acordo com as estações do ano, no entanto nos acampamentos é utilizado como alcunha para as famílias e participantes que somente fazem-se presente nos finais de semana e nas ações do movimentos. Enquanto isso, a segunda versão faz referência à

Empresa de Transportes Andorinha S. A. por ser a empresa de transporte intermunicipal utilizada pelos acampados e por parar nos acampamentos, assim, aqueles que se transportavam até o acampamento no ônibus da Andorinha eram chamados pelo mesmo nome.

No entanto, conforme aponta o coordenador do acampamento Alcídia do MST da Base, a substituição do Termo "Andorinha" pelo termo "participantes", apesar de não mudar a realidade, tem a finalidade de abrandar o caráter pejorativo:

Sobreiro: Como que está o balanço do final de semana aqui?

Rodrigo: Tá tipo, o pessoal vem mais no dia de domingo né. Porque sábado o pessoal ainda está trabalhando, mas dia de domingo não né. Aqui é mais movimentado um pouco. O pessoal que contribui né. Porque os morador é que saiu hoje né. Dia de semana tem de dez a vinte famílias só o nosso grupo.

Sobreiro: E esse pessoal são denominados os "Andorinhas" né?

Rodrigo: É.

Eles tem essa prática de ir e voltar durante a semana

Esposa de Rodrigo: Agora é participantes né.

Sobreiro: Porque a mudança no nome?

Rodrigo: Eles diz que é uma palavra forte né "*andorinha*". Porque o pessoal mesmo quando chega diz ó "os andorinha vem chegando". Ai o pessoal fica meio... entendeu? Ai a gente fala "os participante né só pra..."

Sobreiro: Cria um mal estar?

Rodrigo: É. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

Apesar da frequência diversa no acampamento, muitos dos cadastrados/andorinhas participam das ocupações de terra. O termo andorinha tem potencial nesse sentido, muitas famílias, na atualidade tem uma participação/frequência diferenciada na luta pela terra e são maioria nos acampamentos, tanto que pode-se confirmar um dito muito comum "*o acampamento durante a semana é um e nos finais de semana é outro, é cheio de gente isso aqui...*"

*Repassa de barracos, barracos figurantes e melhoria das condições estruturais*²⁶⁴

Dois pontos importantes que nos chamou atenção no MST da Base foi o repasse de barracos e também o que chamamos de "barracos figurantes". No entanto, apesar de

²⁶⁴ Não encontramos declarações destas relações nos demais movimentos pesquisados.

polêmico o ponto do repasse de barracos, a operação é realizada entre pessoas que desejam participar da luta. Quando o barraco é abandonado, o movimento costuma passar o barraco para as famílias necessitadas. Contudo, ocorrem situações em que o dono do barraco reaparece para reivindicar a matéria prima de construção do barraco, sendo então necessário o pagamento. Segundo a liderança, o barraco "*Vende aqui mesmo*" e "*é caro um barraco desse*". Quanto à transação aponta a liderança:

Rodrigo: Aqui, tipo os barraco que as pessoa abandona fica tipo assim, se chegar um morador aqui o barraco ficou abandonado, o cara não veio tem que passar para alguém, alguma família chega e a gente passa o barraco. Ai tem que pagar porque as vezes o cara chega sem nada, meio fraco, por exemplo com algum pedaço de lona, alguma coisa assim, mas não tem um barraco e ai os barraco ta vazio ai. Ai a gente fala pra família ir pra dentro, ai se o dono chegar e aparecer algum dia ai a gente conversa e fica tudo conversado. Às vezes o cara nem faz conta, ele fala eu desisti, abandonei e ta tudo certo. Porque se o cara tem interesse em pegar a terra ele nem faz conta de um barraco, ele da os pulo e faz outro, as vez ganha outro barraco.

Sobreiro: E está muito caro um barraco aqui hoje?

Rodrigo: Rapaz, um barraco aqui hoje é, um barraco simplesinho, uns 30 conto um barraco barrelinha uns 30 a 50 reais. O cara vende assim só a lona e a madeira. Mas um cara desses ai vendeu o barraco por 150 real, mas um barraco bom tudo com lona da boa. (Entrevista realizada no acampamento Alcídia do dia 17 de dezembro de 2011)

Além do repasse pudemos notar no MST da Base a presença de barracos fechados que são armados com a finalidade de avolumar o acampamento. Muitos dos barracos não tinham famílias, estavam abandonados ou eram montados para inflacionar o acampamento. Deste modo, estes barracos, fechados, abandonados são barracos figurantes em um cenário inflacionado, no caso o acampamento. Há casos em que alguns barracos são feitos de lona nova e não aparentam sinal de uso.

O padrão dos barracos também melhorou se comparado com as décadas anteriores. Atualmente muitos, além de terem uma lona de melhor qualidade também contam com maior presença de madeira, fato que o bambu ainda é utilizado, mas a maioria dos barracos são feitos com madeiras e lona. Enfim, outro ponto que evidencia que os acampamentos não são mais espaços com barracos homogêneos é que alguns barracos tem melhores condições de estrutura e já incorporam estruturas mais audaciosas que nas décadas anteriores não havia, tais como: a madeira em vários barracos; telhas em alguns poucos barracos; fogões artesanais; cercas; carros; etc. No

entanto, o que mais nos chamou atenção foi a extensão do barraco em forma de garagem, tal como apontamos na foto 43.



Foto 43 - Acampamento Alcídia - MST da Base.

Fonte: José Sobreiro Filho, 17/12/2012

Aumento do número de ocupações e diminuição do número de famílias em ocupações

Outra estratégia que nos chama atenção é a mudança que ocorreu na realização das ocupações de terras. Durante o período denominado "abril vermelho" realizado pelo MST também ocorreram ocupações de terras realizadas pelo MST da Base. Durante o período de lutas ocorreram quatorze ocupações de terras no Pontal do Paranapanema. No entanto, destaca-se que enquanto de um lado o MST realizou apenas uma ocupação, na Fazenda São Domingos, na região do Pontal do Paranapanema, o MST da Base realizou outras treze (Quadro 29).

José Sobreiro Filho

Quadro 29 - Pontal do Paranapanema - Ocupações realizadas no Abril Vermelho de 2011

Nº	Município	Área	Famílias	Movimento	Data	Fonte
1º	Sandovalina	Fazenda São Domingos	300	MST	15/04/2011	CPT/NERA
2º	Teodoro Sampaio	Fazenda Copacabana	N.I.	MST da Base	09/04/2011	CPT/NERA
3º	Teodoro Sampaio	Fazenda Galpão de Zinco	N.I.	MST da Base	09/04/2011	CPT/NERA
4º	Teodoro Sampaio	Fazenda Timburi	N.I.	MST da Base	09/04/2011	CPT/NERA
5º	Teodoro Sampaio	Fazenda Lago Azul	N.I.	MST da Base	09/04/2011	CPT/NERA
6º	Teodoro Sampaio	Fazenda São José	N.I.	MST da Base	09/04/2011	CPT/NERA
7º	Teodoro Sampaio	Fazenda Pontal Agropecuária	N.I.	MST da Base	09/04/2011	CPT/NERA
8º	Iepê	N.I.	N.I.	MST da Base	N.I/4/2011	NERA
9º	Rancharia	N.I.	N.I.	MST da Base	N.I/4/2011	NERA
10º	Rancharia	N.I.	N.I.	MST da Base	N.I/4/2011	NERA
11º	Presidente Bernardes	Fazenda Guarani	50	MST da Base	09/04/2011	NERA
12º	Teodoro Sampaio	Fazenda Minerva	N.I.	MST da Base	16/04/2011	CPT/NERA
13º	Teodoro Sampaio	Fazenda Ribeirão Bonito	N.I.	MST da Base	16/04/2011	CPT/NERA
14º	Euclides da Cunha	Fazenda Santa Cecília	N.I.	MST da Base	16/04/2011	NERA

Fonte: Dataluta, 2013

Elaboração: José Sobreiro Filho

O número de atuações do MST da Base nos chamou atenção e então um campo foi realizado. Durante o trabalho de campo passamos pelas ocupações realizadas em quatro fazendas, sendo elas: Fazenda Copacabana em Teodoro Sampaio; Fazenda Barracão de Zinco em Teodoro Sampaio; Fazenda Timburí em Teodoro Sampaio; e Fazenda Guarani em Presidente Bernardes. Observamos que apesar do grande número de ocupações as mesmas ocorrem com poucas famílias e poucos barracos. As fazendas ocupadas não contavam com mais de 50 pessoas presentes e também não passavam de 10 barracos. Tanto que os barracos eram coletivos e não mais um barraco para cada

família, havia, em geral, uns 3 ou 4 barracos grandes coletivos²⁶⁵ de lona e mais alguns menores, inclusive barracas sintéticas de acampamento.

A foto 35 é bem representativa neste sentido, podemos ver de longe um grupo reduzido de pessoas, quatro barracos e um pequenos um pouco mais à direita escondido. O uso de faixas destaca também e chama a atenção da sociedade e é posto na beira da estrada com a finalidade de ser claramente notada.



Foto 44 - Ocupação do MST da Base - Fazenda Timburí.

Fonte: José Sobreiro Filho, 15/04/2011

Estas ações deram à Jose Rainha Junior grande destaque, tal como aponta a liderança Milton David, do MTST, que está articulada com o MST da Base:

Então ele provou para eles que ele é o rei da ocupação. Nós fizemos 42 ocupação em uma noite e provou para o outro lado lá. que ele é o maior, só que o João Pedro Stédile ficou de olho porque ele era mais fora, mas lá... parece que o Fidel Castro andou dando uma força para o MST aqui e ai o

²⁶⁵ O uso do barraco coletivo agiliza o processo de ocupação e a saída da área.

cara passou a mão e o cara não gostou e os caras se separaram. Como o Zé era cunhado do Lula, ele falou "não, você fica que eu garanto" aí ele ficou meio afastadinho e junto com a gente. Aí criamos uma força só, fomos pra luta. Mas até hoje é dividido o movimento, não tá na Nacional não. (Entrevista realizada com Milton David da Silva liderança do MTST e MAST no dia 24 de novembro de 2012)

No entanto, denota que na realidade além de poucos dados referentes à quantidade de ocupações de terras do MST Base, em sua maioria não são informados, podemos afirmar que, devido ao campo realizado, se somarmos todas as famílias presentes nas ocupações do MST da Base visitadas não alcançaria metade das famílias presentes na ocupação que o MST realizou na fazenda São Domingo no município de Sandovalina.

Ondas de atuações

As atuações em ondas começaram a ser mais conhecidas e utilizadas pelos movimentos camponeses no Brasil a partir do Massacre de Eldorado dos Carajás. Sua denominação deve-se à concentração das atuações em determinados períodos, por isso alguns movimentos denominam como ondas. Desde então, criaram-se algumas ondas específicas em que todos os anos atuações específicas são realizadas, tais como o dia internacional da mulher em 8 de março e o Abril Vermelho por causa do massacre de Eldorado dos Carajás. No entanto, no Pontal do Paranapanema, devido às dissidências surgiram ondas de atuações também em forma de ondas.

Além do MST que sempre realizou ações durante o Abril Vermelho em escala nacional e regional, destaca-se também o MST da Base e seus movimentos vinculados por realizarem várias outras ondas que nem sempre se repetem nos anos seguintes, tais como: Inverno Quente; Carnaval Vermelho; Abril Vermelho realizado pelo MST da Base; entre outras. Na realidade, mesmo que em períodos diferentes, pouco se muda ou diferenciam as ondas, sendo apenas os nomes e em alguns casos, sobretudo, o período. Também são aleatórias, ou seja, não necessariamente se repetem todos os anos.

Conforme apontamos anteriormente as ocupações são em grande número, mas com poucas famílias em poucos e grandes barracos coletivos. O Carnaval Vermelho e o

Janeiro Quente não fogem a regra. Mas se destacaram por terem ocorrido em período anterior ao Abril Vermelho, fato que deu o primeiro destaque do ano ao "MST do Rainha". No entanto, as vantagens de se ocupar durante o carnaval é que a maioria dos órgãos do Estado estão fechados por conta do recesso de carnaval, fato que permite às famílias acampadas ficar maior período na área ocupada e lhes dão maior visibilidade.

O Abril vermelho é o caso de onda de atuações mais emblemático da região do Pontal do Paranapanema. Ao mesmo tempo em que ocorreram ocupações do MST também ocorreram ocupações do MST da Base. Todavia, conforme apontamos foram muitas ocupações e com número reduzido de famílias enquanto o MST realizou apenas uma ocupação na região, mas em grande número de famílias. A realização deste grande número de ocupações de terras atribuiu à imagem de José Rainha Junior além de destaque pelos instrumentos midiáticos, reconhecimento por parte da população de Rainha como uma liderança do MST e também a força que teria Rainha mesmo afastado do MST. Obviamente que essas atribuições também chamariam a atenção do MST. No entanto, a condição de Rainha permanece a mesma.

O descenso

No dia 3 de março de 2011 o jornal O Estado de São Paulo publicou a notícia "Esvaziamento do MST"²⁶⁶ na qual destacava que além da rareamento tanto dos acampamentos quanto dos militantes do MST também haviam dificuldade em se recrutar pessoas para realizar ocupações, sobretudo, por conta do programa Bolsa Família e do aumento do Emprego no Brasil. Um dia depois outra notícia, intitulada "O arrefecimento do MST" também publicada pelo jornal O Estado de São Paulo apontou a preocupação do MST em relação ao esvaziamento dos acampamentos em todo o país²⁶⁷. Apesar destas notícias não serem novas e de que a luta pela terra, destacadamente o MST, vir apresentando descenso desde o governo Lula a notícia relaciona a queda nos acampamentos com alguns pontos importantes.

²⁶⁶ Ver caderno B2.

²⁶⁷ ver caderno A3 de 31 de março de 2011.

Fruto de uma série de estratégias e medidas tomadas desde o governo FHC e mais aprofundadas durante o governo Lula, o Brasil tem passado por um momento econômico mais aprazível. Apesar das diferenças e desigualdades econômicas e sociais ainda serem imensas economicamente o país vive outro momento. Dentre os muitos reflexos disso tanto para o trabalhador quanto para a luta pela terra são: as maiores oportunidades de emprego; aumento do crédito e do poder de compra; ascensão de algumas faixas/classes; e o aumento de programas assistencialistas e de redistribuição de renda tais como o Bolsa Família. Estes elementos, em alguns casos por si só ou consubstanciados tem interferido diretamente na luta pela terra e na dinâmica dos movimentos socioterritoriais camponeses do Pontal do Paranapanema.

Visto as mudanças de ordem socioeconômicas somadas à mudança do perfil dos acampados, hoje predominantemente urbanos, tem-se um problema ainda maior na luta que é o desinteresse. Neste sentido, em entrevista a liderança destaca a mudança, começando a pontuar pela disposição e condição do acampado oriundo do campo e depois do acampado de perfil urbano:

Mas você via no individual de que ele estava ali e era o seguinte. Eu estou aqui para lutar pela terra. meu objetivo é lutar pela terra. E se vir a polícia? Nós enfrenta. E se vir o jagunço? Nós enfrenta. E se vir a fome? Nós enfrenta. E se vir a fome? Nós enfrenta. Se vir o calor a gente enfrenta e o caramba que acontecer nós enfrenta. O público hoje, esse público está assentado. O público hoje é um público urbano, é um público urbano né. O público urbano é e o cara que tem um emprego na cidade hoje, que ganha la o seus mil e alguma coisinha la na cidade. A nossa presidente Dilma colocou na cabeça desse indivíduo de que ele já é classe médio, de que ele não pe mais pobre. Ele classe média e ele se sente como classe média mesmo. Eu posso eu consumo, eu tenho uma TV de quarenta e duas polegadas né, uma Tv de quarenta e duas polegadas né. Se ele precisar fazer uma operação de uma hérnia que der nele ele está fodido né porque ele vai ter que fazer pelo SUS, mas ele tem um celular né e uma televisão de tela plana. [Risos]. Então esse individuo, de fato, ele tem até a vontade de ir para a terra ele tem. Não vamos dizer que ele não tem, só que ele não quer lutar pela terra com tanta, tanta força, tanta disposição que outrora outro público tinha essa disposição de lutar. (Entrevista com liderança Ricardo do MST no dia 6 de maio de 2011)

Juntamente a essas condições há também um fator significativamente importante para os acampados do perfil urbano que é a mudança do padrão de vida. Além de uma redução das condições de infraestrutura, tais como água encanada, rede de energia elétrica, transporte, saúde, etc., também há algumas condições extremamente penosas

referentes à própria vivência em um barraco tai como *"Se está frio, no inverno, um barraco de lona é terrivelmente gelado. É uma coisa absurda, no inverno é absurdo. É frio, frio, frio, frio. O calor é insuportável de baixo de um barraco de lona. O calor é insuportável"* (Entrevista com liderança Ricardo do MST no dia 6 de maio de 2011).

É fundamental destacar que o descenso da luta não está relacionado somente ao MST, pois, de fato, ao longo da década passada, sobretudo no governo Lula, e do início desta década um conjunto de bandeiras da classe trabalhadora foram abandonadas e outras tem sofrido com o descenso, fato que tem acarretado na estagnação da classe trabalhadora e, salvas as proporções, do campesinato. Os reflexos desta estagnação somados ao avanço do capital e das estratégias opressoras da luta pela terra realizada tanto no campo quanto na cidade tem se convertido em maiores dificuldades na mobilização da luta e tornando sua realização e organização, para a frente de massa, um grande desafio. Assim, avançar taticamente e adotar/incorporar metodologias que permitam arregimentar e massificar a luta pela terra tem sido ponto fundamental para os movimentos, sobretudo no MST. No entanto, um dos principais fatores que afetam principalmente os acampados de perfil urbano é no vislumbre da terra como possibilidade de ascensão social ou melhoria da qualidade de vida:

Agora ha um período a terra de fato era ela uma saída, era um objetivo, o **indivíduo via que a terra era de fato uma possibilidade de melhoria de vida**. Hoje em dia já é muito difícil encontrar isso. O indivíduo que vê na terra a possibilidade de melhoria de vida até por conta da condição da reforma agrária hoje. A reforma agrária hoje encontra-se em uma condição que é difícil. Existem várias experiências, mostro que é possível, tarátatarará, mas sistematizar as experiências é muito difícil. E acho que esse é um pouco do esforço que a academia faz, você tentar pesar isso para elaborar né. Então, sim, as políticas de compensação social, que é um conjunto de políticas, esse conjunto de políticas ele afeta sim no fator de mobilização da luta principalmente na luta no campo. (Entrevista com liderança do MST na ocupação da Fazenda São Domingos, dia 15 de abril de 2011).

Apesar de ser forte o desânimo no perfil urbano, o desalento acomete também alguns acampados que estão a nos na luta, visto que *"o pessoal está calejado, o pessoal não acredita mais, principalmente aqueles que vem a muito tempo."* (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011). Depois de tanto tempo de luta é ainda mais claro o desânimo criado pela penosidade da luta:

José Rainha Junior, antes no começo, pra mim ele era um mito sabe? Ele era um mito. Até hoje eu admiro ele. Só que uma coisa que não fez com que eu acompanhasse ele, porque eu não homem de andar com um saco com de panela nas costas, colchão veio e nem uma lona. Eu tenho minha profissão, eu tenho que trabalhar você está entendendo? Eu tenho que sustentar a minha família. Tenho que ganhar o meu sustento e eu acompanhar para fazer o que eles querem, jamais eu vou fazer isso. Jamais vou abandonar as minhas ferramentas, você tá entendendo, para andar com um saco com de panela nas costas, colchão veio e nem uma lona. Monta um barraco aqui hoje, daqui três dias monta um barraco ali, faça sol, faça chuva, faça frio. Não tem condições você está entendendo? (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011)

Entretanto, mesmo diante destas circunstâncias e conjuntura apinhada de problemas em que uma luta de massa apresenta descenso de massa é importante ressaltar que não devemos também adotar posturas saudosistas. A luta pela terra já passou por vários momentos. Obviamente que durante o período de 90, em que o neoliberalismo avançou ferozmente e atingiu a vida cotidiana de maneira mais árdua, a luta era mais intensa, daí o *boom* da luta pela terra, até porque o inimigo não somente era declarado como também era muito mais visível que na atualidade, fato que também atribuía mais visibilidade à classe trabalhadora e à luta dos movimentos camponeses. As condições socioeconômicas também eram bem diferentes da atualidade em que se tem o refluxo da miséria e o crescimento econômico associado a outros desdobramentos anteriormente apontados.

Outro ponto importante a ser destacado é o fato de que, na região do Pontal do Paranapanema, a criação dos assentamentos deu conta de assentar uma grande quantidade de famílias tanto da região quanto de outras regiões e estados do país e, portanto, de certa forma é vista como uma região já saturada por algumas lideranças e funcionários públicos. Entretanto, esta visão não é maioria e muito menos um consenso.

Atualmente, por parte do MST da região, há novas perspectivas de movimentação da luta pela terra. No entanto, as novas formas se atem também aos novos problemas que tem desestimulado a luta tanto para aqueles de perfil urbano quanto aqueles que estão na luta a mais tempo, mas que a reforma agrária será tratada com lutas mais específicas para reanimar:

Casado com essa discussão geral, aqui na região do Pontal o que nós tomamos como prioridade? Retomar as lutas nas terras públicas. Tentamos não fazer aquele discurso genérico, aquela coisa "tem 92 mil hectares de

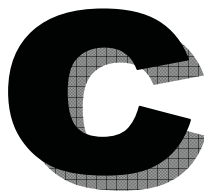
terra que saiu e é isso que a gente quer parará..." Não! nós vamos para o específico. Aonde que saiu? Essa daqui é uma delas. Saiu essa? É aqui que nós vamos trabalhar. Nós vamos por o povo aqui. Qual outra que saiu? É a Nazareth em marabá Paulista? É em Nazareth que nós vamos atuar. Nós vamos trabalhar. Para a mobilização você precisa obter conquista concreta, precisa obter conquista concreta e não só para mobilização, mas em respeito a essa famílias que estão acampadas a muitos anos aqui na região. Enfim, a gente então adotou, nós vamos trabalhar nesse sentido. Nós vamos fazer as ações na terra, que a ação na terra é uma forma legítima de enfrentamento direto ao modelo do capital. Você questiona diretamente a propriedade privada, o uso dela, etc. E também a questão do governo que é o seguinte. Como a reforma agrária não está na pauta do governo a gente também não vai aceitar pequenas migalhas porque essas pequenas migalhas não são conquistas. Quando vem de pouquinho são compensaçõeszinhas e compensaçãoezinhas o MST avaliou que ou a gente de fato se posiciona perante tanto quanto o governo estadual quanto ao governo federal pra que de fato a gente consiga executar uma reforma agrária que não só seja distribuição de terra, mas que seja uma reforma agrária com responsabilidade daria conta desses processos dessas terras devolutas do Pontal do Paranapanema né. Isso causaria um grande impacto, aí sim na estrutura fundiária no sentido da concentração, etc. (Entrevista com liderança do MST na ocupação da Fazenda São Domingos, dia 15 de abril de 2011).

Em fim, mesmo que ainda com algumas perspectivas futuras, perante o descenso da luta o sentimento que povoa as conversas e habita os corações das lideranças que conheceram a luta pela terra em seu período áureo no Pontal do Paranapanema é de desânimo:

O contexto em que o MST se encontra nos dias de hoje. Descenso de massa violentamente. O militante da frente de massa, coisa mais triste que dói no coração mesmo é não conseguir, não dar conta e fazer um trabalho de base. Você quer fazer um militante cortar os pulsos [risos] é fazer, pegar ele e falar para ele "cara ó vai lá que lá você vai trazer muita gente". Ele vai lá, vai voltar e não vai trazer ninguém, aí ele vai "cortar os pulsos"... no meio do caminho.²⁶⁸. (Entrevista com liderança Ricardo do MST no dia 6 de maio de 2011)

²⁶⁸ A expressão "cortar os pulsos" fora utilizado para explicitar uma situação decepcionante. No entanto, fora utilizada de maneira descontraída visto que antes da declaração foram feitas brincadeiras utilizando a expressão.

***CAPÍTULO 5 - CONFLITUALIDADE, UM OLHAR CRÍTICO
SOBRE AS DISSENSÕES E A TIPOLOGIA DE
MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO PONTAL DO
PARANAPANEMA***



Como produto de todas as reflexões e análises realizadas até o presente capítulo apresentamos adiante algumas reflexões onde aprofundaremos mais no sentido propositivo e crítico-analítico. Primeiramente, vamos destacar, embasado na leitura e análise dos movimentos socioterritoriais do Pontal do Paranapanema, uma discussão que visa apresentar a conflitualidade, sobretudo nas ocupações de terra, como sinônimo de desenvolvimento territorial. Em seguida realizamos uma discussão destacando as benesses e riscos das dissensões. Neste sentido, relevamos a criação da diversidade como um elemento enriquecedor, a luta legítima de todos os movimentos e as diferentes formas de luta pela terra e de produzir/interpretar/interagir/pensar-o-espaco/território. Em seguida, como produto final, fechamos discussão propondo uma tipologia de movimentos socioterritoriais de acordo com suas respectivas posturas político-ideológicas, suas estruturas político-organizacionais, formas de se realizar a luta, ações socioterritoriais e também problematizamos uma discussão sobre liderança e relações de poder.

5.1 Conflitualidade, território e ocupações de terra como sinônimo de desenvolvimento territorial²⁶⁹

No bojo do complexo de contraditoriedades e processualidades destrutivas e conflituosas produzidas pela lógica capitalista no campo, a ocupação de terra é um elemento imprescindível para compreendermos tanto o caráter conflituoso da questão agrária brasileira quanto a importância do território para os movimentos socioterritoriais. A princípio, destacamos dois motivos basilares que ressaltam a sua importância: 1) historicamente alguns movimentos socioterritoriais²⁷⁰ camponeses a veem como parte fundamental e até mesmo a essência em sua constituição (STEDILE, FERNANDES, 1999) e organização expressando-se em múltiplas dimensões

²⁶⁹ A versão preliminar deste subtópico fora incluída no artigo intitulado "Ocupações de terra no Brasil (1988-2010): uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra" elaborado durante o período de mestrado e publicado na revista GeoGraphos da Universidad de Alicante na Espanha.

²⁷⁰ Sobre o conceito de movimentos socioterritoriais ver Fernandes (2005), Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2011)

(cultural/simbólica, política, social, etc.); 2) sendo uma ação contestativa e combativa, impulsiona à transformação da realidade de maneira localizada ou, quando mais efetiva, impacta causando mudanças que atingem problemas estruturais, como: desapropriações, criação de um assentamento, políticas de reforma agrária em geral, políticas de produção voltada para os pequenos produtores, etc.²⁷¹.

Portanto, o nexo de se realizar uma análise geográfica das ocupações de terra deve-se tanto à natureza da própria ação, quanto também como condição *sine qua non* para compreendermos a sua complexidade, visto que temos como ponto de partida a necessidade do homem em relação ao espaço para se reproduzir socialmente, de modo que esse é um dos problemas centrais da questão agrária, ou seja, a necessidade da conquista e resistência em um espaço/território. Atualmente, essa realidade de disputa de modelos de produção está intrinsecamente atrelada às disputas territoriais e ambas são permeadas por relações intensamente conflituosas. A conflitualidade ganha importância neste contexto por ser elemento manifesto no processo de luta e desvendar relações de poder que compõem os territórios e as contradições do nosso modelo de sociedade. O território é central por compreender elementos característicos dos distintos modos de produção que se conflitam e/ou se subalternizam ou não, por ser a materialização da conflitualidade e recriá-la constantemente, por dar substrato para o desenvolvimento das contradições e demais conflitualidades, e em síntese por viabilizar e representar a conflitualidade desde seu processo de criação, manutenção e fim/recriação.

Portanto, a conflitualidade é elemento imprescindível para compreendermos a gênese, estrutura, dinâmica e processualidades²⁷² do e que ocorrem no território. Deste modo, a conflitualidade é produto da questão agrária, é orgânica e inerente ao processo, é consequência da contraditoriedade das relações capitalistas e, portanto, faz parte da natureza do modo capitalista de produção. Fernandes (2008) contribui significativamente destacando-a como produto da questão agrária e suas implicações no controle político sob o enfoque do desenvolvimento territorial:

²⁷¹ Contudo, estas ações comumente ocorrem a custo da criminalização de muitas lideranças e em âmbito geral arremete à judicialização da luta pela terra.

²⁷² Alguns autores tem uma visão romântica da discussão territorial, sendo omissos com o conflito. Essas análises mais brandas contribuem para inúmeras reflexões e pesquisas mancas, deixando de lado uma parcela da realidade tão próxima e presente no dia-a-dia.

Por essa razão, a questão agrária gera continuamente *conflitualidade*. Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização, e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital (Oliveira, 1991, p. 24-5). A *conflitualidade* é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do *controle político* e de modelos de desenvolvimento. (FERNANDES, 2008. P. 5)

Dois pontos chamam a atenção. No primeiro destaca-se que a conflitualidade, na luta pela terra, é um processo gerado pela questão agrária e, portanto, pelo capitalismo. Em seguida evidencia-se a conflitualidade na questão agrária através da destruição e recriação das relações sociais expressas nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e, por fim, retoma a ideia inicial da conflitualidade como parte da questão agrária destacando o controle político acerca dos modelos de desenvolvimento territorial. Ademais, este enfoque territorial embasado em uma perspectiva geográfica nos permite compreender a conflitualidade tendo como principal referência, além das relações sociais, a materialidade²⁷³ e, sobretudo, sua base territorial.

Ao discutirmos a questão agrária brasileira é imprescindível reconhecer que a conflitualidade faz parte da gênese do processo de formação tanto do campesinato quanto do capitalismo no campo e o respectivo antagonismo como destaca Fernandes:

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. (FERNANDES, 2008. P. 6)

Deste modo, também não fica difícil vislumbrar que, a conflitualidade está presente no início (conquista), meio (manutenção/resistência) e fim/início (destruição e criação ou recriação) da existência do território²⁷⁴. Pois a conflitualidade é um processo de luta pela resistência, conquista e destruição que simultaneamente e

²⁷³ Aqui entendemos a materialização das relações sociais no espaço.

²⁷⁴ Vale ressaltar que a perda do território só ocorre devido à outra conquista, situação tal que caracteriza um processo constante.

consequentemente cria e/ou recria outro território. Portanto, a conflitualidade não leva ao fim do território, mas ao fim de um tipo de território específico (por exemplo: camponês, indígena, quilombola, etc.) porque destrói a partir do processo de criação ou recriação de outro território. Vale ressaltar, para evitar confusões, que a conflitualidade não levará ao fim do território para a humanidade, pois este só se findará através do fim da vida.

Assim, no bojo de uma questão agrária atual balizada pela intensa disputa territorial, a conflitualidade surge como o produto que dá unidade às diversas problemáticas estruturais que compõem a questão agrária e as revelam. Contudo, ainda hoje é comum que seja interpretada de maneira preconceituosa, maniqueísta e aparta do processo de desenvolvimento, como se a conflitualidade expressa nas ocupações de terras não se constituíssem também como via para o desenvolvimento. Está concepção resulta na maioria dos casos em compreensões pejorativas do conflito e em reais entraves ao desenvolvimento pela vias ditas democráticas. Como exemplo, conforme frisado anteriormente, temos o ex-presidente FHC que foi um dos governantes que agiu em defesa da manutenção da lógica vigente. A utilização do Estado para garantir a proteção dos interesses dos latifundiários ficou nítida na medida provisória 2109-52 aprovada em 2001, que foi um dos principais exemplos de uma via de contensão do processo de espacialização da luta pela terra que focava as ocupações de terra, assim por consequência evitando possíveis “ameaças” à integridade da propriedade privada capitalista²⁷⁵. A medida provisória 2109-52 de 24 de maio de 2001 foi uma estratégia de judicialização da luta pela terra que criminaliza as famílias participantes de ocupações de terra e privilegiava a propriedade privada latifundiária, visto que não poderia ser desapropriado durante o período de dois anos.

Fernandes (2008) destaca a visão pejorativa e obstrucionista do conflito e o evidencia como parte das próprias contradições do capitalismo:

Há, inclusive, uma compreensão predominante de que o conflito prejudica o desenvolvimento. Confrontando essa visão afirmamos que o conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente. (FERNANDES, 2008. P.2)

²⁷⁵ A questionabilidade de algumas propriedades tidas como particulares e a função social das propriedades são fatores fundamentais na luta pela terra em várias regiões como o Pontal do Paranapanema.

É evidente que para alguns o conflito é sinônimo de atraso e deve ser evitado por ser um obstáculo ao desenvolvimento²⁷⁶. Em muitos casos, a conflitualidade não é compreendida como parte dos processos e da natureza do capitalismo, mas como aquilo que impede o desenvolvimento, que se impõe como um entrave, etc., e em alguns casos até omitido intencionalmente²⁷⁷. É sabido que este modo de entender e lidar com a conflitualidade é fruto da formação intelectual, opção ideológica, conjuntura histórica, vinculação paradigmática e, sobretudo, de uma intencionalidade específica de cada sujeito político (SEARLE, 2002). Contudo, algumas opções e embasamentos podem também nos levar a erros escatológicos, sendo então negligentes com a realidade e realizando uma ciência e políticas cada vez mais parciais.

Outra leitura possível é da conflitualidade como um elemento fundamental para se alcançar novos e outros modelos de desenvolvimento. Este outro modo de ver e analisar a conflitualidade ampara-se na compreensão do movimento dialético da realidade e, portanto, o constante exercício de uma conflitualidade pela via dialética nos permitiria obter resultados mais qualificados. Assim, de maneira objetiva, essa conflitualidade pode ser realizada tanto com iguais, por exemplo, em discussões entre lideranças de um mesmo movimento camponês, quanto com diferentes, como em ocupações de terra, ou seja, pode ser tanto entre classes quanto intraclasses, pois, amparada na filosofia da práxis, refere-se a outro modo de interpretar e interagir com o espaço geográfico. Isso não quer dizer que não há consenso, mas que através da conflitualidade pode-se alcançar um salto qualitativo superior e que o consenso é alcançado, definido e apurado por meio da conflitualidade²⁷⁸.

Neste sentido, sob o olhar geográfico crítico, a conflitualidade é o combustível que move as engrenagens dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Ela é responsável, em partes, pela constante reorganização do espaço e a Geografia, pela sua base epistemológica, surge com um significativo potencial

²⁷⁶ Aqui vale lembrar também... que o conflito ele serve justamente para questionar o projeto de desenvolvimento. Também uma visão que vai contra a compreensão de que entende o conflito como obstaculosa e a gestão como o super-herói que vai resolver o conflito, mas o conflito é que vai melhorar a gestão.

²⁷⁷ Em Fernandes (2008) e Felício (2006) o PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário não reconhece a existência de uma Questão Agrária.

²⁷⁸ Em alguns casos o consenso pode ser pelo conflito ou pela sua retomada.

explicativo e analítico acerca da questão e seus processos. A importância de uma análise pela via da conflitualidade é evidente ao nos atermos às lutas dos movimentos socioterritoriais camponeses do Pontal do Paranapanema, sobretudo, tendo como foco as ocupações de terra visto que atingem diretamente o território material, imaterial em respectivas multidimensionalidade. No entanto, também é significativamente importante por desvelar algumas ideias errôneas e afirmar processos muitos claros. Por exemplo, a luta pela terra, ou seja, as ocupações de terras podem ser entendidas como sinônimo de desenvolvimento. Podemos vislumbrar claramente tal afirmação no trabalho de Sobreiro Filho (2010) em que realizou o levantamento de alguns assentamentos oriundos de ocupações de terras (quadro 30).

Quadro 30 – A relação entre ocupações de terras, fazendas ocupadas e a criação de assentamentos rurais — 1988-2008

Nº	MUNICÍPIO	ASSENTAMENTOS					OCUPAÇÕES				
		NOME DO ASSENTAMENTO	CAP. DE FAMÍLIAS	FONTE	ANO/CRIAÇÃO	ANO/OBTENÇÃO	FAZENDA OCUPADA	PRIMEIRA OCUPAÇÃO	ÚLTIMA OCUPAÇÃO	N. DE FAMÍLIAS	N. DE OCUPAÇÕES
1º	TEODORO SAMPAIO	PA AGUA SUMIDA	121	INCRA/ITESP	1988	1987	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
2º	MARABA PAULISTA	PA AREIA BRANCA	87	INCRA/ITESP	1988	1987	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
3º	CAIUA	PA ENGENHO	29	INCRA	1998	1998	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
4º	CAIUA	PA LUIS MORAES NETO	104	INCRA/ITESP	2002	2001	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
5º	CAIUA	PE FAZENDA SANTO ANTONIO	50	INCRA	2001	2001	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
6º	CAIUA	PE MALÚ	24	INCRA/ITESP	2003	2003	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
7º	CAIUA	PE MATURI	172	INCRA/ITESP	1998	1998	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
8º	CAIUA	PE SANTA ANGELINA	23	INCRA/ITESP	2003	2002	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
9º	CAIUA	PE SANTA RITA	21	INCRA/ITESP	1999	1998	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
10º	CAIUA	PE VISTA ALEGRE	22	INCRA/ITESP	2003	2002	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
11º	EULIDES DA CUNHA PAULISTA	PA NOVA ESPERANÇA	98	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Nova Esperança/Fazenda Nova Esperança III/Fazenda Nova Esperança II	20/09/1998	24/06/2007	296	7
12º	EULIDES DA CUNHA	PE GUANA MIRIM	34	INCRA/ITESP	2003	2002	Fazenda Guaná Mirim	02/01/2001	07/09/2001	137	4

13º	PAULISTA	PE PORTO LETÍCIA	36	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Porto Letícia	06/01/1997	09/01/1997	600	2
14º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE RANCHO ALTO	52	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Rancho Alto	15/07/1998	15/07/1998	40	1
15º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE RANCHO GRANDE	101	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Rancho Grande	11/09/1993	26/10/1996	1260	7
16º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE SANTA RITA DO PONTAL	49	INCRA/ITESP	1999	1990	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
17º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE SANTA ROSA	65	INCRA/ITESP	1999	1992	Fazenda Santa Rosa	06/05/2000	17/04/2006	122	2
18º	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	PE TUCANO	36	INCRA/ITESP	1999	1991	Fazenda Tucano	N.I	N.I	N.I	N.I
19º	IEPE	PDS EMERGENCIAL BOM JESUS	50	INCRA	2006	2006	Fazenda 3 córregos	N.I	N.I	N.I	N.I
20º	JOAO RAMALHO	PDS EMERGENCIAL BOA ESPERANÇA	40	INCRA	2006	2006	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
21º	MARABA PAULISTA	PE NOSSA SENHORA APARECIDA	17	INCRA/ITESP	2004	2003	Fazenda Aparecidinha	N.I	N.I	N.I	N.I
22º	MARABA PAULISTA	PE SANTA MARIA	40	INCRA	2004	2004	Fazenda Santa Maria	07/09/2001	07/09/2001	175	1

23º	MARABA PAULISTA	PE SANTO ANTONIO	74	INCRA/ITESP	1999	1999	1999	Fazenda Santo Antônio	06/01/1997	300	1
24º	MARABA PAULISTA	PE SANTO ANTONIO DA PRATA	34	INCRA/ITESP	2004	2004	2004	Fazenda Santo Antônio do Prata	11/04/2004	220	1
25º	MARABA PAULISTA	PE SÃO PEDRO	8	INCRA/ITESP	2005	2004	2004	Fazendo São Pedro	N.I	N.I	N.I
26º	MARTINOPOLIS	PA CHICO CASTRO ALVES	87	INCRA/ITESP	1995	1993	1993	N.I.	N.I	N.I	N.I
27º	MARTINOPOLIS	PA NOVA VIDA	37	INCRA/ITESP	1998	1994	1994	N.I.	N.I	N.I	N.I
28º	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PA ANTONIO CONSELHEIRO II	65	INCRA/ITESP	1999	1999	1999	Fazenda Santa Clara	07/12/1998	1790	14
29º	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PA MARGARIDA ALVES	90	INCRA	2006	2005	2005	Fazenda Santa Luzia (Fazenda Porteira Preta ou da Preta)	25/03/2006	236	4
30º	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PA PAULO FREIRE	62	INCRA/ITESP	1998	1998	1998	Fazenda Santa Clara	07/12/1998	1790	14
31º	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE ALVORADA	21	INCRA/ITESP	1997	1997	1997	Fazenda Alvorada	11/12/1995	470	6
32º	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE ARCO ÍRIS	105	INCRA/ITESP	1997	1995	1995	Fazenda Arco-íris	17/06/1996	2494	4
33º	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE CANAÃ	56	INCRA/ITESP	1997	1995	1995	Fazenda Canaã	17/06/1996	1835	15
34º	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE CHE GUEVARA	46	INCRA/ITESP	1998	1995	1995	Fazenda Santa Clara	07/12/1998	1790	14
35º	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE ESTRELA DALVA	31	INCRA/ITESP	1998	1995	1995	Fazenda Estrela Dalva	25/07/1994	2000	9

36°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE FLOR ROXA	39	INCRA/ITESP	1997	1995	Fazenda Flor Roxa	19/07/1992	26/08/1995	1750	4
37°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE HAROLDINA	71	INCRA/ITESP	1997	1995	Fazenda Aroldina	10/05/1994	17/06/1996	172	8
38°	ROSANA	PE GLEBA XV	572	INCRA/ITESP	1999	1984	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.
39°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE KING MEAT	46	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda King Meat	02/04/1995	17/06/1996	900	3
40°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE LUA NOVA	18	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Lua Nova	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.
41°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE MARCO II	9	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Marco II	01/04/1995	02/10/1995	2000	5
42°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE NOSSA SENHORA APARECIDA	9	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Aparecidinha	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.
43°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE NOVO HORIZONTE	57	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Novo Horizonte	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.
44°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE REPOUSO	21	INCRA/ITESP	2003	2000	Fazenda Repouso	N.I.	N.I.	N.I.	N.I.
45°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE ROSELI NUNES	55	INCRA/ITESP	2004	2003	Fazenda Inhaçá	06/11/1997	17/04/2006	800	8
46°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA APOLONIA	104	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Apolônia	01/04/1995	26/12/1995	N.I.	3
47°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA CARMEM	37	INCRA/ITESP	1997	1995	Fazenda Sta. Carmem	12/08/1996	08/03/2006	90	2
48°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA CRISTINA	36	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Cristina	17/07/1996	17/07/1996	N.I.	1

49°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA CRUZ	50	INCRA/ITESP	1999	1995	Fazenda Santa Cruz	22/08/1995	26/04/2007	2376	7
50°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA IZABEL	70	INCRA/ITESP	1999	1996	Fazenda Santa Isabel	08/03/1997	02/12/1998	640	5
51°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA LÚCIA	24	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Lúcia	16/07/1993	16/07/1993	N.I	1
52°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA ROSA I	24	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Santa Rosa I	N.I	N.I	N.I	N.I
53°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTA ROSA II	27	INCRA/ITESP	1999	1996	Fazenda Santa Rosa II	N.I	N.I	N.I	N.I
54°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTANA	29	INCRA/ITESP	1999	1995	Fazenda Santana	06/06/1995	18/01/1998	750	2
55°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTO ANTONIO	24	INCRA/ITESP	2005	2005	Fazenda Santo Antônio	17/01/1994	29/08/1999	50	2
56°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTO ANTONIO II	7	INCRA/ITESP	2006	2005	Fazenda Santo Antônio do Mirante	27/06/2004	27/06/2004	2	1
57°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SÃO BENTO	182	INCRA/ITESP	1998	1995	Fazenda São Bento	23/03/1991	30/04/1994	3220	25
58°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE VALE DOS SONHOS	23	INCRA/ITESP	1997	1996	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
59°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE WASHINGTON LUIZ	16	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Washington Luís	19/07/1992	02/10/1995	2000	5
60°	PIQUEROBI	PE SANTA RITA 2	26	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Santa Rita	01/03/1998	01/03/1998	20	1
61°	PIQUEROBI	PE SANTO ANTONIO DA LAGOA	29	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Santo Antônio	19/02/2007	19/02/2007	120	1

62°	PIQUEROBI	PE SÃO JOSÉ DA LAGOA	29	INCRA/ITESP	1998	1996	Fazenda São José	09/02/1999	24/06/2007	108	3
63°	PRESIDENTE BERNARDES	PE ÁGUA LIMPA I	31	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Água Limpa	17/05/1996	17/05/1996	76	1
64°	PRESIDENTE BERNARDES	PE ÁGUA LIMPA II	26	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Água Limpa	17/05/1996	17/05/1996	76	1
65°	PRESIDENTE BERNARDES	PE ESTÂNCIA PALU	44	INCRA/ITESP	1997	1996	Estância Palu	01/06/1996	01/06/1996	100	1
66°	PRESIDENTE BERNARDES	PE FLORESTAN FERNANDES	55	INCRA/ITESP	1998	1998	Fazenda São Jorge	N.I./02/1998	N.I./02/1998	76	1
67°	PRESIDENTE BERNARDES	PE QUATRO IRMÃS	15	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Quatro Irmãs	N.I	N.I	N.I	N.I
68°	PRESIDENTE BERNARDES	PE RODEIO	65	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Rodeio	N.I	N.I	N.I	N.I
69°	PRESIDENTE BERNARDES	PE SANTA EUDÓXIA	6	INCRA/ITESP	1997	1996	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
70°	PRESIDENTE BERNARDES	PE SANTO ANTONIO II	24	INCRA/ITESP	1998	1998	Fazenda Santo Antônio	21/01/1998	N.I./02/1998	53	2
71°	PRESIDENTE EPITACIO	PA LAGOINHA	153	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Nova Lagoinha ou Reserva Florestal	17/07/1992	15/03/2003	3650	19
72°	PRESIDENTE EPITACIO	PA PORTO VELHO	87	INCRA/ITESP	1998	1998	Fazenda Porto Velho	28/01/1998	28/09/1998	75	2
73°	PRESIDENTE EPITACIO	PE FAZENDA LAGOINHA	26	INCRA	2002	2002	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I
74°	PRESIDENTE EPITACIO	PE SÃO PAULO	76	INCRA/ITESP	2004	2003	Fazenda Lagoa S. Paulo	N.I	N.I	N.I	N.I

75º	PRESIDENTE VENCESLAU	PE PRIMAVERA I	82	INCRA/ITESP	1999	1996	Fazenda Primavera	27/04/1996	16/01/1998	656	8
76º	PRESIDENTE VENCESLAU	PE PRIMAVERA II	43	INCRA/ITESP	1999	1996	Fazenda Primavera II	15/07/1996	15/07/1996	42	1
77º	PRESIDENTE VENCESLAU	PE RADAR	29	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Radar	12/07/1996	12/07/1996	26	1
78º	PRESIDENTE VENCESLAU	PE SANTA MARIA	85	INCRA/ITESP	1999	1996	Fazenda Santa Maria	N.I	N.I	N.I	N.I
79º	PRESIDENTE VENCESLAU	PE TUPACIRETÁ	78	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Tupanciretã	18/05/1996	23/11/1996	362	6
80º	RANCHARIA	PA NOVA CONQUISTA	104	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazendas S. João da Mata/Faxinal/Matão/Outras	01/05/1995	11/08/1995	450	2
81º	RANCHARIA	PA SÃO PEDRO	74	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda S. Pedra	15/01/1997	23/05/1997	553	3
82º	RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	PE YAPINARÝ	40	INCRA/ITESP	1997	1996	Fazenda Yapinare	N.I	N.I	N.I	N.I
83º	ROSANA	PE BONANZA	33	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Bonanza	14/09/1998	20/10/1998	53	2
84º	ROSANA	PE NOVA PONTAL	122	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Nova PONTAL	20/02/1998	10/09/1998	150	3
85º	ROSANA	PA PORTO MARIA	47	ITESP	2005	2005	Fazenda Porto Maria	09/11/2006	07/07/2007	300	2
86º	SANDOVÁLINA	PE BOM PASTOR	130	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Flora	26/10/1996	26/10/1996	N.I	1
87º	SANDOVÁLINA	PE GUARANY	68	INCRA/ITESP	2001	2001	Fazenda Guarani	24/06/1999	15/05/2002	550	2
88º	TEODORO SAMPAIO	PE ÁGUA BRANCA I	29	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Água Branca	N.I	N.I	N.I	N.I
89º	TEODORO SAMPAIO	PE ALCÍDIA DA GATA	19	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Alcídia da Gata	N.I	N.I	N.I	N.I

90°	TEODORO SAMPAIO	PE CACHOEIRO DO ESTREITO	29	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
91°	TEODORO SAMPAIO	PE CORREGO AZUL	9	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
92°	TEODORO SAMPAIO	PE FUSQUINHA	43	INCRA/ITESP	2003	2003	Recanto Porto X	15/02/2001	07/09/2001	175	2
93°	TEODORO SAMPAIO	PE HAIDÉIA	24	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
94°	TEODORO SAMPAIO	PE LAUDENOR DE SOUZA	60	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Corema	N.I	N.I	N.I	N.I
95°	TEODORO SAMPAIO	PE PADRE JOSIMO	97	INCRA/ITESP	2003	2003	Fazenda São Pedro	25/04/2002	25/04/2002	98	1
96°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	28	INCRA/ITESP	2001	2000	Fazenda Santa Cruz da Alcídia	26/04/2000	26/04/2000	200	1
97°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA EDWIRGES	25	INCRA/ITESP	2003	2003	Fazenda Santa Edwírges	N.I	N.I	N.I	N.I
98°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA RITA DA SERRA	40	INCRA/ITESP	1997	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
99°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	50	INCRA/ITESP	2001	1999	Fazenda Santa Terezinha da Água Sumida	10/10/1998	10/10/1998	60	1
100°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA TEREZINHA DA ALCÍDIA	26	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Santa Terezinha da Alcídia	N.I	N.I	N.I	N.I
101°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTA VITÓRIA	27	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1
102°	TEODORO	PE SANTA ZÉLIA	104	INCRA/ITESP	1999	1999	Fazenda Santa Zélia	14/02/1998	11/09/1998	470	5

	SAMPAIO																		
103°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTO ANTONIO DOS COQUEIROS	23	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1								
104°	TEODORO SAMPAIO	PE SANTO EXPEDITO	30	INCRA/ITESP	2006	2005	Fazenda Santo Expedito	01/02/2005	24/09/2005	428	5								
105°	TEODORO SAMPAIO	PE VALE VERDE	50	INCRA/ITESP	1998	1997	Fazenda Ribeirão Bonito	07/01/1997	07/01/1997	200	1								
106°	TEODORO SAMPAIO	PE VÔ TONICO	22	INCRA/ITESP	1999	1998	Fazenda Vô Tonico	N.I	N.I	N.I	N.I								
107°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PA DONA CARMEM	150	INCRA	2008	2007	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I								
108°	ROSANA	PA PORTO MARIA	41	INCRA	2008	2005	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I								
109°	MIRANTE DO PARANAPANEMA	PE SANTO ANTONIO II	21	INCRA/ITESP	1997	1996	N.I.	N.I	N.I	N.I	N.I								

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2009. **Organização:** José Sobreiro Filho, 2010

O quadro destaca os assentamentos criados entre 1988 e 2008 no Pontal do Paranapanema e relaciona-os com as áreas (antigas fazendas), o número de ocupações de terras e a soma do número de famílias em ocupações de terras. Neste tipo de representação podemos ter uma visão mais ampla do processo de luta, com números que destacam o conflito, e também identificar a transformação que um movimento socioterritorial pode promover através da luta em benefício de si. A conflitualidade como sinônimo de desenvolvimento ganha sentido justamente nas transformações socioterritoriais que potencialmente provoca. Além deste exemplo, sendo a conflitualidade uma relação social e compreendendo que o território não é somente material (FERNANDES, 2008; SOUZA, 2009; SAQUET, 2009; 2010), a conflitualidade transita e se expressa tanto na materialidade quanto na imaterialidade sendo início/criação, fim/destruição e recriação do território material/imaterial em um processo dialético e constante²⁷⁹. A sua inregistribilidade é pictórica, pois na produção e disputa territorial a materialidade e imaterialidade são indissociáveis e se produzem e reproduzem recíproca e constantemente. Em síntese, a conflitualidade não é somente material, mas também imaterial, de modo que se realiza no plano paradigmático, ideológico, intencional, sentimental, na construção do conhecimento científico e comum, etc., e se expressa no espaço em forma de territórios e territorialidades.

Esse processo pode ser visto no antagonismo da luta entre os movimentos socioterritoriais camponeses e o agronegócio que disputam e se conflitam em espaços na mídia, no congresso nacional, nas universidades, nas ocupações de terra, projetos de desenvolvimento territorial, etc. De acordo com Fernandes (2008) “*Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição de modelos de desenvolvimento “territorial” rural e nestes se desdobram*”. (P. 2) essa compreensão parte do reconhecimento legítimo de que a conflitualidade pode ser utilizada para se alcançar e impor e efetivar modelos de desenvolvimento territorial²⁸⁰.

Deste modo, seria um deslize pensarmos a questão agrária, o desenvolvimento territorial, as ocupações de terra e a própria luta pela terra aparta da conflitualidade. Enveredar por este caminho nos levaria a uma leitura lacunar e desconexa da realidade

²⁷⁹Podemos interpretar a conflitualidade sob o enfoque de diferentes métodos. Para a dialética a constância é parte intrínseca e fundamental da evolução do processo.

²⁸⁰ Vale ressaltar que no caso dos movimentos socioterritoriais camponeses muitos conflitos referem-se à recusa da imposição hierárquica de modelos de desenvolvimento territorial rural, pois os movimentos visam cada vez mais ganhar espaço de acordo com as suas necessidades e especificidades.

por negligenciarmos um conjunto de sujeitos, elementos e fatos que interferem diretamente na produção do espaço/território e imprimem suas ações na história.

O conflito no campo faz parte da trajetória de luta dos movimentos camponeses como podemos ver em Fernandes (1994, 2000) Feliciano (2006) e Martins (1981). Essa leitura não é exclusiva da academia, pois cotidianamente os meios de informações também divulgam notícias de conflitos. Como já dissemos, reconhecê-los é uma questão de método, vinculação paradigmática, filiação político-ideológica e intencionalidade de cada sujeito político. Assim, sob um olhar geográfico crítico, a conflitualidade intrinsecamente está atrelada às relações de poder/domínio, subordinação do espaço e à disputa territorial, tornando-se clara a eminência do complexo categorial “território” nesta discussão, visto a emersão da conflitualidade em sua constituição genética a partir do estabelecimento de relações de poder e correlações de força no espaço e, tão logo, nas implicações em demais relações socioespaciais.

Atualmente, o conceito território tem sido amplamente estudada pelas ciências humanas e utilizada, sobretudo, na elaboração de políticas públicas. A Geografia tem trazido grandes contribuições acerca da sua compreensão. Para se discutir território e a conflitualidade é fundamental relevar a importância de se pensar o poder²⁸¹. Um dos referenciais mais importantes para esta reflexão é Claude Raffestin (1993). Embora sua obra não esteja centrada em uma análise categorial ou visar a construção conceitual sobre conflitualidade, Raffestin em “Por uma Geografia do Poder” trás contribuições significativas para que possamos entender o território através das relações de poder. Portanto, sua abordagem não se reduz ao conceito de território, mas nos permite compreender como o poder está implícito em todas as relações sociais e em suas expressões no espaço²⁸²:

O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência: “O poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares”. Portanto, seria inútil procurar o poder “na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde irradiam formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis. (RAFFESTIN, 1993. p 52)

²⁸¹ Conflito e poder são indissociáveis. O poder da condição para a existência do conflito e o conflito só existe é criado devido à existência do poder.

²⁸² É importante ressaltar que o poder está explícito em todos os conceitos-chaves da ciência geográfica.

Ainda que Raffestin dê a devida importância ao “poder” em sua discussão acerca das relações sociais e da sua expressão no espaço e território, o conflito ainda permanece em segundo plano, afinal o autor não se dispõe a tal objetivo. Contudo, sua contribuição nos dá subsídios importantes para reconhecer a conflitualidade, pensá-la e avançar, pois o mesmo reconhece o confronto e que o poder se revela também por meio de processos divergentes:

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. (RAFFESTIN, 1993. p. 53. Grifo nosso)

Essa abordagem geográfica sobre o território privilegiando as relações de poder contribui significativamente por evidenciar a correlação de forças existente²⁸³. Neste sentido outras reflexões são adequadas e complementares para pensarmos e identificarmos a conflitualidade no(s) território(s) através do olhar geográfico. A leitura da multiterritorialidade de Haesbaert (2004) multiescalaridade de Fernandes (2008), multidimensionalidade de Haesbaert (2004), Fernandes (2008), Saquet (2009; 2010) e Souza (2009), e a tipologia de territórios de Fernandes (2008), nos permitem identificar as contradições e conflitualidade existentes no espaço e territórios, entre os territórios e intra-território.

Portanto, são leituras que possibilitam reconhecer a conflitualidade horizontal, vertical e transversalmente, que permite identificá-la pontualmente, de acordo com suas especificidades, e também reconhecê-la como parte de um todo, em uma visão da realidade em sua totalidade. São leituras que nos permite identificar a heterogeneidade das relações, espaço/territórios e, consequentemente, da conflitualidade. São instrumentais de leitura e análise que nos auxilia ir além de uma visão homogênea do território e compreender suas relações intra e entre territórios e ampliar nossos referenciais e perspectivas de análise.

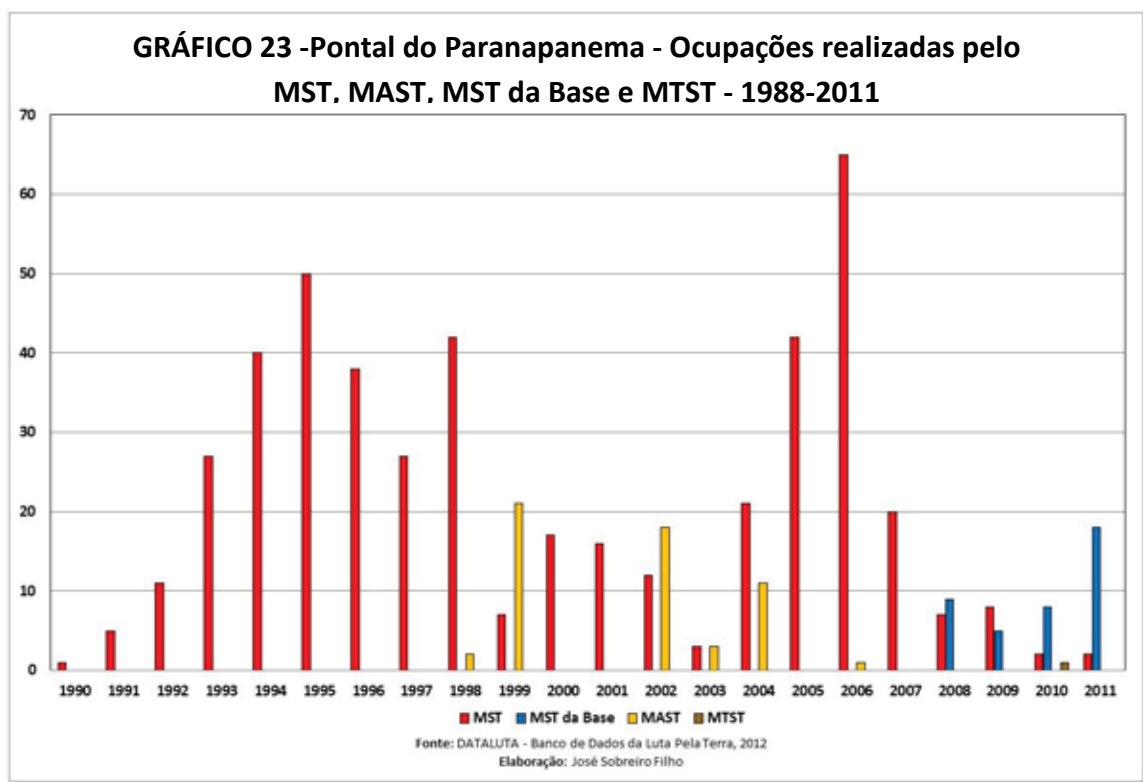
²⁸³ São poucos geógrafos que se dedicaram a entender a conflitualidade, sobretudo, compreendê-la no espaço ou território.

5.2 As dissensões no Pontal do Paranapanema: um olhar crítico

A dissensão nos estudos de caso

Na ocorrência de uma dissensão ou cisão em um movimento socioterritorial, formando dois grupos ou um novo grupo, um grupo rompe com todos ou parte dos ideais estabelecidos no antigo grupo. Esse processo pode ser, também, resultado de alterações decididas pela maioria dos sujeitos participantes, que em alguns casos isso ocorre pela intenção de reformulação dos princípios cujas intenções são de aumentar a resistência afirmando os princípios ou de integração como o caso do MST da Base e do MAST (FELICIANO, 1999; SOBREIRO FILHO, 2010). Esta ação está relacionada à definição de objetivos diferentes que nortearão a vida cotidiana da luta, ou seja, as práticas e, provavelmente em alguns casos, se estenderão à gestão do próprio território dirigido pela lógica do Projeto Político do movimento socioterritorial, quando este tiver estimado uma organização e planejamento dos modos e meios de produção como o MST (FERNANDES, 1994, 1999; FELICIANO 1999).

No Pontal do Paranapanema ocorreram várias dissensões. Dentre elas as mais significativas em termos de maior expressividade de luta na região foram o MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra, o MTST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o MST da Base (ver gráfico 22). Desde o surgimento dos movimentos socioterritoriais na região do Pontal do Paranapanema o MST prostrou-se predominante na incidência de ocupações de terras. No entanto, com o surgimento do MAST a conjuntura mudou, visto que o movimento adquiriu grande representatividade durante o período de 1998 até 2004 e depois com o surgimento do MST da Base.



Em alguns casos, as dissensões se originam sob uma atmosfera conflituosa onde a disputa territorial é movida por ideologias divergentes e seus elementos assediam sujeitos de ambos os lados sob o nexo de uma conflituosidade essencial e contraditória para o desenvolvimento de uma sociedade independente de seu projeto político. Todavia, na realidade de um espaço estruturado sob as relações capitalistas, este processo se dá com a finalidade, comumente, de que de um lado ocorra a corroboração da luta por meio de um caminho de luta e resistência e do outro lado o atrelamento à lógica de um processo de desenvolvimento desigual e combinado por parte do capital através da submissão e alienação²⁸⁴, acarretando no estranhamento do próprio sujeito (MÉSZÁROS, 2006). Dentro desta realidade dual há, também, a ideia de meios caminhos como, por exemplo, as políticas de biodiesel e cana-de-açúcar nos assentamentos que são desenvolvidas pelo governo, que nada mais seriam do que uma integração maquiada ou confusamente percebida. Todavia, denota-se que apesar de necessários para a problematização e para a discussão, os mesmos quando existentes em uma sociedade estruturada sob os moldes da exploração capitalista servem como massa de manobra que fortalecerá o capital nas diferentes dimensões da realidade.

²⁸⁴ Neste ponto não trabalhamos a alienação como o trabalho alienado, exteriorizado e objetivo, mas sim na acepção da consciência negativada (ver MARX, 2009).

Assim, as dissensões são resultados de divergências político-ideológicas na qual os objetivos norteadores resultam na criação de uma diversidade de grupos sociais organizados em torno de projetos políticos diferentes e que lutam sob uma perspectiva transformadora. Porém, vale ressaltar que é o projeto político de cada movimento o elemento responsável pela transformação e pelos limites transformadores ao qual este grupo está se submetendo e transformando a realidade, ou seja, o espaço/território.

Portanto, é importante compreender e relevar que em alguns casos as dissensões, contrariamente ao pensamento positivista que valoriza a quantidade em detrimento da qualidade, ocorrem sob a finalidade de fortalecer a luta através da reafirmação ideológica e do projeto político do movimento reduzindo-o quantitativamente sob o intento da qualificação. Sendo que para tal torna-se necessário que parte dissinda organizando outro movimento ou não e a parte restante mantenha as suas origens, permanecendo aqueles que querem lutar pelos ideais do movimento.

O que se observa na luta pela terra é que nesse processo os dissidentes nada mais tem feito do que rumar sentido a integração ao capital como, por exemplo, o MAST (LIMA, 2006). Se o MST da Base carrega a ideia de não estar isolado como debateremos mais a frente, deveria também se atentar aos seus companheiros de “luta” e se seria realmente uma luta ou um caminho para a alienação onde o capital continuará asseverando o camponês e os movimentos socioterritoriais. No entanto, para darmos conta desta discussão necessitaríamos de uma abordagem mais ampla e deveríamos ter como substrato uma discussão sobre a consciência, mas não nos ateremos aqui para não fugir dos objetivos e também da brevidade da pesquisa. Contudo, esta também é uma questão de extrema pertinência.

Nos ateremos aqui à discorrer sobre o processo de dissensão nos e dos movimentos socioterritoriais evidenciando-o como parte importante para entendermos a dinâmica da luta pela terra e a sua diversidade político-ideológica. Este processo que para nós ainda é um questionamento é, também, acima de tudo, resultado de diferentes projetos políticos muitas vezes criados por um grupo ou até mesmo indivíduos como os movimentos personalistas, tendo, por exemplo, o MAST (FELICIANO, 1999; LIMA, 2007), o MST da Base e outros.

Neste sentido, salto-nos aos olhos o fato de que, no Pontal do Paranapanema, devido à sua história de conflito e forte atuação dos movimentos socioterritoriais camponeses, as dissensões surgiram ao mesmo tempo por interesse de algumas lideranças de movimentos e também, sobretudo no caso do MAST, por interesse

também do PSDB, que por conseguinte estava atrelado ao neoliberalismo (leia-se também à agenda destrutiva do capital). Conforme apontado nos capítulos anteriores, o Pontal do Paranapanema foi em seu período áureo foi considerado o - Coração da Reforma -, ou seja, do ponto de vista da luta dos movimentos tinha-se grandes perspectivas de avanço, no entanto para os interesses do capital, visto que a região tinha potencial de amplificar sua condição de exemplo, representava também um perigo e portanto era visto como um "barril de pólvora". Assim, tal conjuntura, despertou aos olhos do PSDB (leia-se também do capital) não somente a ideia, mas também a necessidade de conter o potencial combativo de um movimento socioterritorial, e aqui destaca-se o caráter socioterritorial visto a necessidade metabólica socioterritorial do capital²⁸⁵, camponês unificado com potencial para atacar e questionar com eficiência o Estado. Produto das circunstâncias e do caráter destrutivo do capital atrelado, neste período, à face mais clara de um governo neoliberal foi a criação de uma dissensão que visava ir enfraquecendo o campesinato aos poucos até que ele sucumbisse aos assédios do capitalismo tornando-se capitalista ou se metamorfoseando até, de fato, tomar feições e assumir a condição de subordinação. Tal intento culminou, conforme apresentado nos capítulos anteriores na formação do MAST.

Outro ponto de destaque foi a criação também de uma competição e oposição entre os movimentos, fato interessante e de extrema importância para o governo PSDB, pois analisando não somente o período em que ocorreram as dissensões, mas também o período póstumo observamos que, de fato, a estratégia da dissensão maquiada sob "uma forma pacífica de fazer a luta pela terra" financiada e com diálogo com o governo converteu-se em abandono, fragmentação/dissensão e conflito intraclasse. Além desta questão, destaca-se também, conforme apontado por Feliciano (1999) sobre as ocupações realizadas pelo MAST, que muitos fazendeiros abriam suas fazendas para as ocupações de terras pacíficas, pois tinham interesse em verdes suas "propriedades" para comprar em outras áreas de avanço da fronteira agrícola. Assim, criou-se também o que chamamos de "mercado consumidor da luta pela terra" baseado no interesse somado tanto dos latifundiários quanto do MAST e que beneficiava ambos os lados.

No entanto, há também um outro processo tão importante quanto a dissensão, mas ocorrido em menor intensidade. Assim, é fundamental distinguir que a dissensão é

²⁸⁵Como parte de nossos estudos espaciais realizamos também uma leitura geográfica da contribuição de Mészáros (2002).

um processo diferente da troca de bandeira. A troca de bandeira²⁸⁶ é quando um movimento ao todo decide mudar a nomenclatura e, portanto, ao mudar a nomenclatura também muda a bandeira/símbolo do movimento. No Pontal do Paranapanema, identificamos que a troca de bandeira ocorreu por dois motivos principais. O primeiro deve-se à ocorrência de uma mudança na postura político-ideológica do movimento ou alguma reformulação que o leve a deixar a imagem antiga para construir uma nova forma de luta e organização. A segunda, considerada a mais comum, é uma medida estratégica do movimento para deixar algumas das limitações e problemas do movimento adquiridos no transcorrer do tempo, tais como: a discriminação; o isolamento ou falta de diálogo; a falta de apoio do governo, sobretudo no auxílio à alimentação; a criminalização; etc.

Um exemplo claro desta estratégia de se desvencilhar da imagem pejorativa foi a criação do MTST por Milton David da Silva. Com a saída de FHC do governo federal e também devido ao "fim" da SDS, restou o desamparo e a vulnerabilidade ao MAST. Assim, as retaliações eram mais intensas ainda porque o movimento tinha uma base institucionalizada, portanto poderia responder judicialmente ao processo de criminalização de suas ações e da luta em geral. A estratégia encontrada pelas lideranças de driblar o processo foi criar um novo movimento que não tivesse a estrutura institucional que o MAST tivera e que também possibilitasse criar uma nova relação com o governo, tal como realiza na viabilização de cestas básicas com o INCRA. Neste sentido, o MTST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi criado com uma estrutura informal para que se pudesse então avançar na luta nos acampamentos e assentamentos. Assim, o MTST consubstancia os dois principais motivos de surgimento de uma nova bandeira, pois além estar ligada a uma origem político-ideológica distinta, também tem relações com institutos governamentais e foi fruto de uma estratégia para se desvencilhar a criminalização e demais formas repressivas e imagens pejorativas.

Diferentes são os motivos que levam à formação de novas bandeiras. Em geral temos observado que o surgimento de novas bandeiras foi acarretado por cooptação e diferença político-ideológica e por desentendimento na própria dinâmica da luta e modo de organizar as famílias ou cumprir as normas. No entanto, destaca-se também que algumas bandeiras surgiram como fruto de atitudes mais espontâneas, tais como a criação de um movimento independente. Neste mesmo sentido, o acampamento

²⁸⁶De acordo com Lima (2006, p. 35) o UNITERRA também trocou de bandeira como uma estratégia para, sobretudo, para fugir e resolver problemas.

Lagoinha é um exemplo claro da criação de uma bandeira criada por uma atitude espontânea:

Qual o motivo que levou vocês a saírem do MST?

Ninguém saiu! Foi o Joaquim, não te contei? Ele inventou de fazer uma bandeira por conta dele e o pessoal não se manifestou contra ele e não aceitou. Porque ele conseguia trazer a cesta básica do INCRA. Então me parece que estão no acampamento por causa de comida. Só pode ser isso. Comida, se vir eu como e se não vir eu como do mesmo jeito ou melhor ainda. Foi isso, aí o Zé Rainha se afastou. (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011).

Esta circunstância compõe um quadro de relações de interesses políticos, destacadas por muitos dos acampados tanto do MST da base quanto pelos acampados do Lagoinha, em que alguns casos lideranças usufruem deste reconhecimento como forma de se promover social e politicamente. No entanto, quanto a isso apontaremos mais adiante. Outro ponto em destaque é que, para os acampados, a troca de bandeira representou um atraso para o acampamento e também confluiu para sua situação de abandono.

Como você acha que estaria hoje se estivesse junto ao MST?

Eu acredito hoje que nós já estaríamos assentados. Quer que eu fale a verdade? Eu acredito que nós já estaríamos assentados.

Esposa de Antonio: Porque veio o pedido pro Joaquim, do INCRA, ir lá em uma reunião em São Paulo e ele não foi. Junto com o Zé, com todo mundo e ele não foi. Acovardou por conta disso.

Joaquim: Porque se eu não viajo em 2007, eu fiquei um ano fora. Sai em dezembro de 2007 daqui e voltei em dezembro de 2008. Eu fiquei um ano fora daqui. Quando eu cheguei tinha acontecido tudo isso aí. E foi exatamente no período que saiu a lista do pessoal para ser assentado lá na fazenda Figueira.. Como ele tinha feito essa paiaçada o Zé deixou de mão. Cadê as 19 pessoas daqui? Porque se eu to aqui, em 2007, eu vou no pé do Zé Rainha. Mas Claro que vou e vou correndo. "O Zé cadê a sua promessa, eu quero ver agora você manter a sua palavra. Você quer que eu separe agora as dezenove famílias que merecem ser assentadas dentro da fazenda figueira?" Eu já tinha até a lista em mãos. Eu tenho documentos protocolados pelo INCRA e pelo ITESP. Pega lá Silvana! (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011).

Outra questão fundamental na mudança de bandeira é a representatividade da liderança. Há alguns casos em que o - apadrinhamento - por certa liderança pode acarretar na troca de bandeira. Destaca-se que o apadrinhamento por ser visto em alguns casos como uma relação, compreendida por ambas as partes, de mão-dupla, pois de um lado ganha o acampamento e acampados, por conta de uma possível amplificação das possibilidades, e também da liderança, pois massifica o número de acampados e cria

possibilidades de dar ainda maior destaque para a luta. O acampamento Lagoinha, apontado anteriormente, também é representativo neste sentido, pois para os acampados que estiveram abandonados, o apadrinhamento realizado por Milton David da Silva significou em, termos claros tanto a melhoria na organização visto que não havia ninguém na liderança e não interessava para os demais movimentos ou lideranças, quanto também, de acordo com os acampados, apesar da liderança não sinalizar mudanças muito melhores conseguiu avançar além das condições anteriores.

Enfim, destaca-se que nem sempre as dissensões ou trocas de bandeiras contribuíram para o avanço da luta pela terra. O desapego ao caráter político-ideológico e a própria falta de identificação com um movimento também foi um dos motivos que levaram certos grupos/movimentos a seguir trocando de bandeira. Em alguns casos, tal como reflete o acampamento Lagoinha, resultou em um significativo atraso e até mesmo no abandono dos acampados.

A dissensão em questão

Apresentamos alguns pontos e questões preliminares que nos permite não somente alcançar algumas respostas mas também um leque ainda maior de questões a pensar. Tais questões destacam reflexões e processos que foram ficando mais claros com o transcorrer dos anos:

- A diversidade de movimentos é fundamental e muito contribui para o enriquecimento do debate e da luta pela terra. No entanto, a perda de uma unidade constante pode enfraquecê-los e comprometer uma luta mais ampla assim também como a identidade e consciência de classe;
- Criou-se dois lados político-ideológicos bem demarcados. Enquanto alguns movimentos desenhavam uma perspectiva de um projeto emancipatório, outros apontavam, com caráter passivo e pacífico, para uma aliança que rumara para integração ao mercado e que trabalhavam a reboque do Estado sem perspectiva alguma de autonomia;
- Com a intensificação da dissensão o campesinato, como sujeito político, foi perdendo aos poucos a referência do potencial combativo historicamente construído. Assim, o discurso, a proposta, a imagem e identidade

enfrentativa/combativa/revolucionária de alguns movimentos socioterritoriais foi se definindo com o avançar do processo de dissensão;

- Produziu um conflito intraclasse que conseguiu em determinado período mudar o foco da luta pondo os movimentos para se digladiarem. Tal fato acarretara em uma contribuição da perda da expressão de uma luta mais ampla e também, em devidas proporções, transferiu uma parte do foco dado à luta de classes para uma oposição intraclasse;
- Acarretou em uma diminuição da importância de um projeto político visto que muitos acampados se somaram às lutas sem apego ou conhecimento sobre o projeto do movimento. Fato, que sobre determinado ângulo refletiria em uma alienação ou falta de consciência de classe.
- A expressão da dissensão ocorrida no passado é atualmente uma perda significativa da capacidade de mobilização e organização social dos movimentos não somente em quantidade de ações mas também na redução de uma massa de família;
- Ainda há mecanismos, conjuntura, estratégias, objetivos em comum entre os movimentos. No entanto, as divergências político-ideológicas são maiores que as convergências;
- As dissensões e conseqüentemente seria um processo regressivo na luta pela terra e para o campesinato como classe? Para quem mais serviram as dissensões? quais os beneficiados? Beneficiado como/para quê? Como a dissensão contribuiu? etc." O limite ou o futuro é deixar de existir, tal como ocorreu com o MAST?

Em geral, em nossa pesquisa denota-se que dentre as várias expressões que motivaram e foram produzidas pelo processo cizônio, algumas destas foram: desvio do posicionamento e projeto político inicial; a sujeição ao mercado; cooptação de lideranças; fragmentação da organização política e territorial do campesinato;

MST e Eixo MST da Base

Apesar dos repetidos apontamentos, sobretudo, midiáticos referenciando que os movimentos não tem mais perspectivas de luta na atualidade, que estão isolados e enfraquecidos, que o programa bolsa família acabou com os acampamentos, que os movimentos estão isolados observa-se que no Pontal do Paranapanema, embora não tão intenso como foi na década de 90 e início do século XXI, ainda há grupos organizados lutando.

Na atualidade tem-se dois grupos claramente formados ainda atuantes no Pontal do Paranapanema. De um lado o MST com sua luta já conhecida e consolidada tentando avançar em vários setores tanto na luta pela terra quanto no desenvolvimento territorial, e de outro lado tem-se um grupo que denominados de - Eixo MST da Base - que vem organizando demais movimentos da região e também sindicatos. Este segundo grupo segue avançando tanto em número de ocupações quanto também na formação de um amplo leque de alianças, conforme podemos ver na figura 40.



Figura 40 - Camiseta de evento organizado pelo Eixo do MST da Base

Denota-se que o - Eixo do MST da Base - é o que compreendemos como um processo de união os movimentos, ou seja, ruma no sentido contrário da dissensão. No entanto também é fundamental destacar que este processo já ocorreu anteriormente conforme pudemos notar com o MAST, conforme apresentamos na figura 41. A

formação do que denominamos como - Eixo MST da Base - teve seu início logo após o afastamento de José Rainha Junior do MST em 2003:

Hoje o MST tem duas cabeça né. Uma é o Zé Rainha e João Pedro Stédile. O MST é dividido em dois hoje. O Zé rainha é o movimento do Pontal e João Pedro Stedile é o movimento de cima. Tanto que na hora que ele foi preso o pessoal lá se manifestou falou "não, não é do MST não, o Zé Rainha é do outro movimento", quer dizer é nós né. Nós abraçamos a causa com ele

preso e tudo e fomo à luta, andamo junto, defendemo, fizemo protesto pra poder tirar ele de la e não fizeram. Então eles la é uma divergência muito grande. Até dentro dos movimento mesmo. (ENTREVISTA REALIZADA COM MILTON DAVID DA SILVA LIDERANÇA DO MTST E MAST NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2012)

Contudo, naquele período não tivera tamanha expressão, mas de fato, visto que não ocorreu a reaproximação de Rainha com as instâncias do MST, as primeiras aproximações com os demais movimentos foram se estabelecendo desde então. Porém foi somente a partir de 2010 que as atuações passaram a ficar mais intensas e então foi possível começar a melhor identificar o que era então o Eixo do MST da Base. Quanto à organização e junção dos movimentos e sindicatos aponta a liderança do MAST e do MTST Milton David da Silva:

Quando tiraram a pistolagem, que criaram lei, pra poder fazer ocupação nós tinha que mostrar que nós tinha força né. Ai nós sentamo no sindicato dos trabalhadores rurais, juntos com os movimentos, e nós discutimos pra nós poder fazer uma união só e lançar, na hora que saísse, pra poder fazer as brigadas, todos os movimentos ocupar. Pra poder criar força e dizer "ó não está morto, os movimentos estão atento" então fizemos aliança. Tudo que viesse de trabalho pra repartisse pro MST repartia pra todo mundo nas brigada. Nós recebia lona pro povo fazer acampamento e ai nós juntamo os movimentos mais por causa dessas leis que veio... Logo no início nós tava com a Fetaesp, tava com a CUT, tava com os movimentos sociais o Uniterra, o MLST que é do Gilmarzinho ali em Epitácio, tava com o CTR que é do menino, o Geraldinho, tava com o movimento do Ailson que é po CTB, tava com o, qual é o movimento dali eu esqueci, com o MTST, o Lino tava com nós também, mas agora saiu porque como eu falei sempre é acostumado a andar nas costas dos outros e mesmo na reunião ele só aparecia na televisão dizendo "não, eu tava lá", mas não tava... (ENTREVISTA REALIZADA COM MILTON DAVID DA SILVA LIDERANÇA DO MTST E MAST NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2012)

Observa-se que tanto nos apontamentos de Milton quanto nos apontamentos dos capítulos anteriores os intentos de José Rainha Junior após o seu afastamento era de justamente realizar uma rearticulação, com o argumento de combater o isolamento, e poder avançar intensamente realizando ocupações de terras e pressionando o Estado. Também de acordo como apontamos anteriormente parte significativa das vantagens de se vincular ao deve-se ao fato de ser muito conhecido e também tratado como um mito. Nas palavras de Milton *"A vantagem da gente se coligar com ele é que queira ou não queira Zé Rainha é um mito."*²⁸⁷ (ENTREVISTA REALIZADA COM MILTON DAVID DA SILVA LIDERANÇA DO MTST E MAST NO DIA 24 DE NOVEMBRO

²⁸⁷ Trecho citado anteriormente.

DE 2012). Em termos práticos podemos notar estas vinculações na figura 40, onde faz referência da realização do "Ato em Defesa da Reforma Agrária" pela realização dos movimentos e sindicatos: MST; FERAESP; MTST; STR; CUT; SIND. dos Metalúrgicos do ABC; Sindicato dos Químicos do ABC; Sind. dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região.

Apesar da realização envolver tantos movimentos e sindicatos destaca-se que na camiseta consta além de fotos e siglas somente o símbolo do MST²⁸⁸. Outro ponto em destaque é que nos acampamentos, inclusive em alguns que são de outros movimentos tal como apontamos anteriormente um acampamento abandonado do MTST em Presidente Epitácio, acima da bandeira do MTST havia uma bandeira do MST. Enfim, destaca-se que a bandeira do MST usada pelo MST da Base predomina em relação aos demais movimentos agregados, ou seja, o MST da Base além de estar em um outro patamar exerce um papel centralizador entre os movimentos. O mesmo pode ser notado nos apontamentos de Milton:

Óia, pra todo mundo, o Zé Rainha é um mito, pra o assentado, pra todo mundo, o pessoal gosta muito. O cara, onde você for e fala em movimento é Zé rainha. Não tem João Pedro Stedile, não tem outras pessoas. "A em ai os membros, a o Miltão, o Lino" é segunda instância já o Zé é o cabeça. Pra nós até, eu sou liderança de movimento e não devia ta gavano Zé Rainha, mas eu a aprendi a luta com ele. Então eu posso dizer assim que ele é uma pessoa que vai ter o respeito pro resto da vida minha de luta né, que a gente aprendeu tudo que faz hoje. E a gente quando fez o assentamento aqui em cima muitas vezes mandava pessoas deles pra ca pra poder fazer assentamento aqui comigo. Eu gosto muito da pessoa dele, trabaiemo junto, a gente luta e é como se tivesse num movimento só. O meu movimento dentro do MST é com o Zé e não com o João Pedro Stédile. É a mesma coisa que tivesse um movimento só. Então quando ele faz as reunião, convida a gente, põe gente nos ônibus, o povo nosso e leva pra la também. Então a gente sempre está em contato né, toda semana a gente entra em contato e se comunica. Então é extremamente importante. E pensa em avançar, ele só pensa em avançar. Eu falo "Zé não tem mais povo, só se for nós mesmo, o povo não vai mais pra luta, o povo ta com medo". Tem medo da demora, de ficar num barraco 10 anos. Não é pistolagem não, a terra não sai mais. (ENTREVISTA REALIZADA COM MILTON DAVID DA SILVA LIDERANÇA DO MTST E MAST NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2012)

²⁸⁸ Neste caso usado pelo MST da Base.

5.3 Tipologia de movimentos socioterritoriais

A história da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses no Pontal do Paranapanema não é homogênea. As diferentes posturas político-ideológicas dos movimentos testemunham a diversidade da luta. No entanto, não podemos reduzir tal luta diversidade somente à ocorrência de dissensões, pois determinados sujeitos foram fundamentais tanto no processo cizônio quanto na vinculação ou formação desta postura político-ideológica. Neste sentido, chamamos a atenção para a necessidade de se entender o papel e também o perfil das lideranças como sujeito importante para se compreender a postura político-ideológica e tão logo os diferentes tipos de movimentos que existentes e que existiram no Pontal do Paranapanema, além do fato de que em muitos casos as dissensões são também uma questão ligada às lideranças.

Assim, tentamos aqui avançar com a finalidade de contribuir para entender não somente os diferentes perfis e/ou faces, mas também a flexibilidade e extensão conceitual de movimento socioterritorial. Obviamente que tomamos o cuidado necessário para não reduzir nossa análise à determinada corrente geográfica ou também ao próprio marxismo ortodoxo, pois para o mesmo, em uma sociedade do capital o território que não desse conta de driblar e vencer todas as capilaridades criadas e sustentadas pelas relações do capital, o próprio conceito de território, e tão logo de movimento socioterritorial, cairia por terra visto que tal circunstância pressuporia subordinação.

Tipologia de movimentos socioterritoriais

Apesar de terem muitos aspectos em comum os movimentos socioterritoriais que atuam ou atuaram no Pontal do Paranapanema apresentaram posturas, comportamentos e estruturas diferenciadas. Obviamente que houveram movimentos que dissindiram mas continuaram lutando entorno de uma mesma causa. No entanto, outros movimentos apresentaram claramente uma diferenciação político-ideológica. Destaca-se que no contexto do Pontal do Paranapanema nem todos os movimentos foram sujeitos revolucionários, mas que todos lutaram ou realizaram algum tipo de transformação com significativos desdobramentos benéficos para uma parcela segregada da sociedade. Assim, entendemos a necessidade de não tratar o diferente como igual, pois tal

tratamento simétrico nos distanciaria ainda mais de uma aproximação da compreensão da realidade.

Quase todos os movimentos do Pontal do Paranapanema surgiram de dissensões ou do MST ou de dissidentes do MST, ou seja, o MST se destaca como o movimento matriz da maioria das dissensões e dos dissidentes. Além de ser o movimento matriz o MST se sobressai também por ser a referência para todos os movimentos, sobretudo, na formação de suas identidades. Podemos notar mais claramente a forte referência do MST no surgimento do MAST, MUST e MTST visto que eles se definiam/identificavam tendo o MST como base e evidenciavam que queriam ser diferente do mesmo, ou seja, não queriam ser como ele por desaprovar suas ações e ideais. Neste sentido, destaca-se também que o MST era o único que de fato tinha um projeto político e discurso socialista e uma prática mais enfrentativa na região. De fato, observa-se que o MST segue mantendo o seu projeto político e discurso revolucionário e, portanto, muito se difere dos demais movimentos.

Na verdade, o MST tem o objetivo muito claro, quer dizer, nós temos um processo de luta. A luta pela reforma. Temos muita clareza na bandeira de luta pela reforma agrária. No entanto, o MST tem uma ideologia. A gente faz a luta, busca a organização com o objetivo muito claro de fazer a transformação da sociedade. A gente quer construir uma outra sociedade, outros referenciais do ponto de vista econômico, social, político e cultura. A maioria dos casos de surgimento de outros movimentos é porque tem outros objetivos, são objetivos reformistas, são objetivos pessoais, personalidades, pessoais enfim. Essa é a diferença. A onde está a diferença do MST com os outros movimento que acabou surgindo é que o MST tem em seu fundamento um objetivo muito claro, a gente quer construir uma revolução socialista, a gente quer construir uma outra sociedade e certamente os outros movimentos não tem esse objetivo. Então não se trata de divergências de grupo nem de divergências pessoais, se trata de divergências de projeto, de diferenças de projeto político. Permanece no MST aqueles que adotam, que identificam um projeto político que leva a uma revolução pela classe trabalhadora em busca de uma outra sociedade. (ENTREVISTA COM LIDERANÇA ESTADUAL DO MST, DELWEK, DEZEMBRO DE 2010)

Assim, caracterizado por ser um movimentos de massa com forte influência marxista-leninista, o MST, em seu discurso e projeto político, visa a construção literal de uma nova sociedade com outros referenciais econômicos, políticos, culturais, etc. ou seja, uma transformação revolucionária. Como apontamos anteriormente tais características foram os reais imperativos que levaram os demais movimentos tanto se diferenciarem traçando novos e diferentes objetivos quanto também se apropriarem das formas de fazer a luta, construir sua identidade, desenhar suas bandeiras, organizar os

acampamentos e as famílias em acampamentos, marchas e construir um projeto político ou não.

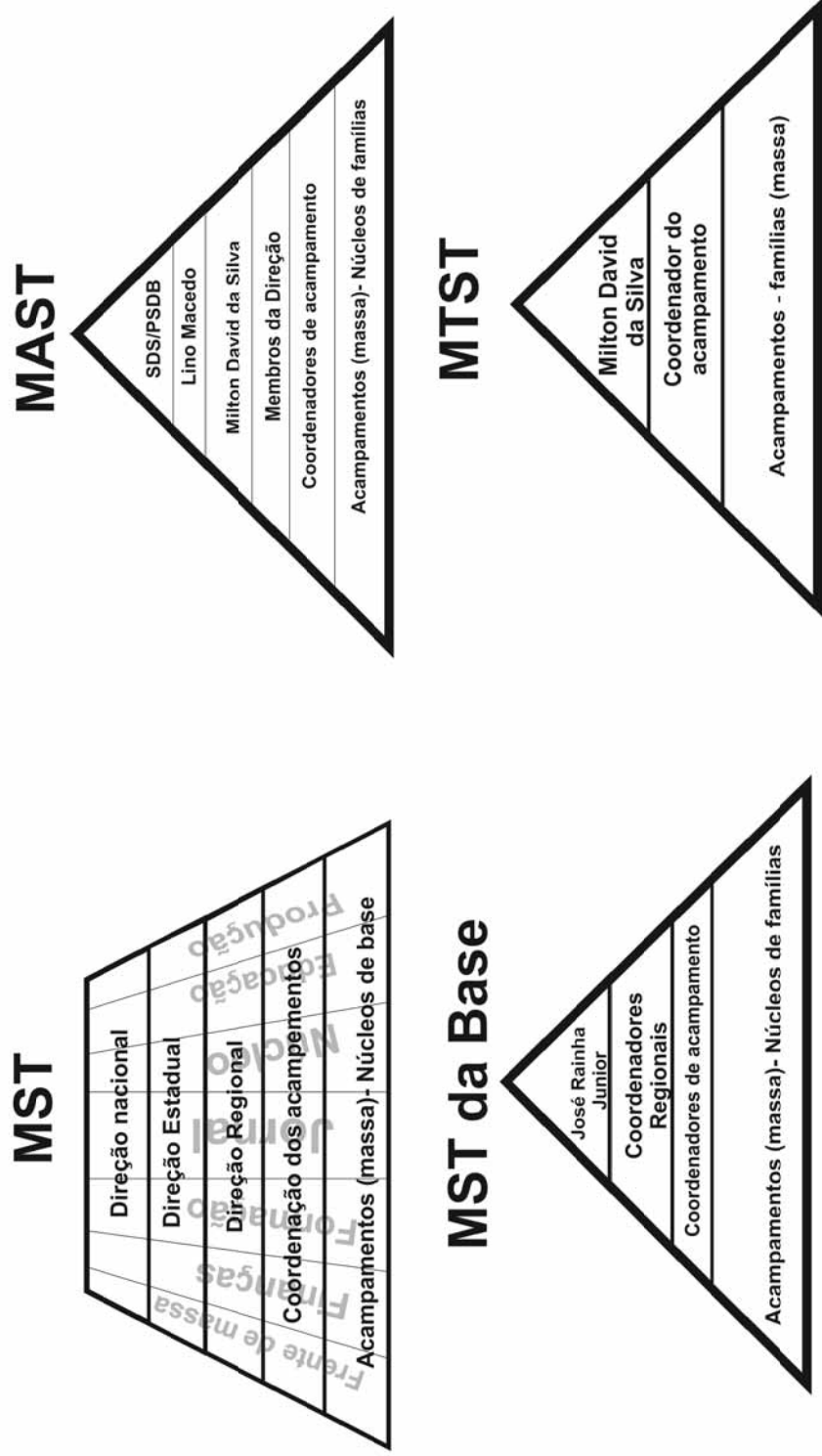
Diferentemente, o MAST se assemelhou claramente à estrutura de uma instituição, sobretudo, no cumprimento com os ditames legais que legitimam uma instituição. Sua base tanto político-ideológica quanto financeira²⁸⁹ foi importada da SDS e do PSDB. Além de tais financiamentos alguns pontos caracterizavam o MAST como uma movimento institucionalizado de inclusão precária do agricultor ao capital, tal como: pessoa jurídica; estatuto social; recebimento de verbas governamentais destinadas diretamente para o movimento; os ideais reformistas; etc. No entanto, apesar de ter sinalizado uma grande vantagem de ordem financeira para o MAST após ser abandonado pela SDS e PSDB foi também característica que possibilitou um forte e agressivo processo de criminalização. De um lado, para os fundadores e lideranças, pode ser tanto uma instituição quanto um movimento socioterritorial, para os integrantes acampados pode ser só visto como um movimento, para o judiciário pode ser uma instituição visto a finalidade processual, para a imprensa pode movimento, etc. Claramente, é um movimento socioterritorial e ao mesmo tempo instituição multifacetada, ou seja, mescla características de ambos ao mesmo tempo que compreende contradições crônicas referentes à suas respectivas matrizes genéticas. Obviamente, o MAST seria então um sujeito político híbrido que como ônus de seus referenciais estruturantes estivera destinado a carregar perpetuamente as contradições expostas pela relação movimento socioterritorial X instituição.

O MST da Base, conforme apontado anteriormente, é caracterizado pela centralidade e personalismo da figura de José Rainha Junior. Indubitavelmente a figura de José Rainha Junior se destaca mais que a o próprio MST da Base em todos os sentidos, tal fato deve-se tanto à sua trajetória de luta, reconhecimento como um mito e também quanto a sua postura de dinamizar a luta²⁹⁰. Seu projeto político é reflexo de sua proximidade com o governo PT e também deve-se à trajetória de Rainha com o partido. Em termos claros, o MST da Base e, portanto, o Eixo MST da Base destaca-se como um movimento a reboque de uma liderança (figura 42).

²⁸⁹ Diferentemente dos demais movimentos que muitas dificuldades tiveram por conta dos implicativos de ordem financeira o MAST tinha muitas vantagens.

²⁹⁰ É comum o reconhecimento de José Rainha como um visionário visto que sempre tentou encontrar novas alternativas para a produção nos assentamentos e também na luta dos acampamentos.

Figura 42 - Organização dos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema



Elaboração: José Sobreiro Filho

Além das estruturas bem diferenciadas, a forma de organizar o seu território também é um ponto marcante nos movimentos que os distinguem claramente. Podemos observar claramente a organização do território e os reais desdobramentos de sua postura político-ideológica no território. Novamente a realidade nos remete à identificação de dois polos são bem claros. Muitos são os projetos de ambos os lados, sendo trabalhos que tais como agroecologia, agricultura orgânica, piscicultura em tanques, farinheiras, etc. No entanto, dentre uma ampla diversidade de projetos destacam-se alguns projetos e cooperativas maiores. De um lado tem-se o MST com a COOCAMP que mesmo com muitas dificuldades e problemas jurídico-administrativos ainda tenta organizar uma parcela da produção e lutam por políticas públicas tais como o PAA- Programa de Aquisição de Alimentos. E do outro lado tem-se o Eixo do MST da Base com a FAAFOP e com o projeto da Cooperbioeste que seguem mais ativamente em projetos próximos do governo.

Obviamente que não nos cabe aqui realizar uma leitura crítica e mais profunda sobre ambas as cooperativas visto que tal estudo merecia também um estudo, mas é claro que é importante destacar que ambos os movimentos lados/eixos tem se preocupado em promover o desenvolvimento territorial nos assentamentos. No entanto, o foco de ambos os lados apesar de convergirem em alguns momentos tem apresentado algumas divergências em outros. No Pontal do Paranapanema o MST tem avançado significativamente no sentido de aproveitar políticas de fortalecimento da produção nos assentamentos e aumentar a cota de venda tal como acontece com o PAA. Muitos tem sido os intentos e planos de avançar no sentido propositivo, pois o movimento tem destacado com frequência a necessidade de se propor políticas públicas que possibilite o desenvolvimento da produção que não seja hierarquicamente imposta e também possibilite a venda de alimentos de qualidade por preços justos. Neste sentido, visto o significativo avanço no setor da educação, o movimento vem formando com graduação assentados e lideranças, sobretudo em universidades públicas, que tem atuado no sentido de criar mais condições de avançar resolvendo os principais problemas dos movimentos tais como o desenvolvimento territorial, elaboração de projetos e políticas, a criminalização das lideranças, etc.

O Eixo MST da Base tem atuado no sentido de agregar renda aos assentados. A produção de Biodiesel, focado na produção de mamona e pinhão-mansão, é a sua principal bandeira na região e, portanto, se destaca em relação às demais ações. A proximidade de José Rainha Junior com o governo PT foi a peça principal na veiculação

do início da expansão do biodiesel na região, conforme apontado no capítulo 3, desde de 2007. Assim, o Eixo do MST da Base pôde avançar e se beneficiar tanto de um momento de expansão do biodiesel quanto da proximidade de Rainha. A criação da FAAFOP se destaca também como a instituição que possibilitaria a veiculação legal de recursos. Contudo, o projeto passou a sofrer alguns constrangimentos a partir de 2010 sendo inclusive capa de jornal com a manchete "*Programa para produção de biodiesel fracassa no Pontal*" e a notícia "*Biodiesel no Pontal: do sonho à desilusão*"²⁹¹. Apesar das notícias o que, de fato, impactara e, portanto, prostrou-se como decisivo no constrangimento da produção de biodiesel na região foi as acusações de desvio de verbas e também a prisão de José Rainha Junior.

Observa-se que ambos os lados, FAAFOP e COOCAMP, tem visado e se articulado para organizar e promover o desenvolvimento territorial nos assentamentos, a produção e comercialização. Outro ponto de destaque é que ambos os lados se centraram tanto na veiculação de recursos quanto na utilização de políticas públicas. Tal destaque deve-se também ao fato de que muitos movimentos não conseguiram avançar no sentido de conseguir promover e organizar a produção nos assentamentos, tal como ocorreu com o MAST e com o MTST que tiveram muitos problemas em atuar dentro dos assentamentos, sobretudo, por falta de reconhecimento das lideranças pelos assentados. Tais circunstância somada às dificuldades tanto do MAST quanto do MTST em avançar para além da luta pela terra nos serve como ponto para pensarmos sobre a tipologia de movimentos socioterritoriais, ou seja, quais as formas de controle, gestão, organização e luta no e pelo território que distinguem os movimentos. Dentre uma diversidade ampla destacamos quatro estágios que consideramos serem os mais importantes e que também nos ajuda a diferenciar um movimentos socioterritorial do outro, tais como:

- Luta pela terra;
- Organização dos assentados na luta por condições melhores para o assentamento;
- Organização da produção, com melhores condições de produção, e viabilização da comercialização em feiras, mercados e políticas públicas;
- Elaboração/proposição, participação e questionamento de políticas públicas, disputando o Estado;

²⁹¹ Ambas as notícias foram publicadas no jornal Oeste Notícias do dia 16 de maio de 2010. Sendo a primeira notícia na capa e a segunda na página 2.2-2.3.

Obviamente que nem todos os movimentos realizam a luta, controle e gestão em todos estes quatro estágios. Destaca-se nesse sentido o MTST como um movimento que realiza de maneira muito tímida apenas a luta pela terra enquanto o MST, como uma estrutura mais complexa, que realiza todos os estágios. Enfim, tais elementos nos remete à questão central apontada aqui no início que é de não tratar o diferente como igual e, portanto, essa visão que considera tanto a luta pela terra quanto a luta na terra é fundamental para entendermos os movimentos em sua diversidade.

O perfil e papel das lideranças

A atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema é compreendida por elementos muito distintos das décadas anteriores. Apesar de algumas lideranças serem muito conhecidas e também reconhecidas nacional e internacionalmente visamos destacar alguns pontos ainda não apresentados sobre sua importância e atual condição na luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Diferentemente de Turatti (2005) que apresentou uma leitura antropológica interessante sobre "hierarquia, poder e submissão" em determinado acampamento do MST com foco nas lideranças que coordenadoras de acampamento, realizaremos aqui uma leitura sobre as principais lideranças atuantes na região com destaque sobre os movimentos MTST e MST da Base.

Em geral, os grandes movimentos socioterritoriais/sociais e transformações no mundo contaram, foram iniciadas e/ou organizadas também por grandes lideranças e personagens importantes e a história da Luta Pela Terra no Pontal do Paranapanema, como uma região destacada na luta, não foge a regra. No entanto, a condição de algumas lideranças, sobretudo as personalistas, ainda é um questão anuviada, também polêmica e curiosa, pois alcançaram o patamar de importantes agentes na luta. É justamente por conta de sua importância e, mais especificamente de algumas lideranças, que conseguem carregar os principais elementos que compreendem a questão agrária com um potencial transformador embotado de argumentos políticos, sociais, ambientais, etc., e dar propriedades combustíveis e explosivas às suas ações e lutas.

No Pontal do Paranapanema tem-se uma realidade de tamanha expressão de algumas lideranças na luta pela terra que é comum, conforme apontado anteriormente,

que, com exceção ao MST da região, os demais movimentos são referenciados por lideranças. É recorrente em sua história atribuir aos movimentos dissidentes a figura de um sujeito, dentre as muitas denominações repetem-se : "MAST do Lino Macedo". "MAST do Miltão" ou "MAST do Milton", "MST do Zé Rainha", "MTST do Milton" ou MTST; etc. Não é estranho atribuírem um movimento a uma determinada liderança. tal fato ocorre tanto por conta das muitas dissensões quanto também por um papel de destaque e reconhecimento imposto ou popularmente atribuído. Tão comum quanto referenciar um movimento a uma liderança é também o apego a determinada liderança em detrimento de determinado projeto político ou sequer a existência de um. Este processo reflete claramente em um desapego político-ideológico dos acampados, visto que muitas vezes o elemento decisivo na escolha da liderança/movimento é a chance deste(s) oferecer a curto prazo melhores condições de vida, ser assentado, produzir, comercializar, etc. De fato, ocorre uma valorização das - Vantagens - de estar no acampamento de determinada liderança/movimento em detrimento do apego político ideológico, fato que repercute e também reflete o intenso processo de despolitização da massa que luta pela terra na atualidade, ou seja, o personalismo e sua valorização tem sido elemento altamente despolitizante na luta pela terra por atacar e não possibilitar um estado de consciência de si e também coletiva de modo que evite o estranhamento.

Todo o nosso percorrido nos permite afirmar que as lideranças tem papel decisivo e fundamental na luta pela terra. Sendo assim, tem também grande valor e poder simbólico. Conforme apontamos José Rainha Junior é tido como um mito, é respeitado e admirado por lideranças de outros movimentos, inclusive algumas do MST tanto em São Paulo quanto a nível nacional, é visto como um revolucionário que chega ao ponto de assemelhar a Che Guevara e, portanto, representa a esperança para muitos acampados e assentados. Não é por menos que a liderança consegue mobilizar grande número de famílias e de ocupações, ampliar o leque de alianças, conseguir apoio do governo federal, chamar atenção da mídia ainda que afastado das instâncias do MST, criar projetos no setor produtivo, etc.

Portanto, visto tal realidade que chamamos a atenção para pensarmos a importância, significado e poder de uma liderança. Assim como ocorre com os movimentos socioterritoriais que tem uma tipologia, a diferencialidade entre elas também é uma questão importante a se pensar e analisar as lideranças para não se tratar o diferente como igual.

O destaque de Rainha, conforme apresentado anteriormente, remonta à toda sua luta desde o período do MST quando começou a se destacar nacional e internacionalmente. Contudo, apesar de haver um grande destaque de Zé Rainha ainda em sua atuação no MST a estrutura tinha instâncias que lidavam e trabalhavam com tal condição no sentido de segurar/frear o avanço e risco de um personalismo mais generalizado e da concentração de poder. Todavia, denota-se que o MST da Base não consta com tais instâncias diretivas que posam frear tal circunstância. Ou seja, no MST da Base José Rainha prostra-se como o núcleo e cabeça do movimento, tanto que podemos notar, conforme já apontado, que durante seu período de cárcere o movimento enfrentou o recesso e a inércia, tal fato, em suas expressões reais, se reflete na perda da dinâmica do movimento visto que está nitidamente dependente da existência, participação e também das ações e decisões tomadas pelo mesmo.

Neste sentido, pode-se afirmar com clareza também que muitos dos acampados e envolvidos na luta promovida do Eixo do MST da Base não se identifica diretamente com o movimento, mas sim com a liderança por conta de sua trajetória de luta e conquistas, assim apostando nele para alcançar melhores condições de vida. Sob outros olhos tal processo denota também uma clara relação de dependência na figura de Rainha destacando-o como essência do Eixo e do movimento. Em termos claros sem sua presença o MST da Base assumiu a condição contraditória de um movimento parado. Tais circunstâncias nos remete também a um importante e polêmico questionamento a se pensar "O que, como e se seria o MST da Base um movimento sem José Rainha?". Novamente remontamos ao período de cárcere, visto que foi também uma amostragem da resposta à esta questão.

Além dos muitos questionamentos e das críticas referentes tanto ao personalismo quanto à despolitização da luta, outra interpretação possível quanto a relevância do papel de uma liderança no tempo histórico é que podemos mirá-lo também como um visionário com base não somente na luta²⁹² que conseguiu realizar e amplificar como também no fato de ter incorporado e assimilado muitas das inúmeras críticas feitas ao MST. Nesse sentido, um dos nossos questionamentos, ainda não respondido, é "A postura de José Rainha Junior não seria, em partes, a postura crítica tão esperada de José de Souza Martins em sua obra Reforma Agrária: O Impossível Diálogo?". Acreditamos

²⁹² Destaca-se não somente por ter sido uma das poucas dissensões do MST que logrou crescimento e reconhecimento na luta pela terra, mas também por conseguir ir muito além das expectativas e por atuar em áreas ainda pouco exploradas.

que em partes sim, mas muitas outras questões somente o tempo nos permitirá uma análise ainda mais precisa.

Outra trajetória que muito contribui para pensarmos e avaliarmos a condição e importância das lideranças nos movimentos é a de Milton David da Silva. Formado no MST, importante liderança no MAST e principal liderança do MTST, Milton se destacou pela criação do MAST Estadual, do MNF - Movimento Nova Força e do MTST, e também pelo sua intensa atuação com os movimentos na região. Alguns elementos e processos atrelados à imagem e história de Milton são importantes e devem ser considerados, tais como: apadrinhamento; intento de expansão dos movimentos; personalismo; criação de novos movimentos para cumprir algumas demandas; etc. Destacamos a princípio que, conforme apontara em entrevista, adotara como estratégia a criação de alguns movimentos tanto para conseguir se desvencilhar da imagem pejorativa e, portanto, driblar em partes a criminalização da luta pela terra quanto também para conseguir alguns demandas dos acampamentos como, por exemplo, cestas básicas. Neste sentido que surgiram movimentos como o MNF e o MTST. Outro ponto interessante foi a tentativa de criar movimentos a nível Estadual e Federal, visto que são tanto mais visíveis quanto também, pela ampla representação, permitem chamar mais a atenção e, portanto, aumenta as chances de alguns conquistas.

Contudo, o que mais nos chama a atenção neste caso é a necessidade de uma liderança para a movimentação da luta e alcançar melhores condições para os acampamentos, assentamentos e sua conquista. Mais uma vez o acampamento Lagoinha é exemplo pictórico, pois visto que enquanto estivera sem bandeira buscou a pessoa de José Rainha Junior para se somar a sua luta. Todavia, como não conseguiram se vincular à Rainha tentaram contato com Milton, que por sua vez estabeleceu contato. Tal fato, destaca dois pontos centrais e complementares que são muito importantes para se compreender o papel e também a diferencialidade das lideranças. Primeiramente a necessidade de uma liderança para o acampamento deve-se ao fato de que esta viabiliza algumas necessidades e também representa esperança de melhores condições para o mesmo. Assim, a aproximação de Milton toma formas de apadrinhamento do acampamento²⁹³ e alguns acampados assim reconhecem o acampamento como *"aqui é*

²⁹³ A veiculação da cesta básica é ponto mais destacável do interesse dos acampados na relação com Milton.

um acampamento do Milton", fato que reforça o caráter personalista²⁹⁴. O segundo ponto deve-se à prioridade do apadrinhamento, em que destacou-se José Rainha Junior como a liderança em foco e Milton David da Silva como a liderança secundária.

Liderança e poder

Não nos preocupamos aqui em ousar fazer uma genealogia do poder nos movimentos socioterritoriais do Pontal do Paranapanema. No entanto, também não podemos deixar passar em branco aspectos importantes da trama histórica da luta pela terra e dos principais sujeitos que sob um olhar crítico expressam claras relações de poder. Deve-se ficar claro que nos ateremos em uma discussão sobre poder não no âmbito da luta de classes, mas nos ateremos a alguns pontos específicos em uma escala micro, ou seja, na escala dos movimentos socioterritoriais camponeses do Pontal do Paranapanema. Nesse sentido valemo-nos de grandes contribuições tais como a de Foucault para pensarmos seriamente sobre a questão do poder e das lideranças nos movimentos.

Vistas as nossas necessidades, Foucault tem grandes contribuições por nos oferecer um referencial que permita entender o poder não somente no sentido de uma supraestrutura e da luta de classes com forte destaque da economia-política como podemos também identificar pelo seu especial destaque nas reflexões de Marx, mas no contexto das microrrelações e também no fato de o poder, de maneira multifacetada, estar em toda parte e, portanto, em todas as relações que compreendem o nosso tecido social. Ou seja, o poder habita cada sujeito e está presente em todas as relações, e não somente na supraestrutura. Ainda neste contexto, visando não reduzir nossa abordagem sobre poder e liderança à uma análise diminuta e, sobretudo, maniqueísta destacamos uma passagem de Foucault que muito contribui para identificar não somente a transversalidade, mas também o poder como um combustível que maquina e dinamiza a tessitura social:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social

²⁹⁴ Neste sentido também é interessante destacar que muitos acampados mal se reconhecem como parte do movimento, mas sim como atrelados à figura da liderança.

muito mais do que uma instância negativa que tem por função de reprimir. (FOUCAULT, 2012, p. 45)

Neste mesmo sentido incorporamos a discussão de Balandier por destacar claramente alguns desdobramentos importantes promovidos pelas relações de poder e até mesmo sua necessidade:

"El poder político organiza la dominación legítima y la subordinación y crea una jerarquía que le pertenece" [...]

Esta relación se impone en tanto que hecho - el devenir histórico de las sociedades políticas la pone de manifiesto - y en tanto que necesidad lógica, el poder resulta de las disimetrías que afectan las relaciones sociales, mientras que éstas crean la distancia indispensable al funcionamiento de la sociedad. (BALADIER, p. 1976, p. 91)

A concepção política de Balandier avança no sentido de evidenciar o aspecto político. Somando esta mirada com a concepção de Arendt (2009) que tanto toca e foca na pluralidade dos homens e, portanto, no princípio da diversidade identificamos claramente o contraste entre a necessidade da existência do poder e a opressão. O economista keynesiano Galbraith muito acrescenta nesse sentido em sua obra "Anatomia do poder". O autor apresenta o poder em três feições, sendo elas: o poder condigno, caracterizado pelo caráter punitivo; o poder compensatório, em que a submissão é recompensada, sobretudo, pecuniariamente; e o poder condicionado que está mais ligado à uma subordinação obscura que acarreta na mudança de convicções tais como crenças, etc., tal como foi operado por governos capitalistas e socialistas. Outro ponto de destaque é que Galbraith atribui o exercício do poder a três fontes principais, sendo elas: a personalidade; a propriedade; e a organização. Apesar deste amplo leque emprestaremos somente uma parte das reflexões visto a real conjuntura das lideranças no Pontal do Paranapanema. A proposição de Galbraith quanto ao poder compensatório comunga com parte significativa de nossas afirmações até o momento.

O poder compensatório, em contraste, conquista submissão oferecendo uma recompensa positiva - proporcionando algo de valor ao indivíduo que assim se submete. Em um estágio anterior do desenvolvimento econômico, como ainda hoje em economias rurais elementares, a compensação assume diversas formas, inclusive pagamentos em espécie e o direito de lavrar um pedaço de terra ou dividir o produto das terras do senhorio. E, da mesma forma como uma repreensão pessoal ou pública é uma forma de poder condigno, o elogio é uma forma de poder compensatório. Entretanto, na economia moderna, mais importante expressão do poder compensatório é, sem dúvida, a recompensa pecuniária - o pagamento em dinheiro por serviços prestados, o que vale dizer, pela submissão aos objetivos econômicos ou pessoais de outros. Quando transmitir um significado mais adequado, usaremos a expressão pagamento pecuniário. (GALBRAITH, 1984, p. 5)

Contudo, transpondo para o plano da discussão, troca-se a recompensa pecuniária pela conquista de um lote, pela recuperação da dignidade, por alcançar um patamar mais elevado, melhor qualidade de vida, etc. A personalidade e organização são duas das três fontes de poder também se destacam em nosso estudo. Contudo, chamamos a atenção, sobretudo, para o papel da liderança, que na concepção de Gaibraith:

A personalidade - liderança, na linguagem comum é a qualidade do físico, da mente, de oratória, de firmeza moral ou de qualquer outra característica pessoal que dá acesso a um ou mais instrumentos do poder. Nas sociedades primitivas, este acesso era aberto através da força física para o poder condigno; permanece ainda hoje uma fonte de poder em algumas famílias ou comunidades de jovens para o homem mais forte e musculoso. Entretanto, nos tempos modernos a personalidade está primordialmente associada ao poder condicionado - à aptidão em persuadir ou gerar crenças. (GALBRAITH, 1984, p. 6)

E

A palavra *líder*, na sua acepção comum, é ambígua e deveria ser entendida como tal. O líder pode ser exímio na arte de conquistar a submissão de outros aos seus propósitos. Mas na interpretação cotidiana, no mais das vezes é apenas um perito em identificar para a multidão os próprios objetivos dela. (GALBRAITH, 1984, p. 45)

Somada não somente à capacidade de reconhecer as demandas sociais tem-se também a potencial de resolvê-las e o histórico de conquistas, por parte de algumas lideranças, das demandas sociais. É justamente nesse sentido que conseguimos transpor a contribuição de Galbraith para o contexto do perfil das lideranças do Pontal do Paranapanema, pois esta conjuntura somada a muitos elementos apontados nos capítulos anteriores, tais como as condições de miséria, o desejo de reinserção e a reconquista da dignidade, o reconhecimento e própria mitificação de algumas lideranças, etc. que evidenciam, sobretudo no crescimento, reconhecimento, atuação e na estrutura dos acampamentos e estrutura organizativa da produção, as reais faces do poder centrado nas mãos de algumas lideranças. Como importante elemento que viabiliza tal conquista e também potencializa a condição das lideranças em relação ao poder tem-se a organização. Galbraith aponta:

E outros. A verdadeira medida do poder de um líder pode ser julgada pela sua capacidade de persuadir seus seguidores a aceitarem as soluções que propõe para os problemas deles, a aceitarem os caminhos que abre para as metas deles.

Como a personalidade age em íntima conexão com a sua clientela, é inevitável que uma estrutura se desenvolva. O político acaba possuindo o

que se denomina uma organização ou, se a estrutura tornar-se notavelmente sólida, uma máquina. O líder sindical eficaz organiza um sindicato forte; o homem de negócios competente, uma empresa bem administrada; o líder religioso, uma igreja e uma congregação. A personalidade invariavelmente procura o reforço da organização. (GALBRAITH, 1984, p. 46-7)

Tomando como referência tal contribuição destacamos que, a grosso modo, há três perfis de lideranças encontradas atualmente na região do Pontal do Paranapanema e que expressam formas distintas tanto de lidar com o poder quanto de exercê-lo e dividi-lo ou não:

- Lutam coletivamente dentro de uma estrutura organizada onde o poder e as decisões são mais pulverizadas e divididas um grande quadro de lideranças
- Lutam coletivamente, mas destacam-se como centralizadoras e personalista de modo que mesmo contando com demais lideranças para a realização da luta, sobretudo na parte operacional, as tomadas de decisões concentram-se na sua pessoa, fato que também pressupõe a existência clara de uma estratificação inclusive entre as lideranças;
- Lutam coletivamente, mas estão subordinadas à uma centralidade, participando mais da parte operacional do que da parte estratégica e política;

Neste sentido, é importante destacar que apesar de haver uma ideia de que em muitos casos o poder de determinadas lideranças ocorreria de maneira obscura, mascarada e até mesmo desconhecida por muitos dos acampados dos movimentos, afirmamos que é justamente às avessas. Muitas das posições e dos perfis de algumas lideranças são tanto reconhecidas pelos acampados e vinculados quanto também reforçados pelos mesmo, ou seja, o vínculo com determinadas lideranças deve-se justamente pela sua condição. Tal condição casa diretamente com o apontamento de Foucault:

Imediatamente surge uma questão: como é possível que as pessoas que não têm muito interesse nele sigam o poder, se liguem estreitamente a ele, mendiguem uma parte dele? É que talvez em termos de *investimentos*, tanto econômicos quanto inconscientes, o interesse não seja a última palavra, há investimentos de desejo que explicam que se possa desejar, não contra seu interesse - visto que o interesse é sempre uma decorrência e se encontra onde o desejo o coloca - mas desejar de uma forma mais profunda e mais difusa do que seu interesse. É preciso ouvir a exclamação de Reich: não, as massas não foram enganadas, em determinado momento elas efetivamente desejavam o fascismo! Há investimentos de desejo que modelam o poder e o difundem, e que fazem com que o poder exista tanto no nível do tira quanto do primeiro-ministro e que não haja diferença de natureza entre o poder que exerce um rei, o poder que exerce um ministro. É a natureza dos

investimentos de desejo em relação a um corpo social que explica por que os partidos ou sindicatos, que teriam ou deveriam ter investimentos revolucionários em nome dos interesses de classe, podem ter investimentos reformistas ou perfeitamente reacionários a nível do desejo. (FOUCAULT, 2012, p. 139-0)

Salvas as especificidades da comparação com o exemplo de Foucault, sobretudo pelo aspecto pejorativo, destacamos que há uma massa consciente e interessada nestas relações de poder. Esta circunstância reforça nossos apontamentos de que em alguns casos a identificação pode ocorrer e estar ligada diretamente à imagem da liderança e não de um movimento. Contudo, muitas destas se apropriam das benesses de estarem articuladas em forma de uma organização. Neste contexto é fundamental trazer tal reflexão para o plano de uma organização. Galbraith aponta:

Admite-se que a organização seja indispensável quando se busca o poder ou se necessita dele. É portanto da organização que provém a persuasão necessária e a consequente submissão aos seus propósitos. Mas a organização, como no caso do Estado, também tem acesso ao poder condigno - a diversas formas de punição. E os grupos organizados tem maior ou menor acesso ao poder compensatório, de acordo com a propriedade que possuem. (GALBRAITH, 1984, p. 7)

E:

Indivíduos e grupos buscam o poder para promover seus próprios interesses, inclusive, e talvez principalmente, seus próprios interesses pecuniários. E para estender a outros os seus valores pessoais, religiosos e sociais. E também a fim de obter apoio para a sua visão econômica ou alguma outra visão social do bem público. (GALBRAITH, 1984, p. 8)

No entanto destacamos aqui alguns pontos críticos relacionados à concentração de poder nas mãos de algumas lideranças, "movimentos" e movimentos. Pois, pode assim, ao invés de um movimento socioterritorial/social tomar a feição de um grupo de pessoas agenciadas por determinada pessoa/liderança que contém uma dinâmica de luta parecida com determinados movimentos socioterritoriais, no entanto sua estrutura política se difere muito do que se pensa ser um movimento socioterritorial pois pode, como apontamos no capítulo anterior, tomar forma de uma massa movimentada por uma liderança e também ter uma dinâmica dependente da mesma. É evidente que toda liderança e todo movimentos socioterritorial tem poder, no entanto o que nos chama atenção é a forma como se faz uso do poder, como se concentra e distribui ele ou não, como o poder pode descaracterizar a lógica de um movimento socioterritorial, etc. Ou

seja, quais os riscos destas feições? Quanto a tal circunstancia aponta a liderança do MST²⁹⁵:

Eu acho que essa postura é um atraso para a classe trabalhadora. E como eu já disse, o trabalhador só se identifica como classe em ações coletivas, em ações organizadas enquanto classe. Na medida em que tem um movimento que identifica numa pessoa, num líder, toda a experiência histórica da classe trabalhadora já mostrou que é um atraso. Quer dizer, a gente não pode se identificar quanto classe, construir e organizar a nossa luta a partir de pessoas, de indivíduo. Nós temos que ter claro o nosso projeto político, nosso projeto é coletivo e deve ser conduzido pela classe trabalhadora e se identificar como classe justamente a partir de ações coletivas. Então, o que eu diria é o seguinte, pra mim é um atraso. Atrasa a luta dos trabalhadores, atrasa a consciência dos trabalhadores no momento histórico. Então eu acho que esse é o grande prejuízo que esse tipo de movimento, que esse tipo de personalidade acaba trazendo para os trabalhadores. (ENTREVISTA COM LIDERANÇA DELWEK, DEZEMBRO DE 2010 - GRIFO NOSSO)

Obviamente que a crítica apontada deve-se à uma concepção de base marxista-leninista, contudo destaca-se a consciência de tal crítica e circunstância também compor o quadro de reflexões de um movimento. Neste sentido afirmamos que as guinadas e tomadas de decisões de um movimento na realidade pode ser apenas reflexo das escolhas de uma única liderança. Por outro lado, Galbraith aponta reflexão muito interessante que está relacionada além da crítica que se faz sobre a condição de uma liderança, no nosso caso personalista e centralizadora²⁹⁶, pois aponta também a questão do juízo de suas lutas, fato que desmonta um conjunto de argumentos e relega as críticas á desimportância:

A linguagem cotidiana costuma lembrar as razões pelas quais se procura o poder. Se houver um vínculo estreito com os interesses de um indivíduo ou grupo, diz-se que o poder está sendo buscado para fins egoístas; se refletir o interesse ou as ideias de um número maior de pessoas, os envolvidos são considerados líderes ou estadistas inspirados. (GALBRAITH, 1984, p. 9)

Outra questão importante neste sentido é uma disputa entre as lideranças e que muitas vezes toma uma feição muito próxima de um jogo de vaidades tal como aponta o entrevistado *"É o problema. É igual a igreja, isso é política. É igual religião, cada um pensando em arrebanhar os seus, trazer o seu rebanho para si. é a mesma coisa. Eu vejo dessa maneira"* (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011). Esta crítica está associada ao fato de que algumas

²⁹⁵ Destaca-se neste caso a existência de um quadro de lideranças para evitar a dependência, o personalismo e outras faces da concentração de poder.

²⁹⁶ Sob este olhar argumentos que se fundamentam em questões tal como totalitarismos caem por terra devido à

lideranças, Lima (2006) identificou também em alguns movimentos dissidentes, o encastelamento de algumas lideranças ocorre juntamente à uma estratégia de promoção social, ou seja, muitos acampados destacaram o fato de que algumas lideranças utilizam-se de tal "cargo" para benefício próprio. Destacamos isso por conta de que algumas lideranças concorrem para cargos políticos tal como vereadores²⁹⁷ e também o acampamento Lagoinha é expressão clara deste processo ,conforme apontamos também anteriormente, e complementa:

Sobre ocupações... Elas eram constantes e por que pararam de fazer ocupações?

Porque acabou, saiu a bandeira do MST. Se nois tivesse com a bandeira do MST aqui as coisas teria melhorado. Mas como o seu Joaquim Ferreira Rabelo ali, esse burro... não vou falar um palavrão aqui, esse burro dos diabo. Ele inventa de fincar uma bandeira e depois não sabe nem para onde vai. O Zé Rainha, eu ouvi dizer, não tenho certeza que teve uma pessoa, que parece que era o Zé, que chegou ai e viu outra bandeira fincada ai, uma tal de movimento camponês. O Zé Rainha abandonou isso aqui e não voltou nunca mais. E o pessoal aceitou. O próprio acampado aceitou. Não protestou e não foi contra o que ele fez. Se eu tivesse aqui não tinha acontecido isso. Porque eu sempre puxei as confusão aqui, eu sempre assumi os B.O. e não tenho medo. Eu não tenho medo. Eu não tenho medo de abrir o verbo, chegar aqui e falar ó fulano você errou, você não pode fazer isso. O povo ta sofrendo ai. Você tem que lutar em prol do benefício de quem está sofrendo. Não em benefício de si próprio... é arrebanhar 500 ou 600 pessoas e falar eu quero 10 conto por cadastro. Dali a pouco bota cinco mil no bolso e, ou dez mil no bolso ou sei la quanto que é... (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011)

Neste mesmo sentido, outro ponto importante que reflete tanto relações de poder quanto também conflito e um perfil diferenciado das lideranças é a falta de diálogo e a imposição das ideias de algumas lideranças, tal como aponta o acampado no acampamento Lagoinha:

Joaquim: Quando vai aprofundar as conversas eles não aceitam. Eles não aceitam. Quando você quer atingir no miolo da ferida eles não aceitam. Eles querem simplesmente terem poder sobre o acampado. Quer que o acampado seja como eu falei, que balanguem o rabinho e vai atrás. Mas na hora que os acampado querem atingir no meio da ferida eles não aceitam. Agora por qual motivo eu não sei. Esse que eu não entendo qual é o motivo.

Não aceita ser questionado?

Joaquim: Não aceita você debater contra ele. Não aceita que você opine. Se você da uma opinião que seja favorável a eles beleza, se não é favorável você não serve. Eles falam que você tem que sair daí, você não presta para o movimento. Movimento é igual um trem passando pela pista ferrovia, cada cidade tem uma estação, cada estação sai gente, cada estação entra mais gente. O que eles falam é isso. Eles não reconhecem o que você fez a dez

²⁹⁷ Milton David da Silva concorreu para o cargo de vereador, mas perdeu por conta da rejeição dentro dos próprios assentados do assentamento onde vive.

anos atrás, o que você tem sofrido durante esse tempo. (Entrevista realizada com acampados do acampamento Lagoinha no dia 17 de dezembro de 2011)

No entanto, além da via informal que se expressa na recusa do diálogo e na imposição de algumas ideias podemos notar tal realidade também nas novas estratégias que algumas lideranças tem se dedicado na região. A VDR - Vila dos Ribeirinhos, que em termos claros é a luta pela criação de uma fazenda tanque-rede e chácaras, é uma nova estratégia e a própria organização documental traz apontamentos claros de hierarquia e subordinação. Podemos ver tal realidade na figura 41 e 42.



Figura 43 - Carteira de cadastro da Vila dos Ribeirinhos

Por fim, chamamos a atenção para um ultimo ponto que é destacar mais uma das faces do poder que envolvem a luta pela terra. Neste caso, relacionamos o poder de uma liderança no contexto das ações de um movimento. As palavras da liderança Milton conseguem expressar claramente vários dos elementos que discutimos até o momento, tal como a personalismo, organização, poder, etc. e portanto, destacamo-la pelo seu teor e a capacidade sensória:

Enquanto eu não fiz o primeiro assentamento eu era meio assim. Mas depois que eu fiz o primeiro assentamento eu peguei gosto pela coisa. Você arrastar multidão. Uma vez nós fomos ocupar uma fazenda ali em Epiácio. É 17 km de Epiácio. Você acredita que quanto o primeiro carro chegou la na fazenda tava indo o ultimo de Epiácio, 17 km. Seiscentos e poucos carros, um na bunda do outro, ai você fala assim "a eu sou o rei". É gostoso, você falar assim "vamo pegar". É igual cachorro que ta com você, tudo que você educar eles vão.

Qual a sensação?

Ave Maria, de um poderoso. Dono do mundo. O que entrar aqui eu mato, eu esfolo, eu arrasto. O fazendeiro não mandava não. Nós chegava na porteira, "não, eu quero entrar" "não você vai ficar ai". E nós mandava. Não tinha lei pra poder proibir. Nós deixar ele entrar enquanto nós tivesse la dentro. Agora não, agora é o fazendeiro dentro e nós fora. "A ta ai dentro, então espera um pouquinho que você vai ter que assinar um papel, pois já vai pra cadeia é já". Ai nós foi desgostando né. Muitos processo... (Entrevista

José Sobreiro Filho

realizada com Milton David da Silva liderança do MTST e MAST no dia 24 de novembro de 2012)



MTST-MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

LUTA PELA REPARAÇÃO DO PASSIVO SOCIAL DA CESP

REASSENTADOS, FILHOS DE REASSENTADOS, SUCESSORES, RIBEIRINHOS E OUTROS

VILA DO PESCADOR

NÚMERO DA FICHA

NOME COMPLETO

DATA DE NASCIMENTO

Nº

CPF

ESTADO CIVIL

NÚMERO DE FILHOS

CLASSIFICAÇÃO
☐ REASSENTADO

☐ FILHO DE REASSENTADO

☐ SUCESSOR

☐ RIBEIRINHO

☐ OUTROS

NÚMERO DA ÁREA

NÚMERO DA QUADRA

NÚMERO DO LOTE

DATA DO COMPROMISSO

PRAZO PARA EXECUÇÃO DA PRIMEIRA HABITAÇÃO

Me comprometo a colaborar com o movimento, acatar ordens, respeitar as regras, executar as tarefas a mim confiadas, bem como promover de forma pacífica a aplicação de nossos ideais. Entendo que o descumprimento em todo ou em parte deste compromisso tem como consequência a decretação de LOTE VAGO a parcela a mim confiada, desobrigando o movimento de restituição de qualquer espécie.

ASSINATURA



MTST-MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

LUTA PELA REPARAÇÃO DO PASSIVO SOCIAL DA CESP

REASSENTADOS, FILHOS DE REASSENTADOS, SUCESSORES, RIBEIRINHOS E OUTROS

VILA DO PESCADOR

NÚMERO DA FICHA

NÚMERO DA ÁREA

NÚMERO DA QUADRA

NÚMERO DO LOTE

DATA DO COMPROMISSO

PRAZO PARA EXECUÇÃO DA PRIMEIRA HABITAÇÃO

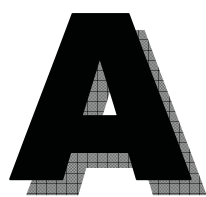
GUARDE BEM ESTE CANHOTO, SOMENTE DE POSSE DELE VOCÊ BEM COMO QUEM O ACOMPANHAR PODERÁ ACESSAR O INTERIOR DA VILA, ENQUANTO ESTIVEMOS NUMA SITUAÇÃO CONTENCIOSA. VERIFIQUE DIARIAMENTE OS AVISOS DE REUNIÃO DE COORDENAÇÃO E ASSEMBLÉIA NO ESCRITÓRIO DO MOVIMENTO E NUNCA FALTE ÀS ASSEMBLÉIAS



Milton David da Silva
Presidente Nacional
RG 13.041.429-1 - SSP/SP

Figura 44 - Termo VDR e MTST

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Assim como as demais contradições da sociedade do capital, a legitimidade da luta pela terra tem suas bases sedimentadas em um processo histórico de desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. O Pontal do Paranapanema é uma região emblemática por ter uma história apinhada das diferentes facetas e estratégias perversas e predatórias da acumulação do capital. Seu processo de ocupação e povoação foi primeiramente encetado por ações organizadas, que denominamos de protomovimento do Vale do Paranapanema, tendo como "respaldo" a grilagem das terras. A lógica capitalista, em suas diversas faces, guiou o processo desde a incorporação da área, extermínio indígena, fluxo migratório, desmatamento, consolidação da agropecuária, concentração da terra e renda, desigualdades, etc., até a atual consolidação do agronegócio. Além da devastação ambiental e da grilagem, uma das marcas mais perversas da disputa territorial, iniciada pela chegada do homem branco, foi um amplo extermínio indígena com alto grau de crueldade. Os resquícios culturais indígenas, assim como em muitas outras regiões do Brasil, estão restritos a nomes de cidades, ruas, rios, etc. Contudo, vale destacar que foram os primeiros a lutar e tentar resistir contra o processo de concentração na região, ou seja, contra o estabelecimento da lógica capitalista no campo. A segunda forma de luta viria somente mais tarde com os movimentos socioterritoriais camponeses que cobriam a dívida histórica referente à posse da terra e às distorções sociais engendradas pelo capital. Compreender este processo foi fundamental para identificar quais as bases históricas e materiais do conflito no Pontal do Paranapanema, pois, esta conjuntura foi determinante na formação das primeiras insurreições de luta pela terra na região.

O surgimento do MST no início da década de 90 foi considerado um marco na região por realizar uma luta organizada em prol à criação e recriação do território camponês em detrimento do território do capital. Sua consolidação na região além de ter contribuído para a criação da identidade do sem-terra a nível nacional, visto sua expressividade, também caracterizou uma clara disputa entre o latifúndio e campesinato. Assim como no cenário nacional, sobretudo na década de 90, na história da luta pela terra no Pontal do Paranapanema o MST ocupou papel de protagonista e o criador de estratégias de enfrentamento, organização, resistência e formação política. Sua condição de um movimento protagonista articulado nacionalmente e com caráter massivo na realização da luta pela terra somado ao potencial de se fazer a reforma agrária no Pontal do Paranapanema devido ao seu caráter devoluto rendeu à região a alcunha de "o

coração da reforma agrária" e ao MST a imagem de uma ameaça aos ruralistas. A luta do MST caracterizou-se como uma luta essencialmente territorial tanto material quanto imaterial.

Deste redoma conflituoso, envolvendo MST e, conseqüentemente, as ameaças que sua articulação e o aumento da expressividade simbolizavam para os interesses do neoliberalismo, sobretudo, representados nos interesses de multinacional e agências internacionais, que surgiram as primeiras dissensões na região. A dissensão mais importante foi o MAST em 1998. Seu surgimento acompanhou a formação de uma central sindical atrelada ao PSDB em um momento em que o governo FHC iniciava um amplo processo de isolamento do MST. O MAST protagonizou a criação de uma nova forma de luta pela terra e pela formação de uma identidade cujo marco era a oposição ao MST. Sua base política e financeira tivera origem e dependência nos princípios social-democratas do PSDB, cujas referências refletiram a materialidade do PCA em um movimento socioterritorial. Além de ter se caracterizado como um movimento que criou uma outra forma socioterritorial de se lutar pela terra, também iniciou um processo de arregimentação de sem-terras devido à sua proximidade do governo. Contudo, a história testemunhou que o MAST consolidou-se como um movimento criado pelo e para o PSDB e, conseqüentemente, perdeu os laços com o PSDB ao término do governo FHC. O abandono e a criminalização do movimento foram as principais consequências deste processo. De maneira clara este sustento político-ideológico e financeiro não foi nada além de uma estratégia perversa e planejada de integração ao capital. Contudo, outro ponto também importante foi a intensificação das dissensões, tais como o MTST.

O surgimento do MST da Base e a polêmica sobre o afastamento de José Rainha Junior foi também outro fato de suma importância e, seguido pelo MAST, outra grande dissensão na luta pela terra. Além da dissensão e criação de um novo movimento socioterritorial criou-se também uma nova forma organizativa e de se fazer a luta pela terra no Pontal do Paranapanema. De sua trajetória à polêmica sobre seu afastamento e da formação do MST da Base à sua prisão e alianças com demais movimentos, José Rainha Junior sempre ocupou papel de destaque no Pontal do Paranapanema e em âmbito nacional e internacional. Além de papel de destaque e significativa contribuição para a construção da identidade do sem-terra, quando esteve a frente do MST, Rainha também assumiu a condição de principal liderança do MST da Base e passou a realizar uma outra forma de luta pela terra, tendo como marco a proximidade com o governo Lula e Dilma e o reagrupamento de alguns movimentos que decidiram do MST. Dentre

uma diversidade de elementos e novas características, o personalismo também foi uma importante marca do MST da Base devido à expressividade de José Rainha Junior e, portanto, também caracterizou-se como um significativo ponto que contribuiu para a proposição de uma tipologia de movimentos socioterritoriais.

Além da compreensão de diferentes estruturas organizacionais, posturas político-ideológicas e os pormenores da conjuntura histórica que motivam-nas, analisar as dissensões é um bom caminho para identificar como ocorrem os processos e quais são as estratégias de despedaçamento, dissensão e como ocorre a diversificação da consciência da classe trabalhadora nos movimentos socioterritoriais camponeses. Outro ponto importante é a avaliação dos riscos e benesses da diversificação promovida pelas dissensões de acordo com a perda ou reconhecimento de um denominador comum, tal como, em um sentido mais amplo, a consciência de classe ou, em um sentido mais reduzido, de reforma agrária ou de lutas pontuais. Em alguns casos a dissensão pode corroborar dissentimentos e viabilizar a criação de uma oposição intraclasse. Este processo tem desdobramentos espaciais e territoriais diretos materializando a diversidade e/ou os dissentimentos da dissensão no espaço, ou seja, a dissensão ocorrida nos movimentos socioterritoriais tem desdobramentos na criação de territórios distanciados, descolados do todo (leia-se classe trabalhadora e camponesa), da identidade camponesa, etc.

A tipologia de movimentos socioterritoriais foi estruturada como uma maneira de amplificar a discussão através de uma leitura geográfica e possibilitar entender ainda mais as diferenças estruturais e político-ideológicas dos movimentos socioterritoriais. Nos movimentos pesquisados encontramos, em sua essência, todos os elementos que caracterizam um movimento socioterritorial. Contudo, entender as diferentes posturas políticas ideológicas possibilitou também entender as formas de lutar-interpretar/pensar-interagir-produzir-o-território e, portanto, a partir daí que surgiu a proposta de uma tipologia, ou seja, criar formas analíticas de se interpretar as diferenças e semelhanças. O conceito de movimentos socioterritoriais foi pensado e repensado e trabalhado conjuntamente com a proposição de uma tipologia e com a realidade dos movimentos analisados. Houve necessidade de um diálogo constante entre teoria e realidade sob a forma constante de tese, antítese e síntese até cunharmos uma contribuição para a construção e consolidação do conceito e da tipologia.

A legitimidade dos movimentos socioterritoriais camponeses aqui analisados reside em questões estruturais e históricas de grande complexidade, sobretudo,

referentes à organização sociopolítica vigente amparada no modo capitalista de produção. Contudo, dentre uma ampla diversidade de fatores que a legitima, na história do Pontal do Paranapanema é justamente na relação conflitualidade-desenvolvimento socioterritorial rural popular que reside a maior afirmação da legitimidade da luta destes movimentos, sobretudo, MST, MAST/MTST e MST da Base. Independente da postura político-ideológica de cada movimento, vale destacar que a condição do ser social na sociedade do capital, sobretudo ao se tratar de camponeses sem-terra cujos integrantes se encontram em graus extremos de exclusão e em condições subumanas, é ponto claro de legitimidade para organizações sociais e insurreições políticas. Enfim, além das inúmeras contribuições, sobretudo, sociais, políticas, econômicas e culturais que estes movimentos realizaram, vale destacar que essa história de luta que resultou na criação e recriação do campesinato foi também um exemplo didático de que a conflitualidade pode ser sinônimo de desenvolvimento.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1.210 p.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo em Questão**. 3ª edição. São Paulo: Edusp. 2007. 294 p.

ABREU, D. S. **Formação Histórica de uma Cidade Pioneira Paulista: Presidente Prudente**. 1ª edição. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972. 339 p.

_____. **Poder Local no Populismo: Pres. Prudente (SP) 1928-1959**. 1982. 350 f. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 1982.

_____. **Recortes**. 1ª edição. Presidente Prudente: Impress, 1997. 255 p.

AGB. **Guia de excursões**. 1ª edição. Presidente Prudente: I Encontro Nacional de Geógrafos, 1972. 256 p.

ALMEIDA, R. A. de. **A conquista da terra pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Pontal do Paranapanema: as ocupações das Fazendas São Bento e Santa Clara**. 1993. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP – *Campus* de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 1993.

ANDRADE, M. C. **Lutas Camponesas no Nordeste**. 1ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1986. 64 p.

ANTONIO, A. P. **O processo de ocupação das terras do extremo sudoeste paulista**. 1984. 280 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Rio Claro, Rio Claro, 1984.

ARENDT, H. **O que é Política?: Fragmentos das Obras Póstumas** Compilados por Ursula Ludz. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 238 p.

ARISTÓTELES. **Categorias**. 2ª edição. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda. 2010. 163 p.

- BALANDIER, G. **Antropologia Política**. 1ª edição. Barcelona: Ediciones Península, 1976. 225 p.
- BECK, U. The cosmopolitan manifesto. **New statesman**. 1998, p. p. 28-30.
- BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa: O movimento operário europeu em crise**. 2ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial. 2010. 284 p.
- BOBBIO, N; MATTENCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 9ª edição. Brasília: Editora da UNB, 1997.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 454 p.
- BOURDIE, P. **O poder simbólico**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 322 p.
- BRASIL. Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1954. Lei referente à regulamentação da lei de terras de 1850. **DECRETO Nº 1.318 – DE 30 DE JANEIRO DE 1954**: Manda executar a Lei Nº 601 de 18 de Setembro de 1850. Rio de Janeiro, Set. de 1954.
- BRASIL, MEDIDA PROVISÓRIA 2109-52 DE 24 DE MAIO DE 2001, ARTIGO 4
- BRASIL. Lei , Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. Lei de Terras. **Lei , Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850**. Rio de Janeiro, Set de 1850. (Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)
- CARDOSO, C. F. S. **Escravo ou camponês?: O protocampesinato negro nas Américas**. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987. 125 p.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 8ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982. 125 p.
- COBRA, A. N. **Em um recanto do Sertão Paulista**. 1ª edição. São Paulo: Typ. Hennes Irmãos, 1923. 272 p.
- DEBES, Célio. **A caminho do Oeste**: subsídio para a história da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e das Ferrovias de São Paulo (1ª parte). Edição comemorativa do Centenário de Fundação da Companhia Paulista. São Paulo. 1968. 178 p.
- D'INCAO, M. A. **Presidente Prudente**: Capital Regional. 1ª edição. Presidente Prudente: Letras À Margem, 2007. 192 p.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 17ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. 128 p.

ESTADO DE SÃO PAULO, **Lei nº 545, de 2 de Agosto de 1898**. Modificação da lei nº 323 de 22 de Junho de 1895.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil: O MST e MAST no Pontal do Paranapanema/SP**. 131 f. Monografia (curso de Geografia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1999.

_____, C. A. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil**. 1ª edição São Paulo: Contexto, 2006. 205 p.

_____. “Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, N. 11, p. 48-60, Jul/Dez. 2007.

_____. **Território em Disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2009.

FELICIO, M. J. Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, v. 7, p. 112-124, Jul/Dez. 2005.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999**. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatório Social de América Latina., v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp. Campinas, 2009.

_____. **Sobre a tipologia de territórios.** In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Ocupação como forma de acesso à terra.** In: XXIII, Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 2001, Washington – DC, 2001.

FERNANDES, M. E. *A Reforma Agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera.* São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo

FIGUEIROA, S. F de M. “Batedores da Ciência” em território paulista: expedições de exploração e ocupação do “sertão” de São Paulo na transição para o século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 763-777, jul-set de 2008.

FOGOLIN, M. A. **A outra face do MST... o crime organizado!!!.** 1ª edição. Presidente Prudente: Livraria Marcos, 1997.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 1ª edição. São Paulo: Graal, 2012. 431 p.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional Publifolha, 2000. 276 p.

GALBRAITH, J. K. **Anatomia do Poder.** 1ª edição. São Paulo: Pioneira, 1984, 205 p.

GARCIA, L. B. R. **Rio Claro e as oficinas da companhia paulista de estrada de ferro: trabalho e vida operária – 1930 – 1940.** 1992. 222 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Novembro de 1992.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia.** São Paulo. Forense, 1969.

GIDDENS, A. **A terceira via.** 1ª edição. Brasília: Instituto Teótonio Vilela, 1999. 173 p.

GIRARDI, E. P. **Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP – *Campus* de Presidente

Prudente, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2009.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais:** Paradigmas clássicos e contemporâneos. 9ª edição. São Paulo: Edições Loyola. 2011. 391 p.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola. 2009. 166 p.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis. Editora Vozes. 2010.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GOULART, R. N. T. Agricultura e Produtividade. **BOLETIM**, Presidente Prudente, nº 1, p. 73-76, set. 1970.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro.** 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. 256 p.

KONDER, L. **A Questão da ideologia.** 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras. 2002. 279 p.

LEITE, J. F. **A Alta Sorocabana e o Espaço Polarizado de Presidente Prudente.** 1ª edição. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1972. 249 p.

_____. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema.** 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998. 202 p.

LIMA, E. C. **Os Movimentos Sociais de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP):** Dissidências e Dinâmica Territorial. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP – *Campus* de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Presidente Prudente, Presidente Prudente, Março de 2006.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social:** Elementos para uma análise Marxista. 19ª edição. São Paulo: Cortez Editora. 2010. 127 p.

MACIEL, M. C. **O Movimento ABUQT e a adesão dos pentecostais nos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema.** 2009. Disponível em (www.sbsociologia.com.br) acessado em 30 de Agosto de 2012.

MANNHEIN, K. **Ideologia e Utopia.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1972. 330 p.

MARTIN, J. Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a Política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1995. 185 p.

_____. **Reforma Agrária:** O impossível Diálogo. 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 173 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: Feuerbach** - A Contraposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista. 1ª edição. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda. 2006. 145 p.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. 191 p.

MELLO, M. C. D. **O Boia-Fria:** Acumulação e Miséria. 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1977. 154 p.

MELLO, M. C. D.; GOULARTE, R. N. T. Pesquisa Padrão de Vida em Presidente Prudente - <<Uma primeira Abordagem>>. **Boletim**, Presidente Prudente, nº 4, p. 45-84, set. 1975.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 49-66, Jun 1989.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição.** 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102 p.

MISNEROVICZ, J. V. **A Criação do Novo Camponês em Movimento nas Lutas pela Terra e Reforma Agrária no Final no Século XX e Início do XXI.** 142 f. Monografia (curso de Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente, 2011.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. 1ª edição. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1984. 392 p.

MST. **Nota Publica do MST**. 2007. (www.mst.org.br)

NEWERLA, V. B. **Rios vistos e revistos: as expedições de exploração do sertão da Comissão Geográfica e Geológica na história da ciência e ensino de ciências naturais**. 2000. 175 f. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Geociências – Área de Educação Aplicada às Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, Fevereiro de 2000.

NOVAES, R. R. **De corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997. 238 p.

OLIVEIRA, A. U. . A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, IEA/USP São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. . 235 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 12ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970. 255 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

PRADO, C. **RAZIAS... Paraguaçu Paulista**: 2009. O autor Celso Prado apresenta informações sobre a ocupação do oeste paulista e sobre José Theodoro de Souza. Disponível em <http://celsoprado-razias.blogspot.com.br/>

SADER, E.; BETTO, F. **Contraversões: Civilização ou barbárie na virada do século**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 229 p.

SAMPAIO, T. F. **Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. 45 p.

SANCHEZ, M. D, M. **“O Empresário Rural na Alta Sorocabana”**. 1973. 268 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 1973.

SANCHEZ, M. A. D. M.; MELLO, M.C. D. Introdução ao Estudo do Cooperativismo na Alta Sorocabana. **BOLETIM**, Presidente Prudente, nº 1, p. 33-42, set. 1975.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo. Edusp. 2008.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo. Nobel. 1985.

_____. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo. Hucitec. 1978.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In. SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. p. 197-215. Expressão Popular, 2009

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Peyrê. **Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural**. In: *Jornadas de Intercâmbio y Discusión: El Desarrollo rural em su perspectiva institucional y territorial*. CLACSO: Buenos Aires, 2005.

SENNA, A. M. F.; BRITTO, M. A. T. Uma Comunidade Cafeeira na Região Pecuarista da Alta Sorocabana. **Boletim**, Presidente Prudente, nº 4, p. 109-112, set. 1975.

SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. 391 p.

SOBREIRO FILHO, J. A Luta Pela terra no Pontal do Paranapanema: História e Atualidade. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 05, n 01, p. 83-114, 2012.

_____. Ocupações de Terra no Brasil (1988-2010): Uma Leitura Geográfica e a Conjuntura Política da Luta Terra. **Revista Geographos**, Alicante, V. 2, n. 14, p. 1-27, set. 2012.

_____. **Os MST's do Pontal do Paranapanema: dissensão na formação dos movimentos camponeses**. 2011. Relatório de pesquisa – FAPESP. http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio_nino2.pdf

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. 167 p.

SILVA, J. G. da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas/SP: Unicamp; Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisa, 1).

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. L.; TOMA, P. S. O Pequeno Produtor Rural numa Região Pecuária. **Boletim**, Presidente Prudente, nº 4, p. 103-108, set. 1975.

TEIXEIRA, M. A. **Organização do Espaço Rural no Município de Paraguaçu Paulista**. 1979. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

THOMAZ JUNIOR, A. Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 8, n. 2, p. 05-25, dez. 2007.

_____. **Por Trás dos Canaviais, os “Nós” da Cana**. 1ª edição. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. 388 p.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta**. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2005. 118 p.

VASQUES, A. C. B. **A evolução da Ocupação das Terras do Município de Teodoro Sampaio – São Paulo**. 1973. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, Franca, 1973.

VERSEN, M. V. **História da Guerra do Paraguai**. 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1976. 197 p.

WATKINS, F. M.; KRAMNICK, I. **A idade da ideologia**. 1ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. 107 p.

WELCH, C. A. **Mobilização camponesa no Pontal: retratos de permanências e transformações de relações sociais no campo, 1946 – 1996**. http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2009.pdf, acessado em 10 de abril de 2012.